

Fórum de Governança da Internet

*Relatórios dos dez primeiros
anos do IGF*



**Núcleo de Informação
e Coordenação do Ponto BR**



CADERNOS CGI.br Referências

Fórum de Governança da Internet

*Relatórios dos dez primeiros
anos do IGF*

Comitê Gestor da Internet no Brasil
2017

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

Diretor Presidente

Demi Getschko

Diretor de Assessoria às Atividades do CGI.br

Hartmut Richard Glaser

Diretor Administrativo

Ricardo Narchi

Diretor de Serviços e Tecnologia

Frederico Neves

Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento

Milton Kaoru Kashiwakura

Produção dos Cadernos CGI.br

Diretoria de Assessoria às Atividades do CGI.br

Assessoria Administrativa

Paula Liebert, Salete Matias e Silvana Barreto

Assessoria Técnica às Atividades do CGI.br

Carlos Francisco Cecconi, Diego Rafael Canabarro, Jamila Venturini, Jaqueline Gonçalves Xavier, Jean Carlos Ferreira dos Santos, Juliano Cappi, Marcelo Oliveira, Nathalia Sautchuk Patrício e Vinicius Wagner Oliveira Santos

Coordenação Executiva e Editorial

Carlos Francisco Cecconi e Jamila Venturini

Produção Editorial

Caroline D'Avo (Comunicação NIC.br) e Everton Rodrigues (Comunicação NIC.br)

Projeto Gráfico

Pilar Velloso

Produção desta publicação

Revisão Técnica

Jamila Venturini e Jean Carlos Ferreira dos Santos

Tradução

Linguagem Idiomas

Revisão da Tradução

Flávio Carrança

Diagramação

Milena Branco

Ilustrações

Pilar Velloso

Fotos

Getty Images (imagem de fundo da capa), Coletivo Bodoque (imagens da entrevista) e iStockphoto

Esta publicação está disponível também em formato digital em <<http://www.cgi.br>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fórum de Governança da Internet [livro eletrônico] : relatórios dos dez primeiros anos do IGF / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR ; [tradução Linguagem Idiomas]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. -- (Cadernos CGI.br Referências)

6,95 Mb ; PDF

Título original: IGFs' chair summaries

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5559-055-9

1. Fórum de Governança da Internet (IGF) - Brasil

2. Internet - Administração 3. Políticas públicas

4. Relatórios 5. Tecnologia da informação e da comunicação I. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. II. Série.

17-09716

CDD-004.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Fórum de Governança da Internet : Políticas : Relatórios 004.6

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Composição em Novembro de 2017

Integrantes

Representantes do Setor Governamental

Carlos Roberto Fortner
Francilene Procópio Garcia
Franselmo Araújo Costa
Luiz Carlos de Azevedo
Luiz Fernando Martins Castro
Marcelo Daniel Pagotti
Marcos Vinícius de Souza
Maximiliano Salvadori Martinhão
Otávio Luiz Rodrigues Junior

Representantes de Setor Empresarial

Eduardo Fumes Parajo
Eduardo Levy Cardoso Moreira
Henrique Faulhaber
Nivaldo Cleto

Representantes do Terceiro Setor

Flávia Lefèvre Guimarães
Percival Henriques de Souza Neto
Tanara Lauschner
Thiago Tavares Nunes de Oliveira

Representantes da Comunidade Científica e Tecnológica

José Luiz Ribeiro Filho
Marcos Dantas Loureiro
Sergio Amadeu da Silveira

Representante de notório saber em assuntos de Internet

Demi Getschko

Coordenador

Maximiliano Salvadori Martinhão

Secretário Executivo

Hartmut Richard Glaser

Prefácio

por HARTMUT RICHARD GLASER

Criado para ser um espaço de diálogo multissetorial sobre políticas relacionadas à Internet e seus processos de governança, o Fórum de Governança da Internet (IGF) é hoje um dos principais eventos realizados anualmente sobre o tema. Nele, qualquer pessoa interessada pode participar das discussões e integrar-se aos debates em curso sobre temas que vão desde acesso e infraestrutura da Internet até segurança e direitos humanos *on-line*.

O IGF tem se configurado como um espaço democrático onde, desde o início, houve grande preocupação com a ampliação das discussões. São vários os fatores que contribuem para isso. Em primeiro lugar, a programação de cada uma das edições inclui, entre outros, sessões de apresentação para novos participantes e espaços de capacitação. O formato de construção da programação, no qual a própria comunidade global pode enviar propostas de workshops, também contribui para uma maior abertura na participação. A rotatividade nos locais de realização do evento permite também atrair públicos de países em desenvolvimento para os debates sobre governança da Internet, o que pode ser observado nos dados de participação incluídos nos anexos desta edição do *Cadernos CGI.br*.

O CGI.br/NIC.br tem participado ativamente dos espaços do IGF. Além de promover e integrar workshops ou outras atividades, tivemos conselheiros do CGI.br integrando o Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG), responsável pela construção da programação do Fórum, e hospedamos a realização de

duas edições do IGF no Brasil: no Rio de Janeiro, em 2007, e em João Pessoa, em 2015. Desde 2015 também coordenamos, junto a diversos parceiros, um programa de bolsas que apoia a participação de jovens brasileiros no Fórum. Esses esforços certamente contribuíram e ainda contribuem para tornar o Brasil um relevante ator internacional nas discussões sobre governança da Internet, aumentando a presença do país no evento.

A publicação dos relatórios dos dez primeiros IGFs nesta nova edição do *Cadernos CGI.br Referências* é mais um esforço para tornar acessíveis os debates ocorridos no Fórum a todos nós falantes da língua portuguesa. Esperamos que esse livro ajude a qualificar as discussões dos que ingressam a cada ano nesse espaço e que possam contribuir com os pesquisadores oferecendo uma perspectiva histórica dos diálogos ocorridos desde 2006.

Hartmut Richard Glaser
Secretário Executivo do CGI.br

Sumário

14 Introdução

36 Relatórios dos dez primeiros Fóruns de Governança da Internet

38 Atenas 2006

50 Rio de Janeiro 2007

74 Hyderabad 2008

118 Sharm El Sheik 2009

160 Vilnius 2010

212 Nairobi 2011

244 Baku 2012

278 Bali 2013

320 Istambul 2014

378 João Pessoa 2015

426 Entrevista com Carlos Alberto Afonso

440 Anexos

442 ANEXO 1: Parágrafos da agenda de Tunis
diretamente relacionados ao IGF

444 ANEXO 2: Lista das sessões principais realizadas
nos dez primeiros anos do IGF

448 ANEXO 3: Distribuição temática dos workshops
realizados nos dez primeiros anos do IGF

450 ANEXO 4: Relação de temas e subtemas
dos dez primeiros anos do IGF

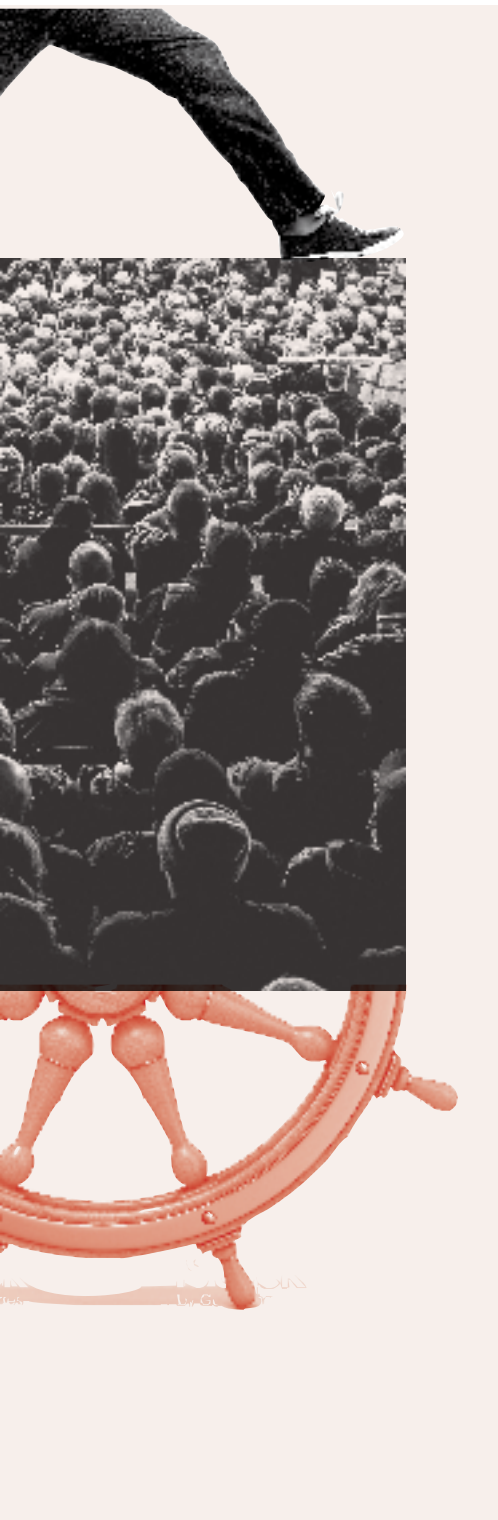
454 ANEXO 5: Distribuição de participantes entre
os setores nos dez primeiros anos do IGF

456 ANEXO 6: Distribuição de participantes entre
as regiões geográficas nos dez primeiros anos do IGF

458 ANEXO 7: Relação dos fóruns de melhores práticas
desenvolvidos ao longo dos dez primeiros anos do IGF

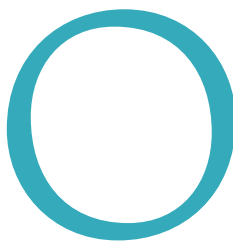
462 Lista de abreviaturas e siglas





I Introdução

por Flávio Rech Wagner



Fórum de Governança da Internet (IGF, na sigla em inglês) é um evento anual realizado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) para o diálogo multissetorial sobre políticas públicas relacionadas à governança da Internet.

A criação do IGF foi uma das propostas surgidas a partir da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI ou WSIS, na sigla em inglês), um par de conferências promovidas pela ONU em Genebra, em 2003, e em Túnis, em 2005, para discutir a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como meios de desenvolvimento social, econômico e cultural, especialmente com vistas à superação do “hiato digital” existente entre diferentes países e entre comunidades ou regiões de um mesmo país. Apesar de ter sido realizada no contexto intergovernamental da ONU, a WSIS foi aberta à participação de todos os outros setores da sociedade civil – setor privado, terceiro setor, academia e comunidade técnica. Como resultado da WSIS, foi aprovado um documento denominado Agenda de Túnis¹, contendo grande número de recomendações em relação à aplicação das TICs para o desenvolvimento humano.

Já em 2005, a Internet desempenhava papel preponderante na disseminação das TICs na sociedade e na economia. Assim, a ela foi reservada parte considerável das recomendações da Agenda de Túnis. Em particular, todo um capítulo do documento foi dedicado ao tema da Governança da Internet, definida como

o desenvolvimento e a aplicação por parte dos governos, do setor privado e da sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas compartilhados que dão forma à evolução e uso da Internet. (UIT, 2014, p. 90)

E “[a] gestão internacional da Internet deve ser multilateral, transparente e democrática, com a plena participação dos governos, do setor privado, da sociedade civil e das organizações internacionais” (UIT, 2014, p. 89).

1 O texto completo original da Agenda de Túnis está disponível em inglês na página <<http://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>>. Acessado em 26 de setembro de 2017. O CGI.br disponibilizou sua tradução para o português no Cadernos CGI.br Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que pode ser encontrado em <<http://cgi.br/publicacao/cadernos-cgi-br-documentos-cmsi/>>. Acessado em 27 de julho de 2017.

Entre as muitas recomendações da Agenda de Túnis, o seu parágrafo 72 solicitou ao Secretário-Geral da ONU, através de um processo aberto e inclusivo, realizar, em 2006, o primeiro encontro de um novo fórum de diálogo político multissetorial, denominado Fórum de Governança da Internet, o IGF. Entre os objetivos estabelecidos para seu mandato, o IGF deveria “discutir questões de políticas públicas relacionadas à Governança da Internet, a fim de promover a sustentabilidade, robustez, segurança, estabilidade e desenvolvimento da Internet” e “facilitar o diálogo entre entidades que lidam com políticas públicas internacionais transversais e relacionadas à Internet, bem como discutir as questões que não se inserem no escopo de nenhuma entidade já existente (UIT, 2014, p. 99).

Ficou explicitado que o IGF

não deverá ter nenhuma função de supervisão nem de substituição de acordos, mecanismos, instituições ou organizações existentes, mas deverá envolvê-los e aproveitar sua experiência. (UIT, 2014, p. 100)

Foi estabelecido, ainda, que o IGF “[s]eria constituído como um processo neutro, não duplicado e não vinculante” e que “[n]ão deveria ter implicação nas operações técnicas da Internet do dia-a-dia” (UIT, 2014, p. 100). Assim, ao contrário de outros fóruns e eventos da ONU, o IGF não teria nenhum caráter deliberativo, não criando nenhuma obrigação para as diversas partes e, em especial, para os governos. Como resultado dessa disposição estabelecida desde sua criação, o IGF nunca resultou em recomendações ou mesmo moções e nunca exigiu negociações políticas entre os diversos setores.

A Agenda também estabeleceu que o funcionamento do IGF seria “multilateral, multissetorial, democrático e transparente” (UIT, 2014, p. 100). Essa disposição se propaga para todos os aspectos da preparação e da programação do evento, conforme será detalhado adiante.

A duração do mandato do IGF

A Agenda de Túnis estabeleceu um mandato inicial de cinco anos para o IGF. Sua primeira edição ocorreu em 2006, em Atenas, na Grécia, e foi seguida de edições no Brasil (Rio de Janeiro, 2007), Índia (Hyderabad, 2008), Egito (Sharm El Sheikh, 2009) e Lituânia (Vilnius, 2010). Após a realização das edições de 2006 a 2010, ocorreu um processo de avaliação dos resultados do IGF por parte da ONU, sendo decidida a extensão do mandato por mais cinco anos, até 2015. Com isso, foram realizados IGFs no Quênia (Nairóbi, 2011), Azerbai-

jão (Baku, 2012), Indonésia (Bali, 2013), Turquia (Istambul, 2014) e Brasil (João Pessoa, 2015). O Brasil foi até agora o único país a sediar duas edições do IGF, o que é certamente consequência do prestígio do país no cenário internacional da Governança da Internet.

Durante o ano de 2015, ocorreu extensa programação de atividades de avaliação dos dez anos subsequentes à WSIS, num processo que se tornou conhecido como WSIS+10. Em reunião especial de sua Assembleia Geral, realizada em dezembro de 2015, a ONU aprovou um documento contendo uma apreciação desse período de dez anos² no qual decidiu-se pela extensão do mandato do IGF por um período de dez anos adicionais. A edição de Guadalajara (México) do IGF, realizada em dezembro de 2016, foi a primeira desse novo ciclo.

Estrutura do IGF

Desde sua primeira edição, o IGF tem sido realizado ao longo de quatro dias e mantido uma mesma estrutura geral para suas sessões de trabalho. Sessões plenárias principais (“*main sessions*”) são realizadas em grandes auditórios e tratam de temas de grande abrangência e interesse. Essas sessões são definidas e organizadas por um grupo de trabalho encarregado da programação do IGF, conhecido como Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG, na sigla em inglês). Além das sessões principais, são realizadas diversas dezenas de workshops propostos por quaisquer partes interessadas (tanto indivíduos, quanto organizações) em resposta a uma chamada pública proposta pelo MAG. Os workshops são selecionados pelo MAG e buscam cobrir todos os temas que os próprios setores consideram relevantes no contexto da Governança da Internet³.

Na organização tanto das sessões principais, como dos workshops, o IGF procura garantir seu caráter multissetorial, tal como disposto no parágrafo 73 da Agenda de Túnis. Assim, ao longo dos anos, a programação tem enfatizado a diversidade de visões, estabelecendo que palestrantes ou debatedores devem (i) representar as diferentes regiões geográficas e setores, (ii) trazer

2 O relatório final do processo WSIS+10 pode ser encontrado em <<http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN96078.pdf>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

3 O Anexo 2 desse volume contém a relação completa das sessões principais realizadas nos dez primeiros anos do IGF, enquanto o Anexo 3 mostra a distribuição temática dos quase mil workshops realizados nesse período.

diferentes perspectivas a respeito das questões em debate e (iii) garantir a igualdade de gênero.

Além das sessões principais e dos workshops, outras atividades realizadas durante o IGF incluem reuniões dos Fóruns de Melhores Práticas (BPFs, na sigla em inglês) e das Coalizões Dinâmicas e Fóruns Abertos, esses últimos destinados ao relato de atividades em desenvolvimento por governos, organizações intergovernamentais e outras entidades do ecossistema de Governança da Internet (como ISOC⁴ e ICANN⁵, por exemplo). Nas edições mais recentes do IGF, até dez atividades foram realizadas em paralelo a cada sessão principal, oferecendo aos participantes um repertório muito vasto e diversificado de relatos e debates.

Além dos quatro dias de evento, o dia anterior ao IGF é conhecido como “Dia Zero” e é destinado a atividades não constantes da programação oficial, promovidas pelo governo do país anfitrião e por diversas entidades do ecossistema internacional de Governança da Internet.

O Grupo de Aconselhamento Multissetorial e o processo de preparação do IGF

A programação de cada edição do IGF é definida, em grande medida, pelo MAG, um grupo de trabalho com mais de 50 membros indicados pelo Secretário-Geral da ONU e que busca representar uma diversidade de setores e de regiões geográficas. Como ilustração, em sua composição de 2017, o MAG conta com 55 membros, sendo 15 de países da Ásia-Pacífico, 15 da Europa, 11 da América Latina e Caribe, nove da África e cinco da América do Norte. Além disso, o grupo, atendendo ao determinado pela Agenda de Túnis, tem uma composição multissetorial. No mesmo ano de 2017, o MAG conta com 18 representantes de governos, 13 da sociedade civil, 11 do setor privado, dez da comunidade técnica e um da mídia. Os membros do MAG cumprem mandatos de três anos e a cada ano um terço dos membros é renovado. O MAG conta ainda com um representante de cada um dos países anfitriões de edições anteriores do IGF e observadores de diversas organizações intergovernamentais.

Os diferentes setores não-governamentais têm organizado processos transparentes de sugestão de nomes para o MAG

4 Ver <<http://www.internetsociety.org/>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

5 Ver <<https://www.icann.org/>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

por meio de comissões representativas e chamadas abertas de candidaturas. Ainda assim, indicações individuais continuam sendo aceitas pela ONU, que se reserva a palavra final na indicação dos membros.

As principais tarefas do MAG são a definição dos temas e a condução das sessões principais, a seleção dos workshops a partir das submissões feitas pela comunidade e a aprovação dos BPFs a serem conduzidos a cada ano. Em 2015, pela primeira vez, o MAG aprovou a realização de outro trabalho intersessional, envolvendo a elaboração, por um grupo de trabalho voluntário, de um relatório com levantamento de boas práticas de políticas públicas voltadas à conexão do “próximo bilhão de usuários” da Internet.

O processo de seleção dos workshops é particularmente complexo. O número de propostas submetidas pela comunidade internacional tem crescido constantemente, tendo chegado a cerca de 250 workshops em 2015. Cabe ao MAG selecionar cerca de uma centena dessas propostas a partir de critérios como relevância, atualidade e diversidade de participantes, entre outros. O MAG também busca garantir a diversidade de entidades e setores proponentes, dando alguma prioridade para propostas provenientes de países em desenvolvimento e/ou de entidades/indivíduos participando pela primeira vez de uma chamada pública de workshops para o IGF. Mesmo com tentativas de tornar o processo o mais objetivo e justo possível, o resultado final da seleção não está livre de críticas e injunções políticas variadas⁶.

Além do MAG, o Secretariado do IGF é igualmente importante na preparação e condução do evento. Trata-se de uma pequena estrutura de apoio sediada em Genebra, na Suíça, e vinculada diretamente ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA, na sigla em inglês). O Secretariado é responsável pelos processos de suporte ao trabalho do MAG e pela conexão com a ONU e com o país-sede.

Finalmente, cabe ao país-sede toda a organização local do evento, em estreito cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Secretariado e pela ONU. Isso envolve a preparação de toda a logística local em aspectos como espaços físicos, meios de comunicação,

⁶ Há inevitáveis disputas entre os diferentes setores, especialmente governos, empresas e sociedade civil, visando à aprovação de propostas de workshops mais alinhadas a seus respectivos interesses e visões. Assim, nem sempre o mérito intrínseco de uma proposta é o critério preponderante para sua aprovação.

transporte dos participantes e oferta de opções de hospedagem e alimentação. O país-sede obriga-se a cobrir todos os custos financeiros decorrentes da organização do evento, podendo recorrer a patrocínios de entidades internacionais e de empresas privadas – algo que foi determinante para a viabilização de algumas das edições do Fórum. Os direitos e deveres do país-sede e da ONU são acertados através de um contrato negociado entre as partes.

O país-sede também é responsável por, a cada edição do IGF, elaborar um relatório resumindo as discussões ocorridas nas sessões principais. Eles reúnem informações importantes sobre cada edição, como os principais temas abordados nas diversas sessões da programação, o número de participantes, sua distribuição por setores e regiões, entre outros. Apesar de seguirem um formato mais ou menos padronizado, há certa heterogeneidade entre os relatórios, que reflete a particularidade de cada edição do próprio IGF. Além de se tratar de um importante esforço de documentação, os relatórios são um dos principais resultados do IGF, uma vez que sistematizam pontos considerados de consenso entre os presentes em cada sessão. Sua análise pode ser reveladora sobre a evolução dos debates sobre Governança da Internet e se espera que possa colaborar para os avanços e desafios que estão abertos para o futuro.

Os temas do IGF

A cada nova edição do IGF, o MAG tem definido um tema principal para o evento, assim como um conjunto de subtemas^{7 8}. A definição desses temas se dá com base nas questões de Governança da Internet consideradas de maior relevância durante o ano anterior a cada edição. De forma consistente com o tema principal e subtemas de cada edição, o MAG define um conjunto de sessões principais e abre uma chamada de propostas de workshops. Posteriormente, a programação do evento é organizada de forma a agrupar workshops segundo os subtemas previamente definidos.

7 Em 2016, pela primeira vez, e depois novamente em 2017, o MAG não definiu subtemas *a priori*. Um grande conjunto de palavras-chave foi sugerido para classificar as propostas de workshops e os proponentes tinham liberdade para indicarem novas. Em 2017, como exemplo, o MAG sugeriu uma relação inicial de 23 palavras-chave, mas os proponentes utilizaram também dezenas de outras por eles sugeridas. Ao final, os workshops aprovados foram agregados segundo as palavras-chave mais frequentes.

8 A relação completa de temas e subtemas das edições do IGF de 2006 a 2015 pode ser encontrada no Anexo 4.

Até 2012, o MAG sempre programou sessões principais que seguiam diretamente os subtemas selecionados para a edição de cada ano⁹. Além disso, observa-se que nesses primeiros anos os subtemas correspondiam em sua totalidade a questões de Governança da Internet bastante abrangentes, tais como abertura, acesso, diversidade, segurança, privacidade e recursos críticos, mas sempre mantendo um item “questões emergentes” para a discussão de temas do momento. Essas sessões principais atraíam a atenção de uma ampla parcela dos participantes e permitiam a integração, em uma mesma discussão, das diversas comunidades presentes no IGF, assim como a convergência das contribuições trazidas ao IGF a partir dos workshops, fóruns abertos, fóruns de melhores práticas e coalizões dinâmicas. Durante vários anos, workshops alinhados diretamente com os temas das sessões principais eram, inclusive, identificados na programação como “workshops alimentadores” (“*feeder workshops*”) de tais sessões.

A partir de 2013, duas novas tendências podem ser verificadas: de um lado, o MAG promoveu um descolamento entre os subtemas da edição do IGF e os temas das sessões principais e, de outro, passou a selecionar questões um pouco mais pontuais tanto para os subtemas da edição como para os temas das sessões principais, alinhando esses últimos de forma mais direta com questões relevantes do momento, ainda que buscando manter uma predominância de temas mais abrangentes de Governança da Internet. Assim, foram selecionados, por exemplo, subtemas como “cooperação aprimorada”, em 2013, “criação, disseminação e uso de conteúdos” e “IGF e o futuro do ecossistema da Internet”, em 2014, e “aprimorando a cooperação multissetorial”, em 2015. Em termos de sessões principais, foram selecionados temas como “O papel dos governos na cooperação multissetorial” e “Marco legal e outros marcos: spam, hacking e cibercrime”, em 2013, “Funções IANA: Processo de Transição da Supervisão da NTIA e Prestação de Contas da ICANN”, em 2014, e “Revisão de Dez Anos da CMSI: Desenvolvendo Mensagens da Comunidade do IGF” e “Um Diálogo sobre *Zero Rating* e Neutralidade de Rede”, em 2015. Tal tendência, possivelmente, refletiu o crescente aumento da complexidade da Governança da Internet em termos da diversidade de assuntos e atores.

9 Para uma comparação entre os temas das sessões principais e os subtemas de cada edição, ver Anexos 2 e 3.

O Anexo 3 mostra um levantamento estatístico dos temas cobertos pelos workshops selecionados para realização entre 2006 e 2015. É importante mencionar que a agregação dos workshops em temas utilizada nesse levantamento foi feita a cada ano pelo próprio Secretariado do IGF, num esforço de melhor apresentar a programação do evento, associando os workshops aos subtemas estabelecidos pelo MAG para aquela edição. Em muitos casos, tal associação não é perfeita para a caracterização de cada workshop, uma vez que muitos deles cobrem aspectos variados e alguns não são diretamente capturados pelos subtemas estabelecidos pelo MAG¹⁰.

Num ambiente multissetorial como o MAG, pontos de tensão são inevitáveis na definição dos temas e subtemas prioritários de cada edição em função dos interesses de cada setor. Pode-se observar, por exemplo, que enquanto governos procuram enfatizar temas como cibersegurança, empresas preferem priorizar assuntos relacionados à economia digital e a sociedade civil defende temas ligados a direitos humanos.

Participação da comunidade

O IGF é hoje, reconhecidamente, o principal espaço de discussão internacional sobre Governança da Internet. Exceto pela edição inaugural de Atenas, em 2006, que contou com apenas 36 workshops apresentados, o IGF se consolidou com um número de participantes que tem oscilado em torno de 2.000 e com um número crescente de workshops submetidos (chegando a 247 em 2015, 260 em 2016 e 281 em 2017) e selecionados (chegando a 105, em 2015). Além disso, o Fórum tem viabilizado a discussão de uma diversidade enorme de temas relacionados à Governança da Internet, muitos dos quais não encontram outros espaços de discussão multissetorial – principalmente os que não tratam de temas técnicos. Essa certamente é uma das grandes razões para a relevância crescente do Fórum.

O IGF deve ser, por seu próprio mandato estabelecido na Agenda de Túnis, um espaço de debate entre os diferentes setores da sociedade – governos, setor privado, sociedade civil e comunidades técnica e acadêmica. Tal objetivo tem sido alcançado, ainda que a participação dos diferentes setores não seja totalmente equitativa (ver Anexo 5). Embora nos anos iniciais tenha havido um

10 Ver nota de rodapé 7.

equilíbrio entre os participantes dos diversos setores, todos eles se mantendo em torno de 20% dos presentes no evento, nos anos mais recentes se observou um aumento expressivo de participantes da sociedade civil (32% em 2014 e 44% em 2015) e uma redução tanto do setor privado (apenas 12% em 2015), como da comunidade técnica (11% em 2014 e 10% em 2015). Enquanto isso, representantes de governo se mantiveram um pouco acima de 20%.

O interesse e o engajamento dos diferentes setores não são medidos apenas pelo número de participantes, mas também pela quantidade de workshops propostos por cada um a cada ano. Em 2016, por exemplo, de um total de 260 propostas submetidas, 59% (153 propostas) vieram da sociedade civil, 20% da comunidade técnica, 10% do setor privado, 6% de governos e 5% de organizações intergovernamentais. Há já vários anos, possivelmente refletindo sua crescente compreensão do IGF como espaço privilegiado para a defesa de suas posições, a sociedade civil lidera a submissão de propostas, enquanto governos ficam bastante atrás. O aumento no número de submissões por parte dos governos tem sido um objetivo constante do MAG. Outro fator relevante é a distribuição geográfica das propostas: ainda em 2016, 54% delas vieram de países desenvolvidos e as demais 46% de países em desenvolvimento, o que mostra certo equilíbrio. Essas porcentagens não se alteraram significativamente em 2017, sendo de 52% e 48% respectivamente.

Ainda do ponto de vista das regiões geográficas, nota-se que a distribuição dos participantes tem sido fortemente influenciada pelo local da edição do IGF (ver Anexo 6). Os países-sede contribuíram, por exemplo, com 56% dos participantes na edição de Hyderabad em 2008 e 49% deles na edição de João Pessoa em 2015, embora na edição de 2009, realizada em Sharm El Sheikh, apenas 18% dos participantes eram provenientes do Egito. Excetuando-se os participantes dos países-sede, observa-se, por exemplo, que a América Latina e o Caribe têm contribuído com 3% a 6% dos participantes do IGF, enquanto a África tem contribuído com 5% a 8% e a região Ásia-Pacífico com 10% a 19%.

Esses números evidenciam que um dos grandes desafios do IGF é promover o aumento da participação de representantes de países em desenvolvimento, assim como de comunidades pouco representadas, o que depende, em grande parte, da disponibilidade de recursos financeiros.

Uma das principais formas de se contornar a ausência de recursos para promover a presença de participantes de países em

desenvolvimento e de novos grupos e comunidades nos debates sobre Governança da Internet que ocorrem no IGF é a participação remota. Há vários anos a promoção e a qualificação dessa forma de participação têm sido prioridades do MAG. Todas as sessões do IGF são transmitidas *on-line*, através de sistema de videoconferência, e os workshops e sessões principais possuem um moderador específico responsável pela viabilização da participação remota da forma mais qualificada possível.

Como ressaltado anteriormente, a diversidade e a representatividade dos setores e das regiões geográficas são buscadas no IGF não apenas entre os participantes e proponentes de workshops, mas também entre os debatedores e palestrantes. Tal exigência é feita de forma explícita pelo MAG já na chamada de workshops e, de forma consistente, a diversidade é um dos principais critérios adotados na avaliação e seleção das propostas. Na organização das sessões principais é o próprio MAG que assegura a diversidade dos convidados.

A diversidade de gênero também tem sido buscada em todos os aspectos do IGF. A porcentagem de mulheres entre os participantes do evento vem crescendo e chegou a 38% do total em 2015. Em termos de proposição de workshops, mulheres lideraram exatamente 50% das propostas submetidas em 2017.

Em 2015, de forma inovadora, o IGF promoveu em sua edição de João Pessoa um programa especial para a participação de jovens no evento. Sob liderança do CGI.br e em parceria com a Internet Society (ISOC) e com apoio financeiro adicional das empresas Google, Intel e Verizon, 73 jovens da América Latina e Caribe foram selecionados para participarem do evento, tendo recebido, previamente, uma formação especial em Governança da Internet. Os jovens tiveram atuação extremamente qualificada e vibrante durante o evento, o que deu grande visibilidade ao programa, que foi repetido em 2016, mas expandindo-se para outros continentes. Nessa edição foram selecionados 69 participantes, dos quais 20 brasileiros.

Trabalho intersessional

O IGF foi inicialmente encarado como um grande evento anual de quatro dias cuja programação se baseava em um processo preparatório inteiramente coordenado pelo MAG. No entanto, a comunidade, de forma espontânea, rapidamente passou a desenvolver outras atividades sob o manto do IGF, aproveitando a criação desse espaço inovador para a discussão de aspectos de Governança da Internet que não encontravam abrigo em outras entidades ou fóruns.

Já no encontro inaugural do IGF em Atenas, ocorreram, por exemplo, reuniões das primeiras Coalizões Dinâmicas: agrupamentos espontâneos de atores do ecossistema que se dedicam à discussão de aspectos específicos de Governança da Internet. Suas atividades não se restringem apenas a reuniões durante o IGF, mas ocorrem ao longo de todo o ano, usualmente através de espaços de debate *on-line*. De modo geral, as Coalizões Dinâmicas produzem estudos ou relatórios de interesse para a comunidade. Um exemplo notável é a Coalizão Dinâmica em Princípios e Direitos para a Internet¹¹, que produziu uma proposta de um conjunto de 10 princípios e direitos fundamentados nos Direitos Humanos e que está disponível em 25 idiomas, inclusive o Português¹². Há hoje 18 Coalizões Dinâmicas ativas registradas na página do IGF¹³, além de outras 10 Coalizões inativas. As coalizões tratam de temas tão variados como acessibilidade, gênero, tecnologias *blockchain*, segurança *on-line* de crianças, neutralidade de rede e mudanças climáticas.

Também desde o início do IGF surgiu o conceito de Fóruns de Melhores Práticas (BPFs, na sigla em inglês), destinados à divulgação de práticas adotadas em diferentes países ou organizações para tratamento de questões variadas. Até 2009, as atividades dos BPFs resumiam-se a encontros ocorridos durante o próprio IGF, nos quais melhores práticas eram relatadas em sessões propostas pela própria comunidade. Em 2007, por exemplo, foram realizadas 23 sessões de BPFs, enquanto em 2009 ocorreram 15 sessões. Após uma interrupção de quatro anos, os BPFs retornaram em 2014 em um formato diferente: os temas, em número bem menor, passaram a ser decididos pelo MAG a cada ano e o trabalho se desenvolve ao longo de vários meses, culminando na elaboração de um relatório final que é apresentado e discutido com a comunidade durante o IGF¹⁴.

11 Ver a página da Coalizão em <<http://internetrightsandprinciples.org/site/>>.

Acessado em 26 de setembro de 2017.

12 Ver em <http://internetrightsandprinciples.org/site/wp-content/uploads/2017/03/IRPC_booklet_brazilian-portuguese_final_v2.pdf>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

13 Ver a lista das Coalizões Dinâmicas atuais em <<https://www.intgovforum.org/multilingual/content/dynamic-coalitions-4>>. Acessado em 26 de setembro de 2017. A lista das Coalizões Dinâmicas criadas ao longo dos 10 anos iniciais do IGF e atualmente inativas pode ser encontrada em <<https://www.intgovforum.org/multilingual/content/inactive-dynamic-coalitions-2>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

14 O Anexo 7 contém a relação completa de BPFs desenvolvidos ao longo dos 10 anos iniciais do IGF.

O envolvimento direto do MAG na proposição e acompanhamento do trabalho dos BPFs ocorreu como uma das muitas respostas às demandas de aperfeiçoamento nos resultados gerados pelo IGF. Apesar da Agenda de Túnis determinar que o IGF seria um fórum não deliberativo e não vinculante, sempre houve uma demanda para a geração de resultados mais tangíveis e úteis para a comunidade internacional, algo que foi enfatizado nos diversos trabalhos de avaliação do IGF ocorridos desde a sua criação.

Por conta disso, em anos recentes passou-se a reconhecer, de maneira mais formal e estruturada, a existência do chamado “trabalho intersessional” do IGF, ou seja, aquele que ocorre ao longo do ano entre duas edições consecutivas do evento e que produz resultados mais concretos, na forma de estudos ou recomendações. Ao mesmo tempo, o MAG passou a acompanhar mais de perto esses esforços intersessionais, inclusive estabelecendo regras para seu funcionamento. No caso das Coalizões Dinâmicas, por exemplo, foram estabelecidas regras para sua criação, atuação e produção de resultados. Também como parte desse esforço de institucionalização, a partir de 2015 os trabalhos intersessionais passaram a ser apresentados e discutidos em sessões principais do IGF, ganhando maior visibilidade.

Outra iniciativa do MAG no contexto do trabalho intersessional foi a criação de um grupo de trabalho, em 2015, destinado ao levantamento e discussão de políticas públicas voltadas à conexão do próximo bilhão de usuários da Internet¹⁵. Esse trabalho teve continuidade em 2016 e 2017, com uma evolução da temática para cobrir também a questão da capacitação dos usuários.

IGFs nacionais e regionais

O crescente sucesso do IGF global, em seu espírito multissetorial de discussão de todos e quaisquer aspectos de Governança da Internet, levou ao surgimento de diversas iniciativas similares de caráter nacional ou regional já a partir de 2008. Em 2011 já eram reportadas 38 dessas iniciativas. Hoje existem cerca de 80 IGFs nacionais e regionais¹⁶, que discutem temas de maior

15 Mais informações sobre a iniciativa podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/policy-options-for-connection-the-next-billion>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

16 Uma lista dos IGFs nacionais e regionais pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-regional-and-national-initiatives>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

interesse para seu respectivo país ou região e geram subsídios importantes para o IGF global. Eles são organizados localmente por arranjos multissetoriais distintos e independentes em relação ao IGF global. Em muitos desses casos, a simples criação de espaços de diálogo multissetorial no país ou região já se constitui em importante avanço derivado do IGF. Exemplos de IGFs regionais bem estabelecidos são o EuroDIG¹⁷, na Europa, e o LAC-IGF¹⁸, na América Latina e Caribe. No Brasil, o Fórum da Internet¹⁹, organizado pelo CGI.br desde 2010, é reconhecido como o IGF nacional.

Assim como no caso do trabalho intersessional, a proliferação dos IGFs nacionais e regionais levou a esforços de coordenação e institucionalização, que estabeleceram um vínculo mais efetivo de comunicação entre eles, o MAG e o Secretariado do IGF. Além disso, a partir de 2015 os IGFs nacionais e regionais passaram a ter um espaço de discussão na programação das sessões principais do IGF global.

Protagonismo do Brasil e do CGI.br

O Brasil é um dos países com participação mais expressiva no IGF, em grande parte, por conta do protagonismo internacional do CGI.br, considerado exemplo internacional de governança multissetorial. O país é o único no mundo que já sediou duas edições do IGF: em 2007 no Rio de Janeiro e em 2015 em João Pessoa. Em ambos os casos houve enorme sucesso e excelente padrão de organização, obtidos em boa parte graças à liderança do CGI.br e à cobertura completa de despesas por ele assegurada.

O Brasil também tem estado sempre representado no MAG, o grupo de trabalho nomeado pela ONU para definição da programação do IGF a cada ano, e, desde o início, tem promovido workshops sobre diversos temas de Governança da Internet. O CGI.br também tem proposto e realizado discussões qualificadas nos workshops e fóruns abertos.

17 Ver a página do EuroDIG em <<https://www.eurodig.org/>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

18 Ver a página do LAC-IGF em <<https://lacigf.org/>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

19 Ver a página do Fórum da Internet em <<http://forumdainternet.cgi.br/>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

Aperfeiçoamentos no IGF

Ao final do primeiro ciclo de cinco anos do IGF, em 2010, a ONU aprovou a renovação do seu mandato por mais cinco anos, mas simultaneamente solicitou que fosse realizada uma avaliação dos resultados obtidos e que fossem compiladas propostas de aperfeiçoamento para o evento²⁰. Um grupo de trabalho reuniu-se entre 2011 e 2012, produzindo um relatório final²¹ que fez 41 recomendações de aperfeiçoamentos em cinco grandes dimensões: i) qualidade e formato dos resultados do IGF, de modo a aumentar o impacto do IGF na governança e nas políticas globais da Internet; ii) modalidades do trabalho do MAG e do Secretariado do IGF; iii) financiamento do IGF; iv) aumento dos esforços de capacitação e da participação de partes interessadas, especialmente de países em desenvolvimento, pessoas com deficiências e outros grupos pouco representados; e v) conexão entre o IGF e outras entidades relacionadas à Governança da Internet²².

Pode-se dizer que, em grande parte, a organização do IGF em anos recentes tem procurado avançar nas direções indicadas por aquele relatório, especialmente na produção de resultados mais tangíveis, o que se materializa, por exemplo, nas diversas iniciativas de trabalho intersessional. O trabalho do MAG também tem sido aperfeiçoado, em termos de transparência e na melhor interlocução com as diversas partes interessadas. Na seleção de workshops, por exemplo, o MAG tem procurado priorizar propostas vindas de países em desenvolvimento e de entidades que submetem propostas pela primeira vez ao IGF. Como forma de incrementar e qualificar a participação das pessoas presentes no evento, o MAG

20 O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU, em sua resolução 2010/2 de julho de 2010, particularmente seu parágrafo 30, “convidou o Coordenador da Comissão em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) a estabelecer, de uma maneira aberta e inclusiva, um grupo de trabalho que iria levantar, compilar e revisar contribuições dos Estados-Membro e de todas as demais partes interessadas a respeito de aperfeiçoamentos no IGF, de forma consistente com o mandato definido na Agenda de Túnis”. Ver <<http://www.un.org/esa/socdev/documents/ecosoc/2010/resolutions.pdf>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

21 O relatório está disponível em <<http://intgovforum.org/cms/documents/78-report-of-the-working-group-on-improvements-to-the-internet-governance-forum>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

22 O relatório está disponível em <<http://intgovforum.org/cms/documents/78-report-of-the-working-group-on-improvements-to-the-internet-governance-forum>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

também tem estimulado a realização de workshops que fujam do formato tradicional de painéis, que, muitas vezes, reservam a maior parte do tempo a exposições de palestrantes convidados e deixam pouco espaço para o debate com o público. Também tem sido estimulada a diversificação de palestrantes, estimulando-se os convites a representantes de entidades não usualmente presentes no IGF. Finalmente, merece destaque a crescente ênfase que vem sendo dada aos recursos para participação remota no IGF global, viabilizando o aumento e a qualificação da participação dos atores que não podem comparecer presencialmente ao local do evento.

Ao se completarem dez anos da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em 2015, foi realizado um processo de avaliação de seus desdobramentos que ficou conhecido como WSIS+10 e contou com diversos eventos ao longo de todo o ano. Ao final, a Assembleia Geral da ONU aprovou um relatório²³ que, em seu capítulo sobre Governança da Internet, reconheceu a relevância do papel do IGF, estendeu seu mandato por dez anos adicionais e solicitou que o IGF continuasse a mostrar progressos nas modalidades de trabalho e na participação das partes interessadas dos países em desenvolvimento. O relatório afirma que

[R]econhecemos o papel do Fórum de Governança da Internet como plataforma multissetorial de discussão sobre questões de Governança da Internet. Apoiamos as recomendações presentes no relatório do Grupo de Trabalho sobre Aprimoramentos ao Fórum de Governança da Internet da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, das quais a Assembleia Geral tomou nota em sua Resolução 68/198 de 20 de dezembro de 2013, e solicitamos sua acelerada implementação. Estendemos por mais 10 anos o mandato existente do Fórum de Governança da Internet como estabelecido nos parágrafos 72 e 78 da Agenda de Túnis. Reconhecemos que, durante esse período, o Fórum deveria continuar a mostrar progressos nas modalidades de trabalho e na participação de setores relevantes de países em desenvolvimento. Solicitamos à Comissão, dentro de seu relatório regular, que devidamente considere o cumprimento das recomendações no relatório de seu Grupo de Trabalho. (ONU, 2015, parágrafo 63, tradução nossa)

23 O relatório final do processo WSIS+10, publicado em dezembro de 2015, pode ser encontrado em inglês em <<http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN96078.pdf>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

Também merece referência o “retiro” promovido pelo UNDESA em julho de 2016, reunindo diversos membros do MAG e outros representantes dos vários setores, durante o qual foi feita uma avaliação dos dez primeiros anos do IGF e se discutiram possíveis aperfeiçoamentos futuros²⁴. Em seu relatório final, o retiro levantou sugestões para melhorias em diversos aspectos do IGF, entre eles: processo preparatório, incluindo composição e missão do MAG e outras estruturas de suporte, como o Secretariado do IGF; aumento no engajamento das partes interessadas; papel do IGF em esforços de capacitação; financiamento do IGF; qualificação dos resultados gerados pelo IGF, aumentando seu impacto e visibilidade; IGFs nacionais e regionais; trabalho intersessional; comunicação; e cooperação com outras entidades.

Considerações finais e desafios

O IGF definitivamente encontrou seu lugar no cenário internacional, constituindo-se em um fórum único e hoje insubstituível de diálogo que cobre todas as dimensões possíveis da Governança da Internet. Seguindo o mandato estabelecido na Agenda de Túnis, o IGF é um espaço de discussão multissetorial, não deliberativo e não impositivo. Ele é o único espaço que trata múltiplas dimensões de forma abrangente e integrada, ao contrário de outros fóruns ou entidades que têm mandatos específicos ou reúnem uma representação restrita dos países e da sociedade. Além disso, ele é reconhecido como um espaço privilegiado para o debate integrado de aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que são inseparáveis do uso e do desenvolvimento da Internet.

Já em 2010, ao final do mandato inicial de cinco anos do IGF, seu papel era reconhecido pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA) da ONU, sob o qual o Fórum está abrigado:

Há um sentimento geral de que o IGF encontrou seu lugar na constelação de instituições internacionais lidando com questões de políticas públicas relacionadas à Internet. Houve algo de ceticismo no início, mas agora há um amplo reconhecimento de que há funções complementares entre o IGF e organizações e instituições internacionais lidando com questões de políticas relacionadas à Internet. Ainda que a primeira vista possa haver uma aparente sobreposição em

24 Informações sobre o retiro estão disponíveis em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf-retreat>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

termos de substância, não há qualquer sobreposição em termos de funções, uma vez que o IGF não é um órgão decisório. Ele é mais parecido a uma incubadora de ideias e iniciativas de políticas que serão amadurecidas em outros espaços. Nesse sentido, o IGF prepara e ajuda a moldar decisões que são tomadas por outras instituições. (UNDESA, 2010, tradução nossa)

Cinco anos mais tarde, o UNDESA, a propósito dos dez primeiros anos do evento, escreveu²⁵:

O IGF incorporou o modelo multisetorial para a Governança da Internet, respondendo à Agenda de Túnis. O crescimento contínuo da Internet em todas as plataformas tecnológicas reforçou a necessidade de um diálogo aberto sobre políticas que reúna todos os setores em pé de igualdade. É esse tipo de diálogo que dá força ao IGF e consolida sua relação com as outras várias instituições e processos de governança da Internet, não apenas por reunir seus representantes em uma mesma mesa de discussão, mas, principalmente, por pegar essas discussões e alimentá-las nos processos decisórios que estão moldando o futuro da Internet. O IGF também tem contribuído positivamente com as discussões sobre o desenvolvimento social e econômico global, tanto no acompanhamento dos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), quanto no desenho da agenda de desenvolvimento pós-2015. (CSTD, 2015, tradução nossa)

Em 2014, em resposta a uma chamada pública feita pelo MAG, a comunidade internacional enviou diversas contribuições que ilustraram ações e decisões concretas que foram tomadas por diferentes atores como resultado de sua participação em discussões ocorridas nos IGFs global, regionais e nacionais. A síntese elaborada pelo MAG²⁶ incluiu exemplos como: a criação de novos IGFs nacionais ou outras plataformas de diálogo e eventos para a discussão sobre Governança da Internet; a criação de novas agências ou instituições

25 Ver o Capítulo 7 do relatório *"Implementing WSIS Outcomes: A Ten-Year Review"*, produzido pela Comissão em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD), da ONU, disponível em <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/dt1stict2015d3_en.pdf>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

26 Ver documento *"Call for Information Preparatory Cycle 2014 - Synthesis Draft"*, disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/documents/contributions/call-for-information/232-internet-governance-forum-igf-call-for-information-2014-preparatory-cycle-synthesis-report>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

nacionais para promoção da Governança da Internet; a coordenação regional entre entidades administradoras de nomes de domínio de primeiro nível correspondentes a códigos de países e territórios, como o .br, (ccTLDs); a divulgação mais efetiva de recomendações e estudos feitos por diferentes entidades; esforços de capacitação; a criação de diretivas para a indústria visando à proteção de crianças na Internet; a construção e o lançamento de novos recursos *on-line* conectados a conclusões derivadas do IGF; e o lançamento de novos projetos de pesquisa.

No mesmo documento, diversas entidades apontaram pontos positivos do IGF, entre os quais pode-se destacar os seguintes: promoção de conhecimento e compartilhamento de informações relevantes; espaço único de colaboração entre comunidades do mundo todo, em especial aquelas que não têm outras oportunidades de encontro; oportunidade para as comunidades colocarem as questões de seu interesse e discuti-las abertamente em um ambiente não sujeito à pressão que surge quando posições precisam ser defendidas em um processo formal de negociação; plataforma com formato e agenda que podem evoluir ao longo dos anos, levando em consideração o surgimento de novos temas; papel positivo na promoção do modelo multissetorial de governança como meio de legitimação de resultados de negociação política; e papel essencial em vencer as distâncias entre a promoção de direitos humanos e as políticas para a Internet.

Com mandato assegurado até 2025 e o amplo reconhecimento de seu papel e relevância pela comunidade internacional, o IGF pode encarar os múltiplos desafios à frente e planejar seu futuro. Atendo-se ao mandato a ele concedido pela Agenda de Túnis e renovado pela ONU, o IGF permanece como um fórum de diálogo, não deliberativo e não impositivo, que promove a aproximação entre os diferentes setores, esperando-se que esse diálogo produza resultados concretos em outros fóruns, por exemplo na forma de novas políticas públicas ou normas internacionais. No entanto, ao mesmo tempo, há uma demanda por resultados mais tangíveis em todas as recomendações feitas para seu aperfeiçoamento, o que pode criar alguma tensão com seu caráter não deliberativo. Até o momento, esta recomendação tem sido atendida na medida em que diferentes trilhas de atividade do IGF, como as Coalizões Dinâmicas e os Fóruns de Melhores Práticas, produzem estudos ou propostas que são disseminados para a comunidade. Também

nessa direção está a produção, a cada ano, de relatórios detalhados e individualizados de cada sessão organizada no IGF global, que permitem a divulgação, para uma comunidade muito mais ampla, das posições defendidas nesses debates e dos eventuais consensos e dissensos deles resultantes. Finalmente, deve-se reconhecer que a multiplicação de IGFs nacionais e regionais está promovendo o modelo multissetorial de Governança da Internet e criando espaços de diálogo em países onde tais espaços não existiam anteriormente.

Outro desafio importante a ser enfrentado, também sempre ressaltado nos processos de avaliação do IGF, é o aumento e a qualificação da participação dos países e comunidades que, historicamente, não estão adequadamente representados nos processos e fóruns internacionais de Governança da Internet. A língua já representa barreira natural para muitos desses atores, já que o inglês é a língua oficial do fórum e apenas as sessões principais têm tradução simultânea para as línguas oficiais da ONU. A falta de recursos financeiros para pagamento de viagem e estadia é outro grande obstáculo, que pode ser apenas precariamente superado pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de participação remota. O IGF é considerado, na ONU, um projeto extraorçamentário, o que significa que ele não é financiado pelo orçamento oficial da entidade e depende de patrocínios de outras fontes, que alimentam um fundo específico²⁷. A ONU dá suporte financeiro direto apenas à pequena equipe que forma o Secretariado do IGF, sediado em Genebra. O evento global é pago inteiramente pelo país-sede e os recursos do fundo precisam ser utilizados para todas as outras despesas, como o apoio ao trabalho do MAG e às atividades intersessionais e, na medida do possível, o financiamento da participação de atores desprovidos de recursos.

Em 2017, dois grupos de trabalho foram criados pelo MAG para tratar de diferentes aspectos do futuro do IGF. Um deles se debruçará, mais uma vez, sobre os aperfeiçoamentos já propostos em diferentes espaços anteriores de discussão, avaliando em que medida eles estão sendo implementados de maneira bem sucedida. Um segundo grupo fará um trabalho até hoje

27 A relação detalhada de doações feitas a esse fundo desde a criação do IGF pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/cms/funding>>. Acessado em 26 de setembro de 2017.

ainda inédito, que é a proposição de um programa de trabalho estratégico plurianual para o IGF, aproveitando a extensão do seu mandato por dez anos. Os contornos desse programa de trabalho ainda não estão claros, mas espera-se que o grupo possa propor, para posterior deliberação e aprovação pelo MAG, uma previsão da evolução do fórum em suas múltiplas dimensões, entre elas temáticas a serem abordadas nos próximos anos, modalidades de trabalho intersessional, resultados mais tangíveis, processos de seleção de workshops, participação remota e de comunidades e países mal representados e processos de trabalho do MAG, entre outros.



II

Relatórios



Atenas 2006

Sessão Inaugural do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Atenas, 30 de outubro–2 de novembro de 2006

Sumariado pelo Secretariado do IGF

Formato

Foram realizadas seis sessões em formato inovador de painéis interativos multissetoriais, abertos ao público para perguntas e comentários. Os participantes à distância tiveram a oportunidade de participar por meio de blogues, salas de *chat*, e-mail e mensagens de texto.

Um dos moderadores se referiu a essas sessões como um experimento e um debate gigantescos. Ele também se lembrou do comentário do Secretário Geral de que o IGF entrou em territórios inexplorados ao promover um diálogo entre todos os setores como iguais. De maneira geral, o novo formato foi bem recebido e aceito, sendo considerado por alguns comentadores um verdadeiro avanço em cooperação multissetorial.

Houve um total de 36 workshops paralelos às sessões principais. Os relatórios desses workshops estarão disponíveis no website do IGF.

Definindo o Cenário

A primeira sessão cobriu uma gama muito grande de questões. O próprio moderador se lembrou de que há dez anos, um encontro semelhante era frequentado principalmente por engenheiros e acadêmicos da América do Norte e da Europa, enquanto esta reunião teve participações mais amplas, tanto em termos geográficos quanto de grupos setoriais. Um palestrante observou que, há quatro anos, muitas pessoas ali reunidas na sala não dialogavam umas com as outras.

Muito ampla, a discussão na primeira sessão tocou em todos os tópicos que seriam cobertos mais tarde, no decorrer da semana. A importância do modelo multissetorial foi enfatizada por muitos palestrantes.

Vários palestrantes observaram que o IGF não é o início desse processo, mas a metade dele, que muito já se atingiu no processo da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) e que o IGF deve construir a partir daí. Foi observado que todos os setores

têm papéis a desempenhar no IGF. Houve consenso de que precisamos compartilhar experiências, perspectivas e as melhores práticas.

Muitos dos palestrantes comentaram o fato de que, para as políticas, a tecnologia se move a um ritmo difícil de acompanhar. E que, conseqüentemente, aqueles que trabalham em áreas de políticas devem ser tão criativos quanto os criadores de tecnologia. Foram feitos também muitos comentários que expressaram o desejo de que o IGF não fosse uma sequência de cinco encontros realizados em lugares bonitos, mas um processo dentro do qual os encontros servissem como pontos de verificação.

Um tema notável nessa sessão foi o do desenvolvimento, enfatizado por vários palestrantes, que perguntaram o que o IGF poderia fazer para os bilhões de pessoas que ainda não têm acesso à Internet.

A mensagem principal dessa sessão foi a de que nenhum setor poderia trabalhar sozinho na questão da Governança de Internet (IG) e, portanto, todos precisavam fazê-lo de forma conjunta.

Para concluir, considerou-se que, para o IGF ter valor, deveríamos deixar Atenas com uma clara visão sobre como seguir adiante.

Abertura

A Sessão de Abertura se concentrou, por um lado, no livre fluxo de informação e, por outro na informação livre e no acesso à informação e ao conhecimento. A maior parte da discussão foi dedicada a encontrar o equilíbrio correto:

- entre a liberdade de expressão e a responsabilidade de usar essa liberdade; e
- entre a proteção dos direitos autorais e o acesso ao conhecimento.

Alguns palestrantes apontaram que ambos os temas estão conectados e que, para os países em desenvolvimento, problemas como acesso melhor à Internet e acesso ao conhecimento são mais que uma prioridade. Um palestrante se referiu às possibilidades oferecidas pela Internet para criar conteúdos como “uma nova forma de liberdade de expressão”. Ele se reportou ao uso criativo do novo meio pelos jovens, que sob o ponto de vista da legislação contemporânea pode ser ilegal.

Enquanto todos os palestrantes enfatizaram a importância da liberdade de expressão, dois deles lembraram ao público que esta liberdade não é absoluta, que ela tem limitações e que a Internet não está acima da lei. O discurso de ódio, por exemplo, é ilegal tanto no mundo *on-line* como no *off-line*.

De forma geral, a percepção foi a de que a Internet tem contribuído muito para o livre fluxo de informação e a liberdade de expressão. No entanto, também criou uma apreensão institucional inerente, ou medo do novo empoderamento popular, e um freio à liberdade de expressão. Foi observado que a liberdade de expressão pode estar sob ameaça em todos os países.

Essa Sessão referiu-se a diferentes tipos de liberdade, como liberdade em relação à vigilância governamental ou o acesso livre e sua ligação com os direitos humanos, sociais e econômicos.

A Sessão voltou-se para o papel do setor privado e examinou as relações entre leis, forças de mercado e direitos humanos. Nesse contexto, buscou identificar a responsabilidade do setor privado. Foi questionado se as grandes corporações deveriam usar seu poder de negociação para promover liberdade de expressão. Foi apontado que, para algumas empresas, negociar em um país significava compromisso ou persuasão na forma de desenvolvimento econômico, em lugar de tentar usar alguma forma de poder de mercado para negociar e trazer mudanças.

Alguns destacaram que poderiam ser usados sistemas para infringir os direitos e reprimir a liberdade de expressão. Outros destacaram que muitos sistemas são multiúso e podem ser utilizados para fins positivos, como a proteção de crianças e que, em geral, os aspectos positivos do aumento do acesso à Internet superaram os negativos. Por exemplo, o uso da Internet aumenta a transparência e este é um valor em si.

A Sessão também analisou a relação entre a regulamentação nacional da liberdade de expressão e a Internet sem fronteiras.

Como segundo tema principal, a Sessão examinou o equilíbrio entre direitos autorais livres e protegidos, o equilíbrio entre o direito do cidadão à informação e os direitos dos detentores de direitos autorais.

Houve um reconhecimento da necessidade de um tratamento diferenciado para materiais criados por meio de financiamento público e aqueles criados com financiamento privado e também para diferentes modelos de negócios, uma vez que alguns deles necessitam da taxa de direito autoral para continuar a produção.

Alguns palestrantes fizeram um apelo aos governos para que habilitassem o acesso livre à informação na Internet. Eles traçaram um paralelo com as bibliotecas: os governos compravam livros para os cidadãos para permitir que ganhassem acesso à informação e ao conhecimento. Não deveriam fazer o mesmo no caso da Internet e remunerar criadores e proprietários de conteúdo?

A Sessão discutiu várias questões relacionadas ao efeito das empresas protegerem seus direitos autorais e combaterem a pirataria. Entre estas questões estava a ideia de que a proteção de direitos autorais deve considerar as tradições culturais diferentes, levando em conta as culturas orais e noções diferentes de conhecimento. Outra questão que repercutiu na abertura foi saber se existe a necessidade de encontrar modelos de negócios que trabalhem com informação, *software* e padrões abertos.

Segurança

Havia uma opinião generalizada de que a crescente importância da Internet em atividades econômicas e sociais suscitou questões de segurança contínuas e complexas. Uma das principais questões aqui foi a forma como as respostas às crescentes ameaças à segurança dependem da implementação de processos de *autenticação e identificação*.

Tais processos podem ser efetivos apenas onde há uma terceira parte confiável, que possa garantir a autenticação e a identificação. Isto suscitou um debate sobre quem poderia agir efetivamente como uma terceira parte confiável, se o estado ou o setor privado. Houve também um debate sobre se um modelo *bottom-up*, centrado no papel dos usuários, seria mais efetivo do que um modelo *top down*, impulsionado por ações governamentais formais.

Foi amplamente aceito que os autores de violações de segurança são “adversários inteligentes”, constantemente adaptando seu comportamento em relação aos avanços das tecnologias e processos de segurança. Houve uma visão compartilhada de que, para reduzir ameaças à segurança, tem sido insuficiente a atenção a ações proativas e de longo prazo. Houve grande convergência de opiniões sobre a necessidade de cooperação em nível internacional. No entanto, foi ressaltado que um dos principais obstáculos para encontrar soluções era a falta de acordo em um nível detalhado sobre o que é uma ameaça à segurança e quais são os setores-chave.

Houve uma visão generalizada de que a melhor abordagem para a resolução de questões de segurança é baseada em “melhores práticas” e cooperação multissetorial, em um contexto internacional. No entanto, houve preocupação sobre o grau em que a informação era compartilhada em tempo útil e em formato comum (em especial nos países em desenvolvimento). Ao mesmo tempo, foi manifestada uma preocupação sobre em que medida as informações e

trocas estavam sendo realizadas de maneira totalmente inclusiva. O papel dos usuários e a oportunidade de explorar “a fronteira inteligente da rede” foram destacados por muitos palestrantes.

Para alguns, o papel dos usuários tem sido subestimado na implementação de medidas de segurança aprimoradas. Não são necessárias apenas ações educacionais – a escolha do usuário deve ser respeitada de forma mais clara. Assim, por exemplo, a definição de expectativas e princípios claros dentro de um quadro de política pública poderia aumentar o poder dos consumidores para tratar de medidas de segurança.

Houve uma percepção geral de que a segurança é uma questão multifacetada e, portanto, seria necessário envolver uma coordenação entre diferentes comunidades políticas e atores. Para alguns esta coordenação deve incluir um quadro jurídico claro dentro do qual operar. Um exemplo citado foi a Convenção do Conselho da Europa sobre Cibercrime. No entanto, outros levantaram a questão da jurisdição e a necessidade particular de coordenação intergovernamental.

Houve um debate sobre se soluções de mercado, que estimulam a inovação, ou um modelo de bens públicos poderia oferecer melhores medidas de segurança na Internet. Para alguns, a abordagem de bens públicos oferecia oportunidade para uma ampla adoção de melhores práticas em todos os países. Uma visão contrária era a de que soluções inovadoras eram necessárias e que estas só poderiam ser fornecidas por atividades baseadas no mercado. Houve um debate abrangente, mas inconclusivo, sobre o papel dos padrões abertos na formação de soluções de segurança. O debate concentrou-se na conveniência dos padrões abertos na área de segurança. Uma das principais questões aqui foi sobre até que ponto o *software* livre e padrões abertos aumentariam o nível de segurança para todos os usuários, em comparação com licenças de mercado baseadas em tecnologias proprietárias.

Uma visão amplamente compartilhada foi a de que o IGF poderia desempenhar um papel significativo e positivo na promoção de um maior debate e mais ação sobre segurança na Internet. Foi destacado o papel do Fórum de reunir as melhores práticas, assegurar a ampla disseminação de informação e romper abordagens de “silo” ao problema. A capacidade do IGF de apoiar o desenvolvimento de uma linguagem comum no debate de políticas foi visto como muito significativo.

Diversidade

As visões dos palestrantes sobre diversidade na Internet foram várias, mas houve uma forte concordância de que o multilinguismo é um requisito condutor para a diversidade na Internet. Um participante disse: assim como a biodiversidade é para a natureza, a diversidade na Internet deve refletir (e reflete) toda a gama da atividade humana, passada e futura. O evento não era sobre a “exclusão digital”, mas sim sobre a “exclusão linguística”.

Também houve reconhecimento de que a diversidade deve ser mais que linguística para cobrir populações desafiadas pela falta ou deficiência de alfabetização na linguagem dominante. A comunicação audiovisual foi uma das alternativas mencionadas nesse contexto. Também houve uma discussão sobre mídia para pessoas com deficiência visual, entre outras. O uso da Internet para amenizar e algum dia erradicar o analfabetismo foi mais um tema mencionado. A discussão também abordou o valor dos aplicativos audiovisuais disponíveis na rede, especialmente em comunidades onde as culturas não são registradas em linguagem escrita.

O encontro guiou os participantes através de um conjunto de distinções muito complexo em assuntos cobertos pela diversidade. Foi reconhecido, em geral, que os resultados da CMSI colocaram a questão do multilinguismo na agenda da cooperação internacional: havia um direito a uma Internet multilíngue que preservou e habilitou a diversidade de culturas, incluindo as culturas indígenas. Alguns palestrantes destacaram as muitas histórias de sucesso sobre diversidade, enquanto também chamavam a atenção para áreas que necessitavam de melhorias nesse quesito.

Um representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lembrou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural mencionando que seu propósito era apoiar as expressões de cultura e identidade através da diversidade de linguagens.

Conteúdo multilíngue e local foi amplamente visto como necessário para trazer as pessoas para a Internet. Ao falar sobre conteúdo local, foi feita uma distinção entre conteúdo internacional traduzido para linguagens locais e conteúdo desenvolvido localmente. Houve questões levantadas sobre ambos:

- Para conteúdo traduzido, há taxas de *royalties* ou de direitos autorais, bem como taxas de importação.
- Para conteúdo verdadeiramente local, há por vezes dificuldades em encontrar um meio para expressá-lo. Existe também uma necessidade de proteger esse conteúdo.

Foi também reconhecida a importância do conteúdo que apoia os não alfabetizados e os semialfabetizados na linguagem dominante.

Os participantes apontaram a questão de *software*, destacando que as forças de mercado por vezes não são poderosas o suficiente para prover os países com *softwares* nas linguagens por eles requeridas.

Durante a discussão sobre Nomes de Domínio Internacionalizados (IDNs), houve um sentimento generalizado de que internacionalizá-los sem pôr em perigo a estabilidade e a segurança da Internet permanecia como um dos maiores desafios. Parte da discussão referiu-se a detalhes técnicos dos IDNs. O debate incluiu: uma explicação sobre conjuntos de caracteres unicode e como as comunidades de linguagem precisam ser envolvidas na tomada de decisões sobre os pontos de código. A Sessão também tratou do trabalho realizado nos órgãos técnicos voltados para a melhoria dos IDN, incluindo seu teste no arquivo de zona de raiz.

Houve um entendimento geral de que o suporte de IDNs envolveu mais do que o Sistema de Nomes de Domínio (DNS). O fato de que todos os navegadores agora suportam nomes de domínio internacionalizados foi destacado como um desenvolvimento positivo pelos participantes.

Houve também uma discussão sobre o possível acompanhamento do encontro.

- Uma sugestão foi estabelecer cooperação setorial entre as várias instituições que lidam com estas questões, como a UNESCO, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) e a Internet Society (ISOC)/Força-Tarefa de Engenharia da Internet (IETF) para encontrar soluções.
- Outra sugestão teve relação com o apoio ao conteúdo multilíngue que não é comercialmente viável. Muitas técnicas foram sugeridas e poderiam ser exploradas em iniciativas resultantes do encontro de Atenas.

Acesso

O debate colocou em foco a aceitação universal de que o aumento do acesso continua a ser um dos grandes desafios enfrentados pela comunidade da Internet. A natureza da exclusão digital foi vista como multifacetada e um ponto focal para as respostas das políticas públicas. Uma ampla gama de iniciativas políticas foi debatida, mas um tema forte foi o de que a introdução da concorrência e a remoção de bloqueios para competição tiveram fundamental importância. Foi reconhecido que a África enfrentou pro-

blemas particularmente complexos no que diz respeito ao acesso a recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Também foi sublinhado por muitos palestrantes que a questão do acesso não foi resolvida por um foco específico e restrito na reforma do setor das telecomunicações. No entanto, se reconheceu que a reforma do setor de telecomunicações era uma condição necessária para estabelecer o quadro adequado para aumentar o acesso. Principais questões em destaque incluídas no debate sobre a reforma do setor de telecomunicações:

- Independência e transparência;
- Remoção de monopólios e licenciamento de novos atores;
- Concorrência como questão fundamental (e quais são as barreiras para que ela exista);
- Necessidade de estabelecer regimes de interconexão que reforcem o mercado competitivo.

Necessidade de desenvolver políticas inovadoras, como regimes de acesso universal (através, por exemplo, de leilões reversos) para aproveitar as soluções oferecidas pelo mercado na resolução de questões estruturais.

Para alguns, a ênfase não deveria estar nos detalhes dos marcos regulatórios, mas na necessidade de estabelecer estruturas de mercado que estimulassem investimentos, especialmente de capital local. E também a construção de soluções locais, como ajustes de interconexão *peer-to-peer* através de Pontos de Troca de Tráfego (IXPs). Foi observado ainda que o aumento de atividade baseada localmente provocaria um crescimento na confiabilidade e na integridade da rede; vários casos do Quênia e do Senegal foram citados para exemplificar como IXPs locais e roteamento local reforçaram a conectividade, o acesso e a confiabilidade da Internet.

Foi feito um comentário de que era fundamental não importar simplesmente marcos regulatórios dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas se concentrar em estruturas adaptadas às condições locais. Por isso, foi destacado que a necessidade em muitos países não é de desagregação vertical (*unbundling*) na última milha (ou *local loop unbundling* - LLU), mas a construção de redes de acesso (última milha) e de fontes de alimentação adequadas.

As questões da interoperabilidade e da adaptabilidade foram debatidas. Da mesma forma, foi amplamente reconhecido que padrões abertos são fundamentais para sustentar um maior acesso para todas as comunidades. Foi salientado que os padrões abertos

são, por exemplo, fundamentais para permitir que pessoas com deficiência processem materiais em formatos mais acessíveis.

O papel da capacitação aprimorada foi amplamente discutido. No debate, a questão não se concentrou apenas nas necessidades dos elaboradores de políticas, mas também em melhorar o nível de competências em TIC dentro de um país. O debate reforçou as principais mensagens da Agenda de Tunis. Para alguns, o investimento na capacitação das TICs dentro de uma sociedade da informação é o mesmo que aquele feito na formação de base e na educação; sem esse investimento as questões de acesso podem nunca ser abordadas.

Houve uma convergência tão ampla de pontos de vista que o nível mais adequado para tratar de questões de acesso foi o nacional, já que a maioria das políticas de desenvolvimento e implementação é de nível nacional. Este debate focou no papel dos governos, como principais setores, em garantir um ambiente propício para uma melhor acessibilidade. O debate destacou o papel dos governos como maiores clientes em qualquer país e o setor com capacidade de unir os muitos debates sobre políticas, como a prestação de outros serviços de infraestrutura como a eletricidade; ou o acesso a outros serviços governamentais (saúde e educação, por exemplo). Vincular os debates de políticas e criar ambientes propícios foi considerado fundamental para o aumento do acesso à Internet.

Houve alguma discussão sobre o papel das novas tecnologias sem fio emergentes em fornecer maior acesso. Era amplamente esperado que elas pudessem mudar o panorama do mercado de acesso. Mas, para que esta mudança se torne realidade, algumas das questões de regulação apropriada de espectro e de padrão de tecnologia sem fio devem ser resolvidas.

Muitos palestrantes destacaram o tópico do acesso rural e os problemas a ele associados. Foi enfatizado que não há uma solução padrão, mas conhecer casos de “melhores práticas” ajudaria a aumentar o acesso nessas regiões em todo o mundo. O debate também se concentrou no papel das políticas de governo para facilitar o crescimento do acesso em áreas rurais, por exemplo, encorajando investimentos ou assumindo um papel de principal facilitador.

Os palestrantes também enfatizaram a questão da acessibilidade a partir de duas perspectivas: a do usuário final e a das operadoras. Alguns participantes observaram diminuições significativas nos custos da conectividade internacional. Outros observaram a continuidade dos altos custos em algumas rotas.

Foi reconhecido o significado do IGF como iniciativa internacional para lançar luz sobre os debates multissetoriais acerca de questões de acesso e de exclusão digital. Sua capacidade de proporcionar intercâmbio de melhores práticas, promovendo acesso entre vários setores, deve ajudar a tratar de questões de desigualdade de acesso.

Questões Emergentes

O formato do painel incluiu conexões de vídeo com participantes à distância em locais como Chile, México e Peru.

Ficou evidente que para os jovens a Internet é um modo de vida. Uma das preocupações que apareceram durante toda a sessão foi o senso de uma crescente Exclusão Digital. Como os jovens dos países em desenvolvimento têm que pagar muito mais por acesso em relação a seus pares de países desenvolvidos, eles não conseguem tornar a Internet parte de suas vidas da mesma forma que aqueles presentes no painel e os que vivem no mundo desenvolvido. Isto é visto como uma das causas da crescente exclusão.

O acesso, de acordo com vários palestrantes, deve ser um direito humano fundamental porque sem ele os jovens não podem crescer para viver realmente no mundo moderno. Houve também participantes que discordaram da afirmação de que acesso é um direito e argumentaram que é algo que precisa ser adquirido através de esforço individual. Um palestrante ressaltou que “não podemos ser passivos aqui. É algo que devemos fazer e não algo que possa ser dado”.

Muitos participantes falaram sobre como desenvolver habilidades para usar a rede na criação de conteúdos e de vantagens competitivas locais. A capacidade de usar a Internet e a habilidade de criar conteúdos foram vistas por muitos participantes como essenciais para a liberdade de expressão e para o surgimento de uma nova categoria de cidadania digital.

Outra questão discutida por diversos participantes envolveu a inserção dos jovens na governança da Internet, especialmente em áreas que lidam com a segurança da Internet para usuários dessa faixa etária. Por exemplo, na África, os jovens formaram organizações de base para fazer campanha por uma utilização mais segura da Internet. A expectativa era de que o IGF possibilitasse à juventude maior envolvimento em suas atividades.

Muitos dos participantes retomaram o tema por eles chamado de “acesso ao acesso”, como a necessidade mais importante e

imediate. Com essa expressão, os participantes queriam dizer que o problema não reside nos detalhes técnicos, mas na economia e na habilidade de acessar a Internet. Foi opinião de muitos participantes que “acesso ao acesso” deveria ser o tema condutor do encontro no Rio.

Uma nota esperançosa veio através de um dos participantes: ver a rapidez com que a Internet se disseminou entre um bilhão de pessoas, dá esperança de que ela vai se disseminar para os cinco bilhões restantes.

Alguns dos participantes apontaram para a necessidade de criação de capacidades, tanto na utilização da Internet como na sua governança. Houve ênfase na necessidade de financiamento, a fim de tornar a criação de capacidades uma possibilidade real. Mas vários observaram que, mais do que dinheiro, é necessário desenvolver um programa que permita aos que recebem educação a oportunidade de usá-la para ir mais adiante.

Vários participantes também falaram sobre exclusão de gênero dentro da exclusão digital. Foi mencionado que frequentemente o acesso no mundo desenvolvido teve um viés de gênero, na medida em que esforços foram mais orientados para os meninos do que para as meninas. Isto foi visto por alguns participantes como um problema adicional, que torna a exclusão de gênero pior em lugares onde a exclusão digital estava sendo atenuada.

Embora muitos participantes defendessem a necessidade de mais dinheiro para o desenvolvimento, houve também aqueles que argumentaram que essa não era a questão principal, mas que é preciso haver uma relação simbiótica com as empresas para permitir a inovação. A falta de inovação em algumas regiões em desenvolvimento foi vista por alguns como a razão de altos custos de acesso. O remédio, para esses participantes, seria um mercado mais aberto.

Diversos participantes falaram da necessidade de tornar os direitos de propriedade intelectual mais flexíveis, para permitir que as inovações continuem. Outro tema discutido dizia respeito à mudança nas oportunidades de educação que a Internet traz. Vários palestrantes falaram sobre o modo como ela permite que os cidadãos se tornem mais instruídos e cientes de algumas das condições que influenciam suas vidas. Isto foi visto como uma importante contribuição para o fortalecimento da democracia.

Rio de Janeiro

2007



2º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Rio de Janeiro, 12-15 de novembro de 2007

Sumário do Presidente

Visão Geral

Utilizando um formato inovador, foram realizadas sete sessões principais de painéis multissetoriais interativos, com perguntas e comentários do público. Essas sessões seguiram o formato da agenda estabelecida durante o processo preparatório e incluíram cinco painéis de discussões temáticas construídos a partir dos temas do IGF: recursos críticos da Internet, acesso, diversidade, abertura e segurança – seguidos por uma sessão dedicada tanto a “balanço e caminho adiante” quanto a “questões emergentes”. Paralelamente às sessões principais, foram realizados 84 outros eventos, como workshops, fóruns de melhores práticas, reuniões de coalizões dinâmicas e fóruns abertos, todos agrupados em torno dos cinco principais temas.

O encontro foi inteiramente transmitido via Web e transcrito em tempo real. Ambos os registros serão disponibilizados na página do IGF. Todas as sessões principais contaram com tradução simultânea em todos os idiomas da Organização das Nações Unidas (ONU) e no português, idioma em que todos os outros eventos também tiveram tradução.

Aos participantes à distância foi oferecida a oportunidade de interagir através de blogues, salas de bate-papo e e-mail. Os painéis adotaram um formato que permitiu a participação multissetorial interativa, com questões e comentários do público facilitados pelo moderador. Cada uma das sessões foi presidida pelo país anfitrião e moderada por jornalistas ou especialistas independentes.

O encontro manteve-se fiel ao compromisso de que o IGF promoveria um diálogo entre todos os setores como iguais. O formato inovador foi, de modo geral, aceito e bem recebido e alguns participantes o consideraram como um verdadeiro avanço em cooperação multissetorial.

Em termos de participação, houve mais de 2.100 pessoas registradas antes do evento, dentre as quais 700 eram provenientes da sociedade civil, 550 representantes governamentais, 300 de entidades empresariais, 100 advindos de organizações internacionais e 400 de

outras categorias. O encontro foi assistido por 1.363 participantes, vindos de 109 países. Além disso, mais de 100 membros da imprensa compareceram ao evento. Estas estatísticas podem ser visualizadas na página do IGF, em www.intgovforum.org/stats.php¹.

Cerimônia de Abertura / Sessão de Abertura

Na sua mensagem ao Fórum, apresentada por Sha Zukang, Subsecretário Geral para Assuntos Econômicos e Sociais, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, ressaltou que a Organização havia usado a plataforma do IGF para assegurar o alcance global da Internet. O Secretário Geral se referiu ao Fórum como uma reunião não tradicional das Nações Unidas e como um “novo modelo de cooperação internacional que, assim como a Internet, encontra-se em constante evolução”. A mensagem do Secretário continuou dizendo: “O Fórum tem a capacidade de desenvolver um entendimento comum sobre como maximizar as oportunidades oferecidas pela Internet, como podemos utilizá-la para o benefício de todas as nações e povos e como podemos enfrentar riscos e desafios”.

Durante sua própria declaração ao Fórum, o Subsecretário Sr. Sha Zukang afirmou que “A importância do Fórum encontra-se em seu mandato, que praticamente o permite discutir sobre qualquer assunto relacionado à Internet, à sua governança e ao seu uso e abuso”. E continuou: “O Fórum é também singular no sentido de reunir pessoas que normalmente não estariam congregadas sob o mesmo teto”. O Ministro Extraordinário do Brasil para Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, também apresentou sua mensagem.

Durante a sessão de abertura, 19 palestrantes se pronunciaram, representando todos os setores. A lista dos palestrantes integra este documento como anexo.

Sergio Rezende, Ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, em sua atribuição de Presidente do encontro, afirmou: “o IGF possui a missão de discutir e encontrar caminhos para garantir que a Internet possa ser um instrumento para o alcance dos princípios e compromettimentos da Agenda de Túnis, de construir uma Sociedade da Informação que seja inclusiva, centrada no ser humano e orientada para o desenvolvimento”.

1 Nota dos editores: atualmente, a lista dos participantes do IGF 2007 pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/cms/56-igf/2007-meetings/1853-2007-rio-participants-list>>, acesso em 16 de março de 2017.

Outros palestrantes observaram que o Fórum reuniu grupos diversos de indivíduos com o objetivo de compartilhar conhecimento e experiência. Os palestrantes assinalaram que o Fórum apresentava a todos os setores uma oportunidade singular para catalisar as mudanças locais. Diversos participantes reforçaram que o IGF não deve ser somente um espaço de diálogo, mas também um veículo que encoraje mudanças fundamentais em nível local, de forma a empoderar comunidades, construir habilidades e capacidades, além de possibilitar a expansão da Internet, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

O tema do desenvolvimento foi enfatizado por vários palestrantes que perguntaram o que o IGF poderia fazer pelos bilhões ainda sem acesso à Internet – e o “próximo bilhão” surgiu como uma chamada à ação. Muitos dos participantes se focaram nas múltiplas dimensões da inserção no mundo *on-line* do próximo bilhão de usuários. Dentre as questões abordadas, foram mencionadas aquelas referentes à capacitação, educação, novas estruturas de governança, nomes de domínio internacionalizados, além da construção de marcos regulatórios nacionais adequados para permitir o crescimento e o investimento na Sociedade da Informação.

A principal mensagem desta sessão foi a de que, isoladamente, nenhum setor poderia alcançar as realizações acima descritas, e que a cooperação multissetorial é um pré-requisito para a boa governança da Internet. A necessidade de trabalhar em conjunto nessa atividade ainda em desenvolvimento ressalta, conseqüentemente, o significado do IGF como o provedor de um novo espaço de diálogo.

Recursos Críticos da Internet

Sessão presidida por Plínio de Aguiar Junior, membro do Conselho do Comitê Gestor da Internet do Brasil.

Adicional aos quatro temas centrais discutidos na reunião inaugural do IGF em Atenas, a primeira das cinco sessões principais ouviu uma série de panoramas traçados por palestrantes e participantes a respeito de vários desafios e sobre a evolução dos recursos críticos da Internet. A discussão do painel cobriu uma ampla gama de tópicos relacionados à infraestrutura física e lógica. Como havia acontecido em diversas outras sessões do IGF, um dos palestrantes ressaltou ser fundamental construir infraestruturas comunitárias, o que inclui os recursos críticos da Internet, de forma a alcançar os cinco bilhões e meio de pessoas em todo o mundo que ainda não possuem acesso à Internet.

Embora a discussão tenha abordado um amplo espectro de recursos importantes para o desenvolvimento, o foco principal foram os nomes de domínio e endereços de Protocolos Internet (IPs). Recursos como o tema transversal da capacitação, e outros temas do IGF, como acesso e segurança, o roteamento e a necessidade básica de eletricidade, foram todos discutidos como assuntos críticos ao desenvolvimento da Internet em algum ponto de sua evolução. A Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) e suas responsabilidades foram o foco de uma parte significativa desta discussão.

Muitos palestrantes expressaram o ponto de vista de que a inclusão dos recursos críticos da Internet como tema principal era importante, pois representava o cumprimento do mandato da Agenda de Túnis para a discussão de “assuntos relacionados à infraestrutura e ao gerenciamento dos recursos críticos da Internet”. De acordo com o estabelecido pela Agenda, a discussão também incluiu o gerenciamento do sistema de nomes de domínio (DNS), os IPs, o gerenciamento dos servidores raiz, padrões, pontos de interconexão, infraestruturas de telecomunicações, incluindo tecnologias convergentes e inovadoras, além da transição para o multilinguismo.

Um certo número de participantes levantou a questão do controle unilateral da ICANN por um único governo, enquanto alguns dos presentes argumentaram que a comunidade internacional deveria assumir um papel mais ativo no enfrentamento da questão dos recursos críticos da Internet. Referindo-se à Agenda de Túnis, um dos participantes recomendou que a Secretaria Geral da ONU estabelecesse, dentro dos marcos do IGF, um grupo de trabalho multissetorial sobre recursos críticos da Internet. O trabalho deste grupo seria discutir a transferência gradual da governança da Internet para a autoridade da comunidade internacional.

Enquanto alguns palestrantes, de modo geral, apoiaram que a ICANN seja independente de governos, outros defenderam que os governos assumam um papel mais significativo no que se refere às questões de políticas públicas. Houve também uma discussão quanto ao futuro da ICANN dentro do contexto da atual discussão de médio prazo envolvendo a ICANN e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América sobre o Acordo de Projeto Conjunto (JPA).

Dentre os tópicos discutidos estava a natureza essencialmente *bottom-up* dos processos da ICANN, assim como os requisitos

para revisões externas regulares das suborganizações da ICANN. Outros pontos cobriram a relação dos governos com a ICANN e se de fato era aconselhável que o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) possuísse um papel meramente consultivo, em contraste com seus poderes plenos em termos de políticas públicas internacionais. Enquanto um dos palestrantes argumentou que a participação dos governos no GAC era uma das características mais importantes da ICANN, outro opinou que não era estável o modelo atual do GAC como parte da ICANN.

Os palestrantes também discutiram acerca da eventual exaustão da reserva de endereços IPv4 não designados da ICANN. Deixou-se claro que este fato não causaria a queda da Internet, mas a questão foi mencionada para indicar a importância do esforço em colocar o IPv6 *on-line*, além da necessidade de uma interoperabilidade total entre as redes IPv4 e IPv6.

Um dos palestrantes fez uma sugestão em prol da adoção de políticas que encorajem a conectividade IPv6 entre todos os Provedores de Serviços de Internet (ISPs). Ele continuou sugerindo que os governos poderiam optar por subsidiar o custo dos Pontos de Troca de Tráfego (IXPs) que encorajassem a interconexão, utilizando o espaço de endereços IPv6 para alcançar, o mais rapidamente possível, um sistema IPv6 totalmente conectado, que opere em paralelo ao sistema IPv4.

Outra palestrante discorreu sobre o esforço de se criar um IGF nacional seguindo o modelo multissetorial. Ela também mencionou o sucesso da autorregulação no Reino Unido e afirmou que enquanto os recursos críticos da Internet não se configuram como uma questão central para os usuários, em países em desenvolvimento, questões de segurança e acesso são importantes.

Houve um reconhecimento geral quanto ao valor de se discutir questões tais como a dos recursos críticos da Internet no ambiente do IGF. Também foi reconhecida a importância da capacitação como um recurso crítico. Foi expresso um sentimento geral quanto ao crescimento recente da cooperação entre os diversos setores e do quanto ela era importante para se avançar. Como apontado por um dos palestrantes, a expansão da metodologia multissetorial configurou-se como um novo e importante protocolo para a solução de questões referentes aos recursos críticos da Internet.

Acesso

Sessão presidida pelo Ministro

das Comunicações do Brasil, Hélio Costa.

Os palestrantes ressaltaram que a questão do acesso à Internet permanece como o tema mais importante para muitos países e, particularmente, no mundo em desenvolvimento. Eles salientaram o impacto de desenvolvimento que a Internet possui. Um tema que emergiu durante a sessão foi que, ainda que a existência de um bilhão de usuários seja considerada um enorme sucesso, o foco deveria ser redirecionado para o próximo bilhão e os bilhões que o sucederão.

Diversos palestrantes questionaram quem serão as pessoas do próximo bilhão de usuários a se conectar à Internet. Um dos participantes afirmou que soaria inimaginável se, há dez anos, as pessoas tivessem falado sobre a existência de um bilhão de usuários de Internet. Ao fornecer estatísticas, outro participante apontou que desde o primeiro encontro do IGF, em Atenas, no ano passado, muito progresso foi feito em termos de banda larga e de qualidade de acesso, assim como no que concerne àqueles de fato conectados à Internet.

Os participantes demonstraram que o tema subjacente ao IGF – a cooperação multissetorial – também se configurava como de alta relevância no que se refere ao acesso. Houve um reconhecimento de que os governos possuíam um papel importante a cumprir, mas que deveriam trabalhar nesse tema estreitamente ligados com o setor privado, a sociedade civil e a comunidade da Internet. Muitos dos participantes falaram sobre a necessidade de buscar soluções inovadoras, incluindo parcerias público-privadas, e da necessidade de as empresas privadas trabalharem com os governos e a sociedade civil para oferecer acesso em áreas rurais.

Houve também uma percepção de que todos os países deveriam encontrar suas próprias soluções e que não existe uma solução única, cabível em todos os contextos. Neste sentido, foi mencionado que o tamanho dos mercados locais configura-se como um problema para os países menores. Um dos oradores relembrou a experiência da África, onde um continente grande conta apenas com uma cobertura muito pequena de Internet, observando que cada um dos países havia tentado encontrar soluções individuais, em lugar de adotar uma abordagem regional.

A importância da colaboração regional multissetorial no que tange à criação de IXPs foi ressaltada por muitos participantes.

A experiência dos IXPs regionais foi reconhecida como um bom exemplo de como a colaboração pode aprimorar o acesso aos usuários, apoiar o conteúdo local e reduzir custos.

Houve uma clara convergência de pontos de vista quanto aos governos possuírem um papel importante a executar na criação de um marco regulatório sólido e em garantir que o Estado de direito seja bem estabelecido e respeitado. Muitos participantes enfatizaram a necessidade da existência de mercados abertos, enquanto outros salientaram que as forças de mercado não poderiam, por si só, resolver a questão da acessibilidade e que era dos governos a responsabilidade de projetar e implementar políticas de acesso universal.

A questão específica dos *backbones*² foi mencionada por muitos participantes e claramente permanece como um tema de alta relevância. Muitos observaram que iniciativas locais para a melhoria do acesso dependem, tanto nacional quanto internacionalmente, da provisão de *backbones*.

No que se refere à demanda, muitos dos presentes mencionaram que o acesso era muito mais amplo do que a conectividade. Deveria ser estabelecido um elo entre acesso e desenvolvimento e, conseqüentemente, as necessidades dos usuários deveriam ser compreendidas. Houve um sentimento geral de que o acesso não pode ser medido exclusivamente por parâmetros tecnológicos. Obviamente, preços, qualidade, disponibilidade e conteúdos são temas importantes, como foi ressaltado por alguns participantes.

Muitos participantes sustentaram que o oferecimento de acesso ao próximo bilhão de pessoas irá requerer novos modelos de negócios e parcerias, visando contemplar a demanda dos usuários que vivem com dois dólares ou menos por dia. Conforme observado por um dos participantes, isso provavelmente significa ter menos de dois dólares por mês para gastos com serviços de telecomunicações e Internet. Logo, a adequação e os custos de acesso foram percebidos como questões fundamentais na formulação e integração do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no âmbito do processo de desenvolvimento. Foi ressaltado que os governos eram, em muitos casos, os maiores compradores unitários de serviços de TIC, o que significa que tal demanda pode ser aproveitada para ancorar novos projetos de acesso em áreas carentes.

² Nota dos editores: optou-se por manter o termo em inglês *backbone* para designar as redes de transporte principais por onde trafegam os dados na Internet.

Acima de tudo, houve um acordo geral de que as questões de acesso permanecem centrais na agenda do IGF e de que, conforme o “próximo bilhão” se conectar, novos desafios e oportunidades vão emergir.

Diversidade

*Sessão presidida pelo Ministro
da Cultura do Brasil, Gilberto Gil.*

A discussão sobre a diversidade surgiu como um apelo muito intenso em prol da diversidade, em todas as suas facetas. Durante a discussão foi reconhecido que a exclusão digital também se configura como exclusão de conhecimento e que o respeito à diversidade é uma questão global.

Os palestrantes identificaram diferentes dimensões da diversidade: cultural, dos meios de comunicação e aquela relacionada às pessoas com deficiência. Mais de uma pessoa destacou que a noção da diversidade se estendia à necessidade de incluir a todas as pessoas, inclusive imigrantes em nações com idioma e cultura diferentes das suas e povos nativos vivendo em nações de cultura dominante diferente da sua própria.

Os palestrantes clamaram por uma Internet acessível a todos. Objetivando incluir pessoas com deficiência, mostrou-se importante a utilização de um *design* universal e de tecnologias assistivas. Um dos palestrantes lembrou que, nesse sentido, um aspecto importante do apoio à diversidade deveria estar no suporte às linguagens faladas que não são escritas e às linguagens de sinais que, por sua vez, não são faladas e, quando escritas, usam representações icônicas.

Outro palestrante falou sobre como no âmbito de qualquer discussão sobre identidade, está a cultura, que possibilita a coesão social e é crítica para o desenvolvimento de qualquer economia do conhecimento. Um exemplo foi dado sobre a perda de liberdade que ocorria quando as crianças africanas começavam a frequentar a escola e eram obrigadas a estudar em um idioma estrangeiro, que desconsiderava sua cultura.

Durante a discussão foi traçado um paralelo entre a diversidade de linguística e a biodiversidade. Nessa comparação, a diversidade linguística seria tão importante para a liberdade humana quanto a biodiversidade para a natureza. Foi recomendado que o Princípio da Precaução também fosse aplicado no que se refere à diversidade.

O impacto dos padrões e a importância dos padrões abertos e não proprietários foi mencionada como elemento importante, assim como a utilização de *software* livre. A adesão aos padrões foi descrita como outra forma de promover a diversidade, especialmente no que se refere aos padrões de acessibilidade.

Essa sessão registrou algum progresso desde a última sessão sobre diversidade ocorrida em Atenas no ano passado. Um dos palestrantes mencionou que havia uma necessidade menor de discutir questões relativas ao sistema de Nomes de Domínio Internacionalizados (IDN). Alguns participantes, por sua vez, reforçaram a necessidade de se distinguir entre a questão de conteúdo em diversos idiomas e o papel do IDN. Ficou evidente que o debate havia avançado, mesmo que o IDN e, em especial a sua implantação, ainda permaneça um aspecto importante para a diversidade. Algumas questões foram levantadas no que se refere ao trabalho que precisa ser feito com o objetivo de evitar que os IDNs se tornem uma nova avenida para o *phishing* e outras ameaças à segurança.

Também foi mencionado que, quando disponível nos idiomas locais, a Internet pode auxiliar na transformação da sociedade. Tal mudança seria viabilizada pela unificação da cultura da rede e a cultura local, por meio da redução da lacuna de conhecimento. Alguns participantes perceberam a necessidade de buscar formas economicamente sustentáveis de balancear a proteção da propriedade e, ao mesmo tempo, permitir o livre fluxo de conhecimento para todos os membros das mais diversas populações que dele precisam para desabrochar.

Foram apresentadas diversas propostas concretas como possíveis maneiras para avançar, incluindo a criação de um grupo para trabalhar em um Pacto Global sobre as Línguas, de forma a encontrar um modo de liberar materiais protegidos por direitos autorais para usos de idiomas locais e para a representação em todos os formatos necessários a fim de alcançar as pessoas com deficiência.

Houve uma discussão sobre a necessidade urgente de se fornecer conteúdos em idiomas e formatos diversos. Isso não somente foi descrito como necessário para todos os povos do mundo, mas como necessário para evitar a perda das culturas mundiais, assim como das línguas e das culturas que elas representam, que estão rapidamente se perdendo para a humanidade.

Foram feitas algumas discussões práticas sobre como mensurar a diversidade. A participação plena e ativa de todos, em particular

das pessoas com deficiência, foi mencionada como um critério possível para medir se a diversidade foi alcançada ou não.

Houve um sentimento generalizado de que a Internet oferece uma oportunidade para a proteção da diversidade cultural. Para tornar isso possível, foi dito, ela deveria ser gerida em benefício de toda a humanidade, possibilitando que as pessoas pudessem usar seus próprios idiomas, com seus valores e identidades culturais. Para tanto, a Internet precisa se expandir de maneira a refletir, em seus conteúdos e sistemas de nomes, tanto a diversidade cultural e linguística quanto as diferenças locais e regionais que caracterizam a civilização.

Conforme a fala de um dos participantes, existe não só a necessidade de se trazer o próximo bilhão de pessoas para o mundo *on-line*, mas também de trazê-las para um ambiente que ofereça conteúdos econômica, cultural e socialmente relevantes em seus próprios idiomas, de forma a realmente refletir a diversidade da raça humana.

Em um comentário final, conforme colocou um dos palestrantes, a Internet deveria ser um local acolhedor, pacífico e livre de barreiras.

Abertura

Presidida por Ronaldo Lemos, professor de Direito, Centro de Tecnologia e Sociedade, Rio de Janeiro.

Na sessão sobre abertura surgiu uma visão, em geral compartilhada, de que a abertura é uma questão multifacetada e multidimensional. O assunto foi tratado pelos participantes como um tema transversal que apresenta ligações com os outros que interessam ao IGF, tais como diversidade, acesso e segurança, além e das dimensões legais, políticas e econômicas.

Vários palestrantes apontaram que a abertura envolvia diversas questões de equilíbrio. Existe, por exemplo, o equilíbrio entre “os dois IPs” – como denominado por vários palestrantes - o IP para Protocolo Internet e o IP para a propriedade intelectual³. Foi mencionado que mesmo que, na superfície, pareça haver uma dicotomia entre os dois termos, ela não existe na realidade. Também há a questão do equilíbrio entre a liberdade de expressão e o livre fluxo de informação e o direito de se usufruir dos frutos do próprio trabalho. Ademais, há também a questão do equilíbrio entre a privacidade e a liberdade de expressão.

³ Nota dos editores: respectivamente, em inglês, *Internet protocol* e *intellectual property*, daí a coincidência nas siglas IP à qual o relatório faz referência.

O painel e a discussão enfatizaram fortemente as liberdades fundamentais, a liberdade de expressão e de livre fluxo de informação, presentes no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração de Princípios de Genebra e na Agenda de Túnis da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). Foi apontado que uma perspectiva de direitos humanos deveria ir além da mera declaração de boas intenções a estes princípios universalmente aceitos.

A observância dos direitos humanos não se direciona apenas aos governos, mas também às empresas e aos outros setores. Foi mencionado que o cumprimento dos direitos humanos é uma jornada e não um destino. Um dos participantes mostrou-se preocupado com a possibilidade de que os direitos humanos tenham perdido a importância na agenda de governança da Internet enquanto temas como a pornografia infantil, fraude em cartões de crédito ou o terrorismo eram tratados como prioritários. Na opinião desse participante, não deveria haver uma postura flexível e soluções para estes problemas reais deveriam ser construídas a partir dos direitos humanos. Os princípios que foram aceitos por todos precisam agora ser traduzidos em soluções práticas baseadas no respeito aos direitos humanos.

Também foi mencionado que a lei tem sido sempre um produto da sociedade e reflete padrões comumente aceitos. No que se refere à proteção da propriedade intelectual e aos direitos autorais, sempre foi possível abrir exceções, como por exemplo, no caso da educação. Um dos participantes disse que o acesso aberto ao conhecimento científico é um elemento essencial para o processo de desenvolvimento e, portanto, muito importante para os países em desenvolvimento. Movimentos como o *Creative Commons* foram citados neste contexto.

Houve também uma discussão sobre padrões abertos e *software* livre. Foi afirmado que eles podem reduzir as barreiras de entrada e promover a inovação e que, portanto, são importantes para países em desenvolvimento. Salientou-se que não há contradição entre *software* livre e propriedade intelectual. Também foi lembrado a todos que nos documentos finais da CMSI, tanto o *software* livre quanto o proprietário foram considerados igualmente valiosos e possuidores de seu próprio mérito.

Também houve uma discussão quanto ao tipo de regulação que se faz necessária. Diversos participantes enfatizaram a utilidade da autorregulação e muitos preferiram uma solução mista entre normas cogentes (*hard law*) e flexíveis (*soft law*).

No que se refere à dimensão econômica, houve uma discussão quanto à dominância de mercado, monopólios virtuais e sua relação com os temas da abertura e da liberdade de expressão. Também foi mencionado que a discussão no IGF tem relação com aquelas realizadas na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), particularmente no que se refere a sua Agenda de Desenvolvimento, e com a UNESCO, no que compete à Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Relembrando as discussões sobre este tema realizadas no ano passado em Atenas, os participantes mencionaram que a legislação precisaria ser adaptada ao ciberespaço. Foi apontado que a legislação não é algo que se passa fora da sociedade, e que ela deve refletir os desejos da sociedade e ser adaptada ao que ela demanda. Como observado pelo Presidente no início da sessão: a escolha sobre o que uma sociedade deseja é, em última instância, uma escolha política.

Segurança

Presidida por Antonio Tavares, representante do Setor Privado no Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A discussão quanto à segurança foi tão complexa quanto rica. Foi reconhecido por muitos que é uma questão crítica e que, como no caso do acesso, apresenta variações de país a país. A segurança foi vista como uma questão multidimensional. Como em todos os assuntos discutidos no IGF, o envolvimento e a cooperação multissetoriais foram considerados ingredientes essenciais na busca de soluções. Durante o debate sobre a segurança dentro do IGF, um tema chave foi a ausência de um acordo amplo sobre uma definição única do que se quer dizer com o termo “segurança”. Vários participantes tentaram oferecer suas próprias definições de segurança; elas incluíram segurança nacional, segurança para os negócios, para os usuários, segurança da rede e confiabilidade da rede. Um dos participantes ressaltou a necessidade de se prevenir falhas de segurança antes de sua ocorrência, enquanto outros se concentraram na busca de soluções após a ocorrência. Redes resilientes e seguras também foram mencionadas como elementos fundamentais neste debate. Um dos palestrantes se referiu à segurança como uma tentativa de se obter “o controle sobre o futuro”; segundo ele, como não é possível prever o que o futuro trará, não é possível se garantir 100% de segurança.

Outros concordaram ao observar que, assim como em todas as esferas da vida, na Internet as necessidades de segurança nunca podem ser totalmente atendidas. E houve participantes que

observaram já estarem disponíveis muitos dos instrumentos técnicos necessários para operações seguras.

Muitos participantes enfatizaram a dimensão legal do debate sobre segurança. Foi amplamente reconhecido que as realidades *on-line* e *off-line* não devem ser tratadas de forma diferente e que um crime é sempre um crime. Foi mencionado que 95% dos crimes cometidos *on-line* encontram-se cobertos pela legislação já existente. Vários palestrantes apontaram que, embora possa existir legislação, o problema envolve a aplicação da lei, dada a natureza transfronteiriça da Internet. Eles salientaram a necessidade de alto nível de cooperação entre as agências policiais – um processo que precisa ser melhorado no que diz respeito a criminosos *on-line*.

Enquanto alguns exigiam mais leis, houve também quem alertasse quanto à regulação excessiva. Muitos dos participantes destacaram que poderiam ser suficientes os esforços colaborativos e multissetoriais de cooperação. O fórum observou que são necessárias para aprimorar a segurança tanto as soluções de direito cogente (*hard law*) quanto as de direito flexível (*soft law*). Houve um forte clamor pela harmonização legal entre os países e também pela entrada em vigor dos novos instrumentos legais que se aplicam ao mundo *on-line*. A Convenção sobre o Cibercrime do Conselho da Europa foi mencionada como uma abordagem promissora que mais nações deveriam adotar.

Em termos de soluções de direito flexível, o representante da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou as diretrizes da entidade em vários campos de atuação. Diversos participantes indicaram a necessidade de focalizar a fonte do problema, aumentando, como parte das soluções, a conscientização, o desenvolvimento dos recursos humanos e o treinamento de pessoas para lidar com esses problemas. Também se mencionou a necessidade de pensar sobre segurança ao se projetar e implantar sistemas de rede, além de fazê-lo também no contexto de todo o processo operacional. Como o representante da OCDE apontou, a cultura da cibersegurança é relevante a toda e qualquer solução.

Ecoando as contribuições recebidas durante a sessão sobre abertura, apontou-se que o papel dos Provedores de Serviços de Internet (ISPs) é fundamental. Um dos participantes defendeu a criação de leis para protegê-los. Para alguns, a questão central é a responsabilidade dos ISPs – algo que deveria ser considerado em maiores detalhes.

Aconteceu uma discussão sobre que tipo de *software* seria mais apropriado para a segurança, se o proprietário ou o de código aberto. Surgiram visões diferentes defendidas por diversos participantes, refletindo os pontos de vista gerais sobre esse tema. Foi mencionado que a transparência é importante no que se refere a soluções de segurança e um dos participantes sustentou a posição de que a abordagem do *software* aberto oferece maior transparência e que a segurança por sigilo é um conceito falho; sistemas abertos e projetos que podem ser auditados são mais seguros. Outros participantes argumentaram que o *software* proprietário é igualmente adequado e um deles comentou que, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, onde os desenvolvedores estão interessados em criar novos sistemas, é importante se proteger os direitos de propriedade intelectual e, portanto, soluções proprietárias são importantes. Um dos participantes disse ainda que uma política pública explícita que demande soluções em código aberto em processos de aquisição poderia inibir o desenvolvimento de uma indústria de *software* indígena. Ficou claro que não há uma solução única, no que se refere a sistemas proprietários ou não proprietários.

Também foi apontado que, na busca por colaboração internacional, há problemas relacionados a limitações financeiras e à capacitação das agências policiais e do Judiciário.

Um dos participantes falou sobre as ameaças à segurança nacional e internacional, o que vai além do crime cibernético. A importância desta segurança internacional foi confirmada na 62ª Sessão da Assembleia Geral, onde houve uma votação unânime em favor da proposta da Rússia sobre como alcançar a segurança da informação em nível internacional. O participante continuou discutindo a importância de se considerar os aspectos técnicos, políticos e militares como um todo e recomendou acordos internacionais sobre esse tema.

Também foi estabelecida uma ligação entre as questões de segurança, direitos humanos e privacidade. E um argumento foi apresentado de que o desenvolvimento de leis de privacidade é, de fato, uma contribuição para a melhoria da segurança. Um dos participantes mencionou que esse era o caso, especialmente, com relação ao roubo de identidade, que é maior em países onde as proteções à privacidade são mais fracas.

Um dos temas que emergiu das discussões foi de que a criação de um ambiente de confiança sustentável entre todos os setores envolvidos é essencial para a busca da segurança e para conseguir a necessária cooperação de todos.

Balanço e caminho adiante

Presidida por Nitin Desai, Conselheiro Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Governança da Internet, e por Hadil da Rocha Viana, Ministro, Diretor de Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

Houve um amplo entendimento de que o encontro havia sido um sucesso. A riqueza do debate, o número de workshops, o formato multissetorial, a diversidade de opiniões e a quantidade e variedade de delegados foram citados como indicadores do sucesso.

O desenvolvimento da agenda desde Atenas, com a inclusão do tema dos recursos críticos da Internet, foi percebido como um sucesso e deve fazer parte da agenda do terceiro encontro. No entanto, ficou claro que as questões de acesso ainda devem permanecer como um item central da agenda. Outra possível área para a agenda do próximo IGF abrange os direitos na Internet. Outra área de desenvolvimento seria permitir que uma gama maior de setores pudesse expressar seus compromettimentos, e que esses compromissos ajudariam a demonstrar a relevância e as contribuições do IGF à comunidade da Internet.

Em termos de processos, certa preocupação foi demonstrada de que a conexão entre os workshops e as sessões principais não foi tão clara ou tão consistente quanto se esperava. Reconheceu-se que os workshops ofereceram uma riqueza de informação e opinião, mas que havia sido limitada a capacidade dessas contribuições de moldar o debate nas sessões principais.

Foi demonstrado um claro apoio aos processos multissetoriais e houve muitos comentários sobre como o diálogo no IGF, desimpedido das restrições das negociações e das tomadas de decisões, permitiu que as ideias fossem livremente intercambiadas e debatidas. Foi colocada uma visão de que a presença dos usuários poderia ser intensificada e de que é necessário se dar atenção à garantia efetiva de participação remota na reunião. Alguns comentadores falaram da necessidade de maior diversidade na participação e, por exemplo, da necessidade de maior equidade de gêneros nos painéis. Da mesma forma, os jovens precisariam estar melhor representados.

Demonstrou-se apoio aos trabalhos do Grupo Consultivo e do Secretariado. Alguns, no entanto, argumentaram que os processos do Grupo Consultivo deveriam ser formalizados e tornados mais transparentes.

A sessão foi concluída com um convite formal aos delegados para o terceiro encontro do IGF em Nova Deli, de 8 a 11 de dezembro de 2008.

Questões Emergentes

Esta sessão final do segundo encontro do IGF foi projetada para trazer ao foco questões que poderiam ser relevantes para a futura agenda do Fórum. A sessão foi estruturada em torno de quatro grandes temas, a saber: (1) iniciativas de oferta e demanda; (2) questões sociais, culturais e políticas da Web 2.0; (3) acesso e (4) inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Um ponto que resultou da discussão foi quanto às diferenças de perspectivas sobre o que se considerava como questões emergentes, dependendo da origem de cada um, se de país desenvolvido ou em desenvolvimento. A questão do anonimato, por exemplo, assumiu um tom diferente dependendo do grau de proteção aos direitos fundamentais. Outro exemplo foi o acesso, que não emergiu como questão emergente para os países desenvolvidos, mas permaneceu como maior prioridade para os países em desenvolvimento.

Como observado pelos participantes, um dos temas transversais ao longo do encontro do Rio se referiu à natureza transfronteiriça da Internet e ao fato de não haver uma sociedade global, o que faz variarem as regulações e legislações nacionais.

O debate quanto a questões de oferta e demanda salientou a necessidade de se colocar em foco de forma acentuada o papel dos usuários, especialmente os mais jovens, assim como de políticas públicas que venham a estimular e a apoiar a demanda. O tema das políticas públicas que exploram elos entre a governança da Internet e o desenvolvimento sustentável foi visto como uma área importante para o debate e um novo diálogo. Os palestrantes enfatizaram a necessidade de que os governos não persigam políticas que possam inibir a demanda por serviços de banda larga, como restringir o uso de Voz sobre IP (VoIP) e regular o uso de vídeos na Internet, como se fosse radiodifusão pública.

Do lado da oferta, foram destacadas as oportunidades criadas pela liberação do espectro decorrente da mudança para a transmissão digital. Alguns participantes sugeriram que tal espectro poderia ser utilizado para apoiar novas redes de banda larga e novos investimentos e serviços inovadores, enquanto outros defenderam a visão de que essa não seria uma solução sustentável.

Um dos palestrantes discutiu uma série de pontos fundamentais sobre a Web 2.0 e como ela levantava questões significativas para a governança da Internet. Houveram várias intervenções levantando diversos pontos, como os padrões de comportamento

do usuário ou o gerenciamento da privacidade ou intimidade nas páginas de redes sociais. Houve um amplo acordo de que questões de anonimato e a autenticação eram críticas, mas de que a política mais adequada era específica para cada caso e país. Argumentou-se que em alguns casos o anonimato cria o potencial para impactos negativos e que pode minar a democracia. No entanto, também foi apontado que em países onde havia restrições de liberdade de expressão o anonimato protegia o usuário da Internet e ajudava a promover a democracia. Houve ampla concordância de que a Web 2.0 traz várias questões importantes, para as quais o IGF poderia fazer uma contribuição significativa.

A importância do acesso foi ressaltada por vários palestrantes e os níveis limitados de uso da Internet na África foram destacados. Alguns palestrantes salientaram que o acesso à Internet na África seria baseado tanto em IPv4 quanto em IPv6. A questão aqui era que o IPv6 é crítico para fomentar o crescimento da Internet, mas que é necessária cautela para se manter protegida a conectividade com a Internet global. A Internet foi capaz de abrigar e apoiar altos níveis de inovação. As fontes destas inovações têm sido diversas, cobrindo todos os níveis das redes e advindas de uma ampla gama de instituições, desde os maiores e mais formais programas de pesquisa até indivíduos trabalhando em quase completo isolamento.

Foi observado que a Internet pode ser vista como uma armação para novas pesquisas e atividades inovadoras e, como resultado, em um futuro próximo, algumas das características básicas da Internet de hoje poderiam vir a ser substituídas; um dos exemplos sugerido nesse ponto foi a utilização de Uniform Resource Locators (URLs).

Mesmo que nenhuma conclusão formal tenha resultado desta sessão, todos os palestrantes concordaram que o debate começou a sugerir questões significativas para agendas futuras e para temas para os quais o processo do IGF poderia trazer uma importante contribuição.

Outros Eventos

As questões debatidas durante os 84 eventos auto-organizados que aconteceram em paralelo com as sessões principais ofereceram aos participantes uma oportunidade de encontro para troca de experiências, ideias e melhores práticas. Tais eventos temáticos, construídos em torno dos cinco temas principais, discutiram

ideias específicas, ouviram apresentações de projetos bem sucedidos e permitiram trocas de visões quanto aos próximos passos para tratar do uso e abuso da Internet.

Embora, em geral, os temas destacados durante esses eventos tenham sido significativamente diversos, figuraram de forma proeminente as questões da proteção à criança e do combate à pornografia infantil na Internet.

Dentre os 84 eventos paralelos, foram realizados 36 workshops, 23 fóruns de melhores práticas, 11 reuniões de coalizões dinâmicas, oito fóruns abertos e seis eventos cobrindo outros assuntos. Deles, 11 foram dedicados aos temas abertura e liberdade de expressão, 12 ao desenvolvimento e à capacitação, nove foram sobre acesso, 10 sobre recursos críticos da Internet, seis sobre diversidade, 17 sobre outros assuntos e 19 se dedicaram à questão da segurança. Entre esses, nove destacaram a questão da proteção da criança e do combate à pornografia infantil na Internet.

Os relatórios destes eventos foram disponibilizados na página do IGF e todos os organizadores são gentilmente solicitados a enviar seus relatórios para www.intgovforum.org⁴.

Considerações finais do presidente

“O povo e o governo brasileiros estão orgulhosos por terem sediado o segundo encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF) no Rio de Janeiro durante os últimos quatro dias. Tivemos a honra de receber mais de 2.000 inscrições, incluindo representantes de governos, da sociedade civil, do setor privado, organizações internacionais, instituições de pesquisa e usuários da Internet.

O segundo IGF aconteceu em um ambiente de amizade e cooperação. Em conformidade com o seu mandato, tal como consta na Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, o segundo IGF ofereceu um espaço para o debate multissetorial em temas transversais. Ele facilitou o diálogo entre organizações responsáveis por aspectos complementares da governança da Internet, identificou questões emergentes e as trouxe para a atenção do público. O debate e participação intensa nas sessões principais, workshops, fóruns abertos e de melhores práticas, coalizões dinâmicas e outras reuniões confir-

4 Nota dos editores: todos os documentos relacionados ao IGF 2007 atualmente podem ser encontrados em <<http://www.intgovforum.org/cms/secondmeeting>>, acesso em 17 de março de 2017.

maram o papel do IGF em moldar a governança da Internet visando contribuir com a construção de uma sociedade da informação, focada nas pessoas, orientada para o desenvolvimento e inclusiva.

O segundo encontro do IGF também confirmou que o formato deste fórum está na vanguarda do processo de decisão política multilateral e pode estabelecer precedentes para um estilo de conferências multilaterais renovado e atualizado, em um ambiente aberto, inclusivo e representativo, com a participação de todos os setores. É importante se construir sobre a experiência obtida até agora, visando explorar possíveis caminhos para se reforçar os mecanismos de governança da Internet existentes, aumentando a sua legitimidade perante a comunidade internacional e sua adequação aos princípios orientadores da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

O segundo encontro do IGF avançou no caminho em direção à plena implementação de seu mandato em termos de participação, escopo, agenda temática, organização do trabalho e resultados possíveis. Contribuiu para o processo incremental que visa alcançar o cumprimento do mandato do Fórum até 2010, no final do período de cinco anos inicialmente estabelecido pela Agenda de Túnis.

Em termos de conteúdo, além da importância dos temas de acesso, diversidade, abertura e segurança, o encontro do Rio contribuiu para ampliar o debate sobre a governança da Internet ao dedicar uma sessão principal para a discussão dos recursos críticos da Internet e à melhoria dos mecanismos globais a cargo de seu gerenciamento.

No que se refere à organização do trabalho, outro progresso alcançado no encontro do Rio de Janeiro foi o compartilhamento da presidência das sessões principais do encontro entre os diferentes setores. Um representante da sociedade civil presidiu a sessão principal sobre o tema da Abertura e outro do setor privado presidiu a sessão principal sobre a questão da Segurança. Também é digno de nota o interesse de altos funcionários do governo brasileiro, conforme demonstrado pela participação de quatro ministros, além de uma série de outras autoridades nos eventos do IGF.

Recursos Críticos da Internet

A sessão principal sobre Recursos Críticos da Internet (CIR) considerou a conformidade dos acordos existentes para a gestão da infraestrutura física e lógica da Internet face aos princípios adotados pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). O processo de tomada de decisão multissetorial da ICANN é um

experimento interessante em termos de ampliação da participação nos processos de tomada de decisão. Naturalmente, há melhorias a serem feitas, como por exemplo, na relação entre o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) e o conselho da ICANN. Os governos devem ser habilitados a desempenhar em pé de igualdade seu papel soberano na elaboração de políticas públicas globais. A este respeito, devem ser seguidas com interesse as reformas já em curso na ICANN e as perspectivas para o seu reconhecimento como uma entidade internacional e a sua independência de qualquer governo.

Diversidade

A Internet oferece perspectivas sem precedentes para a expressão de conteúdos culturais de todos os cantos do mundo, bem como para a criação, disseminação, recombinação e difusão de conteúdos. A conversão desse potencial em realidade exige que a Internet seja gerida para o benefício da humanidade como um todo. Cada indivíduo deve ter a possibilidade de participar da Internet em seu próprio idioma, em formas que estejam em harmonia com os seus valores e identidade cultural. A Internet deve se expandir de maneira que venha a refletir, em seu conteúdo e sistema de endereçamento, as diversidades cultural e linguística existentes, assim como as diferenças regionais e locais que caracterizam a civilização. As necessidades específicas das pessoas com deficiência devem ser atendidas por meio da criação e disseminação de periféricos específicos a preços acessíveis, bem como da adoção de normas de acessibilidade por parte da indústria.

Acesso

Os custos de conexão internacional são uma carga pesada para os países em desenvolvimento. A este respeito, um ambiente de competição empresarial justo em escala global poderia contribuir para uma melhoria generalizada das condições de acesso. Os governos devem, sempre que possível, estimular o estabelecimento e a manutenção de tal ambiente e tomar medidas para, se necessário, corrigir as imperfeições do mercado. Mecanismos internacionais de financiamento devem ser desenvolvidos para apoiar o investimento em áreas que não apresentem viabilidade comercial. A cooperação regional e os Pontos de Troca de Tráfego da Internet (IXPs) são recursos particularmente valiosos para ajudar a reduzir a demanda sobre os backbones intercontinentais, reduzindo assim os custos de acesso.

Abertura

A liberdade de expressão é um direito humano fundamental que deve ser garantido e que requer o livre fluxo de informação e conteúdo de fontes diversas. Mais do que qualquer outro meio de comunicação, a Internet é capaz de abraçar a diversidade cultural e o pluralismo que caracterizam a democracia. A conversão desse potencial em realidade exige a preservação das características de arquitetura aberta da Internet.

As novas realidades, possibilidades e desafios trazidos pela Internet devem ser considerados nos debates sobre a propriedade intelectual, com atenção especial a aspectos como a privacidade e o direito à informação e ao conhecimento. Diferentes regimes de propriedade intelectual e modelos de licenciamento de software são traduzidos em perspectivas econômicas distintas em termos de inovação e inserção na economia digital, particularmente nos países em desenvolvimento.

Segurança

Independente da estabilidade da Internet, a integridade dos dados e a confiabilidade dos conteúdos, a proteção do usuário e a luta contra o cibercrime devem receber prioridade máxima na construção de uma sociedade da informação centrada nas pessoas. A este respeito, deve ser sempre levado em conta o direito à privacidade e ao devido processo legal. Dada a natureza transfronteiriça da Internet e do cibercrime, a cooperação internacional em campos técnicos legais é ferramenta fundamental na luta contra o cibercrime e a sua prevenção. Neste sentido, as possibilidades de harmonização legal, no que se refere à cibersegurança, devem ser avaliadas à luz das prioridades nacionais e das realidades específicas do mundo desenvolvido e do mundo em desenvolvimento. Os governos têm um papel fundamental em tornar o ciberespaço um ambiente seguro para a interação humana e devem contar com a colaboração da sociedade civil e do setor privado nesse propósito.

Sem dúvida há lições a serem aprendidas e melhorias a serem realizadas para os próximos encontros do IGF. Entre essas melhorias, gostaria de salientar a necessidade de se rever o processo de preparação do IGF, a fim de se permitir uma participação mais ampla, mais equilibrada e mais representativa de todos os setores, bem como de todas as regiões do mundo. É importante trazer para este processo a maior diversidade de opiniões possível, levando também

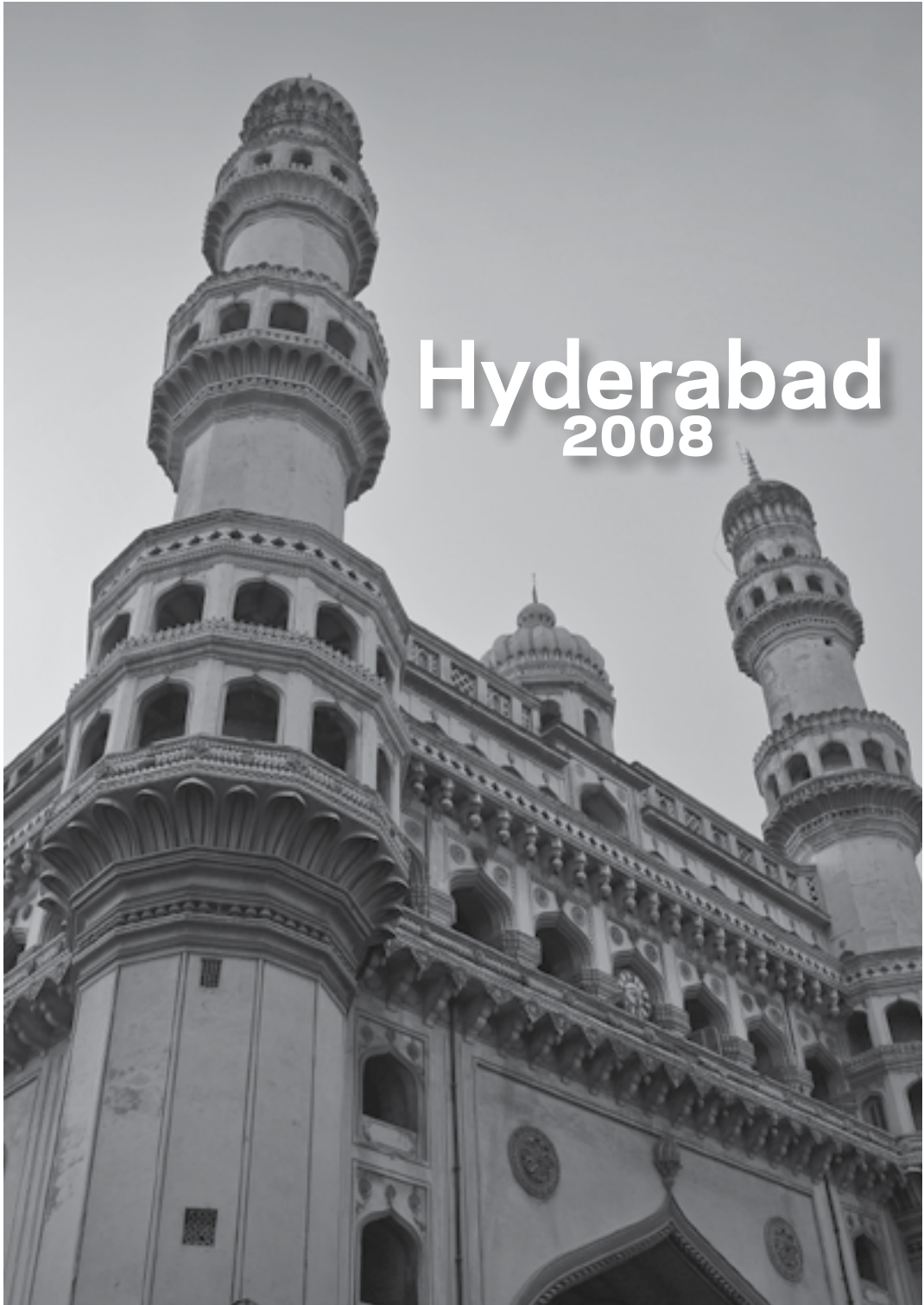
em consideração o equilíbrio de gênero. Poderiam ser aprimorados os critérios, a nomeação, a rotação, os procedimentos e o papel do Grupo Consultivo ou de outra estrutura que possa vir a apoiar a preparação e a condução do encontro.

Gostaria de expressar-lhes, em nome do povo e do Governo do Brasil e do Comitê Gestor da Internet no Brasil, nossa gratidão de todo o coração pelo seu comparecimento e participação ativa no segundo IGF no Rio de Janeiro. Um agradecimento especial vai para o Sr. Nitin Desai e o Sr. Markus Kummer e equipe, que não mediram esforços para garantir uma excelente preparação deste encontro. Gostaria também de agradecer a presença do Sr. Sha Zukang, Sub-secretário Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais e por sua contribuição pessoal para o IGF. Por último, mas não menos importante, gostaria de salientar nosso reconhecimento com relação ao apoio financeiro e logístico que o Comitê Gestor da Internet no Brasil proveu e que foi crucial para o sucesso deste evento”.

Anexo

*Palestrantes da Sessão de Abertura
Segunda-feira, 12 de novembro de 2007.*

- Sr. Hamadoun Touré,
Secretário Geral, União
Internacional
de Telecomunicações (UIT)
- Sra. Anriette Estherhuysen,
Diretora Executiva,
Associação para o Progresso
das Comunicações (APC)
- Sr. Guy Sebban, Secretário
Geral, Câmara de Comércio
Internacional (ICC)
- Sra. Lynn St. Amour,
Presidente e CEO, Internet
Society (ISOC)
- S. E. Sr. José Mariano
Gago, Ministro de Ciência,
Tecnologia e Educação
Superior, Portugal
- Sr. Paul Twomey, Presidente
e CEO, Corporação da
Internet para a Atribuição
de Nomes e Números
(ICANN)
- Sr. Naoyuki Akikusa,
Presidente, Fujitsu Limited;
Presidente, Comissão
de Infraestrutura de
Informação Global (GIIC)
- S. E. Sra. Ivy Matsepe-
Casaburri, Ministra de
Comunicações, África do Sul
- S. E. Sr. Adama Samassékou,
Secretário Executivo,
Academia Africana
de Idiomas
- S. E. Sr. Luigi Vimercati,
Subsecretário de
Comunicações, Itália
- S. E. Sr. Kiyoshi Mori, Vice-
Ministro de Coordenação
Política, MIC, Japão
- Sr. John Klensin, Consultor
- Sra. Maud de Boer-
Bucquicchio, Vice-
Secretária Geral do
Conselho da Europa
- Sra. Catherine Trautman,
membro do Parlamento
Europeu.
- Sr. Jainder Singh, Secretário
Permanente, Departamento
de Tecnologia da
Informação, Índia
- S. E. Sr. Gilberto Gil, Ministro
da Cultura, Brasil



3º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Hyderabad, Índia, 3-6 de dezembro de 2008

Sumário do Presidente

O terceiro encontro do Fórum de Governança da Internet aconteceu em Hyderabad, na Índia, entre 3 e 6 de dezembro de 2008, e teve como foco o tema “Internet para Todos”. O encontro aconteceu na sequência dos ataques terroristas em Mumbai e os participantes expressaram condolências às famílias das vítimas, ao governo e ao povo da Índia. Apesar desses trágicos eventos terem provocado alguns cancelamentos, a presença de 1.280 representantes de 94 países – dos quais 133 vinculados à mídia –, chegou perto do número de presenças do segundo encontro anual.

As cinco sessões principais foram organizadas em três dias temáticos intitulados: “Alcançando o Próximo Bilhão”, “Promovendo a Cibersegurança e a Confiança”, “Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet”. O último dia foi dedicado a dois temas: “Assuntos Emergentes – A Internet de Amanhã” e “Balanço Geral e Caminhos a Seguir”. Todas as sessões foram presididas pelo país anfitrião e moderadas por jornalistas ou especialistas independentes.

Paralelamente às sessões principais, foram programados 87 workshops, fóruns de melhores práticas, reuniões de coalizões dinâmicas e fóruns abertos em torno dos temas das sessões principais e do tema geral do IGF. Cinco workshops e outras reuniões foram cancelados em consequência dos eventos de Mumbai.

O programa e o evento do IGF foram preparados por meio de uma série de consultas multissetoriais abertas ocorridas ao longo do ano de 2008, processo no decorrer do qual também foi projetada a estrutura interativa e participativa do terceiro encontro do IGF.

O evento foi inteiramente transmitido *on-line*, com *streaming* de áudio e vídeo das salas de reuniões. Além de serem transmitidas, as sessões principais tiveram suas reuniões exibidas em tempo real na sala de sessão principal e também foram transmitidas pela Web. As transcrições de texto das sessões principais e as gravações de vídeo e áudio de todos os workshops e de outras reuniões estarão disponíveis no *site* do IGF. Essa disponibilidade permitiu aos participantes à distância interagir no encontro. Todas as sessões principais tiveram interpretação simultânea em todos os idiomas da ONU e em hindi.

Cerimônia de Abertura e Sessão de Abertura

Falando em nome do Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, o Subsecretário Geral do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), o Sr. Jomo Kwame Sundaram, iniciou sua mensagem ao terceiro encontro do IGF transmitindo condolências às famílias das vítimas dos ataques terroristas em Mumbai, manifestação seguida por um momento de silêncio em homenagem aos mortos naquele atentado. O Sr. Sundaram agradeceu aos participantes do terceiro encontro do IGF por demonstrarem solidariedade ao povo e ao governo da Índia comparecendo ao encontro, e também expressou profundos agradecimentos ao governo do país anfitrião por sua amável e generosa hospitalidade. Ele se referiu à Internet como a espinha dorsal do mundo globalizado, acrescentando que, por esse motivo, todos os usuários da rede deveriam se interessar pelo seu funcionamento e gerenciamento. Jomo Kwame Sundaram descreveu o IGF como um valioso cadinho de ideias para, a partir de diversos pontos de vista, forjar um entendimento comum sobre as complexas questões da Internet; e observou que o Fórum é um espaço de debate franco e esclarecedor, capaz de moldar e formar processos de tomadas de decisão. Concluindo, o Subsecretário Geral do Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais da ONU anunciou que o Encontro do IGF 2010 ocorreria em Vilnius, na Lituânia.

O Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação do Gabinete da União do Governo da Índia, S. Ex.^a Thiru Andimuthu Raja, salientou o enorme potencial da Internet em promover uma parceria global para o desenvolvimento, como previsto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; e ressaltou o papel do IGF na construção de uma sociedade da Internet inclusiva, humana, centrada e orientada para o desenvolvimento do País. Segundo o Ministro, a Índia acreditava que a infraestrutura de TI era fundamental para um rápido desenvolvimento econômico e social. Com objetivo de promover a educação, outros serviços e acesso à Internet, o governo indiano embarcou em um programa nacional para tornar a Internet disponível aos cidadãos por meio de centros de serviço comuns. S. Ex.^a observou ainda que o acesso do povo à informação ajudou a democracia, por proporcionar transparência no funcionamento do governo, aumentando a participação do povo no processo governamental, e lembrou que, sem informação apropriada, o povo não poderia exercer adequadamente seus direitos de cidadania.

Outros participantes da Cerimônia de Abertura foram o Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet e Presidente do Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) e S. Ex.^a o Sr. Damodar Reddy, Ministro das Comunicações e Tecnologias da Informação do governo de Andhra Pradesh.

De acordo com a tradição do IGF, no término da Cerimônia de Abertura, sob aclamação, assumiu a presidência do encontro S. Ex.^a o Sr. Thiru Andimuthu Raja, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação do Gabinete da União.

Durante a Sessão de Abertura, conduziram o encontro nove participantes, representando todos os setores. Consta do anexo uma lista de todos os palestrantes das diversas sessões. Uma característica em comum de todas as falas foi o reconhecimento da importância do mote principal do encontro, “Internet para Todos”. Notou-se que a Internet estava trazendo grande potencial de benefício social e econômico para o mundo. Ao mesmo tempo, os participantes observaram que havia necessidade de se proteger dos problemas que a Internet poderia trazer, quando usada para fins nocivos. Alguns participantes ressaltaram a oportunidade de diálogo e troca de ideias entre todos os setores proporcionada pelo encontro do IGF, lembrando que ele permitia construir parcerias e relacionamentos que não ocorreriam de outra forma. O IGF foi apreciado por seu modelo multissetorial aberto. Exemplos de novas iniciativas nacionais e regionais foram apresentados no decorrer da Sessão de Abertura, ilustrando a difusão do ideal multissetorial e seu valor na discussão de políticas.

Sessões Principais

Os primeiros três dias do Fórum foram concebidos em torno de três temas principais, cada qual explorado em um dia: “Alcançando o Próximo Bilhão”, “Promovendo a Cibersegurança e a Confiança”, “Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet”. A cada manhã, dois painéis de discussão examinavam questões fundamentais do tema do dia, sendo seguidos na parte da tarde por uma sessão de diálogo aberto, que permitia aos participantes do Fórum – tanto presencial quanto remotamente – juntarem-se ao diálogo para aprofundar o debate sobre as questões levantadas durante a manhã.

Alcançando o Próximo Bilhão

- Promovendo uma Internet Multilíngue
- Acesso: Alcançando os Próximos Bilhões

Ambos os painéis de discussão foram dedicados ao tema central “Internet para Todos: Alcançando o Próximo Bilhão”.

Promovendo uma Internet Multilíngue

Presidido pelo Sr. Ajit Balakrishnan, Diretor Presidente da Rediff e moderado pela Diretora da Divisão de Sociedade da Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Sra. Miriam Nisbet, o primeiro painel discutiu questões relativas ao multilinguismo e à promoção de diversidade na Internet, incluindo acessibilidade e a importância de habilitar o acesso para pessoas com deficiências.

O presidente da sessão salientou o desafio de tornar a Internet disponível para pessoas de todos os idiomas e chamou a atenção para a situação da Índia, um caso em questão. Enquanto o mundo buscava aumentar o número de usuários para um bilhão, a Índia teria que contribuir com pelo menos 250 milhões deles, a partir de uma base presente estimada em 40 milhões de usuários.

A sessão identificou cinco questões para serem consideradas durante o diálogo no período da tarde:

- A importância de ter conteúdos em idiomas locais e que as pessoas deveriam ser capazes de criar e receber informação em suas linguagens locais para se expressarem de forma que seus pares pudessem compreender.
- A importância da localização e da disponibilidade de ferramentas, incluindo, por exemplo, tanto *software* como *hardware*; e também teclados e outros dispositivos, como mecanismos de busca, navegadores; e ferramentas de tradução, estas disponibilizadas em múltiplos idiomas.
- Esforços para internacionalizar os nomes de domínio foram enfatizados por muitos, com alguns participantes apontando para as dificuldades tecnológicas, bem como para a complexidade das políticas e dos aspectos políticos, como o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Nomes de Domínio Internacionalizados (IDN), de *script* árabe, e como esse modelo poderia ser aplicado a outros grupos de idiomas para impulsionar essa internacionalização.
- A sessão observou que as comunicações *on-line* estavam

ocorrendo cada vez mais em outras mídias em comparação às formas escritas; e que o multilinguismo em mídia móvel e multimídia era algo que precisava ser considerado.

- Por último, não houve um padrão e uma “linguagem” comuns para abordar estas questões; e foi neste contexto em particular que o IGF pôde levar a discussão adiante.

Acesso: alcançando os próximos bilhões

O segundo painel foi presidido pelo Sr. Kiran Karnik, Membro do Conselho Consultivo Científico do Primeiro Ministro da Índia e Diretor Fundador da Unidade Comunicacional de Desenvolvimento e Educação da Organização Indiana de Pesquisa Espacial. A moderação ficou a cargo da Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva da Associação para o Progresso das Comunicações (APC).

O presidente notou a importância crucial de não apenas considerar como o acesso poderia crescer para atingir o próximo bilhão, mas os próximos bilhões, chegando a todos os que ainda não foram incluídos. Para o Sr. Karnik, a Internet não dizia respeito apenas a negócios, ela estava relacionada a empoderamento e isto depende de acesso. Em segundo lugar, o acesso requer vários fatores, como conectividade e acessibilidade, que não significa unicamente custo baixo. Também estava relacionado a usar dispositivos existentes, como celulares ou, fundamentalmente, novas formas de fornecer acesso, tanto através de meios comunitários quanto de novos modelos de negócios em que o acesso fosse efetivamente pago por um terceiro.

A sessão examinou as questões de acesso a partir de três áreas principais – fornecimento, demanda e desenvolvimento – e foi bem-sucedida em alcançar um consenso em muitas áreas. E isso com uma mensagem fundamental de que o acesso necessitava ser focalizado no contexto de um ecossistema e que a brecha de acesso não poderia ser abordada sem um exame a partir de várias facetas. Uma dessas facetas do ecossistema seriam as políticas públicas e a regulação, que precisariam conduzir a uma estrutura de mercado que encorajasse os investimentos, os quais poderiam vir de mais de uma fonte, como o governo, o setor privado e outros mecanismos. A acessibilidade foi considerada parte do ecossistema, que teria como base fundamental uma infraestrutura economicamente viável.

Alguns participantes consideravam a liderança um fator fundamental, ligando aspectos da política e da regulamentação a investimentos e ao desenvolvimento dessa capacidade. E isso porque, para alcançar a sustentabilidade, era necessário um processo de institucionalização, uma vez que reformas políticas pontuais não resultavam em soluções duradouras. Para isso acontecer, as instituições reguladoras deveriam ser capazes de se adaptar às mudanças, possibilitando a continuidade do processo de expansão do acesso. Observou-se também que, para alcançar os próximos bilhões de usuários, seria necessário um enorme investimento de capital, que por sua vez demandaria um ambiente de políticas públicas que criasse incentivos para investimentos. Além disso, sugeriu-se que tal ambiente poderia incluir transparência e previsibilidade de regras, condições que seriam garantidas por um regime regulatório independente.

Outra mensagem importante foi o acordo sobre os papéis dos diferentes setores, como o Estado, o setor privado, a sociedade civil e os especialistas técnicos. Como estes setores poderiam colaborar e assegurar a complementaridade, em lugar de trabalhar em objetivos opostos? O IGF e as sessões em Hyderabad foram parte de uma solução para esclarecer esse aspecto em particular.

Considerando-se fornecimento e demanda, houve algum consenso de que apenas modelos voltados para fornecimento não eram suficientes. A demanda de fato existia, mas necessitava ser identificada e capturada, o que tornava necessária uma maior conscientização dos usuários, capacitação humana e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para propósitos sociais mais amplos, como educação e saúde. Também foi mencionado que, para alcançar maior acesso, havia também a necessidade de oferta suficiente, demanda efetiva e um mercado viável. Um palestrante defendeu a visão de existirem provas de que, por aumentar e expandir as escolhas, a competição poderia abaixar os preços.

A importância das comunicações móveis como meio para alcançar muitos dos novos usuários que chegam à Internet foi fortemente reconhecida. Observou-se que a Internet oferecia aos usuários a oportunidade de não serem apenas consumidores mas também produtores e cidadãos e que, portanto, a melhoria do acesso seria essencial para garantir o empoderamento de amplas camadas da sociedade.

Sessão de Diálogo Aberto

Realizada na parte da tarde, a sessão de Diálogo Aberto foi presidida pelo Dr. B. K. Gairola, Diretor Geral do *National Informatics Centre* (NIC), órgão do governo da Índia. A sessão foi moderada pelo Sr. Hidetoshi Fujisawa, Comentarista-Chefe e Apresentadora da NHK Japan Broadcasting Corporation, que teve como co-moderadores a Sra. Alison Gilwald, Diretora de Pesquisa do ICT África, e o Sr. Patrick Fältström, Engenheiro Consultor, Cisco Systems; Membro do Conselho da Internet Society e do Grupo Consultivo de TI do Governo Sueco.

A sessão buscou identificar os elos entre ambos os temas da manhã durante o diálogo “Internet para Todos”, e proporcionou uma oportunidade para que todos os participantes do Fórum pudessem aprofundar e enriquecer a discussão.

A mensagem principal do diálogo foi que, ao pensar no tema da conexão do próximo bilhão de pessoas, havia que se considerar a enorme demanda reprimida dos próximos usuários que estarão *on-line* e, ao mesmo tempo, nos entraves significativos que deveriam surgir para conectar o último bilhão.

As barreiras existentes em muitos países em termos de entrada no mercado foram consideradas a principal razão de nossa incapacidade de fornecer acesso a preços acessíveis e que estas eram questões políticas que poderiam e deveriam ser abordadas. Contudo, embora os mercados livres fossem soluções óbvias, as modalidades do processo de liberalização eram também importantes. Notou-se que a existência de mercados liberalizados era mais que uma questão de abertura desses mercados, como foi o caso das indústrias de infraestrutura, que tiveram dificuldades para conquistar uma situação de concorrência perfeita, requisito para uma eficiente alocação de recursos. Para isso, foram necessários marcos regulatórios que fornecessem segurança, estabilidade e também incentivos para investimentos. Trata-se de um quadro de políticas públicas necessárias para fazer frente à estrutura do mercado, aperfeiçoando a concorrência e regulação; e também para tratar das falhas de mercado relativas ao serviço universal de maneira a assegurar a equidade entre aqueles que possuem e os que não possuem acesso.

Houve discussão sobre algumas experiências promissoras para ampliar o acesso, incluindo a perspectiva de que os serviços móveis se tornariam a principal plataforma de Internet no mundo em desenvolvimento. Contribuições para o diálogo assinalaram

a importância da concorrência em toda a cadeia de conectividade, desde o transporte internacional e portais até o transporte dentro do país, o uso de Pontos de Troca de Tráfego (IXPs) para maximizar a troca de tráfego local, e o valor do uso comercial da Internet e de Voz sobre IP (VoIP) para impulsionar a demanda e contribuir com o crescimento econômico.

Em resposta à questão, um participante se referiu às razões pelas quais a Dinamarca havia sido tão bem-sucedida na implantação de banda larga, observando que o País adotou um ambiente regulatório flexível, com uma abordagem orientada para o mercado, confiança em investimentos privados, ênfase na estabilidade regulatória e transparência, além da decisão de evitar a microgestão regulatória, preconizando um regime regulatório flexível e capaz de se adaptar. A Dinamarca, de acordo com esse participante, iniciou o processo com uma concorrência baseada em serviços, colocando o foco em instalações, infraestrutura e na disponibilidade de conteúdos. A este respeito, o palestrante salientou que o conteúdo gerado pelo usuário era importante na Dinamarca, assim como o *peer-to-peer* (P2P) e o desenvolvimento de competências digitais.

Alguns debatedores observaram que o multilinguismo não dizia respeito apenas à linguagem escrita e que ele devia também considerar o acesso e a criação de conteúdo. O próximo bilhão de usuários, de acordo com esses participantes, não deveria ser apenas receptor de informação, mas também criador de conteúdo e fonte de inovação. Em discussões sobre conteúdo local, a sessão observou que não se tratava de geografia, mas da cultura, do idioma ou *script* usados para representar o conteúdo que as pessoas desejavam usar ou criar. De modo geral, considerou-se que chegar até o próximo bilhão também tornaria a Internet mais global.

Promovendo a Cibersegurança e a Confiança

- Dimensões da cibersegurança e dos cibercrimes
- Promovendo a Segurança, Privacidade e Abertura

O segundo dia concentrou-se no tema “Promovendo a Cibersegurança e a Confiança”. O tópico foi coberto por dois painéis de discussão, um sobre “Dimensões da Cibersegurança e dos Cibercrimes”, e o segundo com o tema “Promovendo a Segurança, Privacidade e Abertura”. Os painéis foram seguidos por um Diálogo Aberto.

Dimensões de cibersegurança e dos cibercrimes

A primeira sessão foi presidida pelo Secretário Especial do Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação indiano, Sr. Rentala Chandershekhar, e moderada pelo Sr. Bertrand de la Chapelle, Enviado Especial pela Sociedade da Informação do Ministério das Relações Exteriores francês.

A discussão começou com um lembrete sobre o quanto a Internet havia crescido e o quão fundamental havia se tornado para os governos, o comércio, para a economia em geral, a sociedade civil e para os pesquisadores. E prosseguiu com um debate sobre os problemas decorrentes dessa confiança depositada pelos diversos segmentos sociais na Internet. Assinalou-se que a Internet não foi construída para ser segura, mas aberta, e que esta abertura, embora intrinsecamente boa, também a tornava vulnerável. Coisas ruins poderiam acontecer, dados poderiam ser perdidos ou comprometidos. Às vezes isto era acidental, mas em outras era produto de comportamento criminoso. Comentou-se o fato, sem dúvida assustador, de que aqueles que estavam envolvidos na causa de problemas maliciosos de segurança encontravam-se um passo adiante dos que usavam a rede de boa fé. Frequentemente os causadores de problemas eram tecnicamente mais avançados do que aqueles ocupados em resolvê-los, especialmente no caso de economias em desenvolvimento.

Notou-se que a maioria dos crimes antes praticados *off-line* tinham agora se tornado também *on-line*. Havia também novas formas de criminalidade específicas da Internet, como pirataria ou *phishing*. Além disso, havia ainda ataques à infraestrutura básica de países, como os Ataques Distribuídos de Negação de Serviço (DDoS). Exemplos de ataques a sistemas de esgoto ou controle de tráfego aéreo também foram mencionados neste contexto. Houve uma aceitação geral de que o crime e a criminalidade em quaisquer sociedades eram tratados por agências policiais, mas também se observou que sua atuação era dificultada pela natureza transfronteiriça da Internet. Enquanto no mundo *off-line* o autor de um crime poderia ser rastreado até a localidade onde tal crime ocorreu, esse não era o caso no mundo *on-line*. A atuação das agências policiais, portanto, vinha se chocando com problemas de jurisdição e com fronteiras geográficas. Além disso, a legislação, em geral, demorava a se adaptar a um ambiente em rápida mudança tecnológica. O debate expressou

a percepção de que o surgimento de ameaças à Internet e a sua utilização para fins ilegítimos exigiam novas soluções que permitissem lidar com os cibercrimes.

Também foi observado que havia um grande número de setores envolvidos em vários níveis e a cooperação de todos eles era necessária para resolver as questões discutidas na sessão. Diversos dos participantes presentes assinalaram que todos os usuários eram parte da Internet e que, portanto, ainda que involuntariamente, poderiam também ser parte do problema. O importante então é que, em vez disso, todos os usuários se tornassem parte da solução.

Houve um entendimento geral de que havia uma necessidade de colaboração multissetorial, cooperação e coordenação em todos os níveis: nacional, regional e internacional. O representante da União Internacional de Telecomunicações (UIT) apresentou a Agenda de Cibersegurança Global da organização. Informou que havia sido criado um Grupo de Especialistas de Alto Nível, composto de 100 integrantes, representando todos os setores, e lembrou ainda que a UIT baseava seu trabalho em cinco pilares:

- Medidas Legais;
- Medidas técnicas e processuais;
- Estruturas organizacionais;
- Capacitação;
- Cooperação internacional.

Segundo o representante, ao mesmo tempo em que o problema era global, havia uma necessidade de ação a nível local. Por esta razão, a UIT tinha combinado abordagens *bottom-up* e *top-down*.

Os tópicos discutidos no painel foram sumarizados na seguinte forma:

- Necessidade de prevenção e não apenas reparação, mas prevenção definida na forma de medidas proativas para tornar os ataques mais difíceis.
- Necessidade de uma arquitetura mais resiliente.
- Necessidade de estabelecer um circuito de retroalimentação entre prevenção, análise de incidentes e reparação.
- Necessidade de coordenação dos diversos atores envolvidos em prevenção, reparação e questões relacionadas. Eles eram de todas as categorias de setores. Era essencial construir redes confiáveis entre esses atores. Para construir tal rede seria necessário tempo.
- Necessidade de uma colaboração multissetorial. Isto re-

queria a contenção do impulso de abordar questões apenas com os atores diretamente envolvidos e, em vez disso, fazê-lo conjuntamente com todos os setores, que são os governos, o setor privado, a sociedade civil e o setor técnico. As discussões deveriam ser organizadas em uma base de questões apresentadas por todos os atores interessados.

Houve concordância geral de que existia uma necessidade de intensificar esforços para combater os cibercrimes. O último ponto abordado nesse tópico foi sobre o papel do IGF nesta área e como o Fórum poderia ajudar as diversas organizações que estavam lidando com estas questões, em várias regiões e com várias categorias de atores, a interagir umas com as outras e encontrar soluções.

Promovendo a Segurança, Privacidade e Abertura

A segunda sessão, “Promovendo a Segurança, Privacidade e Abertura”, foi presidida pelo Sr. Shyamai Ghosh, Presidente do Conselho de Segurança de Dados da Índia (DSCI) e moderada pelo Embaixador David A. Gross, Coordenador de Políticas de Comunicações Internacionais e Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

A sessão teve início com três menções: uma ao conflito segurança nacional versus segurança privada e o direito à informação; outra sobre como aumentar o nível de segurança e privacidade do usuário; e a terceira sobre como a confiança e a segurança poderiam ser geradas para uso da Internet, a fim de facilitar a livre expressão de opiniões.

O presidente falou sobre como a Internet era global, mas a privacidade poderia, dependendo do contexto, ser local, regional ou nacional. Disse que, como a Internet se tornou um estilo de vida, havia questões de sociedade que precisavam ser tratadas. Explicou que, no contexto indiano, nove milhões de assinantes de Internet estavam sendo agregados a cada mês, circunstância que fazia com que a governança fosse considerada um ponto relevante.

O moderador começou a reunião discorrendo sobre o ressurgimento da importância dos temas dessa sessão. Enquanto esses temas haviam estado à frente durante a década de 1990, nos últimos anos haviam sido menos relevantes. Agora haviam voltado à tona, porque estavam em confluência com questões socialmente importantes que, sob muitos aspectos, estavam em conflito e contudo eram aditivas entre si: segurança, privacidade e abertura.

A menção a diversos documentos e declarações importantes foi a espinha dorsal da sessão:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) com respeito ao livre fluxo de informação e sua importância.
- Agenda de Túnis, nos parágrafos 4 e 42, foi um ponto alto para o compromisso com o livre fluxo de informação.
- Declarações do Encontro Ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o livre fluxo de informação.
- A Resolução 69, aprovada pela UIT na Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações, realizada em Dubai no ano de 2012, apresenta uma firme declaração sobre o livre fluxo de informação: os Estados-Membros foram convidados a se abster de quaisquer ações unilaterais ou discriminatórias que pudessem impedir outro Membro de acessar *sites* públicos de Internet.
- A Global Network Initiative (GNI), que reuniu diversas organizações não governamentais (ONGs) e empresas com o objetivo de abordar questões sobre proteção à liberdade de expressão e privacidade para usuários.

No decorrer da discussão, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a Convenção Europeia sobre a Ciber-crimes foram adicionadas à lista de acordos importantes relativos ao tema da privacidade, segurança e abertura.

Um palestrante explicou como todo o debate sobre privacidade, abertura e segurança poderia ser mostrado sob a dimensão dos direitos humanos das mulheres. A discussão se concentrou no tema específico dos direitos sexuais definidos no Programa de Ação do Cairo, como um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relativo à sexualidade. Esta definição não estava apenas relacionada à ausência de doença, disfunção ou enfermidade, mas também exigia uma abordagem positiva da sexualidade e das relações sexuais, bem como sobre a possibilidade de ter experiências sexuais seguras, livres de coerção, discriminação e violência.

Os vários direitos humanos foram debatidos como influências diretas nos direitos sexuais e na saúde sexual. Estes incluíam o direito à liberdade e segurança da pessoa, o direito de ser livre de tortura e tratamento desumano e degradante, o direito à vida privada e familiar, o direito à não discriminação e, especificamente em relação a esta sessão, o direito à informação e à educação. A apresentação seguiu explicando que a Internet

havia proporcionado um tipo de espaço crítico para habilitar as mulheres a explorarem seu protagonismo sexual, para estarem aptas a adquirir informação sobre saúde sexual e reprodutiva, que pode ou não estar disponível em outros tipos de espaços públicos. A Internet também permitiu às mulheres explorar formas de expressão sexual mais positivas e ativas, que as colocam como sujeitos sexuais, não como objetos sobre os quais recai a ação. A Internet também se tornou um espaço crítico onde mulheres de sexualidades marginalizadas e diversas podem trocar informações e construir comunidades entre elas mesmas. E aqui é onde o nicho também cruza com questões de privacidade.

A confluência da liberdade de expressão sexual, enquanto conteúdo da Internet, com o debate sobre a proteção das crianças foi ressaltada pelo moderador. Também foi lembrada a existência de uma correlação entre fluxos de informação, TICs, inovação e crescimento econômico – conclusão a que chegou o Encontro Ministerial da OCDE, realizado em Seul, em junho de 2008 –, embora com a ressalva de que havia riscos associados ao uso dessas tecnologias, com a consequente necessidade de abordá-las de um modo apropriado.

Em termos de proteção das crianças na Internet, foram mencionadas cinco categorias de riscos:

- conteúdo;
- contato;
- dependência;
- comércio;
- privacidade.

O aumento da conscientização sobre a importância da proteção de dados foi mencionado no que diz respeito não apenas à proteção da esfera privada dos indivíduos, mas à sua própria liberdade. Requisitos de segurança interna e externa e interesses de mercado poderiam levar à erosão das garantias fundamentais de privacidade e liberdade. Discutiu-se como dados coletados para um propósito específico eram frequentemente tornados disponíveis para outros fins e para entidades, tanto públicas quanto privadas, que não eram suas destinatárias originais.

O representante da UNESCO lembrou que a constituição dessa entidade, criada há mais de 60 anos, falava sobre livre fluxo de ideias, informação e conhecimento, enquanto o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos era âncora para a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Em anos

recentes, estes princípios fundamentais têm sido aplicados não apenas às mídias tradicionais da imprensa escrita, rádio e televisão, mas também às novas e emergentes tecnologias. A UNESCO referiu-se a isto como “a liberdade de expressão aplicada às tecnologias sem fronteiras”.

O debate passou para a falta de confiança que o usuário frequentemente tinha para usar tecnologias, em particular o comércio eletrônico e outros aplicativos financeiros. O usuário foi descrito como preocupado com as ameaças cibernéticas, tais como formas de vírus ou *trojans* e o roubo de identidade, enquanto a preocupação principal das organizações seria com o roubo de dados.

O moderador mencionou uma questão aludida mas não discutida nesta sessão, que foi o papel do anonimato na Internet e sua relação com a privacidade, especialmente em esferas como a informação médica.

Ao concluir, o presidente falou do desafio de converter áreas de tensão ou conflito em áreas de convergência, de forma que ambas as questões, segurança e privacidade, pudessem ser tratadas sob uma perspectiva adequada.

Sessão de Diálogo Aberto

Presidida pelo Sr. Pavan Duggal, Presidente da Cyberlaws.Net e pelo Dr. Gulshan Rai, Diretor da CERT-In, a Sessão teve como moderador o Sr. Jonathan Charles, Correspondente Internacional da BBC e Apresentador de Notícias. Atuaram como co-moderadores a Sra. Natasha Primo, Coordenadora de Defesa de Políticas Nacionais de TIC na APC e o Sr. Everton Lucero, Conselheiro para Ciência e Tecnologia da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos e Vice-Presidente do Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN).

O debate começou pela busca de um caminho para o equilíbrio de natureza multidimensional entre segurança, privacidade e abertura. Foi expressa com frequência uma visão de que esses assuntos eram de natureza tão complexa quanto importante. Também havia um sentimento generalizado de não existir um modelo único de solução.

Um dos temas principais do debate foi a tensão entre direitos. Parte da discussão dizia respeito à dificuldade que muitos países e organizações tinham, ao tentar equilibrar as necessidades de proteger a sociedade contra o terrorismo ou a pedofilia, de cumprir

os compromissos da DUDH. Foi apontado que, apesar do possível desafio que significava atender aos direitos contidos na DUDH, todos os países que assinaram a Declaração tinham a obrigação de defendê-los. Outro participante observou que quando um criminoso usava uma via para cometer um crime, ela não deveria ser fechada, mas sim destacada.

Alguns poucos participantes observaram que a discussão não deveria ser sobre uma tensão entre segurança e privacidade, mas sobre os meios através dos quais estes poderiam se reforçar mutuamente. Além disso, também foi mencionado que a tensão deveria ser reconceituada como uma contraposição entre direitos e responsabilidades; e isso também colocou em foco a importância da educação e, especificamente, da alfabetização midiática dos usuários.

As discussões apontaram para um consenso emergente de que lidar com cibercrimes, cibersegurança, privacidade e abertura era uma responsabilidade conjunta dos diferentes setores. Boa parte da discussão ressaltou que havia necessidade de mais informações sobre onde as vítimas de crimes cibernéticos poderiam ir para encontrar soluções.

Os problemas eram apresentados como desafios, não apenas para agências policiais, mas também para parlamentares, sociedade civil, organizações intergovernamentais, setor privado e comunidade técnica. Houve uma discussão sobre as diferentes definições de cibersegurança e o fato de que a aplicação da lei nem sempre podia ser a melhor opção, especialmente ao lidar com casos relativos ao acesso à informação. Uma das outras considerações sobre o papel das agências policiais, feita por diversos participantes, foi que em alguns casos elas poderiam não ser a melhor solução, pois seriam também parte do problema. Foi feita referência específica a estados repressivos e a situações em que a natureza do problema – por exemplo, questões de assédio devido a gênero ou preferência de gênero – pode, na melhor das hipóteses, tornar inúteis os regimes padrão das agências policiais. Esta discussão estava ligada ao tema de que seriam necessárias interação e cooperação de todos os setores para encontrar soluções.

Com relação à pornografia infantil, algumas pessoas questionaram a predominância que este tópico estava tendo no terceiro encontro do IGF. Foi observado que talvez este não fosse o espaço apropriado para levar adiante a discussão; e que havia necessidade de olhar para mecanismos, medidas, processos e diferenças em outros espaços onde a questão pudesse ser abordada mais efetiva-

mente. Mas o argumento foi também de que havia necessidade de um debate mais matizado sobre questões e definições, tais como: o que é uma criança, o que é o mal, o que é conteúdo prejudicial?

Houve consenso geral na sala de que a discussão havia amadurecido o suficiente nesta área, de maneira que a partir daí talvez pudesse ser criado um ambiente comum, que possibilitasse a setores relevantes criar confiança e trabalhar juntos.

Apesar de um certo ceticismo a respeito da possibilidade de o encontro do IGF apontar soluções, parecia haver uma sensação geral de que o debate poderia trazer um melhor entendimento sobre o tema. Foi observado que havia setores envolvidos nesta área que não estavam fazendo parte do debate. Como a discussão foi além, havia necessidade de trazer aquelas comunidades, aquelas partes interessadas, para o debate, de modo a enriquecê-lo e ajudar a entender as implicações para outros usuários de algumas das medidas que tinham sido consideradas para cibersegurança. Houve um sentimento de que, qualquer que fosse o caminho seguido, teria que passar pela cooperação multissetorial, diálogo e parceria, no espírito de compartilhar responsabilidades. Neste sentido, foi mencionado que ainda havia necessidade de habilitar países em desenvolvimento para participarem integralmente e compartilhar suas necessidades, desafios e preocupações.

Na conclusão, foi mencionado que o IGF não estava inventando a roda: havia referências relevantes e normas internacionais, como a DUDH, entre outras; e existiam experiências nacionais e regionais. Foi concluído ainda que havia necessidade de uma solução de longo prazo, que não fosse baseada apenas na aplicação da lei, mas também na qualidade da educação, dedicada a criar consciência e sensibilizar para o fortalecimento pessoal, a satisfação e, acima de tudo, a felicidade.

Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet

- Transição do IPv4 para o IPv6
- Acordos de Governança da Internet: Globais, Regionais e Nacionais

O terceiro dia concentrou-se no tema “Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet”, que foi coberto por dois painéis de discussão, um sobre “Transição do IPv4 para IPv6” e outro sobre “Acordos Globais, Regionais e Nacionais”. Em seguida, foi feito um Diálogo Aberto sobre o tema geral.

Transição do IPv4 para o IPv6

A primeira sessão foi presidida pelo Dr. Gulsham Rai, Diretor do Grupo de Tratamento de Incidentes Computacionais (CERT) indiano e moderada pela Sra. Bernadette Lewis, Secretária Geral da União Caribenha de Telecomunicações (UCT).

Vários participantes descreveram o desenvolvimento do processo através do qual as políticas controlavam a atribuição e gestão de números dentro dos Registros Regionais da Internet (RIRs), por meio de um modelo *bottom-up* aberto, que envolvia toda a comunidade da Internet. Foram feitas projeções de que, no ritmo atual, o espaço de endereçamento IPv4 estaria esgotado por volta de 2011.

O ponto de vista adotado foi de que não havia necessidade de impor um prazo para prevenir o inevitável, porque o mercado estava ditando a implantação do IPv6. Também afirmou-se que o IPv6 era de fato uma continuação do que já existe hoje no IPv4, com a diferença de que forneceria endereços adicionais. Isto poderia, no entanto, ter impacto em alguns dos processos técnicos atuais.

Algo considerado certo foi que o IPv4 e o IPv6 coexistiriam bem no futuro. Era esperado que cada produto baseado em IP fosse afetado. O equipamento IPv6 estava no mercado e os fornecedores estavam apoiando e migrando aplicativos para o IPv6. Foi observado que, embora o IPv6 estivesse disponível para desenvolvimento, as operadoras estavam sendo lentas na sua absorção. Isto foi atribuído ao número de desafios que elas estavam enfrentando, como, por exemplo, o fato de não haver um vetor comercial óbvio para as operadoras de rede mudarem para o IPv6, bem como nenhum rendimento associado à migração.

Foi pontuado também que não havia demanda inicial de clientes. As operadoras acreditavam que o suporte do fornecedor era insuficiente. No entanto, foi dito que as operadoras estavam começando a reconhecer que o tempo para migrar era agora e que isto estava acontecendo de maneira crescente. Um participante explicou que haveria necessidade de tratar de questões de *hardware* e *software* no local e no equipamento do cliente, que haveria custos associados à migração, relativos a *hardware* e *software*, treino e mão de obra.

O painel também observou que havia grande necessidade de que os setores público e privado e a sociedade civil se envolvessem no processo. Havia uma responsabilidade compartilhada

e que necessitava de promoção e habilitação de uma transição suave da dominância do IPv4 para um ambiente onde o IPv6 se tornaria dominante.

Isto foi visto como um caso claro de participação multissetorial e a experiência japonesa foi oferecida como modelo útil a ser empregado, no qual foram utilizadas forças-tarefa em base nacional para garantir uma transição suave e mecanismos padronizados para a coexistência do IPv4 e do IPv6.

Outros falaram de uma enorme necessidade de consciência pública e educação, além de treinamento. O IPv6 precisava ser destaque nas agendas nacionais de todos os países. E os participantes mencionaram que seria útil se todas as regiões pudessem adotar abordagens harmônicas. Seria útil e proveitoso se, como parte do processo de educação, estudos de caso fossem disponibilizados e publicados, por exemplo, no *website* do IGF. Medidas de fortalecimento da confiança poderiam ser destacadas para garantir a confiança dos cidadãos, de forma a que se sentissem confortáveis com a migração. Foi levantada a questão de como os cidadãos e outros setores poderiam se envolver, e que isso seria muito importante. Um participante sugeriu que talvez os cidadãos pudessem ser encorajados, por exemplo, a entender o endereço de IP como parte integrante de suas identidades.

Nesse ambiente emergente, um palestrante indicou que o papel do RIR deveria ser mudado. A escassez de IPv4 demandaria que os RIRs examinassem e desenvolvessem políticas para questões como metodologia para transferência de espaços de endereço IP, reclamando e obtendo controle de espaço de endereço não utilizado, segurança e gerenciamento dos novos endereços IPv6, e que lidassem com o surgimento de possíveis mercados secundários.

Acordos de Governança da Internet: Globais, Regionais e Nacionais

O segundo painel de discussão, “Acordos de Governança da Internet: Globais, Regionais e Nacionais”, foi presidido pelo Sr. Ramlinga Raju, Fundador e Presidente do Satyam Computer Services Limited, e moderado pela Sra. Emily Taylor, Diretora Jurídica e de Políticas da Nominet, Reino Unido.

O debate iniciou com uma revisão feita pelo moderador sobre as origens e o significado dos termos “recursos críticos da Internet” e “cooperação aprimorada”. A moderadora sugeriu que para muitos o termo “recursos críticos da Internet” era entendido

como a administração dos endereços do Protocolo Internet (IP) do Sistema de Nomes de Domínio (DNS), os quais tinham sido discutidos na sessão anterior. Mas acrescentou que, para outros, o significado havia sido ampliado pelo Grupo de Trabalho de Governança da Internet (WGIG), em 2005, para incluir também a administração do sistema de servidor raiz, padrões técnicos, *peering* e interconexão, infraestrutura de telecomunicações, incluindo tecnologias inovadoras e convergentes, bem como o multilinguismo. Em sua opinião, havia uma visão ampla e outra estreita sobre o significado de recursos críticos da Internet.

A representante do UNDESA informou sobre os progressos feitos em relação à “cooperação aprimorada”. Ela comunicou à reunião que o Subsecretário Geral das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, o Sr. Sha Zukang, havia enviado cartas a organizações importantes para fornecer um relatório anual de desempenho, em conformidade com a Agenda de Túnis. As organizações incluíam UIT, UNESCO, OMPI, OCDE, Conselho Europeu, ICANN, *Internet Society* (ISOC), Organização dos Recursos Numéricos (NRO) e *World Wide Web Consortium* (W3C).

A informação obtida mostrou um foco em quatro áreas principais:

- Para a maioria das organizações envolvidas, o significado de “cooperação aprimorada” era facilitar e contribuir para o diálogo multissetorial.
- O propósito de tal cooperação variou desde informação e compartilhamento de experiências, construção de consensos e angariação de fundos até transferência de conhecimento e treinamento de capacitação.
- Os focos temáticos nas disposições cobertas pelas organizações mencionadas estavam muito alinhados às aquelas discutidas no IGF.
- Acordos de cooperação já haviam sido estabelecidos entre aquelas organizações e outros estavam sendo desenvolvidos com mais parceiros e com as nove organizações acima citadas.

Ela observou que a expressão “cooperação aprimorada” não parecia fornecer orientação prática. O UNDESA incluiria um sumário sobre o retorno recebido no relatório do Secretário Geral no seguimento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), que seria apresentado na próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD), em maio de 2009.

Os diferentes participantes compartilharam seu entendimento sobre o sentido do termo. Um participante falou sobre a “ambiguidade criativa” que havia habilitado diferentes setores para discutir um conjunto de questões árduas em formas mutuamente aceitáveis.

Outro palestrante enfatizou a expressão “os governos, em pé de igualdade” do parágrafo 69 da Agenda de Túnis, dizendo que isto apoiava a visão de que “cooperação aprimorada” significava um processo envolvendo os governos. Isto trouxe uma reação de que o parágrafo 71 da Agenda de Túnis referia-se à participação dos “setores em seus respectivos papéis”. Dessa perspectiva, isto apoiava a posição de que a CMSI criou novas áreas de competência para as organizações existentes.

Houve uma ênfase em “questões de políticas públicas” feita por um participante que diferenciou entre políticas técnicas e políticas públicas. Para ele, somente “questões de políticas públicas” faziam parte da “cooperação aprimorada”. Outros participantes enfatizaram que o processo deveria envolver todos os setores.

Havia incerteza entre os palestrantes a respeito de em quais organizações a “cooperação aprimorada” deveria ocorrer: alguns sentiam que a UIT não era relevante e a ICANN era, outros destacaram exemplos da OCDE e da UIT como organizações relevantes. Um participante sugeriu que “cooperação aprimorada” deveria ser entendida como um “conceito vivo”.

O representante do Governo Brasileiro disse que organizações intergovernamentais como a UIT e a UNESCO estavam promovendo “cooperação aprimorada” no âmbito de seus mandatos para facilitar o desenvolvimento de princípios de políticas públicas em seu próprio ritmo. Em sua visão, a principal razão para a inclusão de “cooperação” na Agenda de Túnis foi a ICANN, porque esta, mesmo não sendo voltada para fins de lucro, era orientada para o mercado e estava sob supervisão de um único governo. Ele observou que os governos, em especial de países em desenvolvimento, estavam sub-representados na ICANN. Os atuais acordos do Comitê Consultivo Governamental da ICANN eram, em sua visão, não condutivos à “cooperação aprimorada” e precisavam ser revisados. Ele sugeriu que o debate sobre um plano de ação para a transição da ICANN era uma oportunidade a este respeito. E defendeu a visão de que a ICANN deveria ser como a Força-Tarefa de Engenharia da Internet (IETF), o W3C e NRO, sem nenhum envolvimento com o governo ou como outras organizações, tais como a UIT e a UNESCO, com uma estrutura intergovernamental.

O representante dos Estados Unidos disse que, em seus usos, a Internet havia começado a envolver os governos, o setor privado e o setor civil em novas formas de “cooperação aprimorada” em uma escala sem precedentes. E acrescentou que o IGF era um exemplo notável de uma nova cooperação aprimorada, destacando a importância de um fórum como o IGF, que oferecia uma oportunidade para interesses com diversas visões, unidas por um compromisso compartilhado para com a construção evolutiva da Internet e seus usos. Esta era a visão original da Internet e do IGF que veio da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação de Túnis, em 2005. O IGF permaneceria vital caso preservasse esta visão original.

Todos os participantes destacaram aspectos positivos sobre como discussões sobre “cooperação aprimorada” vinham tendo influência positiva. Por exemplo, na ação de combate a imagens infantis abusivas no Brasil, em um envolvimento maior dos setores no recente encontro ministerial da OCDE ou nas melhorias voltadas para que registros de endereços IP interajam com setores relevantes.

A moderadora concluiu que a sessão deixou os participantes do Fórum com um entendimento amplo sobre as diferentes posições dos setores sobre as questões. Ela sugeriu que talvez o IGF tivesse um papel valioso como “ambiente não ameaçador para debate”, em que participantes pudessem falar, compartilhar experiências práticas a partir de diferentes perspectivas e passar para o ponto onde as pessoas ouvem umas às outras, passando de uma série de declarações desconexas para uma conversa compartilhada.

O Presidente fechou a sessão com uma perspectiva do setor empresarial. Ele descreveu a Internet como um grande ativo, o qual todos nós tínhamos a responsabilidade coletiva de gerenciar bem, porque tem o potencial de nos ajudar a eliminar a pobreza muito rapidamente e abordar questões importantes sobre educação, saúde e uma série de outros itens. O Presidente expressou que a tentativa coletiva de trazer um grande foco sobre o gerenciamento desse ativo de um modo cooperativo produziria resultados significativos conforme avançarmos.

Sessão de Diálogo Aberto

O Diálogo Aberto foi presidido pelo Sr. Madhusudan Mysore, Chefe de Operações de Atendimento ao Cliente da Tata Communications e moderado pela Sra. Jeannette Hoffman, Pesquisadora Sênior da London School of Economics and Political Science (LSE) e do Social Science Research Center Berlin

e pelo Sr. Chris Disspain, Diretor Executivo da AU Registry e Presidente do Conselho da Organização de Suporte a Nomes de Códigos de Países (ccNSO).

A sessão concentrou-se em diversos pontos abordados durante a reunião da manhã. Os moderadores a organizaram para examinar primeiramente questões levantadas durante a sessão “Transição de IPv4 para IPv6”, seguida pelas contribuições sobre “Acordos Globais, Regionais e Nacionais”. Os moderadores também fizeram um convite à apresentação de quaisquer outras questões, esclarecendo que qualquer tema sobre recursos críticos da Internet seria bem-vindo no diálogo.

Uma questão discutida foi o período de transição ou migração, que exigia uma responsabilidade compartilhada para ser concluído a tempo. Isto exigiria dos governos, das operadoras, dos fornecedores e dos consumidores, todos eles, que assumissem efetivamente seus respectivos papéis, e uma abordagem coordenada para garantir uma migração ordenada.

Outra discussão ampliada voltou-se para os riscos envolvidos. Alguns relataram que os principais riscos não eram tecnológicos, mas estavam associados a não se avançar em direção à implantação do IPv6. Foi dito que, para minimizar este risco, era importante que os processos de planejamento fossem feitos cuidadosamente e que todas essas questões fossem levadas em consideração.

A necessidade de educação e conscientização públicas também esteve em debate e foi vista como uma responsabilidade compartilhada fundamental para que todo o processo avançasse. Os governos teriam um papel a cumprir, aconselhando, informando e trazendo os cidadãos a bordo. Além disso, os governos precisariam ser pioneiros na adoção do IPv6 e deviam usá-lo em suas próprias redes, como uma demonstração de seu compromisso e também para encorajar a comunidade empresarial e o setor privado a avançar da mesma forma.

Também houve um debate sobre como lidar com os vários endereços IPv4 que não estavam sendo usados e não haviam sido contabilizados. Alguns defenderam que era necessário criar um mercado legal para esses endereços, de forma que as vendas não se limitassem ao mercado negro ou cinza. Outros apontaram que, mesmo se esses endereços fossem disponibilizados, ainda haveria necessidade de começar o processo de migração.

O segundo segmento da sessão de diálogo aberto foi dedicado a uma ampla troca de pontos de vista sobre “cooperação

aprimorada” e gerenciamento de recursos críticos da Internet e também sobre o papel e o valor do próprio IGF nesta discussão. Houve algumas expressões de frustração com o IGF e outros processos, com referências frequentes à ICANN feitas por vários participantes. Um certo número destes enfatizou que em processos *bottom-up* e frequentemente voluntários, os participantes precisavam estar dispostos a contribuir com algo para obter alguma coisa. Isto se aplicava não apenas à ICANN, mas também a outros processos.

Alguns participantes consideravam o próprio IGF como um exemplo de “cooperação aprimorada”. Enquanto alguns defenderam que o IGF tratava de reunir diferentes pontos de vista dos vários setores interessados dentro das fronteiras tradicionais, outros acreditavam que o Fórum era voltado para alcançar objetivos de desenvolvimento. Um participante observou que a Agenda de Túnis indicou que “cooperação aprimorada” não significava criar novas instituições. Participantes também sugeriram que talvez pudesse ser uma função do IGF ajudar a chegar a um acordo sobre o significado desse termo.

Os participantes debateram a evolução da ICANN, com alguma frustração expressa em relação ao GAC, e também em relação à participação e ao envolvimento. No entanto, outros observaram que os processos estavam abertos e todos tinham a oportunidade de contribuir e participar.

Um participante resgatou a história do debate sobre governança da Internet desde a primeira fase da CMSI em 2003. Em seu entender, o foco do IGF deveria estar na forma como os recursos críticos seriam gerenciados. Ele defendeu que os governos deveriam ter a responsabilidade total por essa tarefa. O IGF deveria ser usado para alcançar consenso na matéria. Caso o IGF não fosse capaz de atingir tal consenso, a questão deveria então ser trazida à atenção da Assembleia Geral.

Alguns participantes expressaram o desejo de que o governo dos Estados Unidos renunciasse ao seu papel pioneiro e atual na supervisão dos recursos críticos da Internet e do relacionamento com a ICANN através do Acordo de Projeto Conjunto (JPA). Eles sugeriram que o JPA não deveria continuar. Foram, porém, expressas opiniões de que algum método de prestação de contas deveria ser introduzido como substitutivo. Sugeriu-se que o IGF poderia ser um espaço onde fosse feito o trabalho para levar essas ideias adiante.

Questões Emergentes

A sessão foi intitulada “A Internet de Amanhã: a Inovação e a Evolução da Internet”. Esta sessão foi presidida pelo Sr. S. V. Raghavan, Professor e Presidente do Departamento de Ciência da Computação do Indian Institute of Technology, ITT, Chennai. A moderação esteve a cargo do Sr. Jonathan Charles, Correspondente Internacional da BBC e Apresentador de Notícias, que teve como co-moderador o Sr. Stephen Lau, CEO da Electronic Data System (EDS).

A sessão foi introduzida com a meta de abordar tópicos que não haviam sido discutidos até então no IGF. O moderador pediu aos participantes para propor e discutir questões que o IGF deveria considerar no próximo ano no encontro do Egito e mais além.

- A crescente popularidade das redes sociais e conteúdos gerados por usuários.
- O impacto de marcos políticos na criatividade e na inovação a partir de uma perspectiva empreendedora.
- Os desafios de políticas e marcos políticos para garantir uma “Internet para Todos”.
- O impacto da natureza global da Internet na jurisdição e na legislação.
- Os desafios políticos para proporcionar uma Internet ambientalmente sustentável à medida que a rede atinge o próximo bilhão de usuários.

O moderador também sugeriu que o conteúdo seria uma grande questão e perguntou quais eram os grandes temas do conteúdo digital. Outra questão levantada foi o efeito da regulação da Internet. Esta era uma questão colocada à mesa em outros fóruns e o IGF deveria ser cuidadoso para examinar como estas discussões se desenvolvem.

Uma das perspectivas adotadas por participantes durante a sessão foi contemplar a situação levando em conta o último bilhão. Quais seriam as condições sob as quais ele seria adicionado à comunidade da Internet. Um tema que foi levantado dizia respeito à recessão global e seus efeitos sobre a tentativa de chegar até o próximo bilhão e os bilhões vindouros. Outras tendências políticas mencionadas como causadoras de efeitos na Internet foram regulação, protecionismo e nacionalismo.

Vários participantes mencionaram o tema da sustentabilidade, um dos assuntos emergentes levantados no encontro do Rio. Uma menção foi feita ao papel crucial da Internet inicial, do começo dos anos 1980, que permitiu aos pesquisadores começarem a perceber

os efeitos do aquecimento global. Eles começaram a usar a Internet disponível dentro das redes universitárias para compartilhar os dados. E foi a possibilidade de compartilhar esses imensos conjuntos de dados que levou à criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Uma análise feita incluiu a necessidade da questão da sustentabilidade ir além das noções de primeira ordem, de TI verde, para a segunda ordem, onde seriam considerados os efeitos indiretos. Isto diria respeito ao papel da comunidade da Internet e da comunidade de TIC no exame de como poderiam apoiar outros setores, como energia, transporte e outras infraestruturas civis, e como poderiam ajudá-los a se tornarem muito mais eficientes e ambientalmente sustentáveis.

A análise continuou em uma terceira ordem, que envolveria uma verdadeira transformação da sociedade. O participante pediu ao IGF para considerar o que aconteceria se não respondêssemos corretamente às questões da mudança climática. Era uma questão importante demais para dar errado e a Internet tinha um papel essencial a cumprir. Para alcançar este objetivo, o IGF teria que se tornar menos autorreferencial e precisava se envolver em fazer o mundo mais ambientalmente sustentável.

Um participante lembrou-se da Declaração de Princípios da CMSI de Genebra e a meta de construir uma sociedade da informação inclusiva e centrada nas pessoas. O desafio do próximo bilhão e do último bilhão seriam muito diferentes do primeiro. O próximo e o último bilhão seriam mais marginalizados e incluiriam segmentos pobres da sociedade. As questões técnicas não seriam o principal problema. Em geral, as questões desse próximo bilhão seriam bem diferentes e dar-lhes atenção era uma questão emergente e um desafio em si.

O presidente observou que o Fórum deveria considerar novos modelos pedagógicos, de maneira a ensinar milhares de pessoas ao mesmo tempo utilizando as oportunidades das TICs. Para ele, faltava-nos compreensão sobre como utilizar a tecnologia para abordar estes assuntos. Outros observaram que a banda larga e a tecnologia não eram problemas, mas sim a maneira como eram manejadas. As redes, cada vez mais, estavam disponíveis, mas não eram acessíveis para todos.

A sessão mostrou um vídeo do Conselho da Europa que lançou a ideia de um novo tratado multilateral sobre certos princípios mínimos, incluindo obrigações positivas para garantir o fun-

cionamento contínuo da Internet. Um novo tratado promoveria solidariedade e cooperação entre estados e sublinharia o valor público da Internet para além dos interesses comerciais, em total respeito à legislação internacional, incluindo a lei dos direitos humanos. Seria de fundamental importância assinar um novo tratado multilateral que assegurasse o funcionamento da Internet para mantê-la aberta e livre no interesse das gerações futuras.

Uma palestrante salientou, no entanto, que o IGF deveria visar o fortalecimento dos acordos e tratados existentes, em lugar de criar outro tratado. Ela afirmou que havia mais de 70 acordos multilaterais abandonados. O desafio não era ter outro tratado, mas fazer com que funcionassem aqueles já existentes. Ela também argumentou que o IGF deveria ser considerado como modelo em si mesmo, em lugar de ser um tipo de estrutura formal ou um fórum orientado para tratados. O IGF era um fórum que estava tentando encontrar um novo modo de governança em rede, flexível, para chegar a acordos fora de alguns silos que existem em processos de tratados.

O co-moderador fez sua leitura dos debates dos dias anteriores e, ao sumarizar a sessão, observou que a sustentabilidade e a confiança eram dois fatores essenciais. Para alcançar o próximo e o último bilhão, era necessária sustentabilidade em termos de acesso à informação, de respeito ao fluxo da informação e à dignidade humana, bem como sustentabilidade em termos de cibersegurança, privacidade e criação de segurança. Ele identificou a confiança como o termo fundamental: sem um ambiente confiável, todas as outras questões eram muito menos valiosas. O co-moderador apontou também para a necessidade de parar de agir em “silos” e nos comunicarmos uns com os outros. Neste sentido, o IGF poderia ser um portal para tal comunicação.

Apresentação de Relatórios

Foram recebidos relatórios de uma série de iniciativas regionais e nacionais do IGF, de eventos relacionados e de outros encontros que foram realizados durante o IGF de Hyderabad.

Um Diálogo Europeu sobre Governança da Internet (EuroDIG) aconteceu em Estrasburgo em 20-21 de outubro de 2008. O encontro concentrou-se nas perspectivas europeias e o centro das discussões foi a noção de promoção de segurança, privacidade e abertura. O encontro queria produzir algum resultado via acordo, mas sem textos de negociação e desenvolveu um formato de “Men-

sagens de Estrasburgo”, com relatórios produzidos por editores sobre diferentes temas discutidos no encontro.

O representante da Itália observou que o Fórum era importante, não apenas como evento anual, mas como processo contínuo. A Itália organizou consultas nacionais do IGF em 2007 e 2008, centradas em princípios de direitos sobre a Internet, e se ofereceu para convocar um encontro de todas as coalizões dinâmicas, em um evento que seria organizado em Roma na metade do ano seguinte.

Um IGF nas regiões da América Latina e do Caribe aconteceu em agosto de 2008 em Montevidéu. O encontro discutiu questões da participação no processo do IGF e também realizou painéis multissetoriais de discussão sobre os temas principais do IGF.

Foi organizado um IGF nacional no Reino Unido. O processo do IGF britânico deu grande ênfase às melhores práticas em todos os principais temas do IGF. Também levou ao desenvolvimento de uma parceria para redução de crimes. O participante observou que talvez o desenvolvimento mais significativo no processo do IGF em 2008 tenha sido a difusão de iniciativas regionais e nacionais.

Foram apresentadas duas iniciativas africanas: um IGF do Leste Africano (EAIGF) aconteceu em novembro, em Nairobi, no Quênia, durante um encontro de três dias. O EAIGF reuniu resultados de encontros realizados em Ruanda, na Tanzânia, em Uganda e no Quênia, e consultas *on-line* organizadas em cada um dos quatro países. Outra iniciativa teve lugar em outubro, em Dacar, no Senegal, concentrando-se em problemas dos países do Oeste Africano sobre governança da Internet em geral e o caminho a seguir para o IGF. Estes e outros eventos africanos relativos ao IGF deveriam continuar em 2009 em preparação ao IGF no Egito.

Foi anunciado o lançamento de uma nova Coalizão Dinâmica de IGFs nacionais e regionais. O Fórum ouviu um relatório da Coalizão Dinâmica em Princípios e Direitos para a Internet, que realizou dois eventos em Hyderabad. A Coalizão criou um novo fórum com participantes de todas as coalizões dinâmicas para trocar ideias, discutir e coordenar seus interesses. A coalizão também recomendou que princípios de direitos da Internet fossem o tema principal do encontro do IGF de 2009.

Os organizadores de todos os workshops e outras reuniões foram, então, lembrados de que deveriam apresentar um relatório sobre seus eventos e que, ao reservarem espaços para eventos no próximo ano, aqueles que não apresentaram relatórios sobre seus eventos não receberiam espaços em 2009.

Balanço e Caminho Adiante

A sessão foi presidida pelo Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet e Presidente do MAG. O Presidente observou que a sessão deveria tentar responder a três perguntas.

- Em primeiro lugar, considerando-se o próprio IGF, definir o formato e as modalidades do Fórum daí em diante. O IGF havia atingido um estágio em que os participantes tinham que perguntar a si próprios o que tirar do IGF. A estrutura e o formato permitiam tirar o que precisavam, tendo em mente que o IGF não era um fórum de negociação?
- Em segundo, havia sugestões para o encontro de 2009 do IGF que o MAG deveria considerar em termos de conteúdo de agenda?
- Em terceiro, também deveriam ser feitas considerações à revisão da conveniência de dar continuidade ao IGF além do seu mandato inicial de cinco anos.

Havia uma percepção geral de que o IGF tinha evoluído nos últimos três anos. Foi assinalado que para atender às necessidades do próximo bilhão, as questões precisavam ser relevantes para esse contingente.

A participação foi identificada por muitos participantes como questão fundamental para o Fórum. Comentários aludiam à mensagem anterior sobre a relevância da agenda do Fórum, que deveria ser explicada em termos de quais eram as preocupações básicas das pessoas. Outros participantes também apontaram os desafios de importantes grupos envolvidos; por exemplo, os parlamentares, os jovens ou as empresas de radiodifusão, que até então não tinham estado muito engajados no IGF, embora também fossem conscientes de que a melhoria do equilíbrio de gênero deveria ser uma meta.

Foi observado ainda que o IGF havia amadurecido e se tornado um espaço onde temas difíceis poderiam ser tratados. O respeitoso e informado debate realizado em Hyderabad sobre recursos críticos da Internet foi mencionado como exemplo disto. De um modo geral, os participantes apoiaram o ambiente multissetorial do IGF e embora alguns reconhecessem que isto significava que haveria polêmicas, era considerada valiosa a oportunidade de aprender uns com os outros e compartilhar ideias e pontos de vista. Outros notaram que o aumento do financiamento para o IGF era importante a fim de torná-lo mais previsível e viável.

Houve referências feitas ao objetivo de se concentrar na tentativa de diminuir as diferenças por meio do debate e do diálogo. Foi sugerido que a filosofia de envolvimento multissetorial estava favorecendo em outros processos. Outro resultado do IGF foi um conforto crescente com o modelo multissetorial.

Um participante mencionou o encontro recente no Rio de Janeiro, que resultou no Pacto do Rio, feito para prevenir e acabar com a exploração sexual de crianças e que consistiu em uma declaração e um plano de ação. Ele apontou este como um exemplo de que era possível alcançar um acordo em um ambiente multissetorial, se houvesse vontade política de chegar a conclusões significativas para resolver os problemas de importância global.

O Secretariado do IGF forneceu uma visão geral antecipada do cronograma previsto para a revisão do IGF. A Agenda de Túnis solicitou ao Secretário Geral das Nações Unidas que fizesse uma recomendação aos Estados Membros no âmbito destes cinco anos. Isso significava que a Assembleia Geral teria de tomar uma decisão sobre este assunto na sua sessão de 2010. O relatório com as recomendações do Secretário Geral precisava estar pronto no início de 2010 para que a Assembleia Geral pudesse estar em condições de tomar uma decisão. O relatório seria considerado primeiro pela Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DTS) da ONU em maio de 2010 e, em seguida, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) em julho de 2010. A partir da ECOSOC, o relatório iria para a Assembleia Geral, que decidiria se o Fórum deveria ou não continuar em Dezembro de 2010. A fim de atender a estes prazos, o trabalho sobre a revisão deveria, portanto, começar no início de 2009. O processo de revisão seria concretizado devidamente na reunião do IGF no Egito, em novembro de 2009.

Ao resumir a sessão, o presidente manifestou a opinião de que o IGF tinha sido bem sucedido em reduzir apreensões e preocupações das pessoas. Havia agora uma sensação de confiabilidade muito maior. Houve um foco sobre a busca de um consenso, na tentativa de diminuir diferenças através dos processos do IGF de discussão e diálogo, não com o intento de que o IGF se tornasse um fórum de tomada de decisão, mas que este processo de diálogo e discussão ajudasse a chegar a decisões em outro lugar.

O Sr. Nitin Desai perguntou se seria possível entrar em consenso em certas áreas bem definidas, em que um processo tivesse logrado diminuir diferenças. Seria possível apresentar algo que

carregasse certa legitimidade, porque veio de um processo multissetorial mais abrangente, no qual os autores não eram apenas governos, mas governos, fornecedores de serviços, indústria, ONGs e muitos outros? Isto poderia ser feito apenas em algumas áreas, como, por exemplo, a pornografia infantil.

Ao concluir, o Presidente enfatizou a singularidade do IGF como espaço multissetorial de discussão. O Fórum era importante porque muitas das questões das quais o encontro tratava não eram debatidas em nenhum outro lugar. Partes dos temas principais do IGF estavam sendo discutidos em outros lugares, mas estes não eram abordados em sua totalidade em nenhum outro lugar. A vantagem comparativa do IGF era reunir estes diferentes tópicos. O IGF estava discutindo temas como “acesso”, “diversidade”, “segurança”, “abertura” ou “recursos críticos da Internet”, não apenas como assuntos técnicos, mas em termos mais afeitos a análises sociais, políticas ou econômicas. Era, portanto, importante envolver inteiramente aqueles cujo interesse primário era o uso da Internet e dizer que as questões que o IGF estava discutindo eram relevantes e notáveis para os interesses e preocupações dos usuários. Essa, aliás, foi a interpretação de governança da Internet expressa no relatório do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (WGIG), que foi o motivo da existência do IGF.

Outros Eventos

As questões abordadas nos 87 eventos auto-organizados ocorreram em paralelo às sessões principais e forneceram uma oportunidade para os participantes do encontro de compartilhar experiências, ideias e melhores práticas. Estes eventos temáticos, organizados em torno dos temas principais do Fórum, discutiram ideias específicas, acolheram apresentações sobre projetos bem sucedidos e propiciaram trocas de visões sobre os próximos passos para abordar o uso da Internet ou sua utilização indevida.

Após os eventos de Mumbai, foram cancelados dois workshops, dois fóruns de melhores práticas, um fórum aberto e dois workshops se fundiram.

Embora em geral os temas destacados nestes eventos fossem bastante diversos, uma série deles examinou diferentes aspectos de recursos críticos da Internet. Atividades regionais e nacionais do IGF apareceram com destaque, como foi o caso da proteção das crianças e da garantia de um ambiente *on-line* seguro. As TICs e as mudanças climáticas constituíram um novo tópico surgido no Fórum.

Dos 87 eventos, 61 foram workshops, nove fóruns de melhores práticas, 10 reuniões de coalizões dinâmicas e sete fóruns abertos. Dos 61 workshops, oito foram dedicados à questão do acesso, cinco à diversidade, 14 à abertura, oito à segurança, oito a recursos críticos de Internet, 11 ao desenvolvimento e capacitação e sete a outros temas.

Relatórios destes eventos estarão disponíveis no *website* do IGF e todos os organizadores estão gentilmente convidados a fazer *upload* de seus relatórios no *website* do IGF: www.intgovforum.org.

Sessão de Encerramento

Uma linha em comum entre todos os participantes da sessão de fechamento foi o reconhecimento de que o encontro de Hyderabad havia sido bem-sucedido e que o IGF havia provado sua utilidade como espaço de diálogo multissetorial.

O representante do Egito, S. Ex.^a Mohamed Higazy, Embaixador de seu País na Índia, anunciou a data e local do encontro de 2009, que terá lugar em Sharm El Sheikh, de 14 a 17 de novembro de 2007.

A sessão também ouviu comentários dos representantes de outros grupos de setores, representados pelo Sr. Art Reilly, Diretor Sênior da Cisco Systems e da ICC/BASIS, pela Sra. Anita Gurmurthy, Diretora Executiva de IT for Change e pelo Sr. German Valdez, Diretor de Comunicações de Área na Asia Pacific Network Information Center (APNIC).

Em nome do Presidente do Terceiro Encontro do IGF, o Sr. Jainder Singh, Secretário do Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação do governo da Índia, em seu discurso de encerramento, expressou a gratidão do povo e do governo da Índia a todos os participantes por terem vindo a Hyderabad e por participarem do Terceiro Encontro do Fórum de Governança da Internet. Por estarem em Hyderabad, apesar dos atos terroristas em Mumbai, os participantes demonstraram sua solidariedade ao povo indiano no enfrentamento dessa ameaça.

Ele frisou que a Internet hoje está diante de um limiar, onde há mais a frente tanto oportunidades ilimitadas quanto assustadoras ameaças. O desafio seria aproveitar as oportunidades, explorá-las ao máximo e ao mesmo tempo conter, se não eliminar, as ameaças. Estava claro que seria possível atingir esses objetivos apenas através de ações coordenadas e colaborativas de governos, empresas,

organizações da sociedade civil e do meio acadêmico. O IGF, enquanto fórum, carregava uma grande promessa como plataforma exata para forjar essa grande coalizão para o bem universal¹.

3º Fórum de Governança da Internet - Declaração do Governo da Índia na Sessão de Encerramento

Falo em nome do Presidente deste Fórum de Governança da Internet. O Sr. A. Raja, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação, não pôde, por muitas razões, comparecer a esta sessão de encerramento. É uma honra para a Índia sediar o Terceiro Fórum de Governança da Internet em Hyderabad.

De uma rede de comunicações esotéricas, conectando alguns poucos pesquisadores no começo dos anos 1990, a Internet evoluiu hoje para a verdadeira corrente sanguínea da vida moderna. Ela engloba em seu cabedal de informações, comunicação e transações na economia, na pesquisa científica, no desenvolvimento, na governança e em outros campos. Quase todas as áreas da atividade humana têm sido, em maior ou menor extensão, impactadas pela Internet. Surpreendentemente, apesar disto, seu impacto atual é ainda uma fração do que é possível. O progresso até agora despertou a imaginação das pessoas em todo o mundo, combatendo problemas como a fome, a pobreza, a doença, a falta de educação e assim por diante, porque a Internet criou subitamente avenidas para a prossecução dos objetivos econômicos e de desenvolvimento muito mais eficazes e equitativos do que jamais foi possível em toda a história da humanidade.

Infelizmente, o mesmo potencial também atraiu a atenção de muitos elementos indesejáveis em sociedades de todo o mundo, tornando a Internet um veículo e um alvo de criminosos. Hoje, portanto, estamos diante de um limiar em que temos pela frente tanto oportunidades ilimitadas quanto ameaças assustadoras. O desafio é aproveitar as oportunidades e explorá-las ao máximo e, ao mesmo tempo, conter, se não eliminar, as ameaças. É claro que só seria possível alcançar estes objetivos através de uma ação coordenada e colaborativa de governos, empresas, organizações da sociedade civil e do meio acadêmico. O IGF, enquanto fórum, carrega uma grande promessa como plataforma exata para forjar esta grande coalizão para o bem universal.

Durante os últimos quatro dias, tivemos discussões frutíferas e, com sua permissão, gostaria de apresentar algumas considerações finais.

1 A declaração do presidente está anexada a este documento.

Como todos sabem, o foco principal deste IGF foi “Internet para Todos”. O encontro abordou cinco temas principais: Alcançando o Próximo Bilhão; Promovendo a Cibersegurança e a Confiança; Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet; Balanço Geral e Caminhos a Seguir; e Assuntos Emergentes – a Internet de Amanhã.

Como todos bem sabem, o Fórum de Governança da Internet evoluiu a partir da Cúpula Mundial de Túnis sobre Sociedade da Informação. Neste IGF, tivemos o privilégio de ter uma participação e um envolvimento extensivos de mais de 1.200 participantes de 94 países representando Governo, Setor Privado, Sociedade Civil, Comunidade da Internet e Mídia. Isto reflete e reitera a natureza multissetorial e democrática do Fórum. Durante as deliberações e discussões neste IGF, participantes trocaram suas ricas experiências sobre as questões fundamentais e de desenvolvimento de Políticas Públicas e assuntos de Governança. Isto proporcionou uma excelente plataforma para expor visões e sugestões. Isto ajudou a avançar sobre as questões. Assim, podemos ver que o IGF é um processo contínuo, no qual são deliberadas as questões relativas à Internet e que afetam seu desempenho e uso.

Como todos sabem, nossos debates cobriram uma gama muito ampla de questões relativas ao crescimento e à governança da Internet. Uma série de desafios e oportunidades foram identificados. Reconheceu-se que há uma necessidade de colaboração entre Governos, Indústria Privada e Sociedade Civil.

Neste IGF, não discutimos apenas os problemas e as oportunidades que necessitam ser examinados, mas também nos confrontamos com a questão do equilíbrio justo entre o papel dos Mercados, do Estado e da Sociedade Civil. Qual é o papel do Estado? Qual é o papel do Setor Privado? Qual é o papel da Sociedade Civil? A abordagem fundamental neste IGF foi – como podemos colaborar e garantir a complementaridade em lugar de trabalhar com propósitos conflitantes.

O IGF realizou extensas discussões sobre o tema principal “Internet para Todos”. Nada poderia ser mais importante do que as formas pelas quais o acesso pode ser aumentado de forma a atingir aqueles que ainda não estão conectados à Internet.

A Internet não se restringe apenas a negócios, mas também está relacionada à inclusão e empoderamento e isto depende de acesso. Há uma necessidade de tratar a deficiência de acesso de maneira multidimensional. O IGF discutiu todos os aspectos do acesso – da conectividade à acessibilidade, do acesso físico ao acesso real e várias ques-

tões relacionadas. O acesso foi discutido com respeito às instalações computacionais e à conectividade. Também foi reconhecido que os serviços intermediários de Internet precisavam ser disponibilizados.

O acesso e o multilinguismo estão interligados. Realmente não podemos falar de um sem o outro. O desafio de alcançar o acesso universal só pode ser realizado se a Internet for disponibilizada para pessoas de todos os idiomas. Estratégias mais vigorosas precisam ser postas em prática para garantir que o conteúdo exigido seja produzido. Também foi discutida a importância da localização e da disponibilidade de ferramentas. Um ponto importante reconhecido foi que, cada vez mais, a comunicação on-line está crescendo em outros meios que não as formas escritas.

Durante este IGF, houve um enfoque sobre a inclusão de pessoas com deficiências, de forma que as medidas exigidas possam ser aplicadas para tornar a Internet acessível para elas.

Especialistas em tecnologia e também usuários comuns estão perfeitamente cientes das ameaças sérias e crescentes à Internet e a prevalência dos cibercrimes. O crescimento da Internet criou novas oportunidades para hackers e criminosos. Os vírus, spywares, phishings e botnets são obstáculos para o futuro crescimento da Internet. A cibersegurança está se tornando mais e mais complexa a cada avanço tecnológico. Talvez esteja se tornando um desafio mais sério para todos os envolvidos.

Há um grande número de setores envolvidos na prevenção e na recuperação de ataques cibernéticos, os quais necessitam de colaboração e de cooperação. Para lidar com os desafios de cibersegurança relacionados, deve haver uma responsabilidade compartilhada entre todos os setores. Alianças globais e mecanismos de troca de informações devem ser estabelecidos para garantir a proteção, a segurança e a estabilidade da Internet. Em nossas deliberações neste IGF, considerou-se necessário um relacionamento de confiança para facilitar o fluxo de tal responsabilidade compartilhada.

A cibersegurança é a chave para a confiança do usuário no comércio eletrônico, na governança eletrônica e em outras aplicações on-line. A abertura e a confiança dos usuários na Internet precisam ser mantidas e encorajadas. A luta contra os cibercrimes, portanto, deve ter máxima prioridade, não apenas para construir confiança, mas também uma Sociedade da Informação Centrada no Usuário.

Neste IGF, houve discussões sobre como cada um dos setores tem o papel de tomar medidas apropriadas nas áreas de privacidade e de abertura.

Foi reconhecido que o espaço de endereço IPv4 é limitado. O dia em que não haverá mais endereços de rede de IP de 32 bits chegará em breve. A nova arquitetura do IPv6 é projetada para resolver efetivamente este problema de espaço de endereço. Ela também suporta mais recursos, como roteamento seguro, segurança eficaz, bem como configuração automática, oferecendo assim mobilidade completa. A necessidade de implantação do protocolo IPv6 é real e urgente. Por causa do tamanho enorme e da cobertura diversificada da Internet, não é factível esperar uma transição rápida e completa do IPv4 para o IPv6. A coexistência do IPv4 e do IPv6 deve ser gerida de uma forma prática e simples para permitir uma migração rápida.

O gerenciamento dos servidores raiz, dos sistemas de nomes de domínio, do Protocolo Internet e dos pontos de interconexão necessita de cooperação de todos os setores. Verificou-se que não havia uma visão clara sobre o significado de “Cooperação aprimorada” e como deve ser trabalhada. Há, no entanto, necessidade de manter um diálogo contínuo sobre o gerenciamento de Recursos Críticos da Internet para garantir a continuidade de uma estrutura segura e estável, que se tornou agora essencial não apenas para as economias e a segurança do mundo desenvolvido, mas também para permitir que as economias emergentes e em desenvolvimento atinjam suas metas de forma mais eficaz. Neste contexto, notamos que o próprio diálogo serve a um propósito muito útil de reunir diversos setores que normalmente não se encontrariam em um único fórum. Também observamos que este diálogo mostrou um potencial de trazer uma maior clareza sobre as estruturas que permitiriam e facilitariam o tipo necessário de colaboração.

A Internet global estabeleceu ainda imensas oportunidades para o benefício social, bem como grandes desafios para aproveitar essas oportunidades. A governança de tal entidade coloca desafios para a tecnologia, o conteúdo e a gestão de comportamento, acompanhando de uma melhor compreensão sobre Segurança em todas as suas dimensões e vários aspectos sobre Privacidade.

Em nome do povo e do governo da Índia, expresso nossa gratidão a todos vocês por virem a Hyderabad e por participarem do 3º Fórum de Governança da Internet. Por estarem aqui apesar dos atos terroristas em Mumbai, vocês demonstraram sua solidariedade ao povo da Índia no enfrentamento desta ameaça. Gostaria de agradecer e transmitir que sua presença aqui significa muito para nós.

Também gostaria de agradecer ao Sr. K.S. Jomo, Subsecretário Geral para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas,

por sua contribuição pessoal ao IGF 2008. Estou certo de que vocês todos irão se juntar a mim nos agradecimentos ao Sr. Nitin Desai, ao Sr. Markus Kummer e à Equipe das Nações Unidas, que não só preparou tão cuidadosamente o IGF, mas também garantiu a boa condução e o sucesso deste IGF em Hyderabad. Também gostaria de reconhecer o apoio irrestrito da Comunidade da Internet na Índia.

Muito obrigado a todos vocês.

Anexo

Lista de palestrantes

Cerimônia de Abertura

*Quarta-feira, 3 de dezembro
de 2008, 14h – 14h30*

- Sr. Jomo Kwame Sundaram, Subsecretário Geral para Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA).
- Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet e Presidente do MAG.
- S. Ex.^a Sr. Damodar Reddy, Ministro de TI, Governo de Andhra Pradesh.
- S. Ex.^a Sr. Thiru Andimuthu Raja, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação do Gabinete da União, Governo da Índia.

Sessão de Abertura

*Quarta-feira, 3 de dezembro
de 2008, 14h30 – 15h30*

- Sr. Jainder Singh, Secretário, Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação, Governo da Índia.
- Sr. Subramaniam Ramadorai, CEO e Diretor Administrativo, Tata Consultancy Services Ltd (TCS); Presidente, ICC/BASIS.

- Sra. Lynn St. Amour, CEO, ISOC.

- Sra. Alice Munyua, Coordenadora, Rede de Ação de TIC do Quênia (KICTANet), Diretora, Comissão de Comunicações do Quênia (CCK).

- Sr. Abdul Waheed Khan, Diretor Geral Adjunto, UNESCO.

- Sra. Meredith Attwell Baker, Secretária Assistente Interina de Comércio para Comunicações e Informação e Administradora da Administração Nacional de Telecomunicações e Informação, Estados Unidos da América.

- Sr. Paul Twomey, CEO e Presidente, ICANN.

- Sra. Graciela Selaimen, Coordenadora Executiva, Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rits (Nupef/Rits).

- Sr. Hamadoun Touré, Secretário Geral, UIT.

Sessões Principais

Quarta-feira, 3 de dezembro de 2008.

Alcançando o Próximo Bilhão

Promovendo uma Internet Multilíngue, 9h30 – 11h

Presidente:

- Sr. Ajit Balakrishnan, Diretor Executivo, Rediff.Com.

Moderadora:

- Sra. Miriam Nisbet, Diretora, Divisão da Sociedade da Informação, UNESCO.

Palestrantes:

- Sr. Alex Corenthin, NIC SN (Senegal), Presidente da ISOC Senegal e conferencista do Instituto Politécnico da Universidade Cheick Anta Diop de Dakar (Escola Superior Politécnica).
- Sra. Manal Ismail, membro do GAC, Egito.
- Sr. Hiroshi Kawamura, Presidente, Consórcio Daisy.
- Sra. Viola Krebs, MAAYA, ICTV.
- Sra. Tulika Pandey, Diretora suplementar do Departamento de Tecnologia da Informação, Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação do Governo da Índia.
- Sr. S. Ramakrishnan, CEO do Centro de Desenvolvimento de

Computação Avançada (C-DAC), Índia.

Acesso: Alcançando os Próximos Bilhões 11h - 12h30

Presidente:

- Sr. Kiran Karnik, Diretor Fundador da Unidade de Desenvolvimento e Comunicação Educativa da ISRO.

Moderadora:

- Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva, APC.

Palestrantes:

- Sr. Rajnesh Sing, Gestor do Gabinete Regional da ISOC para o Sul e Sudeste da Ásia.
- Sr. Shri S.K. Gupta, Assessor (CN). Autoridade Reguladora Telecom da Índia (TRAI).
- Sra. Jacquelyn Ruff, Vice-Presidente, Políticas Públicas Internacionais e Assuntos Regulatórios, Verizon.
- Sr. Peter H. Hellmonds, Diretor de Responsabilidade Social Corporativa, Divisão de Assuntos Corporativos, Nokia Siemens Networks.
- Sra. Alison Gillwald, Diretora de Pesquisa, ICT Africa.

- Sr. Brian Longe, Diretor Executivo InHand Limited, Diretor, Associação Africana de Provedores de Serviço de Internet (AfrISPA), Membro da Diretoria do Centro Africano de Informação de Rede (AfriNIC).

Diálogo Aberto: Alcançando o Próximo Bilhão

Presidente:

- Sr. B.K. Gairola, Diretor Geral NIC, Governo da Índia.

Moderador:

- Sr. Hidetoshi Fujisawa, Diretor Comentarista e Apresentador de Programa, Japan Broadcasting Corporation (NHK).

Co-moderadores:

- Sra. Alison Gillwald, Diretora de Pesquisa, ICT África.
- Sr. Patrick Fältström, Engenheiro Consultor, Cisco Systems; Membro, Conselho da Sociedade da Internet; Membro, Grupo Consultivo de TI do Governo Sueco.

Quinta-feira, 4 de dezembro de 2008.

Promovendo a Cibersegurança e a Confiança

As Dimensões da Cibersegurança e dos Cibercrimes: um Mapeamento de Problemas e nossos Recursos Atuais, 9h30 – 11h

Presidente:

- Sr. RENTAL Chandershekar, Secretário Especial, Departamento de Tecnologia da Informação, Ministério das Comunicações e da Tecnologia da Informação, Governo da Índia.

Moderador:

- Sr. Bertrand de la Chapelle, Governo da França.

Palestrantes:

- Sr. Patrik Fältström, Cisco.
- Sr. Marc Goodman, Parceria Internacional Multilateral Contra o Ciberterrorismo.
- Sr. Alexander Ntoko, UIT.
- Sr. Michael Lewis, Vice-Diretor, Q-CERT, EUA.
- Sr. Gulshan Rai, Diretor, CERT-IN, Governo da Índia.
- Sr. Jayantha Fernando, Diretor e Assessor Jurídico, Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (ICTA), Sri Lanka.

Promovendo a Segurança, Privacidade e Abertura, 11h – 12h30

Presidente:

- Sr. Shyamai Ghosh, Presidente, Conselho de Segurança de Dados da Índia (DSCI).

Moderador:

- Embaixador David A. Gross, Coordenador de Comunicações Internacionais e Políticas de Informação dos EUA.

Palestrantes:

- Sr. Abdul Waheed Khan, Diretor Assistente Geral de Comunicação e Informação, UNESCO.
- Sr. Stefano Rodotà, Professor, Universidade de La Sapienza, Roma.
- Sr. John Carr, Secretário da Coalizão Beneficente da Infância para Segurança da Internet (CHIS).
- Sra. Jac SM Kee, APC.
- Sr. Joseph Alhadeff, Vice-Presidente, Políticas Públicas Globais e Diretor de Privacidade, Oracle.

Diálogo Aberto: Promovendo a Cibersegurança e a Confiança

Co-presidentes:

- Sr. Pavan Duggal, Presidente da Cyberlaws.Net.
- Sr. Gulshan Rai, Diretor CERT-In.

Moderador:

- Sr. Jonathan Charles, Correspondente Internacional da BBC e Apresentador de Notícias.

Co-moderadores:

- Sra. Natasha Primo, Coordenadora de Defesa de Políticas Nacionais de TIC na APC.
- Sr. Everton Lucero, Conselheiro de Ciência e Tecnologia na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos e Vice-Presidente do GAC da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN).

Sexta-feira, 5 de dezembro de 2008.

Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet

A Transição do IPv4 para o IPv6, 9h30 -11h

Presidente:

- Sr. Gulshan Rai.

Moderadora:

- Sra. Bernadette Lewis, Secretária Geral, União Caribenha de Telecomunicações (UCT).

Palestrantes:

- Sr. Adiel Akplogan, CEO, AfriNIC/NRO.
- Sr. Kurtis Lindqvist, Netnod.
- Sr. Milton Mueller, Professor, Universidade de Syracuse / Projeto de Governança da Internet.
- Sr. Satoru Yanagishima, Diretor de Políticas da Internet,

Ministério das Comunicações,
Governo do Japão.

- Sr. Jonne Soininen, Nokia.
- Sra. Tulika Pandey, Diretora Suplementar, Departamento de Tecnologia da Informação, Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação, Governo da Índia.

Acordos Globais, Regionais e Nacionais, 11h - 12h30

Presidente:

- Sr. Ramlinga Raju, Fundador e Presidente da Satyam Computer Services Limited.

Moderadora:

- Sra. Emily Taylor, Oxford - Nominet (Reino Unido), Diretora Jurídica e de Políticas.

Palestrantes:

- Sra. Haiyan Qian, Diretora Interina, Divisão de Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento, UNDESA.
- Sr. Everton Lucero, Ministério das Relações Exteriores, Brasil.
- Sr. Richard Beaird, Departamento de Estado, EUA.
- Sr. Parminder Singh, IT for Change.
- Mr. Byron Holland, Presidente e CEO, Autoridade Canadense de Registro de Internet (CIRA).

- Sr. Raúl Echeberria, CEO, LACNIC.

Diálogo Aberto: Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet

Presidente:

- Sr. Madhusudan Mysore, Chefe de Operações de Serviço ao Cliente, Tata Communications.

Co-moderadores:

- Sra. Jeannette Hoffman, Pesquisadora Sênior, London School of Economics and Political Science (LSE) e do/Social Science Research Center Berlin.
- Sr. Chris Disspain, Diretor Executivo, AU Registry e Presidente, Conselheiro da ccNSO.

Sábado, 6 de dezembro de 2008.

Assuntos Emergentes -

A Internet de Amanhã

A Internet de Amanhã: Inovação e evolução da Internet, 10h-12h

Presidente:

- Sr. S. V. Raghavan, Professor e Presidente, Departamento de Ciência da Computação, IIT, Chennai.

Moderador:

- Sr. Jonathan Charles, Correspondente Internacional da BBC e Apresentador de Notícias.

Co-moderator:

- Sr. Stephen Lau, CEO, EDS.

Palestrantes:

- Sr. Herbert Heitmann, Diretor da Global Communications, SAP AG.
- Sr. Ian Peter, co-coordenador do Comitê de Governança da Internet, Ian Peter and Associates.
- Sra. Heather Creech, Diretora, Programa de Conectividade Global, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.

Balanco Geral e Caminhos
a Seguir, 14h - 16h

Presidente:

- Mr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet e Presidente do MAG.

Palestrantes:

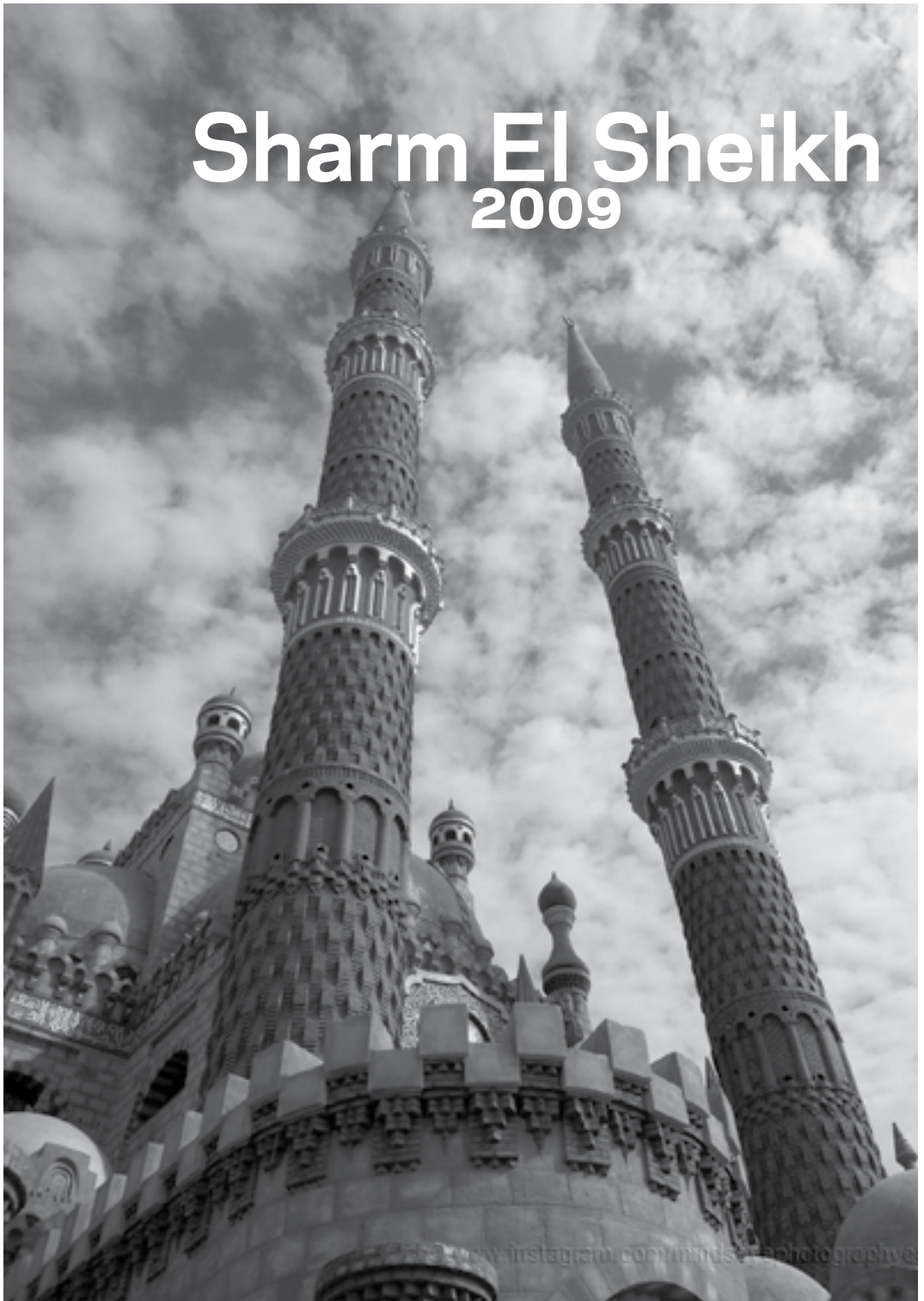
- Sr. Jeff Brueggeman, Vice-Presidente, Políticas Públicas, AT&T.
- Sra. Katitza Rodriguez, Electronic Privacy Information Center & DiploFoundation Associate.
- Sr. Georges Papadatos, Missão Permanente da Grécia em Genebra.

- Sr. N. Ravi Shanker, Secretário Adjunto IAS, Departamento de Tecnologia da Informação, Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação, Governo da Índia.

Sessão de Encerramento

- Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet e Presidente do MAG.
- Sr. Art Reilly, Diretor Sênior, Cisco Systems, ICC/BASIS.
- Sra. Anita Gurumurthy, Diretora Executiva, IT for Change.
- Sr. German Valdez, Diretor de Comunicações de Área na Ásia Pacific Network Information Center (APNIC).
- S. E. Sr. Mohamed Higazy, Embaixador do Egito na Índia.
- Sr. Jainder Singh, Secretário, Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação, Governo da Índia.

Sharm El Sheikh 2009



4º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Sharm El Sheikh, Egito, 15-18 de novembro de 2009

Sumário do Presidente

O quarto encontro do Fórum de Governança da Internet foi realizado em Sharm El Sheikh entre 15 e 18 de novembro de 2009. Ele se focou no tema geral “Governança da Internet - Criando Oportunidades para Todos”.

Com mais de 1.800 participantes de 112 países, o encontro de Sharm El Sheikh teve a maior participação até o momento: 96 governos estavam representados; 122 representantes da mídia foram credenciados.

Cada uma das sessões principais foi organizada de forma específica, de acordo com o assunto em discussão. Enquanto as discussões sobre algumas questões foram conduzidas no formato de painéis, outras foram organizadas como discussões abertas, mediadas por moderadores e algumas tiveram um formato misto, com painéis e discussões.

Paralelamente às sessões principais, mais de 100 oficinas, fóruns de melhores práticas, encontros de coalizões dinâmicas e fóruns abertos foram agendados em torno dos grandes temas das sessões principais e do mandato geral do IGF.

O programa e as reuniões do IGF foram preparados por meio de uma série de consultas abertas e multissetoriais realizadas ao longo de 2009, processo que também projetou a estrutura interativa e participativa do IGF.

Todo o encontro foi transmitido pela Web, com *streaming* de vídeo a partir do salão das sessões principais, e *streaming* de áudio de todas as salas de reunião dos workshops. Os encontros das sessões principais foram transcritos e exibidos em tempo real no salão das sessões principais e transmitidos pela Web. As transcrições em texto das sessões principais, os registros de áudio e vídeo de todos os workshops e outras reuniões, foram disponibilizados na página do IGF. Essa organização permitiu a interação dos participantes remotos com o encontro. Todas as sessões principais tiveram tradução simultânea em todos os idiomas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Cerimônia de Abertura e Sessão de Abertura

Em seu discurso de abertura do encontro, o Sr. Sha Zukang, Subsecretário Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais, expressou a sua gratidão ao governo e ao povo da República Árabe do Egito por sua

recepção calorosa e generosa hospitalidade. O Subsecretário Geral observou que, na medida em que avançamos na superação da exclusão digital e na construção de fundações para a emergente sociedade da informação e do conhecimento, a maneira como lidamos com a Internet tornou-se cada vez mais importante. O tema do quarto encontro do Fórum, “Governança da Internet: Criando Oportunidades para Todos” era, portanto, mais do que oportuno e apropriado. Ele permitia ao encontro reexaminar e refletir sobre os principais temas do IGF - acesso, diversidade, abertura, segurança e privacidade e recursos críticos da Internet. Ele também enfatizou que, embora a exclusão digital fosse ampla – com a África e os Estados Árabes defasados em relação à Europa, Ásia e Américas –, conquistas estavam sendo realizadas. O Sr. Sha descreveu o IGF como incentivador do diálogo, ao dar voz a uma ampla gama de pontos de vista e agregar diversas culturas. O IGF trabalha através da cooperação voluntária, não da obrigatoriedade jurídica. Os participantes do IGF vinham ao Fórum para discutir, trocar informações uns com os outros e compartilhar boas práticas. Embora o Fórum não possua poderes para tomar decisões, ele informa e inspira aqueles que os têm.

O Subsecretário Geral chamou atenção para uma decisão crítica que precisava ser tomada sobre o futuro do IGF. Ele lembrou o encontro de que a Agenda de Túnis determinou especificamente que o Secretário Geral “examine a conveniência da continuação do Fórum, em consulta formal aos participantes do mesmo, dentro do prazo de cinco anos da sua criação, e fazer recomendações aos membros das Nações Unidas a esse respeito”. Ele incentivou todos os participantes a contribuírem plenamente para as consultas. E pediu que as pessoas que considerassem o Fórum valioso assim o declarassem e que lhe contassem de que maneiras elas o consideravam importante. O Subsecretário também solicitou que os participantes lhe explicassem como o Fórum poderia ser melhorado e como o IGF havia cumprido sua finalidade. Ele pediu aos participantes que fossem abertos e honestos uns com os outros, como de costume no IGF. Com base nas consultas, ele informaria o Secretário Geral que, então, faria as suas recomendações no relatório anual à Assembleia Geral do próximo ano sobre o acompanhamento e implementação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI).

Ao concluir seu discurso, o Sr. Sha convidou S. Ex.^a o Sr. Tarek Kamel, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação do Egito, para assumir a presidência da conferência.

O Sr. Kamel lembrou que, desde seus primórdios, o sucesso da Internet se baseou na colaboração. Com o crescimento da rede, para conectar todos os continentes e países, o espírito de colaboração permanecia como um marco que havia sido captado e incorporado ao IGF. Este havia provado ao longo de quatro anos que não era apenas outro processo paralelo isolado, mas que havia conseguido reunir todos os setores e atores chave. Além disso, observou que o papel crucial de desenvolvimento da Internet deveria ser reconhecido globalmente e que a comunidade global precisava assegurar que fossem removidas as barreiras à participação dos países em desenvolvimento. Com as oportunidades surgiam direitos e também responsabilidades e, no ciberespaço de amanhã, o IGF deveria abordar questões importantes, como a segurança transfronteiriça, a experiência da juventude, os conteúdos multilinguísticos e o aumento da capacidade de banda larga nos países em desenvolvimento, entre outros aspectos.

O Primeiro Ministro do Egito, Sr. Ahmed Nazif, chamou a atenção para o quão importantes haviam se tornado a Internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Durante a recente crise econômica, o crescimento do setor das TIC no Egito permaneceu em uma taxa de dois dígitos e foi um dos principais impulsionadores da economia. Somente por meio de um diálogo aberto e consistente poderia ser maximizado o verdadeiro potencial da Internet, como uma ferramenta para o crescimento e como arauto das liberdades econômicas e políticas. O Primeiro Ministro via a continuação do IGF como uma prioridade real. O IGF tinha fornecido um espaço valioso para a educação contínua sobre as perspectivas da Internet e do ciberespaço global e era uma ferramenta de aprendizado preciosa para as jovens gerações. A força do IGF era sua natureza totalmente inclusiva e abrangente.

O Secretário Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Sr. Hamadoun Touré, afirmou ser um marco importante para o encontro fazer um balanço e olhar em direção ao futuro do IGF e seu papel contínuo, visando a cooperação aprimorada e a definição de quais áreas do mandato IGF precisavam de uma análise mais aprofundada. Como organização que preparou a CMSI, a partir da qual surgiu o modelo multissetorial do IGF, a UIT tem sido uma participante ativa e uma apoiadora do IGF. Este era um fórum único, onde todos os setores podiam compartilhar opiniões em pé de igualdade. O Fórum era um lugar onde progressos poderiam ser

realizados em determinados temas e onde outros temas, maduros, poderiam ser introduzidos em processos, mecanismos e organizações mais formais para considerações mais aprofundadas. Entre outras coisas, o Sr. Touré chamou a atenção para o marco da UIT sobre cibersegurança. Ele também solicitou aos participantes que olhassem o quadro mais amplo no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a meta de cumprir com seus alvos até 2015. O IGF poderia ser uma parte evidente desse processo.

Em seu discurso de abertura, Sir Tim Berners-Lee, criador da World Wide Web e diretor do World Wide Web Consortium (W3C), enfatizou a importância da existência de uma única rede que pudesse ser compartilhada e utilizada por todos. Ele destacou o importante papel da Web para melhorar a vida das pessoas com deficiência. Berners-Lee afirmou que a W3C sempre defendeu padrões abertos que fossem livres de direitos autorais, para que pudessem ser compartilhados abertamente. Ele também anunciou o lançamento da World Wide Web Foundation, uma organização internacional sem fins lucrativos que não mediria esforços para que a Web avançasse como um meio de empoderar a população.

Em um segundo discurso de abertura, o Sr. Jerry Yang, co-fundador e presidente da Yahoo!, reconheceu o poder da Internet em sua capacidade de conectar comunidades. O impacto da rede, segundo ele, havia criado oportunidades sociais e econômicas, desde a saúde até a educação, e fomentado uma nova geração de empreendedores.

Durante a sessão de abertura, representando todos os setores, dirigiram-se ao encontro os seguintes participantes:

- S. Ex.^a o Sr. Moritz Leuenberger, Conselheiro Federal, Chefe do Departamento de Meio Ambiente, Transportes, Energia e Comunicação, Suíça; e S. Ex.^a o Sr. Jozsef Györkös, Secretário de Estado, Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da Eslovênia (Declaração Conjunta em representação do Presidente do Comitê de Ministros do Conselho da Europa);
- Sra. Lisa Horner, Global Partners and Associates;
- S. Ex.^a a Sra. Åsa Torstensson, Ministra de Empreendimento, Energia e Comunicações, Suécia, representando a Presidência da União Europeia (UE);
- S. Ex.^a a Sra. Viviane Reding, Comissária Europeia para TIC e Meios de Comunicação;
- S. Ex.^a o Sr. Pedro Sebastião Teta, Vice-Ministro da Informação e Tecnologia de Comunicações, Angola;

- S. Ex.^a o Sr. Augusto Gadelha, Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia, Brasil;
- Embaixador Philip Verveer, Coordenador de Comunicações Internacionais e Políticas de Informação do Departamento de Estado, Estados Unidos;
- S. Ex.^a a Sra. Nathalie Kosciusko-Morizet, Secretária de Estado de Prospeção e Desenvolvimento da Economia Digital, França;
- Sra. Lynn St. Amour, Presidente e CEO, *Internet Society* (ISOC);
- Sr. Abdul Waheed Khan, Diretor Geral Adjunto de Comunicação e Informação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);
- Sr. Subramanian Ramadorai, Vice-Presidente da Tata Consultancy Services Ltd; Presidente da ICC-BASIS;
- Sr. Rod Beckstrom, Presidente e CEO da Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números (ICANN);
- Sr. Jean Rozwadowski, Secretário Geral da Câmara de Comércio Internacional (ICC);
- Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet.

Todos os palestrantes enfatizaram a importância da Internet como viabilizadora do crescimento econômico e do desenvolvimento social. O IGF foi elogiado por seu modelo multisetorial aberto, com exemplos de novas iniciativas de IGF nacionais e regionais que ilustram a propagação do ideal de multisetorialismo e seu valor na discussão de políticas.

Um traço comum em todas as palestras foi o endosso do IGF como uma plataforma para a promoção do diálogo. Onze participantes apoiaram especificamente a extensão do mandato do Fórum. Os palestrantes também enfatizaram a importância que atribuíam ao IGF, destacando que ele havia se provado útil e que deveria continuar a se reunir para além do encontro de 2010 em Vilnius.

Sessões Temáticas Principais

O segundo e terceiro dias do encontro foram organizados em torno de quatro temas principais, dois para cada dia:

- Gerenciamento dos Recursos Críticos da Internet;
- Segurança, abertura e privacidade;
- Acesso e Diversidade;
- Governança da Internet à Luz dos Princípios da CMSI.

As sessões sobre Gerenciamento dos Recursos Críticos da Internet e Governança da Internet à Luz dos Princípios da CMSI foram realizadas na forma de fóruns abertos sem palestrantes, a fim de promover maior participação de todos os setores e oferecer espaço para a exposição de suas perspectivas. Um presidente e moderadores coordenaram ambas as sessões, auxiliados por especialistas convocados da plateia. A sessão sobre Segurança, Abertura e Privacidade foi apresentada sob o formato de um painel de profissionais especialistas que apresentaram o cenário e apontaram opções, abrindo espaço em seguida para comentários e discussões da plateia. A sessão sobre Acesso e Diversidade também utilizou o formato de painel, sendo posteriormente dividida em duas sessões, de maneira a cada uma incluir, respectivamente, os resultados dos workshops de Diversidade e Acesso.

Gerenciando os Recursos Críticos da Internet

Presidente:

- Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário Geral para a Governança da Internet.

Moderadores:

- Sr. Chris Disspain, Diretor Presidente, AU Registry; Presidente do Conselho da Organização de Suporte a Nomes de Códigos de Países (ccNSO);
- Sra. Jeanette Hofmann, Pesquisadora Sênior, London School of Economics e Political/Social Science Research Center Berlin.

A sessão foi realizada na forma de uma discussão aberta e enfocou quatro temas principais:

- Transição do IPv4 para o IPv6;
- A importância de novos Domínios de Primeiro Nível (TLDs) e de Nomes de Domínio Internacionalizados (IDNs) para o desenvolvimento;
- A Afirmação de Compromissos (AoC) e o contrato da Autoridade para Atribuição de Números da Internet (IANA) e os desenvolvimentos recentes na relação entre a ICANN e o governo dos Estados Unidos;
- A Cooperação Aprimorada, em termos gerais, e a Internacionalização da Gestão dos Recursos Críticos da Internet.

O presidente apresentou a sessão, observou que muitas das questões foram discutidas no IGF de 2008 em Hyderabad e pediu

que os comentários se concentrassem muito precisamente no que havia ocorrido ao longo do último ano.

Os moderadores apresentaram o Sr. Paul Wilson, Diretor Geral da Asia Pacific Network Information Center (APNIC), como pessoa de referência para a discussão sobre a transição do IPv4 para o IPv6.

O Sr. Wilson descreveu como os endereços IPv6 estavam sendo implantados, falou sobre o papel dos diferentes setores e observou que os Provedores de Serviços de Internet (ISPs) haviam prestado serviços de testes e produção. Informou que diversos equipamentos, dispositivos e aplicações em IPv6 também já estavam disponíveis. Disse ainda que os governos, em especial, haviam dedicado maior atenção ao IPv6, e que muitos haviam conduzido iniciativas de implantação.

O IPv6 – informou também o Sr. Wilson – havia sido implantado no que ficou conhecido como implementação de pilha dupla (*dual stack*), sistema no qual IPv4 e IPv6 são executados ao mesmo tempo. No futuro, mesmo quando o IPv6 fosse dominante, o IPv4 permaneceria, e os sistemas de tradução de rede permitiriam o funcionamento dos dois sistemas. Era importante não pensar na transição como um evento único nos moldes do Y2K¹, mas sim como um processo de implantação. Ele acrescentou que havia uma percepção de que a transição era lenta ou de que poderia ser mais rápida. Mas, para as empresas, a transição havia sido uma escolha e aconteceria quando assim fosse justificada. O sucesso da Internet se baseou na concorrência; os ISPs iriam implantar os recursos IPv6 quando os consumidores precisassem deles.

Muitos participantes enfatizaram a importância do treinamento e da conscientização. O governo do Egito informou o encontro sobre a existência de uma força tarefa nacional de IPv6 que analisava formas de acelerar a transição. Um representante da UIT observou que o Conselho dessa entidade estabeleceu um grupo de trabalho para ajudar os membros com a transição, especialmente para apoiar os países em desenvolvimento.

Introduzindo o segundo tópico, TLD e IDNs para o desenvolvimento, o Sr. Patrik Fältström, da Cisco Systems Inc., observou que havíamos entrado em um período de grandes mudanças nos

1 Nota dos editores: o termo Y2K se refere ao que, no Brasil, ficou conhecido como “Bug do Milênio”, que causaria problemas com a formatação e armazenamento de dados de calendário após 31 de dezembro de 1999.

recursos centrais da Internet. Em 2010, o *Domain Name System Security Extensions* (DNSSEC) – extensões de segurança para o Sistema de Nomes de Domínio (DNS) – seria introduzido e a raiz passaria a ser assinada por muitos TLDs. Endereços IPv6 para serviços de DNS, novos TLDs em ASCII e IDN e IDN Domínios de Primeiro Nível de Código de País (ccTLD), sob um programa lançado pela ICANN apenas algumas horas antes da sessão iniciar, seriam adicionados à raiz. Essas mudanças pressionariam o sistema de raiz. Ele sugeriu que a taxa de mudança teria um impacto maior do que as alterações em si.

O Sr. Bob Kahn, um dos pais fundadores da Internet, lembrou o encontro de que deveria permanecer aberto à diversidade de escolha. Como exemplo, ele descreveu um sistema de identificação utilizado pela indústria editorial, o *handle system*², que afirmou ser seguro e estar em funcionamento há 10 anos. O Sr. Kahn indicou que essa poderia ser uma alternativa ao sistema DNS, utilizado hoje na Internet. E enfatizou que deveríamos permanecer abertos a novas abordagens, desde que a Internet não se fragmentasse.

Mesmo reconhecendo a importância de todas essas mudanças, diversos participantes enfatizaram a necessidade de se garantir a segurança e a estabilidade da Internet. Outros notaram que levaria tempo para que aplicações importantes, tais como o e-mail, passassem a funcionar normalmente e aceitassem esses novos identificadores. Isso ocorreria, mesmo com a via prioritária dos novos IDNs ccTLDs. Um participante destacou que era importante introduzir a concorrência na seleção do registro que criaria o novo cadastro IDN e de que o processo deveria ser aberto e transparente. Esses eram novos temas de governança da Internet no nível nacional compartilhados pela comunidade. Era particularmente oportuna essa sessão, uma vez que coincidia com a abertura de aplicações para novos IDN ccTLDs, como resultado do uso da via prioritária. Tanto o governo do Egito quanto o da Rússia anunciaram que apresentariam aplicações tão logo fosse possível.

Um operador de ccTLD da África disse que havia necessidade de apoiar as operações técnicas e de gestão de ccTLDs nos países em desenvolvimento. Ele também expressou preocupação de que, na medida em que novos Domínios de Primeiro Nível Genéricos

² Nota dos editores: preferiu-se manter o termo em inglês *handle system* comumente utilizado no Brasil para designar um sistema distribuído que permite associar identificadores persistentes aos objetos de informação na Internet.

(gTLD) e TLDs regionais fossem introduzidos, a rica cultura do continente africano precisaria ser protegida, para que os valores – a cultura e a história que os identificadores buscam representar – pudessem ser gerenciados por pessoas daqueles países e regiões.

A terceira questão, a AoC, que substituiu o Acordo de Projeto Conjunto (JPA) entre o governo dos Estados Unidos e a ICANN, foi apresentada pelo CEO e presidente da ICANN, Sr. Rod Beckstrom. Ele revisou os termos da AoC em seus 11 parágrafos centrais. Afirmou que a AoC estabeleceu um compromisso com o modelo de interesse público e com o reforço do papel de todos os governos no âmbito do Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) da ICANN e informou que a AoC criou quatro equipes de revisão para analisar o desempenho da ICANN.

Palestrantes de todos os setores receberam a AoC como um desenvolvimento positivo. Um participante observou que ela havia assumido o direcionamento da Agenda de Túnis, outro saudou-a como um passo em direção a uma maior internacionalização e disse que esperava por mais, observando que a ICANN mais internacional deveria se esforçar para vir a ser “WE CAN”³.

Olhando para o futuro, muitos sugeriram que, após a AoC, o próximo passo deveria ser uma avaliação do contrato da IANA, entre o governo dos Estados Unidos e a ICANN. Alguns recomendaram que um organismo internacional deveria ser selecionado para assumir o contrato da IANA, outros sugeriram que o IGF deveria debater a questão, recomendação que foi fortemente apoiada.

O último item tratado foi a Cooperação Aprimorada, apresentado pela Sra. Haiyan Qian, Diretora da Divisão de Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA). A Sra. Qian informou sobre a cooperação aprimorada e o processo no âmbito da ONU. Ela relatou que a Assembleia Geral da ONU aprovou outra resolução solicitando que o Secretário Geral apresentasse um relatório sobre o processo de cooperação aprimorada e políticas públicas de Internet, incluindo o trabalho das organizações relevantes. O relatório havia sido submetido ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), mas o assunto foi adiado para revisão até 2010, em Nova Iorque. A Sra. Qian disse que os principais pontos do relatório referiam-se à continuidade do diálogo multisetorial

3 Nota dos editores: há um jogo de palavras nessa afirmação partindo da associação entre o acrônimo ICANN, a expressão “I can”, eu posso, e a ideia de “we can”, nós podemos.

inclusivo e que o IGF deveria ser utilizado para isso. Alguns participantes apontaram interpretações diferentes do que se entende por “cooperação aprimorada” na Agenda de Túnis e disseram que isso havia causado confusão e dificuldades em se avançar.

Um participante observou que durante a CMSI não houve acordo quanto a uma única interpretação de cooperação aprimorada, mas que tal expressão oferecia espaço para diversas interpretações. Alguns foram capazes de interpretar cooperação aprimorada como a melhoria do diálogo entre governos ou como o diálogo entre governos e outros setores, que não existiam anteriormente. Outros defenderam um processo único e centralizado de cooperação aprimorada, enquanto alguns advogaram pela existência de múltiplos processos que visassem melhorar as políticas públicas relacionadas à governança da Internet. As discussões deixaram claro que havia ocorrido progresso no que diz respeito a todas essas diferentes interpretações.

Houve participantes que notaram que na ICANN haviam sido tomadas muitas medidas para melhorar o funcionamento do GAC e que isto poderia ser considerado um progresso de cooperação aprimorada. Outros pediram mais abertura e participação multissetorial nas organizações intergovernamentais.

Encerrando a sessão, o Sr. Kamel observou que, no que se refere à via rápida para novos IDNs ccTLDs era importante garantir que os IDNs pudessem ser utilizados pelos usuários. Isso demandaria investimentos para assegurar que as aplicações e conteúdos estivessem prontos. A AoC foi um excelente passo adiante, forneceu responsabilização e independência, porém, era necessário mais, avaliou o Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação do Egito. Para ele, deveria haver um maior envolvimento da comunidade global em todos os aspectos do sistema e seria legítimo pedir aos Estados Unidos para abrir e revisitar a discussão do contrato IANA, o que deveria começar o quanto antes.

O presidente da sessão resumiu a discussão observando que, com a transição do IPv4 para o IPv6, havia uma janela de dois anos com muito trabalho pela frente. Ele observou que, embora os participantes saudassem a AoC, havia muito mais trabalho a ser feito para a sua implantação. Iniciar as discussões sobre o contrato IANA poderia ser uma oportunidade para levar esse processo adiante. Ele disse que a cooperação aprimorada significava, em parte, reduzir conflitos e que isto havia sido alcançado tanto no âmbito do IGF, quanto em outros lugares.

Segurança, Abertura e Privacidade

Copresidentes:

- S. Ex.^a a Sra. Jasna Matic, Ministra das Telecomunicações e da Sociedade da Informação, Sérvia;
- Sr. Sherif Hashem, Vice-Presidente Executivo, Agência de Desenvolvimento da Indústria da Tecnologia da Informação, Egito.

Moderador:

- Sr. Marc Rotenberg, Diretor Executivo, Centro de Informação sobre Privacidade Eletrônica (EPIC).

Palestrantes:

- Sr. Joseph H. Alhadeff, Vice-Presidente para Políticas Públicas Globais e Diretor de Privacidade, Oracle Corporation.
- Sra. Cristine Hoepers, Analista de Segurança Sênior e Gerente Geral, CERT.br;
- Sra. Namita Malhotra, Pesquisadora, Fórum de Direito Alternativo, Bangalore;
- Sr. Bruce Schneier, Diretor de Segurança da Tecnologia, British Telecom;
- Sr. Alexander Seger, Chefe da Divisão de Crimes Econômicos, Direção Geral dos Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos, Conselho da Europa;
- Sr. Frank La Rue, Relator Especial para Liberdade de Opinião e Expressão, ONU.

A Sra. Matic abriu a sessão indicando que estes temas haviam sido problemáticos durante todo o período de existência da Internet. Eles haviam se tornado muito mais importantes recentemente, dados os bilhões de pessoas que utilizam a Internet todos os dias. Segurança, abertura e privacidade eram temas interligados e a questão fundamental era encontrar o equilíbrio correto entre acesso ao conhecimento, liberdade de expressão e direitos de propriedade intelectual. Ela também tratou da crescente importância da privacidade à luz do novo fenômeno das redes sociais e recordou os participantes de que as crianças eram os alvos mais fáceis, uma vez que eram ao mesmo tempo o grupo mais vulnerável, mais disposto a confiar e o primeiro a adotar novas tecnologias.

O Sr. Hashem falou dos desafios de se tentar encontrar o equilíbrio correto para a sociedade e fez referência à experiência egípcia nesse sentido. Ele enfatizou a necessidade de parcerias entre governo, setor privado, organizações não governamentais (ONGs), educação, instituições acadêmicas,

pesquisa e desenvolvimento. Disse que isso era importante, pois as questões e os riscos mudariam ao longo do tempo, com as tecnologias emergentes e novas formas sociais de uso dessas tecnologias, e somente trabalhando em parcerias tais desafios poderiam ser enfrentados.

Um dos pontos citados foi que a privacidade era central para a autonomia pessoal, com a ressalva de que, no entanto, ela era muitas vezes utilizada simplesmente como forma de proteger os privilegiados. Várias leis haviam sido mal utilizadas e leis sobre pornografia foram mencionadas como tendo sido usadas para limitar a capacidade das mulheres de participar da esfera pública. Um palestrante observou que não somente a liberdade de expressão e a privacidade deveriam ser consideradas como direitos, mas que a segurança também se configurava como um direito importante.

A discussão evoluiu em torno da relação entre privacidade e segurança e foi mencionado que talvez um verdadeiro *compromisso* precisasse se focar na liberdade versus controle. A importância da distribuição equitativa do acesso também foi mencionada, assim como a importância de se acessar diferentes pontos de vista.

Referindo-se aos desafios que se colocam ao futuro da Internet nos dias de hoje, vários assuntos foram levantados, tal como o problema da criação de uma cultura de confiança, a separação entre contramedidas de segurança válidas e as que seriam estabelecidas para coletar dados para fins de controle e supressão. Outro desafio mencionado envolveu a integridade contextual na agregação de dados e o papel de poderosas corporações e entidades nacionais no uso e abuso de dados. O maior desafio enfrentado era equilibrar os interesses dos poderosos com os interesses dos povos do mundo, criando uma Internet focada nas pessoas, que garantiria a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas de computador, bem como a proteção de dados pessoais em um ambiente global.

Outro desafio dizia respeito ao fato de os direitos serem protegidos pelo Estado-nação constitucional, enquanto as pessoas viviam em uma rede global transfronteiriça. Isso significava que precisaria existir uma perspectiva de direitos humanos para além do desenvolvimento tecnológico e comercial. A interação entre todos esses elementos se daria a partir de uma política e perspectiva de direitos humanos, que poderia garantir que o foco permanecesse nos seres humanos e em seu benefício.

Outro desafio envolvia a abertura absoluta da Internet e a preocupação de que essa abertura pudesse ser usada para avançar ainda mais os já poderosos e não para empoderar as comunidades e deixá-las expressar suas preocupações.

Na discussão sobre cibercrimes foi mencionado que, na tentativa de proteger as pessoas, alguns estavam tentando controlar tudo: reunir mais dados e obter informações sobre tudo que está sendo feito *on-line*. Mencionou-se que isso não ajudaria, porque ninguém seria capaz de analisar essas informações de forma rápida o suficiente para responder e combater os cibercrimes.

A discussão sobre as redes sociais mostrou que havia limites sobre o que deveria ser negociável em termos de direitos fundamentais. Foi também mencionado que seria problemático colocar direitos na mesma posição econômica de serviços e objetos. A privacidade foi discutida como um direito humano fundamental inalienável e não uma mercadoria; direitos humanos não eram, portanto, algo que poderia ser permutado.

Na discussão sobre privacidade e proteção de dados pessoais, um dos caminhos mencionados para avançar era pensar na integridade contextual da informação; a informação cedida para uma determinada finalidade não poderia ser utilizada de outra forma. Uma parte disso envolveria analisar se o consentimento era uma ferramenta legal importante dentro do contexto de privacidade.

A discussão também tocou na questão do anonimato. Eliminar o anonimato na Internet seria muito difícil, como também o seria projetar uma arquitetura de Internet que não permitisse o anonimato. Foi comentado ainda que o anonimato, como uma característica fundamental da Internet, era um bem social, um bem político e um bem econômico.

Recomendou-se que, visando alcançar o equilíbrio apropriado entre segurança, abertura e privacidade, as pessoas deveriam usar seu poder de compra para convencer os fornecedores a melhorar a segurança de seus produtos e financiar a pesquisa de forma mais ampla. A Convenção sobre o Cibercrime do Conselho da Europa também foi mencionada como parte da solução do problema de como lidar com a segurança.

Em suas considerações finais, os dois presidentes reiteraram a importância da confiança quando se tratava dos temas de segurança, privacidade e abertura. Educação e abertura eram a chave para alcançar tal confiança e esta era resultado da educação e do envolvimento de todos os setores na comunidade.

Acesso e Diversidade

A sessão foi dividida em duas partes e partiu dos resultados dos workshops relacionados que haviam sido realizados anteriormente no Fórum.

Diversidade

Presidente:

- Sr. Talal Abu-Ghazaleh, Presidente, Organização Talal Abu Ghazaleh.

Moderador:

- Sr. Jonathan Charles, Apresentador, BBC World News.

Palestrantes:

- Sr. Gerry Ellis, consultor de Acessibilidade e Usabilidade, Feel the Benefit;
- Sr. Shadi Abou Zahra, Líder de Atividades, Escritório do Programa Internacional Iniciativa de Acessibilidade na Web (WAI), W3C;
- Sra. Cynthia Waddell, Diretora Executiva, International Center for Disability Resources on the Internet (ICDRI);
- Sra. Andrea Saks, organizadora da atividade de coordenação conjunta sobre acessibilidade e fatores humanos, Coordenadora, Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência;
- Sr. Abdul Waheed Khan, Diretor Geral Adjunto de Comunicação e Informação, UNESCO;
- Sr. Abdulaziz Al-Zoman, SaudiNIC (.sa);
- Sr. Dwayne Bailey, Diretor de Pesquisa, ANLoc (Rede Africana pela Localização).

O moderador observou que acesso e diversidade poderiam ser considerados como dois lados da mesma moeda; estas eram questões que afetavam centenas de milhões de pessoas ainda não envolvidas nas conversações da Internet e que eram de particular preocupação para a diversidade de idiomas e a diversidade em relação às pessoas com deficiência.

O presidente se opôs ao foco estreito em diversidade linguística e relacionada com as pessoas com deficiência e recomendou que o IGF e a Aliança Global sobre TIC para o Desenvolvimento (GAID), como “dois filhos da CMSI”, elaborassem uma lista de questões relativas à diversidade e TIC. Educação, infraestrutura, plataformas e tecnologias abertas deveriam ser incluídas nas

discussões sobre acesso e diversidade. Além disso, em seu papel de empresário, ele pediu às empresas do mundo que fossem mais ativas nessas questões.

Um palestrante mostrou como navegava pelas páginas Web e utilizou e-mail com tecnologias de leitura de tela, demonstrando as dificuldades de acessibilidade que as pessoas com deficiência visual enfrentam ao utilizar a Internet. Um ponto crucial de sua apresentação foi que a acessibilidade vs. a inacessibilidade não impactam na estética ou funcionalidade de uma página Web para o usuário comum.

Outro participante chamou a atenção para o fato de que um décimo da população mundial vivia com alguma deficiência e que dois bilhões de pessoas eram impactadas pelos desafios da deficiência. Eles eram encontrados em todos os grupos sociais e demográficos. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência incluiu disposições que garantiam os direitos de acessibilidade na Internet. Se os princípios da convenção fossem seguidos corretamente, as necessidades das pessoas com deficiência seriam em grande parte atendidas. Um desses princípios era o de Design Universal, que pede que os projetos de produtos, ambientes, programas e serviços sejam realizados de maneira a atender as necessidades das pessoas com deficiência e incluam dispositivos assistivos, quando necessário.

Durante a sessão de perguntas e respostas, um participante observou que a acessibilidade não se referia apenas à capacidade das pessoas com deficiência de ter acesso à informação, mas também à sua possibilidade de se expressar livremente. Assinalou-se que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) não incluíam a deficiência como prioridade.

O painel apresentou uma mensagem, elaborada pela Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência, tratando das necessidades das pessoas com deficiência. Ela chamava atenção para as obrigações decorrentes da Convenção da ONU e as ferramentas disponíveis para tornar a Internet e a Web acessíveis para pessoas com deficiência. A pedido do presidente, os participantes aprovaram a mensagem por aclamação.

A segunda parte da sessão tratou de multilinguismo. O primeiro palestrante observou que a linguagem poderia ser uma barreira. Ele falou brevemente em hindi, língua falada por muitos no Fórum, mas não interpretada como idioma oficial das ONU e, por-

tanto, incompreensível para todos os participantes. Ele perguntou como informações agrícolas poderiam ser compartilhadas com agricultores senão em sua língua nativa?

Afirmou-se que a maioria dos idiomas do mundo estava em declínio no uso e enfrentando a potencial extinção. A Internet foi proposta como uma forma de ajudar a preservar as línguas, culturas e conhecimentos indígenas em meio digital. Um projeto para estabelecer nomes de domínio árabes foi discutido com ênfase nas conquistas, mas também nos desafios particulares postos pelo estabelecimento da escrita não latina *on-line*, não apenas com relação às preocupações com caracteres e técnicas, mas também sobre a direção da digitação, por exemplo, da direita para a esquerda, ao invés do formato mais usual, da esquerda para a direita.

Observou-se que 2000 idiomas eram falados por um bilhão de pessoas na África. Dessas línguas, 200 eram faladas por mais de 500 mil pessoas e 15 idiomas africanos eram falados por mais de 10 milhões de pessoas. No entanto, esses idiomas quase não estavam presentes, de forma significativa, na era da informação. Uma série de intervenções dos participantes notou que a incapacidade de acessar informações *on-line* em uma língua compreendida localmente poderia vir a ser fatal.

Um ponto chave levantado foi que os IDNs não eram a única questão relacionada ao multilinguismo e às TIC. Uma série de intervenções também ressaltou que muitas questões de diversidade poderiam ser resolvidas pela tecnologia, agora ou em um futuro próximo.

Concluindo a sessão, o presidente pediu aos participantes que se unissem a ele louvando os esforços egípcios em direção ao desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento e encorajando a ICANN a acelerar seu processo de multilinguismo e torná-lo uma prioridade, visando assegurar a coerência continuada da Internet.

Acesso

Presidente:

- Sr. Amr Badawi, Presidente Executivo, Autoridade Reguladora Nacional de Telecomunicações (NTRA), Egito.

Moderador:

- Sr. Hopeton Dunn, Diretor, Programa Caribenho de Políticas de Telecomunicações e Gestão de Tecnologia (TPM), Mona School of Business, Universidade de West Indies, Mona, Jamaica.

Palestrantes:

- Sr. Ben Akoh, Gerente do Programa de TIC, Open Society Initiative for West Africa;
- Sr. Pierre Dandjinou, CEO, Strategic Consulting Group;
- Sr. Mohamed El Nawawy, Vice-Presidente da Telecom Egito.
- Sr. Ernest Ndukwe, Diretor Executivo e Vice-Presidente Executivo, Comissão Nigeriana de Comunicações;
- Sr. Ermanno Pietrosemoli, Presidente, EsLaRed.

O presidente afirmou que a questão do acesso incluía o acesso financeiro, a relevância da alfabetização para o acesso, o acesso político, que dava voz ao acesso linguístico e o acesso de pessoas com deficiência. O acesso desejável à Internet foi ainda definido como uma conexão na velocidade certa, interligada ao conteúdo certo, na hora e nos lugares certos. Questões relacionadas à infraestrutura haviam se tornado secundárias, uma vez que avanços que tinham sido feitos, especificamente com telefones celulares e com a penetração da Internet em muitas partes do mundo.

Os principais assuntos nos quais eram necessários mais avanços foram políticas públicas, regulação e direitos. Os palestrantes observaram que os *backbones* regionais e nacionais deveriam ser reforçados, assim como as questões de segurança relacionadas aos novos serviços, a maior largura de banda e a disponibilidade também precisavam ser tratadas. Um palestrante notou gargalos políticos e regulatórios graves em muitos países e regiões em desenvolvimento. O verdadeiro acesso não seria alcançado sem que regimes regulatórios adequados fossem postos em prática.

Muitos dos presentes concordaram que progressos haviam sido feitos com relação à infraestrutura, notadamente que sistemas de cabos de fibra óptica submarinos haviam sido construídos e estavam provendo alargamento de banda e conectividade de maior qualidade. No entanto, observou-se que os países sem acesso ao mar ainda lutavam para acessar cabos de Internet costeiros e que, além do acesso à banda larga ainda ser limitado, os custos continuavam altos.

O espectro e o seu gerenciamento foram identificados como componentes centrais e fundamentais de acesso. Um palestrante sugeriu que ele deveria ser utilizado de forma mais eficaz, por exemplo, recuperando-se seus espaços não utilizados. Além disso, novas tecnologias que utilizam o espectro de forma mais eficaz deveriam ser adotadas no mundo em desenvolvimento e não apenas nos mercados desenvolvidos.

Os palestrantes propuseram maneiras de efetivamente se fornecer acesso nas zonas rurais e soluções WiFi foram particularmente mencionadas, pois podem ser facilmente modificadas para oferecer conectividade e atender as necessidades locais. Foi descrito como uma solução promissora um projeto piloto que, aproveitando-se da geografia e antenas especiais, foi capaz de abranger uma distância de 240 km com conexões WiFi normais.

Um participante propôs o desenvolvimento de políticas governamentais que alavancariam e estenderiam tecnologias móveis para o setor de Internet na África e na América Latina. Esse modelo havia se provado funcional no sul da Ásia.

Em conclusão, o presidente observou que o painel procurou oferecer ideias e reflexões para as discussões sobre acesso a preços econômicos, especialmente em relação a uma melhor gestão do espectro. Ele sugeriu que havia uma oportunidade para se fornecer banda larga a um custo reduzido, se os governos gerenciassem o espectro de forma mais eficiente, como por exemplo utilizando canais de TV vazios em áreas onde a TV não era muito utilizada. Especialmente para as zonas rurais, fundos de serviço universal poderiam ser uma forma de reduzir os custos de acesso à rede. Ele lembrou que novos cabos submarinos haviam fornecido banda internacional muito mais barata a todos os países em desenvolvimento e que tal economia deveria ser repassada aos usuários finais. Disse ainda que custos mais baixos para os consumidores acelerariam o crescimento e incentivou os operadores a oferecê-los.

Governança da Internet à Luz dos Princípios da CMSI

Presidente:

- Sr. Ahmed El-Sherbini, Ministro Adjunto de Cooperação Internacional, Diretor do Instituto Nacional de Telecomunicações, Egito.

Moderadores:

- Embaixador Jānis Kārkliņš, Embaixador da Letônia para a França e Representante Permanente para a UNESCO;
- Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva, Associação para o Progresso das Comunicações (APC);
- Sr. Bill Graham, Engajamento Global Estratégico, ISOC.

O presidente começou lembrando que o IGF foi criado como um produto da CMSI e que tinha recebido o mandato da Agenda de

Túnis para promover e avaliar, de forma contínua, a incorporação dos princípios da CMSI ao processo de governança da Internet. A sessão pretendia, portanto, exercer esse direito e determinar se os princípios da CMSI haviam sido levados em consideração na governança da Internet.

A sessão foi dividida em dois segmentos principais. A primeira parte concentrou-se em princípios aprovados em Genebra e em Túnis e, particularmente, no parágrafo 29. A segunda parte foi dedicada a um debate sobre como a governança da Internet influenciou a evolução da Sociedade da Informação inclusiva, não discriminatória, orientada ao desenvolvimento e fez referência ao parágrafo 31 da Agenda de Túnis.

Na primeira parte, várias das principais instituições de governança da Internet indicaram que, mesmo antes da CMSI, tinha havido um compromisso com os que, por fim, se tornariam os princípios da CMSI. Isso foi tido como uma indicação de que esses princípios não haviam surgido subitamente, após alguns meses de reuniões em Genebra, mas que eram uma tendência em desenvolvimento no mundo em direção a processos multissetoriais mais transparentes e mais democráticos. A convocação do IGF e os processos que se seguiram eram parte de uma evolução em curso, da mesma maneira que – antes disso – a CMSI fazia parte de uma evolução que ainda não havia sido concluída.

Apresentaram-se muitos exemplos específicos de trabalhos que estavam sendo feitos e que respondiam diretamente aos princípios da CMSI. Um dos exemplos foi o trabalho multissetorial feito pelo Conselho da Europa, a APC e a Comissão Econômica para a Europa da ONU quanto ao desenvolvimento de uma iniciativa trilateral para lançar um código de boas práticas em informação, participação e transparência em governança da Internet.

Outro exemplo, dado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi do processo pelo qual passou quando trouxe para sua estrutura, na forma de comitês consultivos, a comunidade técnica e a sociedade civil.

Houve também muitas indicações de áreas nas quais seria necessário trabalho no futuro, como, por exemplo, a de multilinguismo. Algumas instituições também identificaram os problemas que vários setores ainda tinham quanto à participação de todos os setores.

A discussão analisou formas por meio das quais o IGF poderia tornar-se ainda mais inclusivo para os participantes de países

em desenvolvimento. Não havia dúvida de que o mundo em desenvolvimento havia, em muitos casos, feito progressos devido ao aumento da participação multissetorial e a implementação de processos mais abertos, sendo citados com exemplos melhorias na Argentina e no Paquistão.

Houve comentários sobre a importância da declaração da CMSI sobre os respectivos papéis dos diferentes setores. A participação não era uma coisa simples e devia acontecer em diferentes níveis, envolvendo setores diversos, que eram necessários nas várias fases dos processos, percorrendo desde as discussões até as decisões.

Em geral, as empresas sustentaram a posição de que tinham aumentado sua influência e creditaram isso, em certa medida, à CMSI. A sociedade civil e as organizações técnicas indicaram que elas também se tornaram cada vez mais engajadas com outros setores de forma multilateral e transparente. Mais exemplos da influência dos princípios da CMSI foram fornecidos pela sociedade civil e pela comunidade técnica do que pelos governos, embora tenha sido esclarecido que alguns governos haviam se esforçado para se adaptar aos processos multissetoriais.

Na segunda parte da sessão, durante a discussão sobre desenvolvimento inclusivo e centrado nas pessoas, foi apontado que haviam passado três anos de workshops antes que houvesse uma sessão principal sobre o tema. Foi explicado que esses workshops percorreram um longo caminho até esclarecer o conceito de governança da Internet para o desenvolvimento e definir os pontos específicos que deveriam ser focados para se avançar. Diversas vezes na discussão defendeu-se que era necessário haver mais sessões principais sobre os princípios da CMSI e que a governança da Internet para o desenvolvimento centrado nas pessoas deve se tornar um tema principal, mais do que um tema abrangente, como o havia sido durante os primeiros quatro anos.

Alguns palestrantes viram a necessidade de indicadores do que seria um desenvolvimento centrado em pessoas e foram dados alguns exemplos, tais como direitos humanos e o nível de participação de governos de países em desenvolvimento no IGF, tanto internacional quanto regional e nacionalmente.

Sugestões de maneiras de envolver países em desenvolvimento incluíram a capacitação de funcionários públicos em governos nacionais. Também surgiu a ideia de que a participação nesses mecanismos abertos e a concentração no desenvolvimento não

eram coisas simples, mas sim complicadas e demoradas. Surgiram perguntas sobre se tais mecanismos poderiam ser simplificados para tornarem mais acessível e fácil essa participação, particularmente por representantes governamentais.

Um ponto final discutido na sessão envolvia a consideração das realidades econômicas, especialmente alguns fatores econômicos que têm atuado contra a habilidade das nações em desenvolvimento de participar.

Na conclusão, o presidente enfatizou dois pontos principais. O primeiro foi que um esforço sério e sincero havia sido realizado por muitos no sentido de aderir aos princípios da CMSI no ecossistema de governança da Internet. Ele também observou que havia ainda muito trabalho a para se trazer todos a bordo e alcançar a adesão plena ao conjunto de princípios da CMSI. O segundo ponto foi que havia a necessidade de um engajamento mais ativo dos países em desenvolvimento nas atividades do IGF.

O presidente fez um apelo aos governos dos países em desenvolvimento para que estes se envolvam ainda mais nas atividades do IGF e que façam uso deste Fórum para serem ouvidos e trazer ao debate suas opiniões quanto às questões relativas à Internet. Ele também apelou ao Secretariado do IGF para que busque meios e caminhos para incentivar os governos dos países em desenvolvimento a se envolver mais no IGF.

Sessão Honorária do País Sede:

Preparando as Novas Gerações na Era Digital:

Uma Responsabilidade Compartilhada

A Primeira Dama do Egito, S. Ex.^a a Sra. Suzanne Mubarak, Presidente e Fundadora do Movimento Internacional das Mulheres pela Paz Suzanne Mubarak dirigiu-se aos participantes do Fórum nessa sessão especial. A sua abordagem foi focada no empoderamento da juventude e na segurança das crianças e jovens na Internet.

A Primeira Dama foi apresentada pelo presidente, Sr. Tarek Kamel e o Sub-Secretario Geral Sha Zukang a agradeceu por seu discurso.

Um painel internacional comentou as questões levantadas pela Primeira Dama.

A assinatura de uma série de Memorandos de Entendimento entre o Movimento Internacional das Mulheres pela Paz Suzan-

ne Mubarak e diversas entidades empresariais e ONGs concluiu a Sessão Honorária.

Um relatório mais detalhado foi adicionado a este Sumário Executivo do Presidente.

Balanço e Caminho Adiante - sobre a pertinência da continuação do Fórum

Presidente:

- Sr. Sha Zukang, Subsecretário Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais

A sessão foi realizada em duas partes, uma antes e outra depois do almoço. O foco desta sessão foi se o mandato do IGF deveria ou não ser estendido para além da previsão provisória inicial de cinco anos, como estipulado pelo parágrafo 76 da Agenda de Túnis, que demandou ao Secretário Geral a realização de “consulta formal aos participantes” quanto à “conveniência da continuação do Fórum”.

Tais consultas foram iniciadas por um processo *on-line*, começando por um questionário elaborado pelo Secretariado do IGF. Um documento-síntese refletindo todos os comentários recebidos foi disponibilizado em todos os idiomas da ONU como subsídio para essa sessão.

O Sr. Sha, em seus comentários iniciais, lembrou que esta questão havia sido um tópico ao longo do reunião. Houve declarações fortes pela extensão do mandato na Sessão de Abertura, começando pelo Primeiro Ministro do Egito, mas também de outros ministros e representantes de diversos setores que se pronunciaram em favor da renovação do mandato. Posições semelhantes encontraram eco em outras sessões, quando palestrantes e presidentes observaram a utilidade do IGF em promover uma compreensão compartilhada das questões.

Em comparação com as outras sessões principais, esta consulta foi realizada de forma mais tradicional, com 47 participantes representando todos os setores que apresentaram uma breve declaração sobre este assunto a partir da tribuna. Além disso, nove declarações de participantes que não haviam sido ouvidas devido a restrições de tempo, foram postadas na página do IGF como parte do registro oficial da consulta formal.

Os dois primeiros palestrantes foram dois homens também conhecidos como “Pais da Internet”, o Sr. Bob Kahn e o Sr. Vint Cerf

(por meio de uma declaração em vídeo). Os dois co-inventores do TCP/IP valorizaram o IGF como um espaço de diálogo neutro e apoiaram a extensão de seu mandato. O IGF era o espaço ideal para se levantar muitas questões, desde abusos à Internet até a cooperação e poderia ser utilizado para tornar a Internet um local melhor, mais seguro e mais efetivo para se conduzir assuntos globais.

Muitos participantes enfatizaram a utilidade do IGF como plataforma de diálogo livre das pressões das negociações. A difusão do modelo do IGF para processos regionais e nacionais do tipo do IGF foi mencionada como prova da validade do conceito IGF.

Ao expressar seu apoio à extensão do mandato do IGF, S. Ex.^a, o Sr. Samuel Poghio, Ministro da Comunicação do Quênia, abriu as portas do seu país para sediar a reunião de 2011.

Quarenta e cinco palestrantes e nove declarações por escrito apoiaram a continuidade do Fórum.

A maioria dos palestrantes e das declarações por escrito apoiou a extensão do mandato da forma como está, ou seja, que o IGF permaneça sendo uma plataforma multisetorial que agregue pessoas para discutir questões, trocar informações e compartilhar melhores práticas, mas não para tomar decisões nem para objetivar resultados mais visíveis.

Embora apoiando a continuidade do IGF com características similares ao seu formato presente, os outros participantes, demandaram algumas mudanças, variando desde pequenas melhorias operacionais a até mudanças significativas em seu funcionamento, tais como adicionar provisões que permitiriam a produção de resultados, recomendações e decisões baseadas em um consenso multisetorial ou financiar o IGF por meio do orçamento regular das Nações Unidas.

Dentre as áreas nas quais foram sugeridas melhorias estavam:

- Questões de políticas públicas internacionais;
- Capacitação;
- Participação dos países em desenvolvimento;
- Transparência;
- Comunicações;
- Participação remota;
- A criação de uma base de dados de melhores práticas;
- Visibilidade dos resultados.

A maioria daqueles que apoiou a continuidade do Fórum gostaria de fazê-lo por pelo menos mais um período de mais cinco anos.

Embora receptivos ao sucesso do IGF e não contrários a sua extensão, dois palestrantes disseram que ele não havia alcançado as expectativas no que se referia à “cooperação aprimorada” na área da governança da Internet. Eles também vincularam o IGF ao controle unilateral dos recursos críticos da Internet, uma questão que precisava ser tratada no futuro.

O Egito, como país-sede, apoiou a continuidade do Fórum, embora ao mesmo tempo ressaltando a necessidade de revisar suas modalidades de trabalho para aumentar as capacidades institucionais e financeiras de seu Secretariado. O Egito apoiou a manutenção de sua natureza dinâmica e da abordagem multissetorial, sob o guarda-chuva das Nações Unidas, o que lhe conferia legitimidade.

O presidente concluiu a reunião declarando que agora reportaria as discussões realizadas em Sharm El Sheikh ao Secretário-Geral. Este por sua vez, como requer a Agenda de Túnis, faria então suas recomendações aos membros das Nações Unidas.

Questões Emergentes - O Impacto das Redes Sociais

Copresidentes:

- S. Ex.^a, o Sr. Samuel Poghio, Ministro de Informação e Comunicação, Quênia;
- Sr. Tarek El-Sadany, Conselheiro Chefe do Ministro de Políticas de Tecnologia, Ministério das Comunicações e Tecnologias da Informação, República Árabe do Egito.

Moderador:

- Sr. Simon Davies, Fundador e Diretor da entidade Privacy International

Palestrantes:

- Sr. Sérgio Suiama, Promotor do Estado de São Paulo, Brasil;
- Sr. Sunil Abraham, Diretor de Políticas, Centro para Internet e Sociedade (CIS India);
- Sra. Rachel O’Connell, Diretora de Segurança, BEBO;
- Sra. Grace Bomu, Gerente, Atriz e Ativista de políticas públicas, Heartstrings Kenya e Companhia de Teatro Farnartics, Quênia;
- Sra. Rebecca MacKinnon, membro do Open Society Institute, co-fundadora da Global Network Initiative.

A sessão focou-se nos desenvolvimentos das mídias sociais e discutiu se eles demandam a modificação da abordagem das polí-

ticas públicas tradicionais, em particular no que se refere à privacidade e proteção de dados, regras aplicáveis ao conteúdo gerado pelos usuários e materiais protegidos por direitos autorais, assim como liberdade de expressão e conteúdos ilegais.

O crescimento das redes sociais no Brasil, um país que abriga 68 milhões de usuários da Internet, foi citado como um exemplo dos problemas que poderiam surgir. Muitos dos sites mais populares no país eram aqueles oferecidos por companhias baseadas nos Estados Unidos. Problemas legais experimentados por usuários brasileiros de redes sociais fizeram com que companhias americanas com pequenas filiais no Brasil fossem processadas por responsabilidade no Brasil. Uma resposta proativa de algumas companhias fez com que as atividades criminosas fossem reduzidas, principalmente no que se refere a imagens de abuso infantil. As principais questões levantadas por esses casos eram indagações sobre se um braço local de uma companhia *on-line* poderia ou não ser individualmente responsabilizada ou se o seria toda a entidade transacional; a capacidade de se aplicar leis nacionais a crimes cometidos em serviços de redes sociais; a viabilidade de se assegurar níveis mínimos de prestação de contas social e transparência. O palestrante, por fim, enfatizou a importância das companhias estrangeiras cumprirem as leis locais para que o bem-sucedido caso brasileiro seja replicado em outros países.

Outro palestrante identificou nove questões emergentes relativas a *sites* de mídias sociais e as caracterizou em um espectro amplo; direitos de propriedade intelectual, lavagem moral, a hegemonia dos conectados; e a hegemonia do texto. Argumentou-se que a lavagem moral seria utilizada pelos donos dos *sites* para impor um regime de moralidade. Foi observado que a indústria *on-line* global realizava uma série de filtragens no *back end*⁴ e havia conexões com governos e agências policiais. Ao ser questionado sobre se a automatização da aplicação das leis deveria existir, o palestrante concordou, mas disse antes seria necessária mais transparência.

Outro palestrante identificou tendências que estavam contrariando e limitando o impacto das redes sociais. Elas incluíam a

4 Nota dos editores: optou-se por manter o termo em inglês *back end*, consagrado nas ciências da computação.

responsabilidade imposta por certos governos aos serviços das redes sociais, que eram percebidos como limitantes do alcance internacional dos seus *sites*. Algumas vezes também os donos dos serviços de redes sociais impunham restrições, geralmente em respostas ao *spam* ou em condições de Termos de Uso definidos a partir do viés dos proprietários, que não estavam necessariamente em sintonia com a geografia ou a cultura do usuário. O palestrante estava conduzindo uma iniciativa global que tentaria criar soluções também globais, que fossem tanto flexíveis quanto customizáveis a situações individuais. Os Termos de Uso de muitas mídias sociais e serviços foram descritos como sendo complexos e os usuários nem sempre percebiam claramente seus direitos e responsabilidades, tendo sido, em consequência, proposta como necessária a capacitação.

O impacto das ferramentas de redes sociais foi analisado sob a perspectiva das atividades de publicidade dos produtores e executores de trabalhos artísticos no Quênia. A companhia de teatro da palestrante trabalha com atores específicos vindos de favelas e guetos. A emergência das redes sociais havia transformado a forma pela qual eles vendiam suas peças e desenvolviam seus conceitos. A palestrante descreveu como atores e fãs (através do Facebook) haviam imprimido uma influência maior no modo de produção de suas peças e roteiros. Havia também a questão da participação e da contribuição dos fãs, gerando abusos, tráfego excessivo e a difícil questão de como gerenciar e tratar discursos considerados controversos e abusivos, que às vezes partiam da concorrência usando nomes anônimos. As ferramentas das redes sociais tinham aberto novos horizontes e promovido a liberdade de expressão, mas, às vezes, também evidenciavam o problema de se avaliar os limites culturais tradicionais, para diferenciar o que poderia ser percebido como conteúdo abusivo do que pode ser classificado como expressão artística.

Um palestrante lembrou o público do poder das redes sociais no empoderamento dos cidadãos e em fazer com que os governos e outras instituições prestassem contas aos indivíduos. Foram levantadas preocupações sobre como lidar com as questões de responsabilização e regulação de conteúdos pelos governos. Isso evidenciou o dilema dos *sites* de redes sociais, que tinham que escolher entre regular o conteúdo devido a pressões governamentais ou não fornecer seus serviços nesses países. Em ambos os casos a liberdade civil dos usuários seria infringida.

Um participante da plateia informou aos demais que uma coalizão dinâmica sobre as mídias sociais e questões legais havia sido formada durante a reunião de Sharm. Questões relativas ao direito de anonimato, à exclusão de informações pessoais, conteúdos gerados por crianças, dentre outras, seriam consideradas pela coalizão. Políticas públicas relacionadas com a computação na nuvem foram identificadas como novas preocupações críticas que deveriam ser questões consideradas pelo Fórum no futuro.

Sessão de Encerramento

Diversos palestrantes, representando todos os setores, se manifestaram na sessão de encerramento. Eles reconheceram que as questões de acesso e diversidade permaneciam centrais para o IGF. Conforme o próximo bilhão de pessoas se conectava, novos desafios e oportunidades surgiam. A importância daquilo que a Internet oferecia era inédita em termos de oportunidades para a humanidade promover o desenvolvimento econômico, a inclusão social, a expressão da cultura e ideias na rica variedade de idiomas. Comum em todos os comentários finais foi o reconhecimento de que a governança da Internet deveria se basear na cooperação multissetorial. Como foi destacado por um dos participantes, a ausência do envolvimento multissetorial no passado havia frequentemente conduzido à tomada de decisões mal informadas.

Em seus comentários finais, o Subsecretário Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais, Sr. Sha Zukang, reforçou a centralidade do princípio da inclusão e a necessidade de discussões contínuas sobre questões de políticas públicas relacionadas à Internet. Ele recordou que apresentaria um relatório ao Secretário-Geral sobre a consulta quanto à pertinência da continuação do Fórum, tal qual designado pela Agenda de Túnis. O Secretário-Geral iria, então, comunicar suas recomendações aos membros das Nações Unidas.

Todos os demais participantes expressaram seu apoio por uma extensão do mandato e enfatizaram o valor do IGF como uma plataforma para o diálogo multissetorial.

Os palestrantes incluíram os seguintes representantes de setores:

- Sra. Anja Kovacs, Membro, Centro para Internet e Sociedade;
- Sr. Raúl Echeberría, CEO da LACNIC e Presidente do Conselho da ISOC;
- Sr. Herbert Heitmann, Diretor de Comunicações, Comunicações Globais, SAP; Presidente, Comissão EBITT, ICC;

- Sr. Aurimas Matulis, Diretor, Comitê de Desenvolvimento da Sociedade de Informação, Lituânia.

O representante da Lituânia estendeu o convite a todos os participantes para participar no quinto encontro do IGF em Vilnius, de 14 a 17 de setembro de 2010.

Na sua fala final, o presidente do quarto encontro do IGF, Sr. Tarek Kamel, fez um apelo para que medidas adicionais fossem tomadas no sentido de aumentar o envolvimento internacional no gerenciamento dos recursos críticos da Internet. No que se refere ao mandato do IGF, ele observou que o grau inédito de participação no encontro deste ano demonstrou a necessidade concreta de deliberações adicionais e de que o IGF continue. O presidente percebeu um amplo consenso quanto à necessidade de estender o mandato do IGF, com a legitimidade oferecida pelo guarda-chuva da ONU, assim como deveria ter continuidade a natureza dinâmica do evento, que havia ficado muito clara em Sharm El Sheikh. Ele estava confiante de que essa mensagem, representativa das visões de todos os setores, seria transmitida ao Secretário-Geral.

Considerações Finais

IGF 2009 – Sharm El Sheikh

S. Ex.^a Dr. Tarek Kamel

Ministro das Comunicações e Tecnologias da Informação

Egito, 18 de novembro de 2009

*Respeitoso Público,
Senhoras e senhores,*

Gostaria de iniciar agradecendo à equipe da ONU e ao Secretariado do IGF por coorganizarem este bem-sucedido evento no Egito. Um agradecimento especial vai para o Sr. Sha Zukang, Subsecretário-Geral ONU para Assuntos Econômicos e Sociais, o Sr. Nitin Desai e toda a equipe da ONU que trabalhou nos bastidores, contribuindo para o sucesso deste evento. Mas também um agradecimento especial ao Secretariado do IGF, conduzido pelo Sr. Kummer, e à sua equipe, além dos intérpretes e redatores.

Gostaria de agradecer ao time local do Egito no Ministério das Comunicações e Tecnologias da Informação, a equipe técnica, a equipe de organização, assim como o pessoal de suporte. Agradecimentos especiais vão para, como mencionou o presidente Desai, a equipe liderada pela Dra. Hoda Baraka, a vice-ministra, Nermine El Saadany, Christine Arida, Manal Ismail, Nevine Twefik e seus colaboradores.

Também quero agradecer os presidentes das várias sessões e os patrocinadores dos nossos eventos, a Autoridade Regulatória de Telecomunicações, a Telecom Egito, ITIDA, assim como os patrocinadores do setor privado. Um agradecimento especial também vai direcionado à participação de alto nível da primeira-dama do Egito, Sra. Mubarak, assim como ao primeiro ministro Nazif e também agradecimentos especiais vão à participação muito ativa e às sérias deliberações de todas as partes do mundo que foram muito notáveis e sem precedentes.

A enorme participação neste evento demonstrou a necessidade de deliberações adicionais para que o IGF possa continuar. Como foi mencionado pelo Sr. Sha, tivemos mais de 1.800 participantes representando governos, sociedade civil e setor privado; ao longo de todo o evento mais de 200 participantes remotos de todo o mundo estiveram acompanhando as atividades que estávamos realizando e 27.000 espectadores de 116 países assistiram a transmissão ao vivo pela Web utilizando streaming. A equipe técnica egípcia, conduzida pelo Sr. Raafat Hindy, imediatamente atendeu à solicitação dos participantes do Fórum, durante a sessão de recursos críticos da Internet e estabeleceu uma rede IPv6 no centro de convenções. Eu gostaria de oferecer meus agradecimentos especiais a eles por tudo o que estiveram realizando, não somente em relação ao IPv6, mas também para o suporte de todo o evento.

A participação neste evento realmente nos demonstrou a necessidade da cooperação transfronteiriça nos principais temas do IGF que foram bem selecionados pelo Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG). A segurança das crianças surgiu como um dos temas emergentes. E o Egito demonstrou sua liderança com a participação e iniciativas da Sra. Mubarak. Acreditamos que isso precisa ser ampliado em nível geográfico no futuro.

A questão do acesso, senhoras e senhores, deve permanecer nas mesas de discussão do IGF, uma vez que os países africanos e outros países em desenvolvimento, ainda enfrentam questões como a viabilidade financeira e outras barreiras consideráveis à conectividade em banda larga. Precisamos buscar soluções e modelos de negócio inovadores para o acesso remoto em áreas carentes.

A importância do multilinguismo foi muito destacada. Precisamos trabalhar ainda mais conjuntamente para enriquecer os conteúdos locais. Consideramos bem-vinda a decisão da ICANN em iniciar um processo de via prioritária e escolher Sharm El Sheikh para anunciar esta medida de tamanha importância. Isso mostra que estamos nos trilhos corretos.

Reconhecemos a administração dos Estados Unidos por haver assinado a Afirmação de Compromissos com a ICANN. No entanto, acreditamos que ainda necessitamos de passos adicionais para ter mais envolvimento internacional no gerenciamento dos recursos críticos da Internet por meio da reconsideração do contrato IANA, como foi mencionado. Percebo um consenso entre os participantes no que se refere ao chamado que fiz outro dia para que a administração dos Estados Unidos rapidamente inicie um diálogo em 2010 sobre o contrato IANA, antes de sua expiração em outubro de 2011. Existem soluções factíveis que precisam ser exploradas para que tenhamos um diálogo mais construtivo quanto a este assunto, o que virá a agregar ainda mais maturidade ao já maduro processo do IGF. Este passo trará muito otimismo ao espírito positivo geral que já testemunhamos aqui em Sharm El Sheikh. E eu compartilho plenamente da visão do presidente Nitin Desai de que temos testemunhado um espírito muito positivo, mesmo perante questões que considerávamos que são mais ou menos competitivas ou confrontantes.

Meus agradecimentos a todos os setores pelo espírito de cooperação e um agradecimento especial à UIT pela sua compreensão das questões do IGF e especialmente aos comentários de abertura do Secretário-Geral Dr. Hamadoun Touré. Houve um espírito muito positivo de outros organismos decisórios no sentido de trabalhar para implementar os resultados das discussões já maduras no processo do IGF. Acreditamos que este é um passo em direção ao futuro.

O IGF global precisa de mais localização, existe uma demanda crescente para que no futuro os IGFs regionais se tornem parte do processo e também precisaremos de mais mecanismos de financiamento para uma participação regional mais forte, especialmente de países em desenvolvimento.

Vimos uma contribuição muito positiva da juventude nos últimos dias. Eu rogo ao conselho MAG do IGF para que busque aumentar a participação dos jovens e tenha um painel separado para eles, de forma a engajá-los o mais cedo possível no processo.

Na minha perspectiva, eu poderia quase vislumbrar um consenso amplo sobre a necessidade de continuação do processo do IGF com a legitimidade oferecida pela proteção das Nações Unidas, assim como com a continuidade da natureza dinâmica do evento que, muito claramente, precisa continuar. Eu vejo isso bem refletido no relatório do Presidente que acabou de ser impresso e distribuído. E estou confiante de que o Sr. Sha vai levar esta mensagem ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Por último, desejo à Lituânia, nosso próximo anfitrião, todo o sucesso na preparação deste evento. Desejo a vocês todos, os participantes, uma viagem segura de volta a seus lares e a conferência está finalizada.

Obrigado.

Anexo especial

Sessão Honorária do País Sede

Preparando as gerações jovens na era digital: uma responsabilidade compartilhada

A primeira-dama do Egito, S. Ex.^a, a Sra. Suzanne Mubarak, Presidente e Fundadora do Movimento Internacional das Mulheres pela Paz Suzanne Mubarak, dirigiu-se aos participantes do Fórum em uma sessão especial. Sua apresentação focou-se no empoderamento da juventude e na segurança de crianças e jovens na Internet.

A primeira-dama foi apresentada pelo Presidente, S. Ex.^a, o Sr. Tarek Kamel. O Sr. Kamel informou à reunião que a Sra. Mubarak havia sido uma das primeiras vozes do mundo a apoiar o empoderamento das visões dos usuários finais na Internet. A primeira-dama também havia apoiado, desde muito tempo, iniciativas para lidar com os desafios relacionados à segurança infantil *on-line*.

Em sua fala de abertura, a Sra. Mubarak observou o quão oportunos eram os temas do IGF 2009. Ela elogiou o Fórum por enriquecer o debate sobre a governança da Internet e por trazer dimensões sociais vitais para o centro das discussões. O IGF havia integrado tópicos e ideias centrais, tais como cidadania digital, alfabetização para os meios, cultura da criação e empoderamento da juventude para explorar como a Internet poderia ser utilizada em benefício de todas as pessoas. Ela cumprimentou o Fórum pela escolha do título geral do evento “Criando oportunidades para todos”. Ela observou como o tema compartilhava interdependências importantes com outros objetivos de desenvolvimento humano, como saúde para todos, educação para todos e segurança alimentar para todos, tema sobre o qual ela havia discorrido na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alguns dias antes. O tema também levantava questões sobre o status atual do nosso desenvolvimento socioeconômico e sobre nossa capacidade de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015. A Sra. Mubarak discorreu sobre como o IGF poderia ser utilizado para ajudar a garantir que esses objetivos fossem alcançados.

A Sra. Mubarak observou que a população do Egito era de mais de 80 milhões de pessoas e continuava a crescer. O país havia lutado para superar as desigualdades que minavam as maneiras como as capacidades da Internet poderiam ser utilizadas e como objetivos de desenvolvimento humano poderiam avançar com a Internet. O Egito havia trabalhado duro para reduzir barreiras de acesso e linguísticas às tecnologias modernas e havia tornado as TIC mais acessíveis e economicamente viáveis. O aumento do uso das TIC teve um efeito profundo na sociedade e trouxe muitas mudanças. O Movimento Internacional das Mulheres pela Paz Suzanne Mubarak havia lançado a Iniciativa pela Paz Cibernética para capitalizar neste poderoso meio e que promovia a liderança dos jovens, buscando, por meio da Internet, criar um fórum global pela paz.

O Egito havia sido bem-sucedido em envolver e engajar pais, educadores e especialmente a juventude, juntamente com membros do governo, agências policiais, o judiciário, o setor privado e a sociedade civil em um diálogo sério sobre a segurança na Internet. Ações práticas foram tomadas para proteger e expandir os direitos das crianças. A Iniciativa pela Paz Cibernética havia formado grupos focais de segurança na Internet, reunindo jovens e seus pais. Eles chamaram atenção para a necessidade de superar a exclusão digital entre gerações.

A Sra. Mubarak ressaltou que dimensões técnicas da Internet, tais como o vazamento de informações e os modelos regulatórios de privacidade, ou a sua dimensão ética, como o controle dos próprios dados e o respeito à privacidade, não poderiam ser consideradas sem se levar em conta o impacto em crianças e jovens como beneficiários diretos. Ao apontar esses problemas, ela enfatizou que estava orgulhosa dos resultados da Iniciativa pela Paz Cibernética regional e internacionalmente. Além disso, ela destacou a criação de novas iniciativas como World Wide Web Foundation, lançada pelo Sir Tim Berners-Lee durante a sessão de abertura do IGF, o 2CENTRE Iniciativa de Treinamento em Cibercrime e os acampamentos de juventude em segurança da Internet.

A primeira-dama lembrou o fórum que a Internet continuaria a ser um reflexo da realidade global em que vivemos. Conforme as divisões entre a transparência e a privacidade eram apagadas, conforme as barreiras entre as realidades física e virtual eram desfeitas, nós continuaríamos a sentir as reverberações

desses desafios na rede como mais discriminação, mais violência e mais instabilidade. E por essa razão deveríamos trabalhar duro para garantir que o foco da governança da Internet se tornasse mais centrado nas pessoas e que a Internet se tornasse um catalisador do desenvolvimento humano. Encerrando, ela delineou sua visão da Internet do amanhã, que possuía a promessa real de que seríamos capazes de olhar para nossos computadores ou telas de telefone celular e ver um mundo em que as pessoas vivessem com dignidade, segurança e paz.

O Subsecretário Geral Sha Zukang agradeceu a Sra. Mubarak por compartilhar uma mensagem tão importante. Ele adicionou que o futuro da Sociedade da Informação seria conduzido pelas crianças e jovens de hoje e que, fundamentalmente, o desenvolvimento sustentável dizia respeito a atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de irem ao encontro de suas próprias necessidades. O Subsecretário afirmou que a Sociedade da Informação deveria se tornar segura para as crianças e jovens e que isso poderia ser alcançado, tal como sugerido pela Sra. Mubarak, por meio da educação e do compartilhamento do conhecimento. Ele afirmou que a primeira-dama havia levantado durante sua fala temas que alimentariam a sessão seguinte sobre mídias sociais e ferramentas de colaboração. O Sr. Sha ofereceu à Sra. Mubarak um pequeno presente em nome do IGF como agradecimento por sua importante contribuição ao Fórum.

A Sra. Hoda Baraka, Primeira Ministra Adjunta do Ministério das Comunicações e Tecnologias da Informação da República Árabe do Egito moderou um painel internacional que comentou as questões levantadas pela primeira-dama.

O painel contou com a presença das seguintes personalidades:

- Sr. Robert Pepper, Vice-Presidente de Políticas Globais de Tecnologias, Cisco;
- Embaixador David Gross, ex-Coordenador dos Estados Unidos para Comunicações Internacionais e Políticas de Informação, Departamento de Estado, Estados Unidos;
- Sr. Jovan Kurbalija, Diretor Fundador da DiploFoundation;
- Sra. Marilyn Cade, Presidente, Estratégias de TIC, mCADE llc.;
- Sr. John Carr, Secretário da Coalizão das Entidades de Assistência às Crianças pela Segurança na Internet.

A Sra. Baraka abriu o painel declarando que o empoderamento da juventude já havia sido evidenciado no IGF pelo envolvimento da juventude na logística, diversos workshops e em outros papéis do Fórum.

O painel discorreu sobre as tendências atuais e concordou quanto à importância de envolver a juventude e os jovens nas discussões de governança da Internet. Os jovens estavam liderando a revolução da Internet. Foi observado que 1,5 bilhões de pessoas estavam usando a Internet, que ela estava se movendo em direção à banda larga e, como resultado, havia um aumento exponencial no tráfego ao redor do mundo, liderado pelo vídeo. Uma característica única do vídeo era que ele permitia a comunicação de maneira natural, incentivando a participação e a diversidade cultural. O vídeo era um motivador sociocultural para a juventude; a promoção e a viabilização de conteúdos em vídeo eram, portanto, desejáveis. Conforme a Internet se difundia e os conteúdos e serviços se tornavam mais sofisticados, programas, tais como a Iniciativa de Paz no Ciberespaço se tornariam mais importantes. A Internet poderia ser alavançada com o objetivo de produzir tanto oportunidades quanto desafios para os jovens. Foi sugerido que o caminho de longo prazo para se lidar com segurança da Internet e problemas de segurança relacionados a crianças era de envolvimento e observância dos pais, além do ensino de valores.

Um palestrante observou que o IGF havia servido como ponte entre múltiplos atores em um mundo digital em rápida transformação, entre atores a quem se referiu como “nativos digitais” - ou seja, usuários que cresceram com a Internet - e os “migrantes digitais”, a geração de usuários que adotou o uso da Internet em uma fase posterior da vida. A DiploFoundation foi mencionada como um exemplo no processo de aprendizagem *on-line*.

A “cultura do IGF” havia permitido conectar interesses e preocupações de antigos e novos usuários da Internet em suas respectivas experiências *on-line*. Os jovens geralmente distinguiam entre os mundos *on-line* e *off-line*. As habilidades e liderança dos jovens em várias áreas *on-line* significava que os papéis tradicionais de adultos e jovens foram, de muitas maneiras, invertidos em nosso mundo digital.

Falando sobre a necessidade de se proteger as crianças na Internet, um dos palestrantes mencionou uma pesquisa com governos conduzida pelo UIT no campo da proteção e segurança infantil.

Mais de 80% dos participantes da pesquisa responderam que a exposição a conteúdos ilegais e ofensivos e o *bullying* estavam em suas prioridades. O palestrante sustentou a visão de que a indústria da Internet não estava fazendo o suficiente e na velocidade necessária para proteger as crianças.

Na parte final da sessão honorária, a Sra. Mubarak testemunhou a assinatura de quatro acordos de parceria em prol da Iniciativa pela Paz Cibernética com organizações chave e corporações multinacionais e apresentou três certificados de reconhecimento a jovens e organizações que se destacaram no fornecimento de serviços para as novas gerações através das TIC.

Os acordos de parceria foram assinados com as seguintes instituições:

- Family *On-line* Safety Institute, FOSI;
- Corporação IBM;
- O projeto 2CENTRE com a Microsoft, como um dos parceiros fundadores da Iniciativa pela Paz Cibernética;
- Corporação Oracle.

Certificados de reconhecimento foram entregues a:

- Net Aman, em reconhecimento pelo seu papel na disseminação da mensagem da segurança pelo Egito;
- DiploFoundation, por seu papel na geração de conhecimento e por sua metodologia de ensino especial;
- Ao Comitê de e-líderes da Aliança Global das Nações Unidas pelas TIC e o Desenvolvimento (UN-GAID), por seu esforço especial em envolver os jovens na área de TIC para o desenvolvimento.

Anexo

Governança da Internet – Preparando a Cenário

Sessão de orientação

Co-moderadores:

- Sr. Nermine El Saadany, Diretor, Divisão de Relações Internacionais, Ministério das Comunicações e Tecnologias da Informação, Egito;
- Sr. Markus Kummer, Coordenador Executivo, Secretariado do IGF.

Palestrantes:

- Sr. N. Ravi Shanker, Secretário Adjunto, Departamento de Tecnologias da Informação, Ministro das Tecnologias da Informação, Governo da Índia;
- Sra. Marilyn Cade, Presidente, ICT Strategies, mCADE llc;
- Sr. Rafik Dammak, Pesquisador de mestrado, Escola de Graduação de Estudos Interdisciplinares de Informação, Universidade de Tóquio;
- Sr. Lee Hibbard, Divisão da Sociedade da Informação e Mídia / Diretoria Geral de Direitos Humanos e Assuntos Legais, Conselho da Europa (CoE);
- Sr. Jovan Kurbalija, Diretor, DiploFoundation;
- Sr. Alexander Ntoko, Chefe da Divisão de Estratégia Corporativa, UIT;
- Sra. Virginia Paque, Coordenadora de Programa, Capacitação em Governança da Internet, DiploFoundation e co-coordenadora da Caucus Governança da Internet (em vídeo);
- Sr. Nii Qaynor, Presidente e CEO, Network Computer Systems; Presidente, *Internet Society* de Gana.

A sessão foi introduzida pelo Sr. Kummer, que declarou ser a intenção da sessão ajudar os novatos e outros participantes a entender o IGF e a se localizar no programa.

Ele convidou a Sra. Divina Frau-Meigs a homenagear o Sr. Francis Muguet, que havia falecido inesperadamente no dia 4 de outubro de 2009. O Sr. Muguet havia sido um participante ativo e significativo na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e no Fórum de Governança da Internet. A Sra. Frau-Meigs comentou que as contribuições dele foram muito importantes e que todos sentiriam sua falta. Os participantes fizeram um minuto de silêncio em honra de sua memória.

Ao apresentar o IGF, o Sr. Kummer destacou que o IGF havia sido idealizado como uma plataforma de diálogo multissetorial. Diferentemente de outros processos da ONU, no IGF todos os setores estavam na sala como iguais e, mesmo que o IGF não possuísse “poder decisório”, ele tinha “o poder de incluir questões na agenda da cooperação internacional”.

A Sra. Nermine El Saadany, a co-moderadora da sessão, deu as boas vindas a todos os participantes a Sharm El Sheikh, a cidade da paz, e apresentou os palestrantes. Todos eles, então, ressaltaram a importância do modelo multissetorial do IGF e seu papel como um fórum de diálogo como algo essencial e único. Um dos palestrantes observou que, conforme o IGF amadurecia, ele deveria empenhar-se para alimentar processos mais formais engendrados por organizações intergovernamentais e outras entidades e que o Fórum deveria ser considerado na perspectiva mais ampla da CMSI.

Alguns palestrantes comentaram sobre a importância do IGF para o desenvolvimento e que isso refletia o sucesso da temática do IGF 2008, “Internet para Todos”. Essa reunião havia sido capaz de ajudar a estimular discussões e atividades relacionadas à governança da Internet em muitos países. O Encontro de Sharm deveria garantir que a agenda do desenvolvimento fosse trazida ao centro das discussões.

Os palestrantes também enfatizaram a importância da capacitação e que muitas organizações estavam conduzindo treinamentos e programas de educação relacionados a questões de políticas públicas de Internet. Um deles observou que a exclusão digital na África estava mais profunda do que nunca, no entanto, os temas transversais de desenvolvimento e capacitação, combinados com a natureza não vinculante das discussões no IGF, haviam facilitado a participação de forma mais plena nas discussões de setores de países em desenvolvimento. Os processos nacionais e regionais do IGF foram percebidos como um fenômeno novo, que estava ajudando a divulgar a agenda do desenvolvimento, mas era necessário se fazer mais.

Palestrantes de diferentes setores e regiões descreveram novas parcerias e relações de trabalho que haviam sido viabilizadas pelo processo do IGF. Também foi observado que o rastro da governança da Internet havia aumentado significativamente ao longo dos quatro anos de operação do IGF. Uma vez que a Internet vinha se

tornando cada vez mais central para a vida das pessoas, questões práticas como a necessidade de proteger as crianças *on-line*, temas levantados pelas redes sociais e a necessidade de se incluir considerações de direitos humanos no contexto da governança da Internet se tornaram importantes.

Os moderadores apresentaram um panorama geral do programa e registraram a visita da Sra. Suzanne Mubarak, a Primeira Dama do Egito, que faria uma apresentação especial e conduziria uma sessão honorária com o título “Preparando a Nova Geração para a Era Digital, uma Responsabilidade Compartilhada”.

Para além das sessões principais, mais de 100 eventos ocorreriam, todos autogeridos e baseados no princípio da cooperação multissetorial. Parcerias reais foram viabilizadas por meio desta metodologia. Tal como a Internet em si, o valor do IGF estava nas bordas. Destacou-se no programa a sessão sobre pessoas com deficiência. O moderador recordou o fórum que, de acordo com as estatísticas da ONU, 10% da população mundial vive com algum tipo de deficiência. Havia convenções da ONU sobre deficiências vigentes, havia tanto obrigações que tratavam dessas questões, como ferramentas disponíveis e a sessão buscava conscientizar sobre o tema.

Uma das palestrantes se somou ao fórum virtualmente, de sua casa na Venezuela, e enfatizou a importância do acesso remoto. A reunião conectaria 11 *hubs* remotos ao redor do mundo e poderia potencialmente agregar muitas centenas de pessoas. O acesso remoto poderia auxiliar na superação de restrições temporais, financeiras e de viagem, ao permitir que pessoas pudessem contribuir remotamente e, desta forma, tornar o IGF mais inclusivo.

Perspectivas Regionais

Moderadores:

- Sra. Christine Arida, Diretora de Planejamento e Serviços de Telecomunicações, Autoridade Regulatória Nacional de Telecomunicações, Egito;
- Sr. Markus Kummer, Coordenador Executivo, Secretaria do IGF.

Palestrantes:

- Sr. Carlos Afonso, Diretor de Planejamento, Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), Rio de Janeiro, Brasil;
- Sra. Alice Munyua, Membro do Conselho Diretor, Comissão de Comunicações do Quênia (CCK), Vice-Presidente, Kenya Network Information Centre (KENIC);

- Sr. Thomas Schneider, Coordenador de Sociedade da Informação, Departamento de Relações Internacionais, Agência Federal de Comunicações da Suíça (OFCOM);
- Sr. Ayman El-Sherbiny, Diretor de Tecnologias da Informação, Divisão de TIC, ESCWA, Líbano;
- Sr. Issah Yahaya, Diretor, Planejamento de Políticas Públicas, Monitoramento e Avaliação de Telecomunicações, Ministério das Comunicações, Gana.

Os palestrantes da sessão foram apresentados pela Sra. Christine Arida. Eles trouxeram diferentes experiências regionais que haviam surgido a partir de várias reuniões regionais e nacionais, discutiram sobre como suas diferentes prioridades estavam conectadas e identificaram pontos em comum e diferenças de cada região.

Os palestrantes que apresentaram os IGFs do leste da África e da Europa observaram que eles não eram realizados como reuniões preparatórias para o IGF global, mas possuíam valor independente, tendo sido projetados para identificar e buscar soluções locais para necessidades e prioridades locais. Ambos declararam que havia necessidade de continuação destas discussões em nível global, mas que as iniciativas regionais poderiam e iriam continuar independentemente das discussões globais. Isso foi percebido como um desenvolvimento interessante e um dos participantes da plateia observou que a inspiração por trás do IGF era global, mas seu impacto havia se tornado local.

Cada IGF regional apresentava uma estrutura diferente. O IGF do Caribe realizou sua quinta reunião anual em agosto e foi observado que ele existia há mais tempo do que a reunião global. A equipe do IGF árabe também não havia se formado especificamente para contribuir com o IGF global, mas vinha trabalhando de forma independente, em particular nas questões de nomes de domínio e multilinguismo. Nos últimos anos, a prioridade na região árabe havia se deslocado das questões de idiomas para aquelas de acesso. Esse tema foi considerado uma prioridade por todos os colaboradores regionais, com problemas comuns de preços altos e de disponibilidade de infraestrutura de banda larga. O acesso a conteúdos, a criação de conteúdos locais e a qualidade dos serviços prestados também foram temas mencionados por múltiplos participantes. Tanto os que vieram da América Latina quanto os do Leste Africano mencionaram a harmonização das regulações nacionais e das políticas públicas de acesso como questões prioritárias.

O IGF do Leste Africano envolvia cinco países dessa região: Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda, com observadores do Sudão e da Somália. Ele foi descrito como um processo de três estágios, que começava com discussões nacionais *on-line* por um período de uma a duas semanas, moderadas por facilitadores nacionais. A partir das discussões *on-line*, eram organizados IGFs nacionais presenciais para que todos os setores validassem o trabalho que havia sido feito *on-line* e construíssem consensos em questões nacionais de governança da Internet. O IGF regional reunia as iniciativas nacionais e oferecia uma oportunidade para que questões nacionais pudessem ser debatidas e discutidas em nível regional. O palestrante informou ao fórum que um dos resultados do IGF do Leste Africano foi a decisão do governo do Quênia de se oferecer para sediar o IGF Global em 2011.

O apresentador das atividades da Europa enfatizou o alcance e a inclusão dos participantes do leste e do sudeste da Europa e o aumento da muito ativa participação da juventude, progressos importantes. Cibercrimes e a cibersegurança foram reconhecidos como temas centrais por todos os participantes. As regiões árabe e do leste africano descreveram como prioridades que deveriam ser implementadas a criação de Grupos de Tratamento de Incidentes Computacionais (CERTs) e/ou Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRTs) em nível nacional e regional. O encontro regional da América Latina e do Caribe ressaltou a importância da privacidade e enfatizou a necessidade da harmonização legal e regulatória dentro de cada um e entre os países. Além disso, a preocupação deveria centrar-se no usuário e seus respectivos direitos, devendo-se prestar particular atenção às redes sociais, computação em nuvem e serviços de governo eletrônico. A reunião europeia – conhecida como Diálogo Europeu sobre Governança da Internet (EuroDIG) – também ressaltou questões de privacidade, assim como de confiabilidade da Internet.

Todos os palestrantes descreveram como suas respectivas reuniões haviam discutido recursos críticos da Internet, com foco no Acordo de Projeto Conjunto (JPA) entre o governo dos Estados Unidos e a ICANN. As reuniões do Oeste e Leste da África, e da região árabe, notaram a importância dos ccTLDs e de que eles operassem de forma estável e segura. Um representante da Comissão da União Africana apresentou uma discussão regional africana que havia sido realizada em Sharm um pouco antes do início do

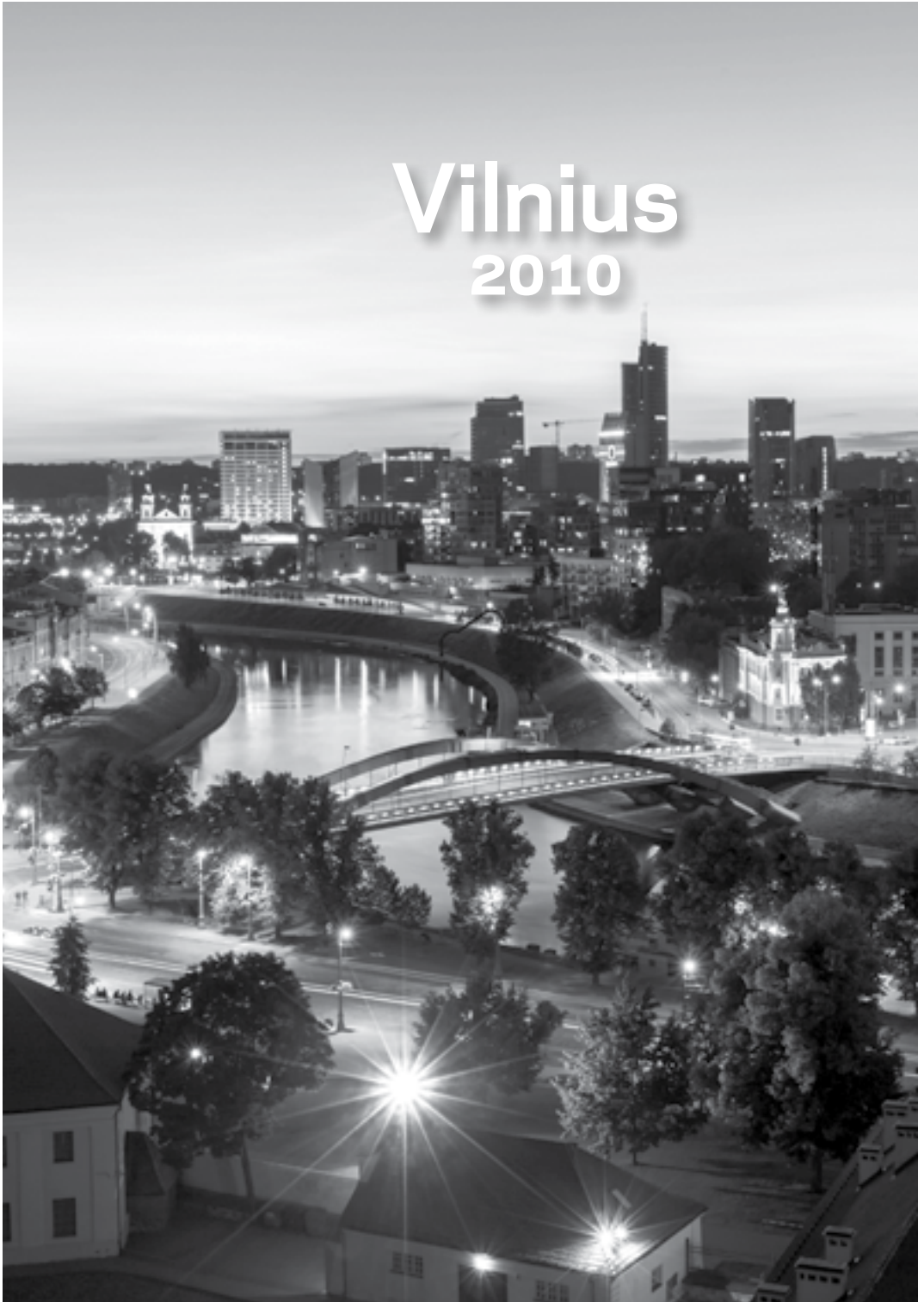
IGF e também notou concordância quanto a que os ccTLDs deveriam ser gerenciados no nível local e que domesticamente houvesse a capacidade e experiência necessárias para gerenciar seus recursos críticos. Ele também observou que a África necessitava de mais pontos de *peering* nacionais, regionais e internacionais para que o custo do tráfego da Internet pudesse ser reduzido e fosse garantido o desenvolvimento sustentável.

Cada reunião havia produzido relatórios de seus respectivos eventos e o palestrante da Europa descreveu como eles haviam criado a noção de “mensagens” como um resultado. O documento “Mensagens de Genebra” não era um documento negociado, mas sim a produção de uma mensagem escrita – caso apropriado – de resultados e recomendações de cada sessão e qualquer participante estava livre para dizer se concordava ou não com ela.

Participantes da plateia informaram o fórum de iniciativas que haviam sido realizadas na Espanha, país que sediaria o EuroDig 2010, e do IGF dos Estados Unidos, que havia desenvolvido uma perspectiva nacional sobre os temas globais do IGF. A reunião nos Estados Unidos também incluiu um painel da juventude e discutiu questões que eram centrais para o encontro do IGF em Sharm El Sheikh.

Vilnius

2010



5º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Vilnius, Lituânia, 14–17 de setembro de 2010

Sumário do Presidente (Versão Expandida)

O quinto encontro do Fórum de Governança da Internet aconteceu em Vilnius, entre 14 e 17 de setembro de 2010. E concentrou-se no tema geral “IGF 2010 – Desenvolvendo Juntos o Futuro”.

Com cerca de 2.000 crachás emitidos, o comparecimento ao encontro de Vilnius foi similar ao de Sharm El Sheikh, realizado em 2009¹.

Cada uma das sessões principais foi organizada de forma específica, conforme o assunto em discussão. Algumas foram organizadas como painéis de debates, outras como debates abertos moderados, e algumas em formato misto, com painéis e debates. Cada uma das sessões principais foi “alimentada” por workshops sobre temas relacionados. Os organizadores dos workshops reportaram suas discussões, fornecendo o contexto e um ponto de partida para o debate nas sessões principais, incrementando também, dessa forma, os vínculos entre elas e os workshops.

Paralelamente às sessões principais, 113 workshops, fóruns de boas práticas, encontros de coalizões dinâmicas e fóruns abertos foram agendados em torno dos grandes temas das sessões principais e de todo o mandato do IGF.

O programa e as reuniões do IGF foram preparados por meio de uma série de consultas abertas multissetoriais, ocorridas durante 2010, de acordo com o processo interativo e participativo do IGF.

Todo o encontro foi transmitido por *webcast*, com *streaming* de vídeo fornecido a partir do salão principal e de todas as outras nove salas de reuniões. Todos os procedimentos foram transcritos e exibidos nas salas de reuniões em tempo real e transmitidos para a *Web*. Essa instalação permitiu a interação de participantes remotos na reunião. Todas as sessões principais tiveram interpretação simultânea nos idiomas oficiais da ONU. As transcrições em texto, os vídeos e as gravações de áudio de todas as reuniões oficiais estão arquivadas no *site* do IGF.

1 Estatísticas de comparecimento mais detalhadas estão contidas no Anexo 2 deste relatório.

A participação remota foi reforçada em cooperação com o grupo de trabalho de participação remota. *Hubs* remotos em 32 locais de todo o mundo forneceram meios para que mais de 600 pessoas que não poderiam viajar até o encontro participassem ativamente do Fórum e contribuíssem nas discussões. Cada uma das sessões principais, todos os workshops e outros eventos tiveram um moderador responsável por trazer os comentários dos participantes remotos.

Cerimônia de Abertura

- Sr. Jomo Kwame Sundaram, Secretário-Geral Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA).
- S. Ex.^a a Sra. Dalia Grybauskaitė, Presidente da República da Lituânia.
- Sr. Eligijus Masiulis, Ministro dos Transportes e das Comunicações, República da Lituânia.

O encontro começou com uma interpretação empolgante de “What a Wonderful World”, a canção popularizada por Louis Armstrong, apresentada por Vytautas Grubliauskas, um reconhecido trompetista de jazz, também Presidente do Comitê do Parlamento da Lituânia para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Falando em nome do Sr. Sha Zukang, Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, o Sr. Jomo Kwame Sundaram, em seu discurso de abertura do encontro, expressou gratidão ao Governo e ao povo da Lituânia por sua amável boas-vindas e generosa hospitalidade.

O Sr. Sundaram observou que o tema deste ano, “desenvolvendo juntos o futuro”, era particularmente apropriado, levando-se em conta as realizações do IGF até o momento, além do compromisso com os resultados de Genebra e de Túnis e com as metas da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. O Secretário-Geral Adjunto observou que, embora a utilização da Internet estivesse aumentando, estava crescendo com maior rapidez no mundo desenvolvido do que nas regiões em desenvolvimento; e que a exclusão digital aumentava, em lugar de diminuir. Ele sugeriu que o encontro em Vilnius fosse utilizado para refletir sobre como enfrentar estas disparidades; quais estratégias funcionariam melhor para expandir a Internet e o acesso à banda larga e como o IGF poderia influenciar melhor os formuladores de políticas. Estas prioridades eram especialmente importantes à luz dos cinco anos restantes até 2015, a meta para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Sr. Sundaram falou da importância de incluir os participantes dos países menos desenvolvidos, especialmente aqueles que estivessem emergindo de conflitos. Ele falou da relevância dos temas a serem discutidos durante o encontro, especialmente em termos de aprofundamento da compreensão do efeito em populações pobres e vulneráveis, e convidou os participantes do IGF a reiterarem o compromisso de identificar as barreiras que impedem os setores de usarem a Internet para o desenvolvimento e sugerir meios para derrubar essas barreiras. A este respeito, ele comentou sobre o valor de resultados, experiências e sugestões regionais e nacionais.

O Secretário-Geral Adjunto lembrou o encontro de que o mandato do IGF expirava naquele ano e que o Secretário-Geral havia recomendado que o mandato do Fórum fosse estendido com o acréscimo de algumas melhorias. Ele disse que a questão estava agora diante da Assembleia Geral das Nações Unidas para considerações até o final de 2010.

Ao concluir seu discurso, o Sr. Sundaram convidou S. Ex.^a, o Sr. Eligijus Masiulis, Ministro dos Transportes e das Comunicações da República da Lituânia, a assumir a presidência da conferência em nome do país anfitrião.

S. Ex.^a, a Sra. Dalia Grybauskaite, Presidente da República da Lituânia, dirigiu-se ao encontro e deu aos participantes as boas-vindas ao país. Ela assinalou o quanto era apropriado um Fórum que havia começado cinco anos antes, em Atenas, ser agora realizado em Vilnius, conhecida como “A Atenas do Norte”.

A Sra. Grybauskaite disse que o setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da Lituânia obteve resultados muito bons na última década. O país alcançou uma das maiores taxas de velocidade de Internet e de penetração de telefonia celular do mundo. Ela continuou dizendo que o investimento em desenvolvimento tecnológico irá se manter e que deve avançar o prosseguimento da execução das agendas digitais nacionais e europeias.

A Sra. Grybauskaite observou que a Internet havia se tornado parte integral de nossa vida cotidiana. Seria impossível imaginar negócios, serviços públicos, difusão de informação, trocas culturais, contatos pessoais, entretenimento e lazer modernos sem a rede eletrônica global. Mais que isso, o desenvolvimento da Internet era de suma importância para o progresso mundial e para os interesses de todos os setores.

No entanto, ela também apresentou uma nota de cautela e desafio. Embora a Internet fosse essencial para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, ela também representava novos desafios relativos à privacidade, segurança de dados e ameaças relativas a abuso infantil, roubo eletrônico e direitos de propriedade intelectual. Estas eram questões que o IGF poderia colocar de forma a possibilitar nossa ação para ajudar a vencer estes novos desafios emergentes. Um diálogo mais próximo e mais aberto entre setores interessados tornava-se necessário. A comunidade internacional não tinha outra escolha além de trabalhar conjuntamente para que pudéssemos criar uma Internet do amanhã mais confiável e segura.

Ao encerrar, a Sra. Grybauskaite desejou aos participantes do IGF um encontro bem sucedido, com discussões significativas e interessantes, a geração de muitas ideias e soluções novas visando decisões.

O Sr. Masiulis agradeceu aos participantes do Fórum pela honra de presidir o encontro. Ele iniciou seus comentários dizendo que, quando o legendário Louis Armstrong escreveu sua canção sobre “o mundo maravilhoso”, nunca teria imaginado que a Internet poderia de fato tornar este mundo maravilhoso ainda mais maravilhoso. Ele prosseguiu observando que não há dúvidas de que a Internet desempenha um papel fundamental e muito importante no desenvolvimento econômico de todos os países. Em seu próprio papel como Ministro responsável pelas tecnologias da informação e da comunicação e também pelo transporte, ele comentou que a Internet tinha um papel importante no desenvolvimento eficiente de rodovias, ferrovias e outros meios de transporte. Ela também melhorou o comércio, facilitou a exportação de serviços, estimulou o ambiente empresarial e promoveu competitividade. A Internet havia demonstrado que contribuía com o crescimento do PIB de todos os países; a Internet e as tecnologias da informação eram de extrema importância para a sociedade contemporânea

O Sr. Masiulis disse que, como membro da União Europeia, a Lituânia se concentraria na implementação e no desenvolvimento da banda larga, bem como em políticas de proteção e de segurança. As políticas associadas a estas questões eram prioridades para a Lituânia e para o foco do IGF. A Lituânia reconhecia a importância do IGF e continuaria a ser ativa no âmbito do Fórum.

Representando todos os setores, entrevistaram na sessão os seguintes participantes:

- S. Ex.^a, o Dr. Tarek Kamel, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação, República Árabe do Egito (apresentação de vídeo).
- S. Ex.^a a Sra. Neelie Kroes, Vice-Presidente da Comissão Europeia.
- Sra. Maud de Boer-Buquicchio, Secretária-Geral Adjunta, Conselho da Europa.
- Sra. Lynn St. Amour, CEO e Presidente, Internet Society (ISOC).
- Sr. Augusto Gadelha Vieira, Secretário-Geral, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil.
- S. Ex.^a, a Sra. Nathalie Kosciusko-Morizet, Secretária de Estado de Planejamento Futuro e Desenvolvimento da Economia Digital, França.
- Sr. Andrew McLaughlin, Vice-Diretor de Tecnologia, Casa Branca, Estados Unidos da América.
- Sr. N. Ravi Shanker, Secretário Adjunto, Departamento de Tecnologia da Informação, Ministério da Tecnologia da Informação, Índia.
- S. Ex.^a, o Sr. Jānis Kārklīš, Diretor-Geral Adjunto, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
- Sr. Rod Beckstrom, CEO e Presidente, Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN).
- Sr. Subramanian Ramadorai, Presidente, ICC BASIS; Vice-Presidente, Tata Consultancy Services (TCS).
- Sr. Sami Al-Basheer, Diretor, Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações da União Internacional de Telecomunicações (UIT-D).
- Sr. Jean- Paul Philippot, Presidente, União Europeia de Radiodifusão (UER); CEO, Radio Télévision Belge de la Communauté Française (RTBF).
- S. Ex.^a, a Sra. Annemie Turtelbloom, Ministra de Assuntos Internos, Bélgica.
- Sra. Ginger Paque, Coorganizadora, Comitê de Governança da Internet.
- Exmo. Sr. James Rege, Presidente, Comitê Parlamentar de Energia, Transportes e Comunicação, Quênia.

Vários temas apareceram ao longo de várias palestras. Quase todos os palestrantes deixaram claro que apoiavam a continuação do IGF. Notou-se que o processo do IGF foi ganhando força e uma série de palestrantes comentou sobre os valiosos resultados do Fórum e sobre o número crescente de encontros nacionais e regionais derivados do IGF. O governo do Quênia ofereceu-se para sediar o sexto encontro IGF-ONU em 2011 e procurou o apoio dos participantes para sua manifestação de interesse. Muitos dos palestrantes agradeceram ao Quênia pela oferta.

Alguns palestrantes apontaram ser importante que o IGF permanecesse multissetorial em sua natureza. Deveria ser mantida a natureza do Fórum enquanto lugar de trocas abertas sem a pressão de ter que negociar resultados. Embora fossem pedidos aperfeiçoamentos, era importante que isto acontecesse sem que fossem perdidas as características especiais do IGF como um processo multissetorial, que foi o que delegou ao Fórum sua legitimidade.

Vários palestrantes mencionaram a importância do “modo Internet”, uma colaboração multissetorial descentralizada, aberta e inclusiva que permitia inovação e criatividade em alto nível. Vários palestrantes sublinharam a importância de que a governança da Internet continuasse de forma descentralizada. Da mesma forma que a Internet desencadeou a criatividade de pessoas em todo o mundo, o IGF inspirou o crescimento da criatividade que o modelo multissetorial traz à formulação de políticas. O Fórum tem proporcionado um meio de troca de opiniões, ideias e preocupações e permite o aperfeiçoamento da governança da Internet.

Outros palestrantes lembraram ao Fórum sobre a importância, nas discussões sobre governança, do usuário, desde os mais pobres até os mais ricos e falaram da importância do acesso universal para garantia da segurança e promoção da diversidade. Também se mencionou a importância de criar e manter um marco de direitos civis para a Internet, incluindo os direitos de privacidade e o direito de ser esquecido. Alguns palestrantes também observaram que, como meio de comunicação essencial na sociedade contemporânea, a liberdade de acesso à Internet não deveria ser restringida. Outro tema comum foi a proteção de direitos em geral, particularmente de crianças, mulheres, pessoas com deficiências e membros vulneráveis da sociedade.

Diversos palestrantes enfatizaram a importância de manter o foco na expansão da Internet para os bilhões de usuários que ainda não têm acesso. Como parte deste tema genérico, foi apontado que

um fator a se considerar nos próximos dias era que, embora o número de usuários da Internet esteja crescendo em todo o mundo, as economias em desenvolvimento logo terão mais usuários de Internet que a União Europeia e os Estados Unidos juntos.

Sessões Temáticas Principais

As sessões principais foram todas concebidas como atividades moderadas, construídas em torno de um conjunto de workshops designados como “alimentadores”. Relatores desses workshops foram convidados a iniciar as conversações sobre os subtemas das sessões temáticas. As sessões sobre Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet e Segurança, Acesso e Privacidade, bem como a Sessão de Balanço foram conduzidas como discussões abertas sem palestrantes – para assim encorajar uma maior contribuição dos setores – com especialistas capacitados na plateia estimulando o debate. As sessões sobre Acesso e Diversidade, Governança da Internet para o Desenvolvimento, bem como sobre Computação em Nuvem utilizaram painéis de especialistas para definir o cenário e introduzir opções; as sessões foram seguidas de comentários e discussões dos participantes remotos e locais.

Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet

Presidente:

- Sr. Mindaugas Glodas, Gerente Nacional, Microsoft Lituânia, Vilnius.

Co-moderadores:

- Sr. Chris Disspain, CEO, AU Registry; Presidente, Organização de Suporte a Nomes de Códigos de Países (ccNSO), Carlton (Melbourne).
- Sra. Jeanette Hofmann, Pesquisadora Sênior, London School of Economics; Political Science and the Social Science Research Centre Berlin, Londres/Berlim.

Moderação Remota:

- Sra. Cathy Handley, Diretora de Assuntos Governamentais/Políticas Públicas, American Registry for Internet Numbers (ARIN), Chantilly, Virginia, EUA.

A sessão foi concebida com base em alguns workshops alimentadores que forneceram subsídios para discussões sobre os quatro subtemas principais:

- Status da disponibilidade do Protocolo Internet Versão 6 (IPv6) em todo o mundo;

- A internacionalização do gerenciamento dos recursos críticos da Internet e cooperação aprimorada;
- A importância dos novos Domínios de Primeiro Nível (TLDs) e dos Nomes de Domínio Internacionalizados (IDNs) para o desenvolvimento;
- A manutenção de serviços de Internet em situações de desastre e crise.

O Sr. Glodas introduziu iniciou a sessão com exemplos de como a Internet havia mudado dramaticamente nosso cotidiano, desde o *Internet banking*, às compras e à socialização até a arena política onde, via *on-line*, campanhas haviam sido financiadas e até mesmo alcançado a vitória. Em muitos casos, sistemas e dados importantes para atividades governamentais e empresariais haviam sido transferidos para a Internet. Caso acontecesse alguma coisa com a Internet, essas empresas e esses aplicativos praticamente deixariam de existir. Era, portanto, de importância vital que os recursos críticos da Internet fossem bem cuidados e permanecessem igualmente disponíveis em todo o mundo.

Os moderadores convidaram os organizadores para o workshop “IPv6 ao redor do mundo: avaliando a implementação atual e futura do IPv6” para introduzir a discussão sobre o primeiro subtema, a situação da implementação do IPv6. O palestrante apresentou três temas-chave que surgiram a partir do workshop:

- Iniciativas específicas de IPv6 que reuniram diferentes setores têm um efeito dramático na adoção do IPv6;
- O fator essencial para o IPv6 era a continuidade dos negócios. À medida que a Internet do IPv4 vai atingindo sua capacidade, um crescimento maior só poderá se efetuar com o IPv6;
- Os governos têm um papel claro a desempenhar como pioneiros, tanto como fornecedores de serviços importantes quanto na modelagem dos contratos. Podem, dessa forma, ser modelo de boas práticas para os outros setores.

Uma pesquisa com mais de 1.500 organizações de 140 economias descobriu que uma proporção significativa das organizações já estava tomando medidas para implantar o IPv6. A pesquisa também revelou alguns equívocos sobre o custo da adoção do IPv6 e que muitas empresas frequentemente o consideravam menos dispendioso do que o previsto anteriormente. A pesquisa observou ainda que muitos Provedores de Serviços de Internet (ISPs) mencionaram a falta de suporte do fornecedor como um

dos principais obstáculos para a implantação. Em resposta, dois grandes fornecedores de equipamentos disseram que isto era um grande equívoco. A situação estava evoluindo rapidamente e com melhorias. Existiam algumas áreas onde as normas técnicas para certos equipamentos não haviam sido concluídas, mas tais problemas poderiam ocorrer em equipamentos e dispositivos para redes fixas e móveis.

Um dos moderadores comparou a situação à migração da gasolina com chumbo para a gasolina sem chumbo: durante algum tempo a gasolina sem chumbo só era encontrável em poucos lugares, mas rapidamente a situação foi revertida e a gasolina com chumbo tornou-se difícil de ser encontrada. Ele previu que o mesmo padrão estava se estabelecendo no caso do IPv6 na Internet. Um representante de um ISP europeu disse que sua empresa ganhou contratos contra outras que não ofereciam IPv6; e acrescentou que, neste quesito, a educação da força de vendas era importante.

Alguns participantes comentaram sobre o papel dos governos como maiores compradores do mercado das comunicações e que, conseqüentemente, tinham poder de influenciar a trajetória da tecnologia através de suas políticas de aquisição. Os processos de licitação poderiam incluir a exigência de que o equipamento possuísse o IPv6 pronto. Um participante informou sobre um inventário de requisitos que ajudariam os governos a criar licitações apropriadas para equipamentos e serviços de tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Uma pergunta do público questionava sobre o custo da implementação do IPv6. Por um lado, um participante de Botswana observou que o custo do novo equipamento era um desafio significativo para países em desenvolvimento e perguntou se os fornecedores haviam considerado iniciativas como esquemas de recompra. Em resposta, um representante de um dos Registros Regionais da Internet (RIRs), embora reconhecendo o possível alto custo inicial desse equipamento, observou que os ISPs de países em desenvolvimento também tinham menos equipamentos antigos. Segundo ele, frequentemente, os novos ISPs de países em desenvolvimento tinham equipamentos mais modernos, com IPv6 pronto. Outro participante comentou que provavelmente algumas das primeiras redes implantadas totalmente em IPv6 estariam disponíveis em um ambiente de países em desenvolvimento.

A segunda sessão do encontro, “A internacionalização do gerenciamento dos recursos críticos da Internet e a cooperação aprimorada” começou com o Presidente da ICANN introduzindo questões nas quais sua organização havia trabalhado nos últimos 12 meses. O Sr. Peter Dengate Thrush comentou que, nos assuntos técnicos e operacionais cotidianos da ICANN, a cooperação aprimorada, no sentido de participação multissetorial, havia sido introduzida no DNA da ICANN. A ICANN trabalhou em estreita colaboração com os Domínios de Primeiro Nível de Códigos de Países (ccTLD) e cooperou com os RIRs em relação à distribuição equitativa de endereços IP. A melhoria da cooperação e da coordenação com os governos e o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) havia sido um sucesso notável no ano anterior. A Afirmação de Compromissos (AoC), elaborada com o governo dos EUA estava sendo implementada e uma série de Memorandos de Entendimento (MoUs) haviam sido assinados, por exemplo, com a UNESCO, outras agências governamentais, organizações regionais e intergovernamentais.

O representante do Ministério de Assuntos Exteriores francês comentou sobre a Resolução que a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) havia enviado para o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) solicitando ao Secretário-Geral que organizasse consultas sobre cooperação aprimorada em uma base multissetorial. Ele observou que este era um passo importante, pois vinham acontecendo desacordos sobre o significado de cooperação aprimorada, questão discutida em IGFs anteriores.

Alguns participantes também notaram que nos anos vindouros veríamos o término de dois importantes prazos: o final dos contratos de servidor de raiz do Governo dos Estados Unidos com a ICANN e a VeriSign, respectivamente. Estas eram oportunidades para um maior progresso em cooperação aprimorada. Qualquer evolução deveria assegurar o mesmo nível de proteção e segurança que os sistemas atuais fornecem.

O representante da China salientou a importância dos recursos críticos da Internet e a discussão corrente sobre o assunto. O sistema de gerenciamento precisava ser aperfeiçoado para garantir que os recursos globais fossem compartilhados igualmente.

O Presidente de uma equipe de avaliação criada a partir do processo de AoC disse à reunião que o trabalho sobre a prestação de contas e a transparência concentrou-se em como a ICANN administra seus processos de contribuição pública, de políticas de desenvol-

vimento e suas tomadas de decisão. Ele apontou que, uma vez que o relatório da equipe estivesse completo, o mecanismo de avaliação poderia ser um instrumento útil para outras organizações.

O terceiro subtema da sessão foi “A importância dos novos TLDs e IDNs para o desenvolvimento”. Um workshop que havia discutido o impacto de novos IDN TLDs e os futuros novos Domínios de Primeiro Nível Genéricos (gTLDs) em países e comunidades pobres revelou grandes preocupações com o real impacto sobre essas comunidades.

Os participantes do workshop disseram que estes assuntos eram “facas de dois gumes” em potencial. Não havia dúvidas de que os IDNs eram muito importantes e essenciais para o que a ICANN vinha fazendo e ofereciam benefícios a todas as comunidades e muitos países em desenvolvimento. No entanto, era previsto que haveria por volta de 300 novos gTLDs introduzidos a cada ano e o impacto destes em países em desenvolvimento não era claro.

A ICANN havia criado um grupo de trabalho para analisar a questão do impacto de novos gTLDs em países em desenvolvimento. O grupo de trabalho centrou-se em quais tipos diferentes de apoio poderiam ser oferecidos a novos candidatos a gTLD de grupos necessitados desfavorecidos e desfavorecidos mal-servidos. Uma das questões verificadas foi sobre como assegurar recursos necessários para participar do processo, tais como acesso a aconselhamento jurídico.

O moderador convidou operadores de ccTLD que haviam introduzido IDN TLDs para comentar sobre suas experiências. O operador do registro ccTLD russo disse que havia 16.000 nomes em cirílico registrados, dos quais 3.000 estão em atividade. Foram feitos esforços para proteger aqueles com direitos legais a nomes, bem como as necessidades governamentais. No entanto, ele apontou que o número de registros defensivos provavelmente não era grande, embora ainda não tivessem estudado o assunto. Os processos estavam sendo refinados como lições aprendidas.

Um representante do registro haitiano relatou sobre o feito notável de seu ccTLD, ao garantir a continuidade do serviço apesar da destruição da infraestrutura local, depois do terremoto de janeiro de 2010. Ele disse que os serviços locais haviam sido devastados, mas a experiência do país com furacões possibilitou que estivessem preparados para tais situações de emergência. Uma das lições aprendidas foi que era necessário adotar as melhores práticas comuns em relação à operação de Sistema de

Nomes de Domínio (DNS). Também era importante ter uma diversidade geográfica de rede para evitar focos de avaria. No Haiti estavam, no momento, sendo feitos esforços para desenvolver a capacidade local. Isto era importante, já que em alguns países em desenvolvimento havia, frequentemente, apenas uma ou duas pessoas operando o ccTLD.

Um representante da União Internacional de Telecomunicações (UIT) descreveu o trabalho que a organização havia feito em ocasiões de desastre natural, em particular seu papel na restauração dos serviços de satélite, e o trabalho feito naquele campo no Paquistão, especialmente após as inundações recentes no País.

Um representante da Holanda disse que havia um novo tipo de cooperação entre o seu governo e o ccTLD para assegurar uma continuidade estável em todas as situações. Preocupado com o que aconteceria caso a operadora de ccTLD falisse ou se deparasse com quaisquer dificuldades mais sérias, o governo da Holanda havia concordado com um plano de ajuda de emergência para, quando necessário, apoiar o registro. O acordo no entanto não prejudicaria o modelo multissetorial de autorregulação.

Os resultados de um workshop sobre planejamento em resiliência e contingência no sistema de nomes de domínio foram reportados na reunião. O workshop havia considerado questões sobre políticas que poderiam causar a fragmentação da Internet e identificou o risco da autorregulação e a falta de comunicação entre as comunidades técnicas e políticas.

Em termos de capacitação, era importante garantir a disponibilização de um grupo de pessoas treinadas para o caso de qualquer insuficiência por parte dos especialistas.

Em suas próprias considerações finais, o Sr. Glodas observou que a Internet existe apenas porque os consumidores – tanto empresas quanto indivíduos – desejam permanecer conectados, consumindo produtos da Rede Global. O gerenciamento dos recursos críticos da Internet deve garantir o acesso ao conteúdo que os usuários necessitam.

Acesso e Diversidade

Presidente:

- Sr. Antanas Zabulis.

Co-moderadores:

- Sr. Nii Quaynor, Presidente e CEO, Network Computer Systems, Acra.

- Sra. Olga Cavalli, Docente, Universidad de Buenos Aires; Diretora, South School on Internet Governance; Assessora, Ministério das Relações Exteriores da Argentina, Buenos Aires.

Palestrantes:

- Sr. Mike Silber, Conselho Administrativo do .za Domain Name Authority, Joanesburgo.
- Sra. Manal Ismail, Diretora do Departamento de Coordenação Técnica Internacional, Autoridade Regulatória das Telecomunicações Nacionais do Egito; Vice-Presidente, GAC, ICANN, Cairo.
- Sr. Yamil Salinas Martínez, Comunicações e Relações Públicas, Telefónica, Buenos Aires.
- Sr. Philipp Grabensee, Presidente do Conselho, Afilias, Dusseldorf.
- Sr. Mahesh Kulkarni, Departamento de Tecnologia da Informação, Governo da Índia, Pune, Maharashtra.
- Mr. Virat Bhatia, Presidente – Relações Exteriores, AT&T para o Sul da Ásia, Deli.

Moderação remota:

- Sra. Raquel Gatto, Professora Assistente, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Associada, DiploFoundation, São Paulo.

Os relatórios dos seguintes workshops serviram como conteúdo para definir o contexto desta sessão:

- A utilização dos idiomas ameríndios e latino-americanos na Internet;
- Uma Internet multilíngue à luz dos direitos soberanos das comunidades de idiomas;
- A utilização das TIC por pessoas de origem imigrante;
- Aplicativos de Internet Móvel Facilitando o Acesso de Pessoas com Deficiências.

O Presidente fez uma introdução genérica aos temas cobertos pela sessão. Em cada um dos encontros do IGF até a presente data, o escopo do tópico sobre Acesso e Diversidade tem se ampliado e aprofundado com base em avanços na Internet, em particular na Internet móvel, e novas questões foram introduzidas como resultados de oficinas dos workshops. Esta sessão se concentrou no acesso à infraestrutura e ao conteúdo e levou em conta uma gama de questões de geolocalização, o alcance global das redes sociais e as ligações entre o acesso ao conhecimento e as soluções de segurança, ambos em termos de *hardware* e *software*.

Em termos de infraestrutura, a necessidade de expansão contínua de banda larga foi vista como crucial por vários participantes. A importância de celulares, aparelhos sem fio e outros dispositivos similares de baixo custo, mas poderosos, também foi listada como um ingrediente crítico para atingir o acesso global. Também seriam necessárias ferramentas que permitissem aos criadores de *hardware* e *software* desenvolver redes e dispositivos de acordo com princípios universais de design.

Examinando a exclusão digital, um dos palestrantes disse que não se tratava mais de exclusão digital e sim de curva de acesso. Os maiores fatores atuantes sobre a conectividade eram pobreza, educação e localização geográfica, com as pessoas de países em desenvolvimento tendo menor probabilidade de acesso que as de países desenvolvidos.

As discussões também se desenvolveram em torno dos motivos pelos quais o acesso era importante. Em regiões desenvolvidas, o acesso era frequentemente referido em termos de ferramenta cotidiana de comunicação e interação sociais, bem como de um mecanismo para conduzir serviços *on-line*. Nas regiões em desenvolvimento, tratava-se de acesso ao conhecimento na área de saúde ou como meio para obter informações sobre a construção de sistemas de purificação de água, o que poderia salvar vidas, por exemplo. O acesso à Internet foi descrito como ferramenta indispensável para a qualidade de vida das pessoas em desvantagem por conta da pobreza, do status de imigrante, por serem deficientes ou devido ao gênero a que pertencem.

O nivelamento entre acesso e diversidade foi além da justaposição no título da sessão. Para uma Internet multilíngue, eram necessários três itens: internacionalização dos nomes de domínio, disponibilidade de conteúdo local e localização de aplicativos e ferramentas. O primeiro desses três itens estava começando a ser realizado com a introdução dos IDN ccTLDs, que permitiria às páginas Web serem nomeadas com *scripts* e idiomas locais. Vários participantes referiram-se à próxima necessidade crítica, que era conteúdo local em idiomas e scripts locais. Sem isto, não teria acesso real a maioria das populações mundiais do mundo não familiarizadas com o inglês ou com os caracteres latinos. Para que isso aconteça, seria necessário haver desenvolvimento relevante nos mecanismos de produção e distribuição de conteúdo local.

Além dos aspectos idiomáticos da diversidade, os participantes falaram sobre a necessidade de um design universal, de forma que pessoas de diferentes níveis de capacidade e deficiência tivessem igualdade de acesso. Houve também várias chamadas para apoiar o grande número de pessoas que não podiam ler ou escrever.

Vários participantes descreveram o acesso à Internet como um benefício para a diversidade da população mundial, e não como uma necessidade, mas como um direito humano ao acesso. O direito a uma Internet multilíngue e acessível foi visto como um atributo da cidadania e uma obrigação governamental; e não como algo a ser relegado apenas às forças de mercado.

Outra questão discutida foi a geolocalização, a identificação do lugar do dispositivo digital, tanto de um celular quanto de um *laptop*. No contexto regulatório, a geolocalização era usada como parte das atividades das agências policiais em relação aos serviços bancários, ao combate ao *spam* e para ajudar na tributação. Do ponto de vista do mercado, a capacidade de segmentar serviços e conteúdo com base na localização do usuário foi vista como um diferencial de negócio. Foram levantadas preocupações quanto a questões de gênero, em termos da capacidade de vigilância que a geolocalização possibilitou.

Novos serviços, como geolocalização ou computação em nuvem, criaram desafios que redefinem tópicos como gerenciamento de privacidade, segurança de dados pessoais, roubo de identidade, o direito de apagar permanentemente informações e também contas da Internet. Esses direitos precisavam ser discutidos em um ambiente multissetorial, especialmente em países em desenvolvimento, onde marcos legais ainda não foram inteiramente adaptados a estas novas questões.

O aumento do uso de filtros instalados para bloquear conteúdo considerado ilegal ou prejudicial também foi discutido. A necessidade de equilibrar autonomia com proteção do bem público também foi levantada e argumentou-se que a filtragem tinha um impacto negativo no acesso ao conhecimento, particularmente por estudantes. Participantes mencionaram as diferenças entre várias formas de filtragem e concordaram que a filtragem não deveria ser baseada em fatores políticos, comerciais, religiosos, culturais ou qualquer outra forma de discriminação ou tratamento preferencial. Em suas últimas observações, o Presidente apontou que o acesso sem abertura perdia o propósito.

Segurança, Abertura e Privacidade

Presidente:

- Sr. Evaldas Kulbokas, Presidente, INFOBALT, Vilnius.

Moderadores:

- Sr. Frank La Rue, Diretor, Instituto Centro-Americano de Estudos para a Democracia Social (DEMOS), Cidade da Guatemala; Relator Especial das Nações Unidas para a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, Genebra.
- Sra. Lisa Horner, Chefe de pesquisa e políticas, Global Partners, Londres.
- Sr. David Hoffman, Diretor de Políticas de Segurança e Privacidade Global, Intel Corporation.

Moderação Remota:

- Sr. Kieren McCarthy, Diretor Geral (US), GIBC, São Francisco, Califórnia.

O Sr. Kulbokas abriu a sessão e comentou sobre a violação de direitos autorais por jovens que usam serviços *on-line* para se comunicar e criar uma riqueza de conteúdos através de música e vídeos. Ele questionou se o sistema legal corrente estava adaptado às mudanças tecnológicas e observou que as leis também podiam ser mudadas.

Ao introduzir os tópicos, a Sra. Horner disse que a segurança, abertura e privacidade seriam examinadas através de três lentes temáticas:

- Questões relativas à mídia social;
- A natureza e as características das redes, tecnologias e padrões da Internet;
- Cooperação internacional e colaboração em segurança, privacidade e abertura.

O Sr. Hoffman comentou que a maioria dos novos dispositivos tecnológicos que usamos para organizar nosso dia a dia não seria suficientemente poderosa para suportar todas as aplicações ou dados de que precisamos. Tais aplicativos e dados precisariam ser alocados em nuvem. Isto significaria ter que confiar naqueles equipamentos e serviços de armazenagem remota de dados. Ele perguntou como seria possível fornecer privacidade e segurança razoáveis para indivíduos e entidades quando usam este novo *continuum* da computação.

Destacando a perspectiva dos direitos humanos, o Sr. La Rue disse que o direito à privacidade era permanente e fundamental e a segurança uma necessidade para exercer todos os direitos. Então

o que era necessário, observou ele, não era equilibrar a segurança contraposta à privacidade, mas descobrir como fortalecer simultaneamente ambas e não permitir que uma desgastasse a outra.

A nova mídia social permitiu um novo tipo de comunicação interativa que fortaleceu nossa comunicação entre grupos e indivíduos. Conforme a informação foi sendo compartilhada, também tivemos que nos preocupar com a segurança dos dados compartilhados e precisamos proteger a privacidade da informação pessoal. Agora que a Internet atingiu cerca de dois bilhões de usuários, percebemos que ela também poderia ser usada para fins não idôneos. Alguns participantes observaram que esses dados pessoais tinham um enorme valor comercial e que deveriam ser consideradas novas leis para tratar dessa situação.

Um representante da União Mundial de Radiodifusão (WBU) observou que a mídia tradicional tinha obrigações, como fornecer serviço universal, confiabilidade e precisão, imparcialidade, bem como a proteção dos menores. Ele disse que o código de conduta ética da BBC para seus jornalistas que trabalhavam em mídia *on-line*, havia se tornado um ponto de referência para outras transmissoras.

Um ponto levantado por muitos participantes foi que novos setores haviam entrado no sistema de mídia, de forma que os meios tradicionais de sua regulação não seriam mais aplicáveis. A mídia agora incluía mecanismos de busca, bem como as redes sociais. Um participante propôs uma abordagem gradual à nova regulação, na qual algumas funções requeriam um forte sistema prévio *ex-ante* e outras, recomendações mais leves suaves. Outro participante sugeriu que o setor privado deveria criar ferramentas que proporcionassem às pessoas transparência, controle e protegessem sua segurança, caso contrário seus produtos e serviços não seriam usados. A indústria teria que liderar a autorregulação, mas também precisaria ajudar o governo com mais transparência e bons regimes legais.

No entanto, um representante de uma empresa de rede social disse que era um equívoco pensar na Internet como um espaço não regulado, quando muitas leis e regulações existiam. As empresas *on-line* tinham que respeitar e trabalhar com regulamentadores e diferentes autoridades diariamente. Um workshop informou sobre discussões entre diferentes setores, onde um grupo, apoiado principalmente por empresas, propôs uma abordagem baseada em competição e a resolução de problemas caso a caso.

Os reguladores, por outro lado, defendiam a visão de que o direito maleável era a melhor abordagem, com base em princípios geralmente acordados. A legislação deveria ser facilitadora e não se concentrar em questões específicas. Foi feita uma observação esclarecedora de que não havíamos solucionado a criminalidade no mundo *off-line*, enquanto isso não acontecia, não deveríamos parar os esforços para enfrentar o crime *on-line*; também havia uma necessidade de ser realista.

Foi apresentado um relatório de uma comissão da UNESCO sobre abordagens políticas que dão forma à liberdade de expressão na Internet. O estudo havia descoberto que, com o acesso crescente à informação no ciberespaço, a censura e a filtragem passaram a ser feitas não apenas pelo governo, mas também por empresas privadas. Em um segundo workshop liderado pela UNESCO, foram examinados a legislação e os padrões aplicáveis às mídias sociais. Muitos participantes pediram mais iniciativas de educação na utilização de potenciais ferramentas *on-line* para prevenir resultados inesperados.

O moderador de participação remota introduziu informação sobre os *hubs* remotos, por exemplo, 44 pessoas em Dacca e um grupo em Jacarta haviam assistido à sessão remotamente. Ambos os *hubs* concordavam que as questões sobre privacidade e segurança não deveriam ser tratadas como *trade-off* (relação de compromisso). Grupos remotos da Argentina e de Camarões observaram que o que tornava a Internet tão valiosa era a abertura e a falta de meios para controlar a Internet e a falta de habilidade para a controlar e o livre fluxo de informações. Um participante da plateia resumiu as características fundamentais das redes e tecnologias da Internet em cinco palavras que eram princípios fundamentais e características da Internet em si: abertura, inclusão, colaboração, experimentação e voluntarismo. Ele argumentou que era essencial que tudo isto permanecesse.

Padrões da Internet frequentemente determinavam como a censura poderia ou não tomar lugar na Internet. Além disso, alguns padrões afetavam a maneira como as pessoas com deficiências acessavam as TIC e impactavam em sua capacidade de se comunicar. Outros levantaram questões sobre a interoperabilidade e a habilidade de inovar no topo da infraestrutura existente e discutiram como os padrões são formados, se por meio de processos abertos ou pelos proprietários. O *hub* remoto em Jacarta referiu-se aos padrões abertos da Força-Tarefa de Engenharia da

Internet (IETF) como fundamentos importantes da Internet. Porém, padrões proprietários eram bons, caso se localizassem na fronteira da Rede e não no seu núcleo.

Um participante lituano comentou que acreditava que o IGF ainda não havia assimilado uma série de eventos significativos dos últimos cinco anos, principalmente os ciberataques na Estônia, em 2007. A Internet apoia a liberdade de expressão, mas um “ciberexército” também pode ser organizado na Internet e um *botnet* pode ser alugado por algumas centenas de dólares por dia. Amadores e adolescentes não conduzem esses ataques, muitos são causados por profissionais. Alguns mecanismos de aplicação da lei eram portanto necessários. Direitos e liberdades são importantes, mas comportamento malicioso deve ser processado e punido.

Um jovem pesquisador de segurança da Alemanha comentou que as leis de segurança frequentemente impediam os pesquisadores fazer seu trabalho, rastreando criminosos *on-line* porque, ao fazê-lo, eles frequentemente tinham que imitar e seguir suas ações. Por conta disso, poderiam eles próprios ser punidos pelas mesmas leis usadas para investigar e punir os criminosos.

A sessão também tratou de questões de cooperação internacional e colaboração, bem como considerou convenções e normas de direitos humanos. A participação na Internet deveria ser permitida de acordo com essas normas.

A Convenção de Budapeste foi mencionada como uma das ferramentas que tratavam de padrões e normas voltados para o cibercrime. A Convenção tinha força de lei e, potencialmente, poderia ser aplicada em todo o mundo, tendo sido elaborada com a participação de países não europeus. Os 47 governos signatários haviam desencadeado um processo para modernizar a convenção no que seria um processo global, multissetorial.

O moderador reconheceu que muito trabalho havia sido feito, mas pediu sugestões sobre o que mais necessitava ser executado. Um participante observou que a capacitação em nível global era necessária para ajudar os países a implementarem o que já estava lá; e combater os cibercrimes por meio da capacitação poderia ser uma questão de cooperação para o desenvolvimento.

Outro workshop discutiu os dispositivos de acordos de cooperação que ajudaram os operadores de infraestrutura a se mover mais rapidamente em resposta a ataques e acrescentou que isto responderia a algumas das preocupações expressas sobre o problema na Estônia.

A reunião ouviu um participante da China que disse que em seu país mais de 420 milhões de pessoas estavam usando a Internet para se expressar socialmente e difundir suas ideias. Em qualquer período de 24 horas, a “blogagem” era mais eficaz que a contribuição de um milhão de pessoas em fóruns *on-line*. O participante descreveu suas próprias atividades como “blogueiro”, geralmente com oito postagens por dia, comentando sobre questões de desenvolvimento social para os direitos dos cidadãos. Em menos de dois anos, seu blog havia recebido mais de 40 milhões de acessos.

Ameaças à cibersegurança vinham de várias fontes, como arquitetura legal defasada, código de *buggy* e outras más práticas e desastres naturais que contribuíam para a insegurança cibernética. Considerando novas questões de cooperação, um membro da plateia observou a necessidade de adotar uma abordagem em camadas para tratar de cibersegurança, ir além da noção de perímetro de segurança e abordar a mitigação de riscos. O moderador apontou que a velocidade na qual o cibercrime se desenvolvia era tão rápida que a legislação não era bem equipada para enfrentá-lo.

Um membro do parlamento do Reino Unido sugeriu que o governo e a indústria necessitavam de membros do parlamento e da sociedade civil para garantir transparência e prestação de contas. Ele disse que formas tradicionais de legislação podiam não ser capazes de acompanhar a Internet. Tal legislação poderia ser substituída por um envolvimento governamental liderado pela indústria, que incluísse as agências policiais, mas com os membros do parlamento e a sociedade civil fornecendo a prestação de contas. O resultado deveria ser uma regulação mínima, mas com máxima cooperação, assim como entrega e transparência máximas. Ele sugeriu que isto poderia ser resolvido pelo processo do IGF.

Um representante do Governo do Brasil lembrou o Fórum dos princípios de governança da Internet no país, que abordaram privacidade, segurança e abertura em dois dos 10 princípios.

Em suas observações finais, o Sr. Kulbokas observou que era de suma importância que a Internet fosse segura para as crianças e os mais jovens. Ele também salientou que a falta de habilidade dos usuários comuns era em si uma séria ameaça à segurança da Internet. A capacitação era essencial para a futura segurança da Internet, concluiu.

Governança da Internet para o Desenvolvimento

Presidente:

- Sr. Vyatautas Grubliauskas, Membro do Parlamento, Presidente de Desenvolvimento da Sociedade da Informação Lituana, Vilnius.

Moderador:

- Sr. Nitin Desai, Assessor Especial do Secretário-Geral para a Governança da Internet.

Moderadores locais:

- Sra. Christine Arida, Diretora da Telecom Planning and Services, Autoridade Reguladora da Telecom Nacional do Egito, Cairo.
- Sra. Ayesha Hassan, Diretora Sênior de Políticas, Comércio Eletrônico, TI e Telecoms, Executiva encarregada de Políticas de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), Câmara de Comércio Internacional (ICC), Paris.

Moderação Remota:

- Sr. Olivier Crépin-Leblond, Fundador, Global Information Highway, Londres.

Palestrantes:

- Sra. Ndeye Maimouna Diop Diagne, Diretora de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Ministério dos Correios, Telecomunicações, e TIC do Senegal, Dakar.
- Sr. Everton Frask Lucero, Conselheiro para Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, Washington, DC.
- Sr. Zahid Jamil, Sócio Sênior e Advogado, Jamil & Jamil, Karachi.
- Sr. Raúl Echeberria, Diretor Executivo/CEO, Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe (LACNIC), Montevideu.
- Sr. William Drake, Associado Sênior, Centre for International Governance, Graduate Institute of International and Development Studies, Genebra.
- Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva, Associação para o Progresso das Comunicações (APC), Melville.

A Governança da Internet para o Desenvolvimento (IG4D) tem sido prioridade transversal do IGF desde o primeiro encontro em Atenas, em 2006. Nos últimos dois anos, uma série de workshops bem sucedidos salientou que o desenvolvimen-

to deveria ser um tema mais central no IGF e que a relação da governança da Internet com o desenvolvimento não tem sido adequadamente explorada. Além disso, participantes indicaram que, fora do IGF, poucas organizações de governança da Internet prestam atenção relevante ao desenvolvimento. Consequentemente, o IG4D foi introduzido como um tema novo no encontro de 2010.

A sessão explorou os possíveis efeitos de acordos globais de governança da Internet no desenvolvimento da Internet em países em desenvolvimento. A discussão considerou os processos institucionais e os resultados substanciais de políticas de governança e se estas poderão levantar questões de desenvolvimento que não haviam recebido atenção suficiente até então.

A sessão contemplou o significado do IG4D e, entre outras, as seguintes considerações foram feitas:

- Precisa ser compreendido a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, que aponta para três necessidades: igualdade social, preservação do meio ambiente e eficiência econômica;
- É a governança que representa os países em desenvolvimento adequada e proporcionalmente em seus mecanismos e processos;
- Deve permitir a inovação nos países em desenvolvimento;
- Promove o desenvolvimento da Internet nos países em desenvolvimento e em transição e promove o desenvolvimento habilitado pela Internet;
- Proporciona uma visão global de governança tanto para os países em desenvolvimento quanto para os desenvolvidos.

Outras considerações feitas:

- A Internet era fundamental para o desenvolvimento de nações emergentes;
- As características demográficas da Internet estavam mudando e a voz dos países em desenvolvimento precisava ser incluída no modo como a Internet era governada e dirigida;
- A governança da Internet para o desenvolvimento precisava ser contemplada em termos do impacto causado nas pessoas comuns e em termos de desenvolvimento humano;
- O desenvolvimento deveria ser levado em conta em cada decisão sobre governança da Internet.

A sessão também examinou exemplos de questões específicas de governança global que podem ter relevância particular para o desenvolvimento. Os subtemas incluíram, entre outros, a governança de nomes e números, a padronização técnica, segurança, interconexão internacional, propriedade intelectual e a defesa do consumidor transnacional, bem como os aspectos processuais ou institucionais dos principais acordos de governança.

Os seguintes pontos foram levantados:

- No caso de nomes e números, os IDNs eram uma questão especialmente importante para os países em desenvolvimento e era um ponto em que estava havendo progresso;
- Foi levantada uma questão sobre como a implementação do IPv6 afetaria os países em desenvolvimento;
- Foram mencionados exemplos de preços para novos gTLDs e os esforços para criar um grupo de trabalho na ICANN para tratar da questão;
- Considerações sobre se a introdução dos IDN gTLDs iria interferir no crescimento dos novos IDN ccTLDs nacionais;
- A dificuldade para criar infraestrutura devido à falta de investimento;
- A falta de uma avaliação econômica para implementação dos novos gTLDs em países em desenvolvimento foi descrita como um sintoma do problema de não se considerar o desenvolvimento no processo da governança da Internet;
- Grupos marginalizados, de qualquer modo, nunca serão capazes de participar diretamente do IGF, por mais que nos esforcemos para torná-lo acessível e, assim, precisam de “representação”. Porém, esta representação deve ser alcançada não apenas através de seus governos, mas também por meio de diversos grupos da sociedade civil, em um espírito de “aprofundamento da democracia”;
- A neutralidade de rede foi vista como um problema nas regiões em desenvolvimento, por conta do que foi descrito como o grau de controle local de entidades corporativas. O exemplo dado foi o de uma grande empresa de telecomunicações na Índia, que dava acesso gratuito a um *site* de rede social, mas cobrava por todos os outros *downloads*; e outra empresa que, concedia acesso barato para alguns

serviços, mas cobrava mais por todos os outros. Outro aspecto relacionado à neutralidade de rede em países em desenvolvimento foi a limitação imposta àqueles cujo acesso era feito apenas através de um dispositivo móvel, bem como sobre a criação de conteúdo do usuário;

- Um participante defendeu a opinião de que, em um primeiro momento, a Internet se desenvolveu sem nenhuma governança. Mas outro participante discordou; segundo ele, houve governança desde que as primeiras decisões sobre como gerenciar a tecnologia de rede foram tomadas;
- Uma das questões fundamentais foi como priorizar tópicos. Cada um deles era visto como importante, incluindo: neutralidade de rede, liberdade de expressão, segurança, privacidade, acesso ou diversidade. As prioridades podem ser diferentes em diversas partes do mundo.

As sessões discutiram posteriormente como os países em desenvolvimento e outras nações se organizavam e geriam seu envolvimento em nível nacional com a governança global da Internet no contexto de suas respectivas estratégias de TIC nacionais mais abrangentes.

Vários participantes descreveram o processo em seus países ou regiões:

- O Brasil discutiu seu processo de governança nacional multissetorial com representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil. Este foi descrito como um processo leve e não dispendioso. Também foi feita uma menção aos princípios de Internet que o Brasil havia adotado e que haviam sido mencionados em muitas sessões e workshops do IGF;
- O Senegal apontou para seu IGF nacional e seu Chefe de Estado, muito envolvido no domínio das TIC e no processo da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). O foco no Senegal havia sido criar a infraestrutura de banda larga. O país tinha também concentrado seus esforços em sua rede de pesquisa e educação. Um desafio enfrentado pelas TIC no Senegal era como servir a uma população com alta taxa de analfabetismo;
- Era importante incluir todos os setores nas questões nacionais, como os brasileiros haviam feito. Também era necessário incluir especialistas nacionais que estavam

lidando com outras instituições globais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW);

- Também era importante que os formuladores de políticas participassem de processos globais, já que eles permitiam tanto o aumento da capacidade como a criação de redes humanas.

A sessão, então, discutiu como levar adiante uma agenda de IG4D no IGF e em outros ambientes internacionais.

Alguns dos métodos propostos sugeriram:

- Deve ser efetuada uma avaliação de diferentes iniciativas de governança da Internet para compreender seu impacto no desenvolvimento;
- Há necessidade de incluir mais participação multissetorial de países em desenvolvimento;
- Era necessária uma abordagem de direitos humanos para compreender o impacto humano, social, econômico e de sustentabilidade do IG4D;
- Deveria ser buscado um entendimento comum sobre a forma como a palavra “desenvolvimento” vinha sendo utilizada;
- Um dia inteiro deve ser dedicado a esse o tema em cada IGF, com um conjunto de workshops sobre o IG4D conduzindo a este dia;
- Um grupo de foco multissetorial deve ser formado para trabalhar nas questões do IG4D entre os encontros anuais do IGF;
- O IGF deve preservar os valores da Internet. Em termos de processo multissetorial, foi reiterado que as pessoas de países em desenvolvimento devem ser incluídas;
- O IGF deve reconhecer e encorajar as diversas iniciativas relacionadas à educação e à capacitação, como a *South Summer School on Internet Governance* e a DiploFoundation;
- Devem ser desenvolvidos indicadores para verificar a abertura e a transparência das organizações de governança da Internet;
- Encontros do tipo dos IGFs nacionais e regionais devem ser realizados em países emergentes tanto para o desenvolvimento dessas regiões como para a continuação do IGF.

Em seu discurso de encerramento, o moderador comentou que, se por um lado a Internet era altamente complexa, por outro era muito fácil de utilizar. Isto criava um desinteresse sobre a governança da Internet na maioria das pessoas, que não podiam

vislumbrar sua necessidade, a menos que estivesse relacionada ao custo local do acesso. Questões importantes vinham à tona apenas no Fórum, onde especialistas técnicos, governos, empresas e sociedade civil se reuniam.

O presidente da sessão, Sr. Grubliauskas, lembrou o Fórum da importância da governança da Internet para o desenvolvimento. Em termos de regulação, ele mencionou um velho ditado que diz haver uma curta distância entre uma ditadura rígida e uma anarquia incontrolável e mencionou sua crença de que a governança multissetorial poderia ajudar-nos a evitar esses extremos.

Questões Emergentes - Computação em Nuvem

Presidente:

- Sr. Algimantas Juozapavičius, Vice-Reitor para Tecnologias da Informação. Faculdade de Matemática e Ciências da Computação, Universidade de Vilnius, Vilnius.

Comoderadores:

- Sr. Patrik Fältström, Ilustre Engenheiro Consultor, Escritório do CTO, Cisco; Membro do Conselho Consultivo de TI do Governo Sueco, Lövestad.
- Sra. Katitza Rodriguez, Diretora de Direito Internacional, Electronic Frontier Foundation, São Francisco, CA.

Palestrantes:

- Sra. Susana Sargento, Professora Assistente, Departamento de Eletrônica, Telecomunicações e Informática, Universidade de Aveiro; Pesquisadora, Instituto de Telecomunicações, Aveiro.
- Sr. Frank Osafo-Charles, Fundador, Vericloud / Vice-Presidente Executivo; Diretor de Tecnologia, Patrino Corporation, Acra/Nova Iorque.
- Sr. Luis Magalhães, Presidente da UMIC - Knowledge Society Agency, Ministério da Ciência, Tecnologia e Educação Superior; Professor, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Sra. Kristina Irion, Conselho Consultivo, Centro de Informação em Privacidade Internacional e Privacidade Eletrônica; Professora Assistente, Departamento de Políticas Públicas, Centro de Estudos de Mídia e Comunicações (CM-CS), Universidade Centro-Europeia, Budapeste.
- Sr. Robert Pepper, Assuntos Governamentais, Cisco, Washington D.C.

Moderação Remota:

- Sra. Sandra Hoferichter, Arquiteta / Diretora de Projeto, Medienstadt; Gestão e Comunicação, EuroDIG, Leipzig.

Esta sessão trouxe um panorama de questões tanto de políticas quanto de pontos de vista técnicos da área e forneceu uma exploração inicial de possíveis considerações sobre governança da Internet no campo da computação em nuvem.

Na apresentação do presidente, o Sr. Juozapavičius descreveu a promessa da computação em nuvem, que permitia às pessoas terem acesso a recursos de computação sem limite e a pequenos e médios negócios entrarem no mercado sem o custo excessivo de construir sua própria infraestrutura informática. O Sr. Juozapavičius também descreveu alguns dos desafios para cumprir a promessa da computação em nuvem, incluindo tanto os desafios em termos de ciência da computação e custo, quanto em termos de segurança e privacidade.

Os palestrantes descreveram a nuvem como uma continuação da rede que existia no passado. Dentro da nuvem é possível não apenas programar um *software*, como também toda a infraestrutura de Internet e oferecê-la como serviço. O benefício para os consumidores é importante, já que a nuvem opera como uma caixa-preta. Os serviços operam de forma consistente, independentemente dos sistemas subjacentes. A nuvem oferece a Internet com as mesmas vantagens que a distribuição de eletricidade no passado. Assim como os consumidores de eletricidade não tinham mais que gerar sua própria eletricidade, agora os consumidores de tecnologia da informação não necessitam mais manter sua própria infraestrutura de tecnologia da informação. Como o mundo móvel continua a se expandir rapidamente, a nuvem tem um papel crucial, já que os atuais dispositivos portáteis móveis têm pouca capacidade de armazenagem e pouco poder em relação às máquinas em tamanhos maiores e buscam a nuvem para lhes fornecer os serviços essenciais.

Um palestrante mostrou preocupação quanto às medidas de segurança dentro e ao redor da nuvem e se os registros de usuário armazenados necessitam de proteção adequada, efetiva e executável para gerar confiança e possibilitar a opção por esses serviços. Os provedores de serviços em nuvem teriam que ser transparentes e responsáveis por seus serviços – o que inclui requisitos de modificação e auditorias de segurança de dados independentes – para garantir a segurança dos dados.

Outra área de preocupação quanto à nuvem era a diferença de políticas entre países a respeito do que poderia ser feito com dados pessoais não divulgados. As agências policiais teriam meios mais fáceis para acessar esses dados. A nuvem deveria ser protegida pelas mesmas medidas para salvaguardar contra interferência pública e privada, como acontece na atualidade com dados que estão sobre nossas mesas de trabalho ou em nossos discos rígidos.

Entre as questões levantadas, estavam as seguintes:

- A nuvem seria dominada por um pequeno grupo de grandes empresas que agiriam como grandes empresas de serviços públicos, como aconteceu no campo da distribuição elétrica?
- A natureza utilitária da nuvem ajudaria ou impediria a inovação e quais políticas seriam necessárias para mitigar qualquer efeito negativo da nuvem?
- Que tipo de estrutura seria necessária para criar confiança na nuvem, dada a complexidade da computação em nuvem, especialmente em termos de confidencialidade e privacidade?

Outras observações feitas:

- Uma vantagem da informação compartilhada na nuvem era facilitar processos de negócios e aquisições públicas. Foi dito que esse movimento ajudava a trazer novos usuários em países em desenvolvimento;
- Um desafio apontado relacionava-se ao consumo de energia necessário para manter os serviços em nuvem.

Os workshops reportaram-se à segunda parte da sessão e debateram as seguintes questões:

1. Implicações da Computação em Nuvem

Relator:

- Sr. Michael Katundu

Os principais pontos incluíram os seguintes:

- Havia mais vantagens para os usuários de nuvem do que para os provedores de tecnologia de nuvem;
- Alguns dos benefícios da utilização da nuvem identificados incluíam *hardwares*, *softwares* e aplicativos baratos, assim como grandes capitais de investimentos e aceitação inicial dos negócios;
- Mão de obra de baixo custo;

- Não havia necessidade de atualizar *softwares* ou investir em planos dispendiosos, bem como em planos de continuidade de negócios ou em manutenção de sistemas e *hardware*;
- O lixo eletrônico está se tornando uma preocupação crescente;
- A computação em nuvem beneficia os países em desenvolvimento ao proporcionar que os investimentos em *hardware* e aplicativos não sejam mais necessários;
- Existe uma consciência limitada sobre os benefícios da computação em nuvem; há políticas inadequadas; faltam leis e marcos regulatórios para apoiar a computação em nuvem, entre eles a lei de privacidade, leis de proteção de dados e de *software*;
- Uma das questões discutidas foi a dificuldade de identificar a qual legislação recorrer em caso de processos judiciais: leis nacionais ou internacionais;
- Uma sugestão advinda do workshop foi que os países poderiam negociar bilateralmente em termos de políticas aplicáveis a usuários de nuvem.

2. A computação em nuvem para estruturas de TI mais enxutas e ecológicas em governos e empresas

Relator:

- Sr. Arthur Mickoleit

Os principais pontos incluíram os seguintes:

- Havia uma necessidade de contemplar holisticamente a situação da computação em nuvem; não apenas suas vantagens em termos de utilização e desafios em termos de privacidade, mas também seu impacto ambiental;
- Uma das motivações fortes para a computação em nuvem é a redução do uso de energia quando comparada a uma multidão de usuários com seus próprios equipamentos e consumo de energia requeridos;
- O workshop discutiu um relatório do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) sobre a localização de centros de servidores de computação em nuvem próximos de fontes de energia renovável. No entanto, mais adiante na discussão, foi apontado que a energia renovável nem sempre era localizada em regiões bem adaptadas para instalações de servidores de nuvem, em termos de políticas regulatórias ou leis de privacidade;

- O estudo do IISD também contemplou os métodos de financiamento de computação em nuvem com o uso de créditos de carbono, mas concluiu que, com os preços atuais do carbono, não era viável a ideia de mudar a localização de servidores de nuvem existentes;
- Ao Fórum foi deixada a pergunta sobre como seria possível utilizar a computação em nuvem para diminuir o impacto ambiental gerado pelo desenvolvimento da infraestrutura da Internet. Como parte da pergunta, foi questionado quais incentivos poderiam ser colocados para soluções ambientais sustentáveis, especialmente em países em desenvolvimento.

3. Criando confiança na nuvem – respondendo a questões de segurança e privacidade

Relator:

- Sr. Wilfred Gromen

Os principais pontos incluíram os seguintes:

- Além de cobrir as definições de computação em nuvem e vantagens e desafios, o workshop contemplou a possibilidade de a computação em nuvem viabilizar um único mercado global para serviços digitais;
- O workshop revisou as práticas regulatórias que poderão ser necessárias em um mercado global de serviços digitais e a relação dessas práticas com a soberania e a jurisdição;
- Tratados e outras medidas intergovernamentais foram discutidos em termos do estabelecimento de leis e marcos regulatórios, embora também tenha sido mencionada a possibilidade de modalidades multissetoriais de regulação.

4. Dados na Nuvem: Onde encaixar padrões abertos?

Relator:

- Sr. Pranesh Prakash

Os principais pontos incluíram os seguintes:

- Padrões fundamentais para o desenvolvimento de *software* eram necessários para a interoperabilidade;
- Poderá ser necessário desenvolver e padronizar novos protocolos para computação em nuvem;
- Os padrões terão que ser aplicados a políticas de proteção de identidade, entre outras, tanto quanto a questões técnicas;

- Houve preocupação quanto à propriedade de dados e o workshop contemplou questões sobre dados pessoais e aqueles pertencentes a outros indivíduos;
- Ao final foi colocada uma questão sobre a existência de trabalhos acadêmicos em andamento com foco na interoperabilidade técnica e de políticas;
- Na parte final da sessão, o debate foi aberto para comentários e questões de pessoas presentes e participantes remotos do Fórum. Os depoimentos iniciais desta parte da sessão trouxeram informações básicas e terminologia a respeito da nuvem.

Os comentários e questões trazidas pelos participantes incluíram:

- A ligação entre a computação em rede e em nuvem. Entre as questões levantadas, estava em que medida as duas eram similares e se havia como a computação em nuvem se construir sobre as realizações da computação em rede;
- Qual é exatamente a relação entre computação em nuvem e neutralidade de rede? A discussão não apresentou formas nas quais a questão da neutralidade de rede se diferenciaria muito com ou sem computação em nuvem;
- Computação em nuvem refere-se a múltiplas nuvens em lugar de uma única;
- O modelo de computação em nuvem estava ligado à nova geração da Internet;
- Depois da primeira era do e-mail e a segunda era da *Web*, a computação em nuvem introduziu a era dos territórios virtuais na rede;
- Era possível projetar a computação em nuvem de forma a que esta fornecesse um meio de maximizar o crescimento e a utilidade da Internet das coisas;
- Não importa como o termo nuvem era definido ou utilizado, havia uma tendência crescente no sentido do uso de recursos compartilhados na rede com todas as vantagens e desafios que esta tendência criava.

Os assuntos e questões levantados pelos participantes sobre a infraestrutura e o meio ambiente para computação em nuvem incluíram:

- Padrões arquitetônicos para computação em nuvem estavam em processo de serem criados. Porém, as especificidades não estavam claras;

- Foi reiterado que os padrões que precisavam ser configurados eram não apenas técnicos, mas envolviam políticas e deveriam incluir todos os setores;
- A banda larga precisava tornar-se ubíqua para que a computação em nuvem fosse uma opção viável para empresas;
- Quais são os custos e fatores para os serviços em nuvem – como segurança, preocupações ambientais e largura de banda? Como os desenvolvimentos tecnológicos são afetados por estes custos?
- Ao pensar em custos, também era preciso calcular custos comparativos de tecnologia da informação local, como custos de *hardware* e *software*, consumo de energia, incluindo ar-condicionado e equipe de apoio;
- A Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência discorreu sobre os benefícios que a computação em nuvem poderia trazer para sua comunidade;
- Foram levantadas preocupações com respeito aos serviços especiais dos quais as pessoas com deficiências dependiam. Eles permaneceriam disponíveis se alguém mudasse de provedor?

Pontos importantes relacionados à privacidade, integridade, confiança na nuvem, políticas públicas e questões regulatórias incluíram:

- O desenvolvimento de políticas regulatórias que permitam a criação de instalações de servidores de nuvem em ambientes seguros e estáveis foi um requisito apontado para o sucesso na concretização de um crescimento da computação em nuvem;
- Muitas questões políticas não foram resolvidas, a mais importante foi a localização do armazenamento de dados e sua política regulatória e lei de privacidade;
- Enquanto em muitas jurisdições seria necessário um mandado judicial para se obter acesso aos dados privados de uma pessoa, informações armazenadas em um servidor de nuvem seriam passíveis de uma busca governamental sem mandado judicial;
- Houve preocupações sobre se as operadoras de nuvem teriam ou não o mesmo status de responsabilidade intermediária que os ISPs;
- As agências de investigação e policiais teriam meios para acessar dados em nuvem mantidos em outras jurisdições?

O Presidente da sessão concluiu examinando as várias facetas da computação em nuvem. Desde a infraestrutura até questões sociais e políticas. Ele mencionou os problemas de segurança envolvidos e observou que os esforços para manter seguros nossos dados e procedimentos de computação estavam ficando mais complicados. Também ligou a computação em nuvem à Internet das coisas, que em sua visão seria uma questão emergente nos futuros encontros do IGF.

Balanço da governança da Internet e caminho adiante

Presidente:

- Sr. Henrikas Juškevičius, Assessor do Diretor-Geral da UNESCO em assuntos de Comunicação, Informação e Administração, Vilnius.

Moderador:

- Sr. Jonathan Charles, Apresentador de Notícias Internacionais, British Broadcasting Corporation (BBC), Londres.

Moderação Remota:

- Sr. Rafid A. Fatani, pesquisador Ph.D doutor em pesquisa, University of Exeter; IGF Reino Unido.

A sessão realizou um balanço da evolução de todo o panorama da governança da Internet desde o primeiro encontro do IGF em Atenas, em 2006. Foi estabelecido um ponto de verificação das mudanças ocorridas na prática da governança da Internet durante os primeiros cinco anos do IGF. Também foi definida uma linha de base por meio da qual se poderia medir as mudanças nos próximos cinco anos que antecederem a revisão dos dez anos de implementação do IGF e o acompanhamento dos resultados da CMSI, em 2015. Os participantes se focaram no status atual da governança da Internet e em como ela tem mudado desde que o IGF foi criado.

De forma geral, foi detectado que:

- Os temas definidos em 2006 são ainda hoje relevantes;
- As discussões amadureceram e se aprofundaram ao longo dos anos.

A prática de trazer uma nova questão emergente a cada ano ajudou a assegurar que temas novos não fossem ignorados. Isto foi considerado uma prática importante que deveria continuar. Os workshops também foram mencionados como muito importantes para trazer novos temas para a conscientização dos participantes do IGF.

A seguir, os temas propostos para as agendas de futuros encontros do IGF:

- Direitos humanos e liberdade de expressão como tema transversal;
- A Internet e sua função como área democrática onde os direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão, são princípios importantes;
- A implementação de leis que suprimem e restringem a liberdade de expressão e acesso à informação, especialmente em países em desenvolvimento.

A reunião discutiu se o contexto dos debates havia mudado desde Atenas até Vilnius. Vários participantes comentaram que os debates no IGF haviam se modificado, seguindo o contexto da Internet, que também havia mudado. Foi apontado que a Internet havia crescido e que, em 2010, não era a mesma que a de 2005. Considerou-se que o IGF havia crescido junto com a Internet.

Em Atenas alguns temas foram considerados tabu e muito difíceis de lidar no Fórum. Em 2010, esses temas – como, por exemplo, recursos críticos da Internet e cooperação aprimorada – podiam ser discutidos sem animosidade. Várias pessoas, no entanto, sentiram que havia um longo caminho à frente antes que esses temas fossem completamente explorados de forma adequada. Observou-se que, ao longo dos anos, o Fórum havia encontrado meios de abordagem mesmo para o mais sensível dos tópicos.

Embora os participantes tivessem reconhecido que havia ainda muito trabalho a ser feito, as discussões haviam amadurecido e mudado de explanações básicas para questões sobre boas práticas e desenvolvimento. Em alguns assuntos, como internacionalização dos recursos críticos da Internet, os participantes sentiram que havia sido feito progresso. As discussões haviam se modificado da necessidade de explicar a importância do multilinguismo para os métodos de implementação de IDNs e de conteúdos do usuário em diversos idiomas e *scripts*. A outra forma na qual o contexto mudou as discussões foi descrita a partir da mudança do debate teórico para uma discussão prática.

Os “Princípios para a Governança e Uso da Internet” desenvolvidos pelo Brasil foram mencionados por vários participantes como uma importante contribuição multissetorial ocorrida nos últimos cinco anos. Alguns sentiram que o IGF poderia se tornar um veículo de promulgação de um conjunto de princípios em nível internacional. Vários participantes sugeriram fazer desse item um tipo de

reforço à agenda principal do IGF do Quênia, em 2011, com o objetivo de produzir um resultado similar aos Princípios Brasileiros.

Vários participantes, incluindo parlamentares, mencionaram o sucesso e o crescimento do IGF ao longo dos anos. Um dos exemplos significativos foi a introdução e a grande difusão de IGFs regionais e nacionais que havia ocorrido nos últimos dois anos. Essas iniciativas haviam contribuído para debates entre governos, parlamentares, sociedade civil e industrial. Isso tinha mudado a natureza da governança da Internet naqueles países e havia levado a mudanças no sentido de modelos cooperativos de regulação. O amadurecimento dos debates ao longo dos anos foi mencionado como evidência do avanço da governança global. Tópicos específicos como o crescimento dos Pontos de Troca de Tráfego (IXP) e a conscientização das questões referentes ao IPv4 e ao IPv6 foram listados como exemplo do progresso em governança global durante os cinco anos do IGF.

Vários participantes mencionaram a grande conscientização de muitos governos sobre questões de governança da Internet como um avanço ocorrido nos últimos cinco anos, desde a adoção do mandato do IGF em Túnis. O sentimento era de que os governos estavam também envolvidos em discutir essas questões de governança no IGF e nos fóruns regionais e que eles se tornaram melhor equipados para lidar com elas. Isto foi descrito como um desenvolvimento positivo.

Um representante do governo do Japão observou que seu governo estava respondendo a muitas das questões colocadas pelo IGF. Eles estavam preocupados com a neutralidade de rede e tinham lançado um grupo de estudos sobre a justa repartição dos custos da rede. Além disso, o governo, o setor privado e a área acadêmica estavam trabalhando em estreita colaboração para implementar e promover o IPv6. Ele também declarou que apoiava a continuidade do IGF.

Alguns manifestaram a preocupação de que a discussão global sobre governança da Internet não havia progredido o bastante. Alegou-se que as grandes empresas ainda estavam no controle da governança da Internet e do próprio debate e que a resposta política a questões como a neutralidade de rede não havia avançado.

O modelo multissetorial, iniciado em grande parte no IGF, também foi visto como um avanço na governança global da Internet. Isto incluía a capacidade de todos os setores falarem e escutarem uns aos outros.

Muitos participantes atribuíram grande importância à capacitação. Eles descreveram a proliferação dos IGFs nacionais e regionais como um atestado do crescimento da capacitação individual e institucional. A oportunidade que o IGF ofereceu para um diálogo aberto foi mencionada como um dos atributos mais importantes do IGF, levando à capacitação entre todos os setores. Várias pessoas mencionaram que diversos setores não apenas tinham crescido mais confortavelmente dialogando com os outros, mas tinham aumentado suas habilidades de comunicação, de forma a serem compreendidos por outros setores.

O emprego crescente da participação remota, com mais de 30 *hubs* participando do IGF 2010, foi considerado como uma contribuição da capacitação. Recomendou-se que os detalhes sobre como a participação remota foi alcançada fossem documentados, de maneira a que não se perdessem e permitindo que ela venha a ser disponibilizada em outros locais.

Foi observado que havia mais participantes de países em desenvolvimento, mas que os grupos marginalizados ainda não estavam muito presentes e que, portanto, deveria ser feita uma maior divulgação para as populações marginalizadas.

Enquanto vários participantes falaram sobre a necessidade de um IGF mais orientado para resultados, outros viram na prática do IGF de não negociar resultados uma de suas forças, por permitir discussões abertas e livres da pressão das negociações. Várias pessoas usaram o exemplo do diálogo multisetorial e compartilharam informações e boas práticas como prova da viabilidade do IGF. Foram mencionados como exemplos de resultados mais tangíveis, documentos como o Inventário de Boas Práticas, postado no *site* do IGF logo após o encontro de Vilnius.

A maioria dos participantes pediu a continuidade do IGF. Embora diversos deles falassem sobre mudanças que gostariam de ver, observaram que na maior parte elas seriam alterações evolutivas e graduais baseadas no modelo atual do IGF.

A participação crescente dos jovens no encontro do IGF 2010 foi vista como um desenvolvimento positivo. Porém, foi sentido que essa presença poderia ser melhor aproveitada e que os jovens deveriam ser adicionados aos painéis no futuro. Várias pessoas mencionaram que, por terem nascido em um mundo onde a Internet já existia, os jovens tinham uma perspectiva diferente sobre ela. Eles eram frequentemente também os primeiros adeptos

das novas tecnologias e novos modelos, como as redes sociais. Um membro da coalizão jovem defendeu que incluir maior participação e ouvir mais os jovens ajudaria a produzir resultados de maior profundidade em áreas como a censura, a privacidade e a exclusão digital. Os participantes foram também lembrados de que os jovens eram especialistas e que traziam uma expertise muito necessitada pelo Fórum. “Não vamos perder tempo falando sobre a juventude, vamos deixar os jovens falarem”, concluiu.

O representante do Azerbaijão ofereceu seu país para sediar o IGF 2012 em Baku, caso o mandato do IGF fosse renovado.

A sessão foi concluída com uma tentativa de identificar alguns dos valores e princípios centrais da Internet que os participantes desejavam preservar. Entre esses valores centrais, foram mencionados:

- Abertura;
- Auto-organização;
- Inclusão;
- Oportunidade para experimentar e inovar;
- Interoperabilidade, especialmente para pessoas com deficiências;
- Coexistência de uma ampla diversidade de pessoas com diferentes valores morais, culturais, religiosos e políticos;
- Cooperação entre os setores, especialmente no desenvolvimento de regulação.

Durante a discussão sobre valores centrais, ficou evidente que os participantes referiam-se não apenas aos valores centrais da Internet, mas também do IGF. Em suas últimas observações, o Presidente falou sobre os desafios de definir valores centrais e indicou que, embora fosse muito importante, tratava-se de um tema bastante complicado e delicado. Ele concluiu observando que, através de redes interconectadas, o poder está deixando de se concentrar nos governos em favor de outros setores e que o IGF é parte desta tendência.

Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento foi presidida pelo Sr. Rimvydas Vaštakas, Vice-Ministro de Transporte e Comunicações da Lituânia.

Os palestrantes, representando os vários setores, foram:

- Sr. Nitin Desai, Assessor do Secretário-Geral para Governança da Internet.

- Sr. Alain Aina, Diretor de Projetos Especiais, AFRiNIC, Engenheiro de Rede, Centro de Recursos de Inicialização de Rede.
- Sr. Jeremy Malcolm, Coorganizador, Comitê de Governança da Internet.
- Sr. Valdas Sutkus, Presidente da Confederação Empresarial Lituana, ICC Lituania.
- Sr. Philip O. Okundi, Presidente do Conselho de Administração da Comissão de Comunicações do Quênia (CCK), Quênia.
- Sra. Esther Wanjau, Ministério da Informação e das Comunicações, Quênia, lendo o discurso da Sra. Alice Munyua, Presidente do Comitê Diretivo de Governança da Internet.

Os palestrantes se reportaram ao público local e remoto sobre o crescimento e o amadurecimento do IGF nos últimos cinco anos. Declarações recorrentes nos discursos atribuíram o sucesso do IGF à sua flexibilidade e habilidade de se manter em dia com tecnologias emergentes como a computação em nuvem, um tema desconhecido no início do IGF, em 2005. Os participantes comentaram sobre o crescimento do multissetorialismo, que permitiu a cooperação aprimorada entre todos os setores envolvidos com a Internet.

O formato multissetorial provou ser um grande sucesso ao criar relacionamentos entre membros de diferentes áreas da sociedade. O IGF multissetorial precisa continuar a ser aperfeiçoado, permitindo uma ampliação do processo e possibilitando maior participação e cooperação.

Os palestrantes também lançaram um olhar em direção a futuros IGFs, dando sugestões sobre o que era preciso debater. Um participante comentou que, embora o IGF proporcionasse um fórum para o diálogo, o encontro ainda não havia começado a fazer recomendações, como era o esperado na época da Agenda de Túnis. Outro participante sugeriu que o próximo Fórum deveria acrescentar uma extensão para as empresas, especialmente voltada às de pequeno e médio porte, pois isso enfatizaria ainda mais o tema maior do encontro: “Desenvolvendo juntos o futuro”. A sugestão final veio de um participante que solicitou aos futuros participantes do IGF que dessem uma atenção ainda maior a aspectos do desenvolvimento em todas as facetas da governança da Internet.

Todos os palestrantes agradeceram ao Governo da Lituânia pela organização do encontro, que havia feito do IGF 2010 um grande sucesso. Os palestrantes também agradeceram aos participantes e ao Secretariado por seu papel em fazer do IGF o sucesso em que havia se tornado e foi feito um convite a todos para que comparecessem ao encontro do próximo ano no Quênia.

No fechamento do encontro do IGF 2010, o Presidente reconheceu o progresso obtido pelos participantes ao compartilhar entendimento e conhecimento de assuntos de governança da Internet. Ele disse que a cada IGF temos visto progresso enquanto construímos nosso entendimento e conhecimento compartilhado a respeito de assuntos relacionados à Internet. O foco principal deste IGF foi “Construindo juntos o futuro”, que contempla os meios por meio dos quais seria possível proporcionar melhor acesso à Internet, como fazer melhor uso da Internet e como prevenir seu abuso. Ele lembrou que a Internet oferece oportunidades sem precedentes, mas também cria novos desafios. Em sua visão, o IGF veio para ajudar a maximizar as oportunidades e minimizar os desafios. Os debates defenderam que o IGF tornou claro mais uma vez que alcançar esses objetivos é possível apenas através de ações colaborativas entre todos os setores.

O Sr. Rimvydas Vaštakas agradeceu a todos os participantes por contribuírem para o êxito do encontro. Eles vieram a Vilnius não apenas para ouvir, mas também para contribuir ativamente, para organizar workshops e outras reuniões e para dialogar. Este talvez fosse o ponto mais importante do IGF: todos os setores estabelecendo um diálogo como iguais. Ele descreveu o diálogo como uma rua de mão dupla, o que significa mais do que ler um discurso preparado; significa também ouvir o que os outros têm a dizer.

Ele prosseguiu dizendo que este interesse constante nos encontros do IGF, em todas as regiões do mundo, mostra claramente que há uma necessidade desse tipo de diálogo multissetorial. Antes de encerrar a reunião, afirmou que o Governo da Lituânia faria com que sua voz fosse ouvida no próximo debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, acrescentando que era importante renovar o mandato do IGF enquanto plataforma para um diálogo multissetorial não vinculativo.

Anexo I²

Sessões Introdutórias

Governança da Internet - Definindo o Cenário

Comoderadores:

- Sr. William J. Drake, Associado Sênior, Centro para Governança Internacional, Instituto de Graduação em Estudos Internacionais e em Desenvolvimento (Graduate Institute of International and Development Studies), Genebra.
- Sr. Markus Kummer, Coordenador Executivo, Secretariado do IGF, Genebra.

Palestrantes:

- Sra. Jeanette Hofmann, Pesquisadora Sênior, London School of Economics; Political Science and the Social Science Research Centre Berlin, Londres/Berlim.
- Sra. Olga Cavalli, Professora, Universidad de Buenos Aires; Diretora, South School on Internet Governance; Assessora, Ministério das Relações Exteriores da Argentina, Buenos Aires.
- Sra. Hong Xue, Professora de Direito, Instituto de Direito e Políticas da Internet, Beijing Normal University, Pequim.
- Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva, APC, Johannesburg.
- Sr. Alejandro Pisanty, Professor, Faculdade de Química, Universidade Nacional do México, Cidade do México.

Comentadores:

- Sr. N. Ravi Shanker, Secretário Adjunto, Departamento de Tecnologia da Informação, Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação, Governo da Índia, Deli.
- Sr. Arthur Reilly, Diretor Sênior, Políticas de Tecnologia Estratégica, Cisco; Presidente, Conselho para Negócios Internacionais do Comitê de Políticas de TIC, ICC-BASIS.

Moderação Remota:

- Sra. Ginger Paque, Coordenadora do Programa de Capacitação em Governança, DiploFoundation, Maracay.
- Sra. Marília Maciel, Professora de Direito da Propriedade Intelectual e Pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, (CTS/FGV), Rio de Janeiro.

² Nota dos editores: o relatório inclui ao final um Glossário que foi omitido desta edição, pois os termos mencionados foram incorporados à lista global de siglas e abreviações.

O objetivo da sessão foi fornecer aos participantes um painel do contexto histórico do IGF e uma introdução aos assuntos principais do encontro de Vilnius:

- Gerenciando recursos críticos da Internet;
- Segurança, abertura e privacidade;
- Acesso e diversidade;
- Governança da Internet para o desenvolvimento (IG4D);
- Balanço Geral da governança da Internet e caminhos a seguir;
- Questões emergentes: computação em nuvem.

A sessão começou com breves apresentações do editor e de cinco dos especialistas que escreveram documentos de fundamentação sobre os temas principais do IGF no processo do encontro de 2009, em Sharm el Sheikh, Egito. O objetivo do capítulo de fundamentação (seção II) do livro *Internet Governance: creating opportunities for all*³, que havia sido distribuído para todos os participantes e estava disponível para download no *site* do IGF era oferecer um contexto histórico do IGF. Os oito documentos daquela seção, produzidos por um grupo diverso de especialistas, tinham por objetivo prover os leitores com um conhecimento que possibilitaria julgarem se progressos na discussão da governança da Internet haviam sido feitos ao longo dos anos do IGF. Cada artigo visava servir a três propósitos:

- Revisar como o diálogo em cada um daqueles tópicos havia evoluído desde Atenas até Sharm el Sheikh, examinando os principais pontos e os temas recorrentes;
- Avaliar o progresso que possa ter ocorrido e avaliar se houve crescimento na convergência de perspectivas;
- Oferecer recomendações dos autores sobre como o IGF poderia levar as questões adiante.

A autora do documento sobre recursos críticos da Internet explicou o caráter sensível deste tema desde suas origens durante o processo da CMSI. Ela observou que a questão havia se tornado mais abordável no contexto do IGF e apresentou algumas razões para tanto, como a inclusão da sociedade civil e da comunidade técnica da Internet em uma discussão que anteriormente, na CMSI, havia sido limitada aos atores intergovernamentais. Ela

3 Internet Governance: Creating Opportunities for All (Governança da Internet: Criando Oportunidades para Todos) Quarto Fórum em Governança da Internet, Sharm El Sheikh, Egito, 15-18 de novembro de 2009. Editado por William J. Drake

também considerou o fato de o IGF não tomar decisões como fundamental para neutralizar as polêmicas em torno das discussões sobre este assunto. Ela identificou duas principais realizações: em primeiro lugar, a habilidade de vários setores para discutir este tema de uma maneira mais esclarecida e, em segundo, o que ela chamou de capacitação mútua, a qual habilitava especialistas de diferentes áreas a conversarem entre si, de forma a que todos os presentes nos encontros aprendessem uns com os outros.

A autora do documento sobre abertura falou primeiramente do progresso das discussões relativas ao tema nos encontros do IGF. Disse que elas haviam se movido da liberdade de expressão na Internet e sua relação com os direitos humanos, a propriedade intelectual e os direitos dos autores e dos consumidores para as conexões com a privacidade e a segurança e suas implicações nas redes sociais. Disse ainda que, ao longo dos cinco anos, o tema havia mostrado a necessidade de equilíbrio entre os requisitos para o acesso ao conhecimento, a liberdade de expressão, a necessidade de manter a segurança e a privacidade essencial dos indivíduos.

A diversidade linguística foi o foco do capítulo sobre diversidade. A autora defendeu que os participantes do IGF entendiam a necessidade de diversidade implicitamente por serem setores muito diversificados. Ela falou da importância do entendimento da crença comum de que a Internet era para todos, do mais bem informado dos técnicos até nativos de regiões remotas com deficiências. Ela identificou quatro subtemas:

- Criação de conteúdo em idiomas locais e internacionais;
- Aplicação de métodos para o uso da Internet, como *hardware* e *software* especializados para oferecer suporte a idiomas;
- O uso de IDNs nos idiomas e scripts das populações locais;
- Facilitação para pessoas com diferentes capacidades.

Ela concluiu referindo-se a dois pontos de seu artigo: a contribuição fundamental do modelo multissetorial e da capacitação. Ela destacou a UNESCO por suas contribuições à diversidade e a maneira pela qual o IGF havia oferecido à UNESCO uma plataforma para a governança da Internet.

O coautor do documento sobre acesso iniciou delineando os subtemas que haviam sido centrais nos encontros do IGF ao longo dos anos anteriores. Em Atenas, o IGF debateu os IXPs; no Rio, o tópico mudou para política, regulação e os respectivos papéis dos setores; em Hyderabad, a discussão lançou foco na falha dos mercados, a ausência em muitos países de mercados

capacitados para melhorar o acesso; e em Sharm houve uma convergência sobre a necessidade de uma política propícia e o estabelecimento de um ambiente para regulamentação. O autor indicou que o tema do acesso havia sido largamente explorado ao longo dos anos do IGF, desde a última milha até o *backbone* internacional e que havia se desenvolvido um grau de concordância sobre o acesso ser mais que fornecimento ou infraestrutura e incluir a capacidade de utilizar as redes.

O autor do documento sobre segurança falou sobre o tema como uma necessidade em evolução na Internet. A segurança no IGF havia lidado com os receios expressos por muitos e havia tentado criar alguma compreensão dos processos e soluções disponíveis. Alguns dos focos foram colocados em discussões sobre cibercrimes e em que medida se tratava de uma nova categoria de crime ou era essencialmente a mesma criminalidade que sempre havia existido, apenas perpetrada via Internet. Como foi discutido na palestra de abertura, observou-se que a discussão sobre segurança também se beneficiava dos debates acerca de privacidade e de abertura. O autor também se referiu à cibersegurança e mencionou problemas relativos à segurança nacional, à proteção de ativos, de ativos da informação através da Internet que havia sido prevalente nos primeiros anos do IGF, mas que havia se mudado para outro fórum de discussão. Um último ponto trazido foi o lapso entre a conscientização de um problema no âmbito das comunidades técnica e operacional e a sua discussão nos espaços de elaboração de políticas. A este respeito, o IGF forneceu uma boa plataforma para capacitação em questões de segurança.

Os moderadores levaram a discussão sobre como os temas centrais do IGF evoluíram nos primeiros anos do fórum e em que medida houve progresso em termos de aprendizado coletivo e construção de consenso. Um comentário local questionou a afirmação de que as discussões sobre recursos críticos da Internet haviam começado no terceiro IGF, como descrito no livro. O autor do artigo sobre recursos críticos da Internet esclareceu que, embora o tema estivesse na agenda do encontro do Rio, o encontro de Hyderabad havia sido o primeiro onde uma discussão aberta acerca do tema havia sido bem-sucedida. O participante local também comentou que o único motivo pelo qual o IGF havia sido capaz de prosseguir no debate sobre recursos críticos da Internet foi que a inexistência de decisões significava que não haveria ação. O autor defendeu o ponto de vista de que era preci-

samente a ausência de processos de tomada de decisão que havia sido responsável por boa parte do progresso em desenvolver um entendimento de algumas das questões em causa.

Ambos os comentadores expuseram suas impressões no final da sessão. O Sr. Shanker descreveu o livro como uma captura do processo do IGF de uma “maneira que poderia ser chamada de continuidade em mudança”. Ele notou que com o passar dos anos o IGF havia se aprofundado ainda mais em desenvolvimento. E observou que, por não haver negociações específicas de resultados, os participantes nacionais tinham adotado o que fora discutido no IGF, utilizado e ampliado em contextos regionais e nacionais. O Sr. Reilly descreveu o livro como referência, não só na atualidade, mas para os próximos anos e não apenas como uma descrição do IGF de Sharm El Sheikh, mas uma explanação sobre como estas questões haviam evoluído nos últimos anos. Ele também observou que a história mostra que os temas do IGF que haviam sido discutidos em Atenas permaneciam relevantes e que, ao longo dos anos, por conta do seu aspecto multissetorial, o debate no IGF havia sido aprofundado mais do que em qualquer discussão de um único setor.

Perspectivas Regionais

Moderador:

- Sr. Markus Kummer, Coordenador Executivo, Secretariado do IGF, Genebra.

Moderador Remoto:

- Sra. Ginger Paque, Coordenadora do Programa de Capacitação em Governança, DiploFoundation, Maracay.

Palestrantes:

- Sra. Alice Munyua, Organizadora, IGF África Oriental.
- Sra. Valeria Betancourt, Coordenadora, Programa de Políticas de Comunicação e Informação na América Latina, APC, Quito.
- Sr. Edmon Chung, CEO, DotAsia, Hong Kong.
- Sr. Khaled Foda, Diretor de Projetos, Consultor Estratégico Focal, Centro Global de Entregas IBM.
- Sr. Sebastián Muriel, Diretor Geral, Red.es, Madri.
- Sr. Katim Touray, Membro, Conselho Diretor, ICANN, Banjul.
- Sr. Joseph V. Tabone, Presidente, Fundação COMNET para Desenvolvimento de TIC, La Valetta.

O moderador apresentou a sessão lembrando os participantes de que a difusão do modelo multissetorial do IGF, por meio da proliferação dos processos regionais e nacionais do IGF, foi um dos sucessos notáveis do Fórum e da validação do seu conceito. O IGF deste ano dedicou mais espaço a essas suas iniciativas. Além da sessão de apresentação, houve sessões especiais que permitiram a todas as iniciativas regionais e nacionais do IGF relatarem sobre seus encontros. Adicionalmente, no último dia foi agendada uma mesa redonda que permitiu aos organizadores de iniciativas de IGFs regionais e nacionais trocar visões sobre as melhores maneiras de criar sinergia entre eles.

O objetivo principal desta sessão prévia era comparar as várias iniciativas regionais, explorando suas diferenças e encontrando pontos em comum.

Os palestrantes descreveram as prioridades fundamentais que emergiram de seus respectivos encontros. O terceiro IGF África Oriental (EA-IGF) reuniu setores de Ruanda, Tanzânia, Burundi, Sudão, Uganda e Quênia para identificar, explorar e construir consenso em torno de questões prioritárias comuns de Governança da Internet. O modelo do EA-IGF seguiu uma abordagem multissetorial *bottom up* e não imitava a agenda do encontro global, mas era informado por este último e servia para trazer as visões da região ao fórum global. O primeiro EA-IGF em 2008 concentrou-se em assuntos de acesso. Mas desde essa época, três cabos submarinos de fibra óptica chegaram à região e as questões políticas agora estão mais voltadas para o uso da Internet do que para o acesso à mesma. A banda larga trouxe novos desafios como os cibercrimes, o desenvolvimento de conteúdo local, o empreendedorismo e a inovação.

Em relação ao tema geral do EA-IGF 2010, o encontro resolveu formar um grupo de trabalho para estudar o fortalecimento dos ccTLDs na região e definir um critério sobre o que seria um ccTLD “forte”, visando desenvolver um caso empresarial para um gTLD regional. EAC que poderia avançar um processo sobre como se criar domínios regionais. Os cabos submarinos de fibra óptica trouxeram o potencial de acesso de uma Internet de baixo custo e alta velocidade para a região. Os participantes do EA-IGF enfatizaram a necessidade de harmonizar marcos regulatórios para facilitar operações de rede transfronteiriças. O EA-IGF também discutiu a importância de apoiar a juventude no empreendedorismo de TIC e permitir seu envolvimento nos processos de criação de políticas relacionadas à governança da Internet.

O processo do IGF na América Latina evoluiu de um modo interessante. De uma forma geral, seguiu-se a agenda global do IGF com a intenção de identificar as características e os desafios em nível regional de cada um dos temas globais. No entanto, a discussão de segurança e privacidade na iniciativa regional evoluiu além do nível global. Eles separaram o tópico da abertura dos tópicos da privacidade e da segurança, o que permitiu torná-lo mais relevante para a região, concentrando-se, por exemplo, nos temas da liberdade de expressão, do acesso ao conhecimento, do livre fluxo da informação, da governança aberta, da infraestrutura e da tecnologia aberta.

O encontro da América Latina também debateu o impacto de acordos de livre comércio sobre as condições do acesso à informação. Alguns participantes afirmaram, por exemplo, que se realmente desejavam obter acesso significativo ao conhecimento e garantir a liberdade de informação e o fluxo de informação, seria necessário gerar um novo sistema de propriedade intelectual, apropriado para recursos digitais, e um sistema que levasse em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

O IGF Regional Ásia-Pacífico (APrIGF) foi o primeiro encontro regional do IGF realizado naquela região. O IGF global havia sido realizado com sucesso em Hyderabad, na Índia. No entanto, o modelo do IGF não havia penetrado na região para além do sucesso do encontro de Hyderabad. Embora a reunião tenha contado com boa participação, algumas partes dessa grande região foram pouco representadas, notadamente as Ilhas do Pacífico. O APrIGF seguiu a agenda do IGF global e decidiu-se por uma simples abordagem de resultado, na qual o encontro entregaria “aprendizados” em lugar de resultados. A reunião foi fortemente apoiada pelo governo de Hong Kong, que deu aos organizadores carta livre para organizar uma reunião que tentaria representar a ampla diversidade da região.

Houve um consenso sobre um interesse comum em governança da Internet para o desenvolvimento. Os participantes reconheceram que a participação dos governos era importante e talvez pudesse ser reforçada por meio de um trabalho mais ajustado com o secretariado do IGF. Ao mesmo tempo, os participantes também sugeriram que precisava ser melhor desenvolvido e encorajado o envolvimento da sociedade civil não relacionada ao campo das TIC com a governança da Internet.

Grandes esforços foram empreendidos na região árabe desde o encontro do IGF no Egito, principalmente em torno de questões de implementação de IDN ccTLDs. Este trabalho de especialistas,

organizações regionais e da ICANN foi bem-sucedido e o IGF desempenhou um papel na consecução deste importante progresso. Uma equipe técnica responsável por assuntos de Internet havia começado a trabalhar, a cooperação com a UIT havia progredido e uma associação regional de provedores de serviço de Internet havia aperfeiçoado a coordenação na região. Adicionalmente ao progresso em IDN ccTLDs e à cooperação técnica com o IETF, melhorias notáveis foram feitas na transição IPv4/v6 e na conscientização sobre o assunto. Estes esforços e debates em nível pan-árabe foram sobre questões de política.

No que foi visto como um desenvolvimento importante, as organizações começaram a incentivar e levar em conta comentários públicos e subsídios multissetoriais sobre processos políticos. Realizar em futuro próximo um encontro do tipo do IGF na região árabe ajudaria a desenvolver uma visão esclarecida sobre todas as necessidades daquela parte do mundo.

Um dos destaques do Diálogo Europeu sobre Governança da Internet (EuroDIG) foi a apresentação das chamadas “mensagens de Madri”. As mensagens não são textos negociados; elas foram compiladas por relatores em consulta às equipes de organização de cada sessão e servem como resultados da Europa que foram levados para o debate global. O EuroDIG adota uma política totalmente inclusiva, convidando não apenas participantes europeus, mas todas as partes interessadas. O encontro serviu para resolver questões através de todos os IGFs nacionais europeus, bem como para acolher subsídios de fora da região. O objetivo geral era levantar algumas mensagens fundamentais da Europa para o debate global. O encontro de 2010 foi excepcional quanto ao número de participantes remotos: cerca de 220 pessoas conectadas a partir de *hubs* remotos em dez cidades. O EuroDIG também se notabilizou por ter se estabelecido fortemente como um processo multissetorial *bottom-up*. O encontro trouxe contribuições de formuladores de políticas da Comissão Europeia, da União Europeia e do Conselho da Europa.

A meta do IGF África Ocidental era que processos regionais alimentassem o IGF global por meio de mensagens e da experiência dos participantes que tivessem trabalhado em debates nacionais e regionais. A região tem sido apoiada por encontros nacionais do tipo IGF em várias formas: alguns realizados presencialmente; outros *on-line*, seguidos por encontros presenciais. O tema do IGF África Ocidental foi promover o modelo multissetorial para

um maior desenvolvimento da Internet na África, o que está fortemente ligado ao espírito do tema do Fórum de Governança da Internet global. Os participantes reconheceram e confirmaram que, em muitos países da África Ocidental, a democracia tem ainda que se afirmar e por isto é particularmente importante ter um processo como o do IGF para a afirmação do espírito democrático e a concentração na formulação de políticas e no desenvolvimento.

O acesso à infraestrutura de banda larga era visto ainda como um assunto vital para muitos países da África Ocidental; e enquanto o desenvolvimento de conteúdo local era reconhecido como importante, a prioridade era a obtenção e manutenção do acesso a custos razoáveis. O sentimento predominante era o de que se deveria redobrar os esforços no sentido de garantir a proteção dos direitos de propriedade intelectual e das questões de identidade na sub-região à medida em que fossem introduzidos novos nomes de domínio. Havia também uma forte preocupação de que a confiança na Internet da África Ocidental melhorasse tanto localmente quanto internacionalmente. Na tentativa de proteger contra *spam* e *malware*, muito frequentemente os endereços IP alocados na região eram enviados para a lista negra por provedores de serviço internacionais. A imagem da África Ocidental na Internet tinha que melhorar. Em relação à computação em nuvem e as implicações dessa tecnologia emergente, participantes de todos os setores se mostraram preocupados com a quantidade de dados da África e sobre a África armazenados em nuvens no exterior, e que ninguém sabia ao certo onde estavam. Muito se falou das implicações dessa situação e preocupações a respeito foram expressas.

Para alguns participantes, o termo “governança” também possuía conotações negativas, pois a noção de governança na África podia representar um quadro de controle e supervisão governamental. O IGF da África Ocidental considerou se não seria melhor trocar o nome por outro mais inócuo e menos ameaçador como “Fórum da Internet”.

A iniciativa da Comunidade IGF estava se concentrando até então em atividades para a obtenção de um consenso dos setores sobre o que consideravam prioridades. No geral, ficou claro que as maiores necessidades eram de capacitação, de um ambiente *on-line* mais seguro, de maior atenção à abordagem multissetorial; também havia preocupações quanto ao futuro

do IGF global. Quando os programas organizados pela Comunidade trataram de assuntos de TIC, a Comunidade IGF tentou introduzir na agenda um módulo relacionado à governança da Internet e a políticas da Internet. O objetivo era atrair pessoas interessadas em processos de governança importantes.

A Comunidade IGF também trabalhou em duas atividades principais de forma a criar dois repositórios de informação: um sobre cibersegurança e outro sobre proteção infantil *on-line*. A intenção, no futuro, seria concentrar maiores esforços na capacitação, pois muitas organizações de toda a Comunidade estavam pedindo para serem capacitadas na área de cibercrimes.

Um participante da plateia chamou a atenção para o IGF caribenho, agora em seu sexto ano, era o mais antigo de todos os encontros regionais do IGF, anterior até mesmo ao próprio IGF. O sexto IGF caribenho foi realizado em São Martinho, entre 15 e 17 de agosto de 2010. Organizado pela União Caribenha de Telecomunicações e pelo Secretariado do CARICOM, o encontro tratou dos mesmos assuntos que o encontro da América Latina.

Um relatório escrito do IGF da África Central registrou uma preocupação quanto à falta de participação significativa da África Central nos processos de governança da Internet e requisitou que a comunidade global da Internet disponibilizasse recursos para apoiar a participação crescente da região.

Todos os palestrantes concordaram que haveria mérito em fortalecer as ligações entre as iniciativas dos IGFs regionais e globais e também em trocar informações e experiências entre as várias iniciativas regionais.

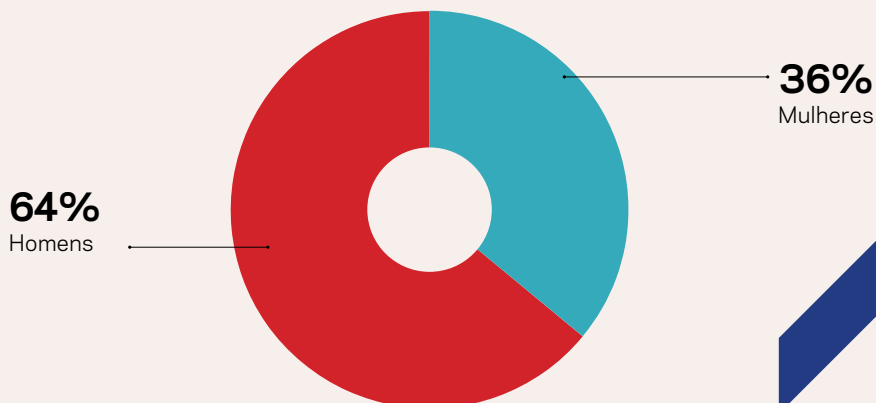
Anexo II

Comparecimento

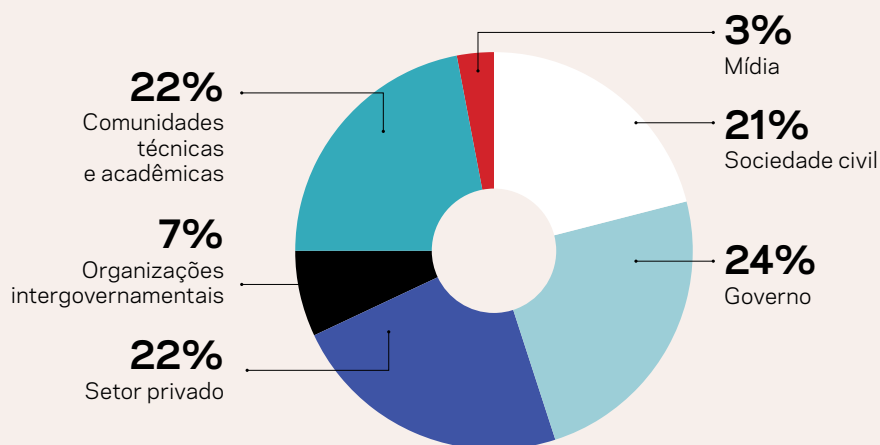
Número total de crachás emitidos	1.993
Número de crachás emitidos, com exceção da equipe do País-Sede, Segurança e Secretariado	1.461
Países representados	107

Setores	Número de crachás emitidos	Porcentagem
Sociedade Civil	301	21%
Governo	352	24%
Organizações Intergovernamentais	96	7%
Mídia	50	3%
Setor Privado	335	23%
Comunidades Técnicas e Acadêmicas	317	22%

Representação por Gênero



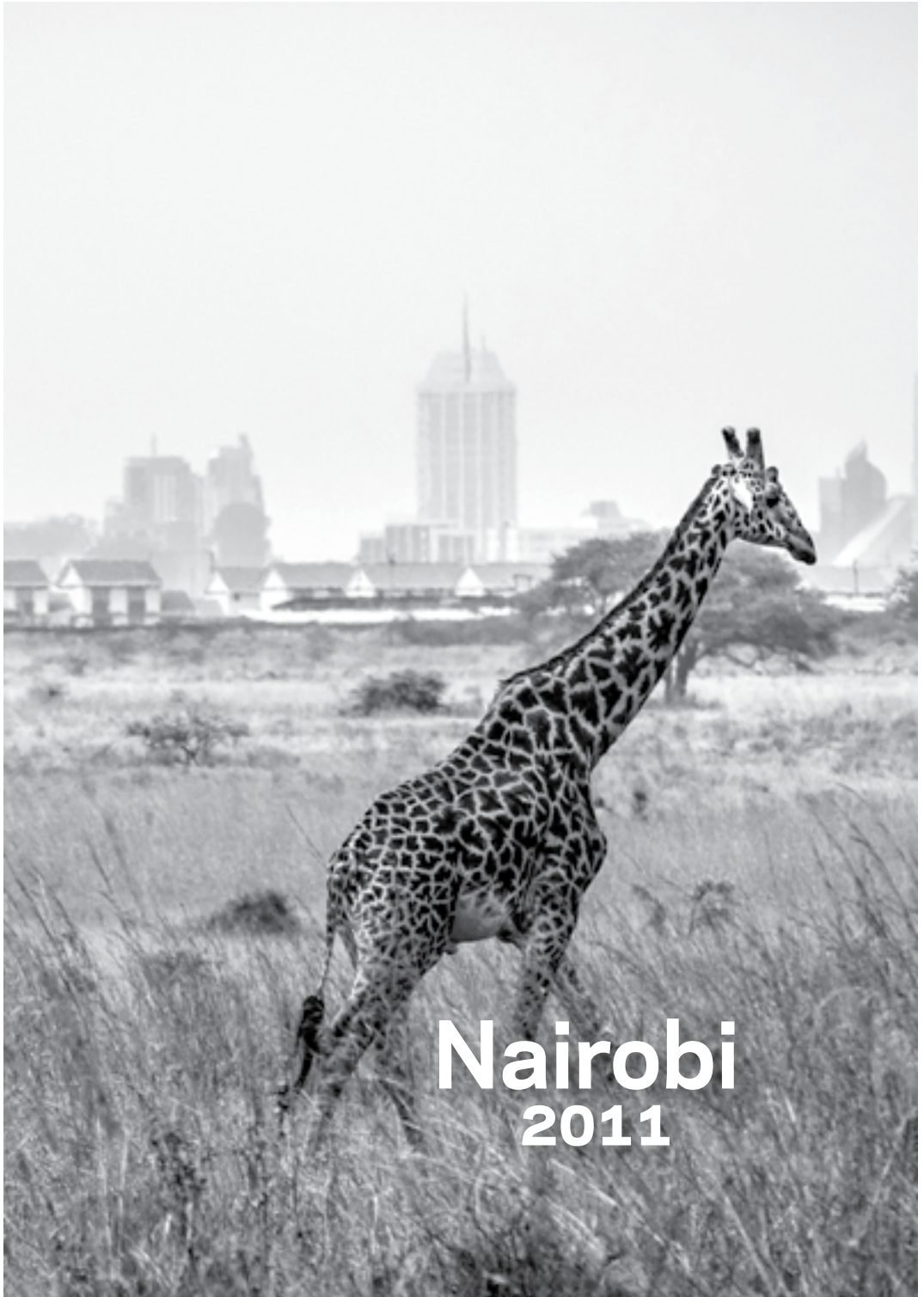
Representação Setorial



Anexo III

Nuvem de Palavras⁴

⁴ A Nuvem de Palavras ilustra a frequência das palavras encontradas na transcrição das sessões principais do IGF 2010. Quanto maior o tamanho dos caracteres, maior a frequência da palavra durante o encontro. As cores não possuem nenhum significado especial e têm apenas valor estético.



6º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Nairóbi, Quênia, 27-30 de setembro de 2011

Sumário do Presidente

O sexto encontro do Fórum de Governança da Internet foi realizado em Nairóbi, no Quênia, de 27 a 30 de setembro de 2011. Ele se focou no tema geral “A Internet como catalisador de mudanças: acesso, desenvolvimento, liberdades e inovação”.

Com mais de 2.000 crachás emitidos aos participantes, o encontro de Nairóbi registrou a maior presença das reuniões do IGF até o momento. Estiveram representados 125 governos e foram acreditados 68 representantes de veículos de comunicação. A distribuição aproximada por nacionalidades regionalmente agrupadas foi: africanas (53%), do grupo de Estados da Europa Ocidental e de outros Estados (29%), asiáticas (11%), do grupo de Estados da América Latina e Caribe (4%), e do Leste Europeu (3%)¹.

Alinhados com a prática mutuamente acordada do IGF, o programa e as reuniões foram preparados por meio de uma série de consultas abertas e multissetoriais realizadas ao longo de 2011. O processo preparatório refletiu a estrutura interativa e participativa do IGF.

As sessões principais foram organizadas com o objetivo de maximizar a oportunidade de diálogo aberto e inclusivo e a troca de ideias entre todos os setores. Os workshops, que visam alimentar o diálogo, fizeram circular seus subsídios entre as sessões principais e os diferentes tipos de reuniões sobre assuntos correlatos que estavam sendo realizadas.

Em paralelo às sessões principais, 122 workshops, fóruns de melhores práticas, reuniões de coalizões dinâmicas e fóruns abertos foram realizados em torno dos principais temas do fórum e do amplo mandato do IGF.

Cada uma das sessões principais foi organizada em torno de uma série de questões desenvolvidas ao longo do processo de consulta. Cada sessão teve um moderador e contou com palestrantes especialistas. Todas as sessões principais receberam informações

1 Nota dos editores: os grupos regionais seguem a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU).

de uma série de workshops sobre os temas relacionados. Os organizadores destes workshops relataram suas discussões, fornecendo contextos e pontos de partida para o debate.

Hubs remotos foram estabelecidos em 47 locais e ofereceram meios para que pudessem participar ativamente no fórum e contribuir com as discussões mais de 823 pessoas que não puderam viajar ao encontro. Um total de 38 participantes/palestrantes remotos participaram por vídeo ou áudio e aproximadamente 2500 conexões, de 89 países, foram feitas durante a semana.

Toda a reunião foi transmitida via *Web*, com *streaming* de vídeo oferecido na sala de sessões principais e *streaming* de áudio de todas as salas de *workshops*. Todas as sessões principais e *workshops* contaram com transcrição em tempo real. Os textos transcritos e os vídeos de todas as reuniões foram disponibilizados na página do IGF. Isso permitiu que os participantes remotos pudessem interagir com a reunião em tempo real. Todas as sessões principais contaram com tradução simultânea nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas.

Cerimônia de Abertura

A cerimônia de abertura entregou formalmente o sexto encontro do Fórum de Governança da Internet ao país anfitrião. A cerimônia de abertura deu as boas-vindas do Quênia, de Nairóbi e do escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) naquela cidade aos delegados. Em seus comentários de boas-vindas a Sra. Sahle-Work Zewde, Diretora Geral do Escritório local da ONU, convidou os delegados a desfrutarem das instalações e dos serviços do complexo das Nações Unidas e desejou sucesso à reunião.

Em seu comentário de abertura- falando em nome do Sr. Sha Zukang, Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais, o Sr. Thomas Stelzer, Secretário Geral Adjunto para a Coordenação de Políticas no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA), expressou sua gratidão ao Governo do Quênia por sua calorosa recepção e generosa hospitalidade. em nome do Sr. Sha Zukang, Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais. O Sr. Stelzer ressaltou a importância do processo multissetorial nas fundações estruturantes do IGF e argumentou que o contínuo crescimento da Internet, em todas as plataformas de tecnologia, reforçava a necessidade de um diálogo aberto sobre políticas públicas que

reunisse, em pé de igualdade, todos os representantes multissetoriais. Ele destacou que o desenvolvimento era um dos temas do IGF de importância crítica e abria a oportunidade ao IGF de contribuir e ajudar a moldar o desdobramento do processo da Rio+20 para o desenvolvimento sustentável.

O Sr. Stelzer convidou a Sra. Alice Munyua, presidente do Comitê de Governança da Internet do Quênia, a assumir a presidência do encontro em nome do país anfitrião. A Sra. Munyua expressou seus agradecimentos aos delegados pela confiança em sua atuação como presidente do sexto encontro do IGF e observou que o Quênia estava encantado por ser o primeiro país da África Subsaariana a sediar um encontro do IGF.

Em seus comentários de abertura, o Dr. Bitange Ndemo, Secretário Permanente do Ministério de Informação e Comunicações da República do Quênia, acolheu o espírito do IGF e descreveu a transformação que havia ocorrido nos últimos anos em termos de disponibilização, qualidade e adoção dos serviços de Internet no Quênia. A chegada de novos cabos de fibra óptica proporcionou abundância de conectividade internacional, os investimentos dos operadores fizeram o alcance da cobertura das redes chegar a todos os cantos do país e o rápido desenvolvimento de serviços inovadores de padrão internacional, como a moeda eletrônica, não só haviam ajudado os quenianos no seu dia a dia, mas também colocaram o Quênia no mapa global das economias inovadoras.

O Exmo. Sr. Samuel Poghisio, Membro do Parlamento, Ministro de Informação e Comunicações do Quênia, destacou as oportunidades que o País vinha buscando, a partir do aumento do acesso à Internet, de alcançar suas metas relativas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Ao apresentar o plano estratégico para o desenvolvimento do país, denominado “Visão do Quênia 2030”, ele ressaltou o compromisso com uma visão que teria garantido o acesso à Internet para todos e acentado as bases para uma sociedade mais aberta e transparente. O plano para 2030 apresentou uma visão nacional do Quênia como uma sociedade da informação plena e uma economia na qual a Internet fomentaria a inovação e o empreendedorismo.

O Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Hamadoun Touré, falou sobre as diversas atividades da União. Ele discorreu sobre o trabalho da UIT e seus países membros em questões de cibersegurança, proteção das crianças

no ambiente *on-line* e mudanças climáticas. O Secretário-Geral também compartilhou com os delegados alguns *insights* surgidos no diálogo de alto nível que havia sido organizado pela UIT juntamente com o governo do Quênia antes do IGF.

S. Ex.^a Kalonzo Musyoka, vice-presidente da República do Quênia, apresentou suas calorosas boas-vindas e desejou que todos pudessem desfrutar da visita ao País. Ele ressaltou o comprometimento do governo queniano em colher os benefícios da Internet para todos e usá-la para construir um governo mais aberto e transparente. O Sr. Musyoka destacou o comprometimento do governo em aprimorar o acesso à Internet e à informação e reafirmou a importância conferida ao acesso ao conhecimento, à informação e à conectividade como pilares do desenvolvimento humano.

No fechamento da cerimônia de abertura, a Sra. Munyua agradeceu aos palestrantes e destacou a importância da Governança da Internet para o Desenvolvimento (IG4D) e ressaltou o objetivo de que a agenda da governança da Internet para o desenvolvimento permeasse todas as conversas no sexto encontro do IGF. Ela ressaltou que, mantendo a tradição do IGF, os resultados da reunião não seriam recomendações formais, mas diálogos multissetoriais. Esses diálogos informariam outros processos internacionais e, particularmente, as questões de política doméstica de todos aqueles envolvidos na governança da Internet. Com esses comentários, a cerimônia de abertura foi dada por encerrada.

Sessão de Abertura

A sessão de abertura do sexto encontro do IGF em Nairóbi atendeu às expectativas de todos os participantes. A sessão permitiu que cerca de 20 palestrantes representativos de todos os setores da comunidade da governança da Internet destacassem os desafios e as oportunidades que ela enfrenta nos dias de hoje. Os últimos 12 meses definiram o contexto para essas apresentações. Este foi um ano em que a Internet desempenhou claramente um papel essencial como catalisadora de mudanças: criou novos acessos para milhões de pessoas ao redor do mundo; apresentou novas oportunidades de desenvolvimento e inaugurou um novo período de liberdades e inovação para muitas pessoas em todo o planeta. Independentemente de qual tenha sido a avaliação do ano passado, o país ou tema em questão, a Internet desempenhou um papel

fundamental, que evidenciou os desafios e as oportunidades que a comunidade ampla e multissetorial da governança da Internet tem que enfrentar. O período entre o IGF Vilnius 2010 e Nairóbi 2011 foi um dos mais tumultuados da história da Internet.

Diante deste pano de fundo, palestrantes de todos os setores delinearum um panorama sobre as questões centrais para o futuro e as escolhas que a comunidade de governança da Internet enfrenta. Todos os participantes apontaram como um contexto importante a rápida e excepcional difusão da Internet tanto global como localmente no Quênia. Por exemplo, os últimos anos viram a transformação do acesso à Internet no Quênia: a capacidade da fibra óptica internacional agora é abundante e mais de 12 milhões de quenianos possuem acesso à Internet e as redes financeiras do país foram revolucionadas pelos inovadores serviços bancários por celular de nível internacional. Essas tendências podem ser percebidas ao redor do mundo e em todas as comunidades e redes – a Internet continua a se expandir e redefinir as fronteiras de nossas vidas.

Todos os palestrantes da sessão de abertura ressaltaram seu apoio à comunidade multissetorial e aberta existente no IGF como a base legítima para o desenvolvimento de um debate global sobre governança da Internet. Foi ressaltada como característica definidora do IGF a oportunidade para a cooperação aprimorada baseada na igualdade de todos os participantes e em processos de diálogo aberto – que deveria ser valorizada conforme os debates evoluíssem nos anos vindouros.

Outra consonância foi o apelo de todos os palestrantes no sentido de que a necessidade de abertura e transparência na operação e fornecimento da Internet aos usuários deveria corresponder à abertura e transparência das instituições. Mais do que isso, essas instituições de governança da Internet deveriam ser responsivas, inovadoras e apoiar a Internet como catalisadora de mudanças.

Em suas diversas perspectivas, a comunidade multissetorial trouxe para o centro do debate uma preocupação comum com a segurança da Internet. O conceito de segurança expandiu o debate e surgiu uma demanda pelo desenvolvimento de políticas para além de tratados sobre cibercrimes, a partir de um diálogo multissetorial, no qual todos pudessem se beneficiar das sinergias criadas, seja no que se refere à proteção das crianças e dos mais vulneráveis *on-line* ou no que concerne à garantia da segurança e da estabilidade da Internet em si.

Todos os participantes celebraram as diversas formas por meio das quais o crescimento fenomenal do acesso à Internet, ao conteúdo e ao conhecimento que a rede dissemina vieram a produzir avanços no desenvolvimento humano. Quer na saúde, educação, emprego, vida social ou na especificidade da proteção contra desastres ou da recuperação pós-desastres, a Internet havia se inserido firmemente nas nossas maneiras de ser.

Em muitas das intervenções, o debate evoluiu em torno de um contraponto que explorou direitos humanos e acesso à Internet. O amplo avanço do desenvolvimento humano, associado ao acesso à Internet, forneceu um marco para os direitos humanos. Esses direitos não foram apenas postos lado a lado com a importância do acesso, mas também se destacou como tal acesso estava ligado às liberdades de expressão e associação. Durante os trabalhos, porém, os participantes foram lembrados sobre as escolhas que deveriam ser feitas; que a evolução da governança da Internet em si mesma deveria refletir as aspirações de sua comunidade multissetorial e que o diálogo aberto e construtivo facilitaria a opção pelas escolhas mais apropriadas.

Governança da Internet para o Desenvolvimento (IG4D)

Questões referentes ao desenvolvimento têm sido centrais para o IGF desde sua concepção – a confluência das mudanças técnicas, novas oportunidades econômicas e mudanças sociais havia impulsionado os temas da governança da Internet para o centro dos debates sobre desenvolvimento. A sessão objetivou considerar quais seriam alguns exemplos específicos de temas de governança da Internet que poderiam ser particularmente relevantes para o desenvolvimento.

A IG4D, como processo de elaboração de políticas, talvez seja melhor compreendida como uma oportunidade para otimizar os resultados em termos de desenvolvimento das políticas públicas relevantes. O ambiente propício para que as políticas da IG4D possam florescer tem como foco a elaboração de políticas públicas baseadas em fatos, enquadrando os temas e a inclusão das instituições nacionais e internacionais apropriadas. Foi traçado um paralelo com outras arenas políticas onde, por exemplo, instituições internacionais como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) haviam assumido preocupações específicas quanto ao desenvolvimento e o comércio.

A importância da utilização do modelo multissetorial na formatação desse debate sobre políticas públicas é axiomática. É através de processos multissetoriais que os objetivos de capacitação e reformulação dos procedimentos institucionais, especialmente para remover barreiras, podem definir melhor os resultados das políticas públicas.

O significado da Internet móvel foi ressaltado. A atual inter-relação entre aparelhos, instalações de redes, preços e serviços significa que, num período imediato, o acesso à Internet por meio de redes móveis estaria em ascensão. No entanto, o aumento dramático desse tipo de acesso está trazendo para o centro das discussões áreas chave de políticas públicas, mais notavelmente o acesso ao espectro e como ele é gerenciado e alocado em bandas que otimizam os investimentos em redes. Outras áreas de preocupação incluem a capacidade e qualidade das redes de transporte da rede principal, assim como a disponibilidade de fontes de energia sustentáveis e confiáveis.

O crescimento na difusão e na adoção da banda larga e, portanto, no acesso à Internet, levou muitos a verem esse acesso como um direito humano; os direitos ao desenvolvimento e à Internet encontram-se entrelaçados conforme esta se torna um dos propulsores centrais da transformação econômica e social e do crescimento, de modo a se tornar um direito humano inalienável. Cada vez mais, o que se faz necessário é um marco de governança da Internet estável e previsível, que se construa sobre a participação multissetorial plena. Ademais, um marco de governança da Internet para o desenvolvimento não se focaria apenas no acesso às infraestruturas, mas também no acesso às liberdades de expressão e associação. Construir uma dimensão de direitos humanos na governança da Internet para o desenvolvimento propicia um mecanismo para a compreensão e tratamento de violações.

A IG4D é mais do que uma questão de acesso, mas o crescimento do acesso e a ascensão da Internet como um motor de desenvolvimento revelaram uma série de lacunas de “capacidades”. A natureza ubíqua da Internet criou a necessidade de múltiplos fóruns para tratar de questões da sua governança, que variam de técnicas a sociais. As perspectivas multissetoriais permanecem fundamentais, principalmente conforme a Internet se torna um fenômeno global, e as questões de governança abarcam todos os

setores dentro de cada país e entre todos os países. É por meio de processos multissetoriais que um marco de políticas públicas coerentes pode emergir de forma inclusiva e se conectar, por exemplo, com interesses públicos e privados.

A centralidade da Internet no processo de desenvolvimento significa que as economias emergentes não são mais receptoras passivas de tecnologia, mas usuárias e inovadoras. Essas novas dinâmicas possuem muitas características que impactam em áreas de governança da Internet. Os marcos de políticas públicas, já bem estabelecidos no setor de tecnologias da informação e comunicação (TIC) – que sustentam investimentos, inovação, novos serviços e aumentos dramáticos no acesso, com preços mais baixos e melhor qualidade –, precisam ser replicados em toda a Internet. Os custos de acesso precisam ser reduzidos e os regimes de políticas públicas que fomentam a inovação da Internet e ao seu redor deveriam se preocupar com os custos. Um fator importante para se alcançar preços mais baixos seria um regime de propriedade intelectual que promovesse o fluxo de ideias ao redor do mundo em taxas decrescentes.

As múltiplas facetas do debate sobre governança da Internet para o desenvolvimento emergiram nas diversas contribuições do público, de participantes remotos e de comentários adicionais dos palestrantes. Algumas pessoas observaram que os representantes dos países em desenvolvimento deveriam poder participar de forma significativa dos processos de governança da Internet e que todos os processos da IG4D deveriam ser mais inclusivos. Outros comentários se focaram nos aspectos práticos de desenvolvimento e distribuição de *software* para escolas e problemas de *spam* em SMS, além de ideias sobre a transferência de dívidas baseada em novos investimentos em TICs. Outras participações focaram a natureza da colaboração sul-sul e como intervenções da governança da Internet nos fluxos de tráfego e nos pontos de troca de tráfego de Internet regionais melhoram a capacidade internacional, citando como exemplo os novos cabos de fibra que conectam o Quênia. E houve ainda intervenções que destacaram a importância dos processos multissetoriais na redução de desafios culturais e organizacionais. A importância das ferramentas de redes sociais nos processos de desenvolvimento foi defendida, juntamente com os direitos de acesso e uso de tais ferramentas.

O debate destacou o significado da governança da Internet para o desenvolvimento, não como uma atividade marginal, mas como um elemento central da agenda de desenvolvimento, vinculando novas formas de acesso, desenvolvimento econômico, inovações, novas liberdades e direitos humanos.

Questões Emergentes

O foco da sessão foi uma pergunta: “A governança é diferente para a Internet móvel e para a Internet a cabo?” Em sua introdução, a presidente da sessão observou que essa questão era de vital importância para os países em desenvolvimento, onde a Internet móvel agora conectava indivíduos e negócios a serviços, mercados e informações que antes estavam fora de seu alcance. O Quênia representava um exemplo claro disso, uma vez que os serviços móveis trouxeram sofisticados serviços financeiros para o alcance de muitos que anteriormente não tinham acesso, que antes haviam sido os “sem-banco”.

Ao introduzir a sessão, os moderadores comentaram estatísticas e pesquisas que indicavam fortemente a Internet móvel como o futuro da Internet. Cerca da metade de todos os usuários de Internet e um sétimo da população mundial haviam migrado para a Internet móvel e uma pesquisa recente da indústria estimava que as adesões à banda larga móvel alcançariam 3.8 bilhões até 2015, ou seja, cerca da metade da população mundial. Outro relatório previa que, também por volta de 2015, o tráfego a partir de dispositivos sem fio excederia o tráfego de aparelhos conectados por cabo. A Internet móvel, até a data, provavelmente tinha sido a tecnologia que cresceria mais rápido em toda a história; nenhuma outra havia alcançado tantas pessoas e se tornara abrangente em tão pouco tempo.

Reagindo a essa introdução, os palestrantes notaram que, dada a alta penetração dos serviços móveis em países em desenvolvimento e desenvolvidos, um dos elementos-chave para o desenvolvimento era que a Internet móvel se tornasse mais robusta. Evidentemente as pessoas estariam conectadas e, quando isso acontecesse, deveriam estar protegidas contra falhas no sistema no qual elas haviam se acostumado a confiar a provisão de serviços críticos para suas vidas, como serviços bancários, de saúde e educação. Houve uma percepção consensual de que os sistemas móveis deveriam ser desenvolvidos a partir de uma expectativa de falhas e de rápido restabelecimento dos serviços.

A importância da alocação e gerenciamento do espectro, que tem sido frequentemente desconsiderada no debate sobre o desenvolvimento, também foi reconhecida. A alocação do espectro é geralmente vinculada ao ambiente competitivo e, se a competitividade for limitada, pode resultar em problemas de viabilidade financeira. Foi sugerido que poderiam ajudar nessa situação o gerenciamento ativo do espectro e novos tipos de dispositivos que utilizem a banda disponível de forma mais eficiente. O espectro alocado para WiFi e o uso de *white spaces* também deveriam ser considerados.

Também foi observado que um ecossistema amplo e diverso de tecnologias móveis – dispositivos inteligentes e alocação inteligente do espectro – poderiam ajudar a se atingir o objetivo de assegurar que até 2020 todos os seres humanos tenham acesso a um gigabyte de dados por dia por menos de um dólar. Ao mesmo tempo, foi levantada a importância da criação de um ambiente amigável aos investimentos, com a observação de que isso poderia ser um gargalo para o alcance de tais objetivos.

O próximo estágio da Internet móvel seria o 4G e tecnologias como a *Long Term Evolution* (LTE), que ofereciam velocidades até dez vezes maiores do que as tecnologias 3G e maior segurança. E isso seria importante para a robustez e a confiabilidade que os palestrantes haviam previamente identificado como requisitos fundamentais para posicionar a Internet móvel no centro da vida das pessoas. No entanto, a maioria dos palestrantes reconheceu que, para tais tecnologias serem implantadas, os provedores precisariam ter garantias de que receberiam retornos justos para seus investimentos.

No que compete à inovação, um dos palestrantes observou que a funcionalidade dos dispositivos móveis era geralmente bloqueada e não permitia a inovação aberta. Ele perguntou à plateia se a atual Internet móvel, como um ambiente mais fechado que a Internet a cabo, atraía menos inovação do que poderia vir a fazer caso fosse mais aberta. O palestrante também observou que as redes sociais não conversavam umas com as outras, as páginas web não eram sempre interoperáveis e muitos dispositivos não conversavam uns com os outros. A futura governança da Internet móvel e a cabo deveria, portanto, considerar a importância de manter uma plataforma web aberta. Além disso, foi sugerido que uma regulamentação excessiva, de cima para baixo, poderia inibir a inovação e também interferir no tipo de governança aberta que a experiência sugeria ser bem-sucedida.

Outro palestrante relembrou ao fórum que os dispositivos móveis ainda eram primariamente utilizados para serviços de voz e apontou que a Internet do futuro poderia ser também baseada na voz. Uma Internet baseada em serviços de voz seria mais inclusiva, se moldaria à ideia de Web Semântica, e permitiria uma Internet mais e mais multilíngue. As questões de governança dessa Internet mais global deveriam ser consideradas.

Em seus comentários finais, a presidente observou que a governança da Internet móvel é da maior importância, particularmente nos países em desenvolvimento, onde estava acontecendo o crescimento explosivo do uso de dispositivos móveis. No entanto, mesmo havendo muitos aspectos bons nas tecnologias móveis, ela recordou a audiência que da Internet a cabo ainda era importante. A banda massiva que havia sido disponibilizada por cabos submarinos assentados nas costas do leste da África conectou a região ao mundo em velocidades muito altas, abrindo novas oportunidades e um novo mundo aos povos da região.

Acesso e Diversidade

Trilhando vários caminhos, a sessão sobre acesso e diversidade procurou explorar as maneiras pelas quais o acesso à Internet pode ser entendido como um direito humano. Esses caminhos levaram a um debate rico, amplo e vibrante entre os palestrantes, delegados e participantes remotos. Os debates e questionamentos foram de temas gerais a específicos - e isso foi bem articulado pelo presidente, que em sua introdução falou sobre os desafios enfrentados pelo Quênia há alguns anos e as pressões sofridas para que a Internet fosse encerrada e como, ao final, venceram os argumentos favoráveis a manter o fluxo de informação e os direitos de liberdade de expressão. Como consequência, a decisão de manter o acesso ajudou o Quênia a adotar estilos mais abertos de governança e a se firmar como liderança em toda a África e também no Oriente Médio.

Houve muitas intervenções e ainda assim o debate se aglutinou em torno de vários temas centrais. No início da sessão, os delegados foram lembrados de que o acesso à informação é um direito humano, tal qual a liberdade de expressão. Também se observou que, recentemente, o Relator da ONU sobre Direitos Humanos apelou para que o acesso à Internet fosse considerado um direito humano.

Um dos principais debates, e que abrangeu muitas dimensões, foi que o acesso está intimamente ligado ao conceito de acessibilidade. Observou-se que havia mais de um bilhão de pessoas no

mundo que viviam com algum tipo de deficiência e que muitas delas eram altamente vulneráveis, com rendimentos relativamente baixos. Como consequência, acesso sem acessibilidade seria irrelevante; e a acessibilidade assume muitas dimensões, incluindo viabilidade financeira, relevância e questões de projeto. Além disso, muitas das pessoas com deficiência estão marginalizadas da sociedade e aumentar o acesso e a acessibilidade pode ser algo transformador, conduzindo-as à inclusão e à independência econômica e social.

A utilização do *design* como uma lente para explorar o acesso e a acessibilidade foi um dos assuntos tratados ao longo da sessão. A necessidade de projetar o acesso e a acessibilidade nos produtos e serviços desde suas origens foi percebida como um passo fundamental na transformação do panorama. Em alguns casos, os incentivos para incluir as questões de acesso e acessibilidade ocorreram a partir da legislação, como a seção 225 do *Americans with Disabilities Act* para produtos de TIC/informação; em outros casos, – intencionalmente ou não – o incentivo veio da exploração de oportunidades comerciais ou sociais, tais como a adoção imaginativa e precoce da legendagem em reuniões do IGF, desde a sua criação. Para alguns, a utilização de diferentes incentivos era a rota adequada para aumentar o acesso e a acessibilidade, mais do que a rigidez da legislação. Durante toda a sessão, o projeto foi revisitado como um elemento chave para a garantia do acesso e da acessibilidade, por exemplo, em discussões sobre a introdução de um novo currículo nas escolas, cursos técnicos e universidades.

Houve algum questionamento profundo sobre a diferença entre garantir a universalidade do acesso à Internet e a Internet como um direito humano e ainda como essas duas perspectivas moldam diferentes debates políticos e sociais e também diferentes políticas públicas.

Questões relacionadas ao custo financeiro foram vistas por muitos como grandes barreiras ao acesso e à acessibilidade. É bem conhecido o custo de equipamentos de TIC especiais para pessoas com deficiência; muitos dispositivos especializados custam muitas vezes mais do que um produto convencional. O tema dos custos financeiros tem impactos em toda a cadeia de valor - para os cegos, a “fome de livro” (*book famine*) é apenas mais um dos sintomas associados às questões de acessibilidade.

Argumentou-se que a forte relação entre acesso e acessibilidade havia trazido uma nova e importante dimensão ao acesso e que nos últimos anos essa perspectiva havia orientado muitos debates sobre políticas públicas. No entanto, isso era agora visto como importante para estender o debate para além de questões de conectividade e focar a atenção em temas como a liberdade de expressão e de associação. Em suma, o acesso aos cabos não faz sentido a não ser que os potenciais de informação e transformação estejam disponíveis e possam ser usados pelos indivíduos.

A onipresença do inglês foi questionada e, assim, a importância do multilinguismo foi sublinhada junto com todas as formas de alfabetização. Foi reconhecido o poder da Internet e de seus arranjos institucionais para apoiar a inovação e produzir diversidade. Em alguns casos, essas inovações foram tecnologicamente orientadas, como no caso da transposição de voz para texto, ou com o *software* livre e o de código aberto, enquanto em outros casos foram recomendadas inovações em serviços, tais como o governo móvel ou M-gov.

A importância dos debates inclusivos e multissetoriais foi ressaltada durante toda a sessão e um participante com deficiência exigiu: “Que não haja nada sobre nós sem a nossa participação!”.

Cada um à sua maneira, muitos dos workshops de retroalimentação contribuíram para a discussão. Todos agregaram à trama que sustenta a importância do acesso à Internet como um direito humano.

Segurança, Abertura e Privacidade

A sessão discutiu questões transfronteiriças de governança da Internet, que se encontram na interseção entre segurança, abertura e privacidade. Ademais, o tema dos direitos humanos foi proeminente durante toda a discussão. Muitos dos exemplos debatidos se relacionavam com os eventos do ano anterior, tais como as ações praticadas por diversos atores da Internet no que se refere a *sites* de denúncias e vazamento de informações (*whistleblowers*), a “apreensão” de nomes de domínios, propostas de bloqueio de páginas e filtragem de redes, o papel que os centros de operações de segurança cibernética e as agências policiais podem ter na proteção da Internet e seus usuários contra ataques e crimes cibernéticos e o impacto de medidas tomadas para cortar o acesso à Internet de indivíduos, grupos ou países inteiros, como ocorreu durante a “Primavera Árabe”.

Como um tema transversal, diversos princípios de direitos humanos forneceram uma heurística para a exploração e a compreensão de muitas das intervenções e questões que foram levantadas. Hoje, a necessidade de que a Internet permaneça como um espaço aberto está sendo crescentemente percebida como um direito humano, mesmo que a própria natureza desta abertura tenha resultado no aumento da aplicação de leis penais a usuários e intermediários. Para alguns palestrantes, tal uso da lei penal por vezes era feito para cercear a liberdade de expressão e associação.

Ao longo de uma ampla gama de debates, todos os palestrantes, independentemente de suas ênfases particulares, visualizaram a necessidade de se compreender a natureza interrelacionada da segurança, abertura e privacidade, ainda mais no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas. Também foi enfatizado que os três assuntos mereciam atenção similar e que, ao se tratar de privacidade, a segurança deveria ser levada em consideração e, ao se tratar de privacidade, a abertura deveria ser considerada e assim por diante.

Atualmente vivemos em uma era de “igualitarismo da informação” o que, em muitas áreas ao redor do mundo, ajuda a nivelar o jogo entre os “que possuem e os despossuídos”. A Internet está claramente oferecendo aos indivíduos e aos Estados oportunidades sem precedentes. São estarrecedores o crescimento econômico, a criação de empregos, os avanços na educação e na saúde e os desenvolvimentos científicos que a troca transfronteiriça de informação e comunicação pela Internet vem produzindo. É evidente que precisamos manter a abertura e a natureza de “espaço público” da Internet, que permitiram que esse progresso acontecesse. Esta oportunidade e novo poder, no entanto, demandam uma responsabilidade compartilhada que todos os usuários deveriam assumir para garantir que uma Internet aberta seja segura, estável e privada e que leve em consideração os direitos humanos básicos.

Foi observado que a maior parte da legislação existente sobre segurança, abertura e privacidade antecedia a rápida expansão da Internet nos últimos anos e havia sido redigida sem considerar o pleno envolvimento multissetorial. No entanto, desenvolvimentos recentes – como o armazenamento de dados pessoais em nuvem, intervenções governamentais e medidas regulatórias destinadas às atividades *on-line* e à proteção das crianças – precisavam ser conduzidos com agilidade, de forma colaborativa e

multissetorial. Questões diferentes demandam diferentes respostas, mas foi repetidamente enfatizada pelos participantes a importância de, ao se lidar com esses temas delicados, sempre se levar em conta os direitos humanos e o Estado de direito.

Houve um caloroso debate sobre onde reside a responsabilidade no que se refere à cibersegurança. Usuários individuais, famílias, provedores de serviços de Internet, reguladores e legisladores independentes, governos de Estados e instituições globais de elaboração de políticas foram todos mencionados como detentores de tal responsabilidade. A capacitação continuada e a educação dos usuários em todas essas questões são absolutamente necessárias.

A importância dos direitos humanos e de garantir que os indivíduos e grupos mantenham sua liberdade de expressão e associação foi destacada ao longo de toda a sessão e quase todos os debates retornaram ao tema do papel central dos direitos humanos na Internet. Preocupações surgiram quanto às crescentes intervenções governamentais e regulatórias e sobre as implicações futuras de situações que haviam acontecido no ano anterior, tais como a “Primavera Árabe” e as controvérsias ao redor do Wikileaks. Novamente, houve acordo em que não existe uma “bala de prata” para essa questão em particular. O Estado deve ser capaz de proteger seus cidadãos, mas também precisa garantir sua liberdade de expressão; os provedores dos serviços e outros intermediários devem ter em mente a segurança e a liberdade de expressão dos usuários, mas há que fazê-lo tendo em mente o Estado de Direito e com a segurança dos usuários como principal prioridade.

Finalmente, houve alguma discussão quanto à criação de códigos de conduta, tanto nacionais quanto internacionais, declarações ou tratados em todas essas questões. Mesmo havendo acordo em que todos os setores deveriam trabalhar juntos no sentido de garantir a cibersegurança global e que a colaboração era essencial, essa foi considerada uma questão de múltiplas camadas, em que países diferentes são afetados de formas também diversas. Os cibercrimes devem ser tratados com agilidade, especialmente nos cenários dos países em desenvolvimento, e mesmo que no futuro haja espaço para a realização de tratados globais, questões urgentes precisam ser endereçadas em tempo real, sem as restrições dos habituais atrasos na elaboração de políticas internacionais.

Claramente, a plataforma do IGF, com seus processos multissetoriais e diálogos abertos, é o local ideal para o enfrentamento destas questões complexas, robustas e politicamente sensíveis.

Gerenciando os Recursos Críticos da Internet

Esta sessão visou focalizar o debate sobre o tema dos recursos críticos da Internet em torno de três questões fundamentais, a saber, (i) o Sistema de Nomes de Domínio (DNS) e o papel dos diferentes setores, com referência específica aos novos Domínios de Primeiro Nível Genéricos (gTLDs), (ii) a relicitação do contrato para operar as funções da Autoridade para Atribuição de Números da Internet (IANA) e (iii) os mecanismos para assegurar e reforçar a participação multissetorial nos recursos críticos, especialmente daqueles setores provenientes de economias emergentes. Outros temas como capacitação, IPv6 e relatórios dos workshops de retroalimentação, foram incorporados ao debate mais amplo.

A discussão sobre os novos gTLDs ocorreu entre uma discussão sobre o moroso processo conduzido pela Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) e a realidade que iria se impor logo após a conclusão da reunião do IGF em Nairóbi; ou seja, o processo de aplicações seria aberto. O processo dos novos gTLDs havia sido gerenciado sob os auspícios da ICANN e vinha sendo um processo de domínio público, aberto e transparente. Entretanto, foi observado que processos transparentes não significam necessariamente que todos os setores possam participar ou ser consultados. Além disso, as decisões subsequentes não serão igualmente aceitas por todos os setores incluídos no processo. Um dos palestrantes observou que algumas pessoas teriam que aceitar a “parte difícil de um consenso aproximado”, caso suas opiniões não coincidissem com a opinião da maioria e com o resultado geral do processo.

Durante os comentários finais dos convidados, um especialista comentou que, ao se participar do desenvolvimento das políticas da ICANN – e o mesmo era provavelmente verdade para o IGF – o problema não era de transparência, mas sim de habilidade para digerir a enorme quantidade de dados produzidos nesses processos. Outro participante observou que informação não era o mesmo que conhecimento.

A sessão também considerou o impacto dos novos gTLDs e o acesso controverso a eles. Os critérios para a sua aquisição eram onerosos; os custos iniciais dos novos gTLDs giravam em torno de 185 mil USD e uma conta de depósito bloqueada para vários anos de custos operacionais, assim como uma avaliação satisfatória quanto à habilidade e credibilidade do candidato a gerenciar e financiar o novo gTLD. Embora o processo de consulta tenha

proposto uma redução de 47 mil USD para candidatos de mercados emergentes, nenhuma decisão final havia sido tomada ainda.

Na discussão sobre o impacto mais amplo dos novos gTLDs, uma gama de possíveis resultados, tanto positivos quanto negativos, foi considerada. A expectativa era de que os novos gTLDs promovessem a inovação e, sem dúvida, aumentassem e ampliassem, o espaço de nomes de domínio de primeiro nível (TLDs); mas ao mesmo tempo tal ação também poderia prejudicar as empresas, sua propriedade intelectual e defesas de marca. Os palestrantes também notaram que, através do Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC), o papel dos governos na ICANN, ao longo dos últimos anos, havia se tornado significativamente mais efetivo conforme eles se engajaram nos processos dos novos gTLDs, e que isso tinha um impacto importante no processo de aplicação final.

Inicialmente, a discussão sobre a participação multissetorial se focou no contrato IANA, que estava passando por um processo de relicitação. Posteriormente, se ampliou para abarcar considerações em torno do panorama institucional para o envolvimento multissetorial na elaboração de políticas para a Internet, incluindo a utilização da ONU para receber um novo órgão global que lide com essas questões de políticas. O debate inicial forneceu um contexto importante sobre os papéis e responsabilidades da IANA, suas funções e o potencial processo de aquisição. O processo de consulta havia sido planejado para ser aberto e transparente – todos os materiais foram gratuitamente disponibilizados em uma página na Internet com mais de 135 comentários provenientes de toda a comunidade multissetorial.

Houve um forte consenso em se permitir que as instituições já existentes continuassem a evoluir e se adaptassem às demandas das circunstâncias. Foi percebido que a abordagem multissetorial e as estruturas *bottom-up* da governança da Internet permaneciam relevantes, vibrantes e capazes de, em um futuro próximo, participar do enfrentamento dos diversos desafios da governança da Internet.

Alguns colaboradores reconheceram o papel positivo que, como um participante relativamente novo, o IGF vinha tendo em todo o ecossistema de governança da Internet. Também foi observado que o perfil “não decisório” e de “poder maleável” do IGF havia estimulado o debate e auxiliado as organizações ao redor do ecossistema a evoluir.

Alguns governos² mostraram-se interessados em explorar as opções que tratavam da habilidade dos países em desenvolvimento de participar de processos abertos e multissetoriais, particularmente quando existiam acessos significativamente diferenciados aos recursos. Diversos governos de países em desenvolvimento expressaram a preocupação de que suas vozes não haviam sido plenamente ouvidas e incluídas na complexa constelação dos processos de elaboração de políticas de Internet em outros fóruns onde decisões de políticas de Internet são tomadas.

Muitas intervenções salientaram a importância dos processos do IGF em dar forma ao debate sobre o tema dos recursos críticos da Internet, especialmente pela maneira por meio da qual o IGF acolhe intervenções da plateia e de participantes remotos. Outros comentaram, por exemplo, sobre como o processo de definição de padrões da comunidade de Internet era descentralizado, aberto e transparente e não se fundava na capacidade de estar presente em reuniões. Na prática, isso significava que toda a comunidade global poderia se envolver em um sistema meritocrático, aberto e transparente, independentemente de sua localização ou acesso a recursos financeiros.

Balanco e Caminho Adiante

Como já é de costume, a sessão “Balanco e Caminhos Adiante” refletiu sobre as experiências dos participantes e permitiu aos setores discutir o que havia e o que não havia sido satisfatório durante a semana e, finalmente, o que poderia ou não ser feito para tornar o IGF de 2012 ainda melhor do que o Fórum de Nairóbi em 2011. Particularmente, os participantes discutiram sobre a contribuição do Fórum tanto para as agendas de desenvolvimento e capacitação e sobre como ambas poderiam ser melhoradas para 2012.

Houve uma percepção geral de que o IGF de 2011 havia sido um grande sucesso. O governo queniano foi elogiado pela organização e por haver sediado o Fórum. Esse havia sido o maior e melhor atendido fórum, tanto no que se refere à participação física quanto à remota. Isso foi creditado à crescente importância e relevância das questões centrais do IGF em nível global e

² Para uma discussão detalhada sobre este ponto veja a transcrição da sessão em <<http://www.intgovforum.org/cms>>. Acessado em 4 de setembro de 2017.

ao mútuo entendimento de que o modelo multissetorial de governança da Internet é crucial para o contínuo progresso e o desenvolvimento positivo da Internet ao redor do mundo.

Foi visto como importante por muitos que, tanto o tema da reunião quanto as discussões nos workshops, haviam incorporado adequadamente as ideias da Governança da Internet para o Desenvolvimento. O consenso foi de que muito progresso havia sido feito nessas discussões e na participação – uma vez que a presença dos países em desenvolvimento havia sido maior do que nos anos anteriores e o sucesso da participação remota também foi reconhecido. Os temas do desenvolvimento haviam permeado todas as sessões principais e muitos dos workshops. Para alguns, o foco na governança da Internet e no desenvolvimento dentro do IGF conduziram naturalmente à necessidade de que uma maior atenção fosse dada ao tema dos direitos humanos. Foi sugerido que esse vínculo entre desenvolvimento e direitos humanos havia sido de fato um debate chave ao longo da reunião, que mostrou novamente a importância do IGF como um espaço para o diálogo aberto.

A participação remota foi tida como uma iniciativa central do IGF para facilitar a interação crescente entre os setores da governança da Internet fora dos espaços físicos do IGF. Foi reconhecido que a cada ano a força dos participantes remotos vinha crescendo e agregando aos debates presenciais. Um desafio adicional havia sido de apoiar o diálogo entre cada reunião do IGF. Nesse sentido, diversas iniciativas haviam sido importantes. Desde a concepção do IGF, as coalizões dinâmicas vinham desempenhando um papel na continuidade do diálogo ao longo do ano e nesta sessão foi anunciada a intenção de e criar de uma nova coalizão dinâmica sobre acesso público e bibliotecas. A motivação dos IGFs nacionais e regionais também foi elogiada por hospedarem discussões focadas ao longo do ano entre os fóruns globais. Essas iniciativas têm auxiliado a reforçar o entendimento do IGF como um processo, mais do que um evento.

Apesar do Fórum ter sido amplamente considerado um sucesso, o desejo de inovações constantes resultou na sugestão de muitas melhoras. Foi reconhecido que a participação da juventude deveria ser fortalecida, tanto física quanto remotamente. Foi dito que a juventude precisava ser incluída em todos os aspectos e níveis do IGF, não somente nos workshops e sessões destinados especificamente a esse segmento. A necessidade de

diversificação da participação foi ressaltada. Apesar da realização do Fórum em um país africano ter pela primeira vez, de fato, aumentado a presença de países em desenvolvimento, precisa ser reforçada e melhorada a cada ano a inclusão de participantes provenientes de países em desenvolvimento, das mulheres e pessoas com deficiência, entre outras.

Também foi mencionado que o IGF deveria aplicar métricas melhores e usar outras fontes de dados para informar algumas das discussões e ajudar a produzir um consenso acerca dos temas centrais a serem tratados como por exemplo no que se refere ao IPv6. Foi discutido que talvez o Fórum pudesse adotar novos procedimentos para permitir que todos os setores tivessem acesso mais fácil à vasta riqueza de conhecimento que havia sido gerada pelo IGF ao longo dos anos. Um novo foco no gerenciamento e intercâmbio de conhecimentos poderia apoiar atividades de capacitação. Foi, entretanto, observado que tais propostas não eram isentas de implicações significativas em termos de recursos, mas todos os participantes do IGF foram encorajados a incentivar tais iniciativas.

A importância dos processos multissetoriais para o sucesso do IGF foi ressaltada ao longo de toda a sessão. Também foi destacada durante a reunião a importância do Fórum como um mecanismo que permitia aos setores debater e formar políticas públicas, mesmo que as decisões finais se dessem em outros fóruns.

Seguindo adiante, foi acordado que a liderança e segurança financeira do Secretariado do IGF precisavam ser asseguradas com urgência, para garantir sua continuidade e crescimento. Com relação ao Fórum de 2012, os representantes da sociedade civil solicitaram à ONU que assegurasse que o processo multissetorial seria mantido pelo país sede, no que se refere ao processamento de vistos, ao fornecimento de acomodações e à manutenção de diálogos e debates verdadeiramente abertos e participativos.

Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento permitiu que palestrantes do país sede e de todos os setores refletissem sobre o sexto encontro do IGF e articulassem suas expectativas para o IGF nos meses e anos vindouros. Agradecimentos profundos foram feitos ao país sede e a todos que participaram e ajudaram a tornar o sexto encontro do IGF um sucesso.

Sem dúvida, todos os palestrantes comentaram sobre o quanto o sexto encontro do IGF havia reforçado as contribuições positivas do IGF para o processo de governança da Internet. As qualidades únicas do IGF como um processo multissetorial, desenvolvido sob os auspícios do Secretariado Geral das Nações Unidas, foram repetidamente salientadas como ingredientes vitais para a construção de uma abordagem direcionada ao consenso na governança da Internet.

A importância de realizar a sexta reunião do IGF no Quênia foi ressaltada por muitos palestrantes. Não somente a reunião permitiu que novas perspectivas fossem compartilhadas e novas audiências pudessem participar, como, de maneira muito prática, mostrou os passos consideráveis que haviam sido dados pelo Quênia nos últimos anos no cenário das TIC. O país sede e seu setor de TIC proveram o encontro de acesso a infraestruturas e serviços de primeira qualidade e puderam demonstrar sua resiliência. Além disso, os debates ao longo da reunião mostraram como a inovação no setor TIC no Quênia havia alcançado padrões internacionais de qualidade e, assim, reforçaram a importância dos debates, workshops e discussões sobre a governança da Internet para o desenvolvimento.

A sessão de encerramento testemunhou uma série de questões importantes a serem sublinhadas. A ênfase na agenda do desenvolvimento elevou a importância do debate sobre a governança da Internet e os direitos humanos. Conforme foi percebido ao longo da reunião, o período entre o quinto e o sexto encontro do IGF vivenciou exemplos tangíveis quanto à importância dos direitos humanos como parte integral da agenda da governança da Internet, tais como os eventos ocorridos durante a chamada “Primavera Árabe”. Foi feita uma proposta para que os direitos humanos formassem parte do conceito central do tema do próximo encontro do IGF.

A importância da utilização do processo multissetorial como a base para a construção dos sucessos do Fórum de Governança da Internet foi compartilhada por todos e, não menos, nos debates sobre o futuro do IGF e nas deliberações da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU (CCTD). Todos os setores compreenderam a importância de se proteger o formato do IGF e seus princípios fundadores, como a base de um modelo consagrado que conduz a processos decisórios melhor fundamen-

tados, assim como assegura que toda a comunidade faça progressos genuínos em direção ao enfrentamento de algumas das mais importantes questões econômicas e sociais globais da Internet.

Apelos claros e específicos foram feitos para que o país sede informasse o Secretário-Geral da ONU e a Assembleia Geral sobre a necessidade de garantir que todos os setores, em pé de absoluta igualdade e de forma colaborativa, façam parte integral de qualquer processo que se refira ao futuro da Internet. Além disso, foi apontado que a Agenda de Túnis deveria continuar a ser o ponto de referência e o guia das respostas da ONU para questões de governança da Internet.

A importância do IGF em dar forma ao debate público foi ressaltada. O IGF se tornou um repositório de ideias baseadas em evidências que se tornaram políticas de governança da Internet; os workshops, as coalizões dinâmicas e os IGFs nacionais e regionais testemunharam o crescimento desse corpo de ideias sobre políticas públicas e sua eficácia.

Ao encerrar a sexta reunião do IGF, abriram-se as portas para os encontros subsequentes. O governo do Azerbaijão reiterou o seu convite para sediar a sétima reunião do IGF em 2012 e o Governo da Indonésia ofereceu seu território para abrigar a oitava reunião em 2013.

Anexo I

Lista de palestrantes

Fórum de Governança da Internet, Nairóbi, Quênia

Cerimônia de Abertura

- Sra. Sahle-Work Zewde, Diretora-Geral, Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (UNON).
- Sr. Thomas Stelzer, Subsecretário-Geral, UNDESA.
- Sra. Alice Munyua, Presidente, Comitê Gestor de Governança da Internet do Quênia, República do Quênia.
- Dr. Bitange Ndemo, PhD, CBS, Secretário Permanente, Ministério de Informação e Comunicações, República do Quênia.
- Exmo. Sr. Samuel Poghio, CGH, MP, Ministro de Informação e Comunicações, República do Quênia.
- Dr. Hamadoun Touré, Secretário-Geral, UIT.
- S. Ex.^a, o Sr. Kalonzo Musyoka, Vice-Presidente, República do Quênia.
- Exmo. Dr. Ignace Gatere, Ministro de Informação e Tecnologia da Informação, Ruanda.
- S. Ex.^a a Sra. Neelie Kroes, Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissária para a Agenda Digital.
- Sra. Graça Githaiga, Rede de Ação em TIC do Quênia (KICTANet), Representante da Sociedade Civil.
- Sr. Piotr Kolodziejczyk, Subsecretário de Estado do Ministério do Interior e da Administração da Polónia, Representante da Presidência da União Europeia.
- Exmo. Sr. Edward Vaizey, Ministro da Cultura, Comunicação e Indústrias Criativas, Reino Unido.
- Sr. Jānis Kārkliņš, Diretor-Geral Adjunto, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Sessão de Abertura

- Sr. Gytis Liaugminas, Representante da Lituânia.
- Sr. Larry Strickling, Secretário Adjunto para Comunicações e Informação, Administração Nacional de Telecomunicações e

Informação (NTIA) do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, EUA.

- Sr. Jean-Paul Philippot, Presidente, União Europeia de Radiodifusão (EBU); CEO, Radio Télévision Belge de la Communauté Française (RTBF).

- Sr. Vinton Cerf, pioneiro da Internet.

- Sr. Tom Omariba, Presidente, Associação dos Provedores de Serviços de Telecomunicações do Quênia (TESPOK).

- Sra. Maud de Boer-Buquicchio, Secretária-Geral Adjunta, Conselho da Europa.

- Sra. Lynn St. Amour, CEO e Presidente, *Internet Society* (ISOC).

- Sr. Masahiro Yoshizaki, Diretor-Geral de Avaliação de Políticas, Ministério de Assuntos Internos e Comunicações, Japão.

- Sr. Rod Beckstrom, CEO e Presidente, ICANN.

- Sr. Adiel Akplogan, CEO, Núcleo Africano de Informação (AfriNIC).

- Sr. Francis Wangusi, Diretor-Geral Ag., Comissão de Comunicações do Quênia (CCK).

- Sr. Subramanian Ramadorai, Presidente, ICC BASIS; Vice-Presidente, Tata Consultancy Services (TCS).

- Sra. Jasna Matic, Secretária de Estado para a Agenda Digital do Ministério da Cultura, Mídia e Informação, República da Sérvia.

- Sr. Elmir Valizada, Vice-Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação da República do Azerbaijão.

Governança da Internet para o Desenvolvimento (IG4D)

Presidente:

- Sr. Laurent Elder, International Development and Research Center (IDRC).

Moderadores:

- Sr. Ben Akoh, Gerente de Projetos, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD).

- Sra. Olga Cavalli, Consultora de Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores, Governo da Argentina.

Palestrantes:

- Sr. William J. Drake, *Fellow* Internacional, Universidade de Zurique.

- Sr. Dimitri Diliiani, Diretor para Região Africana, Nokia Siemens Networks.

- Sra. Joy Liddicoat, Coordenadora de Projetos, Associação para o Progresso das Comunicações (APC).

- Sr. Katim Touray, Membro do Conselho Diretor, ICANN.

- Sr. Khaled Fourati, Diretor Sênior de Programa, International Development Research Centre (IDRC).

- Sr. Rômulo Neves, Chefe de Divisão, Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

Moderadores Remotos:

- Sr. Fouad Bajwa, Co-fundador, Organização para a Internet e a Inovação.

- Sr. Barrack Otieno, ex-membro do Secretariado do IGF.

Questões Emergentes

Presidente:

- Sra. Lilian Nalwoga, Diretora de Políticas, Collaboration on International ICT Policy in East and Southern Africa (CIPESA), Uganda.

Moderadores:

- Sr. Sebastian Bellagamba, Diretor do Escritório Regional para a América Latina, ISOC.

- Sr. Jeff Brueggeman, Vice-Presidente de Políticas Públicas, AT&T.

Moderador Remoto:

- Sra. Claudia Selli, Diretora de Assuntos Europeus, AT&T.

Palestrantes:

- Dr. Burt Kaliski, Diretor-Chefe de Tecnologia, Verisign.

- Sr. Shri N Ravi Shanker, Secretário Adjunto, Departamento de Tecnologia de Informação, Governo da Índia.

- Sr. Hossein MOIIN, Diretor-Chefe de Tecnologia, Nokia Siemens Network.

- Sr. Steve Song, Fundador, Village Telco.

- Sra. Jacquelynn Ruff, Vice-Presidente, Políticas Públicas e Assuntos Regulatórios Internacionais, Verizon.

Participante Remoto:

- Sr. Wagner Diniz, Gerente, Escritório Brasileiro do *World Wide Web Consortium* (W3C).

Acesso e Diversidade

Presidente:

- Dr. Bitange Ndemo, Secretário Permanente do Ministério de Informação e Comunicações.

Moderadores:

- Sra. Theresa Swinehart, Diretora Executiva, Políticas Globais de Internet, Verizon Communications.
- Sr. Laurent Elder, Líder do Programa Informações e Redes, International Development Research Center (IDRC).

Moderador Remoto:

- Sra. Virginia Paque, Coordenadora da IGCBP, DiploFoundation.

Palestrantes:

- Sr. Dawit Bekele, Diretor do Escritório Regional para África, ISOC.
- Sr. Robert Pepper, Vice-Presidente, Políticas de Tecnologia Global, Cisco.
- Sr. Fred Haga, Diretor Regional para a África Oriental, Instituto de Educação do Quênia.
- Sr. Shadi Abou-Zahra, W3C.

Segurança, abertura e privacidade**Presidente:**

- Michael Katundi, Comissão de Comunicações do Quênia.

Moderadores:

- Sra. Katitza Rodriguez, Diretora de Direito Internacional, Electronic Frontier Foundation.
- Sr. Lee Hibbard, Coordenador, Governança da Internet & Sociedade da Informação, Conselho da Europa.

Palestrantes:

- Sra. Neelie Kroes, Vice-Presidente, Comissão Europeia e Comissária da Agenda Digital Europeia.
- Sra. Katarzyna Szymielewicz, Diretora Executiva, Fundação Panoptikon.
- Sr. Frank La Rue, Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Expressão.
- Sra. Christine Runnegar, Conselheira Sênior de Políticas Públicas, ISOC.
- Sra. Heba Ranzy, Diretora de Assuntos Corporativos do Oriente Médio e África, Microsoft Oriente Médio e África.

Gerenciamento dos recursos críticos da Internet (TBC)**Presidente:**

- Sr. John Walubengo, Multimedia University College of Kenya (MMU).

Moderadores:

- Sr. William J Drake,
Fellow Internacional,
University of Zurich.
- Sra. Emily Taylor,
Consultora Independente.

Moderador Remoto:

- Sra. Salanieta
Tamanikaiwaimaro,
Diretora do Grupo
de Regulamentação Legal,
Telecom Fiji Limited, Fiji .

Palestrantes:

- Sra. Shane Tews, Vice-
Presidente, Políticas Públicas
e Relações Governamentais
Globais, VeriSign Inc.
- Sra. Avri Doria, Consultora
Independente.
- Sra. Fiona Alexander,
Administradora Associada,
Departamento de Comércio,
NTIA, Escritório de Assuntos
Internacionais (OIA).
- Sra. Anriette Esterhuysen ,
Diretora Executiva, APC.
- Sra. Tulika Pandey,
Diretora, Ministério de
Comunicações e Tecnologia
da Informação, Governo
da Índia.
- Sr. Patrik Faltstrom,
Engenheiro Consultor,
Cisco Systems.

**Balanço e Caminhos Adiante
(TBC)****Presidente:**

- Sr. Joseph N. Kihanya,
Especialista Legal em
Comunicações, Secretariado
Nacional de Comunicações,
Quênia.

Moderadores:

- Sr. Bertrand de La Chapelle,
Diretor de Programa,
Academia Internacional de
Diplomacia.

- Sra. Anriette Esterhuysen,
Diretora Executiva, APC.

Moderador Remoto:

- Sra. Valeria Betancourt,
Gerente do Programa de
Políticas de Comunicação
e Informação, Associação
para o Progresso das
Comunicações.

Palestrantes:

- Sra. Maimouna Diop,
Diretora de TIC, Ministério
de Correios, Telecomunicações
e TIC, Governo do Senegal.
- Dr. Nii Quaynor, Presidente
do Conselho, NTIA, EUA.
- Sr. Luis Magalhães,
Presidente, Agência da
Sociedade do Conhecimento
(UMIC), Ministério
da Ciência, Tecnologia e
Educação Superior, Lisboa
(Porto Salvo), Portugal.

- Vint Cerf, *Chief Internet Evangelist*, Google.
- Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva, APC .
- Sr. Markus Kummer, Vice-Presidente, ISOC.
- Sra. Shane Tews, Vice-Presidente, Políticas Públicas e Relações Governamentais Globais, VeriSign.
- Sr. Wolfgang Kleinwächter, Professor, University of Aarhus.
- Sra. Jeanette Hofmann, Pesquisadora Sênior, London School of Economics.
- Sr. Jeremy Malcolm, Co-coordenador, Sociedade Civil, Internet Governance Caucus.
- Sra. Fiona Asonga, CEO, Associação dos Provedores de Serviços de Telecomunicações do Quênia (TESPOK).
- Sr. Nii Quaynor, Convocante, Grupo de Operadores de Redes Africanos (AfNOG).
- Sr. Laurent Elder, *International Development and Research Center*.
- Sr. Bakhtiyar Mammadov, Ministério de Comunicações e Tecnologias da Informação, República do Azerbaijão .

Cerimônia de Encerramento

- Sra. Alice Munyua, Presidente, Comitê Gestor de Governança de Internet, Quênia.
- Sr. Vyatcheslav Cherkasov, Diretor Sênior de Governança e Informações Públicas, UNDESA, em nome da Sra. Haiyan Qian, Diretora da Divisão de Administração Pública e Gerenciamento do Desenvolvimento da UNDESA.
- Sr. Herbert Heitmann, ICC EBITT, Presidente da Comissão.
- Sr. Sardjoeni Moedjiono, Ministério de Comunicações e Tecnologias da Informação, República da Indonésia.
- Dr. Bitange Ndemo, Secretário Permanente, Ministério de Informação e Comunicações, República do Quênia.

Anexo II

Diálogos Regionais

As sessões de diálogo regional ocorreram para informar os delegados sobre como questões-chave vinham sendo tratadas pelas atividades dos IGFs nacionais e regionais. Os objetivos das sessões foram de fornecer subsídios regionais nas questões temáticas do IGF 2011, oferecer aos participantes uma perspectiva transregional e permitir aos representantes dos encontros regionais e nacionais informarem o IGF 2011 sobre preocupações e tópicos que não tivessem sido incluídos no programa do evento.

A participação e a representação dos IGFs nacionais e regionais foi alta durante todo o Encontro, uma vez que os seguintes grupos foram representados: África Oriental, Uganda, Reino Unido, Commonwealth, África Ocidental, Ásia-Pacífico, Europa, Sul da África, Canadá, Rússia, Japão, América Latina e Caribe, Estados Unidos, Pacífico, Suécia, Ruanda, África Central, Finlândia e o Fórum da Juventude Europeu. Muitas das organizações parceiras, de diversas iniciativas, também se fizeram presentes e contribuíram para o diálogo.

Cada um dos IGFs nacionais e regionais presentes no encontro teve a oportunidade de atualizar seus colegas participantes sobre as principais questões que haviam sido tratadas no ano anterior. Garantir uma Internet segura, acessível e financeiramente viável para todas as pessoas foi o tema que mais frequentemente surgiu desses relatos. A promoção da inclusão digital em atividades cruciais de desenvolvimento, tais como os cuidados com saúde e educação, também se configurou como um tema da maior relevância para cada um dos IGFs. Particularmente nos países em desenvolvimento, a produção de conteúdo local e multilíngue foi tida como questão prioritária.

Ficou evidente durante a sessão que havia tanto similaridades quanto diferenças no que concernia à forma como os fóruns regionais e nacionais estavam lidando com as questões centrais do IGF global de 2011, dependendo de há quanto tempo os grupos estivessem trabalhando em conjunto e das condições socioeconômicas dos respectivos países ou regiões. A geografia física também foi mencionada como fator primordial e os vastos territórios selvagens do Canadá, assim como o tamanho e localização únicos das ilhas remotas do Pacífico foram citados como exemplos dessas diferenças. Um tema comum reportado

no que se refere à organização e estrutura foi o uso do modelo multissetorial e o intenso uso das mídias sociais e outros canais de comunicação *on-line* para coordenar as atividades. O trabalho de cada IGF parece também ser dependente dos diferentes níveis de conectividade e de adoção do IPv6.

Educação, conscientização e pesquisa nas questões cruciais de governança da Internet foram mencionadas como objetivo maior de muitos grupos. Nesse sentido, foi sugerida uma colaboração mais intensa com universidades e comunidades educacionais no que se refere à capacitação e pesquisa em temas emergentes. Ao mesmo tempo em que todos concordaram que era importante desenvolver sinergias entre os diversos IGFs, foi ressaltada a importância de que cada grupo permanecesse singular e se desenvolvesse à sua própria maneira, usando uma abordagem *bottom-up*, dependendo das condições e necessidades locais e regionais. Mesmo que o envolvimento da juventude variasse entre os IGFs presentes, houve um apelo conjunto entre todos os IGFs para que esse engajamento crescesse, uma vez que o envolvimento dos mais jovens, de formas novas e criativas, era crucial para o sucesso dos IGFs nacionais e regionais. A parte final da sessão objetivou identificar questões emergentes comuns que as representações nacionais e regionais considerassem passíveis de se tornarem temas cruciais comuns, tanto para o nível local e regional quanto para o IGF global.

Os cibercrimes, a proteção das crianças, questões transfronteiriças e padrões e princípios para a ação das agências policiais foram mencionados como questões de segurança comuns, que precisariam de atenção redobrada no futuro. O papel das TIC e das redes sociais durante desastres naturais e levantes populares também foi mencionado como questão que parecia se tornar cada vez mais relevante. Em um nível mais técnico, a computação em nuvem, o desenvolvimento das tecnologias móveis e a observância do IPv6 foram identificados pelos grupos nacionais e regionais presentes.

Foi acordado que a criação e o crescimento de IGFs nacionais e regionais era um dos resultados mais singulares, orgânicos e inesperados do processo IGF global. Os participantes concordaram que o aumento das comunicações e o compartilhamento de experiências e melhores práticas entre os diversos setores envolvidos nos IGFs regionais e nacionais era vital para a sua contínua expansão e sucesso.



Baku 2012

7º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Baku, Azerbaijão, 6-9 de novembro de 2012

Sumário do Presidente

De 6 a 9 de novembro de 2012, em Baku, no Azerbaijão, especialistas em governança da Internet, representantes da sociedade civil, representantes do setor privado e acadêmicos, além de usuários individuais da Internet, reuniram-se para o sétimo encontro do Fórum de Governança da Internet.

O tema do Fórum foi “Governança da Internet para o Desenvolvimento Sustentável Social, Econômico e Humano”.

Mais de 1.600 delegados, representando 128 países diferentes, passaram a semana juntos na bela Baku. Houve presença particularmente forte da sociedade civil, setor com maior representação no Fórum. A participação foi regionalmente diversificada e a presença de mulheres no Fórum aumentou significativamente em relação aos anos anteriores. A representação e atividade da juventude também foram consideradas feitos notáveis do IGF deste ano.

Conforme a prática já padronizada do IGF, todo o encontro foi transmitido por *Webcast*, com oferta de participação remota, o que dobrou a participação ativa, tanto nas sessões principais e nos workshops quanto em outros eventos que aconteceram ao longo da semana. A transcrição em tempo real aprimorou a experiência participativa dos presentes em Baku e daqueles que acompanharam o evento em todo o mundo.

A participação remota tornou-se uma grande força do processo do IGF, por permitir a pessoas de todo o mundo, com uma conexão de Internet, o acesso e a interação com especialistas. Isto também aumenta sensivelmente o compartilhamento de conhecimento, a disseminação de informações, a formação de parcerias e a capacitação, características que tornam o IGF um evento único. Ao longo da semana, 49 palestrantes e especialistas remotos participaram de várias sessões através de vídeo e áudio. E 52 *hubs* permitiram aos entusiastas do IGF se reunirem para acompanhar *on-line* os procedimentos em Baku.

O encontro deste ano também viu a atividade na mídia social crescer significativamente. A participação nas plataformas de redes sociais permitiu que as discussões comesçassem antes do início das reuniões, continuassem ao longo da semana, entre as sessões

e durante as pausas, e se estendessem após os delegados terem deixado Baku rumo aos seus lares. Houve milhares de *tweets* sobre o Fórum todos os dias, os quais atingiram milhões de seguidores na rede social de compartilhamento de informação.

Este sumário engloba os processos das cinco sessões principais, organizadas por meio de uma série de consultas abertas e multissetoriais realizadas ao longo do ano passado. Cada sessão principal incorporou as visões e trocas de ideias que tiveram lugar durante os vários workshops realizados simultaneamente durante a semana; as discussões, em geral em inglês, foram traduzidas simultaneamente em todos os seis idiomas das Nações Unidas.

Na verdade, o sétimo IGF realizou um número recorde de workshops, reuniões de coalizões dinâmicas, fóruns abertos e outros eventos. Estas sessões permitiram aos participantes se aprofundarem, de forma aberta e inclusiva, em questões complicadas e muitas vezes controversas. Os tópicos tratados variaram entre questões sobre cibersegurança e proteção infantil *on-line*, a ascensão das redes sociais, o uso de *big data* e diversos aspectos de direitos humanos relacionados à Internet, além de muitos outros.

Cerimônia de Abertura

A cerimônia de abertura entregou formalmente ao país anfitrião o sétimo encontro do Fórum de Governança da Internet e recebeu calorosamente os delegados em Baku, Azerbaijão.

Em seu discurso de abertura, o Sr. Wu Hongbo, Subsecretário-Geral para Assuntos Sociais e Econômicos das Nações Unidas, explicou que embora esse fosse seu primeiro encontro do IGF, estava muito impressionado com o espaço para debates dinâmicos que o Fórum fornecia e observou o progresso significativo que o IGF havia feito desde o primeiro encontro, em 2006. O Sr. Wu expressou sua sincera gratidão ao governo do Azerbaijão por suas calorosas boas-vindas e generosa hospitalidade. O Subsecretário-Geral também destacou a importância do processo multissetorial do IGF e enfatizou a importância do diálogo aberto, inclusivo e transparente, que reuniu todos os setores em pé de igualdade, e as notáveis oportunidades de capacitação que o Fórum proporciona. O Sr. Wu também observou o crescimento da popularidade e proeminência das iniciativas regionais e nacionais do IGF.

O Subsecretário-Geral convidou então o Sr. Ali Abbasov, Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação da República do Azerbaijão, a dar sua mensagem de boas-vindas

a S. Ex.^a o Presidente Ilham Aliyev. A mensagem do Presidente recordou aos delegados que a Internet não era apenas um espaço para troca de informação, mas também um ambiente que criava novas oportunidades para governança pública e avanços em educação, saúde, negócios, serviços bancários e outros campos vitais para um positivo crescimento humano, social e econômico. O Azerbaijão está empenhado em proteger as liberdades civis de seus cidadãos tanto *off-line* como *on-line* e o governo estava trabalhando para aumentar a conectividade de banda no país e para garantir que a Internet permanecesse um espaço seguro para todos os cidadãos.

O Dr. Hamadoun Touré, Secretário-Geral da União Internacional das Telecomunicações, enfatizou a importância do IGF e reforçou seu apoio e compromisso com o Fórum e sua natureza multissetorial. Ele afirmou que, muito claramente, deveria ser encontrado um equilíbrio entre a proteção dos indivíduos, instituições e economias inteiras contra atividades criminosas *on-line*. O Dr. Touré anunciou a data do fórum da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) no próximo ano e outros eventos futuros da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e enfatizou o papel da instituição no crescimento da Internet, aumentando seu acesso e garantindo a segurança e a proteção *on-line*. Ele assegurou aos participantes que a UIT não queria controlar a Internet, mas sim reafirmar seu compromisso em garantir sua sustentabilidade utilizando o modelo multissetorial.

O Vice-Primeiro-Ministro do Azerbaijão, o Sr. Abid Sharifov, foi o próximo a dirigir-se ao público. Após dar novamente boas-vindas aos delegados vindos a Baku, ele destacou o compromisso do governo de promover as TIC e explicou que era crucial uma governança apropriada neste processo. Informou que 65% do país já está utilizando a Internet e que novas tecnologias como a 4G estão sendo usadas em muitas áreas. O país está expandindo a estrutura de Internet e implementou um programa que garante o acesso das pessoas e o uso não regulamentado da Internet. O governo está também implementando e atualizando continuamente uma plataforma governamental eletrônica, além de aperfeiçoar a prestação de serviços públicos. Os azerbaijanos também ajudam a liderar a promoção da autoestrada da informação eurasiática. As TIC, disse ele, estão também totalmente integradas no plano maior da década para o crescente desenvolvimento econômico.

Sessão de Abertura

A sessão de abertura do sétimo encontro do IGF em Baku definiu apropriadamente o cenário para a interessante semana que estava por vir. Um grupo de notáveis palestrantes especialistas se dirigiu aos delegados remotos e aos fisicamente presentes. Foi salientado ao longo da sessão que estamos hoje vivendo em um mundo em rápida mutação, enquanto as tecnologias de informação e comunicação continuam a transformar nossas vidas cotidianas e a trazer à nossa sociedade muitas oportunidades e desafios. O IGF anual e números crescentes de suas iniciativas nacionais e regionais são capazes de aproveitar todas as oportunidades potenciais que a Internet nos apresenta e de lidar com muitos desafios que ela também cria para todos os setores na sua comunidade de governança.

Uma afirmação coletiva da necessidade de um modelo multissetorial para lidar com questões de governança da Internet foi continuamente enfatizada durante a sessão. Foi dito que o processo do IGF atende e até mesmo ultrapassa seu mandato, tanto para reforçar quanto levantar os esforços de cooperação da comunidade multissetorial de governança da Internet. Aqui no IGF, os governos estão ansiosos para ouvir as suas sociedades civis e comunidades empresariais. A capacitação e a formação de parcerias acontecem na grande sala da sessão principal, nos workshops, em salas de chats *on-line* e nos longos corredores do ExpoCenter Baku.

Alguns participantes fizeram um chamado universal pela intensificação de esforços para assegurar a proteção dos direitos humanos básicos e liberdades fundamentais no mundo *on-line*. Conforme mais e mais pessoas se juntam a este ambiente *on-line* todos os dias, particularmente no mundo em desenvolvimento, os formuladores de políticas e agências policiais devem garantir que estas pessoas desfrutem das mesmas liberdades que possuem *off-line*. Claro que isto é um enorme desafio, pois estes direitos certamente diferem culturalmente em níveis locais, regionais e nacionais. A Internet tornou-se vital para muitos e sua natureza “orgânica” significa que políticas novas e inovadoras devem ser criadas para tratar de questões novas e emergentes que certamente continuarão a surgir.

Delegados e participantes remotos foram lembrados de que, em breve, o centro da Internet residirá no mundo em desenvolvimento. Conforme as infraestruturas críticas estão se expan-

dindo e os telefones móveis tornam-se cada vez mais disponíveis, logo esta será a nova realidade. A Internet precisa complementar as atividades de desenvolvimento existentes na prestação de educação básica, saúde e serviços públicos.

Ela também deve trazer novas oportunidades empresariais e inovadoras soluções de negócios, que possam acelerar o desenvolvimento humano, social e econômico. Como esta transformação já está bem encaminhada, uma chamada foi feita para assegurar que novos conteúdos, em idiomas locais que respeitem a cultura e o patrimônio das regiões, tenham tanto a capacidade quanto recursos de serem produzidos e mantidos.

Embora a sessão tivesse sido esmagadoramente otimista, houve uma mensagem subjacente sobre a suprema importância de garantir uma Internet segura para os jovens e as gerações futuras. Regulamentos adequados devem ser postos em prática para assegurar isto e, ao mesmo tempo, garantir os princípios básicos dos direitos humanos. Também foram discutidos novos desafios em cibersegurança e houve um consenso de que estas perigosas ameaças devem ser tratadas coletivamente e com urgência.

Ao final da sessão, os participantes foram chamados a embarcar em atividades durante o resto da semana; aprender, compartilhar experiências, construir novas parcerias e informar formuladores de políticas no campo desafiador e empolgante da governança da Internet.

Questões Emergentes

A sessão Questões Emergentes, realizada agora anualmente, tratou de dois tópicos relevantes e notáveis. A primeira metade da sessão examinou em que extensão os serviços baseados na Internet oferecem hoje oportunidades novas e totalmente diversas de ajudar famílias, grupos sociais, comunidades e estruturas maiores na sociedade a se organizarem e reorganizarem quando confrontados por desastres ou conflitos. A segunda metade da sessão explorou uma gama de questões e tópicos relativos ao livre fluxo de informação, liberdade de expressão e outros direitos humanos no que se refere à forma como, respectivamente, se equilibram em relação aos direitos de propriedade.

A supertempestade “Sandy”, que atingiu a costa leste dos Estados Unidos alguns dias antes do IGF, configurou um trágico – ainda que apropriado – cenário para tratar a questão emergente de usar as TIC em desastres naturais e outras situações de emer-

gência. Os esforços de recuperação durante o recente terremoto no Japão foram usados como exemplos vivos de como as TIC podem ser essenciais e funcionar como ferramentas para salvar vidas nestas situações. Podem, para ajudar a encontrar pessoas, fornecer dados *on-line* sobre transporte e recursos domésticos e informações sobre abrigo, e estes foram apenas alguns dos incontáveis serviços e inúmeras tecnologias propiciadas ao povo japonês nos dias, semanas e meses após o terremoto.

O tsunami de 2004 no Pacífico Sul também foi mencionado durante a sessão, quando os participantes foram lembrados do papel crucial que a sociedade civil desempenha em esforços de ajuda humanitária. Mídias tradicionais como o rádio foram as ferramentas essenciais usadas durante o trabalho de recuperação na região, enquanto as organizações locais da sociedade civil se ocupavam do trabalho de coordenar a primeira e a segunda fase das tarefas de socorro. Em ambos os exemplos, foi salientado que as parcerias público-privadas eram essenciais para agir com rapidez e eficácia nesses tempos de conflito. Por exemplo, no Japão, o YouTube foi amplamente usado para transmitir informações cruciais enquanto os meios tradicionais de transmissão estavam fora do ar. As estações de televisão que estavam em funcionamento veicularam propaganda para fortalecer a confiança da comunidade em torno das informações que estavam sendo compartilhadas na Internet.

Como preparação futura para eventuais desastres de grandes proporções, foram feitas recomendações importantes. Embora a mídia social esteja se tornando para muitos a fonte primária para comunicar informação vital logo após desastres e efetivamente seja com frequência um serviço capaz de salvar vidas, devemos nos conscientizar e estar atentos à validade das informações compartilhadas na plataforma pública, em grande parte não filtrada. Precauções devem ser postas em prática para garantir que a desinformação passível de causar pânico e perigo seja monitorada de perto. O fator essencial, porém, seria uma preparação adequada para a eventualidade de desastres por meio da educação, serviços prévios de alerta e parcerias público-privadas de apoio, todos utilizando diversas TIC. Estas medidas devem ter prioridade absoluta em todos os setores, para minimizar os efeitos do próximo desastre natural.

A segunda parte da sessão tratou de uma variedade de questões sobre políticas emergentes e considerações sobre o rápido crescimento da Internet. A discussão iniciou com a exploração

de algumas implicações do uso de novos instrumentos técnicos e políticas referentes ao livre fluxo e acesso à informação, embora ainda respeitando noções básicas de direitos humanos. Foi salientado que vivemos em um “admirável mundo novo”, em que as noções tradicionais de direitos autorais, proteção ao consumidor, regulações intermediárias e governamentais de mídia, estão sendo transformadas de várias maneiras como um resultado da Internet.

Além de ter enfatizado a necessidade de manter a liberdade de expressão universal e regulação limitada de conteúdos na Internet, houve também algumas áreas indefinidas e debates dentro desta discussão política em desenvolvimento durante a sessão. O que acontece com conteúdos culturais únicos e vitais para a preservação da identidade e história nacionais em muitos países pequenos? E os discursos de ódio e ataques religiosos nas redes sociais; não deveriam ser regulados por alguém? E, se deveria, a quem caberia esta tarefa? Estas foram apenas duas das muitas questões e considerações que foram levantadas sobre este tópico ao longo da sessão. Tornou-se claro que não haveria uma única escolha de regra ou política para tratar desses problemas; em lugar disso, deveria ser escolhida uma abordagem flexível e multifacetada que envolvesse todos os setores.

Em seguida, os palestrantes envolveram o público em um debate sobre quais medidas aceitáveis e proporcionais poderiam oferecer proteção à propriedade intelectual, ainda que permitissem e respeitassem a liberdade individual dos usuários de se expressar, acessar e compartilhar conteúdo e cultura; e de inovar e criar livremente. Representantes da mídia tradicional lembraram aos participantes que, se a disseminação de conteúdo livre e de fonte aberta era certamente valiosa, isto também valia para o conteúdo de primeira qualidade de jornais, do rádio, da televisão do cinema e da música. Era preciso buscar um equilíbrio que garantisse a proteção da propriedade intelectual, do consumidor e a liberdade de expressão *on-line*.

A segurança e a privacidade *on-line* foram também debatidas em profundidade ao longo da sessão. Alguns argumentaram que as novas regulações podiam não ser necessárias para prover tal segurança e privacidade, pois as leis de proteção ao consumidor já estão em vigor em muitas partes do mundo. Estas leis aliadas à educação e sensibilização dos novos consumidores de conteúdo *on-line*, especialmente daqueles que usam dispositivos móveis, foram consideradas cruciais para garantir a privacidade e a segu-

rança. Houve um consenso de que certas ameaças cibernéticas, como roubo de identidade, necessitavam de atenção especial e soluções políticas legais e regulatórias inovadoras.

Enfatizou-se que estes desafios emergentes apenas aumentariam à medida que avançássemos mais e mais na era digital e deveriam ser tratados com soluções diversas e de amplo escopo.

Gerenciando os Recursos Críticos da Internet

A sessão lançou foco em três questões principais: a rodada inicial de aplicações no programa sobre os novos Domínios de Primeiro Nível Genéricos (gTLDs) da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN); propostas para o desenvolvimento de mercados secundários para endereços IP; e questões levantadas por propostas relacionadas à Internet para revisão do Regulamento Internacional de Telecomunicações (ITR) na próxima Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT).

Ao ser introduzido o primeiro tópico, notou-se que era possível abrir o espaço de topo - o que hoje vemos como .COM, .ORG, .AZ, .CN, etc. - para um número quase ilimitado de sufixos. Mas antes que isso acontecesse, teríamos que entrar em acordo sobre muitas questões políticas e operacionais complexas, entre as quais, decidir como lidar com solicitações para usar nomes geográficos como Domínio de Primeiro Nível (TLD); como decidir entre solicitações concorrentes (por exemplo, 13 empresas diferentes manifestaram interesse em operar o TLD .APP), políticas públicas para tratar de reivindicações de propriedade intelectual, como considerar solicitações de nomes de TLDs relacionados a setores regulados, considerações sobre termos religiosos e culturais, etc. Também foi apontado o papel dos governos em desenvolver e aplicar assessoria política, bem como em se opor a solicitações.

Foi dito ao público que este processo complexo resultou em 1930 solicitações. Apenas 6% foram para TLDs de Nomes de Domínio Internacionalizados, que são nomes que usam *scripts* que não os caracteres ASCII. Os palestrantes também discutiram o baixo número de solicitadores de regiões em desenvolvimento. Havia poucas solicitações da África e da América Latina. É conhecido que o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) da ICANN expressou preocupações quanto a este problema e que mais deveria ter sido feito para aumentar o alcance e a conscientização a respeito. Contudo, ao mesmo tempo, quando

o Programa de Novos gTLDs foi lançado, não foi considerado prioridade na maioria dos países em desenvolvimento, onde a preocupação estava mais voltada para conectividade e acesso.

No entanto, os países em desenvolvimento estão agora mais envolvidos, como, por exemplo, setores da África, que estão desenvolvendo uma nova estratégia africana para a ICANN, a qual inclui o apoio ao crescimento da indústria de nomes de domínio no continente.

Todas as solicitações de gTLDs foram publicadas *on-line* com um período para comentários públicos e houve vários processos de objeção. As solicitações e quaisquer comentários sobre elas estão agora em avaliação sendo revistos por equipes contratadas de especialistas que verificam, por exemplo, se o solicitante tem habilidade técnica e capacidade financeira para operar parte da infraestrutura crítica da Internet. Outras equipes de verificação tratam de propriedades geográfica, intelectual e outros tópicos. Os debates, então, se voltaram para o papel dos governos e sua capacidade de dar avisos prévios a solicitantes. O aviso prévio tem como finalidade sinalizar para um solicitante que o governo tem considerações a respeito do que foi pleiteado e pode conceder (caso seja apropriado) a ele a oportunidade de modificar sua solicitação para ajustá-la de acordo com essas considerações. Para o Conselho Diretor da ICANN, os governos, coletivamente, podem apresentar uma objeção em relação a determinada solicitação, de acordo com o consenso “da orientação do GAC”.

Foram discutidos diferentes tipos de motivos possíveis para objeções governamentais, como por exemplo, para um TDL “amazon”, que não é apenas um rio, mas também uma região que compreende alguns países. Foi sugerido que os governos deveriam considerar se este importante termo geográfico e cultural poderia ser apropriadamente usado para representar um serviço de comércio *on-line*. Os palestrantes e membros da plateia também comentaram sobre a conveniência de utilizar um termo genérico para uso privado em um modelo de negócio fechado. Um palestrante observou que se tratava de um resultado esperado do processo da ICANN; e um participante sugeriu que era pouco natural impor um monopólio mundial sobre um termo genérico, enquanto outro notou que algumas pessoas de fora do processo da ICANN expressaram preocupações quanto ao que é visto como uma espécie de privatização de um patrimônio linguístico comum.

Representantes de governos ressaltaram que era importante deixar claro que não tinham poder de veto sobre as solicitações, mas iam utilizar dois processos matizados e claramente definidos para apresentar considerações em potencial, sem que nenhuma delas fosse definitiva. A diretoria da ICANN tomará as decisões finais depois de considerar todas as sugestões do público e poderia votar contra a aceitação do parecer do GAC.

A segunda questão tratou dos mercados secundários para os endereços IPv4 e a transição para o IPv6. Ao introduzir o tópico, um palestrante lembrou a sessão de que todo serviço público de Internet precisava de um endereço de IP para manter a conectividade de ponta a ponta e que o conjunto disponível de endereços IPv4 alocados pelos Registros Regionais da Internet (RIRs) já foi utilizado e a reserva restante está com uma expectativa de se esgotar em dois anos. No entanto, dispositivos estão sendo adicionados à Internet em taxas crescentes.

A solução proposta havia sido a utilização de um novo protocolo de endereço, o IPv6, que, no entanto, não tem seus endereços sendo usados à taxa prevista, o que significa que a transição não vai bem. Para preencher esta lacuna, é esperado o surgimento de um mercado secundário de revenda de endereços IPv4. Um palestrante observou que, desde que os RIRs implementaram políticas que permitiram a troca comercial de endereços, o mercado havia crescido para US\$ 100 milhões/ano e ele esperava que crescesse rapidamente no futuro.

Porém, muitos dispositivos agora conectados à Internet utilizam os “NATs de Nível de Operadora” (*Carrier-Grade NATs*), como são conhecidos, e que efetivamente fornecem uma rede de IPv4 privada utilizando endereços invisíveis à Internet global, que não permitem conectividade de ponta a ponta. Palestrantes e membros da plateia sugeriram que, em geral, a popularidade destes serviços está tornando os mercados secundários de endereços menos necessários.

O desenvolvimento de mercados secundários irá depender do custo: o equipamento IPv6 é mais caro que seu equivalente IPv4. Foi citado o exemplo de um roteador de banda larga doméstico. Alguns mercados ainda distribuem apenas roteadores IPv4 e alguns palestrantes estimaram que custassem cerca de US\$ 40 a menos que a versão habilitada em IPv6. Neste exemplo, se o custo dos endereços IPv4 no mercado secundário excedesse US\$ 40 os provedores teriam um incentivo econômico para migrar para o IPv6.

O tópico final foi a próxima WCIT. A WCIT é uma conferência organizada pela UIT, com o objetivo de debater modificações no ITR. O processo não é bem compreendido por muitos no setor de TIC, mas recebeu recentemente muita publicidade sugerindo que os atuais modelos operacionais e de governança da Internet poderiam estar sob ameaça. A sessão atingiu um amplo consenso de que a adoção de algumas das propostas nacionais para revisão do ITR constituiria uma forma de governança global da Internet e poderia impactá-la negativamente.

O ITR constitui um pequeno tratado de princípios de alto nível, revisado pela última vez em 1988. O propósito da WCIT é ponderar como proceder à atualização do ITR visando torná-lo relevante para o ambiente contemporâneo das telecomunicações internacionais. As negociações da WCIT não serão multissetoriais, pois apenas os governos podem se expressar e votar em resultados.

Propostas para revisar o ITR foram submetidas à UIT durante mais de um ano. A sessão discutiu a proposta que exigiria que a origem e o roteamento do tráfego internacional fossem visíveis para os operadores das redes de telecomunicações de entrada. Palestrantes argumentaram que a aplicação de tais exigências ao tráfego da Internet seria tecnicamente impossível e, se tentado, interferiria, entre outras coisas, no cache da *Web* local, *proxies* e até mesmo nos NATs de Nível de Operadora. Alguns participantes apontaram que a aplicação de regulamentos pensados para telecomunicações é contrária a muitos dos mecanismos de operação fundamentais da Internet. Foi sublinhado que não seria adequado para a WCIT fornecer aos governos uma racionalidade sancionada internacionalmente para regular a Internet.

Uma proposta para a WCIT feita pela Associação das Operadoras de Redes de Telecomunicação Europeias (ETNO) foi debatida. A ETNO recomendou que os operadores de redes de telecomunicações fornecedoras da infraestrutura na qual a Internet é executada deveriam receber uma “compensação justa” pelo tráfego de Internet que transportam. A recomendação incluía a sugestão de um modelo “*sender pays*” pelo tráfego da Internet e o encorajamento de acordos de qualidade de serviço da Internet, garantidos por tratados.

Na parte da sessão voltada para perguntas e respostas, um ex-regulador de telecomunicações, agora liderando um instituto de pesquisas no Sri Lanka, observou que o investimento flui a partir de bons modelos de negócios e que estes são suportados pela

demanda. Baseado em pesquisas que seu instituto está conduzindo em países como Indonésia, Índia, Paquistão e Bangladesh, a demanda parte de conteúdo atrativo. Ele observou que os países em desenvolvimento enfrentam desafios para produzir conteúdo local, de forma que o modelo *sender pays* provavelmente isolaria a maior parte dos países em desenvolvimento dos fornecedores de conteúdo do exterior. A proposta corre o risco de criar uma Internet balcanizada, em que provedores dirão que não servem uma área por considerá-la muito cara.

Os comentários finais sobre a WCIT apontaram que havia duas preocupações maiores. Em primeiro lugar, estava a definição de termos. Por exemplo, as “telecomunicações” deveriam incluir a Internet ou seu processamento? Em caso positivo, então isso significaria que o ITR seria aplicado diretamente à Internet ou à governança da Internet? Em segundo, estava o escopo, que decidiria quais entidades seriam afetadas pelo ITR como, por exemplo, as agências regulatórias ou todas as provedoras de serviços de comunicação?

O coordenador de um workshop alimentador sobre cooperação aprimorada apresentou uma visão geral sobre seus debates. O conceito de “cooperação aprimorada” foi discutido em IGFs anteriores e outros fóruns internacionais e também foi mencionado por alguns participantes durante a sessão de abertura como uma questão que o IGF deveria abraçar mais vigorosamente. O coordenador do workshop observou que, exceto no IGF, as pessoas tendem a falar em seus próprios grupos; organizacionais, de entidades trabalhando em políticas relacionadas às TICs ou de governança de Internet, ou setoriais. Ele sugeriu que este padrão precisa cessar, as pessoas e as organizações devem compartilhar conhecimento e experiências. O IGF é um modelo importante de tal compartilhamento, mas o Fórum acontece apenas uma vez ao ano. É preciso um esforço mais coordenado, tanto fora quanto dentro do IGF, para aperfeiçoar a forma como tratamos e combatemos as ameaças à cooperação aprimorada.

Governança da Internet para o Desenvolvimento (IG4D)

Foi observado que as questões de desenvolvimento são um dos temas essenciais do IGF, ainda mais neste ano, ao considerarmos que o tema do Fórum era “Governança da Internet para o Desenvolvimento Sustentável Social, Econômico e Humano”. O IGF foi elogiado por ser uma das plataformas mais relevantes

para influenciar a formulação de políticas de TIC, especificamente em países em desenvolvimento, devido à natureza das novas oportunidades econômicas e mudanças sociais, culturais e políticas criadas pela Internet.

A sessão foi dividida em três núcleos. O primeiro examinou “A Expansão Pendente do Espaço de Domínios de Primeiro Nível”. Esta sessão examinou como vários atores no mundo em desenvolvimento (governos, grupos industriais, comunidade técnica e sociedade civil) percebem os custos relativos e os benefícios de expandir o espaço de nome de domínio para os usuários finais. Ela também avaliou que tipos de suporte poderiam ser necessários para ajudar as comunidades, ONGs e empresas do mundo em desenvolvimento a preencherem a potencial lacuna de inclusão do espaço TLD.

Como a Internet é hoje o maior fator dinâmico do desenvolvimento global, social, cultural e político, foram levantadas considerações sobre seu impacto e funcionamento. Isto evidenciou que deveria ser estimulado em futuros IGFs um maior envolvimento dos formuladores de políticas e de instituições governamentais relevantes em outros domínios da política.

O relacionamento geral entre governança da Internet e desenvolvimento sustentável levantou uma questão preocupante. Os delegados foram lembrados de que o conceito de desenvolvimento social foi por vezes mal interpretado no sentido de que enfatizava proteção ambiental e viabilidade. Sustentabilidade neste contexto na verdade significa que o progresso do desenvolvimento deve garantir às gerações vindouras o aproveitamento dos mesmos benefícios e prosperidade que a atual geração está recebendo das atividades do desenvolvimento. Portanto, ao usar as TIC em desenvolvimento, devemos ter em mente as nossas futuras gerações.

Foi levantada a ideia de criar programas específicos de gTLD para economias em desenvolvimento em uma segunda ou terceira rodada do Programa de Novos gTLDs da ICANN. Isto se deve ao fato de que algumas regiões estão atrasadas e a oportunidade deve ser aproveitada nesta fase inicial, em que há um enorme mercado e oportunidades para o desenvolvimento da comunidade. Outra ideia substancial levantada em relação às novas gTLDs foi o acesso à Internet através de dispositivos de telefonia móvel. Nomes de domínio reduzidos são um recurso que necessita ser levado em conta, já que o acesso à Internet em algumas regiões será feito predominantemente por meio de dispositivos de telefonia móvel.

O segundo núcleo foi “Ambiente Facilitador”. Palestrantes exploraram diversos meios de atrair investimento em infraestrutura e encorajar o crescimento em inovação de serviços de TIC, incluindo a tecnologia móvel, enquanto compreendiam como estas tecnologias poderiam ser empregadas para tratar de desafios de desenvolvimento. Além disso, examinaram os desafios e as oportunidades de uma participação de todos os grupos setoriais no desenvolvimento de políticas de governança da Internet, as abordagens legais e regulamentares.

Os palestrantes pediram ao público que considerasse como a governança da Internet poderia lidar com desafios em que o impacto direto do setor de TIC e a Internet são substanciais e ameaçam a sustentabilidade. Resíduos do setor de TIC, incluindo a contribuição na emissão de gases do efeito de estufa, estão tendo um impacto negativo na sustentabilidade ambiental.

Considerando estes aspectos, foi endereçada a pergunta sobre a quem cabe a responsabilidade pelo o impacto negativo deste setor. A autorregulação do setor privado seria adequada? Em caso positivo, os fatores ambientais deveriam ser incorporados na engenharia física da Internet, na arquitetura de rede, no projeto de dispositivos, centros de dados ou aplicativos? Os delegados debateram longamente estas questões.

A expansão pendente do espaço de *Domínios de Primeiro Nível* foi discutida em detalhes e incluiu uma revisão das 1930 solicitações que foram recebidas pela ICANN. Digno de nota foi o baixo número de solicitações de gTLDs classificadas como comunitárias: 84 solicitações, representando apenas 4% do total. A discussão, então, mudou para os fatores que contribuem para a baixa adoção dos gTLDs para comunidades. De uma forma geral, acredita-se que poucas medidas foram tomadas para facilitar a participação e o envolvimento das comunidades, particularmente as de países em desenvolvimento.

Outros fatores que contribuem para a baixa captação de países em desenvolvimento foram discutidos, inclusive as barreiras impostas pelo tipo e nível de especialização necessários para completar a solicitação, os requisitos financeiros e o curto período de tempo para submeter solicitações.

O terceiro e último núcleo examinou detalhadamente o tema da “Infraestrutura” por meio de uma discussão sobre as questões-chave que dizem respeito ao tema no âmbito da Internet.

Isso foi feito a partir da avaliação de experiências de países em desenvolvimento e de como as novas tecnologias e os mecanismos da governança global da Internet lidam com limitações, oferecem oportunidades e permitem o desenvolvimento. Esta sessão destacou o significado da governança da Internet para o desenvolvimento, não como uma atividade periférica, mas como o elemento central dessa agenda. Foi apresentada uma importante mensagem para ser levada ao próximo IGF sobre trazer mais estudos de casos específicos e ações concretas para o Fórum.

Acesso e Diversidade

A sessão tratou de cinco temas principais: infraestrutura, inovação da Internet móvel, empoderamento humano, livre fluxo de informação e multilinguismo. Estes cinco temas foram usados para examinar o acesso à Internet, a diversidade como uma proposta valiosa e questões que precisavam ser tratadas para transformar usuários não conectados em usuários habilitados, usuários em criadores da Internet e criadores da Internet em inovadores que abasteceriam a transformação econômica e também avaliar o desenvolvimento internacional que desejamos.

O primeiro questionamento foi sobre quem deveria pagar pela infraestrutura necessária para atender rapidamente a crescente demanda. Representantes do governo no painel, apoiados por outros comentários da audiência, destacaram a importância de parcerias público-privadas. Como um exemplo, há quatro anos, quando a situação da banda larga na África Ocidental era pobre, o governo do Quênia em particular apoiou e liderou iniciativas para implantar cabos submarinos de fibra óptica. Esta se tornou a infraestrutura da nova Internet nacional. Os governos da região também trabalharam com o setor privado para construir redes nacionais de banda larga entre as principais cidades e municípios, estendendo-se até áreas rurais e através de países vizinhos sem acesso ao litoral. Onde a demanda não existia ou ainda não existia a ponto de atrair a parceria do setor privado, o governo trabalhou sozinho; por exemplo, o Quênia fundou uma rede de pesquisa nacional, fornecendo banda larga às universidades, a qual agora foi estendida ao ensino médio e a parte do ensino fundamental.

Outro exemplo levantado foi o do governo jamaicano agindo como catalisador de investimento, produzindo condições de licenciamento favoráveis e regimes regulatórios incentivadores

de investimentos do setor privado. No entanto, alguns comentários observaram que, para ser sustentável, o investimento deve ser criado pela demanda. Investimentos devem ser incentivados através da corrente infraestrutural; entre outras instâncias, a partir da banda larga local e internacional, para Pontos de Troca de Tráfego, bem como regimes de impostos favoráveis, facilitação das restrições de importação e políticas nacionais que reúnam agências para apoiar uma meta comum.

Uma intervenção da plateia enfatizou que o acesso precisava ser tratado em uma abordagem *bottom up* para garantir que todos os diferentes elementos de um país e uma cultura fossem considerados. Por exemplo: a Índia tem 18 idiomas oficiais e muitos milhões de pessoas com habilidades dramaticamente diversas em termos de alfabetização, vivendo em condições econômicas muito diferentes.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) observou os resultados de uma pesquisa recentemente concluída, que encontrou uma correlação positiva entre o volume de conteúdo local e os preços do acesso à Internet: quanto mais conteúdo local houver, a qualidade do serviço será melhor e o preço do acesso será mais baixo. O participante observou que esta relação poderia parecer paradoxal, mas é o que acontece.

Dados governamentais abertos foram apresentados como estímulo efetivo para o desenvolvimento de aplicativos e inovação em serviços móveis. Centros de inovação, onde estão jovens engenheiros e empresários, surgiram em todo o continente Africano e representam novos ecossistemas de apoio ao desenvolvimento móvel e a empresas *start-up*. Enfatizou-se que a Internet móvel abriu oportunidades para microempresas e microempreendedores. Eles vêm das bases, mas são cada vez mais apoiados por equipamentos de infraestrutura sofisticados, como redes 4G, aparelhos celulares de alta qualidade e outros dispositivos móveis como *tablets*, bem como *kits* de desenvolvimento de *software* livre. Respondendo a uma pergunta da plateia, um palestrante declarou que, com a qualidade das redes de banda larga e dos novos dispositivos móveis, a Internet móvel era uma substituição satisfatória à fixa.

Questões de direitos das mulheres e empoderamento estimularam um debate interessante sobre como o acesso à Internet pode ajudar as mulheres a exercitarem toda a gama de seus direitos.

A sessão ouviu que cerca de dois terços da população mundial de adultos analfabetos é formado por mulheres e que analfabetismo é claramente uma grande questão em termos de acesso à Internet. Um palestrante observou que eram necessários programas para fornecer tecnologia para mulheres não como usuárias passivas, mas como participantes e criadoras ativas.

Um dos três workshops alimentadores da sessão informou sobre tecnologia e oportunidades econômicas e sociais para as mulheres. Suas discussões focalizaram o que era preciso para que elas tivessem acesso à educação e ao desenvolvimento de habilidades que as capacitassem para se conectar; focaram também nos desafios dos cibercrimes e na violência dirigida às mulheres e como isto pode forçá-las a permanecer *off-line* e na necessidade de empoderar as mulheres para superarem estes desafios.

Um segundo workshop de alimentação mostrou como as bibliotecas e outros serviços comunitários podem oferecer acesso público à Internet. As discussões exploraram como soluções de acesso público poderiam atender às necessidades comunitárias, como alternativas que aproveitassem a infraestrutura e a experiência existentes e parcerias com o setor privado.

Um terceiro workshop foi sobre direitos do consumidor e proteção ao consumo, indo desde a questão sobre obter acesso até garantir sua qualidade, questionando ainda se o acesso à Internet poderia ser considerado um novo direito humano.

Foi colocado como desafio global o acesso em termos de acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo as populações idosas. Foi destacado que aproximadamente um bilhão de pessoas viviam com deficiências e que este número aumentaria. Foi feita referência a um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que mostrava que pessoas com deficiência são mais propensas ao desemprego que as sem deficiência.

O idioma inglês dominou a Internet dos anos 1990 e começo dos 2000, mas foram relatados esforços recentes que impulsionaram uma Internet global mais multilíngue. Mais notável é a ascensão dos usuários chineses da Internet, o que tem proporcionado ao idioma chinês forte proeminência. O uso do chinês, árabe, cirílico e outros *scripts* não-ASCII também têm sido apoiados por desenvolvimentos técnicos como os Nomes de Domínio Internacionalizados (IDNs); participantes apontaram os IDNs como importantes facilitadores da diversidade de linguagem na Internet.

Um palestrante descreveu os esforços de seu governo para preservar idiomas locais indígenas e ameaçados de extinção. A radio-difusão pública preservava há muito tempo conteúdos em diferentes idiomas indígenas, mas por muitos anos não havia plataforma para disponibilizá-los. A digitalização e os serviços *on-line* são capazes de tornar tais conteúdos disponíveis. Porém, a conservação de idiomas locais precisa que o povo indígena tome a dianteira e ajude o governo e outras instâncias. A iniciativa da preservação de idiomas ameaçados deve partir do próprio povo, não deixando que a ação venha apenas do governo, de maneira *top-down*.

Segurança, Abertura e Privacidade

A sessão sobre segurança, abertura e privacidade examinou e questionou uma ampla gama de temas controversos de rápida ascensão, relevantes e impactantes para a segurança *on-line* e *off-line*, como a privacidade e noções de identidade relacionadas a conceitos de direitos humanos e liberdades fundamentais. Conforme mais e mais indivíduos e grupos sociais entram para o mundo *on-line*, estão sendo reexaminadas garantias, legislações e várias regulações tradicionais para proteger tanto os direitos humanos quanto a segurança nacional.

Nos anos passados, usuários de Internet em todo o mundo se tornaram mais conscientes dos novos “perigos” detectados neste mundo *on-line*. O conceito de “*big data*” tornou-se o principal motivo de preocupação, conforme os usuários se conscientizam cada vez mais sobre como seus dados e informações pessoais sobre suas atividades *on-line* estão sendo extraídos e retidos por empresas ou usados para outros fins, como marketing e publicidade comportamental. Os usuários estão também descobrindo que frequentemente são observados através de satélites e câmeras de vigilância ocultas.

As empresas argumentam que os usuários precisam ser responsáveis e cautelosos sobre seu comportamento e segurança *on-line* e os governos justificam a vigilância por razões de segurança nacional; no entanto, isto não traz conforto ou satisfação para a maioria dos usuários.

Os palestrantes envolveram uns aos outros e o público em um debate sobre quais direitos *on-line* os usuários deveriam ter com respeito a esta questão, levando em consideração a importância vital e geralmente predominante da segurança nacional e global, bem como os tratados de direitos humanos existentes.

Questões de políticas relacionadas aos cibercrimes, tanto domésticas, como transfronteiriças, foram discutidas em profundidade durante a sessão. Especialistas no assunto enfatizaram o aumento da complexidade de tais ataques, observando também que a tecnologia que possibilita esse comportamento está se tornando mais sofisticada e difícil de combater. Quem deveria arcar com a responsabilidade de prevenir estes ataques? É possível argumentar que esta responsabilidade deveria recair sobre os formuladores de políticas governamentais, as forças armadas nacionais, os intermediários da Internet ou sobre os próprios usuários individuais. Foi salientado que esta ameaça perigosa e crescente deveria ser tratada não por um único setor, mas pela comunidade multissetorial.

Foram feitos fortes apelos, tanto pelos palestrantes como pelos participantes da sessão, para assegurar os direitos humanos individuais e liberdades fundamentais (como a liberdade de expressão) em nossa transição para a vida social coletiva na Internet. Estes direitos foram tradicionalmente reconhecidos e sustentados para o aperfeiçoamento da sociedade, e isso não deve mudar quando os indivíduos vão para a Internet, quer sejam um camponês em um telefone móvel, uma criança interagindo com novos amigos por meio de uma conta no Facebook, ou um sacerdote se comunicando com seus seguidores em um blog.

Argumentou-se que o acesso ao conhecimento e o direito de expressar ideias livremente é essencial para buscar o desenvolvimento humano, social e econômico. Foi dito que certamente precisamos prestar atenção aos abusos nestes direitos, que não devemos prejudicar uns aos outros e que o Estado de direito deve sempre ser levado em conta e garantido, mas que também devemos criar um nível de confiança e compreensão mútua sobre o uso da Internet para que possamos utilizá-la livre e abertamente para melhor aproveitar seu potencial.

Durante a sessão, o contrato social de Rousseau foi usado como metáfora para repensar políticas públicas sobre estas questões emergentes e sensíveis. Foi dito que, para obter certos direitos individuais, devemos também, talvez, entregar certas liberdades a outros. No mundo *on-line* isto pode significar que precisamos de certas garantias ou regulamentações em vigor para manter nossa segurança na Internet. Como resultado da rápida globalização de nossa sociedade, o contrato social de Rousseau, pen-

sado para o indivíduo e para o estado soberano, pode agora ser aplicado ao usuário individual da Internet no mundo *on-line*.

Exemplos de crimes de ódio acontecendo *on-line* e o meio apropriado de lidar com eles também foram examinados. Mais e mais casos de *bullying* cibernético estão surgindo em sítios de mídia social, pois frequentemente os jovens veem a si mesmos com identidades autônomas no ciberespaço. Eles devem ter o direito de permanecer invisíveis nesse espaço? De quem deve ser a responsabilidade quando uma criança usa a mídia social para causar dano emocional a um colega de classe? Da plataforma de mídia social, dos pais da criança ou de ninguém? Além da constatação de que a educação é essencial, este debate não teve nenhuma resposta fácil. Usuários da Internet de todas as idades precisam ser treinados sobre os riscos de estar *on-line*, sobre as responsabilidades humanas básicas decorrentes e o fato de que também devem ser aplicadas *on-line* as mesmas regras não escritas sobre como devemos tratar uns aos outros *off-line*.

A inclusão de países em desenvolvimento no debate foi salientada ao longo de toda a sessão. Muitas vezes novas regulações ou leis de políticas de domínio estabelecidas em regiões ou países mais desenvolvidos podem afetar outros países. Os países em desenvolvimento precisam de autonomia apropriada para formular políticas adequadas aos seus patamares de desenvolvimento social e econômico e culturas nacionais e regionais. Os países em desenvolvimento agora também têm mais a ganhar em suas formulações de políticas por estarem, muitas vezes, partindo do zero, o que significa que estas políticas podem garantir o acesso e abertura da Internet para melhor aproveitar o potencial para o empreendedorismo e dar ao povo direitos e liberdades capacitadores que a Internet pode proporcionar.

A conclusão que emergiu foi que a inclusão da juventude na formulação de políticas em todas as questões de governança da Internet era absolutamente essencial. Os jovens representam o futuro e já compõem a geração mais tecnologicamente esclarecida na maior parte dos países. Essa tendência continuará a crescer e ouvir suas vozes, seguindo sua liderança, é certamente o caminho ideal para todos nós, usando o modelo multissetorial para assegurar as respectivas seguranças e privacidades, enquanto mantemos e fazemos crescer uma Internet aberta e disponível para todos.

Balanço e Caminho Adiante

A sessão “Balanço Geral e Caminhos a Seguir” refletiu a experiência dos participantes no IGF 2012 e permitiu aos setores discutirem suas observações e conclusões decorrentes dos workshops e sessões principais que aconteceram durante a semana. Os delegados também compartilharam lições aprendidas em Baku, passíveis de serem usadas para melhorar o Fórum nos próximos anos. De maneira geral, concordou-se que o encontro do IGF 2012 em Baku havia sido um significativo sucesso e um passo à frente para o IGF.

O governo azerbaijano foi elogiado por organizar e hospedar o encontro de quatro dias, que contou com boa frequência e foi bastante ativo. Em particular, os participantes discutiram a contribuição do Fórum para a agenda do desenvolvimento, pois se tratava do principal assunto do tema do encontro. O Fórum foi também elogiado por sua contribuição para a ampliação dos esforços de cooperação aprimorada entre as diversas instâncias multisetoriais de formulação de políticas de governança da Internet.

Participantes de todos os grupos setoriais recomendaram que o IGF fosse utilizado para levar adiante o trabalho feito durante o ano passado em outros fóruns para avançar as discussões sobre cooperação aprimorada. Estas recomendações ecoaram chamados similares para que o Fórum assumisse a discussão sobre cooperação aprimorada feita por alguns participantes durante a abertura do 7º IGF, quatro dias antes.

Houve sugestões muito úteis dos participantes sobre como o Fórum poderia ser aperfeiçoado. Foi observado que embora a participação da juventude tivesse aumentado, ainda havia muito trabalho a fazer para incluir mais jovens como participantes ativos, com papéis discursivos e didáticos e no planejamento do próprio IGF. O IGF existe para ajudar a definir políticas para as gerações futuras e a juventude deveria ser o coração da discussão.

As recomendações pendentes do grupo de trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) sobre melhorias no IGF também foram trazidas como outro ponto de orientação para melhorar e planejar futuros encontros. Deve-se dar também prioridade à integração das discussões das iniciativas regionais e nacionais do IGF nos encontros anuais, como meio de capturar a atividade da comunidade mais ampla do IGF, que acontece entre as reuniões globais anuais.

A primeira parte da sessão examinou as outras sessões principais que haviam acontecido ao longo da semana. Relatores reportaram sobre os principais temas que emergiram de cada uma das sessões e informaram aos delegados e participantes remotos sobre estes temas e as novas questões surgidas dos respectivos debates e discussões. Este exercício é crucial para garantir que os debates substanciais que acontecem a cada ano no IGF anual continuem a evoluir e desenvolver-se uns após os outros, acompanhando a rápida expansão da Internet e os novos desafios decorrentes.

O surgimento da atividade de mídia social entre a comunidade do IGF foi destacado como um ganho significativo e um passo adiante. A esse respeito, uma breve apresentação foi feita sobre a atividade da “nuvem IGF”, visto que a análise do que foi dito em redes sociais como o Twitter e o Facebook pode revelar muito sobre pensamentos e ideias dos participantes, especialmente aqueles que contribuem remotamente. Foi observado que as ideias compartilhadas nas redes sociais são frequentemente mais reveladoras e pessoais do que aquelas que são compartilhadas nas salas de sessão e de workshop reais e, portanto, é importante explorá-las.

Durante a semana, houve mais de três mil *tweets* sobre as atividades do Fórum que atingiram aproximadamente 2.8 milhões de pessoas *on-line*. Ficou claro que a atividade da rede social aumenta significativamente o alcance do compartilhamento de informações do IGF e contribui para a capacitação e formação de parcerias fora dos encontros anuais. O relato sobre a atividade da nuvem está disponível em www.igf2012.diplomacy.edu.

O segundo segmento da sessão discutiu iniciativas recentes de vários atores governamentais e não governamentais para definir princípios e novos marcos e as implicações, tanto positivas como negativas, que estas iniciativas possam ter. Os delegados também questionaram qual papel o IGF deveria ter na formulação de tais princípios e marcos na esfera da formulação de políticas de governança da Internet. Os delegados contaram mais de 25 conjuntos diferentes de princípios que existem de uma forma ou de outra, como propostas ou projetos, alguns vindos de grupos de estados, outros unilaterais. Alguns são propostos por organizações como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou o Conselho da Europa, outros representam iniciativas lideradas pelo governo, como o Marco Civil da Internet do Brasil,

desenvolvido de forma multissetorial; e existem ainda aqueles desenvolvidos por organizações da sociedade civil.

Os delegados debateram como a comunidade de governança da Internet deveria seguir adiante com todos os diversos princípios e se o IGF deveria também desenvolver seu próprio conjunto de princípios. Foi observado que, independentemente de qual fosse o próximo passo a seguir ao formular ou construir novos princípios e marcos, eles deveriam ser fundamentados e construídos através do modelo multissetorial. O IGF é o cenário ideal para comparar e contrastar tais princípios, para ver onde há consenso entre os vários grupos, mas também onde há clara divergência. Quando ela existe, o IGF pode ser utilizado para trazer todos os grupos setoriais à mesa, discutir racionalmente as diferenças e debater sobre um possível compromisso.

Embora tivesse havido grande concordância de que o IGF deveria prosseguir com seu papel como uma plataforma de discussão não vinculativa, foi enfatizado que as discussões e as tendências de tópicos dos encontros anuais deveriam ser documentados e disseminados em outros fóruns de governança da Internet de uma forma mais efetiva.

A terceira e última parte desta sessão examinou os caminhos futuros do IGF. Os delegados voltaram-se especificamente para o papel da comunidade da Internet global no IGF, como ele deveria evoluir e o impacto dos próximos encontros do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o panorama da governança da Internet e o IGF. O financiamento do IGF foi bastante discutido e todos concordaram que ele deveria aumentar para garantir a sustentabilidade e relevância do Fórum. O financiamento tradicional deve ser mantido ao lado da busca de novas fontes. Contribuições em espécie também devem aumentar junto com a exploração de novas fontes inovadoras de financiamento.

Muito impulso foi recebido e houve concordância de que todos os membros da comunidade do IGF deveriam continuar e até mesmo aumentar seus esforços em direção ao seu crescimento e melhoria entre os encontros anuais. A capacitação, o compartilhamento de conhecimento, a divulgação e a conscientização, entre outras atividades, precisam ter continuidade durante o ano e os grupos setoriais devem trabalhar em estreita colaboração com o Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) e o Secretariado para cumprirem com suas partes.

Sessão de Encerramento

Um grupo diverso de participantes representando a comunidade multissetorial do IGF dirigiu-se aos delegados na tarde do último dia do Fórum para encerrar o encontro de 2012. A sessão permitiu uma reflexão coletiva de todos os participantes sobre alguns dos temas-chave que haviam emergido das sessões principais e workshops, e possibilitou à comunidade do IGF olhar adiante para o próximo ciclo de importantes tarefas para assegurar que o Fórum continue se aperfeiçoando.

Os participantes observaram em particular que o IGF havia evoluído com sucesso e progredido desde os anos anteriores. A comunidade do IGF foi louvada por muitos participantes das sessões prospectivas organizadas ao longo da semana. Isto amplia a singularidade do IGF, por ser capaz de evoluir e acompanhar o ritmo acelerado dos debates políticos emergentes, decorrentes do rápido crescimento da Internet. A produtividade do IGF ficou clara nos amplos esforços de cooperação reforçada da comunidade global e multissetorial de governança da Internet e o Fórum está bem posicionado para continuar produzindo e seguindo adiante.

Representantes do país-sede estavam tanto agradecidos quanto honrados por terem hospedado o 7º IGF. O Fórum trouxe conscientização pública da importância e crescimento da Internet no país e regiões vizinhas. O Azerbaijão está em meio a uma transformação econômica significativa e as TIC e a conectividade da Internet são as ferramentas que estão ajudando seu desenvolvimento para se tornar uma sociedade inovadora e baseada em conhecimento. Empresas em todo o país estão crescendo como resultado do crescimento da Internet no Azerbaijão e do compromisso do governo de permitir acesso ao mundo global *on-line*. A juventude do Azerbaijão está sendo particularmente beneficiada pelas tecnologias de Internet e por gastos significantes do governo em iniciativas de apoio à juventude e às TIC. É prioridade máxima do governo integrar as TIC e a educação em todos os níveis e permitir aos jovens se tornarem empreendedores criativos.

Muitos participantes fizeram referência a outros próximos encontros internacionais de alto nível, em que assuntos de políticas de governança da Internet serão discutidos, bem como marcos existentes e medidas regulatórias serão revisados. Foi dito que o modelo multissetorial deveria ser mantido nestes

diversos fóruns e que a comunidade de governança da Internet precisava ser cautelosa e compreensiva ao considerar quaisquer alterações nos modelos atuais de governança e de políticas que permitiram à Internet trazer tanto o desenvolvimento social quanto o econômico positivo em anos recentes.

Um forte apelo foi feito pelo representante da sociedade civil para que o IGF continuasse a ser um fórum de promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais da Internet. Os usuários devem se sentir seguros na Internet, independente de onde vivem, e desfrutar das mesmas liberdades *on-line* que têm *off-line*. Este será com certeza um debate político controverso e cada vez mais importante em 2013 e, além disso, a voz da sociedade civil deve ser ouvida em pé de igualdade em todos os vários fóruns internacionais de governança da Internet onde estes assuntos serão debatidos e discutidos.

Representantes de comunidades empresariais e da Internet enfatizaram a importância do modelo de governança da Internet multissetorial *bottom-up* defendido pelo IGF para que a Internet impulse o desenvolvimento social e econômico em todo o mundo. A Internet é uma força econômica poderosa e gigantesca e tem um impacto positivo direto na criação de empregos, no comércio e na concorrência de mercado, tanto em pequenas quanto em grandes empresas, em economias maduras ou em desenvolvimento. Ao formular políticas, deve-se dar atenção à defesa do acesso justo ao mercado e aos investimentos, promovendo inovação e limitando barreiras econômicas para empresas que desejam investir em novos mercados de países em desenvolvimento. Assim, o IGF deve enfatizar nos próximos anos a participação crescente de novos grupos setoriais de países em desenvolvimento.

Finalmente, o governo da Indonésia expressou suas intenções e disposição de hospedar o 8º IGF em 2013. Esta declaração foi recebida com entusiasmo e expectativas positivas pelos delegados em Baku.

Anexo I

Lista de Oradores

Fórum de Governança da Internet

Baku, Azerbaijão, 6–9 de novembro, 2012

Cerimônia de Abertura

- Sr. Wu Hongbo, Subsecretário-Geral, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA).
- Sr. Hamadoun Touré, Secretário Geral, UIT, Vice-Primeiro-Ministro, Sr. Abid Sharifov, Governo do Azerbaijão.

Sessão de Abertura

- Sr. Ali M. Abbasov, Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação, República do Azerbaijão.
- Sra. Alice Munyua, Presidente do Comitê de Direção da Governança da Internet, Ministra da Informação e das Comunicações, Governo do Quênia.
- Sr. Carlos Afonso, Diretor Executivo, Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação (NUPEF), Brasil.
- Sr. Denis Sverdlov, Vice-Ministro, Telecom e Comunicações de Massa, Federação Russa.

- Sr. Eiichi Tanaka, Vice-Ministro para Coordenação de Políticas, Ministério de Assuntos Internos e Comunicações (MIC), Japão.
- Sr. Andreas Reichhardt, Vice-Ministro, Ministério Federal dos Transportes, Inovação e Tecnologia, Áustria.
- Sr. Lawrence E. Strickling, Secretário Assistente de Comunicações e Informação, Administração Nacional de Telecomunicações e Informação (NTIA), EUA, Departamento de Comércio, Estados Unidos.
- Sra. Lynn St. Amour, Presidente e CEO, *Internet Society* (ISOC).
- Sr. Janis Karklins, Assistente, Diretor-Geral de Comunicações e Informação, UNESCO.
- Sr. Jean-Guy Carrier, Secretário-Geral, Câmara de Comércio Internacional (ICC).

- Mr. Eligijus Masiulis, Ministro dos Transportes e das Comunicações, República da Lituânia.

- Sra. Zsuzsanna Nemeth, Ministra de Desenvolvimento Nacional, Hungria.

- Sr. Genc Pollo, Ministro da Inovação e das Tecnologias de Informação e Comunicação, República da Albânia.

- Sr. Alan Marcus, Diretor Sênior, Diretor da IT& Telecommunication Industries, Fórum Econômico Mundial (WEF).

- Sr. Amirzai Sangin, Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação, República Islâmica do Afeganistão.

- Sr. Edward Vaizey, Ministro da Cultura, Comunicações e Indústrias Criativas, Reino Unido.

- Sr. Hany Mahmoud, Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação, República Árabe do Egito.

- Sr. Žiga Turk, Ministro da Educação, Ciência, Cultura e Esportes, República da Eslovênia.

- Sra. Amelia Andersdotter, Membro do Parlamento Europeu (MEP).

- Sr. Vinton Cerf, Vice-Presidente e Chefe Evangelista da Internet, Google.

- Sr. Kapil Sibal, Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação, República da Índia.

- Sr. Fadi Chehadé, Presidente e CEO, ICANN.

Sessão Principal Questões Emergentes

Presidente:

- Embaixador Philip Verveer, Vice-Assistente do Secretário de Estado, Departamento de Estado, Estados Unidos.

Moderadores:

- Sr. Thomas Spiller, Vice-Presidente, Política Pública Global, Europa, Oriente Médio e África, The Walt Disney Company.

- Sra. Ana Neves, Diretora do Departamento da Sociedade de Informação na Fundação de Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência em Portugal.

- Sr. Izumi Aizu, Membro Pesquisador Sênior e Professor, Institute for InfoSocionomics, Universidade de Tama, Tóquio.

Palestrantes:

- Sra. Sabine Verheyen, Membro do Parlamento Europeu, Alemanha.
- Sr. Ko Fujii, Google Japão.
- Sr. Valens Riadi, Fundação AirPuthi /APJII, Indonésia.
- Sr. Patrick Ryan, Conselho de Políticas, Google.
- Sr. Giacomo Mazzone, Diretor de Relações Institucionais e Relações com Membros, European Broadcasting Union.
- Sr. Toru Nakaya, Diretor-Geral, Instituto de Políticas de Informação e Comunicações, Ministério de Assuntos Internos e Comunicações, Japão.

Moderador remoto:

- Sra. Valeria Betancourt, Associação para o Progresso das Comunicações (APC).

Sessão Principal Gestão de Recursos Críticos da Internet**Presidente:**

- Sr. Elchin Aliyev, Presidente, Sinam Company, Azerbaijão.

Moderadores:

- Sr. William J. Drake, Membro Internacional e Professor Associado, Divisão de Mudança de Mídia e Inovação, Instituto

de Comunicação de Massa e Pesquisa de Mídia, Universidade de Zurique.

- Sr. Chris Disspain, CEO da Administração do Domínio .au (auDA), Austrália.

Palestrantes:

- Sra. Fiona Alexander, Administradora Associada (Chefe de Gabinete), Assuntos Exteriores, NTIA, EUA, Departamento do Comércio, Estados Unidos.
- Embaixador Benedicto Fonseca, Brasil.
- Sra. Alice Munyua, Presidente do Comitê de Direção de Governança da Internet, Ministra da Informação e das Comunicações, Governo do Quênia.

- Sr. Luigi Gambardella, Presidente do Conselho Executivo, Operadores de Redes de Telecomunicações Europeias.

- Sr. David Gross, Sócio da Wiley Rein, Presidente do Comitê USCIB ICT.

- Sr. Geoff Huston, Cientista Chefe, Centro de Informação de Rede da Ásia-Pacífico (APNIC).

- Sr. Pedro Veiga, Professor de Redes de Computação da Universidade de Lisboa e Presidente da Fundação Portuguesa para a Computação Científica Nacional.

- Sra. Anriette Esterhuysen, Diretora Executiva, Associação para o Progresso das Comunicações.

- Sr. Milton Mueller, Professor, Escola de Estudos em Informação da Universidade de Siracusa e Associado do Projeto de Governança da Internet, EUA.

Moderador Remoto:

- Sra. Cathy Handley, Registro de Internet Norte-Americano (ARIN).

Sessão Principal Governança da Internet para o Desenvolvimento (IG4D)

Presidente:

- Sr. Ismayil Alekberov, Ministério dos Assuntos Exteriores, Azerbaijão.

Moderadores:

- Sra. Alice Munyua, Presidente do Comitê de Direção da Governança da Internet, Ministra da Informação e das Comunicações, Governo do Quênia.

- Sr. Carlton Samuels, Vice-Presidente do Comitê Consultivo Geral (ALAC), ICANN.

Palestrantes:

- Sr. Brian Cate, CEO, Registro de Interesse Público (PIR).

- Sra. Erika Mann, Diretora, Políticas Públicas, Facebook.

- Sra. Carolina Aguerre, Gerente-Geral, LACTLD.

- Sr. Philipp Grabensee, Presidente do Conselho, Afílias.

- Sr. Rohan Samarajiva, presidente fundador e CEO da LIRNEasia.

- Sr. Toru Nakaya, Diretor-Geral, Instituto de Políticas de Informação e Comunicações, Ministério de Assuntos Internos e Comunicações, Japão.

- Sr. David Souter, Instituto Nacional de Desenvolvimento (IISD).

Moderadores Remotos:

- Sr. Fouad Bajwa e Sra. Sylvia Cadena

Acesso e Diversidade

Presidente:

- Sra. Gulsel Safarova, Presidente, Organização para Integração da Juventude Azerbaijãna à Europa (AGAT), Azerbaijão.

Moderadores:

- Sr. Ory Okolloh, Gestor, Relações Políticas e Governamentais, Google África.
- Sra. Karen Rose, Diretora Sênior de Desenvolvimento Estratégico e Planejamento de Negócios, ISOC.

Palestrantes:

- Sr. Bitange Ndemo, Secretário Permanente, Ministério da Informação e das Comunicações, República do Quênia.
- Sr. Tarek Kamel, Assessor Sênior do Presidente da ICANN e ex-Ministro de TIC, Egito.
- Sr. Janis Karklins, Diretor-Geral Adjunto de Comunicações e Informação, UNESCO.
- Sra. Jac sm Kee, Malásia, Coordenadora de Defesa dos Direitos das Mulheres, Programa de Apoio à Rede de Mulheres, Associação para o Progresso das Comunicações.

- Sr. Peter Major, Coorganizador, Coalizão Dinâmica de Acessibilidade e Deficiência.

- Sr. Cecil McCain, Diretor dos Correios e das Telecomunicações da Jamaica.

- Sra. Jacquelynn Ruff, Vice-Presidente, Políticas Públicas e Assuntos Regulatórios Internacionais, Verizon Communications.

Principal Debatedor:

- Sr. Satish Babu, Diretor, Centro Internacional de Software Livre e de Código Aberto (ICFOSS), Índia.

Principais Debatedores Remotos:

- Sra. Sheba Mohamid, Analista de Políticas, Trinidad e Tobago.
- Sr. Ermanno Pietrosevoli, Telecomunicações/TIC para Laboratório de Desenvolvimento (T/ICT4D), Centro Internacional de Física Teórica Abdus Salam.

Moderadores Remotos:

- Sra. Raquel Gatto, Membro do Grupo de Trabalho de Participação Remota do IGF, Diretora da ISOC no Brasil.
- Sra. Claudia Selli, Diretora de Assuntos Europeus, AT&T.

Segurança, Abertura e Privacidade

Presidente:

- Sr. Bakhtiyar Mammadov, Ministério das Comunicações e TI, Azerbaijão.

Moderador:

- Sr. Jonathan Charles, Correspondente Internacional, BBC.

Palestrantes:

- Sr. Zahid Jamil, Sócio Sênior Jamil & Jamil, Advogados, Paquistão.
- Sr. Jonathan Zuck, Presidente, Associação para Tecnologia Competitiva (ACT).
- Sra. Eleonora Rabinovich, Diretora, programa Liberdade de Expressão da Associação pelos Direitos Cívicos (ADC), Argentina.
- Sr. Christopher Painter, Coordenador de Assuntos Cibernéticos, Departamento de Estado dos EUA.
- Sra. Marietje Schaake, Membro do Parlamento Europeu e da Relatoria do Parlamento para Estratégias de Liberdade Digital.
- Sr. Sherif Hashem, Assessor Sênior de Cibersegurança do Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação, Egito.

- Sr. Carlton Samuels, Sociedade Acadêmica e Civil, Vice-Presidente do Comitê Consultivo Geral (ALAC), ICANN.

- Sra. Kirsty Hughes, CEO, organização Index on Censorship.

Moderador Remoto:

- Sr. Milan Vuckovic, Analista de Políticas de Redes Sem Fio, Verizon Communications.

Balanço Geral e Caminhos a Seguir

Presidente:

- Sr. Yashar Hajiyeve, Professor, Universidade Técnica do Azerbaijão, Fundador e Diretor do Centro Analítico de Políticas de Informação do Azerbaijão.

Introdução:

- Sra. Constance Bommelaer, Diretora de Políticas Públicas, ISOC.

Moderadores - Parte 1:

- Sr. Bertrand de La Chappelle, Diretor, Projeto de Jurisdição e Internet, Academia Diplomática International.
- Sr. Qusai Al Shatti, Vice-Presidente, Sociedade Tecnológica de Informação do Kuwait.

Palestrantes – Parte 1:

- Sr. Vladimir Radunovic, DiploFoundation.

Relatores/moderadores das Sessões Principais:

- Questões Emergentes, Sra. Jeanette Hofmann; Acesso and Diversidade, Sra. Karen Rose; Segurança, Abertura e Privacidade, Sr. Alejandro Pisanti; Recursos Críticos da Internet, Sr. William Drake.

Moderadores – Parte 2:

- Sra. Nermine El-Saadany, Diretora da Divisão de Assuntos Internacionais, Ministério de Tecnologias de Informação e Comunicação, (MCIT), República Árabe do Egito; Coordenadora Sênior, Força Tarefa de Governança da Internet Egípcia.
- Sra. Anne Carblanc, Conselheira Especial, Diretório de Tecnologia Científica e Indústria, OCDE.

Palestrantes – Parte 2:

- Sr. Wolfgang Kleinwachter, Universidade de Aarhus.
- Sr. Guy Berger, Diretor para Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia, UNESCO.
- Sra. Elvana Thaci, Conselho da Europa.

Moderadores de workshops alimentadores:

- Sr. Izumi Aizu, Membro Pesquisador Sênior e Professor, Institute for InfoSocionomics, Universidade de Tama, Tóquio.
- Sr. Carlos Affonso Pereira de Souza, Vice-Coordenador, Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS/FGV).

Moderadores – Parte 3:

- Sra. Avri Doria, Vice-Presidente, Políticas e Governança, dotgay LLC (Sociedade Civil).
- Sr. Vint Cerf, Vice-Presidente e Chefe Evangelista da Internet, Google.

Cerimônia de Encerramento

- Sra. Haiyan Qian, Diretora, Divisão de Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento, UNDESA.
- Sr. Elmir Valizada, Vice-Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação, República do Azerbaijão.
- Sr. Farid Ismayilzada, Fundador e CEO, “GoldenPay”, Azerbaijão.

- Sr. Jeff Brueggeman,
Vice-Presidente – Políticas
Públicas e Vice-Chefe do
Serviço de Privacidade, AT&T.

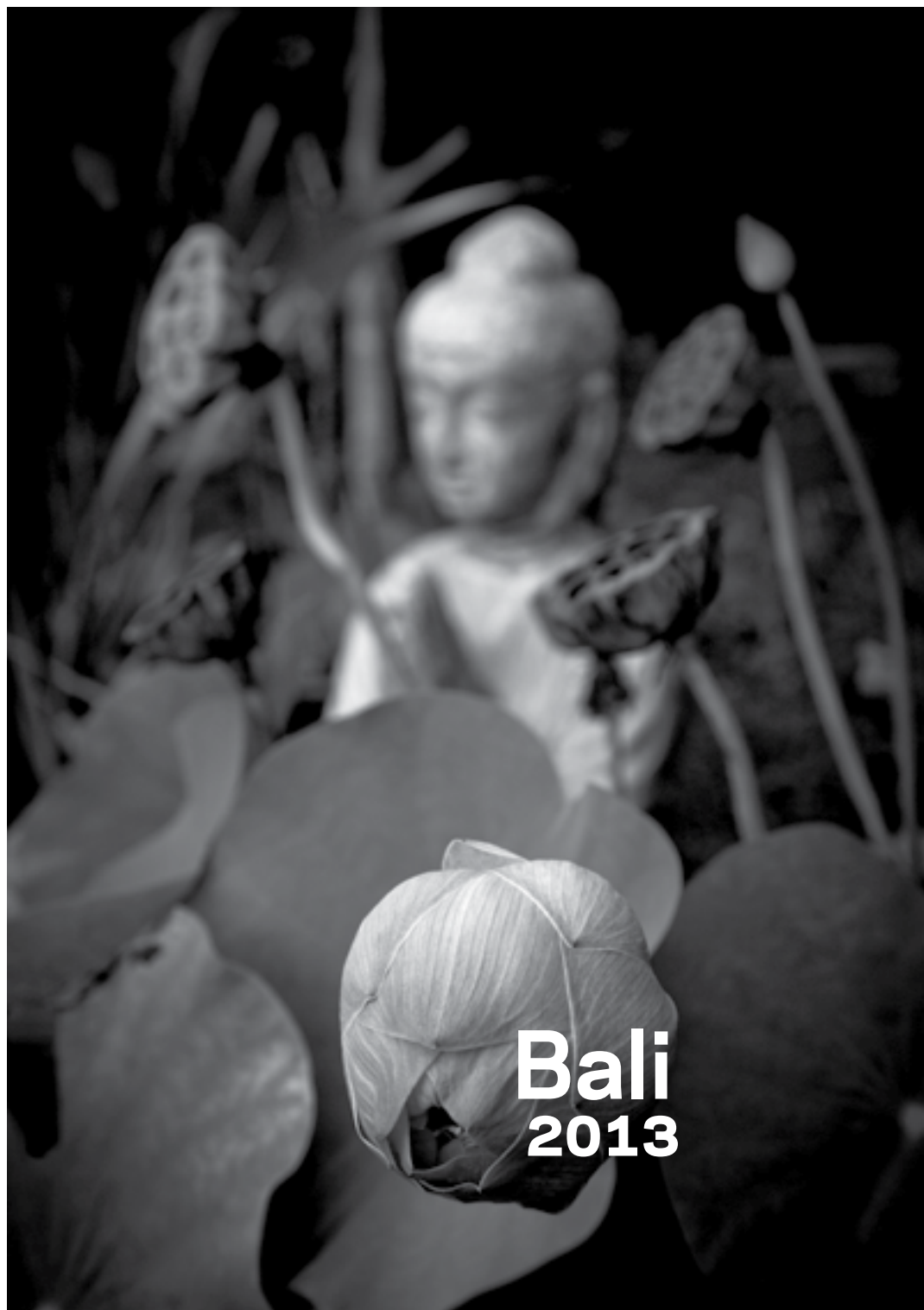
- Sra. Gulsel Safarova,
Organização para Integração
da Juventude Azerbaijana à
Europa (AGAT), Azerbaijão.

- Sra. Valentina Pellizzer,
Oneworld – Plataforma para o
Sudeste Europeu (OWPSEE).

- Sr. Fariz Ismayilzade, Vice-
Reitor, Academia Diplomática
do Azerbaijão.

- Sr. Paul Wilson, Diretor-
Geral, Centro de Informação
de Rede da Ásia-Pacífico
(APNIC).

- Sr. Djoko Agung Harijadi,
Secretário do Diretor-
Geral de Aplicação das TIC,
Ministério das Tecnologias de
Informação e Comunicação,
Indonésia.



**Bali
2013**

8º Encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF)

Bali, Indonésia, 22-25 de outubro de 2013

Sumário do Presidente¹

De 22 a 25 de outubro de 2013, em Bali, na Indonésia, especialistas em governança da Internet, sociedade civil, funcionários de organizações governamentais e intergovernamentais, profissionais das áreas de desenvolvimento social e econômico, membros da academia e comunidades técnicas, representantes do setor privado, além de diversos cidadãos globais interessados no tema, reuniram-se para o 8º Encontro do Fórum de Governança da Internet.

O tema principal desse encontro foi “Construindo Pontes: Reforçando a Cooperação Multissetorial em prol do Crescimento e do Desenvolvimento Sustentável”.

Os diversos subtemas tratados incluíram: Acesso e Diversidade – Internet como Propulsora do Crescimento e Desenvolvimento Sustentável; Abertura – Direitos Humanos, Liberdade de Expressão e Livre Fluxo de Informação na Internet; Segurança – Marco Legal e outros Marcos: Spam, *Hacking* e Cibercrimes; Cooperação Aprimorada; Princípios de Cooperação Multissetorial e de Governança da Internet. Durante o evento de quatro dias, ocorreram ainda 135 sessões focais, workshops, fóruns abertos e sessões relâmpago e outras reuniões.

No contexto das recentes revelações sobre atividades de vigilância na Internet conduzidas por entidades governamentais, o IGF 2013 foi marcado por discussões sobre a necessidade de assegurar uma melhor proteção a todos os cidadãos no ambiente *on-line*; e também pelo desejo de alcançar um equilíbrio apropriado entre as ações movidas por preocupações relativas à segurança nacional e o respeito aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos, tais como o direito à privacidade e à liberdade de expressão.

Diversas sessões focais e workshops trataram dessas questões, gerando um diálogo verdadeiramente multissetorial no espírito do IGF e focado na necessidade de reconstruir a con-

1 Todos os setores estão convidados a visitar a página do IGF (<<http://www.intgovforum.org/cms/>>) onde poderão encontrar a transcrição integral de todas as sessões principais e dos *workshops* que aconteceram durante a semana no 8º IGF. O canal do YouTube do IGF também contém vídeos de todas as sessões (<<http://www.youtube.com/user/igf>>). Acessados em 05 de setembro de 2017.

fiança dos usuários da Internet, seriamente abalada por essas ações. Foi ressaltado durante a semana que quaisquer práticas de vigilância na Internet, motivadas por preocupações de segurança, deveriam ocorrer somente em um marco realmente democrático, assegurando sua adequação, proporcionalidade, devido processo e supervisão judicial. O valor de se encontrar um terreno comum entre todos os setores sobre certa ética cibernética que valorize o respeito a culturas locais *on-line* também foi enfatizado durante o encontro.

Os quatro dias de intensas discussões sobre as questões atuais e prementes de governança da Internet demonstraram mais uma vez que o IGF oferece uma plataforma única para que todos os setores possam sentar juntos e discutir essas questões, levando em consideração as muitas e diferentes visões, tentando identificar soluções possíveis. É esse tipo de diálogo que fortalece o IGF e consolida a sua relação com diversas outras instituições e processos de governança da Internet; que não somente levam seus representantes à mesma mesa de discussão, mas, de forma ainda mais importante, colhem subsídios dessas discussões e os levam para os processos de tomada de decisões que estão moldando o futuro da Internet.

Ao mesmo tempo em que manteve as discussões temáticas tradicionais, o 8º IGF introduziu novos formatos e reorientou algumas das questões tradicionais do Fórum, em uma tentativa de se manter sincronizado com a evolução das discussões sobre a governança da Internet. Pela primeira vez, um encontro do IGF contou com uma sessão plenária focada em direitos humanos na Internet e também incluiu discussões transversais sobre o modelo multissetorial e os princípios da governança da Internet, defendidos pelo IGF e inspirados na Agenda de Túnis.

O 8º IGF também se esforçou para produzir alguns resultados mais tangíveis para os participantes, incluindo aqueles que acompanhavam o evento remotamente. Cada uma das sessões plenárias abordou questões específicas de políticas públicas e buscou analisar tanto pontos convergentes quanto divergentes sobre os diversos tópicos².

2 Uma lista das questões de políticas públicas relacionadas com cada um dos temas principais, coletadas por meio de uma chamada pública à ampla comunidade de setores do IGF, encontra-se anexa a este relatório (Anexo I).

Um eixo abrangente de capacitação foi incluído no programa para os participantes que desejassem participar de sessões voltadas para esse tema, especificamente ajudando o IGF a se tornar um “balcão único” para questões de governança da Internet.

As bem-sucedidas iniciativas de IGFs nacionais e regionais foram cuidadosamente integradas ao programa do IGF de Bali. Os pontos de vista e temas emergentes a partir destas iniciativas foram assimilados nos workshops e sessões focais ao longo da semana, bem como nas reuniões de diálogo interregionais dedicadas a construir pontes e promover o intercâmbio de visões entre as várias iniciativas.

Mais de 2.000 participantes, representando 111 países diferentes, reuniram-se presencialmente ou via Internet em Bali³. Como aconteceu em Baku durante o 7º IGF, a sociedade civil foi o setor mais representado no Fórum. Todo o encontro foi transmitido pela *Web* e a participação remota novamente intensificou a participação ativa. A transcrição em tempo real também foi disponibilizada para aumentar a experiência participativa geral dos que estavam em Bali e dos que seguiam as sessões em todo o mundo.

Milhões de indivíduos interessados seguiram os acontecimentos pelo Twitter (# igf2013, #igf, etc.), o que permitiu que as discussões comesçassem antes mesmo do início do encontro, tivessem continuidade entre as salas de reuniões e durante os intervalos ao longo da semana, e prosseguissem após os delegados terem deixado Bali para retornar a seus lares.

Construir Pontes – O Papel dos Governos na Cooperação Multissetorial

Realizada na manhã do primeiro dia do Fórum, a sessão contou com um painel destacado sobre o papel dos governos na cooperação multissetorial em questões de governança da Internet. O presidente explicou que o tema da sessão foi inspirado por uma opinião formal da União Internacional de Telecomunicações (UIT) sobre o papel dos governos, proposta pelo Governo

3 Aproximadamente 1.704 conexões foram estabelecidas com as reuniões por participantes remotos de 83 países diferentes. Todos os vídeos veiculados na *Web* foram imediatamente carregados no YouTube após o término das sessões, permitindo sua plena visibilidade para o público. Houve aproximadamente 25 *hubs* remotos e mais de 100 palestrantes remotos que participaram de sessões principais e workshops.

do Brasil no Fórum Mundial de Políticas de Telecomunicações (WTPF) em Genebra, no mês de maio de 2013. Foi sublinhado que, embora o conceito de cooperação multissetorial fosse amplamente reconhecido como uma característica vital dos processos de políticas de Internet, a intervenção do Brasil no WTPF tinha a intenção de relembrar a todos que os papéis e responsabilidades dos diferentes setores, particularmente dos governos, estavam longe de serem bem compreendidos ou acordados.

Um palestrante observou em seus comentários introdutórios que a opinião expressa pelo Brasil no WTPF suscitou sérias considerações por muitos setores. Ele observou que, após o WTPF, as deliberações de seu próprio governo identificaram quatro áreas nas quais este desempenhava um papel importante. À medida em que a discussão matinal avançou, estas quatro áreas de atuação governamental foram reforçadas por outras intervenções, tanto do painel quanto da plateia, e foram recebidas com amplo apoio:

- 1.** Os governos possibilitam e facilitam a construção da infraestrutura de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e o desenvolvimento de políticas e marcos de concorrência que apoiam os investimentos do setor privado.
- 2.** Os governos criam marcos normativos domésticos que se destinam a reforçar juridicamente a ideia de que ações consideradas ilegais *off-line* também são ilegais *on-line*. Uma vez que os marcos normativos precisam ser atualizados para que permaneçam consistentes com a evolução da Internet, parcerias com o setor privado e a sociedade civil são necessárias para tornar possíveis tais atualizações e superar os desafios de uma legislação feita de cima para baixo, que pode ser muito lenta, difícil e burocrática. Ao trabalhar em conjunto, todos os setores são capazes de desenvolver políticas públicas mais completas no que diz respeito à Internet.
- 3.** Membros da plateia observaram que as tradições e costumes culturais, níveis de desenvolvimento e de capacidade dos vários setores, incluindo o governo, afetam a capacidade de um país implementar processos multissetoriais. Os desdobramentos da observação “o que é ilegal *off-line* é também ilegal *on-line*” diferem de Estado para Estado e de acordo com a tradição cultural.
- 4.** A capacitação para novos processos multissetoriais é essencial: navegar por processos complexos de políticas públicas de Internet pode ser difícil para novos setores e mais

esforços são necessários para fortalecer a habilidade dos diversos grupos setoriais de participarem nesses processos e evitar o retorno aos tradicionais processos multilaterais.

Os governos, entre outros setores, desempenham um papel importante na preservação da liberdade de expressão, da diversidade cultural e da igualdade de gênero na Internet, e em apoiar a possibilidade das pessoas de acessar e se envolver com a Internet através do apoio à educação e o desenvolvimento de competências. Um palestrante observou que uma estrutura de direitos humanos sustenta tanto o nosso uso quanto o nosso acesso à Internet, e os governos deveriam ser guardiões desses compromissos globais – declaração com a qual muitos na discussão concordaram.

Os governos podem ajudar a apoiar o processo e parcerias multissetoriais, mas não são seus líderes. Palestrantes e membros do público citaram o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGL.br) como um exemplo de sucesso de uma parceria desse tipo.

Foi reconhecido que os governos muitas vezes têm um papel delicado a desempenhar para equilibrar interesses concorrentes em processos políticos. O objetivo é alcançar processos de tomada de decisão relacionados com a governança da Internet que sejam realizados de forma *bottom-up*, transparentes e inclusivos, nos quais os governos trabalhem verdadeiramente em parceria com todos os setores.

Uma área na qual os governos têm um papel especialmente importante a desempenhar é no âmbito dos direitos humanos. De fato, os governos têm a responsabilidade e o dever de proteger os direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão. Essa proposição não só não foi contestada na reunião, como claramente encontrou amplo apoio dos presentes. Notou-se que as questões de direitos humanos não estavam na agenda do IGF há sete anos, mas haviam surgido como tema fundamental nas discussões atuais sobre governança da Internet.

Capacitar os governos para participar em processos muitas vezes complexos foi uma questão mencionada por muitos participantes, junto com o reconhecimento de que, uma vez que os governos percebam a existência de um processo operando de forma transparente e previsível, eles podem não demandar qualquer papel para além de saber que a função designada está sendo realizada corretamente e de forma consistente com normas de políticas públicas, acordos ou padrões.

Um representante do governo do Brasil enfatizou que a proposta brasileira não era uma tentativa de expandir o papel dos governos: eles aceitavam plenamente o modelo multissetorial, como havia sido demonstrado por sua oferta para sediar o IGF 2015. Ao invés disso, o que desejavam era operacionalizar o papel dos governos e não consideravam isso uma potencial perturbação ao modelo multissetorial. Ademais, sua preocupação não era somente com a participação do governo, eles gostariam de ver mais representantes da sociedade civil e do setor privado dos países em desenvolvimento. Observou-se também que o apoio a processos multissetoriais inclusivos deveria ser aplicável a todas as organizações internacionais.

Outro representante governamental reconheceu plenamente a necessidade de melhor integrar governos e demais setores de países em desenvolvimento aos processos e organizações onde as políticas de Internet são desenvolvidas. É igualmente importante que esses processos e instituições reconheçam isso e revisem seus procedimentos nesse sentido.

A questão da vigilância governamental foi levantada por vários membros da plateia e houve amplo reconhecimento do painel de que os governos deveriam “praticar o que pregam” quando tratam de abertura e transparência na Internet. Muitos sentiram que se havia visto a confiança na Internet ser significativamente corroída pelos acontecimentos recentes. Tal erosão da confiança se relacionou com o papel dos governos como protetores dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos e como guardiões dos processos políticos da Internet.

Reconhecendo a importância dos governos como parceiros nos processos multissetoriais, o moderador observou que esses processos eram “um livro vivo” e que até aquele momento só se havia escrito os capítulos iniciais dessa história.

Aproveitando a metáfora, um dos palestrantes afirmou que um princípio fundamental deveria ser de que havia autores múltiplos com vozes iguais nesse processo de redação. Essa ideia recebeu amplo apoio dos presentes na sessão. No entanto, não houve acordo sobre os papéis reais dos diferentes setores, apesar de a maioria dos participantes ter aceitado que cada setor possuía papéis e responsabilidades diferentes. Essa discussão continuou, a ponto de sugerir que as funções definidas pela Agenda de Túnis deveriam ser questionadas e que suas disposições

pudessem ser adaptadas, como parte do livro vivo. Houve concordância de que a evolução das diferentes partes do sistema global de governança da Internet deveria continuar e uma série de participantes mencionaram a recente Declaração de Montevideu sobre o Futuro da Cooperação na Internet, elaborada por organizações técnicas de Internet conceituadas.

Um dos palestrantes sugeriu que o IGF poderia se tornar um equivalente para a Força-Tarefa de Engenharia da Internet (IETF), que produz padrões técnicos de Internet, em termos de políticas *bottom-up*. A ideia foi recebida com algum acordo; no entanto, observou-se que se isso se tornasse uma meta, seria preciso estar preparado para adicionar uma camada que permita ao IGF redigir documentos políticos. Atualmente, o IGF não elabora nada que se assemelhe às minutas de Internet ou RFCs⁴.

Embora houvesse concordância e apoio a um papel estendido e mais claro dos governos, foi enfatizado que este papel acrescido não deveria se concretizar à custa das contribuições de outros setores. Os governos não devem empurrar os outros para fora da barraca. Foi observado que o Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais (GAC) da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) era composto por 129 membros e que esse número vinha aumentando, o que demonstrava que os governos estavam cada vez mais interessados em participar dos processos globais de governança da Internet.

Foi mencionado que os acordos multissetoriais existentes para a governança da Internet, introduzidos pela primeira vez na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), funcionavam bem. No entanto, dentro desse marco, o papel dos governos não estava claramente definido e os papéis de outros setores esteve em disputa desde o encontro da CMSI em Genebra. De fato, grande parte das discussões sobre esse tema estavam circunscritas nas seções relacionadas à “cooperação aprimorada”. Essa discussão continua em aberto e é tratada por um grupo de trabalho dedicado à cooperação aprimorada convocado pela Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD).

4 Nota dos editores: *Requests for Comments* ou RFCs – em português, “solicitações de comentários” – é o nome dado aos documentos técnicos que descrevem os protocolos desenvolvidos no IETF e que são utilizados na Internet.

Cerimônia de Abertura

O Sr. Thomas Gass, Secretário-Geral Adjunto de Coordenação Política e Assuntos entre Agências do Departamento da Organização das Nações Unidas (ONU) de Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA), abriu formalmente o 8º Fórum de Governança da Internet. O Sr. Gass salientou que o Secretário-Geral da ONU estava comprometido com o modelo multissetorial para a governança da Internet defendido pelo IGF e com a sustentabilidade de longo prazo do Fórum, com a esperança de que este tivesse o mandato prorrogado para além de 2015, quando o processo de revisão mais amplo da CMSI estaria em curso.

O Secretário-Geral Adjunto enfatizou a importância de se assegurar que a nossa Internet global promovesse a paz e a segurança, permitisse o avanço do desenvolvimento e garantisse os direitos humanos. Segundo ele, seria crucial ampliar os benefícios das TIC por meio de uma Internet global, interoperável e robusta, uma vez que a comunidade internacional estava se esforçando para acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 e moldava uma Agenda de Desenvolvimento pós-2015 que se focasse no desenvolvimento sustentável.

S.Ex.^a o Sr. Tifatul Sembiring, Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação (MCIT) da República da Indonésia, assumiu a presidência do encontro e deu as boas-vindas aos participantes à Indonésia e à ilha de Bali e explicou que, mesmo já existindo mais de 63 milhões de usuários da Internet na Indonésia, torná-la disponível para as pessoas não era o único objetivo que seu governo esperava alcançar. Eles estavam comprometidos em assegurar que a Internet fosse tão acessível quanto financeiramente viável em toda nação, particularmente nas áreas rurais. Os participantes ainda foram lembrados que o aumento da conectividade também trazia desafios únicos de segurança. Tanto os países individualmente quanto a comunidade internacional como um todo deveriam criar uma confiança pública global no que se refere ao uso da Internet para que a tecnologia cibernética pudesse nos trazer progresso, paz e prosperidade.

Sessão de Abertura

Em um pronunciamento por vídeo o Sr. Hamadoun Touré, Secretário Geral da UIT, ressaltou que desde o início a UIT havia estado firmemente comprometida com o IGF, que, segundo ele,

era um grande exemplo do modelo multissetorial. O Secretário Geral também encorajou os setores do IGF a participarem das várias atividades de revisão da CMSI que a UIT estaria encabeçando no ano seguinte.

Durante a sessão de abertura diversos participantes observaram que muito havia evoluído no cenário amplo da governança da Internet desde o 7º IGF em Baku. As revelações sobre atividades de vigilância haviam colocado questões de governança da Internet quase que no topo da agenda diplomática mundial. As inovações haviam criado um mundo verdadeiramente hiperconectado, que apresenta tanto oportunidades significativas quanto ameaças. A Internet é um espaço econômico e social multifacetário que havia se tornado o sistema nervoso central da sociedade da informação. Debates políticos intensos estavam acontecendo ao redor do mundo sobre questões como a neutralidade de rede, proteção de dados, *big data* e a proteção das crianças *on-line*. O 8º IGF, portanto, não poderia acontecer em um momento mais oportuno.

O representante do Brasil convidou a todos os setores a participarem de uma “cúpula” focada nos temas da governança da Internet no primeiro semestre de 2014. A conferência seria construída com base nos trabalhos que já estavam em andamento no IGF e em outros processos de governança da Internet em direção à construção de um modelo mais refinado de governança multissetorial. Um modelo que asseguraria uma governança e distribuição dos benefícios da Internet mais democráticos. O representante brasileiro e muitos outros palestrantes disseram que esse modelo promoveria a liberdade de expressão, se fundamentaria na governança democrática, asseguraria a privacidade e os direitos humanos e seria compartilhado igualmente por todos os setores, com transparência e de forma inclusiva.

Muitos palestrantes mencionaram a recente “Declaração de Montevideu sobre o Futuro da Cooperação na Internet”, na qual diversas organizações responsáveis pela coordenação da infraestrutura técnica da Internet expressaram sérias preocupações com o enfraquecimento da confiança dos usuários diante das recentes revelações sobre monitoramento e vigilância generalizada das comunicações eletrônicas. A declaração também fez um chamado a uma maior globalização das organizações que lidam com políticas de Internet, com o objetivo de criar um ambiente onde todos os setores pudessem participar em pé de igualdade.

Foi dito que, buscando tornar a Internet um lugar melhor, muitos governos estavam abraçando modelos multissetoriais. Mesmo que isso fosse certamente considerado um desenvolvimento positivo, também foi ressaltado que precisava ser alcançado um equilíbrio delicado. Os governos não podem governar a Internet sozinhos, ao contrário, devem estabelecer, em pé de igualdade, parcerias sérias com todos os setores e dentro do espírito do IGF e da Agenda Túnis. A Internet não pertence a um único país ou entidade, deve ser um trampolim global e inclusivo para o desenvolvimento humano ao redor do mundo, propulsionando inovações e oportunidades.

Foi anunciado que, pela primeira vez, Domínios de Primeiro Nível Genéricos (gTLDs) em árabe, russo e chinês haviam sido adicionados à raiz da Internet. Os participantes saudaram a notícia com grande entusiasmo, dentro do espírito de criar um ciberespaço cultural e linguisticamente diverso. A recém lançada Aliança pela Internet Financeiramente Acessível também foi mencionada por muitos participantes como um significativo passo adiante nos esforços para aumentar o acesso e a viabilidade econômica, com foco particular nas populações mais vulneráveis do globo, que vivem no mundo em desenvolvimento.

Salvaguardar os direitos humanos, especialmente no que tange à garantia da liberdade de expressão, e enfatizar o papel da Internet em acelerar os esforços para o desenvolvimento humano e social deveriam permanecer como as maiores prioridades do IGF. Nesse sentido, a sociedade civil precisa participar, com igualdade de representatividade, na comunidade multissetorial, representando as vozes de muitos ao redor do mundo que não têm condições de participar dos vários e acelerados processos de governança da Internet.

No que se refere ao futuro do IGF em si, os palestrantes em geral concordaram que o Fórum é hoje mais relevante e essencial do que nunca. Muitos fizeram fortes apelos para que fosse assegurada sua sustentabilidade de longo prazo e que seu mandato estendido para além de 2015. Também foi mencionado que o IGF deveria continuar a evoluir e a se construir a partir dos desenvolvimentos que haviam sido introduzidos no encontro de Bali, incluindo o estabelecimento de uma integração maior com as iniciativas de IGFs nacionais e regionais, e o oferecimento de mais oportunidades de capacitação e a geração de produtos mais tangíveis.

Sessão Focal: Princípios de Governança da Internet

Essa sessão foi organizada com especialistas convidados e membros da plateia em um formato de mesa redonda, com uma discussão mediada por um moderador. A sessão possuía três objetivos:

- 1.** Fornecer um panorama geral dos princípios de governança da Internet desenvolvidos e adotados por diversos grupos governamentais e não governamentais ao longo dos últimos anos;
- 2.** Discutir as semelhanças, sobreposições, áreas de consenso, diferenças e desacordos no que diz respeito a esses vários princípios;
- 3.** Desenvolver ideias no sentido de avançar em direção a um marco comum de princípios multissetoriais baseados em iniciativas e projetos existentes.

Introduzindo a sessão, os moderadores comentaram que durante a preparação para a sessão eles haviam identificado pelo menos 25 documentos, declarações, resoluções e manifestos que definiam princípios para a governança da Internet. Uma revisão havia encontrado um alto grau de semelhança, talvez 80% dos diversos princípios eram compartilhados por todos os diferentes projetos. A sessão iniciou-se convidando os representantes de alguns desses projetos a descreverem seus objetivos e princípios fundamentais.

Começando a discussão, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ressaltou três princípios fundamentais de um pacote geral de 14 que haviam sido acordados pelo Conselho da OCDE. Eles eram: abertura, flexibilidade e abordagem multissetorial. O Conselho também notou que as políticas de Internet devem estar fundamentadas no respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito. No entanto, dado o papel especial dos governos em algumas áreas de políticas públicas, como segurança, estabilidade e infraestrutura crítica, essas áreas não poderiam ser relegadas ao setor privado e à sociedade civil isoladamente – comentário que confirmou a conclusão da sessão anterior sobre o papel equilibrado dos governos nos processos multissetoriais.

O Conselho da Europa também enfatizou a necessidade de respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito para os acordos de governança multissetoriais e da participação igualitária e plena de todos os setores. De modo geral, o Conselho da Europa havia

acordado com um pacote de dez princípios que foram considerados semelhantes a muitas das outras propostas, gerando, portanto, esperanças de que um marco comum não seria difícil de acordar, pelo menos em relação aos temas centrais.

A Conferência de Seul sobre o Ciberespaço, que havia ocorrido na semana anterior ao IGF na Coreia do Sul, considerou que houve progresso em direção à concordância quanto à necessidade de se estabelecer princípios e normas amplamente aceitas para o comportamento no ciberespaço, mas que nós ainda não havíamos alcançado um acordo quanto às “regras de trânsito” internacionais ou a uma série de padrões de comportamento. O presidente da Conferência de Seul observou que ainda havia diferenças de ênfases sobre como reconciliar e acomodar as diferentes práticas legais, políticas públicas e processos nacionais. Entretanto, muitos setores presentes haviam encontrado alguns consensos em torno do Marco de Seul e isso, por si só, já era um passo importante.

A Coalizão Dinâmica sobre os Princípios e Direitos na Internet do IGF apresentou um documento produzido como uma Carta de Direitos Humanos. A coalizão é uma das mais antigas no IGF e uma das que havia produzido resultados concretos. A Carta possuía 21 cláusulas baseadas em dez princípios gerais que resumem a intenção da Carta: universalidade, acessibilidade, neutralidade, liberdade de expressão, vida, liberdade e segurança, privacidade, diversidade, padrões de regulação e governança. A Carta é um documento vivo, ainda aberto a modificações.

Um palestrante observou que ao longo dos últimos anos os direitos humanos haviam se tornado uma questão central no desenvolvimento da Internet e uma pedra fundamental em muitos dos documentos e propostas de princípios para a Internet. No entanto, tal situação pode ser complexa. Por exemplo, foi mencionado que a Convenção de Cibercrimes da União Africana fazia referência aos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, propunha também a criminalização de qualquer discurso desrespeitoso. Ter uma série de princípios multissetoriais acordados de modo geral não é o final da estrada, mas o início de uma jornada para trabalhos futuros.

A sessão ouviu então uma apresentação sobre o *Open Stand*, uma série de princípios desenvolvidos para guiar atividades globais de padronização da Internet. Eles foram desenvolvidos a partir de uma discussão entre o Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE), a Força-Tarefa de Engenharia da Internet (IETF), o Conselho de Arquitetura da Internet (IAB) e

a *Internet Society* (ISOC) – como um novo conceito, em contraste com alguns modelos mais intergovernamentais que já existiam. Os princípios são baseados na cooperação respeitosa, especificamente entre organizações que estabelecem padrões que respeitam a autonomia, a integridade, os processos e os direitos de propriedade intelectual umas das outras. Tais princípios apoiam a interoperabilidade em todos os níveis.

Um representante governamental respondeu a estes vários exemplos de projetos de princípios para a Internet observando que a governança da Internet deveria promover a paz internacional, o desenvolvimento sustentável, uma compreensão e cooperação compartilhadas. Ele recordou a sessão que existem dois tipos de direitos humanos: os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. O direito ao desenvolvimento é essencial à governança da Internet.

Um palestrante do Brasil observou que os princípios desenvolvidos pelo CGI.br – o órgão multissetorial responsável pelas políticas de Internet e pelas atividades de governança no país – estavam próximos de serem adotados como parte de uma proposta de legislação denominada “Marco Civil da Internet”, que garante os direitos civis *on-line* e no uso da Internet.

Houve um amplo apoio aos princípios mencionados pelos diversos palestrantes, mas também notas de cautela. Por exemplo, uma pessoa mencionou que esses princípios devem refletir princípios, normas e culturas nacionais e não devem ser impostos de fora para dentro.

Como uma questão final, perguntou-se aos palestrantes se eles e suas organizações, envolvidas na produção de suas respectivas propostas de princípios, estariam dispostos a se reunir sob o guarda-chuva do IGF para criar um grupo de princípios globais coerente. A resposta foi um retumbante “sim”.

Sessão Focal: Princípios da Cooperação Multissetorial

Essa terceira sessão focal deu continuidade ao diálogo sobre o modelo multissetorial para a governança da Internet. Esta sessão foi organizada em formato de discussão aberta e facilitada por dois moderadores, sem nenhum palestrante designado, somente em interação com a plateia.

O objetivo da sessão foi explorar e trabalhar em direção a princípios fundamentais que deveriam estar na base de fóruns ou processos de elaboração de políticas públicas multissetoriais.

Os moderadores apresentaram o trabalho do “Grupo de Trabalho do IGF sobre Princípios Multissetoriais”, que havia analisado diversos documentos de princípios, etc., desenvolvidos por vários processos internacionais. A partir disso, a coalizão compilou uma série de princípios comuns que foram apresentados como base para a discussão:

Primeiro – processos abertos e inclusivos.

Segundo – engajamento, que foi descrito como processos que permitam que todos os setores se engajem e participem.

Terceiro – participação e contribuição, descrito como a habilidade de participar e contribuir no processo de tomada de decisões.

Quarto – transparência nos processos, tomadas de decisões e como as decisões são tomadas e como os subsídios são incorporados.

Quinto – prestação de contas, descrito como mecanismos de conferência e balanço na tomada de decisões, e

Sexto – abordagens baseadas no consenso para a tomada de decisões, que deveriam refletir como os subsídios dos processos multissetoriais são incorporados.

Esses princípios não foram sugeridos como únicos ou como princípios que não poderiam ser contestados, mas haviam sido identificados como comuns dentre os diversos documentos de princípios revisados.

Ao longo da sessão, os participantes de diferentes setores endossaram esses princípios fundamentais como centrais nas declarações que eles haviam desenvolvido ou como sendo parte integral das discussões que eles haviam realizado sobre cooperação multissetorial. Uma das participantes, representando a comunidade de empresas, endossou os cinco princípios e também observou que há uma diferença entre governança e governança da Internet. Ela também identificou alguns dos desafios da cooperação multissetorial como sendo a necessidade de tomar muito cuidado com o equilíbrio da representação geográfica, a grande importância de apoiar a capacitação para promover a participação efetiva, o risco da captura, o gerenciamento dos conflitos de interesse e os meios para assegurar a legitimidade geral do processo.

Outros ainda descreveram como haviam examinado os respectivos papéis dos setores em um processo multissetorial, de que maneira tais arranjos afetam a discussão e como pode ser difícil alcançar resultados concretos.

Um participante da sociedade civil observou que junto aos direitos de participação e à transparência dos processos também vinham certas responsabilidades: particularmente a de aplicar os mesmos padrões aos processos dos próprios setores e estar informado sobre os temas, o que pode significar a necessidade de apoiar a capacitação e assegurar a inclusão.

Uma nota importante de cautela foi levantada por um dos participantes que lembrou a sessão que esses novos métodos não eram um substituto aos processos democráticos já estabelecidos e de representação do interesse público. Os instrumentos apropriados da democracia devem ser mantidos. Outro participante observou que apesar dos princípios serem um importante guia, eles precisavam permanecer flexíveis e abertos a adaptações: não deveriam se tornar regras que pudessem colocar em risco a transparência, a inclusão e a responsividade em situações de constantes mudanças.

Um representante governamental comentou que muitos governos possuíam processos consultivos bem estabelecidos, geralmente procedimentos obrigatórios que fazem parte do processo legislativo e que foram projetados exatamente para garantir a participação pública. Por exemplo, o Reino Unido recentemente havia estabelecido um grupo chamado “Conselho Multissetorial da Governança da Internet”, apelidado MAGIG, composto de aproximadamente 40 representantes de toda a administração que trabalham com as questões da Internet e representantes dos setores apropriados. Foi mencionado ainda que as iniciativas de IGFs regionais e nacionais também podem ser significativas influenciadoras de políticas.

No que se refere ao caminho a seguir, a sessão ouviu um comentário de que era necessário observar as práticas atuais, como elas poderiam ser mapeadas segundo os princípios e como esses princípios vêm sendo seguidos nos processos multissetoriais. A discussão sugeriu que havia um consenso quanto a uma série ampla de princípios, com talvez algumas notas de cautela em relação ao imperativo da diversidade e da representatividade geográfica, a necessidade de uma linguagem comum e um entendimento único sobre como esses princípios podem ser implantados e trabalhados na prática. O Grupo de Trabalho do IGF sobre Princípios Multissetoriais vai continuar a trabalhar na identificação dos princípios chave de sua área e das melhores práticas de implantação, aguardando mais subsídios de todos os setores.

Sessão Focal (Segurança): Marco Legal e Outros Marcos: *Spam*, *Hacking* e Cibercrimes

Essa sessão focal sobre (Segurança): Marco Legal e Outros Marcos: *Spam*, *Hacking* e Cibercrimes buscou produzir produtos claros sobre marcos legais, dentre outros, para lidar com os controversos problemas de *spam*, *hacking* e cibercrimes, nos níveis local, regional e global. Essa sessão levou adiante a discussão sobre algumas das preocupações mais críticas no que se refere a *spam*, que haviam sido levantadas durante a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT) em Dubai no ano anterior, assim como sobre os problemas que os países enfrentavam no entendimento da complexidade do *hacking* cibernético, da segurança cibernética e do cibercrime.

A primeira parte do diálogo focal examinou a questão do *spam*, seus desafios emergentes e as oportunidades de capacitação para a troca de conhecimentos sobre a mitigação e a prevenção entre países e comunidades que estejam interessadas em estabelecer iniciativas de mitigação de *spam*. Os participantes presentes na reunião e os remotos examinaram os papéis que a comunidade multissetorial possuía na identificação de possíveis soluções técnicas e exemplos de abordagens regulatórias apropriadas. Também foram abordadas a necessidade de marcos legais e de respostas das agências policiais para o enfrentamento do crescente problema do *spam*, particularmente em países em desenvolvimento.

Houve uma discussão vibrante sobre as diversas definições de *spam* em si. Isso era importante uma vez que, enquanto alguns países e órgãos regulatórios limitam o termo *spam* a e-mails comerciais não solicitados, muitos dos participantes mencionaram que, na realidade, o *spam* geralmente é malicioso, prejudicial e ilegal. *Phishing*, *malware* e roubo de identidade são infelizmente ainda muito comuns, especialmente em países em desenvolvimento. Esses problemas foram discutidos durante o WCIT em Dubai, em dezembro do ano anterior, quando os setores debateram se o *spam* deveria ser incluído em algum tipo de tratado internacional sob os auspícios de um órgão regulatório intergovernamental.

A cooperação entre todos os setores responsáveis pela prevenção de tais atos, assim como a importância das parcerias público-privadas e da sinergia transfronteiriça entre governos, comunidade técnica, setor privado e agências policiais foram consideradas no trabalho realizado por grupos da indústria. O trabalho do Projeto

Combatendo o *Spam* da ISOC foi mencionado durante as discussões como uma iniciativa que buscava reunir especialistas técnicos e organizações como o Grupo de Trabalho Contra Abusos em Mensagens (MAAWG, na sigla em inglês), o Plano de Ação de Londres (LAP, *idem*) e a Associação GSM (GSMA) para trabalhar com países em desenvolvimento e, a partir de uma perspectiva global, lidar com a natureza em constante mutação dos ataques de *spam*.

A segunda parte da sessão focal tratou do medo inerente e da ausência de confiança na Internet existente em muitas partes do mundo. Enquanto a mídia muitas vezes pinta um quadro excessivamente otimista do potencial para o crescimento econômico e social que a Internet possui, em muitos países em desenvolvimento esse simplesmente não é o caso. Muitos usuários hesitam em se comunicar e inovar *on-line* devido à prevalência do *spam* e à ameaça de *hacking* e de cibercrimes.

Foi ressaltado que com muitos indivíduos agora conectados pela primeira vez, por meio da inovação da banda larga e da conectividades móvel, cresce a importância de se construir urgentemente confiança em um mundo *on-line* seguro é vital, particularmente nas áreas rurais, onde as pessoas não estavam previamente conectadas. Como exemplo do risco que estão enfrentando, um participante de uma pequena ilha em uma nação ainda em desenvolvimento explicou como seu país agora é um alvo prioritário para atividades maliciosas *on-line*.

Os cibercriminosos sabem que os usuários de Internet em partes do mundo que estão se conectando pela primeira vez são particularmente vulneráveis, uma vez que medidas de segurança da rede e marcos legais apropriados podem não estar vigentes para fornecer as proteções e a confiança necessárias, já atingidas em países desenvolvidos. Nesse sentido, o compartilhamento de melhores práticas e atividades de capacitação foi visto como extremamente importante no auxílio à prevenção de *spam*, *hacking* e cibercrimes nessas áreas do mundo recentemente conectadas. Foi percebido e acordado por todos os participantes que a produção de dados e estatísticas para medir o escopo do problema nessas situações era de grande importância para a identificação das áreas de maior demanda.

A segurança da rede, por meio de colaboração ampla e parcerias público privadas, foi mencionada como o melhor primeiro passo para o enfrentamento do crescente problema da

segurança. Marcos legais apropriados precisam ser implementados e a comunicação transfronteiriça precisa ser contínua para monitorar o fluxo de informações através das redes.

O Grupo de Trabalho Contra Abusos em Mensagens e o Plano de Ação de Londres foram apresentados como fortes iniciativas multissetoriais globais que trabalham ativamente em medidas preventivas contra as atividades danosas na *Web*. A Convenção de Budapeste sobre Cibercrimes também foi citada como um forte ponto de partida e como base fundamental para esforços de cooperação internacional⁵.

Foi ressaltado que já está disponível uma série de ferramentas de capacitação de alta qualidade, além de existirem outras em desenvolvimento, uma vez que novas ameaças continuam a surgir. Os palestrantes e participantes enfatizaram a necessidade de conscientização sobre estas oportunidades, tornando-as disponíveis aos grupos que estão se conectando pela primeira vez e fazendo-as avançar. A IETF também está fortemente envolvida no trabalho relacionado à segurança das redes e à implementação da infraestrutura apropriada.

Também foi mencionado que, à medida em que novas vulnerabilidades fossem encontradas e exploradas, aqueles dedicados a mitigar estes ataques e proteger a Internet estariam sempre enfrentando novos problemas; no entanto, a existência de marcos colaborativos apropriados para a proteção é absolutamente essencial. Os Grupos de Tratamento de Incidentes Computacionais (CERTs) de nível nacional têm sido muito úteis, tanto em esforços preventivos quanto na mitigação dos efeitos prejudiciais de ataques maliciosos após sua ocorrência. A colaboração regional e internacional entre os CERTs também tem se mostrado efetiva.

Muitos enfatizaram a necessidade de se encontrar um equilíbrio para se manter a Internet ao mesmo tempo aberta e segura. Os esforços para proteger as redes não deveriam sufocar as inovações com a fragmentação dos fluxos de informação da rede. O IGF foi mencionado por muitos como o fórum ideal para maiores debates e discussões em temas relacionados a *spam*, *hacking* e cibercrimes, dada a sua natureza inerentemente multissetorial.

5 Uma lista das iniciativas e ferramentas de prevenção de *spam*, *hacking* e cibercrimes encontra-se anexada a este sumário (Anexo II).

Uma proposta foi apresentada – e obteve acordo – de que futuros encontros do IGF deveriam incluir workshops específicos e treinamentos em capacitação relacionados a essas várias questões de segurança, adicionando mais um elemento orientado a resultados ao processo do IGF e particularmente para aqueles participantes novos no mundo *on-line*.

Sessão Focal (Acesso/Diversidade): A Internet como catalisadora do crescimento e desenvolvimento sustentável

O presidente e o moderador lembraram aos participantes que 24 de outubro era o dia da ONU e, portanto, um dia apropriado para discutir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), os objetivos da CMSI e a correlação e interação entre eles. O ano de 2015 é importante, pois é quando a comunidade internacional irá revisar seu progresso em direção ao cumprimento dos objetivos adotados na Cúpula do Milênio em 2000. Ele também marca a CMSI+10, o que implicará em uma avaliação das linhas de ação adotadas em Túnis em 2005. A sessão focal discutiu como as decisões da CMSI poderiam alimentar a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e como a tecnologia poderia se tornar uma parte integrante da agenda pós-2015 de Desenvolvimento Sustentável.

A sessão começou com uma apresentação sobre a resposta e implementação dos ODMs na Indonésia. A discussão revisou os sucessos da Indonésia, assim como as áreas nas quais maiores esforços eram necessários, tais como na redução da mortalidade infantil e maternal. Os ODMs haviam sido integrados aos planos de desenvolvimento de médio e longo prazos do país. O palestrante apresentou a agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 e os três pilares que ela propunha: desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. A abordagem da Indonésia era tratar desses três pilares de forma balanceada e integrada e por meio de abordagens que focassem em parcerias entre os principais setores.

O palestrante seguinte, que participou remotamente da sessão, apresentou a história dos ODMs, descrevendo a implementação de algumas das questões, e o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que foram ordenados para se tornar o principal marco para o desenvolvimento do século XXI. Ele afirmou que a colaboração entre todos os setores envolvidos de forma ampla no processo de desenvolvimento poderia ajudar a

cumprir a agenda, enquanto o trabalho isolado não ajudaria; essa afirmação foi recebida com grande apoio.

Uma série de palestrantes e membros da plateia observou que as referências às tecnologias nos ODMs eram limitadas e que isso deveria ser atualizado em objetivos internacionais futuros para refletir a crescente importância das TIC no desenvolvimento. Foi então veiculado um vídeo relembrando a audiência de que os ODMs tratavam de pessoas e foram compartilhados exemplos reais de atividades de desenvolvimento que haviam sido viabilizadas pela Internet ou se tornando muito mais eficientes por conta da dela.

Partindo dos comentários sobre os problemas de uma agenda de desenvolvimento baseada em pilares, que corriam o risco de rapidamente se tornarem silos isolados de atuação, a reunião chegou ao acordo de que os benefícios das TIC eram transversais. As TIC são tecnologias de propósito geral, o que as torna tecnologias facilitadoras em grande medida, como o motor de combustão ou a geração de energia, que facilitaram o desenvolvimento de setores inteiros.

Um dos palestrantes observou o quanto as TIC e, particularmente, a implantação da banda larga haviam se beneficiado mais da consideração por esforços de planos nacionais desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas do que de projetos exclusivos do setor público. O trabalho produzido pela Comissão de Banda Larga da ONU sugeriu que quando os governos agem isoladamente a implementação tende a ser mais lenta e com menos inovação do que quando estão envolvidos o setor privado e outros. Similarmente, quando o lançamento da banda larga é deixado estritamente ao setor privado existem lacunas que não são preenchidas.

Também foi reconhecido que diferentes modelos de promoção da implantação de infraestrutura têm sido bem sucedidos em diferentes países. Em termos gerais, manter o tráfego da Internet local através de investimentos em trocas de tráfego foi percebido com um objetivo geral. No entanto, outros modelos existem e podem funcionar bem. Por exemplo, o Uruguai, que conta com uma penetração de banda larga muito alta, ilustra que um modelo único não seria sempre o ideal. Ao invés de ser resultado de um acordo de parceria público-privada, o sucesso do Uruguai emerge de um modelo conduzido pelo Estado. O implacável foco do Uruguai em construir e tornar disponível a infraestrutura de cabo levou a uma penetração muito bem sucedida. Os pales-

trantes fizeram questão de apontar que em países diferentes a resposta talvez estivesse no foco em uma infraestrutura sem fio e no encorajamento da atividade empreendedora. Existem modelos diferentes para situações diferentes.

Um participante comentou ter ouvido que o documento que viria a suceder os ODMs incluía somente duas referências à Internet. Também foi mencionado que existia uma tendência entre os governos para que os departamentos responsáveis pelas políticas de TIC não fossem os mesmos responsáveis pela CMSI e pelos acordos com a ONU e que esses órgãos não necessariamente se comunicavam.

A terceira parte da sessão tinha como objetivo identificar possíveis recomendações para o alcance dos objetivos da CMSI e fazer conexões com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de forma mais ampla, uma vez que ambos os processos seriam revisados em 2015.

O Grupo de Trabalho sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável irá produzir objetivos para os temas de água, energia, trabalho, educação e saúde. A questão de gênero também poderia se tornar um objetivo ou um tema transversal e podem haver outros tópicos, como oceanos, florestas, paz e segurança. A sessão observou a importância de como as TIC serão incluídas no desenvolvimento de tais objetivos globais.

Um participante observou o valor da coleta de dados e como informações sobre o real impacto da Internet – por exemplo na economia do compartilhamento, na economia do cuidado e na economia de aplicações que haviam se desenvolvido – não estavam sendo adequadamente capturadas, documentadas e quantificadas na proporção dos benefícios que produzem. Caso esses benefícios fossem documentados, os políticos e o público poderiam aumentar a pressão em prol de políticas para acelerar o desenvolvimento da economia da Internet. O painel concordou sobre o valor significativo das melhorias na coleta e disseminação de dados. Outro palestrante observou a importância de outras infraestruturas, particularmente a energia, que são plataformas essenciais para o fornecimento das TIC.

Outro participante comentou sobre a necessidade de se compartilhar melhores práticas, a necessidade de se comunicar o que funciona e êxitos passados. Os participantes discutiram opções sobre o melhor lugar para o compartilhamento de informações e

de melhores práticas e experiências. Eles ponderaram se o IGF seria o melhor repositório para tais informações. Um certo número de pessoas observou que ainda que as iniciativas nacionais e regionais do IGF fossem fontes de informações importantes, um desafio universal era garantir que tais experiências fossem compartilhadas.

A sessão foi informada de um potencial repositório de materiais dos IGFs, eventos regionais e outros fóruns, uma nova iniciativa denominada “Amigos do IGF”. Lançado esse ano em Bali, o projeto da página Amigos do IGF tinha coletado conversas, vídeos, transcrições, apresentações e outros materiais do que havia ocorrido nos IGFs ao longo dos últimos anos e disponibilizado em um único local. Foi comentado que esse site poderia ser um recurso compartilhado muito útil⁶.

Um palestrante mencionou o artigo “Próximos Passos” do governo do Reino Unido, apresentado na Conferência de Seul sobre o Ciberespaço no início do mês de outubro. O texto buscava gerar um maior consenso ao redor dos princípios de governança da Internet e como eles deveriam conduzir a um modelo de políticas como parte de uma agenda de capacitação global.

Um mapa mental dos diferentes tópicos, desafios e possíveis soluções foi criado durante a sessão, objetivando fornecer um panorama visual do diálogo e encontra-se disponível como um anexo a este sumário (Anexo III).

Uma das conclusões fundamentais foi quanto à necessidade de reforçar a presença das TIC nos processos pós-2015, particularmente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dois produtos adicionais claros da sessão foram a necessidade de promover a coleta e a disseminação de novos dados e de compartilhar histórias de sucesso e de melhores práticas. Uma importante lição dos processos dos ODMs foi a necessidade de ser mais concretos na formulação dos objetivos, assim como de ser capazes de mensurar progressos. Deve estar claro que o dinheiro vai onde os objetivos estão, e que quando as metas não são alcançadas deve haver transparência com relação aos resultados. Questões importantes foram levantadas sobre a coleta de dados e como melhor coletar, analisar e compartilhar dados no futuro. Essa área, entre outras, é onde a Internet possui claros pontos fortes e onde pode contribuir para a realização de objetivos de desenvolvimento mais amplos.

6 Disponível em <<http://friendsoftheigf.org/>>. Acessado em 5 de setembro de 2017.

Sessão Focal: Direitos Humanos, liberdade de expressão e livre fluxo de informações na Internet

Para a grande satisfação de muitos dos participantes, pela primeira vez em um IGF houve uma sessão plenária dedicada aos direitos humanos, liberdade de expressão e ao livre fluxo de informações na Internet. A discussão em mesa redonda altamente interativa tocou diversas das questões-chaves tratadas nos workshops relacionados que ocorreram antes da sessão e deu a todos os setores uma plataforma igualitária para a discussão de temas relacionados a direitos humanos e Internet.

O acesso e uso da Internet, a partir de uma perspectiva de direitos humanos, estiveram no centro das discussões. Algumas questões importantes foram levantadas sobre uma ampla gama de violações de direitos no ambiente *on-line* seu impacto sobre grupos específicos, incluindo jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas dos direitos sexuais. As formas com as quais os governos têm respondido com legislação aos desafios postos pela Internet, assim como a nova jurisprudência, também foram discutidas ao longo de toda a sessão. Um elemento em comum nas discussões foi o desejo de conectar a abertura nos padrões da Internet com “limitações razoáveis *on-line*”.

Algumas perspectivas regionais interessantes trouxeram profundidade e escopo às discussões mais amplas sobre os muitos desafios que, particularmente, os grupos de representantes da sociedade civil enfrentam nesse campo. Alguns dos principais pontos apresentados pelos participantes estiveram relacionados à privacidade, vigilância em massa, liberdade de expressão, bloqueios, filtros e desligamentos da rede. Muitos delegados ressaltaram a enorme variedade de maneiras pelas quais os governos têm respondido às questões de direitos humanos com diversas medidas legislativas. Há uma grande variação na qualidade de tal legislação. Alguns países, por exemplo, incluíram a Convenção de Budapeste sobre Cibercrimes em suas legislação, enquanto outros ainda nem possuem leis de proteção de dados. Um palestrante explicou que mesmo em uma declaração de direitos humanos recentemente elaborada pela Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, pela sigla em inglês) o texto “através das fronteiras”, no âmbito da liberdade de expressão, foi excluído da redação.

Vozes da região africana ofereceram um grave lembrete sobre os desafios que a região enfrenta ao priorizar as necessidades de políticas públicas quando se trata da Internet. Com a carên-

cia de muitas necessidades básicas como energia, saneamento básico e água encanada, certamente não está claro se o acesso ou a segurança e privacidade na Internet atenderão de fato as necessidades das pessoas da melhor maneira.

De uma perspectiva europeia, foi mencionado que existe uma crescente ausência de confiança no espaço *on-line* no contexto dos direitos humanos, devido às recentes revelações de atividades de vigilância legais e ilegais, nacional e internacionalmente. Um dos palestrantes ressaltou o ponto de “quem está vigiando os vigilantes”?

Muitos palestrantes descreveram a Internet aberta como uma “faca de dois gumes”, pois se por um lado sua interoperabilidade impulsionou uma inovação assombrosa, por outro expôs os usuários a uma ampla gama de táticas de vigilância, tanto por parte de governos e agências policiais, quanto por entidades corporativas. A vigilância foi tida como uma questão local, nacional e internacional. Foi ressaltado que enquanto a vigilância governamental era o tema quente do momento e isso era plenamente justificável, as discussões sobre a questão da vigilância e outras violações do direito a privacidade não deveriam ser vistas somente sob as lentes do recente escândalo americano NSA/PRISM.

O rastreamento dos usuários realizado por empresas também tem um efeito inibidor na liberdade de expressão dos usuários de Internet. Essas empresas incluem operadoras de telecomunicações e provedores de serviços *on-line*. A coleta e o rastreamento dos usuários de Internet são utilizados para elaborar perfis dos cidadãos e, como visto com o escândalo da Agência de Segurança Nacional (NSA), existe uma óbvia convergência entre os objetivos dos governos em termos de vigilância, seja para fins de inteligência ou policiais, e o rastreamento das empresas para fins comerciais.

Os participantes foram lembrados de que a posição dos Estados Unidos diz que todos os direitos existentes *off-line* também deveriam na verdade existir no ambiente *on-line* e dentre eles está o direito à liberdade de expressão. O que acontece em uma esfera pode ter impactos em outra, tanto na esfera seguinte quanto na anterior. Os palestrantes também se dedicaram à questão de que na Declaração Universal dos Direitos Humanos não existe somente a liberdade de opinião e de expressão, mas também está garantido o direito de buscar e receber informações livremente. Essa dimensão bilateral foi explorada: se você somente tem o primeiro desses direitos, pode vir a se expressar,

mas as pessoas podem não ser capazes de ouvir o que tem a dizer. Por outro lado se as pessoas podem ser capazes de receber a informação, mas existe um limite na expressão, então, mais uma vez, não é possível se falar das liberdades de forma plena, como a Declaração visa assegurar.

Os participantes mencionaram temas e preocupações emergentes que incluem processos civis contra indivíduos pela expressão de opiniões no Twitter. Outra fonte de preocupação, especialmente para os palestrantes de países em desenvolvimento, se referia a processos por violação de direitos autorais movidos por provedores de tecnologia e que são percebidos como “proteções que se sobrepõem às previstas em lei”, sendo que um palestrante considerou que a aplicação do direito autoral limitava o acesso ao conhecimento essencial.

“Marcos desproporcionais de direitos autorais” também foram mencionados a partir da perspectiva dos serviços de bibliotecas públicas, com um palestrante dizendo que os sistemas de licenciamento da era digital estavam trazendo restrições que “acabam arruinando o propósito da Internet”, já que muitas vezes o público só pode acessar informações que as bibliotecas públicas “conseguem pagar”. Outros alertaram sobre o perigo de se estabelecer uma falsa dicotomia entre direito autoral e liberdade de expressão.

Um palestrante relatou os acontecimentos de um workshop vibrante sobre a popular questão da neutralidade de rede. O workshop ressaltou o fato de que a abertura e a neutralidade são características essenciais da Internet, que precisam ser protegidas para assegurar o livre fluxo de informação. Os participantes notaram que tanto abertura quanto neutralidade são as características que tornam a Internet uma catalisadora chave para a inovação, assim como uma grande facilitadora de direitos humanos. Ao final, foi destacado que no presente existem algumas técnicas de gerenciamento de tráfego que podem colocar em risco essa arquitetura aberta e neutra e produzir efeitos negativos sobre os direitos humanos e que, portanto, a neutralidade de rede não deveria ser considerada somente a partir da perspectiva da competição, mas também a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Finalmente, todos os presentes na sessão concordaram que os direitos humanos e a liberdade de expressão *on-line* deveriam permanecer no topo da crescente lista de questões centrais em

andamento nas discussões do IGF. Uma nota do relator da sessão descrevendo os principais produtos da discussão e alguns dos possíveis próximos passos para a comunidade do IGF foi anexada a este sumário (Anexo IV).

Sessão Principal: Questões Emergentes - Vigilância na Internet

Em resposta ao alto nível de interesse gerado pelas recentes revelações sobre a extensiva atividade de programas de vigilância na Internet em diferentes países, a já tradicional sessão sobre Questões Emergentes do IGF tratou do premente tópico da vigilância na Internet de forma aprofundada.

O presidente abriu a sessão revisando as questões de política que haviam sido submetidas pela comunidade durante o processo preparatório (essas informações podem ser encontradas no Anexo I). Dois moderadores apresentaram o painel composto por cinco palestrantes e quatro comentaristas e propuseram tratar das questões de políticas advindas da comunidade em cinco blocos principais:

- 1.** Infraestrutura e funcionalidade básica da Internet;
- 2.** Proteção da privacidade e outras questões de direitos humanos relacionadas à vigilância na Internet;
- 3.** Foco na segurança e situações nas quais a vigilância é justificada e sob quais condições;
- 4.** Proteção de dados e preocupações econômicas;
- 5.** Ética e o potencial impacto da vigilância na confiabilidade da Internet.

O moderador sugeriu que as questões relacionadas aos procedimentos das agências policiais e a lei internacional seriam subjacentes a muitas das discussões.

Em seus comentários de abertura, todos os palestrantes ressaltaram a gravidade do problema e sua importância para a comunidade internacional. Em resposta aos muitos relatos sobre as práticas de coleta da inteligência dos Estados Unidos, a sessão ouviu que a administração deste país, comandada pelo Presidente, havia iniciado um processo de extensas revisões e reformas. Alguns dos participantes observaram a diferença entre a coleta de informações para fins de inteligência e propósitos de segurança e a coleta de inteligência para fins de repressão e perseguição de cidadãos.

Trazendo a perspectiva do setor privado dos Estados Unidos, um palestrante, declarou que sua companhia, conjuntamente com outras empresas de TIC afetadas pelas solicitações gover-

namamentais de acesso e monitoramento de dados dos usuários, não aceitava requisições genéricas de acesso. No entanto, estavam sujeitas ao Estado de direito e tratavam cada solicitação individual do governo em seu mérito.

Ele também comentou que as revelações de vigilância eram um problema da maior relevância para a indústria da Internet; caso os usuários não confiassem nos produtos de uma determinada companhia, eles buscariam serviços de outros fornecedores. Um comentário, proveniente de um participante remoto fez referência aos relatos de que, por conta dessa perda da confiança, as empresas de serviços em nuvem dos Estados Unidos poderiam esperar perder negócios de clientes não americanos na casa de muitos bilhões de dólares, com um impacto geral ainda mais significativo negativo para a indústria de TI.

Um participante da comunidade técnica da Internet ecoou essas preocupações sobre a perda de confiança nos produtos e serviços da Internet. Ele comentou que havia um entendimento de que as atividades de inteligência visavam indivíduos e grupos, mas a magnitude desta suposta vigilância chocou e surpreendeu a muitos. Essa observação sobre a escala massiva do monitoramento foi compartilhada por muitos e trouxe questões sobre o papel central de um único país em muitos dos aspectos da Internet; desde o controle da infraestrutura e o sucesso e abrangência global de serviços comerciais, até as posições de supervisão sobre funções críticas da Internet. A preocupação com esses temas foi uma das motivações por detrás da proposição da realização de uma cúpula de governança da Internet a ser realizada no Brasil, em maio de 2014.

Os responsáveis por alguns dos aspectos técnicos da Internet estão estudando como melhor reforçar os protocolos centrais e outros aspectos da Internet sob sua guarda. Um participante observou que o problema não pode ser resolvido unicamente pela tecnologia, a confiança também deve ser estendida às partes com as quais se comunica.

Também receberam apoio comentários sobre a construção de mais pontos de troca de tráfego e a favor de mais conectividade. Manter o tráfego local evitaria redes de transmissão que poderiam ser monitoradas, além de aumentar a velocidade, diminuir os custos e viabilizar o crescimento de negócios locais vinculados à Internet. Soluções de código aberto foram mencionadas como úteis para assegurar aos usuários a confiabilidade das ferramentas

que utilizam e seria importante considerar esforços adicionais em código aberto. Qualquer resposta que tentasse criar Internets nacionais ou regionais correria o risco de fragmentar a Internet e muito provavelmente prejudicaria as oportunidades de inovação. Uma Internet aberta e global ainda é necessária.

Também surgiu o comentário de que, como defensores da Internet aberta e de muitos projetos de apoio à liberdade da Internet em todo o mundo, os Estados Unidos poderiam agora parecer hipócritas para alguns por ser acusado de conduzir vigilância em ampla escala. Para estes, isso traz preocupações quanto a um impacto negativo para o apoio aos modelos multissetoriais de governança da Internet.

Um número de palestrantes observou que, como refletido nas discussões e resoluções do Conselho de Direitos Humanos, os direitos que se aplicam *off-line* também se aplicam *on-line*. A noção de equilíbrio entre segurança e direitos também foi abordada. No entanto, em resposta, um dos participantes do setor governamental declarou que não existe uma troca de compromimentos entre direitos humanos ou segurança. Não se tratava de uma questão de equilíbrio, mas sim de assegurar o respeito aos direitos humanos em um formato seguro. Esse comentário encontrou grande apoio na sala. Outro participante disse que não há um ato de equilíbrio: o respeito aos direitos humanos aumenta a segurança, diminuir os direitos humanos diminui a segurança, e a vigilância em massa não somente zomba dos direitos humanos, como também ameaça as próprias fundações de nossas sociedades e do Estado de direito. Outros comentaram que a vigilância na verdade trabalha contra a segurança.

A vigilância está afetando as atividades dos governos, dos negócios e de todos os usuários da Internet e muitas das intervenções destacaram que a confiança na Internet estava sendo enfraquecida. Nos anos 70 ficou claro, no nível europeu, que um sistema de vigilância em massa, sob o manto de protegê-la, poderia minar ou destruir a democracia. Um palestrante propôs que essa era uma declaração importante, observando que ela remete a casos muito anteriores a Snowden e até mesmo à própria Internet. Esse sentimento foi compartilhado por muitos dos presentes na sessão.

A sessão ouviu que o objetivo do governo sueco era garantir que a promessa de assegurar os direitos humanos, tanto *on-line* quanto *off-line*, seja efetivada. Durante a recente Conferência de

Seul sobre o Ciberespaço, um representante sueco apresentou sete princípios fundamentais que deveriam ser aplicados para manter o respeito aos direitos humanos ao realizar atividades de vigilância em comunicações eletrônicas. Esses princípios referem-se à legalidade, objetivo legítimo, necessidade e adequação, proporcionalidade, autoridade judicial, transparência e supervisão pública. A partir dessa intervenção, o conceito de necessário e proporcional foi introduzido e bem recebido: atividades que restrinjam o direito à privacidade, incluindo a vigilância das comunicações, só podem ser justificadas quando previstas em lei e quando sejam necessárias para alcançar um fim legítimo e sejam proporcionais ao objetivo visado. Em conjunto, essas ideias foram propostas como o “Modelo Sueco” e foram apoiadas por um amplo número de palestrantes e participantes da plateia.

Os palestrantes apresentaram a proposta de legislação brasileira chamada “Marco Civil da Internet”, um marco de direitos civis para a Internet. O Marco Civil visa proteger a privacidade, a liberdade de expressão, além de outros direitos digitais, e havia se tornado um modelo tanto em termos de conteúdo quanto de processo, uma vez que havia sido desenvolvido por meio de um processo amplo e inclusivo de consultas multissetoriais *on-line* e *off-line*. Durante a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas desse ano, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, apresentou diversos princípios e normas que podem ajudar a guiar a operação internacional da Internet:

- 1.** Liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos;
- 2.** Governança aberta, multilateral e democrática, conduzida com transparência por meio do estímulo à criatividade coletiva e à participação da sociedade, dos governos e do setor privado;
- 3.** Universalidade que assegure o desenvolvimento humano e social e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias;
- 4.** Diversidade cultural sem a imposição de crenças, costumes e valores;
- 5.** Neutralidade de rede, guiada somente por critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível a restrição, seja para fins políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

Um comentarista observou que o Brasil pretende que a Cúpula proposta para maio de 2014 venha a considerar esses princípios. Ele continuou dizendo que a presidente Rousseff acredita que a governança da Internet deveria incluir o envolvimento pleno da sociedade civil, do setor privado e da comunidade técnica e que a Cúpula em si deveria ser multissetorial. Ele também disse que a Cúpula proposta será uma “Cúpula” no sentido de ser um encontro de alto nível e ter autoridade suficiente para tomar decisões.

Um segundo comentarista explicou como a vigilância generalizada levantava questões sobre soberania digital e como essa situação desafiava princípios há muito consagrados do sistema internacional. Ele também discutiu sobre a importância do devido processo e de pesos e contrapesos, que tendem a não estar presentes quando esse tipo de atividade extraterritorial ocorre. O problema da escala potencialmente enorme da vigilância *on-line* foi novamente mencionado: no mundo analógico espionar estrangeiros era relativamente limitado e difícil, mas o mesmo não acontecia no mundo digital. O palestrante sugeriu que os governos têm a obrigação de assegurar que seus cidadãos possam usufruir seus direitos internacionalmente garantidos e isso exige que eles mudem seu comportamento com relação a estrangeiros.

Em uma intervenção do público, um dos participantes declarou que o objetivo agora deveria ser assegurar que a vigilância em tal escala não aconteça novamente. Isso pode ser evitado pela concordância em torno de uma série de princípios, normas e um marco institucional que, por um lado, reconheça os processos multissetoriais legítimos, e por outro lado, crie uma fundação ética na qual cada ator possa comportar-se no futuro de maneira a não ferir os direitos humanos. Outro participante simplesmente declarou, “amigos não espionam amigos”.

Um número de palestrantes sugeriu que a lei internacional existe para tratar da arbitrariedade ou da interferência ilegal na privacidade. Outros observaram que, algumas vezes, a lei internacional não é facilmente aplicável, entretanto, freios e contrapesos podem ser introduzidos, a transparência e a utilização do devido processo e a observância do Estado de direito em geral oferecem algumas soluções.

Como parte da conclusão final, um dos moderadores mencionou que todos concordavam sobre a gravidade dos problemas, mas que não devemos “desperdiçar uma crise”, essa é uma oportunidade para tornar a Internet mais forte.

Sessão de Microfone Aberto

Para concluir o IGF, uma sessão de microfone aberto foi realizada com o objetivo de oferecer a todos os participantes uma oportunidade de tratar de quaisquer questões de sua preocupação, permitindo que o Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) recebesse um retorno dos participantes quanto aos procedimentos que tinham acontecido durante a semana. Esta sessão ajudou a comunidade do IGF a fazer um balanço, ao discutir o que se considerava que havia transcorrido bem durante a semana, assim como o que não havia sido tão bem sucedido. Essa é sempre uma sessão importante para o IGF, do mesmo modo que é importante que o Fórum avalie cada uma de suas reuniões anuais para garantir que estejam evoluindo e levando em conta as necessidades e as questões dos diversos setores.

Houve uma interessante discussão sobre o valor do IGF para o setor governamental em particular. Os representantes dos governos discorreram sobre o quanto o IGF os ensina acerca de como o modelo multissetorial pode ser fortalecido e desenvolvido, como a Internet pode ser utilizada para o benefício dos países em desenvolvimento e lições sobre a importância do respeito aos direitos humanos e à liberdade de expressão, tanto no ambiente *on-line* quanto *off-line*. É uma plataforma útil onde os governos podem interagir com todos os outros setores.

Foi ressaltada a importância de sensibilizar continuamente novos setores sobre o processo do IGF. Conexões com importantes meios de comunicação deveriam ser fortalecidas para melhorar a visibilidade e o alcance do Fórum global. Oportunidades de capacitação e participação remota durante os eventos do IGF precisavam continuar a receber melhorias para atrair novos setores.

Como de praxe, o MAG e o Secretariado do IGF tomarão notas de todos os comentários que foram feitos durante essa sessão, assim como recebidos na chamada aberta a comentários para o 8º IGF e os levarão em consideração no planejamento dos futuros encontros.

Cerimônia de Encerramento

A tradicional cerimônia de encerramento marcou o final do 8º IGF e também deu início aos preparativos para o Fórum do ano seguinte. Muitos palestrantes elogiaram o IGF por seu significativo progresso em “evoluir” junto com os outros processos de governança da Internet. Para garantir isso, uma série de passos foi dada para o processo preparatório, de forma alinhada com

as recomendações do grupo de trabalho da CCTD. As sessões focais foram preparadas de maneira a fornecer produtos e resultados mais tangíveis aos participantes presenciais e àqueles que acompanharam remotamente o encontro. O IGF solicitou a todos os setores que fornecessem subsídios de questões políticas chave que gostariam de ver tratadas pelo Fórum. A integração das iniciativas nacionais e regionais do IGF também foi significativamente fortalecida e uma série abrangente de capacitações foi integrada ao programa.

Também foi mencionado que o IGF desse ano havia trazido inovações à sua agenda tradicional. Muitos dos temas estavam em sintonia com a atual agenda política internacional, variando desde o papel dos governos, a governança da Internet e os princípios multissetoriais, direitos humanos, cibercrime e *spam* até a contribuição da Internet para o desenvolvimento sustentável e a agenda pós-2015. Como nos anos anteriores, o IGF novamente apresentou uma plataforma única, onde questões difíceis puderam ser abordadas em um diálogo construtivo entre todos os setores. Isso foi particularmente expresso em muitas das discussões sobre vigilância governamental e uma conclusão importante emergiu: há uma demanda por discussões multissetoriais abertas sobre como encontrar princípios de alto nível que possam guiar os governos nessa área de política sensível de forma a restabelecer a confiança na Internet. Em outras palavras “o IGF mais uma vez havia provado o seu valor”. O 8º IGF demonstrou ser uma “loja de conveniência” onde a comunidade se reúne para trocar informações.

Foi enfatizado que o amplo apoio recebido pelo 8º IGF precisava ser catalisado para acrescer os financiamentos estáveis e sustentáveis e o apoio geral para o Secretariado do Fórum. Isso foi considerado absolutamente vital para assegurar que a plataforma do IGF continue a se expandir e evoluir para atender as necessidades de todos os setores.

Palestrantes representando os diversos setores reunidos reafirmaram sua crença em manter e fortalecer a abordagem multissetorial ao discutir a governança da Internet, em oposição à abordagem multilateral conduzida por governos. Foi destacado que as novas ameaças de cibersegurança e as revelações sobre a ampla vigilância da Internet eram dois dos temas emergentes com os quais a comunidade multissetorial deveria lidar. As

deliberações do IGF também alimentarão processos mais amplos de configuração da agenda global para o desenvolvimento sustentável pós-2015 e da revisão CMSI+10.

Um representante da comunidade técnica da Internet expressou sua esperança de que “o espírito aberto e colaborativo da cooperação da Internet” do 8º IGF fosse mantido nos encontros e negociações futuras sobre políticas públicas relacionadas à Internet em todos os níveis, observando que “isso é necessário em todas as discussões daqui em diante para garantir a evolução futura da governança da Internet”.

“Agora, mais do que nunca, é hora de energizar o conceito e a prática da governança multissetorial consultiva”, disse um representante da comunidade empresarial. Ele também afirmou o forte apoio do setor aos processos do IGF e fez um apelo por seu contínuo crescimento e sustentabilidade. Um participante representando a sociedade civil observou que era preciso continuar discutindo questões referentes às economias menos desenvolvidas e às áreas rurais para que o progresso seja possível e o próximo bilhão de usuários de Internet em todo o mundo também possa se conectar sem ser deixado para trás.

Para fechar o encontro, três anúncios importantes foram feitos pelos governos da Turquia, do Brasil e do México. Representantes de cada país anunciaram suas intenções de sediar futuras reuniões do IGF: Turquia em 2014, Brasil em 2015 e México em 2016. O anúncio do México era, obviamente, dependente do mandato do IGF ser estendido para além do seu segundo período de cinco anos, que terminaria em 2015.

Anexo I

Subsídios do público- Definindo as discussões para o 8º IGF

O Secretariado do IGF fez uma chamada pública para a comunidade de setores do IGF global, solicitando que apresentassem questões políticas relevantes que gostariam de ver abordadas no 8ª IGF em Bali.

As seguintes perguntas foram recebidas pelo Secretariado (classificadas pelo foco temático das respectivas sessões).

Construir Pontes: O papel dos governos na cooperação multissetorial

1. Os governos que defendem o “multissetorialismo” na arena internacional estão adotando o mesmo processo na elaboração de políticas públicas relacionadas com a Internet em seus respectivos países?
2. No cenário existente após o vazamento da NSA, o crescente foco no multilateralismo afetará o multissetorialismo?
3. Os governos estão fazendo esforços para incentivar e garantir a participação de todos os setores nas delegações nacionais a fóruns ou conferências internacionais sobre políticas de Internet?
4. Há muito a fazer com relação a governos que tentam regular a Internet pela UIT. No entanto, muito trabalho atualmente ocorre em organismos autorregulados dos quais os governos podem não estar totalmente cientes. Uma questão importante seria: Como os governos poderiam ser integrados em organismos de autorregulação da Internet, de modo que suas preocupações sejam ouvidas e, se possível, mitigadas, sem impedir a evolução (econômica) e o livre fluxo de informações? Quais entidades ou indivíduos precisam ser contatados para que isso seja factível e onde estas pessoas/entidades podem ser encontradas?
5. O que os governos precisam considerar ao promoverem o modelo multissetorial?
6. Como podem os governos facilitar e apoiar as estruturas multissetoriais?
7. Que tipo de apoio os governos necessitam para construir modelos multissetoriais ?

Sessão Focal: Princípios da Governança da Internet

1. Que medidas devem ser tomadas para assegurar a participação multissetorial efetiva no nível da elaboração de políticas nas

organizações internacionais designadas como facilitadoras na Agenda de Túnis?

2. Como o gerenciamento dos recursos críticos da Internet pode se tornar mais transparente e inclusivo?

3. O exercício dos direitos soberanos das nações pode ser restringido quando invade os direitos dos usuários de outras jurisdições?

4. Quais são as características fundamentais que precisam ser consideradas no desenvolvimento desses princípios?

5. Os processos de desenvolvimento de padrões deveriam ser utilizados como guia para o estabelecimento desses princípios?

6. Que ferramentas de legitimidade são necessárias para configurar esses princípios?

Sessão Focal: Princípios de Cooperação Multissetorial

1. Que passos podem ser tomados para trazer mais organizações e países para a arena de elaboração das políticas de Internet de modo a haver uma representação efetiva dos interesses das todas as regiões geográficas e setores?

2. Quais deveriam ser os princípios da cooperação multissetorial para garantir uma representação adequada dos interesses de todos os grupos constituintes?

3. Como a representação efetiva de todos os setores pode ser assegurada em um nível de tomada de decisão e não somente de consulta em todas as organizações internacionais?

4. Como podemos proporcionar meios eficazes para comunicar ideias e opiniões, levando em conta a língua, cultura, educação, capacidades, localização e outras circunstâncias dos participantes?

5. Como podemos facilitar as contribuições de voluntários e grupos com poucos recursos para que as decisões não sejam inclinadas em favor dos grupos que detêm a maior parte dos recursos (tempo, dinheiro, influência política, etc.)?

6. Como podemos mais efetivamente compartilhar a responsabilidade e construir a prestação de contas?

Sessão Focal: Marco Legal e outros Marcos: Spam, Hacking e cibercrimes

1. Considerando que a maioria dos países desenvolvidos não assinou o recém-emitido Regulamento Internacional de Telecom-

municações (ITR), poderá essa iniciativa ter qualquer impacto sobre os esforços para impedir comunicações não solicitadas?

2. Considerando a limitada adoção da Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime pelos países, quais são os desafios para a existência de um marco legal internacional sobre cibercrimes?

3. Como pode o IGF apoiar países que atualmente estão menos equipados para lidar com esses temas? Ele poderá auxiliar no futuro a reunir as organizações e especialistas corretos? No IGF surgem desafios e assuntos que poderiam ser identificados, classificados e distribuídos para as organizações certas. Poderia o IGF desempenhar um papel de coordenação nesse sentido?

4. Uma das questões mais difíceis é a territorialidade no que compete à luta contra *spam*, *hacks*, infecções de *botnets* e cibercrimes. O IGF pode ajudar na discussão desse tema para encontrar maneiras de se tratar da cooperação transfronteiriça sem impedir a territorialidade, mas adotando as melhores práticas e harmonizando os marcos jurídicos que tornam a cooperação possível, começando com aquelas nações e instituições que estão dispostas a enfrentar esse desafio?

5. Quantos agentes policiais estão participando do IGF em Bali? Há uma necessidade de envolver muitos agentes quando se trata dessas questões. Nós somos as pessoas na linha de frente e deixar-nos de fora dessas discussões é perigoso.

6. O cibercrime e as agências policiais são inseparáveis. Que política e estratégia emergiram dos IGFs anteriores para garantir que os agentes policiais estejam em sintonia com a luta contra os cibercrimes?

7. Leis uniformes sobre cibercrimes. Como o IGF garantirá que as leis de cibercrimes sejam uniformes em todo o mundo? Um crime na Indonésia deve ser igualmente considerado crime na Zâmbia.

8. Quais mecanismos legais podem ser utilizados para apoiar a governança da Internet e as estruturas multissetoriais?

9. Quais elementos precisam ser instalados para garantir que todos os usuários da Internet (inclusive cidadãos, empresas, governo, etc.) continuem a ter confiança na Internet?

10. Como poderíamos encontrar um equilíbrio razoável entre os interesses de uma nação em proteger a segurança de seus cidadãos no “ciberespaço” e os direitos dos seus cidadãos à privacidade, liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de associação, etc.?

*Sessão Focal: A Internet como Catalisadora
do Crescimento e Desenvolvimento Sustentável*

- 1.** Como o desenvolvimento dos padrões abertos da Internet contribui para a inovação e o crescimento econômico?
- 2.** De que forma a Internet empodera as pessoas?
- 3.** Como podemos incentivar o investimento na infraestrutura física da Internet sem comprometer a natureza global da Internet?
- 4.** Como podem diversos setores cooperar para criar conteúdo multilíngue na Internet?
- 5.** Como podem as organizações internacionais contribuir para a construção da infraestrutura de Internet nos países em desenvolvimento/menos desenvolvidos?
- 6.** Os princípios da neutralidade de rede são violados na implantação da infraestrutura da Internet em países em desenvolvimento?

*Sessão Focal: Direitos Humanos, Liberdade de Expressão,
Livre Fluxo de Informações na Internet*

- 1.** O direito à Internet é um Direito Humano?
- 2.** Existe a necessidade de lidar com o tema da expressão na Internet de forma diferente de como o conteúdo em outras mídias é tratado?
- 3.** Podem as responsabilidades impostas aos intermediários em várias jurisdições afetar a liberdade de expressão dos usuários?
- 4.** Que facilitadores precisam ser reconhecidos a nível global, regional e local pelos formuladores de políticas públicas para apoiar o livre fluxo de informações na Internet?
- 5.** Qual é a relação entre os direitos fundamentais e os padrões de desenvolvimento da Internet?
- 6.** Como pode a Internet melhorar a compreensão geral sobre princípios fundamentais e vice-versa?

Questões Emergentes: Vigilância na Internet

- 1.** A necessidade de evitar que a vigilância em massa seja realizada disfarçada de vigilância orientada.
- 2.** Equilibrar cibersegurança e privacidade.
- 3.** Princípios de Internet aberta/neutralidade de rede.
- 4.** Uma das questões emergentes se refere à regulamentação da Internet. Regulamentação *versus* autorregulação no que se refere à Internet. Como é possível se auxiliar os países que têm questões sobre regulamentação *versus* autorregulação a trabalhar em

um nível que promova a adoção das atuais melhores práticas (da indústria), melhores práticas que tornam a Internet e, portanto, os respectivos países e instituições, mais protegidos de danos?

5. Melhores canais de cooperação entre os setores, especialmente em áreas como a cibersegurança.

6. Acordo sobre os princípios mínimos e fundamentais para a governança da Internet e a cooperação multissetorial.

7. Prioridades para o IGF, a comunidade da Internet e a governança multissetorial no período após 2015.

Balanço

1. Como o IGF poderia apoiar o acompanhamento dos desafios, assuntos, etc. após o seu 8º encontro, para evitar que todos simplesmente voltem para suas casas? Como poderia o IGF facilitar a continuidade do debate e o desenvolvimento do tema para o próximo ano?

Anexo II

Grupo de Trabalho Contra Abusos em Mensagens (M3AAWG)

Trabalha em iniciativas que tratam das questões atuais e emergentes de abuso em mensagens, incluindo a mitigação da ação de robôs, a campanha pela cooperação na indústria, o abuso em mensagens na Web, o abuso no Sistema de Nomes de Domínio (DNS), mensagens sem fio, questões dos remetentes e outros esforços de segurança relevantes.

<http://www.maawg.org>

Plano de Ação de Londres (LAP)

O LAP é constituído de autoridades do governo e de órgãos públicos de 27 países responsáveis pelo cumprimento das leis relativas ao *spam* e a cooperação internacional no combate ao *spam*.

<http://londonactionplan.org>

Projeto de Combate ao Spam da Internet Society

O Projeto de Combate ao *Spam* da Internet Society foi desenvolvido para reunir governos e formuladores de políticas públicas com a indústria da Internet, especialistas técnicos e outros parceiros que possuam experiências operacionais e de implementação. E isso para construir conscientização, participar de capacitações e estabelecer uma base para relacionamentos sustentáveis e par-

cerias de longo prazo, que facilitem oportunidades para tratar das preocupações dos formuladores de políticas públicas sobre o tráfego indesejado na Internet (*spam*, *malware*, *botnets*, etc.).

Detalhes sobre o Projeto ISOC *Spam*, informações sobre os vários *workshops* e um conjunto de materiais estão localizados em:

<http://www.internet-society.org/what-we-do/policy/combatting-spam-project>

GSMA

Trabalho da Associação GSM sobre o *spam* móvel, especialmente em SMS e mensagens de texto.

<http://www.gsma.com/publicpolicy/mobile-spam>

Anexo III

Mapa mental gerado a partir da Sessão Focal (Acesso/Diversidade): a Internet como catalisadora para o crescimento e desenvolvimento sustentável⁷.

Anexo IV

Como podem todos os setores, considerando suas diferentes funções e responsabilidades, respeitar, proteger e promover os direitos humanos na Internet em nível nacional, regional e global? O que você acha que deveríamos fazer a seguir e qual é o papel do IGF?

- Os participantes destacaram o papel potencial do IGF. Por exemplo, as apreensões de nomes de domínio por razões de direitos autorais mostram que há um desvio fundamental no uso do Sistema de Nomes de Domínio e que atualmente não há lugar para lidar com tais questões. O Fórum de Governança da Internet deveria ser esse lugar. No entanto, nesse ano não houve sessões que de fato abordassem isso. As questões de acesso ao conhecimento foram mantidas em um nível mínimo no IGF, mesmo que muitas leis em todo o mundo tenham tornado fácil remover conteúdos legítimos por violação de direitos autorais.

⁷ Nota dos editores: o relatório inclui um mapa mental gerado a partir da Sessão Focal (Acesso/Diversidade): a Internet como catalisadora para o crescimento e desenvolvimento sustentável que foi omitido desta edição.

- Houve um apelo para que haja um acompanhamento sobre a liberdade na Internet nos países sede do IGF.
- Isso é muito importante, considerando que a Internet não tem fronteiras. A proliferação da legislação por si só não é necessariamente negativa, desde que a harmonização também ocorra. Ademais, a legislação também deveria assegurar a existência de mecanismos que garantam que aqueles que vendem tecnologias que facilitam a violação de direitos humanos sejam banidos e bloqueados.
- Em relação aos bloqueios na rede, um participante observou que em seu workshop – após um diálogo entre indústria, sociedade civil e governo – foi acordado que bloqueios da Internet nunca são justificáveis e que seria bom ver o desenvolvimento de normas desse tipo acontecerem no IGF.
- Todos os setores, especialmente os governos, devem praticar o que pregam. Nesses ambientes multissetoriais, parece que todos são a favor do princípio do multissetorialismo, mas o que foi dito durante as discussões é que a maioria dos governos, quando voltam para casa e quando criam essas novas leis e práticas, na verdade não consultam os vários setores e isso é algo que realmente precisa estar na agenda. Essa é uma questão que precisa ser fortemente expressa com a continuidade do IGF.
- Um dos maiores problemas foi a proliferação de novas leis e políticas públicas, muitas das quais são extremamente restritivas quando se trata da liberdade de expressão, *on-line* e a conclusão foi que esse era realmente um momento crítico na história, em que a maioria dos países estão procurando aprovar novas legislações sobre como regular conteúdo. Por isso é extremamente importante estabelecer exemplos de melhores práticas para que esses governos realmente compreendam quais são as diretrizes básicas das leis internacionais quando se trata de liberdade de expressão e de direitos humanos *on-line*. Esse é outro dos papéis do IGF.
- É necessário mais diálogo e subsídios relacionados ao IGF podem auxiliar nisso, no que diz respeito ao que seriam limitações legítimas à liberdade de expressão e o que seriam limitações legítimas em relação à moralidade pública.

blica. Enquanto os Estados têm legitimidade para regular conteúdos *on-line*, porque é seu dever regular a “moralidade pública”, essa noção é extremamente vaga e pouco clara. A experiência do IGF precisa ser compartilhada nesse sentido, para que sejam empoderadas e não oprimidas as pessoas mais impactadas por leis e medidas que regulam a expressão e informação *on-line* com base na moralidade pública.

- As discussões multissetoriais para o empoderamento de pessoas forçosamente deslocadas e dos migrantes por meio de serviços *on-line* também foi destacada com um debate construtivo nos workshops sobre como tomar ações concretas sobre estas questões, inclusive para pessoas com deficiência e para refugiados. Essas ações deveriam incluir serviços nos idiomas relevantes, serviços da sociedade da informação introduzidos para a proteção das pessoas deslocadas e serviços de desenvolvimento e implementação com base na utilização de dados e plataformas abertos.



IGF 2014

Sumário do Presidente

Conectando Continentes em prol da Governança Multissetorial da Internet Aprimorada

2-5 de setembro de 2014 – Istambul – Turquia

<http://www.intgovforum.org>

<http://www.youtube.com/user/igf>

<https://twitter.com/intgovforum>

<https://www.facebook.com/IntGovForum>

Sumário Executivo

O Caminho até o IGF 2014

Com o surgimento de uma ampla gama de encontros de alto nível e desenvolvimentos significativos ao longo de 2014, ele se torna um ano importante para o futuro das políticas internacionais de Internet e de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Uma vez que a Agenda de Túnis da CMSI concedeu ao IGF o mandato para discutir as questões emergentes com relação à governança da Internet, o IGF 2014 foi capaz de desempenhar o papel de facilitador de debates sobre políticas relevantes ao momento atual, que se caracterizam como cruciais para o cenário da governança da Internet.

Principais fatos:

- O trabalho preparatório do IGF 2014 foi orientado pelas recomendações do Grupo de Trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) sobre melhorias ao Fórum de Governança da Internet, tais como reconhecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2013.
- O Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) promoveu dois encontros presenciais (precedidos de consultas públicas) e sete reuniões on-line para auxiliar na preparação do nono IGF. Atas de todas as reuniões do MAG encontram-se disponíveis *on-line*.
- A comunidade apresentou 208 propostas de workshops que foram examinadas e classificadas de acordo com os critérios desenvolvidos pelo MAG.

**As inovações no programa do IGF
para este ano incluem:**

- Uma chamada do Presidente do MAG por contribuições de toda a comunidade, com o objetivo de coletar informações sobre ações que foram desenvolvidas pelos representantes multissetoriais como resultado de suas participações no IGF;
- Cinco fóruns de melhores práticas;
- Um relatório do Presidente sugerindo modalidades de trabalho intersessional.

Os destaques do Programa incluem:

- A sessão principal sobre Neutralidade de Rede – organizada em resposta ao convite feito pelo Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial);
- Um debate sobre a transição na administração da IANA – a Autoridade para Atribuição de Números da Internet – organizado para coletar contribuições de uma ampla gama de membros da comunidade de governança da Internet sobre o processo de substituição do presente acordo de administração;
- Os fóruns de melhores práticas, construídos a partir das contribuições da comunidade.

Todos os setores interessados são encorajados a visitar a página do IGF para obter as transcrições completas das principais sessões e dos workshops que ocorreram durante a semana do nono IGF. O canal do IGF no YouTube (<http://www.youtube.com/user/igf>) também contém vídeos das sessões.

Relatórios dos organizadores dos *workshops* e de outros eventos também podem ser encontrados na página do IGF em <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/session-reports>. Todos aqueles que participaram das atividades em Istambul, seja presencial ou remotamente, são encorajados a preencher os formulários de avaliação e fornecer subsídios após a realização do IGF, além de sugerir melhorias para as futuras reuniões:

<http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014-workshop-evaluation-form>

<http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014-evaluation-survey>

Do Diálogo à Ação

Os participantes discutiram e propuseram os possíveis caminhos a seguir em uma série de tópicos discutidos ao longo dos quatro dias do IGF 2014:

O Fórum de Governança da Internet para além de 2014

Um grupo multissetorial de participantes elaborou uma declaração a ser enviada para as Nações Unidas (ONU) solicitando tanto a renovação do mandato do IGF quanto à extensão do ciclo de cada mandato concedido ao Fórum. As discussões sobre a elaboração deste documento permanecerão *on-line* no seguinte endereço: <http://igfcontinuation.org>.

IGFs Nacionais e Regionais

Alguns participantes, inclusive um número de representantes das iniciativas nacionais e regionais do IGF, sugeriram que deveria haver uma fertilização transversal reforçada entre a crescente rede de IGFs nacionais e regionais e o IGF global.

Fóruns de Melhores Práticas do IGF 2014

Ao congregar o conhecimento, a sabedoria e a experiência dos setores, os fóruns de melhores práticas produziram rascunhos de documentos sobre os seguintes temas:

- Desenvolvendo Mecanismos Multissetoriais Significativos;
- Regulação e Mitigação de Comunicações Não Solicitadas (*Spam*);
- Estabelecendo e Apoiando os CERTs para a Segurança da Internet;
- Criando um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento de Conteúdos Locais;
- Segurança e Proteção das Crianças no ambiente *on-line*.

Neutralidade de Rede

Foram feitas recomendações sobre como o debate sobre a neutralidade da rede pode evoluir. Uma vez que as deliberações deste ano foram direcionadas a fomentar um entendimento comum sobre estes tópicos, foi indicado que se espera que o IGF do próximo ano apresente uma discussão mais desenvolvida.

O conceito de *zero-rating* foi profundamente discutido, com alguns oradores em favor da prática e outros criticando seu uso; as opiniões divergiram bastante entre as perspectivas dos

países em desenvolvimento e dos desenvolvidos. Enquanto as opiniões sobre o marco de neutralidade de rede para reforçar as implicações econômicas da Internet estiveram na maior parte divididas, houve de fato valores compartilhados sobre reforçar a experiência dos usuários.

Direitos Humanos

Os organizadores dos mais de 50 workshops selecionados para o IGF 2014 que focaram, direta ou indiretamente, no tema dos direitos humanos, encontraram-se para uma mesa redonda e endossaram um documento com uma mensagem a ser levada ao painel do Conselho de Direitos Humanos sobre a Privacidade na Era Digital a ser realizado em 12 de setembro de 2014.

Os participantes da mesa redonda também reconheceram a maturidade das discussões sobre direitos humanos no IGF e recomendaram que o fórum de melhores práticas sobre a proteção da privacidade na era digital iniciasse seus trabalhos de preparação para o IGF 2015 no Brasil, utilizando os IGFs regionais e nacionais, no sentido de garantir a inclusão dos participantes dos países em desenvolvimento.

Políticas Facilitadoras de Acesso, Crescimento e Desenvolvimento da Internet

Para facilitar a conexão dos próximos cinco bilhões atualmente ainda não conectados, um forte apelo foi feito em prol de uma ênfase acrescida de atenção a este tema, além da importância da inclusão das TIC e do acesso à Internet na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015 como elementos catalisadores para o crescimento econômico.

Melhorando a Confiabilidade Digital

Muitos participantes enfatizaram que existe a necessidade de uma interação reforçada entre as entidades governamentais e todos os outros representantes multissetoriais nas deliberações, tanto futuras como as em andamento, quanto ao melhoramento da confiabilidade no ciberespaço.

Uma síntese das discussões será submetida ao evento especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) “Implementando a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Melhorando a segurança e o acesso às TIC”, a ser realizado em 18 de novembro de 2014.

Uma mensagem da Juventude

Os representantes da juventude enfatizaram a necessidade de reforçar os mecanismos existentes que venham a empoderar a juventude a participar e se engajar no ecossistema de governança da Internet.

Anúncios, Lançamentos e outros Destaques do IGF 2014

Uma série de representantes dos diferentes setores do IGF fez anúncios importantes para a comunidade e lançou iniciativas que serão levadas adiante para a um ecossistema de governança da Internet mais amplo. Abaixo segue uma seleção de anúncios e lançamentos, além de outros destaques da semana.

Pré-conferência

Reunião dos Líderes de Alto Nível

O país anfitrião realizou uma reunião de alto nível sobre o tópico “Capacitação para o Desenvolvimento Econômico”. Trinta e três líderes de alto nível, incluindo um primeiro-ministro, ministros, deputados, representantes de organizações internacionais, presidentes de órgãos regulatórios, líderes de entidades da sociedade civil, do setor privado e da comunidade técnica falaram sobre esse importante tópico.

Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet

A *Internet Society* (ISOC) lançou formalmente a Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet (IGFSA). O principal objetivo da associação é construir um mecanismo de financiamento estável e sustentável para contribuir com o Fundo do IGF das Nações Unidas e para apoiar as atividades correlatas. Mais informações estão disponíveis em: <http://www.igfisa.org>.

NETmundial: Olhando para trás, aprendendo lições e mapeando a estrada a seguir

Durante este evento de acompanhamento do NETmundial em São Paulo, que tomou um dia inteiro de discussões, uma sessão interativa trabalhou para criar um mapa sugerindo melhorias institucionais ao ecossistema da governança da Internet global. O evento também lançou um livro intitulado *Para Além do NETmundial: O mapa para as Melhorias Institucionais do Ecossistema da Governança da Internet Global*.

DIA Um

Reunião na Prefeitura - Melhorando a Prestação de Contas e a Governança da ICANN

Esta reunião forneceu uma oportunidade de diálogo aberto objetivando esclarecer quaisquer preocupações vinculadas ao melhoramento da prestação de contas e ao processo de governança da ICANN.

Sessão de Informação do Evento de Alto Nível CMSI+10

Esta sessão, organizada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) em um Evento de Alto Nível durante a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, forneceu a oportunidade à comunidade do IGF de ser informada sobre os resultados do evento e suas implicações para o ecossistema ampliado.

DIA Dois

Revisão de Dez Anos do CCTD sobre a CMSI

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que executa a função de Secretariado da Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD), está oferecendo suporte à revisão de dez anos do CCTD sobre o progresso alcançado na implantação dos resultados da CMSI, conforme determina o mandato do Conselho Econômico e Social. A UNCTAD encorajou os participantes a contribuir com este processo através do questionário *on-line* que pode ser encontrado na página a seguir: <http://unctad.org/en/Pages/CCTD/WSIS-10yearReview.aspx>.

DIA Três

Estudo Abrangente da UNESCO sobre a Internet

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) solicitou que os setores presentes em Istambul contribuíssem com o estudo em progresso desta entidade sobre temas relacionados ao acesso à informação e ao conhecimento, à liberdade de expressão, à privacidade e às dimensões éticas da sociedade da informação. A UNESCO encorajou todos os participantes do IGF a contribuir com o estudo, aberto a comentários até o dia 30 de novembro de 2014. O estudo está disponível na página:

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/crosscutting-priorities/unesco-internet-study>.

Declaração Africana sobre os Direitos e Liberdades na Internet

Lançada no IGF de 2014, a Declaração é uma iniciativa pan-africana para a promoção dos padrões de direitos humanos, em prol dos princípios de abertura na elaboração de políticas referentes à Internet no continente. O documento está disponível em: <http://africaninternetrights.org>.

DIA Quatro

Diretrizes da UIT e da UNICEF para a Indústria de Proteção das Crianças no ambiente *On-Line*

A União Internacional de Telecomunicações e o Fundo das Nações Unidas para a Infância lançaram uma versão atualizada das Diretrizes para a Indústria sobre a Proteção das Crianças no ambiente *On-Line*. As diretrizes fornecem uma série de recomendações sobre como a indústria das TIC pode auxiliar a garantir a segurança das crianças ao utilizarem seja a Internet, seja qualquer outra tecnologia associada ou qualquer outro tipo de aparelho que possa se conectar à rede mundial. As diretrizes podem ser encontradas na seguinte página: <http://www.itu.int/en/cop/Pages/guidelines.aspx>.

Diretrizes de Acessibilidade da Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência (DCAD)

A Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência (DCAD) aprovou as “Diretrizes de Acessibilidade DCAD 2014: Acessibilidade e Deficiência nas reuniões do IGF”. As diretrizes visam ser um documento vivo e se configuram como uma atualização das diretrizes anteriores da DCAD. O documento foi formalmente apresentado durante a sessão principal de balanço como um texto que descreve os resultados do nono encontro do IGF. As diretrizes podem ser acessadas através da página: <http://www.intgovforum.org/cms/documents/dynamic-coalitions/dynamic-coalition-on-%20accessibility-and-disability/258-igf-2014-dcad-accessibility-guidelines-final-v5/file>.

Estatísticas-Chave do IGF 2014

- 2.403 participantes presenciais
- 1.291 participantes remotos
- 144 países representados

Participação Presencial por Região		Participação Presencial por Setor	
África	190	Sociedade Civil	779
Ásia-Pacífico	405	Governo	571
Europa Oriental	133	Organizações Intergovernamentais	96
País Sede	745	Setor Privado	581
América Latina e Caribe	150	Comunidade Técnica	266
Europa Ocidental e Outros	780	Mídia	110

1. Introdução

O nono Fórum de Governança da Internet (IGF) aconteceu entre os dias 2 e 5 de setembro de 2014 em Istambul, Turquia. Mais de 2.000 pessoas de todos os continentes e representando diferentes setores (governos, organizações intergovernamentais, setor privado, sociedade civil e comunidade técnica) participaram presencialmente deste encontro anual internacional dedicado exclusivamente à governança da Internet. Várias centenas de representantes dos distintos setores participaram remotamente por meio de uma rede global de *hubs* remotos. Tanto pelos participantes presenciais, quanto remotos, plataformas de redes sociais como Flickr, Facebook, Twitter e Tumblr foram amplamente utilizadas.

1.1 Por que o IGF 2014 é diferente dos IGFs anteriores

O nono IGF buscou ativamente se relacionar com outros processos de governança da Internet e responder à Declaração Multissetorial do NETmundial de diversas formas, tanto dando prosseguimento às questões sugeridas para aprofundamento, como aprimorando seus resultados.

As inovações do IGF deste ano foram:

- Uma chamada de contribuições da comunidade foi feita pelo presidente do MAG para coletar subsídios sobre ações tomadas pelos setores como resultado de sua participações no IGF. Um sumário dos subsídios recebidos foi publicado antes da realização do encontro.
- A criação de cinco Fóruns de Melhores Práticas (BPFs) para documentar tais práticas em cinco questões desafiantes que a governança da Internet enfrenta atualmente. Para maiores informações, acesse a Sessão 3.3 e o Anexo 5.2 do presente Sumário do Presidente. Representantes dos diferentes setores foram convidados a contribuir com estes documentos em evolução por meio da página do IGF.
- Uma revitalização do formato e conteúdo do Sumário do Presidente para sugerir modalidades de trabalho intersessional para o IGF e para tornar as conclusões e resultados do IGF ainda mais transportáveis e visíveis para que possam ser encaminhados – como apropriado e de forma voluntária – pelos órgãos, instituições e organizações relevantes de governança da Internet.

1.2 O Caminho até o IGF 2014

O ano de 2014 é importante para o futuro das políticas internacionais de Internet e de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com um grande número de reuniões de alto nível e desenvolvimentos significativos surgindo ao longo do ano. A partir do mandato dado pela Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) de discutir questões emergentes de governança da Internet, o IGF 2014 foi capaz de desempenhar um papel de facilitador de debates de políticas oportuno e em um momento central para o cenário da governança da Internet.

Principais fatos:

- O trabalho preparatório para o IGF 2014 foi orientado pelas recomendações do Grupo de Trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) sobre Melhorias ao IGF, reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2013.
- O MAG IGF realizou duas reuniões presenciais precedidas de consultas abertas e sete reuniões *on-line*. As atas de todas as reuniões do MAG estão disponíveis *on-line*.

- A comunidade submeteu 208 propostas de workshops que foram examinadas e avaliadas de acordo com os critérios desenvolvidos pelo MAG.
- O nono IGF foi associado a outros processos de governança da Internet, como os resultados do encontro NETmundial e as discussões em andamento sobre a revisão da CMSI, a UIT, o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Aprimorada da CCTD, entre muitos outros.

Associando Desafios e Problemas a Soluções e Opções de Políticas

Para identificar as questões e desafios enfrentados pela comunidade global e multissetorial do IGF, o planejamento para o nono IGF começou imediatamente após o encerramento do oitavo IGF em Bali. O IGF realizou uma chamada por reflexões gerais sobre o encontro de Bali e por sugestões e ideias de questões a serem discutidas em Istambul. O tema principal e subtemas do IGF 2014 foram desenvolvidos de maneira *bottom-up* considerando os subsídios, ideias e sugestões recebidos.

Temas do IGF 2014

O **tema principal** do IGF 2014, derivado do consenso do MAG e em conjunto com todos os representantes setoriais do IGF foi:

- Conectando Continentes para uma Governança Multissetorial da Internet Aprimorada

Os **subtemas** do IGF 2014 foram:

- Políticas Facilitadoras do Acesso
- Criação, Disseminação e Uso de Conteúdos
- A Internet como um Motor para o Crescimento e Desenvolvimento
- O IGF e o Futuro do Ecossistema da Internet
- Melhorando a Confiança Digital
- Internet e Direitos Humanos
- Recursos Críticos da Internet
- Questões Emergentes

Programa

Buscando trazer ao nono IGF workshops apropriados para discutir possíveis soluções e opções de políticas para os presentes desafios da governança da Internet, os subtemas foram usados para informar a chamada inicial de propostas de workshops e foi solicitado aos potenciais organizadores desses workshops que

enquadrassem, na medida do possível, suas sessões em um dos subtemas. Esse processo auxiliou o MAG a garantir que entre os mais de 80 workshops selecionados para o IGF 2014 estivessem aqueles mais focados na busca de soluções e opções de políticas para os desafios e questões identificados pela comunidade.

De forma a preparar a substância das principais sessões, foi feita uma chamada à comunidade do IGF para buscar seus subsídios em questões de políticas a serem tratadas durante as sessões.

2. Do Diálogo à Ação

Os participantes discutiram e propuseram possíveis caminhos adiante em uma série de tópicos discutidos durante os quatro dias do IGF 2014:

2.1 O Fórum de Governança da Internet para além de 2014

O segundo mandato de cinco anos do IGF terminará em 2015. A possível extensão do mandato do IGF pode ser discutida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda este ano. Em resposta a esse fato, um grupo multissetorial de participantes redigiu uma declaração a ser enviada à ONU **solicitando a renovação do mandato do IGF e um ciclo mais longo para cada futuro mandato dado ao Fórum**. Uma cópia desta solicitação foi incluída como o Anexo 5.3 deste Sumário do Presidente. As discussões sobre o texto final da declaração continuarão online em <http://igfcontinuation.org>.

2.2 IGFs Nacionais e Regionais

Alguns participantes, incluindo um número de representantes de iniciativas nacionais e regionais do IGF, sugeriram que **deveria haver um aumento na fertilização transversal entre a crescente rede de IGFs nacionais e regionais e o IGF global**. Muitos sugeriram que diversas iniciativas nacionais e regionais a serem realizadas no ano seguinte poderiam assumir algumas das questões e contribuir para com o trabalho intersessional que conduzirá ao décimo IGF no Brasil.

2.3 Fóruns do IGF 2014 sobre Melhores Práticas

Uma inovação no formato do IGF em 2014, os cinco fóruns de melhores práticas inaugurais trabalharam de forma intersessional, iniciando em maio de 2014, para **desenvolver cin-**

co documentos prévios sobre as melhores práticas que se construíram a partir do conhecimento, sabedoria e experiência dos setores para fornecer ideias úteis a toda a comunidade da Internet sobre:

- Desenvolvendo Mecanismos Multissetoriais Significativos;
- Regulação e Mitigação de Comunicações não Solicitadas (*Spam*);
- Estabelecendo e Apoiando os CERTs para a Segurança da Internet;
- Criando um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento de Conteúdos Locais;
- Segurança e Proteção das Crianças *On-line*.

Todos os setores foram convidados a **contribuir e comentar os documentos sobre melhores práticas** em <http://review.int.govforum.org/igf2014>. Prevê-se que o trabalho em alguns destes tópicos continue, intersessionalmente, em 2015.

Foi dito por muitos dos participantes que a **prática de realizar Fóruns de Melhores Práticas deveria continuar durante o ciclo preparatório de 2015**.

No Anexo 5.2 deste Sumário do Presidente se encontram os cinco sumários executivos dos documentos resultantes dos fóruns de melhores práticas.

2.4 Coalizões Dinâmicas do IGF

Muitos participantes sugeriram que um elemento central para o fortalecimento do IGF é tratar dos papéis e responsabilidades das coalizões dinâmicas. Houve uma visão de que era necessário um processo que permita a toda a comunidade do IGF participar e validar os resultados das coalizões dinâmicas.

Também foi recomendado que as coalizões dinâmicas poderiam liderar parte do trabalho intersessional do IGF e serem melhor incluídas no desenvolvimento do programa das reuniões do IGF.

2.5 Neutralidade de Rede

As discussões sobre neutralidade de rede analisaram a questão a partir de uma diversidade de perspectivas:

- Técnica;
- Econômica;
- Direitos Humanos e Sociais;
- Duas perspectivas transversais:

- De desenvolvimento;
- Regulatória.

As discussões demonstraram que todas essas questões estão entrelaçadas e são multifacetadas. Dadas as diferenças entre as perspectivas dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, houve uma percepção de que a busca por uma única solução de políticas não seria a melhor forma de proceder no âmbito global.

Apesar da divergência de visões em muitas questões, tais como o conceito de gerenciamento de rede apropriado e o impacto sobre a inovação ou *zero-rating*, houve uma convergência de visões sobre a importância de melhorar a experiência dos usuários ou sobre a necessidade de evitar bloqueios de conteúdos legais.

O nono IGF concluiu analisando seu papel em levar adiante a discussão sobre neutralidade de rede. As discussões haviam demonstrado que o IGF, como uma plataforma genuína do multissetorialismo, era um local apropriado para a análise desse tema tão complexo a partir de diferentes perspectivas. **A Coalizão Dinâmica sobre Neutralidade de Rede continuará as discussões que conduzirão ao encontro de 2015, mas foi exposta uma visão de que havia a necessidade de desenvolver um processo que permitisse a toda comunidade do IGF pesar e validar os resultados da Coalizão Dinâmica.**

2.6 Direitos Humanos

Os organizadores de uma seleção de mais de cinquenta workshops no IGF que trataram – direta ou indiretamente – de temas de direitos humanos se reuniram para uma mesa redonda e endossaram um documento em forma de mensagem a ser encaminhado ao painel do Conselho de Direitos Humanos sobre Privacidade na Era Digital, a ser realizado em 12 de setembro de 2014. Uma cópia da mensagem encontra-se no Anexo 5.4 deste Sumário do Presidente.

Os participantes da mesa redonda também reconheceram a maturidade das discussões sobre direitos humanos no âmbito do IGF e recomendaram que um novo fórum de melhores práticas sobre a proteção da privacidade na era digital inicie suas atividades durante as preparações para o IGF 2015 no Brasil, utilizando os IGFs nacionais e regionais para garantir a inclusão dos participantes de países em desenvolvimento.

2.7 Políticas Facilitadoras do Acesso, Crescimento e Desenvolvimento na Internet

Para facilitar o acesso dos próximos cinco bilhões de pessoas atualmente desconectadas, foi feita uma chamada veemente para o **aumento da ênfase e a inclusão das TIC e do acesso à Internet na agenda de desenvolvimento pós-2015 da ONU** como elementos catalisadores do desenvolvimento econômico.

Muitos participantes ressaltaram que a viabilização do acesso deveria ser uma preocupação de todos os que formam parte da comunidade da Internet. Foi dito que, ainda que certamente existam desafios em ambos os hemisférios, por meio de perseverança, do aprendizado a partir dos erros cometidos e da adoção de melhores práticas, podemos alcançar o objetivo de levar o acesso à Internet por banda larga a todas as pessoas do planeta.

Também aconteceram discussões sobre as metodologias existentes para o cálculo da penetração da Internet e a necessidade de melhorá-las e, possivelmente, padronizá-las, agregando as experiências de todos os setores.

Outra questão salientada foi que **o acesso à banda larga deveria ser reconhecido como um direito universal e como central para a inclusão social digital**. Isso foi considerado especialmente importante para usuários com deficiência, grupos marginalizados e para a promoção do multilinguismo.

2.8 Melhorando a Confiabilidade Digital

Muitos participantes enfatizaram que havia necessidade de **intensificar a interação entre entidades governamentais e todos os outros atores interessados nas deliberações em andamento ou futuras para melhorar a confiança no ciberespaço**.

Muitas das sessões ao longo da semana, que trataram de questões referentes à segurança das crianças *on-line*, destacaram que é possível proteger tanto a segurança das crianças quanto seus direitos, mesmo que por vezes estes dois aspectos possam estar em conflito entre si. Ainda assim, **ao oferecer educação e aderir à Convenção sobre os Direitos das Crianças, os atores envolvidos podem intensificar tanto a segurança das crianças e da juventude quanto seus direitos à liberdade de expressão, privacidade e participação**.

O consenso dos atores envolvidos no fórum de melhores práticas sobre a proteção de crianças *on-line* foi que **o trabalho**

do IGF de melhorar a confiança digital deveria integrar o trabalho correlato feito pela UIT, a Comissão Europeia e organizações similares. Esse esforço consolidado poderia ser estendido e o fórum poderia voltar a se reunir no IGF de 2015 no Brasil.

Outros workshops enfatizaram a necessidade de intensificar as discussões multissetoriais e a tomada de decisões sobre temas como o Sistema de Nomes de Domínio (DNS), segurança e soberania nacional, proteção da privacidade e dos dados pessoais e acesso por parte das agências policiais e de investigação, proteção de direitos de propriedade intelectual e mitigação de atividades maliciosas e ataques.

Uma síntese das diversas discussões sobre o melhoramento da confiança digital que aconteceram durante o nono IGF será submetida como um documento de suporte para o evento “Implantando a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Melhorando o acesso e a segurança das TIC”, um evento especial que acontecerá durante a reunião da Coordenação e Gerenciamento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU entre 17 e 18 de novembro de 2014.

2.9 Uma mensagem da Juventude

Representantes da juventude enfatizaram a necessidade de **reforçar os mecanismos existentes que empoderam a juventude para participar e se engajar no ecossistema da governança da Internet.**

Um resultado importante no que se refere à juventude, advindo dos workshops relacionados e outras sessões, foi que a compreensão intercultural está se tornando uma característica central da cidadania (tanto *on-line* quanto *off-line*) na sociedade em rede e que o acesso à Internet deve ser uma possibilidade central – senão um direito – de todos os cidadãos de todas as idades em todo o mundo, pois sem ele tanto a participação quanto o acesso à informação são limitados.

Os participantes da juventude e outros atores que apoiam o tema declararam que os esforços da juventude para obter participação plena em nível multissetorial dentro do âmbito do IGF precisam ser mais reconhecidos. Como beneficiários-alvo da elaboração de políticas e como usuários especialistas em tecnologia conectada, os jovens são necessários em todos os processos que visem seu próprio benefício.

3. Sumário Estendido do Encontro

A seguinte seção oferece um sumário mais detalhado dos processos do nono IGF. Todos os atores interessados também são encorajados a visitar a página do IGF para obter as transcrições completas e os vídeos das sessões.

Os relatórios dos organizadores de workshops e outros eventos também se encontram disponíveis na página do IGF em <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/session-reports>.

Uma lista completa dos workshops, fóruns abertos e outras sessões também se encontra no Anexo 5.1 deste Sumário do Presidente.

3.1 Estatísticas sobre a Participação

- 2.403 participantes presenciais
- 1.291 participantes remotos
- 144 países representados
- 135 sessões
- 14 pré-eventos

As mensagens pelo *Twitter* utilizando a *hashtag* #IGF2014 alcançaram mais de quatro milhões de pessoas por dia.

Participação Presencial por Região		Participação Presencial por Setor	
África	190	Sociedade Civil	779
Ásia-Pacífico	405	Governo	571
Europa Oriental	133	Organizações Intergovernamentais	96
País Sede	745	Setor Privado	581
América Latina e Caribe	150	Comunidade Técnica	266
Europa Ocidental e Outros	780	Mídia	110

3.2 Sessões Principais

DIA 1

Preparando o Cenário: Ideias e Debates por Tópico Relacionados aos Subtemas do IGF 2014

Na manhã do primeiro dia, logo após a sessão de orientação, os participantes se reuniram para um diálogo interativo “Preparando o Cenário”, que ofereceu ideias por tópico e um debate relacionados aos temas do IGF. A sessão permitiu que os participantes revisassem o programa geral e decidissem de quais sessões gostariam de participar para obter o máximo de sua experiência no IGF. Especialistas de todos os setores forneceram uma aproximação única sobre os temas mais importantes do encontro e uma prévia das sessões principais e de outras sessões centrais que iriam acontecer.

Cerimônia de Abertura

O Sr. Thomas Gass, Secretário-Geral Adjunto para a Coordenação de Política e Assuntos Interagências do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA) da ONU abriu formalmente o nono IGF. O Sr. Gass enfatizou que o Secretário-Geral da ONU estava comprometido com o modelo multissetorial de governança da Internet defendido pelo IGF e com a sustentabilidade do Fórum a longo prazo.

O Secretário-Geral Adjunto enfatizou a importância de assegurar que a Internet global seja promotora da paz e da segurança, possibilite o desenvolvimento e garanta os direitos humanos. Num momento em que a comunidade internacional se esforça para acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 e modela a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 com foco especial no desenvolvimento sustentável, será crucial a expansão dos benefícios das TIC, através de uma Internet global, robusta e interoperável.

O Sr. Tayfun Acarer, Presidente do Conselho e Presidente da Autoridade de Tecnologias de Informação e Comunicação (ICTA) da República da Turquia expressou seu contentamento pela oportunidade de sediar o nono IGF em Istambul e ressaltou a importância de facilitar o acesso aos recursos informativos para ajudar na superação da exclusão digital.

Sua Excelência, o Sr. Lütü Elvan, Ministro dos Transportes, Assuntos Marítimos e Comunicações da República da Turquia,

assumiu o papel de Presidente do encontro, deu as boas-vindas a todos os participantes e explicou que com mais de 61 milhões de usuários da Internet e mais de 71 milhões de assinaturas de celulares na Turquia, o governo turco se orgulha do que já foi alcançado no sentido de facilitar o acesso a tantos cidadãos em um curto período de tempo. Sua Excelência, o Sr. Elvan, também sugeriu que uma “Declaração Universal da Internet” seja preparada, seguindo o modelo multissetorial, e apresentada como um resultado adicional concreto do IGF. Depois de seu discurso, Sua Excelência, o Sr. Elvan transmitiu seu papel de Presidente ao Sr. Acarer.

Sessão de Abertura

O IGF possui um papel vital no endereçamento das questões-chave da governança da Internet. Muitos palestrantes da Sessão de Abertura notaram que houve uma grande evolução no cenário mais amplo da governança da Internet desde o oitavo encontro do IGF em Bali. A confluência dos eventos atuais e o grande número de reuniões de alto nível no calendário fazem, potencialmente, de 2014 um momento seminal para o futuro das políticas internacionais de Internet e TIC, com o IGF se encontra no epicentro destes importantes debates de políticas.

Sua Excelência o Sr. Lütü Elvan, Ministro dos Transportes, Assuntos Marítimos e Comunicações da Turquia, destacou que desde o primeiro IGF muitas coisas haviam mudado no setor de telecomunicações e muitos avanços haviam sido alcançados. O IGF continua a servir como uma plataforma única e de valor inestimável para a discussão, tanto de questões persistentes quanto emergentes referentes à governança da Internet.

Muitos palestrantes fizeram um apelo urgente pelo fortalecimento do IGF e pelo provimento de maior sustentabilidade financeira e política ao Fórum, de forma a salvaguardar o progresso que já foi alcançado na criação de um ecossistema onde a Internet possa continuar a florescer no futuro.

Existem oportunidades significativas de avançar na globalização e fortalecer a cooperação internacional multissetorial. A Internet é um espaço econômico e social multifacetado que se tornou o sistema nervoso central da sociedade da informação. Debates da maior importância sobre políticas estão acontecendo ao redor de temas como neutralidade de rede, proteção de dados,

big data e a proteção das crianças no ambiente *on-line*. A economia da Internet está contribuindo com 5% a 9% do crescimento econômico total em mercados em desenvolvimento e com 15% a 25% ao ano em mercados mais desenvolvidos.

O enorme impacto da Internet no crescimento econômico torna crítico que políticas e práticas sejam adotadas e implantadas para garantir sua viabilidade futura. Foi dito por muitos que o nono IGF, portanto, não poderia ocorrer em um momento mais propício, uma vez que a abordagem multissetorial – que congrega sobre o mesmo patamar formuladores de políticas públicas governamentais, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e especialistas em Internet – pode efetivamente contribuir com a superação dos atuais desafios e preservar o futuro da Internet.

O Sr. Virgílio Fernandes Almeida, Secretário Nacional de Políticas de Informática no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, convidou todos os participantes para o décimo IGF em 2015, que será sediado pelo Brasil, e destacou que o IGF opera como uma plataforma única e valiosa para a discussão de uma ampla gama de questões de governança da Internet. Ele enfatizou que o IGF havia provado sua relevância ao levantar questões de políticas sobre governança da Internet e reiterou a necessidade de fortalecer o Fórum e lhe oferecer sustentabilidade financeira e política.

DIA 2

Políticas Facilitadoras de Acesso, Crescimento e Desenvolvimento na Internet

Contexto:

Havia um bilhão de usuários quando a Agenda Túnis foi adotada em 2005. Nove anos depois existem cerca de sete bilhões de assinaturas de celulares e aproximadamente três bilhões de usuários da Internet. O acesso domiciliar à Internet se encontra perto da universalização em países desenvolvidos, mas em somente 31% nos países em desenvolvimento. O acesso público à Internet, o compartilhamento da infraestrutura e o acesso como um direito humano para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência são questões críticas que necessitam da atenção global.

Sumário:

A sessão discutiu o crescimento econômico da Internet a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento e políticas para maximizar os benefícios advindos do uso global da Internet. A

sessão ressaltou o imenso impacto que a penetração da Internet pode ter no crescimento e no desenvolvimento e a urgência de trabalhar colaborativamente no sentido de superar a exclusão digital, uma vez que cerca de 60% da população mundial ainda não possui acesso à Internet e somente 44% das residências em todo o mundo estão conectadas.

Um dos principais objetivos da sessão foi fortalecer o conhecimento da agenda do IGF trazendo experiências diversas, especialmente de países em desenvolvimento, de políticas bem-sucedidas para o acesso e aprendizados sobre como a conexão à Internet impulsiona o crescimento e o desenvolvimento em países em desenvolvimento, especialmente para mulheres, jovens e grupos marginalizados.

A sessão teve um formato de mesa redonda e convidou 22 palestrantes, dos quais 13 eram provenientes de países em desenvolvimento e dois de organizações internacionais. Foi observado que quase a metade dos participantes era composta de mulheres.

Os destaques da discussão interativa incluíram:

- Muitos ressaltaram que as preocupações quanto ao acesso à Internet e a inclusão vão além de questões de conectividade e infraestrutura, mas abrangem o papel da inclusão social no debate, inclusive dos usuários com deficiência e grupos marginalizados.
- Um palestrante observou que existe uma relação importante e complexa entre acesso às redes, desenvolvimento de conteúdos locais e fluxos de conhecimento das informações. Essa afirmação foi ecoada em comentários da plateia, que reconheceu existir uma forte correlação entre o crescimento do conteúdo local e o desenvolvimento da infraestrutura da rede e que políticas de governo aberto e dados abertos ao redor do mundo fornecem exemplos contundentes sobre como os desenvolvedores da arena pública são capazes de alavancar o público para gerar novos serviços na sociedade da informação. Também foi comentado que a disponibilidade de conteúdo local é um impulsionador chave para a adoção da Internet. A necessidade de dar maior ênfase ao multilinguismo *on-line* também foi reconhecida pelo painel.
- Os participantes reconheceram o valor de sistemas educacionais coesos como portadores das habilidades apropriadas desde o nível primário como, por exemplo, a programação.

- Foi acordado por muitos dos participantes do painel que ampliar as discussões sobre governança da Internet qualificaria outros setores e empoderaria o modelo multissetorial. Isso incluiria encontrar maneiras de envolver empresas pequenas e locais na discussão de políticas. Afirmou-se que isso auxiliaria na inclusão ao ecossistema e ao mesmo tempo empoderaria essas entidades. Um palestrante também mencionou que o empoderamento da juventude no debate de elaboração de políticas é imperativo para estimular o desenvolvimento econômico e social.
- Foi mencionada a importância da padronização dos modos como são medidos os níveis de acesso. Argumentou-se que há muitas formas diferentes de fazê-lo e foram apresentadas visões favoráveis à maior padronização e maior sensibilidade aos contextos locais. Foi sugerido que uma das tarefas a ser levada da sessão seria trabalhar mais na análise das diferentes metodologias para o cálculo dos níveis de acesso e dar maior transparência a tais debates.
- As competências digitais e a alfabetização midiática e informacional foram entendidas por muitos participantes como essenciais para o crescimento da Internet. Foi mencionado que políticas de integração das competências digitais e de alfabetização midiática nos sistemas formais, informais e de aprendizagem ao longo da vida eram partes integrantes do crescimento.
- Houve um acordo de que o envolvimento dos governos na promoção e no suporte à expansão da infraestrutura por meio do planejamento era imperativo; no entanto, surgiram opiniões divergentes sobre como a implementação desses planos deveria ser monitorada.

Neutralidade de Rede: Rumo a uma Compreensão Comum de uma Questão Complexa

Contexto:

A neutralidade de rede foi um dos temas mais polêmicos, como também havia ocorrido durante o NETmundial em abril de 2014. Naquele encontro, houve “visões divergentes sobre a inclusão ou não deste termo específico como um princípio nos resultados”. No entanto, os participantes do NETmundial concordaram sobre a necessidade de continuar o debate sobre a neutralidade de rede e recomendaram que tal discussão fosse “tratada em fó-

runs como o IGF”. A Declaração Multissetorial do NETmundial desenvolveu um marco útil para as futuras discussões sobre o tema: “Neutralidade da Rede: [...] É importante que continuemos a discussão da Internet Aberta, incluindo como habilitar a liberdade de expressão, a competição, a liberdade de escolha do consumidor, a transparência significativa e a administração apropriada da rede, e recomendar que isso seja considerado em fóruns tais como o próximo IGF.”¹

Sumário:

A sessão analisou a questão a partir de diversas perspectivas – técnica, econômica, social e de direitos humanos, assim como duas perspectivas transversais, a de desenvolvimento e a regulatória. As discussões mostraram que todas essas questões estão interligadas e são multifacetadas. Dadas as diferenças entre as perspectivas dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, houve uma percepção de que a busca por uma política única não seria a melhor maneira de proceder globalmente. Mesmo que tenha havido uma divergência de visões em muitos assuntos – tais como o conceito de gerenciamento apropriado da rede, o impacto sobre a inovação ou o *zero-rating* –, também houve convergência sobre a importância de melhorar a experiência dos usuários ou a necessidade evitar o bloqueio de conteúdos legais.

O primeiro segmento da sessão explorou os aspectos técnicos da neutralidade de rede. Os debatedores falaram sobre a crescente complexidade técnica da neutralidade de rede como introdução da questão. Os palestrantes exploraram conceitos de gerenciamento de rede, Internet aberta e de legislação de carregadores comuns². No entanto, dada a diversidade geográfica e as diferentes perspectivas dos debatedores, prevaleceu o desacordo sobre definições e prioridades. Ao longo do segmento, tornou-se evidente que o aspecto técnico da neutralidade da rede está entrelaçado com a natureza econômica e social do tema, trazendo desafios para a separação dos temas. Ao final, houve uma ênfase

1 Nota dos editores: tradução de acordo com o texto oficial da Declaração Multissetorial do NETmundial, publicada no Cadernos CGI.br Referências n. 2. Disponível em <<http://cgi.br/publicacao/cadernos-cgi-br-declaracao-multissetorial-do-netmundial/>>. Acessado em 30 de agosto de 2017.

2 Nota dos editores: segundo Joseph Straubhaar e Robert Larose, no livro Comunicação, Mídia e Tecnologia, a telegrafia e telefonia são comumente entendidas como “carregadores comuns” ou *common carriers*, pois carregam quaisquer mensagens que outros quisessem enviar.

sobre a necessidade de se atingir um entendimento comum de certos conceitos, enquanto sugestões foram feitas de que os reguladores deveriam mirar “regras ágeis”, que sejam flexíveis para ações futuras e circunstâncias imprevistas.

O segundo segmento focou-se nos aspectos econômicos, o que conduziu a um debate acalorado e diverso. Muito da conversa centrou-se no equilíbrio entre a necessidade de apoiar a inovação na Internet e ao mesmo tempo ser capaz de estimular, de forma economicamente viável, o acesso e investimentos. O conceito de *zero-rating* foi intensamente discutido, com alguns palestrantes a favor da prática, enquanto outros criticaram seu uso, e as opiniões foram altamente divergentes entre as perspectivas de países em desenvolvimento e desenvolvidos. Ainda que as opiniões sobre um marco ideal para a neutralidade de rede que visasse intensificar as implicações econômicas da Internet tenham, em grande parte, permanecido divididas, os participantes compartilharam a percepção de que melhorar a experiência do usuário era um aspecto importante no debate.

As implicações de direitos humanos da neutralidade de rede compuseram o último segmento da sessão. Os palestrantes abriram o segmento discutindo o impacto do gerenciamento de rede sobre princípios de direitos humanos, afirmando que poderia ser pouco razoável definir o que seria um gerenciamento apropriado da rede. O bloqueio e o estrangulamento de conteúdos legais por provedores de rede foram mencionados como práticas que devem ser evitadas. Houve uma convergência na sala no sentido de que não deveria haver bloqueio ou estrangulamento de conteúdo legal e de que a transparência pode ser necessária para assegurar a proteção do usuário. Novamente, muitas abordagens distintas foram levantadas, desde questões sobre legislação até perspectivas de países em desenvolvimento.

A sessão terminou com uma análise do papel do IGF em levar a discussão adiante. O debate mostrou que o IGF era uma plataforma multissetorial genuína e um local apropriado para a reflexão sobre esse assunto complexo a partir de diferentes perspectivas. A Coalizão Dinâmica sobre a Neutralidade da Rede continuará as discussões até o encontro do IGF em 2015, mas houve visões em favor do desenvolvimento de um processo que permitisse a toda a comunidade do IGF sopesar e validar os resultados da Coalizão Dinâmica.

DIA 3

A Evolução do Ecossistema da Governança da Internet e o Papel do IGF

Contexto:

Conforme a Internet continua a crescer e seus benefícios alcançam cada vez mais pessoas, mais atores vêm se envolvendo nos debates sobre sua governança, visando tratar de suas preocupações sobre o uso e o potencial mau uso da Internet. Organizações existentes, tais como as agências da ONU, sob solicitação dos governos, examinam seus papéis no que se refere a questões relativas à Internet, enquanto organizações mais recentes que seguem um modelo de governança *bottom-up*, tais como a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), agora coexistem junto às organizações intergovernamentais. Além disso, desde 2006, o IGF tem sido a plataforma onde diferentes atores podem se reunir em pé de igualdade, discutir, trocar ideias e compartilhar as melhores práticas entre si. Essa sessão principal foi planejada em um momento importante das discussões sobre a governança da Internet, com diversas reuniões relacionadas à governança da Internet sendo realizadas ao longo de 2013 e 2014 e o mandato do IGF previsto para expirar em 2015.

Sumário:

Os participantes reconheceram que há crescimento no interesse pela governança da Internet desde a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, em Túnis, 2005. Em particular, eles chamaram atenção para o recente crescimento do número de IGFs nacionais e regionais e de iniciativas como o NETmundial como exemplos do crescente interesse por questões trazidas pela Internet. Um dos participantes observou que o NETmundial havia codificado muitos princípios para o ecossistema de governança da Internet e que este tinha a possibilidade de documentar as relações e compromissos entre as partes que estão interagindo. Outro participante declarou que a comunidade não podia dar-se ao luxo de gastar tempo com a discussão de processos de governança da Internet, mas, ao contrário, deveria entregar resultados de implementação – o multissetorialismo não poderia ser apenas um princípio a ser seguido, mas também deveria apresentar resultados. Em contraste, outro participante sugeriu que seria ingênuo acreditar que a abordagem multissetorial era o modo mais eficaz e que os governos tinham um importante papel no que se refere às políticas públicas relativas à Internet.

Um dos participantes observou que nenhuma questão técnica estava isenta de implicações de políticas públicas e, de modo similar, nenhuma política referente à Internet poderia ser cunhada sem uma compreensão mais profunda sobre as questões técnicas que fundamentam a sua infraestrutura. O NETmundial e a transição da administração da Autoridade para a Atribuição de Números da Internet (IANA) foram percebidos como sinais de que a governança da Internet havia alcançado um momento crucial em seu desenvolvimento. Um palestrante relatou que, mesmo que imperfeito, o NETmundial havia sido um dos formatos de governança da Internet mais abertos que ele já havia testemunhado e o desafio era encaminhar os resultados de tais discussões para dentro dos processos políticos mais amplos em pé de igualdade.

O fato de que o ecossistema da Internet é descentralizado foi explicado como uma consequência da natureza da Internet em si. Além disso, as questões que a Internet gera são, em si, descentralizadas. Foi observado que esse ecossistema descentralizado era necessário para assegurar que qualquer governança, ideias ou estruturas garantiriam que a Internet e sua governança pudessem ser expandidas para incluir áreas e pessoas que não estavam presentes até então. Em resposta, outro participante observou que o desafio enfrentado atualmente pela governança da Internet era similar ao enfrentado durante o processo da CMSI (2003-2005): como assegurar que a constelação de atores e fóruns possa trabalhar em conjunto e se beneficiar ainda mais deste contato mútuo? Foi mencionado que enquanto havia cerca de 2.400 pessoas em Istambul, bilhões de pessoas ainda não estavam na mesa, particularmente de países em desenvolvimento e que esses atores precisavam ser capazes de contribuir. Houve também ampla concordância de que todos os grupos setoriais possuíam um importante papel na governança da Internet.

Também foi mencionado que era importante assegurar que a Internet permanecesse evoluindo e crescendo e que o próximo inovador ainda não nascido deveria ter a oportunidade de utilizar esse grande invento da humanidade. A globalização da Internet foi um dos temas levantados, com um dos participantes sugerindo que a natureza transfronteiriça da Internet estava provocando sérias ramificações geopolíticas, tanto que alguns estados buscavam se “proteger” da Internet por razões políticas e econômicas. Para tratar de tais receios, prosseguiu o participante, era importante garantir que os mecanismos de governança da Internet fossem verdadeiramente globais.

Um palestrante mencionou que muitas das discussões referentes à governança da Internet que estavam em curso, como a CMSI+10, o Fórum Mundial de Políticas de Telecomunicações (WTPF) e o IGF estavam também contribuindo, cada qual a seu modo, para o avanço das discussões sobre governança da Internet e para aprimorar o entendimento de todos os atores envolvidos.

Ao resumir esta parte do debate, um dos moderadores concluiu que as discussões deixavam claro que a governança da Internet era de uma zona mais cinza do que preta ou branca e que a evolução era de fato necessária, mas não a revolução.

Um representante de uma agência da ONU declarou que considera o IGF um dos resultados mais importantes da CMSI. Outro representante de um país em desenvolvimento, que participava pela primeira vez, relatou estar impressionado com a natureza aberta do IGF, com nenhuma barreira para a entrada e a expressão aberta de opiniões por todos. Um palestrante declarou que os IGFs nacionais e regionais eram vistos como importantes movimentos de base que permitiam às comunidades locais discutir questões de governança da Internet mais próximas a elas. Também foi observado que, mesmo sendo importante que questões de governança da Internet fossem discutidas localmente, era essencial que os temas retornassem ao IGF global para a realização das discussões entre regiões. Um exemplo de onde esse formato de discussão local e global estava funcionando bem era o debate sobre neutralidade de rede, que estava sendo realizado no IGF 2014 e seria retomado no ano seguinte. O mesmo palestrante observou que os pontos nos quais o IGF ainda não havia sido capaz de produzir um impacto significativo até então eram relacionados a temas sensíveis, como vigilância, censura, bloqueio e filtragem.

Um representante governamental declarou que o IGF era uma importante “loja de conveniências” para os atores que não tinham a oportunidade de participar de muitas das discussões sobre governança da Internet que ocorriam todos os anos. Outro representante governamental sugeriu que, depois de nove anos de discussões no IGF, já era hora de pensar em implementação.

Com relação às formas de evoluir no IGF, mais de um participante reivindicou uma previsão orçamentaria regular da ONU para financiar o IGF, a fim de que o Fórum pudesse alcançar ainda mais. Outro participante encorajou o IGF a começar a fazer recomendações sobre questões de governança da Internet. No entanto, outro participante sugeriu que os resultados negociados

seriam a “morte do IGF” e que em lugar de “digladiar-se sobre a colocação de uma vírgula” era mais importante que o IGF facilitasse a tomada de decisões bem informada.

Um representante da sociedade civil encorajou os participantes do IGF a juntarem-se a uma iniciativa para enviar uma declaração à ONU encorajando a Assembleia Geral a renovar o mandato do IGF (para mais informações, ver Sessão 2, “Do Diálogo à Ação”, deste Sumário do Presidente).

Um dos moderadores da sessão fez o encerramento, observando que os termos-chave que haviam sido utilizados na discussão sobre o IGF haviam sido: abertura, prestação de contas, compartilhamento de ideias, compreensão, inclusão, pé de igualdade, concessão, capacitação, melhores práticas, educação e documento de resultados. Ele encorajou todos a contribuírem com as preparações para o IGF 2015.

Caminho Adiante:

- Houve uma sugestão de estender o conhecimento, a experiência e a paixão sobre a Internet e como ela é governada até outras comunidades e desta forma encorajá-las a se engajarem na governança da Internet.
- Surgiu uma sugestão de levar a aprendizagem capturada pelos IGFs de volta a outros fóruns que discutem questões de governança da Internet.
- Um número de participantes salientou a importância dos IGFs regionais e nacionais tanto por fortalecer o IGF quanto por encorajar mais atores a participar da governança da Internet.
- Houve um forte consenso de que o mandato do IGF deveria ser renovado para além de 2015.
- Foi sugerido que deve haver um financiamento estável e sustentável para o IGF.
- Um palestrante sugeriu um caminho adiante para o trabalho intersessional do IGF: que uma ou duas questões-chaves para a governança da Internet que estejam em um estado razoável de maturidade sejam selecionadas para serem trabalhadas em paralelo com a consulta aberta do IGF em 2015 e posteriormente levadas ao encontro do Fórum no Brasil.
- Um participante sugeriu que, além do MAG do IGF – centrado na preparação para o encontro –, seria útil a instalação de um “conselho multissetorial” ou comitê gestor, que se focasse nos resultados do IGF.

Dia 4

Funções IANA: A Transição da Supervisão da NTIA e o Processo de Tomada e Prestação de Contas da ICANN

Contexto:

Essa sessão temática foi uma resposta a dois avanços ocorridos na primeira metade de 2014: 1) o anúncio da Administração Nacional de Telecomunicações e Informação dos Estados Unidos (NTIA), em março de 2014, sobre a transição da administração das funções da IANA para a comunidade multissetorial global; e 2) motivada por esse anúncio, uma chamada de muitos participantes da comunidade da ICANN por examinar a sua prestação de contas na ausência de sua histórica relação contratual com o governo dos Estados Unidos. Ambos os assuntos também surgiram na Declaração Multissetorial do NETmundial como questões relevantes para o ecossistema mais amplo da governança da Internet. O objetivo da sessão foi ajudar os participantes a obter um melhor entendimento desses dois processos inter-relacionados, da transição da administração da IANA e da tomada e prestação de contas da ICANN.

Sumário:

A sessão teve início com um panorama das três principais funções da IANA, a administração de:

- Parâmetros do protocolo IP;
- Endereços da Internet;
- Nomes de Domínio.

Foi observado que as políticas para esses recursos não eram desenvolvidas pela IANA e que a administração da IANA envolvia a verificação de que os procedimentos administrativos das funções IANA em vigor estavam sendo corretamente seguidos. No entanto, nem todos os participantes concordaram que a transição da administração deveria limitar-se a um foco estreito na substituição do papel de administração da NTIA; alguns acreditavam que o processo de transição também poderia examinar as questões ao redor do papel da NTIA, que seria afetado pela sua retirada da administração; como, por exemplo, a capacidade da NTIA de conceder o contrato da IANA.

Membros do Grupo de Coordenação da Transição IANA (ICG) – um grupo de representantes de uma grande variedade de comunidades interessada na IANA – explicaram que estariam trabalhando para agrupar as propostas desenvolvidas pela comunidade com algum interesse na IANA em um único documento a ser então

enviado à NTIA, delineando como a sua administração poderia ser substituída por um modelo multissetorial global. O ICG planeja receber propostas dos diferentes setores da comunidade até dezembro de 2014, com o intuito de ter o novo mecanismo de administração, acordado por toda a comunidade e aceito pela NTIA, vigente antes de setembro de 2015, data da renovação do contrato da IANA. Também foi observado que havia uma tensão em conciliar a relativa lentidão de um processo multissetorial de desenvolvimento de uma proposta e o desejo de ter o modelo de substituição da administração vigente antes de que terminasse o termo atual de administração com os Estados Unidos. Foi relatado que algumas comunidades já haviam começado a trabalhar no desenvolvimento de propostas para um modelo de administração da IANA pós-NTIA.

Foi explicado que alguns estavam preocupados com a possibilidade de que no momento em que a NTIA não tivesse mais autoridade para redesignar o contrato da IANA, futuros membros do Conselho Diretor da ICANN poderiam ultrapassar seus limites. A Afirmação de Compromissos e o Estatuto da ICANN haviam sido propostos como soluções possíveis para evitar tais riscos, mas a Afirmação poderia ser cancelada sob notificação por qualquer uma das partes – ICANN ou NTIA – e o Conselho Diretor poderia alterar o Estatuto. Houve, portanto, discussões – ainda em andamento – sobre as formas de encontrar caminhos para melhorar a prestação de contas da ICANN.

Foi percebido que um dos objetivos finais do processo de prestação de contas deveria ser a melhoria da percepção da legitimidade da ICANN, particularmente por aqueles que não tomam parte das discussões da ICANN. Houve também uma sugestão de que, ainda que seja crucial tratar da questão da prestação de contas da ICANN em termos da efetividade que isso poderia ter em um modelo de administração pós-NTIA, era importante também analisar tendo ao mesmo tempo em conta o panorama mais amplo de prestação de contas por parte da ICANN. A possibilidade de um órgão de supervisão que monitoraria a prestação de contas da ICANN foi levantada, acompanhada de perguntas sobre como tal órgão, por sua vez, prestaria contas de suas próprias ações. Outro participante observou que dada a contínua evolução da ICANN, seu marco de prestação de contas também estaria em constante evolução, e que buscar um marco de prestação de contas perfeito – e estático – era pouco realista.

Caminho Adiante/ Recomendações:

- O processo para o desenvolvimento de uma proposta de transição da administração da IANA precisa estar consciente da importância de manter a segurança, estabilidade e resiliência da Internet.
- Os participantes do IGF foram encorajados a participar diretamente das diversas comunidades da ICANN o mais brevemente possível, de forma a auxiliar no desenvolvimento de propostas para a transição da administração da IANA.
- Foi mencionado que um processo verdadeiramente multissetorial para o desenvolvimento de um novo modelo para a IANA poderia edificar a confiança no modelo multissetorial de governança da Internet.
- Houve uma sugestão de esclarecer onde exatamente convergem ou divergem a prestação de contas com respeito à transição da administração da IANA e a prestação de contas mais ampla da ICANN.

Balanço e Sessões de Microfone Aberto

A tradicional sessão de Balanço do IGF refletiu sobre os principais resultados das sessões principais do encontro. Os participantes identificaram questões que poderiam, por si só, serem levadas para o trabalho intersessional em andamento e discutiram quais as melhores formas de encaminhar esse trabalho. Foram consideradas ainda algumas outras sugestões gerais sobre o papel do IGF na evolução do ecossistema da governança da Internet.

Ressaltou-se durante essa sessão e no decorrer da semana que, enquanto a estrutura e o processo do IGF são certamente efetivos e únicos, existe uma oportunidade para fazer mais para revitalizar e fortalecer o futuro do IGF. Foi dito que a capacitação e transferência de conhecimentos possibilitados pelo IGF e iniciativas nacionais e regionais deveriam ser cada vez mais operacionais, práticas, portáteis e aplicáveis. A comunidade precisa captar melhor os ensinamentos do IGF e torná-los acessíveis e aplicáveis para um grupo maior de pessoas. Deveriam ser priorizados nos futuros IGFs estudos de caso, melhores práticas e capacitação sobre como beneficiar-se da oportunidade digital, especialmente voltados aos países em desenvolvimento.

A sessão de Balanço, junto com a sessão de Microfone Aberto, também permitiu aos participantes relatar outros grandes resultados dos workshops ou outras sessões e sugerir atividades

intersessionais a serem realizadas pela comunidade durante as preparações para o IGF 2015. Algumas dessas sugestões são detalhadas na Sessão 3.3 desse documento.

Também foi reportado que um grupo de membros do MAG despendeu algum tempo durante o encontro entrevistando os participantes com o objetivo de compreender melhor as diferentes experiências vivenciadas e como o MAG e o Secretariado do IGF poderiam melhorar essas experiências no futuro.

Sessão de Encerramento

Mantendo a tradição do IGF, diversos participantes, representando todos os setores, manifestaram-se durante a Sessão de Encerramento. Todos expressaram sua gratidão ao país anfitrião e a todos os que participaram por haverem tornado o nono IGF um sucesso. Os palestrantes reafirmaram a relevância do processo e da cooperação multissetorial e enfatizaram a importância do diálogo.

O Sr. Vyacheslav Cherkasov, Diretor Sênior de Governança e Administração Pública do Setor de Desenvolvimento de Gestão da Divisão de Gestão da UNDESA, falou em nome de seu departamento e em suas conclusões finais ressaltou a importância de que os participantes e apoiadores do IGF se aproximem de seus respectivos setores e comunidades para conscientizá-los sobre a renovação do mandato do IGF e da continuidade dos seus trabalhos.

Em sua fala final, o Presidente do nono IGF, o Sr. Tayfun Acarer, Presidente do Conselho e Presidente da Autoridade de Tecnologias de Informação e Comunicação da Turquia, reiterou a chamada de Sua Excelência Lütü Elvan, Ministro dos Transportes, Assuntos Marítimos e Comunicações da Turquia sobre uma “Declaração Universal da Internet”, expressando que os detalhes relacionados a esse importante tema precisam ser estudados assim que possível. Ele ressaltou os altos níveis de interesse e participação no nono IGF.

Dois anúncios importantes foram feitos: o representante dos Estados Unidos do México estendeu um convite a todos os participantes para que compareçam ao décimo primeiro encontro do IGF nos Estados Unidos do México em 2016, a depender da extensão do mandato do IGF. De forma verdadeiramente multissetorial, o representante do Brasil chamou ao palco o Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Sr. Hartmut Glaser, para convidar os participantes ao décimo IGF, a ser realizado entre 10 e 14 de novembro de 2015, em João Pessoa, no Brasil.

3.3 Anúncios, Lançamentos e Outros Destaques do IGF 2014

Fóruns de Melhores Práticas (BPFs)

Foram realizados Fóruns de Melhores Práticas sobre os seguintes tópicos:

- Desenvolvendo Mecanismos Multissetoriais Significativos;
- Regulação e Mitigação de Comunicações Não Solicitadas (*Spam*);
- Estabelecendo e Apoiando os CERTs para a Segurança da Internet;
- Criando um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento de Conteúdos Locais;
- Segurança e Proteção das Crianças no ambiente *on-line*.

Lições aprendidas e caminho adiante:

Os participantes discutiram durante a sessão de encerramento alguns dos problemas com o uso do termo “melhores práticas” e chegaram a um acordo de que em vez disso, daí em diante, o processo do IGF poderia usar “melhores práticas até o momento” ou “lições aprendidas até o momento”. Isso se refletirá na necessidade de o IGF em estar sempre olhando para o futuro e ser muito flexível na recomendação de melhores práticas, pois elas continuarão evoluindo em conjunto com a Internet. Também houve concordância de que para tornar o exercício mais efetivo, é necessário mais tempo e recursos para apoiar os esforços. O processo definitivamente precisa ser interativo e colaborativo, trabalhando pelo consenso, e não negociando um documento final de resultados. Finalmente, também houve acordo de que no futuro serão necessários mais esforços para compreender a situação dos países em desenvolvimento e quais tipos de práticas seriam úteis às pessoas desses países e para incluir a juventude.

Os cinco sumários executivos dos BPFs distribuídos no último dia do encontro encontram-se no Anexo 5.2 deste Sumário do Presidente.

Mesa Redonda sobre Direitos Humanos

Contexto:

Ao longo dos últimos anos, direitos humanos têm sido um tópico proeminente nas discussões do IGF. A primeira mesa redonda do Fórum sobre direitos humanos foi realizada durante o IGF de 2012, em Baku, e foi organizada pelo Quênia em parceria com a APC, a Finlândia e a Suécia. Esta segunda mesa redonda sobre o

tema, realizada no IGF 2014, congregou 47 workshops selecionados pelos organizadores que se concentraram, direta ou indiretamente, em questões de direitos humanos.

Sumário e caminho adiante:

Os participantes reuniram-se para uma mesa redonda e endossaram um documento com uma mensagem a ser levada para o painel sobre Privacidade na Era Digital do Conselho de Direitos Humanos, que ocorreria em 12 de setembro de 2014. Uma cópia da mensagem encontra-se no Anexo 5.3 deste Sumário do Presidente. Os participantes recomendaram que a sessão sobre direitos humanos fosse institucionalizada no IGF. Os participantes da mesa redonda reconheceram um impulso no debate sobre o direito à privacidade e a questão da vigilância e encorajaram a continuidade da discussão no nível das comunidades.

Foi sugerido que o IGF envie regularmente mensagens a outros órgãos que lidam com direitos humanos na Internet para que se fortaleça sua interação, não somente com o Conselho de Direitos Humanos, mas também com outros órgãos da ONU e instituições regionais.

Os participantes da mesa redonda reconheceram a maturidade das discussões sobre direitos humanos no IGF. Em particular, foram mencionados o trabalho da Coalizão Dinâmica dos Direitos e Princípios da Internet e o crescente número de workshops sobre o tema no IGF. Foi ressaltado que a maturidade das discussões no IGF havia contribuído para colocar os direitos humanos como um princípio central na Declaração Multissetorial do NETmundial. Os participantes também recomendaram a criação de um novo Fórum de Melhores Práticas no IGF, sobre o tema da proteção da privacidade na era digital. Foi proposto que, anteriormente ao IGF 2015 no Brasil, um processo intersessional poderia alcançar alguma clareza de definição, assim como capturar as boas práticas sobre a proteção da privacidade na era digital. Tal processo precisa incluir a participação dos países em desenvolvimento e fazer uso dos IGFs nacionais e regionais para garantir que ela ocorra.

Mesa Redonda dos IGFs Nacionais e Regionais

Contexto:

A sessão de 2014 sobre iniciativas nacionais e regionais do IGF foi interativa, concentrada e envolveu coordenadores e participantes das iniciativas nacionais e regionais do IGF e outros interessados ou pessoas envolvidas em tais iniciativas.

A emergência inicial destas iniciativas realmente começou após o lançamento do primeiro IGF e elas foram amplamente utilizadas, em nível nacional, para chamar à participação no IGF em si.

Algumas das iniciativas acontecerão após o nono IGF. As iniciativas nacionais e regionais do IGF são realizadas ao longo do ano.

Sumário e caminho adiante:

Ficou claro durante a sessão que há grande diversidade entre a maneira pela a qual os IGFs nacionais e regionais conduzem seus respectivos engajamentos. Uma única fórmula não poderia abarcar tal diversidade. A necessidade de trabalhar em conjunto foi reconhecida.

Também surgiram inúmeras referências ao trabalho intersessional, que poderia ser feito utilizando as iniciativas nacionais e regionais. Ficou claro que deveria haver uma maior retroalimentação entre a crescente rede de IGFs nacionais e regionais e o IGF global.

Uma série de potenciais mecanismos para aumentar os vínculos entre os IGFs nacionais e regionais e o IGF global foram discutidos, dentre os quais os seguintes:

- Encorajar e patrocinar a participação de membros do MAG nas reuniões nacionais e regionais e a atuação de membros do MAG como elos de ligação com comunidades regionais e nacionais;
- Encorajar a representação de IGFs nacionais e regionais nas Consultas Abertas do IGF e nas reuniões do MAG;
- Desenvolver e colaborar com documentos de diferentes participantes nacionais e regionais;
- Trazer Fóruns de Melhores Práticas sobre temas críticos aos IGFs nacionais e regionais;
- Facilitar a capacitação do IGF global em iniciativas nacionais e regionais;
- Patrocinar a participação de palestrantes experientes dos IGFs regionais nos IGFs nacionais;
- Criar um repositório central de palestrantes experientes em temas críticos do governança da Internet.

Potenciais projetos intersessionais que poderiam ser desenvolvidos incluem:

- Criar um grupo de trabalho sobre o impacto dos últimos 10 anos de reuniões do IGF para os IGFs nacionais e regionais.
- Desenvolver um padrão para a documentação dos sumários de cada uma das reuniões de iniciativas de IGFs nacionais e regionais e incluí-lo em um repositório central.

Reunião de Líderes de Alto Nível

O país anfitrião realizou uma reunião de alto nível sobre o tópico “Capacitação para o Desenvolvimento Econômico”. Trinta e três líderes de alto nível, incluindo um primeiro ministro adjunto, ministros e ministros adjuntos, representantes de organizações internacionais, presidentes de órgãos regulatórios, líderes de entidades da sociedade civil, setor privado e comunidade técnica falaram sobre esse importante tema.

NETmundial: Olhando para trás, Aprendendo Lições e Mapeando o Caminho Adiante

Durante esse evento de um dia inteiro de duração do NETmundial em São Paulo, uma sessão interativa buscou criar um mapa dos avanços institucionais do ecossistema global de governança da Internet. O evento também lançou o livro intitulado: *Para além do NETmundial: O mapa para os Avanços Institucionais do Ecossistema Global de Governança da Internet*.

Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet

A ISOC lançou formalmente a Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet (IGFSA). O principal objetivo da entidade é alcançar um mecanismo de financiamento estável e sustentável para contribuir com o Fundo do IGF da ONU e apoiar atividades relacionadas. Mais informações podem ser encontradas em <http://www.igfsa.org>.

Princípios Feministas da Internet

A Associação para o Progresso das Comunicações (APC) lançou o documento “Princípios Feministas da Internet” durante o pré-evento Sexo, Direitos e Governança da Internet. O documento lista 15 princípios que afirmam pontos de vista feministas acerca da Internet e dos direitos de comunicação, incluindo privacidade e vigilância, participação diversa e inclusiva no processo de tomada de decisões, tecnologias de código aberto, regulação de conteúdos sexuais e pornografia *on-line*. O rascunho dos Princípios teve início durante uma reunião global em abril de 2014 e continuou *on-line* via Twitter com a *hashtag* #ImagineaFeministInternet, nos preparativos para o IGF 2014. Subsídios e comentários de todos os setores sobre o documento são encorajados pelas autoras em <http://www.genderit.org/articles/feminist-principles-internet>.

Reunião na Prefeitura - Aprimorando a Prestação de Contas e a Governança da ICANN

Essa reunião ofereceu uma oportunidade para um diálogo aberto para tratar e esclarecer quaisquer preocupações relativas ao aprimoramento do processo de prestação de contas e a governança da ICANN.

Sessão de Informações sobre o Evento de Alto Nível CMSI+10

Essa sessão sobre o Evento de Alto Nível da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, organizado pela UIT, permitiu à comunidade do IGF aprender mais sobre os resultados do evento e suas implicações para o processo em andamento de revisão da CMSI+10 na Assembleia Geral da ONU.

Revisão de Dez Anos da CMSI do CCTD

A UNCTAD, que desempenha a função de Secretariado do CCTD, está atualmente facilitando a revisão de dez anos do progresso atingido pela implementação dos resultados da CMSI, conforme orientação do Conselho Econômico e Social. A UNCTAD encorajou os participantes do IGF a contribuírem por meio de um questionário *on-line* disponível em <http://unctad.org/en/Pages/CSTD/WSIS-10yearReview.aspx> no prazo de 15 de setembro de 2014.

Estudo Abrangente da UNESCO sobre a Internet

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura pediu aos participantes em Istambul que contribuíssem com seu estudo sobre a Internet que cobre assuntos referentes ao acesso à informação e ao conhecimento, privacidade e dimensões éticas da sociedade da informação. A UNESCO encorajou todos os participantes do IGF a contribuírem com o estudo, que estará aberto para comentários até 30 de novembro de 2014. O estudo encontra-se disponível em <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/crosscutting-priorities/unesco-internet-study>.

Declaração Africana sobre Direitos e Liberdades na Internet

A Declaração, que é uma iniciativa pan-africana de promoção de padrões de direitos humanos e princípios de abertura nos processos de elaboração de políticas sobre a Internet no continente, foi lançada no IGF 2014. O texto encontra-se disponível em <http://africaninternetrighs.org>.

Diretrizes de Acessibilidade da Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência (DCAD)

A Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência (DCAD) do Fórum de Governança da Internet aprovou e submeteu formalmente as “Diretrizes de Acessibilidade DCAD 2014: Acessibilidade e Deficiência nas reuniões do IGF”. São orientações sobre como melhorar a acessibilidade nas reuniões do IGF e eliminar barreiras sobre os participantes com deficiência. A intenção é auxiliar o Secretariado do IGF a melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência, além de encorajar e facilitar sua participação nas reuniões do IGF. O documento foi formalmente apresentado durante a sessão principal de Balanço Geral como um resultado do nono encontro do IGF. As diretrizes estão disponíveis em: <http://www.intgovforum.org/cms/documents/dynamic-coalitions/dynamic-coalition-on-accessibility-and-disability/258-igf-2014-dcad-accessibility-guidelines-final-v5/file>

Diretrizes da UIT e da UNICEF para a Indústria sobre a Proteção das Crianças *On-line*

A União Internacional de Telecomunicações e o Fundo das Nações Unidas para a Infância lançaram uma versão atualizada das Diretrizes para a Indústria sobre a Proteção das Crianças *On-line*. As diretrizes fornecem aconselhamentos sobre como a indústria de TIC pode trabalhar para ajudar a garantir a segurança das crianças durante o uso da Internet ou de quaisquer tecnologias associadas ou dispositivos que possam se conectar à rede. As diretrizes estão disponíveis em: <http://www.itu.int/en/cop/Pages/guidelines.aspx>.

4. Caminho para o IGF 2015

Baseado em uma ampla gama de discussões, com visões ao futuro que ocorreram durante a semana, o Presidente convidou o MAG do IGF para, em consulta a toda a comunidade, considerar e discutir o quanto antes algumas das questões que poderiam ser encaminhadas por meio dos trabalhos intersessionais até o IGF 2015 no Brasil. O Presidente acredita que os participantes tiveram diversas ideias para tais trabalhos, como demonstrado nas partes “do diálogo à ação” e “possíveis caminhos adiante” deste sumário. O Presidente solicitou à comunidade que considerasse concentrar as atividades intersessionais ao redor de temas da natureza de desenvolvimento.

Utilizando fóruns de melhores práticas ou outras modalidades, tal trabalho intersessional poderia ser levado adiante por meio das iniciativas nacionais e regionais do IGF, coalizões dinâmicas e outros grupos similares já existentes da estrutura do IGF.

5. Anexos

5.1 Lista de Workshops, Coalizões Dinâmicas, Fóruns Abertos e Outras Sessões

Workshops

Os workshops são projetados para explorar questões detalhadas relacionadas aos temas principais a partir de diferentes perspectivas. Como nos anos anteriores, um pré-requisito para a inclusão dos workshops no programa foi o equilíbrio de setores e pontos de vista. Detalhes sobre todos os workshops, incluindo uma listagem de documentos base e relatórios, podem ser encontrados em http://www.intgovforum.org/cms/wks2014/index.php/proposal/list_public_accepted³.

Coalizões Dinâmicas

O conceito de coalizões dinâmicas e um número de coalizões foram estabelecidos como resultado do primeiro IGF, em Atenas, 2006. Estas coalizões são grupos informais compostos de membros de vários setores que trabalham em temas específicos. A maioria das coalizões dinâmicas aceita a colaboração de qualquer pessoa interessada em contribuir para as discussões. Informações detalhadas sobre as reuniões de coalizões dinâmicas que foram realizadas durante o IGF 2014 podem ser encontradas em <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/dynamic-coalition-meetings>.

- Coalizão Dinâmica sobre Gênero e Governança da Internet
- Coalizão Dinâmica sobre Acesso Público a Bibliotecas
- Coalizão Dinâmica sobre Neutralidade de Rede
- Coalizão Dinâmica sobre Segurança das Crianças *On-Line*: “Interrompendo e Reduzindo a Disponibilidade de

³ Nota dos Editores: a versão original inclui uma lista de todos os workshops realizados que foi suprimida desta edição. A lista pode ser encontrada em <http://www.intgovforum.org/cms/wks2014/index.php/proposal/list_public_accepted>. Acessada em 4 de setembro de 2017.

Materiais de Abuso Sexual Infantil na Internet – Como a tecnologia pode ajudar?”

- Coalizão Dinâmica sobre Internet e Mudanças Climáticas
- Coalizão Dinâmica sobre Acessibilidade e Deficiência
- Coalizão Dinâmica sobre Internet das Coisas
- Coalizão Dinâmica sobre Responsabilidade das Plataformas
- Coalizão Dinâmica Direitos e Princípios na Internet: “A Carta da IRPC sobre Direitos Humanos e Princípios para a Internet: Cinco anos da Coalizão da Juventude sobre Governança da Internet “
- Coalizão Dinâmica sobre Valores Essenciais da Internet
- Coalizão Dinâmica sobre Liberdade de Expressão e Liberdade de Imprensa na Internet: “Batalha por Conteúdos Livres Gerados por Usuários”

Fóruns Abertos

Os fóruns abertos podem ser realizados por todas as organizações relevantes que lidem com governança da Internet. Os fóruns abertos se focam nas atividades da organização durante o último ano e devem assegurar tempo suficiente para perguntas e discussão. Governos também podem organizar Fóruns Abertos para apresentar suas atividades vinculadas à governança da Internet. Detalhes e informações sobre os Fóruns Abertos realizados durante o IGF 2014 podem ser encontrados em <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/open-forum-requests>.

- Fórum Aberto do Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais da ICANN (GAC)
- Fórum Aberto da Internet Society: “ISOC @IGF: Dedicada a uma Internet Aberta e Acessível”
- Fórum Aberto do Conselho da Europa: “Sua Internet, Nosso Objetivo: Orientando os Usuários da Internet sobre seus Direitos Humanos!”
- Fórum Aberto da Coalizão *Freedom On-line*: “Proteger os Direitos Humanos *On-line*”
- Fórum Aberto UNCTAD: “Consulta sobre a revisão de dez anos da CMSI do CSTD”
- Fórum Aberto UNESCO: “Consulta Multissetorial sobre o Estudo Abrangente da UNESCO sobre a Internet”
- Fórum Aberto da ICANN

- Fórum Aberto do Ministério de Ciência, TIC e Planejamento Futuro (MSIP) / Agência de Internet e Segurança da Coreia (KISA): “O Esforço da Coreia para Desenvolver o Ambiente da Internet, incluindo a implantação do IPv6”
- Fórum Aberto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): “A Economia de uma Internet Aberta”
- Fórum Aberto da UIT-UNICEF: “Lançamento das Diretrizes Revisadas para a Indústria sobre Proteção das Crianças *On-Line* pela UIT e UNICEF”
- Fórum Aberto da Fundação *World Wide Web*: “Medindo O Quê e Como: Colhendo os Efeitos da Internet que Queremos”

Sessões do País Sede

- Proteção das Crianças *On-Line*: Papéis e Responsabilidades, Melhores Práticas e Desafios
- Perspectivas sobre a Academia e a Pesquisa em Governança da Internet
- Políticas Facilitadoras da Banda Larga: Foco Especial nas OTTs e Condições Equitativas
- Modelo Nacional e Internacional de Compartilhamento de Informações em Cibersegurança e CERTs

Reuniões Paralelas

Informações detalhadas sobre as reuniões paralelas podem ser encontradas em: <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/side-meetings>

- Melhorando a Prestação de Contas e a Governança da ICANN – Reunião da Prefeitura
- Evento de Alto Nível da CMSI+10 – Sessão de Informações
- Cerimônia de Premiação da *Seed Alliance*
- Conferência de Internet de Genebra: “Um Promissor 2014 – em posição de vantagem para o decisivo 2015”
- Plataforma de Internet de Genebra: Onde a Internet se encontra com a Diplomacia
- Conselho da Europa: “Uma Perspectiva de Direitos Humanos sobre as Políticas e Procedimentos da ICANN”
- Dez Anos do Livro de Governança da Internet - 10 Mil Cópias – 10 Idiomas
- Privacidade e o Direito ao Esquecimento

- Internet e Mudanças Climáticas
- Lançamento do Relatório *GISWatch* 2014
- Reunião Aberta do Comitê Gestor Multissetorial da APrIGF
- Amigos do IGF (FoIGF)

Sessões-Relâmpago

Informações sobre as sessões-relâmpago podem ser encontradas em: <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/flash-sessions>

- Projeto Internet & Jurisdiction
- Soluções Coletivas para Superar a Exclusão Digital de Gênero

Pré-Eventos

Informações sobre os Pré-Eventos podem ser encontradas em: <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/pre-events>

- Seminário da Pré-Conferência para as Delegações Apoiadas pelo CLDP
- Intercâmbio da Liderança Colaborativa na Participação Multissetorial
- Sexo, Direitos e a Governança da Internet
- Rede Acadêmica Global de Governança da Internet (GigaNet) – 9º Simpósio Anual
- NETmundial: Olhando para Trás, Aprendendo Lições e Mapeando o caminho Adiante (incluindo o lançamento do livro *Para além do NETmundial: O mapa dos Avanços Institucionais ao Ecossistema Global de Governança da Internet*)
- Integração das Diásporas e das Pessoas Refugiadas por meio das TIC
- Consulta sobre a revisão do CCTD sobre os Dez anos da CMSI: Perspectiva Latinoamericana e Caribenha
- Associação de Apoio do IGF
- Empoderando Organizações de Base por meio dos Domínio de Primeiro Nível.NGO
- Uma Internet Segura e Sustentável e o Papel dos Setores
- Apoiando a Inovação no Desenvolvimento da Internet no Sul Global por meio da Avaliação, Pesquisa, Comunicação e Mobilização de Recursos
- O Multilinguismo Aplicado à África
- Governança na Web Social Móvel – Encontrando os Marcadores

5.2 Sumários Executivos dos Fóruns de Melhores Práticas

Os seguintes sumários executivos das atas dos eventos de Melhores Práticas na Atualidade foram incluídos:

- Regulação e Mitigação de Comunicações Não Solicitadas (*Spam*)
- Estabelecendo e Apoiando os CERTs para a Segurança da Internet
- Segurança e Proteção das Crianças no Ambiente *On-Line*
- Criando um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento de Conteúdos Locais
- Desenvolvendo mecanismos multissetoriais significativos

Fórum de Melhores Práticas: Regulação e Mitigação de Comunicações Não-Solicitadas

Sumário Executivo

Os Fóruns de Melhores Práticas do IGF buscam congregiar o conhecimento, a sabedoria e a experiência dos setores para fornecer ideias úteis a toda a comunidade da Internet. Esse fórum foca suas atividades na desafiadora questão da regulação e mitigação de comunicações não solicitadas (*spam*). Inicialmente, durante as discussões *on-line* que precederam o IGF, os participantes identificaram que o spam afeta diferentes atores de diferentes formas. De um mero incômodo, o *spam* se tornou causa de perdas financeiras significativas – por exemplo, no que se refere à congestão do tráfego na rede e à tomada de contramedidas –, levando a perdas e prejuízos substanciais e ameaçando a segurança *on-line* e *off-line* das pessoas e empresas. Isso levou a uma perda de confiança no uso da Internet e, assim, produziu perdas econômicas. Ao mesmo tempo, diferentes setores que têm um papel a cumprir na mitigação do *spam* não necessariamente se encontram e discutem como podem remediar esse problema conjuntamente.

Um repositório dos recursos relacionados a esse tópico (documentação, especialistas, iniciativas, etc.) foi disponibilizado na página do IGF⁴.

Este fórum não alcançou tanto consenso sobre os tópicos propostos. O que é importante observar é que seus participantes

4 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/170-igf-2014/best-practice-forums-2014/1892-regulation-and-mitigation-of-unwanted-communications>>. Acessado em 6 de setembro de 2017.

e outros especialistas, que estiveram engajados nos trabalhos iniciais, contribuíram com o documento inicial. Eles fizeram o esforço de apresentar o *status quo* atual e dar um passo adiante em como prosseguir com a discussão do tópico do *spam*. As sessões do IGF trouxeram novas ideias que ainda precisam de maior atenção e trabalho no processo descrito abaixo, incluindo o nome deste grupo. As contribuições foram extremamente valiosas para a continuidade do processo do grupo de *spam*. Em geral, os tópicos a seguir precisam de maiores discussões:

- **Compreensão Comum do Problema** Quanto mais alinhados estiverem os setores no que se refere aos problemas, sua seriedade e a priorização de suas resoluções, mais focado será o diálogo e mais coerentes serão os vários esforços objetivando a mitigação de comunicações não solicitadas.

- **Compreensão Comum das Soluções** O desafio aqui é a existência de uma ampla gama de possíveis soluções (técnicas, políticas, econômicas e sociais) e que cada uma delas resolve somente uma parte do problema ou um conjunto de problemas em um determinado ponto do tempo. É importante reconhecer que não existe uma “bala de prata”, mas sim uma evolução em blocos que podem ser utilizados para construir diversas soluções.

- **Compreensão dos Custos/Benefícios Comuns e Individuais** Os blocos de construção, tecnológicos, políticos, econômicos e sociais, variam em termos dos custos e benefícios que trazem individualmente e para o bem comum da Internet global. Compreender esses fatores e como eles estão alinhados com as necessidades dos governos, usuários da Internet, objetivos comerciais dos operadores de rede e outros setores, é crucial para a melhoria sustentável no tratamento das comunicações não solicitadas.

- **Habilidade de Avaliar Riscos** Uma seleção adequada das ferramentas e tratamentos depende da habilidade de avaliar riscos adequadamente, incluindo riscos a todo o ecossistema da Internet. Isso requer uma concordância quanto às métricas e dados factuais e tendências às quais estão associadas. Esses dados também são importantes para a mensuração do efeito de tais ferramentas, uma vez que tenham sido implantadas, e para o monitoramento das dinâmicas em constante evolução do ambiente em si.

• **Identificando Boas Práticas** Um panorama geral das práticas boas ou comuns dentro das comunidades envolvidas no combate ao *spam* parece estar ausente ou, pelo menos, não ser algo familiar entre tais comunidades. Identificar e/ou fazer um inventário dessas práticas e compará-las com outros setores que delas necessitam é útil no desenvolvimento de abordagens multissetoriais. Esses futuros panoramas ou listas também poderiam trazer um valor agregado aos que estão iniciando seus trabalhos de combate ao *spam* nos países em desenvolvimento.

• **A Diferença Entre o Mundo em Desenvolvimento e o Mundo Desenvolvido** É importante perceber que há uma diferença entre os desafios que cada um enfrenta. O mundo em desenvolvimento ainda precisa encontrar o seu caminho de mitigação do spam no nível mais básico. O mundo desenvolvido enfrenta o desafio de lidar com spammers profissionais e no geral maliciosos, que estão ativos e/ou usam recursos de múltiplas jurisdições.

Próximos Passos

Esse Fórum de Melhores Práticas seguirá os seguintes passos:

- O rascunho do documento sobre “*spam*” está disponível em <http://review.intgovforum.org/igf2014/>.
- A especialista Karen Mulberry (Conselheira de Políticas da ISOC) continuará a gerenciar a lista de e-mails existente e a encorajar o envio de comentários adicionais e a discussão. Encorajamos todos os setores interessados em participar nesse nível a somar-se à conversa.
- O Secretariado do IGF (Wout de Natris) continuará a monitorar a lista de e-mails. Após o término do período de comentários no documento de rascunho, ele o revisará e disponibilizará para a lista de e-mails para comentários adicionais. Esse documento será disponibilizado para o público em outubro.
- O consenso dos setores é que esta linha de ação vinculada às melhores práticas deve ser ampliada para inserir as questões em aberto que já foram identificadas e que o fórum deve voltar a se reunir no IGF de 2015 no Brasil. Durante esse intervalo, a lista de e-mails continuará a trabalhar ativamente no rascunho do documento e versões sucessivas serão disponibilizadas publicamente para comentários.

Fórum de Melhores Práticas: Estabelecendo e Apoiando Centros de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes (CERTs) para a Segurança da Internet

Os Fóruns de Melhores Práticas do IGF buscam congregar o conhecimento, a sabedoria e a experiência dos setores para fornecer ideias úteis a toda comunidade da Internet. Este Fórum concentra suas atividades sobre a desafiadora questão de estabelecer e apoiar Centros de Estudo, Resposta e Tratamento de Incidentes (CERTs) em prol da Segurança da Internet. Um repositório de recursos relacionados a este tópico (documentação, especialistas, iniciativas, etc.) foi disponibilizado na página do IGF⁵.

Logo no início do processo, ficou claro que as pessoas que estavam contribuindo estão acostumadas a trabalhar e cooperar de forma conjunta. O consenso foi alcançado sobre diversos tópicos com facilidade. Ao mesmo tempo, foi identificado ser necessário agregar outras comunidades de forma a fazê-las compreender melhor a funcionalidade e o trabalho cotidiano dos Grupos de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRTs). E isso começa pelo próprio nome: CSIRT. Isso acontece justamente pelo baixo grau de participação de outros grupos setoriais. O principal conselho dos setores do IGF, em todos os níveis, é: trabalhar a participação nesse debate.

O rascunho do documento delineia os tópicos principais que foram identificados pelo grupo e explica muitos dos termos e boas práticas existentes. Por conta disso, fazemos referência a esse documento. Os seguintes tópicos necessitam de maior atenção:

CSIRT em lugar de CERT

Para fins explicativos, este é o texto de consenso sobre o que é CSIRT:

“Um Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRT) é uma organização de serviços responsável por receber, revisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança de computadores. Seus serviços são normalmente executados por uma circunscrição definida que pode ser sua entidade-mãe, como uma organização corporativa, governamental ou educacional, uma região ou país, uma rede de pesquisa ou um cliente pago”.

⁵ Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/170-igf-2014/best-practice-forums-2014/1893-establishing-and-supporting-computer-emergency-response-teams-certs-for-internet-security>>. Acessado em 11 de setembro de 2017.

Um incidente também foi acordado como:

“Um incidente é qualquer evento adverso, real ou suspeito, em relação à segurança dos sistemas de computadores ou às redes de computadores.” (Fonte: CERT/CC CSIRT FAQ)

A distinção é importante, pois o grupo defende que o termo CSIRT deve ser utilizado em lugar do termo CERT. O nome CSIRT, resposta a incidentes, é considerado pelo grupo como um reflexo mais apropriado do trabalho realizado.

CSIRT Nacional ou CSIRT como Último Recurso (“*last resort*”)

Maior discussão é necessária sobre a definição nacional de CSIRT, assim como a definição de um “CSIRT como último recurso”. Há necessidade de um “CSIRT como último recurso” para um país, uma equipe que possa ao menos tomar algum tipo de liderança sobre um incidente, caso não haja outras partes. Isso pode ser – mas não é necessariamente – um CSIRT nacional. É importante que, especialmente os governos, compreendam que existem vários tipos distintos de CSIRTs nacionais, não há um modelo e tampouco é necessário que haja.

O Papel dos CSIRTs

Há algum papel para as equipes de CSIRT em tratar a raiz das causas de incidentes, tais como a prevenção dos cibercrimes? Essa é uma área adequada para a discussão multissetorial, por exemplo, com agências policiais.

O Custo da Participação em Comunidades CSIRT

Os custos de participação dos países em desenvolvimento na comunidade CSIRT e seus processos internacionais é um debate interessante para o futuro. Quais prioridades podem ser estabelecidas e como este tipo de trabalho pode ser financiado?

Perspectivas Multissetoriais

Existe uma necessidade clara de abrir o documento a outras comunidades para encontrar melhores formas de colaboração entre diferentes grupos setoriais.

É extremamente importante que todos os setores compreendam que o trabalho dos CSIRTs é delicado. A cooperação se baseia na confiança. A legislação não garante a confiança, ela é construída ao longo do tempo pela entrega do que é necessário. Não existe outra forma de ganhar confiança a não ser por meio de ações.

Próximos Passos:

Este Fórum de Melhores Práticas tomará as seguintes medidas:

- O rascunho do documento sobre CSIRTs está disponível em: <http://review.intgovforum.org/igf2014/>.
- Os especialistas Maarten van Hoorenbeeck (Presidente do FIRST), Adli Wahid (membro do FIRST SC) e Christine Hoepers (Gerente Geral do CERT.br) continuarão a gerenciar a lista de e-mails existente e a encorajar comentários e discussões adicionais. Encorajamos os setores interessados em participar nesse nível a somar-se à conversa.
- O Secretariado do IGF (Wout de Natris) continuará a monitorar a lista de e-mails. Após o encerramento do período de comentários ao documento, ele revisará o rascunho e o disponibilizará na lista de e-mails para comentários adicionais. Este documento será disponibilizado para o público em outubro.
- O consenso dos setores é que essa linha de ação de melhores práticas deve ser ampliada e que o fórum deve voltar a se reunir no IGF de 2015, no Brasil. Durante esse intervalo a lista de e-mails continuará a trabalhar ativamente no rascunho do documento e versões sucessivas serão disponibilizadas publicamente para comentários.

Fórum de Melhores Práticas: Proteção das Crianças On-Line

Sumário Executivo

Os Fóruns de Melhores Práticas do IGF buscam congregar o conhecimento, a sabedoria e a experiência dos setores para fornecer ideias úteis a toda comunidade da Internet⁶. Este fórum concentra suas atividades na desafiadora questão da proteção das crianças no ambiente *on-line*.

Alta Resiliência

Existe uma grande variedade de medidas e programas que constroem e melhoram a proteção das crianças *on-line*, o que inclui iniciativas como alfabetização para os meios, aconselhamento por pares e pais, tecnologias de bloqueio e iniciativas legais. Essas medidas deveriam ser selecionadas e implantadas em conjunto,

⁶ Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/170-igf-2014/best-practice-forums-2014/1895-best-practices-for-online-child-protection>>. Acessado em 25 de setembro de 2017.

de forma culturalmente apropriada e respeitosa. Essa estratégia também requer um alto grau de coordenação entre os parceiros em todos os níveis, o que demanda o desenvolvimento de canais de comunicação robustos e de confiança entre os envolvidos. Pontos de intervenção importantes incluem:

- Escolas e outros programas de educação formal;
- Amigos, família e pares;
- Tecnologia projetada por meio dos provedores de tecnologia;
- Pontos de acesso à Internet;
- Legislação e regulação do conteúdo.

Desafio Global, Medidas Locais

Cada criança cresce em um ambiente único. Mesmo que a construção da resiliência para as crianças *on-line* esteja presente globalmente, a profunda resiliência necessária depende de adaptação e variações para atender às condições locais. Fatores econômicos, culturais, religiosos e sociais combinam-se para criar desafios específicos.

Ilegal vs. Inapropriado

Conteúdos questionáveis podem ser diferenciados entre ilegais ou inadequados. Conteúdos ilegais são definidos por lei e são um tema policial e regulatório. O conteúdo inadequado é definido pela sociedade local e pelos cuidadores. Estes dois conceitos são frequentemente confundidos nas discussões sobre a proteção das crianças no ambiente *on-line* e precisam ser compreendidos separadamente.

Pesquisa

Enquanto existe uma quantidade considerável e profunda de pesquisas para orientar os legisladores no Norte global, há uma ausência de pesquisas dirigidas às necessidades de proteção das crianças *on-line* no Sul global. O Fórum reconhece esta necessidade e clama por novas pesquisas nesta área para ajudar a guiar as decisões dos legisladores.

Próximos Passos

Este Fórum de Melhores Práticas tomará as seguintes medidas:

- O rascunho do documento sobre mecanismos multissetoriais está disponível em: <http://review.intgovforum.org/igf2014/>.

- As especialistas Jacqueline Beauchere (Diretora de Segurança OnLine, Microsoft), Carla Licciardello (Ponto Focal de Proteção das Crianças *On-Line*, UIT) e Hannah Broadbent (Diretora de Políticas e Estratégia, Childnet) continuarão a gerenciar a lista de e-mails existente e a encorajar comentários e discussões adicionais. Encorajamos todos os interessados em participar nesse nível a somar-se à conversa.
- O Secretariado do IGF (John Laprise) continuará a monitorar a lista de e-mails. Após o encerramento do período de comentários ao documento, ele revisará o rascunho e o disponibilizará na lista de e-mails para comentários adicionais. Este documento será disponibilizado para o público em outubro.
- O consenso dos setores é que essa linha de ação de melhores práticas deveria integrar trabalhos relacionados da UIT, Comissão Europeia e organizações similares. Esse esforço consolidado deve ser ampliado e o fórum deve, então, voltar a se reunir no IGF de 2015, no Brasil. Durante esse intervalo, a lista de e-mails continuará a trabalhar ativamente no rascunho do documento e versões sucessivas serão disponibilizadas publicamente para comentários.

*Fórum de Melhores Práticas:
Criando um Ambiente Favorável para o
Desenvolvimento de Conteúdos Locais*

Sumário Executivo

Os Fóruns de Melhores Práticas do IGF buscam congregar o conhecimento, a sabedoria e a experiência dos setores para fornecer ideias úteis a toda a comunidade da Internet. Este fórum tem como foco a questão desafiadora da criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de conteúdos locais. Um repositório de recursos relacionados a esse tópico (documentação, especialistas, iniciativas, etc.) foi disponibilizado na página do IGF⁷.

No início da discussão *on-line*, os participantes buscaram definir o significado de “conteúdo local” e formularam a questão

⁷ Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/170-igf-2014/best-practice-forums-2014/1894-creating-an-enabling-environment-for-the-development-of-local-content>>. Acessado em 25 de setembro de 2017.

como tendo três principais áreas de preocupação: infraestrutura, legislação e usuários. Os especialistas levaram esses temas para o fórum, com os setores contribuindo com muitas ideias úteis:

Infraestrutura

Os participantes expressaram preocupações quanto ao desafio da infraestrutura local da Internet, mencionando especificamente resiliência, o tempo fora do ar devido à falta de energia elétrica e capacidade. Os usuários valorizam o acesso confiável ao conteúdo e, em muitos casos, dependem de hospedagem fora do país e aceitam a latência devido ao afunilamento do tráfego em troca de opções de hospedagem mais baratas no exterior. Eles também notaram os desafios econômicos enfrentados pelos Pontos de Troca de Tráfego (IXPs) locais, que precisam fazer o investimento inicial necessário para a melhoria da infraestrutura, mesmo estando incertos sobre a demanda para a capacidade recém criada. Os setores comerciais observaram que eles são frequentemente solicitados por países a estabelecer instalações de armazenamento em *cache* locais. Elas por vezes funcionam como centrais (*hubs*). No entanto, nem sempre é economicamente viável para as empresas criar tais instalações em todos os lugares.

Legislação

Os participantes observaram que alguns governos incentivam ativamente a produção de conteúdos locais, definindo exigências locais para hospedagem. Os governos também agem como âncoras para novos IXPs, para facilitar a infraestrutura local e aprimorar a capacidade de governo eletrônico local.

Usuários

Os participantes comentaram com mais veemência a respeito do desafio que o conteúdo local representa para os usuários. Eles reconheceram que a maior parte do conteúdo não é comercial. Também apontaram o desafio dos conteúdos multilíngues e seus metadados associados. Os participantes sugeriram que promover um padrão de metadados poderia ser uma maneira útil de viabilizar a criação e o controle dos conteúdos produzidos e disponibilizados *on-line* pelos usuários.

Os participantes também lembraram o papel especial que a cultura desempenha no conteúdo e que muitos países possuem vários idiomas. Os grupos linguísticos podem identificar simultaneamente grupos culturais, que podem se estender para além das

fronteiras nacionais e tornar desafiadora a criação de mecanismos legais para apoiá-los. Mesmo dentro de um único Estado, os diferentes grupos linguísticos podem representar círculos de pessoas com níveis diferentes de poder e influência política. Oferecer tecnologia e acesso e confiar na criatividade dos usuários pode ser a melhor maneira de permitir que todos eles se tornem criadores.

Próximos passos

Este Fórum de Melhores práticas tomará as seguintes medidas:

- O rascunho do documento sobre os mecanismos sugeridos para uso dos diversos setores está disponível em <http://review.intgovforum.org/igf2014/>.

- A especialista Susan Chalmers (Consultora em Políticas de Internet), continuará a gerenciar a lista atual de e-mails existente e a encorajar comentários e discussões adicionais. Encorajamos a todos os interessados em participar nesse nível a somar-se à conversa.

- O Secretariado do IGF (na pessoa de John Laprise) continuará a monitorar a lista de e-mails. Após o encerramento do período de comentários ao documento, ele revisará o rascunho e o disponibilizará na lista de e-mails para comentários adicionais. Este documento será disponibilizado ao público em outubro.

- O consenso dos setores é que essa linha de melhores práticas deve ser ampliada e que o fórum deve voltar a se reunir no IGF de 2015, no Brasil. Durante esse intervalo, a lista de e-mails continuará a trabalhar ativamente no rascunho do documento e versões sucessivas serão disponibilizadas publicamente para comentários.

Fórum de Melhores Práticas: Desenvolvendo Mecanismos de Participação Multissetoriais Significativos.

Sumário Executivo

Os Fóruns de Melhores Práticas do IGF buscam congregiar o conhecimento, a sabedoria e a experiência dos setores para fornecer ideias úteis a toda a comunidade da Internet. Este fórum tem como foco a desafiadora questão de desenvolver mecanismos de participação multissetoriais significativos. Um repositório de recursos relacionados a esse tópico (documentação, especialistas, iniciativas, etc.) foi disponibilizado na página do IGF⁸. Os setores contribuíram com muitas ideias úteis em uma série de áreas correlatas:

8 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/170-igf-2014/best-practice-forums-2014/1891-developing-meaningful-multistakeholder-participation-mechnisms>>.

Acessado em 26 de setembro de 2017.

Definições

Discussões significativas sobre práticas começam com a definição dos termos. Muitas partes definiram – recente e notavelmente – o multissetorialismo de diversas formas – no NETmundial. Os participantes também trouxeram suas próprias definições para discussão. A definição que será utilizada na próxima versão do documento refletirá uma síntese dessas ideias.

Outra questão chave levantada pelos participantes foi relativa à linguagem. “Multissetorialismo” é um jargão opaco para muitos. Um apelo em prol da utilização de menos jargões será atendido e aplicado na próxima versão do documento. Uma segunda questão de linguagem é o desafio permanente de acomodar as nuances e significados, explícitos e implícitos em um documento que deveria se comunicar com uma comunidade multilíngue global. A redução do jargão irá reduzir a escala deste problema também.

Setores

Os setores são os condutores ativos do multissetorialismo. As suas preocupações moldam inerentemente a natureza e o caráter de sua participação. Os participantes observaram que as relações desiguais de poder são um dos desafios mais difíceis que os setores enfrentam. Eles enfatizaram que durante uma reunião os setores podem apresentar igualdade nominal, mas essa igualdade se desfaz ao sair da mesa. A ameaça potencial do poder coercitivo entre setores desiguais ameaça a participação aberta e total. Métodos para reconhecer este problema devem ser abordados.

Os participantes também reconheceram o desafio da legitimidade, uma vez que alguns setores afetados podem não estar representados nos mecanismos multissetoriais por uma variedade de razões. O seu envolvimento levará a resultados mais bem-sucedidos e superar esse abismo é um desafio permanente. Um desafio relacionado é a coordenação dos setores que compartilham pontos de vista em comum. Habilitá-los a descobrir um ao outro aumenta a sua capacidade mútua de participação construtiva.

Finalmente, os participantes notaram o perigo e desafio dos setores que participam com a intenção de frustrar o processo multissetorial. Identificar atores de boa fé e facilitar-lhes a participação construtiva é tão crucial para o sucesso de um processo quanto identificar e lidar com atores de má-fé.

Confiança

Confiança entre os setores e no processo é fundamental para o sucesso dos mecanismos multissetoriais. Os participantes identificaram diversos fatores que contribuem para o desenvolvimento da confiança entre os setores, tais como: partilha de objetivos comuns; atenção ao processo e expectativas da reunião; garantia da consistência do processo; apoio à legitimidade do mecanismo com transparência e prestação de contas; e regularização dos processos para torná-los previsíveis e confiáveis.

Prestação de contas e transparência

Os participantes confirmaram que prestação de contas e transparência são importantes para o sucesso dos mecanismos multissetoriais. Eles também apontaram que não só um mecanismo multissetorial é responsável perante as partes envolvidas, mas que as partes envolvidas também são responsáveis perante o mecanismo. Essa dualidade na responsabilidade é um aspecto importante, porém é frequentemente negligenciada na prestação de contas.

Próximos Passos

Este Fórum de Melhores Práticas tomará as seguintes medidas:

- O rascunho do documento sobre os mecanismos multissetoriais sugeridos está disponível em <http://review.intgovforum.org/igf2014>.
- Os especialistas Avri Doria (Technicalities, dotgay LLC, APC), Bill Graham (Membro Sênior da CIGI) e George Sadowsky (Membro do Conselho Diretor, ICANN) continuarão a gerenciar a lista atual de e-mails existente e a encorajar comentários e discussões adicionais. Encorajamos a todos os interessados em participar nesse nível a somar-se à conversa.
- O Secretariado do IGF (na pessoa de John Laprise) continuará a monitorar a lista de e-mails. Após o encerramento do período de comentários ao documento, ele revisará o rascunho e o disponibilizará na lista de e-mails para comentários adicionais. Este documento será disponibilizado ao público em outubro.
- O consenso dos setores é que essa linha de melhores práticas deve ser ampliada e que o fórum deve voltar a se reunir no IGF de 2015, no Brasil. Durante esse intervalo, a lista de e-mails continuará a trabalhar ativamente no rascunho do documento e versões sucessivas serão disponibilizadas publicamente para comentários.

5.3 Recomendação à Assembleia Geral da ONU em prol de um Mandato de Tempo Indefinido para o Fórum de Governança da Internet (IGF)

A Internet está aqui para ficar. O Fórum de Governança da Internet 2014, com mais de 3.300 pessoas reunidas em Istambul e muitas mais participando remotamente, demonstrou a vontade que existe em se conectar através dos continentes e discutir os muitos desafios da governança da Internet e as oportunidades que a Internet oferece para o crescimento econômico e os benefícios sociais. Em resposta ao amplo apoio multissetorial para a continuação e o fortalecimento do IGF, muitos participantes concordaram com a necessidade de um mandato mais estável. Acreditamos que um mandato de tempo indefinido facilitaria o fortalecimento dos procedimentos do IGF, permitiria aos participantes assegurarem financiamentos de longo prazo para projetos e apoiaria o Fundo do IGF.

Em 2005, a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação solicitou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, através da Agenda de Túnis, que convocasse uma reunião para um diálogo multissetorial de políticas chamada Fórum de Governança da Internet (IGF).

O mandato do Fórum era de discutir questões de políticas públicas relativas a elementos essenciais da governança da Internet, tais como os enumerados na Agenda de Túnis, a fim de promover a sustentabilidade, a solidez, a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento da Internet para todos. O Fórum não deveria substituir arranjos, mecanismos, instituições ou organizações existentes. A intenção foi constituir um processo neutro, não duplicativo e não vinculante e não ter qualquer envolvimento com o cotidiano ou as operações técnicas da Internet.

A Agenda de Túnis também solicitou ao Secretário-Geral da ONU que examinasse “a conveniência da continuação do Fórum, em consulta formal aos participantes do mesmo, dentro do prazo de cinco anos da sua criação” e fizesse “recomendações aos membros das Nações Unidas a esse respeito”. Na sua sexagésima quinta sessão, a Assembleia Geral decidiu prorrogar o mandato do IGF, ressaltando a necessidade de aprimorá-lo “com vistas a vinculá-lo a um diálogo mais amplo sobre a governança global da Internet”.

Em sua nota sobre a continuação do Fórum em 2010, o Secretário-Geral da ONU confirmou que muitos participantes o consideraram “único e valioso” e que deveria ser preservado. É um

lugar onde governos, sociedade civil, o setor privado, a ONU e organizações internacionais constroem um entendimento comum quanto ao grande potencial da Internet.

O Secretário-Geral recomendou:

- (a) Que o mandato do Fórum de Governança da Internet fosse prorrogado por mais cinco anos;
- (b) Que a conveniência da continuação do Fórum fosse novamente considerada pelos Estados membro no contexto de uma revisão de dez anos dos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação em 2015;

O Fórum é realmente uma parte valiosa no diálogo internacional sobre questões da Internet e vale a pena preservá-lo. No entanto, o mandato rotativo de cinco anos é uma barreira para o planejamento e o investimento de longo prazo. Muitas vozes têm clamado pelo fortalecimento do IGF, mas um horizonte de planejamento mais longo é necessário para satisfazer as necessidades da comunidade multissetorial. Mesmo que maiores trabalhos ainda precisem ser realizados, algumas iniciativas para fortalecer o IGF já estão ocorrendo:

- Para atender à necessidade de financiamento sustentável, a Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet (<http://www.igfsa.org/>) foi formada durante o IGF 2014. O objetivo desta organização sem fins lucrativos é promover o financiamento sustentável do IGF;
- Um relatório detalhado sobre os sucessos deste Fórum será publicado após a conferência de 2014 em Istambul;
- Mais de 30 iniciativas de IGFs regionais e nacionais desenvolveram-se em todos os continentes, possibilitando novas formas de participação aberta e inclusiva na governança da Internet;
- Coalizões dinâmicas surgiram e produziram trabalhos substanciais sobre questões complexas. Estas iniciativas intersessionais precisam ser levadas para o próximo nível de maturidade.

Muitas dessas iniciativas colaborativas projetadas pela comunidade estão correndo o risco de se tornarem inviáveis devido à incerteza do financiamento. É por isto que estamos pedindo que o mandato seja prorrogado imediatamente, de modo que não percamos as oportunidades que estão disponíveis no presente momento.

A fim de permitir que o IGF alcance seu pleno potencial como um fórum para todos os setores na governança da Internet, nós, participantes aqui representados no IGF 2014, recomendamos uma extensão de prazo indefinido ao mandato do IGF o mais rapidamente possível.

Esta carta permanecerá aberta a assinaturas até 1º de novembro de 2014.

5.4 Mensagem ao Conselho de Direitos Humanos da ONU da Mesa Redonda dos Organizadores dos Workshops sobre a Melhoria da Confiabilidade Digital e Internet e Direitos Humanos

Os participantes do Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas (IGF) 2014 reuniram-se na sexta-feira, 5 de setembro, para refletir sobre os workshops do IGF relacionados às questões de melhoria da confiabilidade digital e da Internet e Direitos Humanos. Estamos cientes da realização da 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e do painel que irá analisar o relatório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre o Direito à Privacidade na Era Digital.

No IGF 2014, cerca de 47 dos 87 workshops trataram direta ou indiretamente do tema dos direitos humanos, sendo que privacidade, vigilância, liberdade de expressão, liberdade de associação e os direitos econômicos, culturais e sociais surgiram como principais temas. Nesse contexto, os participantes do IGF 2014 (incluindo pessoas de governos, sociedade civil, setor privado, comunidades acadêmicas e técnicas) redigiram um subsídio a ser encaminhado para o Conselho de Direitos Humanos sobre o direito à privacidade na era digital.

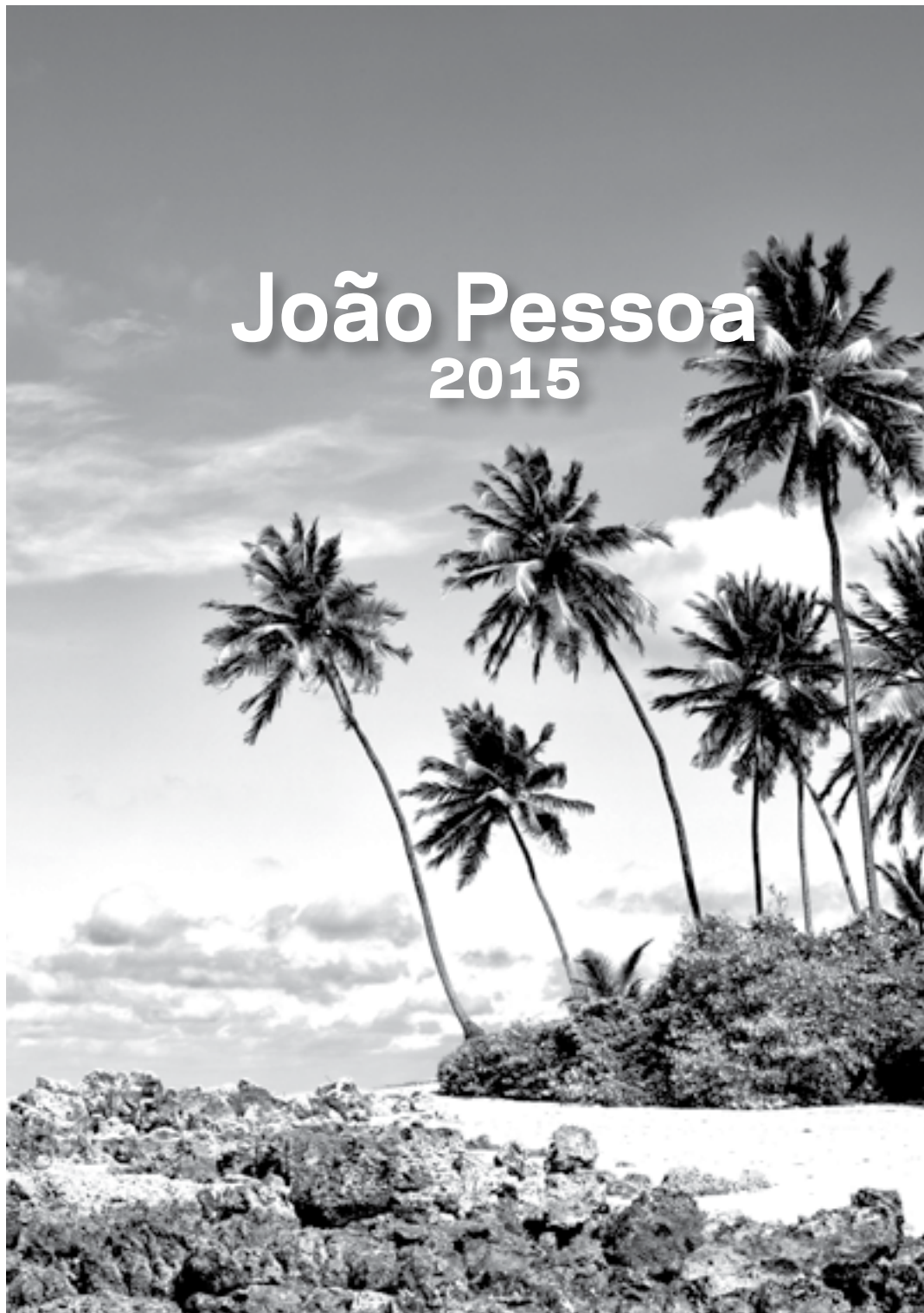
Concordamos com as seguintes mensagens-chave:

- O direito à privacidade foi uma questão temática significativa no IGF 2014, incluindo preocupações sobre violações à privacidade generalizadas, a necessidade de transparência, padrões de privacidade e procedimentos para a proteção claros e questões emergentes, como acesso à Internet móvel.
- Acreditamos que para a Internet realizar seu potencial, os direitos humanos devem ser respeitados na Internet. Notamos a contribuição que o Fórum de Governança da Internet fez para a discussão dos Direitos Humanos e o impacto da resolução 20/8 de 2012 do Conselho de Direitos Humanos, que afirmou que os mesmos direitos humanos que temos *off-line* também se aplicam *on-line*.

- Estamos de acordo com o Alto Comissariado de que o direito à privacidade está ligado a outros direitos, como o direito à liberdade de expressão, liberdade de associação, entre outros. Estamos de acordo com o Alto Comissariado de que: “Lidar efetivamente com os desafios relacionados com o direito à privacidade no contexto tecnologias de comunicação modernas exigirá um envolvimento multissetorial contínuo e concertado”.
- Nós não somente concordamos, como também incorporamos tal engajamento multissetorial por meio da nossa participação no IGF, um fórum multissetorial com mandato determinado pela ONU. Nós, portanto, concordamos que a resposta do Conselho de Direitos Humanos aos desafios atuais “deve incluir um diálogo envolvendo todos os setores, incluindo Estados membro, sociedade civil, comunidades científica e tecnológica, setor empresarial, academia e especialistas em direitos humanos”.
- Solicitamos, respeitosa e veementemente, que o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, os Membros do Conselho de Direitos Humanos, os Estados membro, os organismos regionais de direitos humanos e as instituições nacionais de direitos humanos abracem o Fórum de Governança da Internet enquanto um espaço de diálogo envolvendo todos os setores e um meio de auxiliar e informar o Escritório do Alto Comissariado.
- Convidamos o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, os Membros do Conselho para Direitos Humanos, os Estados membro, os mecanismos regionais de direitos humanos e as instituições nacionais de direitos humanos a participar do IGF 2015, que acontecerá no Brasil.

João Pessoa

2015



Sumário do Presidente do 10º Fórum de Governança da Internet (IGF)

10-13 de novembro de 2015, João Pessoa, Brasil

Sumário do Presidente¹

Sumário Executivo

A décima reunião anual do IGF aconteceu durante um momento importante, não só para o futuro da governança da Internet e do IGF no processo em curso de revisão dos progressos das conclusões da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), mas também para garantir que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a Internet irão apoiar e ajudar a viabilizar a recém-adotada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável².

A décima reunião anual do IGF foi realizada de 10 a 13 de novembro de 2015, em João Pessoa, Brasil. Mais de 2.400³ participantes inscritos provenientes de mais de 116 países participaram da reunião e outros milhares participaram de forma mais ativa *on-line*. O tema principal do IGF 2015 foi: “Evolução da Governança da Internet: Empoderando o Desenvolvimento Sustentável”.

Esse tema foi oportuno, uma vez que a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou recentemente a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e estará revendo a implementação das conclusões da CMSI em sua 70ª Sessão em dezembro. Durante o encontro de quatro dias, os debates e discussões orientados a resultados abordaram tanto oportunidades quanto desafios com relação aos seguintes subtemas: Cibersegurança e Confiança; Economia da Internet; Inclusão e Diversidade; Abertura; Fortalecimento da Cooperação Multissetorial; Internet e Direitos Humanos; Recursos Críticos da Internet e Questões Emergentes.

1 Todas as partes interessadas são incentivadas a visitar o site do IGF para obter as transcrições na íntegra de todas as sessões principais e workshops que aconteceram durante a semana no 10º IGF. O canal do YouTube do IGF também contém vídeos de todas as sessões. <<http://www.intgovforum.org>>, <<http://www.youtube.com/user/igf>>, <<https://twitter.com/intgovforum>> #IGF2015.

2 Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ARES/70/1&Lang=E>. Acessado em 5 de setembro de 2017.

3 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf-2015-attendance-statistics>>. Acessado em 5 de setembro de 2017.

Durante todo o processo preparatório e em sua reunião anual, o IGF, que exerce seu mandato dentro do escopo da Agenda de Túnis da CMSI, desempenhou um papel fundamental na facilitação de debates sobre políticas públicas relacionadas a esses temas neste momento crucial para o futuro da governança da Internet. Na qualidade de plataforma multissetorial e para viabilizar discussões construtivas sobre os desafios emergentes da governança da Internet, o IGF acolheu ao longo da semana do seu 10º encontro mais de 150 sessões e possibilitou às atividades intersessionais dirigidas pelas suas comunidades promover o trabalho colaborativo que elas vêm realizando ao longo do ano e oferecer à comunidade mais ampla do IGF a oportunidade dar subsídios sobre diversos resultados significativos.

Destaques

- O IGF 2015 foi planejado em consulta com o país sede e de acordo com a orientação do Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) do IGF. Tanto o trabalho preparatório, quanto o intersessional foram guiados por **recomendações do Grupo de Trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) sobre Melhorias ao IGF⁴**.
- Alinhado a essas recomendações, o IGF demonstrou sua capacidade de produzir **resultados tangíveis** em marcos de colaboração multissetorial. A mobilização dos benefícios inerentes à resolução de problemas por meio de uma ampla gama de perspectivas e com base em uma agenda movimentada e atraente, a comunidade do IGF se uniu esse ano em sua disposição para abordar questões complexas e trabalhar na direção de soluções concretas.
- O IGF 2015 teve mais uma vez o objetivo de possibilitar uma **maior participação** dos setores de países em desenvolvimento e de reforçar a articulação entre o crescente número de suas iniciativas Nacionais e Regionais, o IGF global e o resto do ecossistema de governança da Internet. As ideias e resultados das mais de 40 reuniões de iniciati-

⁴ Disponível em <http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/a67d65_en.pdf>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

vas Nacionais e Regionais do IGF⁵ realizadas no ano passado deram contribuições valiosas ao IGF 2015.

- Os cofacilitadores da Revisão de Alto Nível CMSI+10, Sua Eminência Sr. Janis Mazeiks, Representante Permanente da República da Letônia, e Sua Eminência Sra. Lana Zaki Nusseibeh, Representante Permanente dos Emirados Árabes Unidos, participaram do 10º IGF e relataram que as opiniões da comunidade multissetorial durante as consultas realizadas no IGF informariam a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a revisão geral da execução dos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, a ser realizada nos dias 15 e 16 de dezembro de 2015 na Sede da ONU em Nova York.
- A presença e a participação ativa do Relator Especial da ONU para a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão e do Relator Especial da ONU para o direito à privacidade na era digital enriqueceu os debates relacionados aos **direitos humanos** durante a semana. As questões sobre privacidade foram amplamente debatidas em muitos dos workshops, nos quais foi enfatizada a necessidade de reforçar a criptografia e o anonimato ao redor do mundo todo, respeitando outros direitos humanos. Diversos workshops enfatizaram a necessidade da privacidade, transparência e segurança se complementarem e não se prejudicarem entre si. Os workshops relacionados aos direitos humanos ressaltaram a importância da universalidade, indivisibilidade, interdependência e interrelação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, tanto *on-line* quanto *off-line*.
- Desde sua criação, o IGF demonstrou seu valor na área transversal de **Recursos Críticos de Internet** (CIRs, na sigla em inglês), uma vez que a comunidade do IGF conduziu discussões e debates sobre a administração dos CIRs. Com o amadurecimento do IGF, questões relacionadas aos CIRs passaram a ser abordadas sob uma perspectiva mais prática em sessões principais e em workshops técnicos e não técni-

5 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf-initiatives>>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

cos. As discussões passaram a priorizar o compartilhamento de informações e o aperfeiçoamento da capacitação mútua, abrangendo diversos interesses dentro do escopo de CIR: domínios de primeiro nível, nomes de domínio internacionalizados, o esgotamento do IPv4 e as realidades da transição para o IPv6 e o papel dos Pontos de Troca de Tráfego (IXP, na sigla em inglês). O IGF 2015 também teve discussões sobre a transição da Autoridade para Atribuição de Números da Internet (IANA) abordada nos níveis informativo e construtivo.

- O IGF mais uma vez serviu como um **nexo para as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), organizações intergovernamentais e as principais instituições que enfrentam os desafios relacionados às políticas públicas de Internet**. Durante a semana, a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CCTD) da ONU realizou uma sessão aberta sobre a revisão dos dez anos do progresso feito na implementação dos resultados da CMSI; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) organizou uma série de eventos e workshops, inclusive o lançamento da Coleção sobre Liberdade na Internet e a apresentação de um Estudo Abrangente sobre esta. A União Internacional de Telecomunicações (UIT) apresentou uma nova parceria “e>merge” e discutiu a implementação da sua Agenda Conectar 2020. Fóruns Abertos foram organizados pela Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), pelo Escritório do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos (OHCHR), pelo Conselho da Europa e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre muitos outros.

- **Grupos e iniciativas emergentes**, como a Comissão Global sobre Governança da Internet, a Iniciativa NETmundial e o Fórum Global sobre Conhecimento Cibernético realizaram sessões. A Câmara dos Deputados da Itália apresentou uma “Declaração de Direitos na Internet”; a iniciativa da “Declaração Africana de Direitos e Liberdades na Internet” foi discutida; a Universidade de Stanford realizou uma enquête deliberativa sobre o assunto multidimensional do acesso; e observatórios consolidados relacionados à governança da Internet compartilharam experiências visando colaborações futuras.

- A **participação dos jovens** foi particularmente expressiva no 10º IGF. A Coalizão Jovem em Governança da Internet desenvolveu o recurso “IGF para Iniciantes” para ajudar a familiarizar os jovens com as questões de IGF e de governança da Internet. Um programa chamado Youth @ IGF capacitou a próxima geração de líderes e aumentou a participação presencial de aproximadamente 70 jovens líderes da América Latina e do Caribe em debates durante todo o IGF.

- **Gênero, diversidade e intersectorialidade** foram temas importantes no IGF 2015, com debates relacionados apresentando de forma madura e aprofundada os tópicos de direitos humanos em diversos contextos, inclusive com crescente conhecimento sobre as disparidades e desigualdades existentes. O papel dos intermediários da Internet na proteção, promoção e defesa dos direitos humanos também foi discutido. No contexto do trabalho interseccional do IGF Conectando o Próximo Bilhão de Usuários, também ficou claro que não há mais a dúvida sobre se a Internet é um facilitador fundamental para o desenvolvimento sustentável ou não. O debate agora enfatiza a importância da qualidade e tipo de acesso e como tais fatores influenciam e promovem os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

- Outras questões importantes abordadas no IGF 2015 incluíram a **Internet das Coisas, questões jurisdicionais e comerciais, a proteção das crianças *on-line*, os direitos das pessoas que vivem com algum tipo de deficiência *on-line* e *big data*.**

- O IGF 2015 foi integralmente transmitido pela Internet e a participação interativa *on-line* enriqueceu as sessões ao longo da semana, permitindo que muitos participantes de países em desenvolvimento interagissem com aqueles presentes em João Pessoa. A **transcrição em tempo real** também foi disponibilizada para aumentar a participação global dos delegados nas salas de reuniões e ao redor do mundo. Cinquenta centros remotos conectaram participantes de países como México, Argentina, Zimbábue, Nigéria, Egito, Irã, Cuba e Nova Zelândia, para citar apenas alguns. Milhares de pessoas interessadas seguiram os procedimentos pelo Twitter (#IGF2015), fazendo com que as

discussões virtuais começassem antes do início da reunião, continuassem entre as salas de reuniões e nos intervalos ao longo da semana e durassem por muito tempo após os delegados deixarem o Brasil para retornar a seus países.

Resultados e Recomendações do 10º IGF

- Este ano o processo das “Opções de Políticas para o Programa Conectando o Próximo Bilhão de Usuários” chegou a um resultado tangível, voltado para a comunidade e *bottom-up*. O documento de compilação do resultado e o conjunto abrangente de subsídios e contribuições para o processo⁶, disponíveis na página do IGF, serão encaminhados para outros processos correlatos, como o 2º Comitê da Assembleia Geral da ONU por meio do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA), ao Conselho da UIT e à UNESCO por meio de reuniões de conselho, e essas agências serão incentivadas a divulgar tais informações da forma mais ampla possível para que os agentes públicos tomem conhecimento do trabalho.
- Os resultados⁷ dos Fóruns de Melhores Práticas (BPFs) de 2015, disponíveis na página do IGF, foram apresentados à comunidade em sessões específicas e em uma sessão principal. Os BPFs trabalharam ao longo do ano para produzir diversos resultados que já se tornaram recursos sólidos, com potencial para servir de contribuição a outros fóruns pertinentes, evoluir e se expandir ao longo do tempo nos temas: Regulação e Mitigação de Comunicações Indesejadas; Criação e Apoio a Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRT); Desenvolvimento de Mecanismos para uma Participação Multissetorial Significativa; Práticas para Combater o Abuso e Violência de Gênero *On-line* Contra Mulheres e Meninas ; Criação de um Ambiente Favorável para a Adoção do IPv6 e Viabilização de Ambientes para a Criação de IXPs Exitosos.

6 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/policy-options-for-connection-the-next-billion/cnb-outdocs>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

7 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/best-practice-forums/draft-2015-bpf-outs>>. Consultado em 5 de setembro de 2017. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

- Os participantes da sessão de coalizões dinâmicas foram convidados a fazer comentários preliminares sobre os documentos de resultados das coalizões, tanto oralmente, quanto em planilhas de classificação de ideias. Ficou acordado que os documentos estavam “em evolução” e que a discussão sobre eles continuaria, inclusive por meio de planilhas-piloto de classificação *on-line*. Houve acordo entre as coalizões dinâmicas de que haveria mérito em aumentar a colaboração entre as coalizões para desenvolver procedimentos comuns.
- O relatório das consultas realizadas no IGF sobre a revisão CMSI+10 foi encaminhado pelos cofacilitadores do processo para informar a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre a revisão geral da implementação dos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação, que acontecerá nos dias 15 e 16 de dezembro de 2015, na Sede da ONU em Nova York.
- A sessão principal sobre a Declaração NETmundial e a Evolução do Ecossistema de Governança da Internet resultou em um documento descrevendo, com exemplos, a evolução da governança da Internet nos âmbitos nacional, regional e internacional, em sequência à reunião de São Paulo, tanto com relação aos (a) princípios de governança da Internet que foram definidos pela Declaração NETmundial, quanto ao (b) roteiro da NETmundial, assim como os pontos de melhorias a serem considerados.
- Recomendou-se durante a sessão principal sobre Economia da Internet e Desenvolvimento Sustentável que os departamentos e agências da ONU, como o UNDESA, a UIT, a UNESCO e a UNCTAD, possam alimentar os resultados do IGF, no sentido de sincronizar as linhas de ação da CMSI com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) individuais.
- Os mais de 150 workshops temáticos e outras sessões realizadas ao longo da semana⁸ também irão gerar relatórios, que vão ser disponibilizados a todos na página do IGF, podendo ser usados como recursos e subsídios para outros processos relevantes.

⁸ Disponível em <<http://igf2015.intgovforum.org/>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

- As iniciativas de IGFs Regionais e Nacionais foram convidadas a considerar a possibilidade de desenvolver um tema para o trabalho intersessional, a fim de vincular as atividades substanciais dessas iniciativas ao IGF Global, mediante a renovação do mandato do IGF.

Sumário Estendido

Cerimônia de Abertura e Sessão de Abertura

O Secretário-Geral Adjunto da ONU para o Desenvolvimento Econômico, Lenni Montiel, abriu o 10º IGF com as observações do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, que preparou o terreno para a reunião, ao afirmar que:

“Há menos de dois meses, os líderes mundiais adotaram a visionária Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nosso desafio agora é implementar este plano visando um futuro melhor. As tecnologias de informação e comunicação e a Internet podem empoderar esse projeto global.”

Em uma mensagem de vídeo, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, declarou seu apoio à extensão do mandato do IGF de modo a possibilitar o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Internet. Na sequência, o Ministro das Comunicações brasileiro, André Figueiredo, assumiu a presidência da reunião. Em sua declaração, o Sr. Figueiredo lembrou aos participantes que nos países em desenvolvimento o acesso à Internet continua sendo a questão mais urgente para aqueles que ainda não estão conectados à sociedade da informação. A declaração também ressaltou que no Brasil não existe plena consciência da importância do acesso à Internet na vida das pessoas. Virgílio Almeida, coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil, enfatizou em sua declaração que a Internet do futuro deveria contribuir para melhorar a saúde, a preservação do meio ambiente e outros ODS.

As autoridades de alto escalão agradeceram ao Governo do Brasil e ao CGL.br durante a sessão de abertura por ser o único país a sediar duas vezes um IGF e elogiaram a organização geral da reunião e a calorosa hospitalidade da equipe local.

Durante a sessão de abertura, os palestrantes falaram sobre como a governança da Internet deveria evoluir e como a comunidade internacional poderia abordar as preocupações relacionadas ao aumento do uso da Internet. Outros ressaltaram que “a inovação sem permissões” e a abertura eram vitais para a

utilidade futura da Internet. Muitos concordaram que parcerias público-privadas ambiciosas eram necessárias para fazer uma real diferença para as populações desfavorecidas. O IGF, com sua ampla diversidade de visões e natureza multissetorial, oferece o espaço ideal para a elaboração de uma resposta aos desafios apresentados pela evolução da Internet.

De fato, declarações incisivas de apoio à renovação do mandato do IGF, que será decidida durante a reunião da Assembleia Geral da ONU sobre a revisão geral da CMSI em dezembro de 2015, foram feitas por vários palestrantes. Representantes de governos, entre os quais a Turquia, a Comissão Europeia, os Estados Unidos, o Japão e a China, pediram a prorrogação do mandato do IGF, reconhecendo a inestimável sinergia multissetorial que ele traz para a discussão sobre governança da Internet.

*Sessões Principais*⁹

Primeiro DIA

Consultas CMSI+10 do IGF

A sessão de consulta aberta e multissetorial CMSI+10 reuniu um grupo diversificado e inclusivo de setores em iguais condições, para tratar e comentar o Pré-Documento de Resultados da Revisão Geral da Assembleia Geral da ONU referente à Implementação dos Resultados da CMSI, recentemente publicado em 4 de novembro de 2015¹⁰.

A presença dos dois cofacilitadores do processo de revisão de Alto Nível enriqueceu as deliberações, sendo que Sua Eminência o Sr. Janis Mazeiks, Representante Permanente da República da Letônia, e Sua Eminência a Sra. Lana Zaki Nusseibeh, Representante Permanente dos Emirados Árabes Unidos, confirmaram que um relatório¹¹ sobre as consultas realizadas no IGF serviria de subsídio para a revisão de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU, marcada para os dias 17 e 18 de dezembro.

9 As transcrições na íntegra das sessões principais podem ser acessadas aqui <<http://www.intgovforum.org/cms/component/tags/tag/62-igf2015-main-sessions>>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

10 Disponível em <<http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/UNPAN95572.pdf>>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

11 O relatório resumido encaminhado aos cofacilitadores está incluído neste Sumário do Presidente.

Segundo DIA

Economia da Internet e Desenvolvimento Sustentável

Os participantes dessa abrangente sessão principal recomendaram que as deliberações sobre questões relacionadas à Economia da Internet e ao Desenvolvimento Sustentável provenientes do IGF poderiam servir como subsídios valiosos para o rascunho de documento sobre os resultados da CMSI.

Agências da ONU como UNDESA, UIT, UNESCO e UNCTAD podem alimentar os debates do IGF no sentido de sincronizar as linhas de ação da CMSI com os ODS individuais. Foi ressaltado que a Internet e as TICs podem apoiar todos os 17 ODS e que o IGF pode contribuir para permitir que os cidadãos em economias locais possam entender melhor o potencial das TICs e do acesso à Internet. Outras recomendações provenientes da sessão incluem:

- Aumentar a conscientização sobre os ODS, o IGF, os mecanismos multissetoriais e como a Internet pode ajudar a alcançar os ODS nos níveis regional e nacional, por meio de diversos setores e governos;
- Fomentar mais investimentos em inovação na Internet para atender aos ODS, tanto por meio de recursos públicos, quanto por incentivos de capital de risco, entre outros canais;
- Envolver mais pequenas e médias empresas locais em resultados localizados que atendem aos ODS, de conteúdo local a soluções que atendem diferentes ODS;
- Melhorar as políticas que abrangem o acesso, privacidade e segurança na Internet;
- Envolver mais mulheres e jovens;
- Promover o empreendedorismo na Internet;
- Estender a economia da Internet a grupos marginalizados e países menos desenvolvidos;
- Aumentar o conteúdo local;
- Expandir o compartilhamento de conhecimento, capacitação e preparação do jovem para seu futuro emprego;
- Transformar a exclusão digital em inclusão social.

Opções de Políticas e Melhores Práticas do IGF para a estratégia Conectando o Próximo Bilhão de Usuários

O trabalho intersessional sobre “Opções de Políticas Públicas para a estratégia Conectando o Próximo Bilhão de Usuários¹²” foi apresentado e discutido durante essa sessão principal sobre o trabalho intersessional de 2015. Mais de 80 contribuições de apoio foram recebidas da comunidade para esse documento, inclusive contribuições de cinco IGFs Regionais, representando a maioria das regiões do mundo (IGF da Ásia-Pacífico, IGF Árabe, IGF Africano, Diálogo Europeu sobre Governança da Internet, IGF da América Latina e Caribe), nove IGFs Nacionais e contribuições de governos, organizações intergovernamentais, sociedade civil, setor privado e comunidade empresarial, comunidade técnica, comunidade acadêmica, Fóruns de Melhores Práticas (BPFs) do IGF, Coalizões Dinâmicas e atores individuais do IGF. Os participantes concordaram que esse documento de compilação e a lista completa das contribuições de apoio poderão agora servir como um recurso sólido sobre esse importante tema e também como subsídio para outros fóruns e processos relevantes de políticas públicas de Internet em curso.

Também foram apresentados os resultados do trabalho dos Fóruns de Melhores Práticas do IGF e foi sugerido que o avanço dos trabalhos dos BPFs poderia talvez ser integrado às consultas das iniciativas Nacionais e Regionais do IGF. Os trabalhos intersessionais do IGF, inclusive os BPFs, proporcionam à comunidade de governança da Internet maneiras tangíveis para abordar os desafios e questões urgentes das políticas de Internet. As discussões decorrentes dos BPFs irão a partir de agora esclarecer os debates sobre políticas em outros fóruns. Os delegados ressaltaram que os resultados dos Fóruns de Melhores Práticas, desenvolvidos a partir de sucessivos processos e que reúnem um amplo leque de conhecimento da diversificada comunidade do IGF, demonstram os esforços desta para fortalecer o Fórum e construir consenso em torno de questões fundamentais.

12 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/policy-options-for-connection-the-next-billion/cnb-outdocs>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

Terceiro DIA

Aperfeiçoando a Cibersegurança e Construindo a Confiança Digital

A falta de confiança na Internet, um motor essencial da economia global, pode impactar negativamente a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Reconhecendo a necessidade vital de melhorar a segurança cibernética e construir confiança, essa sessão principal realizou debates valiosos com atores provenientes do governo, setor privado e sociedade civil para oferecer-lhes a oportunidade de compartilhar seus pontos de vista sobre os desafios e apresentar recomendações para abordar essas questões.

O consenso geral da sessão foi que a segurança cibernética é um problema de todos, que devem estar cientes e compreender que o mundo cibernético é potencialmente inseguro. Uma cultura de cibersegurança é necessária em diferentes níveis. Ações individuais foram incentivadas para tornar a Internet mais segura. Além disso, enfatizou-se a necessidade de uma abordagem ampla de combate aos cibercrimes e de construção de confiança, tais como a introdução de elementos de segurança no desenvolvimento de produtos e serviços cibernéticos. Os participantes também enfatizaram o papel fundamental que a educação desempenha na abordagem de questões ligadas aos cibercrimes e observaram que a ela deveria ser expandida para envolver todos os níveis da sociedade. A capacitação foi citada como um incentivo indispensável para a cibersegurança.

Houve apelos para uma maior participação multissetorial no combate aos cibercrimes. Os palestrantes da sessão concordaram que o IGF, inclusive os IGFs nacionais e regionais, se mostrou um bom processo multissetorial e colaborativo para a cibersegurança, mas ainda precisa atingir as partes ausentes do processo. O envolvimento do governo, setor privado, sociedade civil e de outros setores no tratamento da cibersegurança foi ressaltado como fundamental quanto ao compartilhamento de melhores práticas, de resultados de avaliações críticas e à identificação de normas de cibersegurança globalmente aceitas. Todos os setores devem compreender, respeitar e confiar nos conhecimentos e competências dos demais.

Diálogo sobre Zero-Rating e Neutralidade de Rede

Durante essa sessão foram manifestados muitos pontos de vista diferentes sobre a prática comercial do *zero-rating* (ZR). Serviços de *zero-rating* oferecem aos assinantes de banda larga

móvel acesso a conteúdos selecionados, sem que tal acesso gere descontos em sua franquia de dados. Na abertura da sessão, duas questões foram colocadas aos palestrantes: 1) se o ZR ajuda na conexão dos desconectados ao fornecer acesso à Internet às pessoas que não podem pagar por ela, e 2) se o ZR viola a neutralidade de rede quando não oferece acesso à “Internet completa”.

As posições ouvidas dos palestrantes especialistas e dos participantes da sessão sobre o ZR foram extremamente diversificadas. Alguns pensam que o ZR é uma violação direta à neutralidade de rede, outros nem sequer pensam que é um problema de neutralidade de rede. Os reguladores nacionais que participaram da sessão descreveram abordagens completamente diferentes para o ZR. Um terceiro tema que surgiu foi relativo à necessidade de mais pesquisa na área. A discussão também tratou de outros meios para aumentar o acesso, tais como o uso de WiFi municipal e redes comunitárias. O ZR é apenas um meio de conectar pessoas à Internet. Recomendou-se serem necessárias mais pesquisas sobre esse assunto complexo.

A sessão transmitiu visões diferentes sobre o ZR e apresentou uma discussão vibrante a respeito do tema. As contribuições dinâmicas do público participante, presente e *on-line*, demonstraram a importância de se realizar futuras sessões dedicadas a esse tópico e outros relacionados, com mais tempo para contribuições e debates sobre todos os aspectos e posições. A sessão foi definitivamente muito curta para ouvir todas as contribuições da audiência que precisavam ser ouvidas. Houve consenso quanto à necessidade de mais pesquisas sobre ZR, a serem realizadas sob diferentes pontos de vista. Fechando o círculo e retornando aos pontos apresentados na introdução: o acesso, a acessibilidade e a conscientização são dimensões importantes a se considerar em discussões políticas sobre o ZR.

Coalizões Dinâmicas do IGF (Dia 3 e Dia 4)

As coalizões dinâmicas do IGF¹³ se apresentaram em uma sessão principal no IGF pela primeira vez este ano. O Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) decidiu dedicar a sessão principal às coalizões, tanto para destacar os relatórios dos grupos, quanto abri-los para consideração por parte de todos os participantes como resultados possíveis tangíveis do IGF.

13 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/dynamiccoalitions>>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

Oito coalizões – sobre Acessibilidade e Deficiência (DCAD), Valores Centrais da Internet (DCCIV), Gênero e Governança da Internet (DCGIG), Direitos e Princípios da Internet (IRPC), Neutralidade de Rede (DCNN), Responsabilidade das Plataformas (DCPR), Acesso Público em Bibliotecas (DCPAL) e Internet das Coisas (Dicots) – ofereceram-se para apresentar seus trabalhos no primeiro segmento da sessão. Essas oito coalizões fizeram parte de um processo experimental para solicitar subsídios dos participantes por meio de “planilhas de classificação de ideias” contendo temas centrais de seus respectivos relatórios. As planilhas foram usadas para estimular o debate e a discussão durante o segundo segmento da sessão no dia seguinte. Os temas ou questões essenciais apresentados para subsídios incluíram o direito de acesso, inclusão de gênero nos processos de governança da Internet, apoio a bibliotecas como pontos públicos de acesso e definições comuns de neutralidade de rede. As planilhas de classificação foram uma inovação da sessão, usadas pela primeira vez em um ambiente do IGF.

Ademais, no segundo segmento da sessão, três novas coalizões dinâmicas – sobre Segurança das Crianças *On-line* (DCCOS), Prestação de Contas e Liberdade de Expressão *On-line* – tiveram a oportunidade de se apresentar e incentivar a participação em seus grupos nascentes.

A sugestão que emergiu das discussões foi a proposta para criar de um Grupo de Coordenação das Coalizões Dinâmicas. Essa proposta foi amplamente apoiada pelos participantes. A principal tarefa do grupo proposto seria elaborar um estatuto para todas as DCs, com princípios e regras comuns de procedimento aos quais elas concordariam em aderir, como manter listas e arquivos abertos. O Grupo também analisaria áreas de sobreposição e duplicação e buscaria criar sinergias entre as DCs.

Quarto DIA

Direitos Humanos na Internet

As discussões sobre a importância dos direitos humanos na Internet têm se tornado cada vez mais importantes no IGF. A sessão principal sobre esse tema também refletiu o crescente reconhecimento de que os direitos humanos vão além, possibilitando o acesso a várias outras dimensões que afetam a maneira como a Internet viabiliza o desenvolvimento sustentável. A

sessão mostrou que existem diversas maneiras de se aplicar os direitos humanos e que o IGF está se tornando uma plataforma cada vez mais importante para discutir essas questões amplas, quais ações de políticas são necessárias e como a comunidade IGF pode ajudar a garantir que a Internet seja utilizada para viabilizar o desenvolvimento sustentável e promover os direitos humanos globalmente.

Foram abordados temas como o discurso do ódio, a proteção de jornalistas e jornalistas cidadãos para garantir a liberdade de expressão *on-line*, a prevenção da radicalização da juventude, a proteção e a promoção da privacidade e a importância de proteger os direitos das mulheres e das comunidades LGBT *on-line* e *off-line*, tratando da questão do abuso *on-line* e da violência de gênero; bem como as responsabilidades do setor privado na promoção e proteção dos direitos humanos *on-line*. A sessão também refletiu sobre uma forma mais aprofundada de aplicar os direitos humanos, como os direitos se aplicam no contexto do “mundo real”, onde há disparidades e desigualdades, a importância dos diversos contextos ao redor do mundo e como o IGF pode ajudar a garantir que a Internet reduza as desigualdades e a discriminação globais.

A sessão priorizou três principais áreas de discussão, a saber, liberdade de expressão, privacidade e reunião; acesso, direitos humanos e desenvolvimento; e questões emergentes. Debatedores de diferentes grupos apresentaram contribuições substanciais a algumas das perguntas pré-definidas, que também foram abertas aos participantes da audiência para ampliar a discussão. Os moderadores apresentaram o quadro geral da sessão e envolveram os debatedores e participantes ativamente na conversa.

Em geral, o potencial da Internet para a viabilização dos direitos humanos foi ressaltado no contexto do crescente acesso à Internet. Com referência a outras sessões, durante a semana do IGF 2015, alguns palestrantes observaram que a reunião se caracterizou pela ênfase particular em determinados temas, como discursos perigosos e de ódio (inclusive discursos endereçados a migrantes e diferentes comunidades étnicas; comunidades de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras; mulheres; e relacionados à violência e abuso de gênero); a prevenção da radicalização da juventude e a relação entre vigilância e privacidade.

Recomendações e próximos passos

A sessão se beneficiou de uma rica discussão sobre diversos tópicos e chegou a muitos potenciais resultados e recomendações para o trabalho futuro. Entre eles se incluem:

- As discussões sobre direitos humanos *on-line* claramente reconhecem a importância particular de proteger e promover a privacidade, as crianças, as minorias, as pessoas com deficiência e as mulheres.
- No futuro, haverá necessidade de se investigar também de que forma a diversidade cultural pode ser equilibrada com o acesso no contexto da promoção dos direitos humanos e uma demanda relacionada, de apoio às necessidades dos povos indígenas em termos de custo, acesso e carências no que diz respeito à preservação cultural e linguística.
- Enfatizou-se a necessidade de incentivar e promover a confiança do usuário na tecnologia e a foi enfatizada a necessidade de educação sobre como usar plataformas *on-line* de maneira a não infringir os direitos humanos de terceiros.
- No futuro, será importante que o IGF e outras plataformas priorizem mecanismos para a aplicação local, regional e internacional de princípios e direitos humanos; e também que consultem e investiguem os precedentes jurídicos existentes. O ritmo da mudança tecnológica não pode ser usado como desculpa para omissão, porém as respostas regulatórias devem ser adotadas e implementadas com cautela.
- Há necessidade de investigar e definir com mais clareza a responsabilidade empresarial (inclusive de plataformas e intermediários) na proteção dos direitos humanos; mas as responsabilidades do Estado não devem simplesmente ser transferidas para o setor privado.
- As discussões sobre direitos humanos no âmbito do IGF também precisam ser refletidas e integradas a outros fóruns regionais e internacionais voltados para esse tema.

Declaração NETmundial e a Evolução do Ecossistema da Governança da Internet

A Declaração Multissetorial do NETmundial abrange uma ampla gama de questões sobre governança da Internet de grande relevância para o IGF. Mais especificamente, a Declaração ressaltou a necessidade de fortalecer o mandato do IGF para servir como ponto focal para a discussão de várias questões de

acordo com a Agenda de Túnis, inclusive algumas que ainda não podem ser totalmente abordadas em organizações, processos e fóruns existentes.

A sessão teve como objetivo fazer um balanço da evolução do ecossistema de governança da Internet com relação aos princípios e roteiros contidos na Declaração Multissetorial do NETmundial e avaliar o impacto atual e futuro da Declaração NETmundial em processos sobre a governança da Internet. Com base em exemplos concretos fornecidos pelos diversos setores do ecossistema que lidam com diferentes questões de governança nos níveis nacional, regional e internacional e 18 meses após a reunião de São Paulo, a sessão fez um balanço de como essas questões têm sido apresentadas pela comunidade mais ampla de governança da Internet.

Participantes da sessão de microfone aberto levantaram (presencial e remotamente) as seguintes questões:

- É necessário considerar a opinião das pessoas com deficiência, a fim de implementar as disposições da Declaração NETmundial sobre acessibilidade.
 - No contexto dessa manifestação, alguns líderes de organizações relevantes expressaram seu compromisso de informar a OCDE sobre as discussões do IGF.
- A metodologia NETmundial é definitivamente uma das principais razões de seu sucesso. Ela deve de ser estudada e usada para melhorar as metodologias aplicadas no IGF.
 - Alguns oradores reagiram a essa questão enfatizando que indícios fortes, bons argumentos e debates de alto nível fazem muita diferença para a autodeterminação da sociedade.
- Uma das questões que levaram à realização do Encontro NETmundial foi a da vigilância em massa. Atualmente, o assunto não vem sendo tratado de forma satisfatória.
 - Um especialista ressaltou que a sociedade civil tem um papel fundamental para ocupar em debates e processos de tomada de decisão sobre cibersegurança.
- A proteção à criança ainda é motivo de preocupação.
- É decepcionante haver pouca ou nenhuma menção ao Encontro NETmundial no contexto do processo da CMSI+10.
 - Alguns dos palestrantes disseram, contudo, que diferentes processos de governança costumam se ignorar uns aos outros e afirmaram que durante a

10ª edição do IGF em 2015 houve várias etapas para estabelecer uma ponte entre as discussões no IGF e o processo da CMSI+10. Eles lembraram os participantes dos esforços do Brasil para levar ao IGF os dois cofacilitadores da CMSI+10, que resultou no compromisso de levarem um resumo das consultas sobre a revisão da CMSI para a Assembleia Geral da ONU.

- Um especialista explicou que os procedimentos adotados para o Encontro NETmundial são avançados demais para serem aceitos por muitos governos. No entanto, ele estava otimista sobre a chamada “espiral de aprendizagem”, que assegura que as coisas sejam periodicamente revisadas, aumentando o nível de compreensão a cada interação.

Principais Conclusões e Caminhos a Seguir

De acordo com as discussões ocorridas na sessão principal e os indícios apresentados pelos palestrantes, é possível afirmar que, um ano e meio após a adoção da Declaração NETmundial, a governança da Internet evoluiu a fim de abranger as seguintes características:

- Os direitos humanos e os valores compartilhados se tornaram um tema permanente na agenda de trabalho de fóruns técnicos e organizações relacionadas à Internet.
- Algo que foi apenas tangencialmente mencionado durante as discussões da sessão principal é a crescente lista de atividades e trilhas que agora formam o ecossistema da governança da Internet. Além do fortalecimento dos fóruns de melhores práticas e das coalizões dinâmicas, a proliferação de eventos pré-IGFs nacionais e regionais, conforme documentado pela Secretaria do IGF (<http://bit.ly/1YuuN5h>), revela o crescente reconhecimento da natureza distribuída, descentralizada e multissetorial do ecossistema.
- Mais importante, diferentes metodologias (tais como aquelas apresentadas nas respostas da questão política número 2) foram desenvolvidas e podem, futuramente, apoiar a avaliação sobre o grau de avanço da implementação dos Princípios e Roteiro do NETmundial.

Os seguintes itens tratam das conclusões que emergiram das discussões e potenciais itens que podem ser considerados na

promoção do diálogo sobre a implementação dos Princípios e Roteiro do NETmundial. Tais conclusões e itens contribuem, em suma, para a compreensão da governança da Internet após a reunião de São Paulo:

- A Declaração NETmundial ainda é atual e valiosa em todas as suas recomendações. Além de considerar o documento como uma fonte de orientação normativa para a governança da Internet, alguns palestrantes argumentaram que o processo NETmundial vem sendo cada vez mais citado como modelo para deliberações de governança da Internet focadas em resultados (exceto, como observado, em contextos intergovernamentais). Diferentes palestrantes ressaltaram a metodologia forte e sólida que orientou o processo desde sua idealização até a conclusão.
- Havia um sentimento geral entre os palestrantes da sessão de que o IGF tem feito avanços importantes para priorizar cada vez mais os resultados, o que é coerente com as recomendações do Grupo de Trabalho da CCTD para o Aperfeiçoamento do IGF (acessível em: <http://www.unctad.info/en/CstdWG/>) e do Encontro NETmundial.
 - Alguns palestrantes ressaltaram a maturidade das discussões do IGF e elogiaram a iniciativa de realizar o programa Youth@IGF.
- O comércio internacional e a cibersegurança (e suas respectivas sobreposições com a governança da Internet) são áreas críticas para o avanço da participação multissetorial.
 - Recomendou-se que as discussões sobre cibersegurança considerassem o desenvolvimento como um direito humano fundamental.
- Havia um sentimento geral entre os palestrantes sobre a importância de promover os princípios da NETmundial em todas as trilhas e esferas que formam o ecossistema de governança da Internet. É necessário, no entanto, analisar o significado dessas proposições normativas de acordo com os diferentes contextos locais e regionais.

Cerimônia de Encerramento

O Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, presidiu a cerimônia de encerramento, que contou com as declarações finais dos

principais representantes da comunidade multissetorial IGF. Em seu discurso, o Sr. Ricardo Coutinho, governador do estado da Paraíba, elogiou os esforços organizacionais do Sr. Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br. Vários palestrantes agradeceram enormemente ao CGI.br, às autoridades governamentais regionais e federais do país sede e à equipe de apoio.

Afirmou-se que o IGF é por natureza um ambiente inclusivo, assim como os IGFs nacionais e regionais que o imitam em suas próprias circunstâncias. Os palestrantes incentivaram os delegados a fazer bom proveito de tal inclusão e continuar a buscar maior participação nos processos do IGF, principalmente de países em desenvolvimento. Ao fazer isso, foi dito que se pode ajudar a promover uma Internet aberta, que tem presenciado amplo crescimento e inovação, servido como motor para o crescimento econômico e de plataforma para a expressão de ideias, pensamentos e criatividade.

A Sra. Yolanda Martínez, Chefe da Unidade de Governo Digital da Secretaria de Administração Pública do México, em nome do Governo mexicano, ofereceu novamente seu país para sediar o 11º IGF em 2016, sujeito à renovação do mandato do IGF.

Resultados e Relatórios das Sessões do 10º IGF

O objetivo de cada programação anual do IGF é maximizar a oportunidade para um diálogo aberto e inclusivo e para a troca de ideias; tentar criar circuitos de subsídios entre os diferentes tipos de sessões; criar oportunidades para o compartilhamento de boas práticas e experiências; construir capacidades entre todos os setores; e possibilitar aos participantes presenciais e *on-line* ouvir, dialogar e aprender, assim como identificar os principais temas que poderiam, no futuro, se beneficiar da perspectiva multissetorial do IGF. A cada ano, o processo de programação se baseia em lições aprendidas nos encontros anteriores para tentar oferecer a melhor experiência aos atores do IGF.

Os **mais de 100 workshops** ocorridos ao longo da semana foram selecionados com base em avaliações e pontuação qualitativa realizadas pelo MAG juntamente com posterior análise e seleção, que se empenharam em oferecer espaço para os workshops de países em desenvolvimento e países com economias em transição, bem como de pessoas que pela primeira vez

propunham workshops, além de novos participantes do IGF¹⁴.

Os relatórios completos, com análises e recomendações voltadas a resultados de todas as sessões de workshops realizadas no IGF serão disponibilizados na página do IGF em: <http://www.intgovforum.org/cms/workshops/list-of-published-workshop-proposals>.

Os Fóruns Abertos do IGF são oportunidades para que organizações relevantes que tratam de questões relacionadas à governança da Internet apresentem e discutam de forma multissetorial suas atividades com a comunidade mais ampla do IGF.

A lista completa dos fóruns abertos realizados, assim como **os relatórios dessas importantes sessões**, podem ser acessados aqui: <http://www.intgovforum.org/cms/openforums-2015>.

Todos os outros relatórios de sessões, tais como os relatórios das reuniões das Coalizões Dinâmicas do IGF, Fóruns de Melhores Práticas e várias outras sessões realizadas ao longo da semana também poderão ser acessados na página do IGF.

Fóruns de Melhores Práticas (BPF) do IGF de 2015

Abuso e Violência de Gênero On-line Contra as Mulheres

O relatório final pode ser acessado na página do IGF.

O BPF sobre Abuso e Violência de Gênero *On-line* Contra as Mulheres explorou a natureza e potenciais definições do problema do abuso e da violência de gênero *on-line*, os diversos contextos que influenciam no surgimento do problema, a diversidade de direitos que precisam ser cuidadosamente equilibrados, a fim de enfrentar o problema e as respostas e estratégias adotadas para lidar com o problema pelos setores público e privado, grupos multissetoriais, bem como pelas comunidades e usuários.

O BPF publicou um documento inicial¹⁵ abrangente com o objetivo de avançar em soluções para esse problema multidimensional. Também incentivou contribuições e comentários sobre esse documento, tanto por e-mail quanto em uma sessão¹⁶ de 90

14 Processo de análise e avaliação de workshops, ver <<http://www.intgovforum.org/cms/workshops/mag-workshop-review-and-evaluation-process-for-igf-2015>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

15 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/documents/best-practice-forums/539-draft-jp-bpf-women>>. Acessado em 5 de setembro de 2017.

16 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6Ef_HSKW-n4>. Acessado em 5 de setembro de 2017.

minutos no IGF 2015. A sessão propiciou, para maior aprofundamento, não só uma discussão sobre as conclusões e recomendações, como também sobre as maneiras pelas quais o problema pode continuar a ser tratado. Entre os palestrantes se incluíam vários representantes de organizações intergovernamentais, sociedade civil, comunidade técnica e setor privado.

O trabalho do BPF mostrou que não há uma solução única e que é necessário realizar mais estudos para investigar com maior profundidade as inúmeras ações, causas subjacentes, diversidade e amplitude do impacto, bem como as respostas possíveis que podem ser elaboradas com relação ao problema. Algumas das principais conclusões do BPF, juntamente com as recomendações relacionadas para futuras pesquisas, incluem:

- O problema do abuso e da violência de gênero *on-line* contra as mulheres não só recebe interpretações e abordagens diferentes em diversas regiões, como também apresenta terminologias inconsistentes. É necessário mais trabalho a fim de encontrar uma definição abrangente e ao mesmo tempo flexível para a questão, que também trate das especificidades em contextos e circunstâncias relevantes.
- Ao definir e enfrentar o problema, é necessário levar em consideração a necessidade de incluir e equilibrar diversos direitos humanos; bem como considerar as desigualdades e discriminações existentes que possam afetar os modos como os direitos são protegidos e reconhecidos. Precisam ser melhor analisadas as tensões surgidas quando questões referentes a direitos e interesses conflitantes estão envolvidas (inclusive liberdade de expressão, privacidade e anonimato).
- Os esforços para desenvolver, incentivar e aplicar práticas de combate ao problema variam de forma significativa em todo o mundo. O BPF descobriu ser fundamental que todas as respostas e abordagens relacionadas à questão sejam elaboradas de forma transparente, em consulta oportuna não só com usuários atuais, mas também tendo em conta as necessidades de futuros usuários, uma vez que o acesso e uso da Internet se expande globalmente.
- Programas de conscientização e alfabetização são cruciais para incentivar a melhor compreensão do problema, juntamente com o investimento substancial em pesquisas e estatísticas sobre a incidência do problema.

O trabalho do BPF tem facilitado a participação diversificada dos setores, sendo que dessa forma ele se beneficiou de diferentes pontos de vista e perspectivas. Esse é, no entanto, apenas o primeiro passo em direção à compreensão e resposta abrangentes. Espera-se que algumas das conclusões e áreas a serem mais exploradas possam informar os debates e esforços contínuos: tanto no IGF, como plataforma fundamental para a participação multissetorial nas principais questões referentes a políticas, governança e direitos humanos na Internet, quanto em outros espaços de discussão sobre políticas.

Fóruns de Melhores Práticas do IGF de 2015

Viabilização de Ambientes para a Criação de IXPs Exitosos

1. Introdução

A viabilização de ambientes para a criação de IXPs exitosos é o tema de um dos Fóruns de Melhores Práticas (BPFs) do IGF de 2015. O BPF sobre IXPs reúne especialistas e atores em um processo aberto e colaborativo para chegar a conclusões úteis e tangíveis sobre melhores práticas. Contribuições dos setores foram coletadas nas discussões em uma lista de discussão aberta, reuniões virtuais regulares, contribuições do público por meio da plataforma de análise do IGF e durante a sessão presencial do IGF em João Pessoa.

2. Objetivo do documento do BPF

O documento de melhores práticas do BPF explica por que os IXPs são importantes e se centra em maneiras de criar ambientes que possibilitem o desenvolvimento e o avanço dos IXPs. Independente do país ou continente envolvido, as informações e exemplos fornecidos servem como base para uma estrutura flexível e útil para a criação de um ambiente que promova o sucesso e desenvolvimento de IXPs. Paralelamente, o BPF atende ao pedido de alguns países em desenvolvimento para obter mais informações sobre IXPs.

3. O que são IXPs?

A Internet é uma ampla rede de redes e cada uma delas precisa ser capaz de enviar e receber tráfego de e para qualquer outra rede. *Os pontos de troca de tráfego (IXPs) são locais físicos aos quais as redes de Internet estão conectadas em um ponto comum para a troca de dados.* A prática de trocar dados entre redes em um IXP é conhecida como *peering*, que é, na maioria dos IXPs, uma operação neutra em termos de custo.

4. Vantagens do IXP

Quando as redes locais estão trocando tráfego, o IXP pode reduzir os custos operacionais da rede, manter o tráfego local e diminuir a latência, propiciar melhor controle e mais autonomia dos recursos das próprias redes, criar uma Internet local mais estável e robusta e viabilizar a concorrência, ao facilitar a entrada de novos provedores de serviços no mercado local.

5. Os desafios para a criação IXPs exitosos

A criação de um IXP requer a identificação de pares que concorrem em configurar e executar o IXP e em investir em equipamentos, formação e capacitação. No entanto, mais de 80% do sucesso de um IXP depende da sua capacidade de criar um ambiente de confiança e cooperação entre os setores pertinentes.

Governos e entidades reguladoras podem desempenhar um papel de facilitadores ao resolver potenciais questões jurídicas e regulatórias que impedem o desenvolvimento dos IXPs, fornecer apoio inicial e assumir suas responsabilidades no desenvolvimento da infraestrutura e de um mercado competitivo saudável no país para sua conexão nacional e internacional.

6. Próximos passos

O documento final do BPF sobre IXP já está disponível na página do IGF. Embora todos os países sejam diferentes e não haja solução perfeita, os estudos de caso, as referências e os *links* para materiais possibilitam a criação de IXPs exitosos, e são uma oportunidade para fortalecer, ampliar e acelerar o programa Conectando o Próximo Bilhão e os Bilhões Finais. Outros trabalhos podem ser desenvolvidos sobre a evolução dos IXPs, priorizando algumas das questões que foram levantadas, como, por exemplo, o que pode ser feito em um país sem litoral que depende sobretudo da conectividade via satélite ou como reativar um IXP latente e outros problemas relacionados.

Fóruns de Melhores Práticas do IGF de 2015

Criação de um Ambiente Favorável para a Adoção do IPv6

O BPF de 2015 *Criação de um Ambiente Favorável para a Adoção do IPv6* consistiu em uma **discussão com política de participação aberta**. O **documento final** é o resultado de um processo contínuo realizado na lista de discussão aberta do BPF, após

várias convocações, comentários da comunidade em geral na plataforma de avaliação pública do IGF e discussões realizadas durante **a sessão do BPF sobre IPv6** no IGF 2015. Exemplos de boas práticas foram reunidos em um questionário público, por meio de *e-mails* e discussões na lista de discussão pública.

O objetivo do documento de melhores práticas é ajudar os outros em seus esforços para apoiar a adoção do IPv6 em cada localidade, região, setor ou rede.

Os dispositivos se conectam à Internet por meio de endereços de **Protocolo Internet (IPs)**, endereços numéricos únicos. Atualmente, coexistem na Internet dois tipos de endereços IP: o Protocolo de Internet versão 4 (IPv4), desenvolvido na década de 70, e o Protocolo de Internet versão 6 (IPv6), que oferece um espaço de endereços muito maior para acomodar o número crescente de conexões à Internet. Em última análise, a Internet em sua totalidade deveria ser executada com base no IPv6, mas durante o período de transição entre o cenário atual e o futuro, os serviços oferecidos e as redes de Internet em si precisam suportar simultaneamente tanto o IPv4 quanto o IPv6. Este duplo suporte é chamado de “*dual stack*”.

O BPF explicou **que é necessário adotar o IPv6 agora** para apoiar a rápida e contínua expansão da Internet, tanto em termos do seu desenvolvimento técnico (por exemplo, a comunicação entre máquinas), quanto para trazer mais pessoas *on-line*. O IPv4 está ficando rapidamente sem números. Medidas paliativas existentes, tais como a “*Network Address Translation*” (NAT) – técnica de compartilhamento de endereços IPv4 por meio de dispositivos e redes – não representam uma solução de longo prazo.

O custo associado à transição é um dos **obstáculos para a adoção do IPv6**. Ele precisa ser implementado em toda a rede por todos os setores e isso exige a reconfiguração das redes, treinamentos, atualização ou compra de novos equipamentos.

O BPF reuniu e discutiu exemplos de diferentes tipos de **melhores práticas para a criação de um ambiente propício para a implementação do IPv6**, como as Forças Tarefa IPv6 e iniciativas para capacitação. São oferecidos relatos sobre a implementação do IPv6 no setor privado, bem como uma série de iniciativas governamentais.

Na sessão do BPF em João Pessoa, foram apresentados estudos de caso sobre as experiências da administração governamental alemã e da Força Tarefa IPv6 venezuelana.

O trabalho intersessional sobre IPv6 e os resultados mais tangíveis que ele produziu contribuíram enormemente para o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais. O trabalho desse ano deve continuar a focar nos processos de decisão econômica que sustentam a decisão de implementar o IPv6. Há uma percepção de que o possível impacto financeiro da adoção do IPv6 seja um fator central na tomada de decisão de muitas empresas e outros setores, sendo que continuar a estudar e documentar esses mecanismos poderia contribuir bastante para alcançar os objetivos da aplicação global do IPv6 e, finalmente, para conectar o próximo bilhão de usuários à Internet.

Fóruns de Melhores Práticas do IGF de 2015

Criação e Apoio a Grupos de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRTs) para a Segurança na Internet

O relatório final deste BPF já está disponível na página do IGF.

Os trabalhos do Fórum de Melhores Práticas (BPF) sobre a Criação e Apoio a Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRT) para a Segurança na Internet têm como base o relatório final do BPF de 2014 sobre o mesmo assunto. Há o consenso de que um CSIRT consiste em uma “equipe de especialistas que respondem a incidentes de informática, coordenam sua resolução, notificam seus integrantes, trocam informações com terceiros e auxiliam os integrantes na mitigação do incidente.” Uma prioridade global surgida a partir de 2014 centrou-se na abordagem de equívocos sobre a função e as responsabilidades do CSIRT. Uma breve pesquisa revelou que os equívocos raramente estão dentro da comunidade CSIRT, mas surgem de suas interações com outros setores. Entre outras coisas, eles demandam tarefas adicionais dos CSIRTs ou inserem os CSIRTs em organizações de segurança mais amplas. Isso gera consequências intencionais ou não intencionais sobre a confiança, que poderiam afetar o relacionamento entre CSIRTs. Contribuições valiosas foram dadas sob perspectivas diferentes, inclusive da sociedade civil, setor privado e organizações internacionais.

Este BPF mostrou que a função e a participação dos CSIRTs na segurança nacional e/ou proteção dos interesses econômicos tende a se expandir. A mudança traz a necessidade do envolvimento direto dos CSIRTs em discussões sobre políticas públicas e gera considerável pressão sobre a definição tradicional de CSIRT. Embora a necessidade de cooperar com outros setores envolvidos possa gerar vantagens mútuas, poderia também,

como desvantagem, impactar negativamente a confiança dentro da própria comunidade. A confiança foi vista como um elemento essencial que facilita a assistência mútua e a troca de informações entre CSIRTs. Embora o Fórum tenha sido capaz de mostrar vários exemplos bem sucedidos de expansão de funções e novas formas de cooperação, algumas preocupações permaneceram. Por fim, reconheceu-se que a divulgação responsável por *hackers* éticos é um tema que merece um debate mais aprofundado.

Os participantes deste Fórum consideraram seu trabalho muito valioso. Um indicador do nível de êxito é o fato de que temas controversos na comunidade CSIRT são abordados no BPF e, em alguns casos, alterados ou levados com sucesso a outros fóruns, como o FIRST e o Fórum Global Sobre Conhecimento Cibernético. Ao mesmo tempo, foram identificados temas desafiadores para o futuro, tais como incidentes de segurança na nuvem, maturidade dos CSIRT, métricas dos CSIRT e a cooperação com as agências policiais.

Para o caminho adiante, considerou-se que seria necessário continuar o trabalho desse BPF, em termos a serem ainda determinados e de forma a incluir a participação de setores que atualmente não estão envolvidos nas discussões.

Fóruns de Melhores Práticas do IGF de 2015

Regulação e Mitigação de Comunicações Não Solicitadas

O relatório final deste BPF está disponível na página do IGF.

O Fórum de Melhores Práticas (BPF) de 2015 sobre Regulação e Mitigação de Comunicações Não Solicitadas partiu dos trabalhos realizados em 2014. Em vez de apresentar um novo conjunto de melhores práticas, o BPF de 2015 faz uso de práticas estabelecidas e fornece exemplos de seus êxitos para incentivar outros a ponderar sobre o que pode funcionar em seus próprios ambientes. Para efeitos do presente BPF, as expressões *comunicações não solicitadas* e *spam* são análogas, referindo-se a todas as comunicações (escritas) não solicitadas (que são enviadas pela Internet), incluindo – apesar de não se limitarem a elas – mensagens que espalham *malware* ou têm outros propósitos nefastos.

Esse BPF acredita que os problemas que provavelmente serão enfrentados pelo próximo bilhão são possivelmente muito semelhantes àqueles encontrados anteriormente. *Spam*, infecções, *malware* e cibercrimes serão invariavelmente predominantes, talvez mais ainda nos países em desenvolvimento, uma vez que as medidas que têm sido desenvolvidas ao longo do tempo para

abordar tais questões talvez não sejam executadas antes da ampla disseminação da conectividade de banda larga.

O presente BPF queria saber mais sobre as necessidades e vontades das pessoas que entraram recentemente *on-line* e, para isso, solicitou a contribuição dos países em desenvolvimento, trabalhando junto ao IGF África. Capacitação e treinamento foram identificados como uma necessidade particular. Com o intuito de priorizar ainda mais essa questão, o BPF organizou uma sessão para a formação de parcerias no Dia Zero do IGF. A sessão discutiu muitas das questões ressaltadas no relatório do BPF, propondo recomendações. Os primeiros sinais indicam a disposição de muitos em colaborar para avançar nessas questões.

As recomendações abrangem muitos tópicos, entre os quais – mas não limitados a – o escopo dos próximos BPFs, treinamento, educação, o valor dos centros de mitigação de *botnets*, comunicação de crimes cibernéticos, a conveniência de novas pesquisas específicas por região e os benefícios de acordos multissetoriais público-privados ou privado-privados (cujos exemplos estão anexados ao relatório do Fórum, conforme mencionado acima). As recomendações foram, de modo geral, bem recebidas e muitas serão consideradas em resposta às consequentes discussões produtivas e abertas que foram realizadas.

Houve muita discussão sobre o futuro desse trabalho. No geral, ele foi considerado valioso e se reconheceu que, para facilitar a aplicação das recomendações, há a necessidade de fazer checagens ou avaliações regulares. No entanto, uma das principais recomendações deste BPF é que seria mais valioso expandir o tópico para abranger questões mais amplas sobre cibersegurança (inclusive sobre cibercrimes), uma vez que as comunicações não solicitadas são apenas um dos aspectos das muitas questões relacionadas à proteção de infraestrutura e cidadãos *on-line*.

Fóruns de Melhores Práticas do IGF de 2015

Fortalecimento de Mecanismos para uma Participação

Multissetorial Significativa

O documento dos resultados do Fórum de Melhores Práticas (BPF) de 2015 sobre Fortalecimento de Mecanismos para uma Participação Multissetorial Significativa¹⁷ reflete o trabalho em

¹⁷ Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/best-practice-forums/draft-2015-bpf-outs>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

curso no BPF do Fórum de Governança da Internet (IGF) sobre o mesmo assunto. Este artigo é um documento de trabalho e parte dos trabalhos do BPF de 2014, que produziu este documento final¹⁸. O presente artigo, desenvolvido por meio do processo contínuo com membros ativos deste BPF e da comunidade mais ampla do IGF, apresenta tanto perspectivas reflexivas quanto projeções futuras sobre o exercício de 2014 dos atores participantes este ano. Ele também incorpora conteúdos e exemplos recebidos das chamadas de contribuições, feitas durante os ciclos de trabalho de 2014 e 2015, para aprofundar boa parte da análise normativa de questões importantes levantadas, relativas ao fortalecimento de mecanismos para a participação multissetorial. Grande parte do conteúdo deste documento é derivada também da lista de discussão aberta do grupo¹⁹.

O BPF-Multi trabalhou por dois anos para criar o presente documento, que explora algumas das questões envolvidas na viabilização da participação multissetorial. O trabalho de 2014 se focou nas definições e explorou algumas das teorias subjacentes aos modelos multissetoriais. Este ano, o grupo documentou uma série de práticas existentes e buscou extrair algumas que podem ser consideradas ao se trabalhar dentro de um modelo multissetorial. Certas questões importantes encontradas e exploradas em profundidade no documento e durante os debates abertos, que ocorreram no ano que se passou, incluem a natureza do consenso na organização, a tomada de decisões multissetoriais, o problema do “mau ator”, a relação entre modelos multissetoriais e a democracia e as melhores práticas e os obstáculos para a construção de confiança e a redução de barreiras para a participação.

A seção “descrições de práticas e outras contribuições”, na parte inferior do documento, compilou as contribuições recebidas da comunidade em resposta à acima mencionada chamada de contribuições feita no início do ciclo de trabalhos intersessionais do BPF 2015. Esta seção também contém alguns artigos

18 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/documents/best-practice-forums/developing-meaningful-multistakeholder-participation-mechanisms/410-bpf-2014-outcome-document-developing-meaningful-multistakeholder-mechanisms>>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

19 Lista de discussão sobre o Fortalecimento de Mecanismos para Participação Multissetorial, disponível em <http://mail.intgovforum.org/mailman/listinfo/bp-multistakeholder_intgovforum.org>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

acadêmicos úteis e relevantes, apresentados e coletados pelos membros desse BPF para discussão e uso mais aprofundados pela comunidade do IGF.

Vários esboços do documento foram disponibilizados *on-line* para edição do público até se chegar ao 10º IGF, quando a comunidade do IGF foi convidada a considerar se o artigo poderia servir como um documento final, que pudesse ser usado como material por outros grupos envolvidos no desenvolvimento ou no avanço de seus próprios processos multissetoriais. Os setores que participaram do encontro presencial²⁰ de 2015 do grupo no 10º IGF em João Pessoa apoiaram a iniciativa de utilizar o artigo como documento final e maximizar sua visibilidade e usabilidade no futuro. Recomendou-se, por exemplo, encaminhar o artigo aos IGFs regionais e nacionais.

Outros presentes na reunião sugeriram que o artigo poderia se tornar um guia “passo a passo” para o desenvolvimento de grupos ou mecanismos multissetoriais ou que poderia evoluir para um documento que ofereça um catálogo de opções para grupos que buscam fazer uso de processos multissetoriais. A capacitação *on-line* ou *webinars* poderia facilitar a divulgação do trabalho existente e também ajudar em seu avanço, sujeito à renovação do mandato do IGF e às decisões tomadas pelo MAG do IGF em conjunto com a comunidade.

Opções de Políticas do IGF para a Estratégia Conectando o Próximo Bilhão – Resumo

O Documento de Compilação de Opções de Políticas do IGF para Conectar o Próximo Bilhão completo e uma lista de contribuições e subsídios pode ser acessada na página do IGF.

Introdução

Mais de três bilhões de pessoas estarão conectadas à Internet até o final de 2015. Essa é uma grande conquista sob qualquer perspectiva e o número de usuários da Internet triplicou nos últimos dez anos, mas ainda há muito trabalho pela frente. Quatro

20 A transcrição da reunião pode ser acessada em <<http://www.intgovforum.org/cms/187-igf-2015/transcripts-igf-2015/2316-2015-11-10-bpf-developing-meaningful-multistakeholder-participation-mechanism-workshop-room-5>>. Nota dos editores: link indisponível para consulta no dia 5 de setembro de 2017.

bilhões de pessoas ainda estão desconectadas, o que significa quatro bilhões de pessoas excluídas das inúmeras oportunidades de avanços econômicos e sociais inerentes à Internet. O caminho a seguir pode-se aprender com o passado a partir das experiências e da colaboração entre todos os setores para enfrentar os desafios futuros. Esta iniciativa se baseia nessas experiências e tem como objetivo tratar a questão referente à conexão dos próximos bilhões de usuários, o último bilhão, e combater a exclusão digital.

Com base nas recomendações do Grupo de Trabalho do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) sobre Melhorias ao IGF²¹, a iniciativa faz parte de um esforço mais amplo da comunidade do IGF em produzir resultados mais tangíveis a fim de “aumentar o impacto do IGF sobre a governança e as políticas globais de Internet”. Ela também é um esforço oportuno, dada a revisão decenal em curso da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), bem como a recém-adotada Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que reconhece as TICs como um elemento fundamental de desenvolvimento e conclama pelo “acesso universal e a preços acessíveis à Internet nos países menos desenvolvidos, até 2020”.

O potencial da Internet para melhorar resultados em um conjunto diverso de áreas como a saúde, comércio, agricultura ou educação faz com que ela seja um facilitador fundamental do desenvolvimento futuro e da melhoria das condições de vida para todos os povos do mundo. Um relatório do Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Geral da ONU²² declara também que o acesso à Internet é um direito humano básico que possibilita que às pessoas “o exercício de seu direito à liberdade de opinião e expressão”.

Uma Abordagem Multissetorial para Enfrentar a Questão

O valor da Internet advém de todas as pessoas que ela conecta e a cooperação entre todos os setores é essencial para que ela realize seu potencial pleno. Nenhum setor consegue resolver sozinho o desafio de conectar as partes do mundo que faltam – isso só pode ser

21 Disponível em <http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/a67d65_en.pdf>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

22 Disponível em <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A_HRC.17.27_en.pdf>. Consultado em 5 de setembro de 2017.

resolvido por meio da colaboração e de parcerias entre os setores de todos os segmentos da sociedade. É por isso que a natureza multissetorial do IGF o torna um espaço único com capacidade de resolver questões complexas e transversais envolvendo todos os setores.

O compartilhamento de experiências é o primeiro passo para descobrir o caminho adiante. Ao reunir subsídios de todos os setores na identificação de obstáculos, soluções e estratégias para aumentar a conectividade, a iniciativa faz uso de uma abordagem *bottom-up* e inclusiva que está no cerne do processo do IGF. Rodadas de consultas públicas *on-line* foram realizadas para colocar em prática esse exercício e mais de 80 contribuições e colaborações diversas representando todos os setores²³, bem como contribuições de iniciativas nacionais e regionais do IGF, foram apresentadas ao Secretariado do IGF, tornando essa iniciativa um exercício único na história do Fórum.

Questões e Opções de Políticas

O processo foi concebido a fim de permitir que a comunidade do IGF ajude a definir a questão, sendo que as contribuições e comentários recebidos mapearam com êxito a natureza complexa e multifacetada da conectividade crescente. Diferentes setores abordaram a questão desde perspectivas diversas e únicas, possibilitando uma abordagem holística da conectividade, que vai da implantação da infraestrutura até fatores que impulsionam a demanda e permitem que os usuários utilizem a Internet. Outros setores compreendem o acesso sob a perspectiva dos direitos envolvidos, como a capacidade de recuperar, produzir e distribuir informações pela Internet. Enquanto algumas contribuições priorizaram a descrição dos principais obstáculos, outras sugeriram a adoção de “opções de políticas” concretas para ampliar a conectividade. Em conjunto, elas ajudam a definir um recurso útil para que a comunidade lide com a complexidade do desafio a ser enfrentado.

A seguir se encontra o resumo das cinco dimensões principais e opções de políticas para ampliar a conectividade, conforme identificado pela comunidade do IGF: **1. Implantação da infraestrutura, 2. Aumento da usabilidade 3. Capacitação dos**

23 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/policy-options-for-connection-the-next-billion/classified-list-of-contributions>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

usuários, 4. Garantia de preços acessíveis e 5. Criação de ambientes propícios. Com base nessa compilação de opções, alguns caminhos possíveis para **avancar** também são apresentados.

1. *Implantação da infraestrutura*

As diversas contribuições identificaram tanto exemplos “bons” quanto “ruins” de ampliação da infraestrutura para conectar o próximo bilhão de usuários. As contribuições variaram desde sugestões de políticas sobre como implantar a infraestrutura, enquanto outras se focaram nos desafios atuais para a instalação da infraestrutura necessária no mundo em desenvolvimento.

Muito esforço tem sido feito nos últimos anos para melhorar o acesso por meio da instalação de infraestrutura submarina e terrestre. No entanto, muitas das contribuições apontam a necessidade de mais investimentos e parcerias público-privadas para fortalecer as infraestruturas nacionais de *backbones* nos países em desenvolvimento – e em particular nas zonas rurais. A implantação continuada de Pontos de Troca de Tráfego (IXPs) é outra prioridade identificada para reduzir os custos de acesso e estimular o desenvolvimento de um ecossistema local. As contribuições também enfatizam a necessidade de se fazer a transição para o IPv6 para garantir a expansão da Internet a longo prazo e de forma sustentável. Fica evidente, a partir das propostas recebidas, que o desenvolvimento da infraestrutura é um motor importante para o crescimento socioeconômico e que o acesso a essa infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento.

Principais áreas:

- Infraestrutura física
- Banda larga, WiFi e Espectro
- Dispositivos móveis
- Fundos de Serviço Universais
- IXPs/Camada de Interconexão
- IPv6

2. *Aumento da usabilidade*

A necessidade de garantir que as pessoas possam usar a Internet de acordo com suas necessidades reverberou em muitas das contribuições. Proporcionar o acesso à Internet é apenas o primeiro passo – uma vez que o acesso é garantido, as pessoas devem ser capazes de usá-la. Assegurar a disponibilidade de apli-

cativos e a capacidade para usá-los, estimular o desenvolvimento de conteúdos locais e serviços em todas as línguas e implementar estratégias para garantir o acesso às pessoas com deficiência foram algumas das questões apontadas pela comunidade.

Principais áreas:

- Aplicativos
- Serviços
- Conteúdo Local/ Multilinguismo
- Mídia
- Acessibilidade

3. *Capacitação dos usuários*

Muitas das contribuições forneceram importantes observações e exemplos sobre questões relacionadas à capacitação dos indivíduos que obtêm acesso à Internet. As contribuições identificaram tanto boas práticas para melhorar a alfabetização digital nos níveis nacional e regional, quanto os desafios que permanecem. Em sua essência está a habilidade de recuperar, produzir e distribuir informações via Internet. Muitas das contribuições ressaltaram a importância dos direitos humanos *on-line* e a necessidade de capacitar jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Principais áreas:

- Direitos Humanos
- Inclusão
- Alfabetização do Usuário
- Cidadania Digital
- Empreendedorismo

4. *Garantia de Preços Acessíveis*

Muitas das contribuições trataram dos custos e da viabilidade econômica nos países em desenvolvimento como uma questão crítica. O custo de acesso é visto como uma das maiores barreiras para o ingresso *on-line* e muito do trabalho sendo feito atualmente se foca em tornar viáveis os preços do acesso à Internet a fim de garanti-lo para todos. Está claro que aumentar o acesso à Internet a preços viáveis é essencial para que os países alcancem o desenvolvimento e as economias inclusivas baseadas em conhecimento que desejam. Muitos dos desafios enfrentados para que os preços da Internet sejam mais acessíveis exigem tanto políticas quanto métodos inovadores para tornar essas estratégias realidade.

Principais áreas:

- Exclusão Digital
- Custo do Acesso *per capita*

5. Criação de Ambientes Propícios

A criação de um ambiente propício para o acesso e a conectividade foi ressaltada em muitas das contribuições como essencial para trazer mais pessoas *on-line*. Estas contribuições enfatizaram a necessidade de criar ambientes de negócios atraentes por meio de políticas públicas, regulações e legislações, levando também em consideração as políticas governamentais e o ambiente institucional existentes nos países em desenvolvimento. As contribuições ofereceram exemplos de boas práticas para tais estratégias, bem como tentativas frustradas, para que terceiros possam aprender com esses erros.

Muitas das contribuições ressaltaram a importância da colaboração multissetorial para alcançar objetivos futuros de conectividade e as propostas voltadas para esse processo enfatizaram que os esforços futuros precisam assegurar que as pessoas que se conectem tenham acesso a toda a Internet global, livre e aberta. O acesso deve ser universal, equitativo, seguro, a preços acessíveis e de alta qualidade, com base nos direitos humanos e no Estado de Direito e é necessário se respeitar a privacidade e a liberdade de expressão.

Principais áreas:

- Estruturas de Governo, Agências Reguladoras e Organizações Intergovernamentais;
- Iniciativas conduzidas pelo Setor Privado;
- Iniciativas sem fins lucrativos e Outras.

Conclusões e Recomendações – O Caminho a Seguir

A presente iniciativa e seus resultados constituíram um exercício único na história do IGF. Como processo, consiste na tentativa de mobilizar os benefícios inerentes de se resolver problemas complexos a partir de uma diversidade de perspectivas – cada uma com sua própria contribuição para a solução. Foi também uma oportunidade única para a comunidade do IGF expor os benefícios de uma abordagem multissetorial ao lidar com os desafios futuros e uma chance de mostrar a capacidade do IGF de produzir resultados tangíveis de maneira eficiente.

Além das especificidades refletidas pelas contribuições nacionais e regionais do IGF, entre outras, a comunidade do IGF identificou algumas recomendações comuns para futuras ações multissetoriais:

- Na **implantação da infraestrutura**, é necessário muito mais investimento e cooperação público-privada para fortalecer os *backbones* nacionais no mundo em desenvolvimento e, em particular, junto às populações rurais, bem como para aumentar e ampliar a escala da conectividade transfronteiriça. O desenvolvimento da infraestrutura é um motor importante para o crescimento socioeconômico e o acesso a essa infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento.
- **Para aumentar a usabilidade** é importante garantir a disponibilidade e a capacidade dos usuários de utilizar aplicativos, estimular o desenvolvimento de conteúdos locais e serviços em todas as línguas e implementar estratégias para garantir o acesso às pessoas com deficiência.
- As políticas que promovem a criação continuada de conteúdos localmente relevantes devem ser incentivadas, inclusive com proteções à liberdade de expressão, imprensa, privacidade e propriedade intelectual, o desenvolvimento de infraestrutura de comércio eletrônico, proteção do consumidor e sistemas de pagamento *on-line* confiáveis.
- Com relação à **capacitação dos usuários**, deve-se enfatizar a promoção dos direitos humanos e a capacitação de jovens, mulheres e meninas, idosos e pessoas com deficiência. O acesso à Internet é essencial para a plena realização do desenvolvimento humano e facilita o exercício e o gozo de uma série de direitos e liberdades do ser humano, inclusive os direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação, à reunião e associação pacíficas.

- Promover pontos públicos de acesso como, por exemplo, bibliotecas públicas e centros comunitários, entre outros, e promover, nesses espaços, a alfabetização digital e atividades de produção de conteúdo local também irá garantir melhores condições de acesso e uso da Internet.

- **Para garantir preços acessíveis** e enfrentar o problema da exclusão digital é necessário realizar mais esforços e investimentos a fim de aumentar a oferta e reduzir o custo de acesso. Aumentar o acesso à Internet a preços viáveis é essencial para que os países alcancem o desenvolvimento social e economias inclusivas baseadas no conhecimento que desejam.

- Muitos dos desafios em se tornar os preços da Internet mais acessíveis exigem tanto políticas quanto métodos inovadores para transformar estas estratégias em realidade. Existem muitos benefícios conhecidos do compartilhamento de infraestrutura, tais como a redução dos custos do setor. Para incentivar

essa prática e fazer com que os operadores fiquem mais receptivos à ideia do compartilhamento, os governos podem adotar diretrizes e regulamentos para apoiar o compartilhamento de infraestrutura e introduzir novas oportunidades de negócios.

- **Para criar um ambiente propício**, futuros esforços de conectividade precisam assegurar que as pessoas que estão sendo incluídas *on-line* tenham acesso a toda a Internet global e aberta. O acesso deve ser universal, equitativo, seguro, a preços acessíveis e de alta qualidade, com base nos direitos humanos e no Estado de Direito, e deve-se respeitar a privacidade e a liberdade de expressão.



Uma vez que a Internet continua permeando quase todos os aspectos da sociedade moderna, aumenta a importância de se superar a exclusão digital. A Internet tem mostrado o seu potencial para funcionar como facilitadora essencial para o progresso econômico e social, mas também pode aprofundar as desigualdades econômicas e sociais entre as pessoas conectadas e as não conectadas. É por isso que a questão referente à conexão do próximo bilhão de pessoas não pode esperar. A presente iniciativa é um progresso na busca por esse objetivo e, se for exitosa, pode associar-se aos esforços de outros fóruns e inspirar novas colaborações na comunidade em geral.

O documento final de compilação, acessível na página do IGF, foi apresentado e discutido durante a Sessão Principal do 10º IGF em “Opções de Políticas e Melhores Práticas para a Estratégia Programa Conectando o Próximo Bilhão de Usuários” em 11 de novembro²⁴. Mais de 80 contribuições de base foram recebidas da comunidade, inclusive propostas de cinco IGFs Regionais que representam a maioria das regiões do mundo (IGF Ásia-Pacífico, IGF árabe, IGF africano, Diálogo Europeu sobre a Governança da Internet, IGF América Latina e Caribe), nove IGFs Nacionais e contribuições de governos, organizações intergovernamentais, sociedade civil, setor privado e comunidade empresarial, comunidade técnica, comunidade acadêmica, Fóruns de Melhores Práticas, Coalizões Dinâmicas do IGF e atores individuais do IGF. Muitas dessas contribuições podem ser encontradas na íntegra nos *links* dos trabalhos no documento de compilação das respectivas contribuições listadas no site do IGF²⁵. Espera-se que esse documento de compilação e a lista completa das contribuições possam servir como um recurso sólido para esse importante tema e como subsídio para outros fóruns e processos de políticas públicas de Internet relevantes em ocasiões futuras.

24 A transcrição na íntegra da sessão principal pode ser acessada em <<http://www.intgovforum.org/cms/187-igf-2015/transcripts-igf-2015/2339-2015-11-11-igf-intersessional-work-policy-options-and-best-practices-for-connecting-the-next-billion-main-meeting-room>>. Nota dos editores: link indisponível em consulta no dia 5 de setembro de 2017.

25 Disponível em <<http://www.intgovforum.org/cms/policy-options-for-connection-the-next-billion/classified-list-of-contributions>>. Nota dos editores: link indisponível durante consulta no dia 5 de setembro de 2017.

Décimo Fórum de Governança da Internet, João Pessoa, Brasil

10 de novembro de 2015

9h00 – 12h30

Sessão Principal: “Revisão Decenal da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: Criação de Mensagens da Comunidade do IGF”

Histórico

Durante a reunião do MAG do Fórum de Governança da Internet, os membros propuseram uma sessão especial sobre a Revisão CMSI+10. Os membros do MAG endossaram esse conceito, sendo que um grupo organizador formado pelos diferentes setores realizou a sessão principal do IGF em João Pessoa. Com o apoio e a participação do Presidente do MAG, Sr. Janis Karklins, do copresidente do país-sede, Sr. Benedicto Fonseca Filho e do Sr. Chengetai Masango, do Secretariado do IGF, foram feitos convites aos cofacilitadores e ao Gabinete do Presidente da Assembleia Geral pelos coorganizadores do MAG: Sra. Lea Kasper, Sra. Marilyn Cade, Sra. Lynn St. Amour, Sr. Jandyr Ferreira dos Santos Junior e Sra. Shita Laksmi, que também atuou como relatora da sessão.

Os coorganizadores são oriundos da sociedade civil, do setor privado, da comunidade técnica e do governo. Após uma extensa consulta on-line, eles decidiram formular questões norteadoras, com base na abordagem adotada pelos Cofacilitadores da CMSI nas consultas de Nova York. As perguntas foram distribuídas aos participantes antecipadamente e também foram entregues de forma impressa na sala, servindo como guia para a sessão de três horas, que foi conjuntamente moderada pelo Embaixador Fonseca Filho, do Brasil, e pela Sra. St Amour, da comunidade técnica.

Com base nas modalidades da iniciativa NETmundial, os coorganizadores distribuíram microfones separados para cada setor. Os moderadores se alternaram entre si para garantir o equilíbrio dos comentários de cada grupo.

A presença dos cofacilitadores da CMSI, a Sra. Lana Zaki Nusseibeh, Representante Permanente dos Emirados Árabes Unidos junto à ONU, e o Sr. Janis Mazeiks, Representante Permanente da Letônia junto à ONU, bem como dos funcionários do Secretariado do IGF, foram bem-vindas. Os cofacilitadores fizeram observações iniciais, sendo que a Sra. Zaki Nusseibeh propôs também outras questões norteadoras:

- 1. Quais medidas concretas em termos de políticas e financiamento podem acelerar o alcance de um acesso a preços acessíveis, relevante e de alta qualidade a fim de eliminar a exclusão digital?*
- 2. Quais são as medidas específicas que podem tratar da dimensão de gênero da exclusão digital?*
- 3. Como podemos ter certeza de que nosso sistema global de governança da Internet reflete a natureza global da Internet?*

O resumo da sessão que se segue contempla as questões norteadoras e sintetiza os comentários recebidos de todos os setores. A transcrição completa da sessão também está disponível.

SEÇÃO 1 - TIC para o desenvolvimento (preâmbulo, seções 1 a 3)

As questões norteadoras propostas foram:

- De que forma é possível direcionar as TIC para o desenvolvimento sustentável? Quais descobertas e experiências dos últimos dez anos devem ser ressaltadas pela avaliação?
- Quais medidas concretas podem ajudar a eliminar a exclusão digital, inclusive entre os países e nos próprios países, bem como entre homens e mulheres?
- Como a comunidade do IGF pode contribuir com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alcançando a ICT4D (TIC para o Desenvolvimento) para todos? Qual poderia ser o papel do IGF nestes esforços?
- De que forma as questões de direitos humanos relacionadas às TICs deveriam ser abordadas no documento final?
- De que forma o documento final deveria abordar as preocupações atuais e emergentes sobre cibersegurança?

Comentários

Houve apoio geral dos grupos setoriais com relação:

- Aos parágrafos referentes à TIC para o desenvolvimento, à incorporação das TIC nos processos de desenvolvimento e ao foco contínuo no Desenvolvimento no centro das atividades permanentes da CMSI.
- À maior atenção a processos de desenvolvimento de políticas relevantes nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, para ajudar a garantir a participação equitativa e integral em todos os processos e fóruns de governança da Internet.

- Ao fortalecimento e à expansão da linguagem dos Direitos Humanos no esboço do documento final. Houve apoio significativo ao reconhecimento de que as obrigações de Direitos Humanos são aplicáveis *on-line* da mesma forma que o são *off-line* e pelo reforço da linguagem de liberdade de expressão, privacidade e vigilância em outros parágrafos.
- Às relações estabelecidas entre as atividades da CMSI e as metas dos ODS para 2030, afirmando que as TICs precisam ser entendidas como um instrumento para alcançar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e solicitando revisão regular/periódica que priorize a efetividade da relação e enfatize Melhores Práticas no cumprimento dos ODS, enquanto são buscadas maneiras inovadoras para cumprir com essas metas.
- À expansão das iniciativas regionais, nacionais e intranacionais ou subnacionais do IGF, tendo em vista suas contribuições, sua importância para o IGF global e seu papel em aumentar a capacitação para o desenvolvimento de políticas.
- Ao reequilíbrio da linguagem referente ao multissetorialismo e ao multilateralismo no Documento Final, tendo em vista a ênfase excessiva ao modelo multilateral e consequente diminuição do multissetorial. Um amplo conjunto de setores percebeu que as referências ao multilateralismo não refletiam a realidade ou fatos históricos, observando que o modelo multissetorial regeu grande parte do desenvolvimento da Internet desde seu início.
- À continuidade da elaboração sobre como melhor facilitar a participação do setor privado, em especial na área de capacitação e desenvolvimento de infraestrutura.
- A olhar de forma mais ampla para a questão da cibersegurança de modo a garantir o reconhecimento pleno do papel de todos os setores e espaços, para além da ONU, na construção da confiança e segurança nas TICs.

Certo apoio (sem comentários contrários):

- A uma linguagem mais forte que obrigue os governos a aumentar os serviços públicos *on-line*.
- Ao parágrafo 38, sugerindo a inclusão de referências ao anonimato e à criptografia como facilitadores de direitos; inserindo referência a cartas de Direitos Humanos ou a instrumentos vinculantes no texto (parágrafos 5 e 47).

- À inclusão de linguagem que garanta que as ferramentas de criptografia sejam protegidas *on-line* uma vez que contribuem para a promoção da liberdade de expressão e da privacidade, observando que as proibições gerais à criptografia violam os Direitos Humanos internacionais.
- Aos novos mecanismos financeiros e à ideia de que deve haver um mecanismo adicional separado da usual assistência ao desenvolvimento.
- À referência do parágrafo 27 ao acesso público, enquanto se busca uma linguagem mais forte para apoiar tal acesso como um facilitador.

Sem consenso:

- Parágrafo 49 - o fato de que não houve consenso referente à necessidade de uma convenção sobre cibercrimes, porém solicitando que a linguagem reflita o consenso existente sobre a necessidade de cooperação e capacitação.
- Houve também o pedido de reconhecimento do papel dos setores não-governamentais que vêm contribuindo com o tratamento da cibersegurança e dos cibercrimes.

Sugestões adicionais de texto, mas sem consenso:

- Incluir a noção de neutralidade tecnológica no final do parágrafo 15 – o final do parágrafo poderia ter a seguinte redação “...agora com a compreensão de que são colaboradores fundacionais para viabilizar o desenvolvimento e deveriam reconhecer o princípio e a importância de soluções tecnologicamente neutras”.
- Acrescentar o 10º ODS ao parágrafo 14: “9c (infraestrutura e acesso), 10 (reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles), e”.
- Acrescentar uma referência à Internet como um bem comum e à necessidade de livre acesso às informações básicas no parágrafo 21.
- A relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveria ser reforçada e fazer referência específica ao ODS 16.10, que visa “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

SEÇÃO 2 - Governança da Internet e Cooperação Aprimorada

As questões norteadoras propostas foram:

- Quais deveriam ser os principais objetivos da governança da Internet no presente e no futuro?
- Quanto tempo deve durar o mandato do IGF? De que forma as melhorias devem ser implementadas? Qual deveria ser o papel da ONU?
- Quais são os respectivos papéis dos setores governamental e não governamental? Como você vê o cumprimento de seus papéis ao longo dos últimos dez anos e como eles devem desempenhar esses papéis no futuro?
- De que forma a Cooperação Aprimorada no âmbito do ecossistema de Governança da Internet deve ser intensificada usando a estrutura da CMSI?

Comentários

Houve apoio geral dos grupos setoriais com relação:

- À inclusão da palavra multissetorial antes da palavra multilateral no parágrafo 50 e ao ajuste da linguagem referente às expressões multissetorial e multilateral, a fim de melhor representar a realidade em termos de quem tem regido predominantemente a Internet desde o início.
- À manutenção da definição operacional de Governança da Internet contida no parágrafo 34 da Agenda de Túnis.
- À renovação do mandato do IGF, com a opinião consensual de duração de dez anos (embora vários setores tivessem preferido um mandato com duração indeterminada).
- Ao pedido de reconhecimento da evolução do IGF no sentido de dar maior prioridade aos resultados e colocar mais foco na capacitação, identificando questões emergentes e facilitando o diálogo institucional e aproveitamento do Relatório da CCTD sobre Melhorias ao IGF.
- À promoção da participação significativa e equitativa dos países em desenvolvimento nos diversos fóruns relacionados à Governança da Internet e nas políticas que exercem impacto direto no desenvolvimento social e econômico. Uma redação deveria ser adicionada ao Documento Final, afirmando que os mecanismos de financiamento, especialmente para a participação dos países em desenvolvimento, deveriam ser ampliados (e não só fortalecidos) para fazer disso uma realidade.

Certo apoio (sem comentários contrários):

- Claramente ainda há diferenças de opinião sobre o significado de cooperação aprimorada. Foi sugerido que a revisão da CMSI não concentrasse sua atenção nas longas e potencialmente infrutíferas discussões sobre cooperação aprimorada no sentido abstrato, mas que abordasse tais discussões a partir de uma perspectiva baseada em questões específicas: por exemplo, o que significa cooperação aprimorada para a proteção das crianças *on-line* e de que maneira todos os setores (inclusive os governos) desempenham um papel nesse sentido?
- A função da CCTD foi reconhecida e aceita nas discussões sobre Cooperação Aprimorada.
- O parágrafo 59 faz referência a comissões regionais da ONU que poderiam ser novamente mobilizadas nesse sentido. Outra sugestão se referiu aos IGFs regionais como espaços potencialmente eficazes para organizar essas revisões.

Certa divergência:

- O parágrafo 51 pretende ser uma linguagem estabelecida (parágrafo 35 da Agenda de Túnis), porém insere a redação: “dentro das respectivas funções e responsabilidades” extraída do parágrafo 50, assim, recomendou-se que esse texto adicional fosse excluído, pois não é de fato uma linguagem estabelecida.
- Com relação às várias referências ao multissetorialismo e multilateralismo (como no parágrafo 50), ou texto relacionado (como no parágrafo 51), levantou-se a questão de que a linguagem deveria refletir onde estamos hoje e tudo o que aprendemos por meio desses processos.
- Foi sugerido que na parte em que é citada a linguagem da Agenda de Túnis, seja incluída uma introdução para colocar tal linguagem em contexto, de modo a não estarmos vinculados ao *status quo* de 2005, mas que lembremos onde estávamos e de que maneira chegamos a onde estamos hoje.
- Houve um pedido para analisar a linguagem acordada (para o Esboço Zero) com base em contribuições e comentários de vários participantes, inclusive diversos governos, organizações da sociedade civil, setor privado, comunidades técnica e acadêmica. Tal linguagem não contradiz a lingua-

gem acordada com base na Agenda de Túnis e representa melhor tanto as funções e responsabilidades dos diferentes setores, bem como o processo que está na base da Governança da Internet hoje.

- Houve preocupações significativas com o parágrafo 56, uma vez que ele parece implicar uma discussão entre governos no referente à cooperação aprimorada. Observou-se repetidamente que a cooperação aprimorada envolve mais do que apenas habilitar os governos a exercerem seu poder e que a cooperação aprimorada já ocorre em muitos contextos. Além disso, uma sessão especial da Assembleia Geral sobre cooperação aprimorada será, por sua natureza, uma discussão entre governos e, assim, não inclusiva. O texto precisa deixar claro que o governo é um dos setores, juntamente com muitos outros.
- O parágrafo 56, no qual há um chamado para um novo Grupo de Trabalho intergovernamental com a participação de diferentes setores, recebeu comentários de não apoio e exposições dos motivos para tanto. Foram feitas declarações de que isso é redundante, uma vez que o GT da CCTD permanece constituído. A abertura de novos grupos de trabalho desviará energia dos esforços já existentes e de outros esforços realizados pelos setores. Houve certo apoio à continuação do GT da CCTD sobre Cooperação Aprimorada com um novo mandato.
- A redação atual sobre a neutralidade de rede foi compreendida por alguns como muito limitada e sugeriu-se que uma declaração adotada no Conselho da Europa em novembro 2014 poderia ser mais apropriada. Ela diz: “tomar as medidas necessárias para preservar a natureza aberta e neutra da Internet e apoiar os direitos do usuário final de acessar, divulgar e utilizar conteúdos ou serviços da Internet de sua escolha”.

Sugestões de inclusão de texto específico:

- Parágrafo 50 - o reconhecimento de que a Internet é um recurso global que deve ser gerido de acordo com o interesse público foi bem recebido. Sugeriu-se que os princípios de abertura e inclusão fossem inseridos, pois eles são princípios centrais para a Governança da Internet, sendo mais consistentes com o parágrafo 12 do preâmbulo.

SEÇÃO 3 - Implementação e Acompanhamento

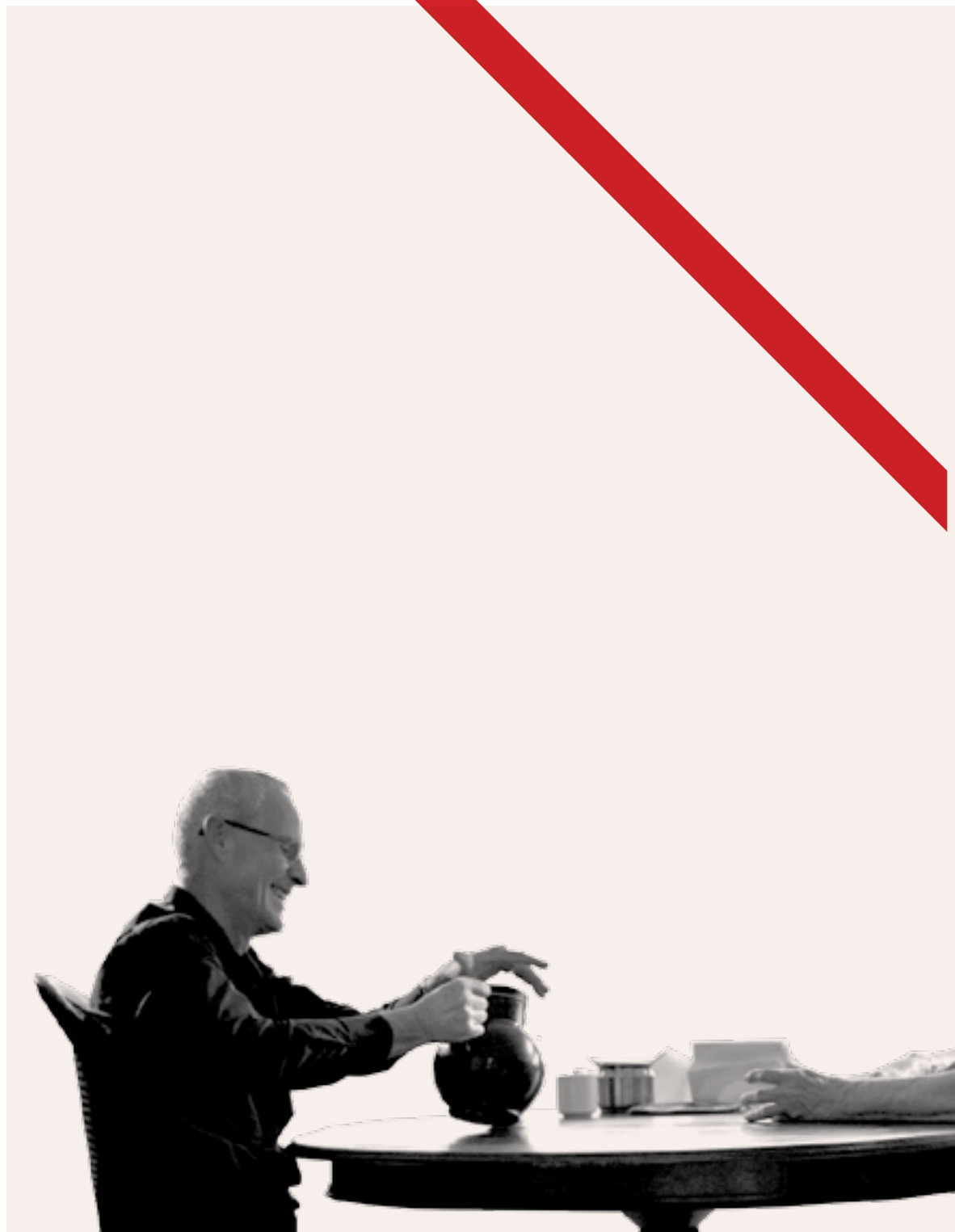
As questões norteadoras propostas foram:

- Quais mecanismos de financiamento deveriam ser adotados para implementar os resultados da CMSI?
- A revisão da implementação dos resultados da CMSI tem sido realizada a cada cinco anos. Com que frequência as revisões deveriam ser feitas e qual deveria ser a sua natureza?
- Que papel o IGF e suas várias iniciativas nacionais e regionais podem desempenhar na implementação e acompanhamento da CMSI?
- Quais devem ser os objetivos das revisões anuais: revisão da linha de ação da CMSI no Fórum da CMSI e dos relatórios anuais da CMSI elaborados pela CCTD?
- Como os setores deveriam continuar a ser envolvidos até o Evento de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU em dezembro?

Comentários

Certo apoio (sem comentários contrários):

- À inclusão da declaração na seção de Acompanhamento e Revisão do documento final de que as TICs é um instrumento muito importante para a realização dos ODS (tendo em vista as relações entre as atividades da CMSI e as metas dos ODS para 2030).
- À revisão anual das relações entre as atividades da CMSI e as metas dos ODS para 2030 e sua eficácia, ressaltando Melhores Práticas e buscando maneiras inovadoras de cumprir com essas metas.
- Às revisões regionais regulares/periódicas similares às do processo da CMSI, envolvendo todos os setores e inserindo relatórios sobre os progressos na busca de resultados no contexto da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
- Ao uso da Matriz CMSI (criada pela UIT em conjunto com os coordenadores da CMSI) para medir o progresso e intensificar o impacto das TICs no Desenvolvimento Sustentável.
- À continuação da função da CCTD e do Fórum da CMSI, respectivamente, na revisão da CMSI e na Revisão da Linha de Ação.





III

Entrevista com CA

por Flávio Rech Wagner

Entrevista realizada no dia 16 de agosto no Rio de Janeiro

Flávio Rech Wagner: Estamos aqui para conversar sobre o IGF com você, Carlos Afonso. Eu posso dizer que sou um aprendiz em governança da Internet e tive o prazer de começar a conviver com você no CGI.br e aprender muito com as reuniões e viagens que fizemos juntos. Comecei na governança da Internet 20 anos depois de você, que já tinha uma enorme trajetória desde a criação e as origens da Internet no Brasil. Você que teve um papel importantíssimo na própria criação do CGI.br e que participou e participa do ecossistema internacional de governança desde a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Então vamos conversar um pouquinho sobre o IGF e a sua trajetória para explicar um pouco mais dessa história da governança da Internet.

Carlos Afonso: Eu tenho um enorme prazer em receber você, Flávio Wagner, aqui em casa. Nós temos tido um trabalho conjunto há um bom tempo e essa interação tem sido muito proveitosa para mim. Acho que é ótimo poder conversar com você aqui.

FW: Vamos começar falando lá do início. Como é que tu chegaste nessa tal de Internet?

CA: Pois é, essa trajetória realmente é longa, porque na verdade começou na década de 80 e sempre foi um processo coletivo. Nada do que se conseguiu fazer, ou eu consegui fazer, foi sozinho e eu acho que essa é uma característica fundamental. Desde a década de 80, as ONGs, entidades civis e os movimentos em vários países se deram conta de que poderiam começar a usar essas tais redes de comunicação. Enquanto um pessoal – como o Vint Cerf e o Louis Pouzin – estava lá trabalhando nos seus pacotinhos, datagramas, etc., nós estávamos descobrindo as chamadas de redes de pacotes, as RENPACs – que eram em geral operadas pelas operadoras estatais de telefonia –, e começamos a tentar usá-las para nos comunicarmos. Um atrevimento danado! Principalmente porque envolvia questões de fluxo transfronteiriço de dados na comunicação com o pessoal da Europa, Ásia, etc. e isso demandava uma autorização da então Secretaria Especial de Informática. Mas nós conseguimos fazer isso e essa rede foi se constituindo em algo que logo começou a usar os famosos BBS, *Bulletin Board Systems*, e que aos poucos foi se integrando com outras redes.

Terminamos fazendo um uso da Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (RENPAC) que era proibidíssimo, porque só a Embratel poderia operar o que seria um BBS ou algo parecido, só a Embratel tinha autorização para centralizar a transmissão e recepção de mensagens. Aí, quando

a Embratel começou a nos desligar, entra em cena o Betinho, outro personagem que sempre esteve presente nessa trajetória. Era ele que ligava para o Secretário de Ciência e Tecnologia, lá em Brasília, e pedia “poxa, não é possível não cortar isso?”. Esse foi um experimento pré-Internet usando redes internacionais. Isso foi constituindo uma espécie de grupo de ONGs com interesse na comunicação, que convergiu na criação da Associação para o Progresso das Comunicações, em maio de 1990.

FW: E pouco depois de vocês começaram a usar essas tecnologias para a comunicação acontece a ECO 92 no Brasil...

CA: Exatamente. A ECO 92 foi um evento da ONU de uma importância extraordinária, porque foi o primeiro evento desse porte que permitiu a participação de partes interessadas que não os governos. Por conta disso, muitas entidades civis sabendo dos nossos projetos de rede – nós tínhamos até fundado um provedorzinho de BBS que se chamava Alternex – entregaram o problema para nós: “eu na África não posso ir ao Rio de Janeiro, é muito caro para mim; como é que a gente faz, como é que a gente se comunica?”. E aí o Tadao Takahashi e eu começamos um périplo para conversar com o Secretariado da ONU para fazer com que o acordo de sede entre o Brasil e a ONU exigisse que houvesse comunicação de dados liberada para a conferência e pedindo que fossem conexões de Internet permanentes. Finalmente, foi isso o que aconteceu. Mas o marco principal da ECO 92 foi essa ideia de poder fazer reuniões da ONU com participação mais ampla. Tanto que depois a ONU incorporou essa ideia do multissetorialismo e isso foi sensacional.

FW: Tu falaste da tua relação com o Tadao Takahashi. Ele na época estava envolvido em grandes projetos no CNPq, no Ministério de Ciência e Tecnologia, na origem da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), do ProTem, Softex, etc. E, além da experiência da ECO 92, juntos vocês chegaram à ideia de criar um Comitê Gestor da Internet no Brasil. Como é que foi essa história?

CA: A ECO 92 teve um papel fundamental de ajudar a comunidade acadêmica da época a ganhar dois circuitos com os quais a Internet brasileira passou a existir com conexões permanentes. Conexões precaríssimas, mas que existiam. E aí começou a haver uma expansão da rede. Obviamente, além da comunidade acadêmica, entrou a Embratel, que ia ser o provedor de Internet do Brasil. Como eu falei, nós já abríamos o tal do BBS para várias

entidades entrarem, terem o seu e-mail e trocarem mensagens com a Internet desde 1989 e 1990. Fazíamos isso com uma chamada interurbana para os Estados Unidos para enviar e receber pacotes de mensagens, mas a partir de 1992 a Internet passou a existir no Brasil. E, depois de mais alguns anos, passou a existir para a população de algum modo. E nesse processo começamos a conectar outros BBS, como o Mandic, o STI e outros. Em um momento chegou a haver 150 desses BBSs se conectando. Foram aparecendo também outras iniciativas de Internet, alguns desses BBS já estavam se tornando provedores, e aí começamos a pensar sobre o que era esse bicho chamado Internet. Aí surgiu a ideia de que a Internet deveria ser entendida como algo que está sobre a rede de telecomunicações e o Betinho entendeu isso. Apesar de não entender muito do que estávamos fazendo em termos de “casa de máquinas”, ele entendeu o espírito da coisa e entrou em contato com o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e com o Ministro de Ciência e Tecnologia, Israel Vargas. Após algumas articulações com vários setores foi publicada a famosa [Portaria] 143, que é a Norma 4, e a Portaria 147, que é a criação do Comitê Gestor da Internet.

FW: E essa foi a gênese da governança da Internet no Brasil. E, no cenário internacional, as coisas estavam avançando com a criação da ICANN, em 1998, para fazer a gestão de nomes de domínio, números de IP e etc. E, com a Internet e as TICs tendo um papel cada vez mais preponderante na sociedade, surgiu a iniciativa da ONU de fazer a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Primeiro em Genebra, em 2003, e depois em Tunis, em 2005. Como foi sua participação nesse processo que viria a dar origem ao IGF?

CA: Muitas entidades de vários países se organizaram em grupos e em campanhas pelo direito à comunicação e passaram a defender a importância de nós estarmos participando desses processos. Eu acabei sendo enviado pelo Ibase devido a nossa trajetória até então. Após várias reuniões preparatórias chegamos a 2003 na primeira edição da Cúpula, que propunha uma discussão sobre a sociedade da informação e do conhecimento muito mais ampla do que simplesmente a Internet. Só que a Internet cresceu demais e acabou dominando muitas das discussões.

FW: A ponto de se criar um grupo de trabalho específico entre as duas edições da Cúpula para tratar de governança da Internet.

CA: Sim. E eu, como um dos membros fundadores da APC, fui um dos indicados a participar desse grupo de discussão

representando a sociedade civil. Era um grupo grande e discutimos exaustivamente, eu acho que em quatro reuniões, o conceito de governança da Internet e como conduzi-la. Foi uma discussão intensa porque havia grande presença de governos com diferentes tendências. O governo brasileiro, por exemplo, na época interessado em eleger o novo secretário geral da União Internacional de Telecomunicações, passou a defender a posição de que a UIT deveria ter presença forte na governança da Internet, do mesmo modo que países como Arábia Saudita, Cuba, entre outros. Claro que eu não defendia essa posição como representante da sociedade civil e nenhum dos outros membros da sociedade civil o fazia. Mas foi uma batalha dura dentro do grupo de trabalho para terminarmos o relatório final. Como resultado dessa segunda edição da Cúpula foi publicado um extenso documento chamado “Agenda de Tunis”, que até hoje é considerado uma espécie de Bíblia. E, entre todas as definições que a Agenda traz como “cláusulas pétreas”, está a definição de governança da Internet e os “papéis e responsabilidades” de governos, empresas, academia e sociedade civil.

FW: Enfim conseguiu-se chegar a uma redação da Agenda de Tunis sem grandes polêmicas...

CA: Sem grandes polêmicas, apesar de que a redação final foi a portas fechadas e os governos é que decidiram em última instância... Mas é uma redação razoável e com possibilidades de evoluir, é claro.

FW: E uma das recomendações nos parágrafos que falam de governança da Internet é a criação de um evento multissetorial para discutir o tema: o IGF. Em 2006, então, começa o processo de organização do primeiro IGF, que aconteceria em dezembro daquele ano em Atenas, não é?

CA: Isso. E aí você tem um novo jogo de forças e de interesses para a definição de quais temas-chave o IGF iria discutir. Havia uma tendência em se discutir onde se encaixava a Internet – se é dentro da ITU ou de organismos separados – e o papel do setor relacionado à sua infraestrutura lógica. Houve uma grande resistência nesse primeiro IGF à introdução deste tema na agenda e ela veio da própria ICANN: uma espécie de corporação criada pelo governo americano para gerir a distribuição de nomes, domínios e números de IP pelo planeta. E isso ela fazia em um contrato com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

FW: Apesar dessa resistência no primeiro ano, o segundo IGF, que aconteceu em 2007 aqui no Rio de Janeiro, já incluiu a questão dos chamados

“recursos críticos da Internet”. Um termo que se refere basicamente ao que a ICANN, o IETF, etc. faziam... E o tema entrou e não saiu mais da pauta do IGF.

CA: Certo. Esse foi um debate muito interessante, porque o Brasil queria de todas as maneiras que o tema fosse tratado no segundo IGF – que foi financiado em grande medida pelo CGI.br. O Brasil batia nisso com toda a força, então os caras começaram a perceber que não conseguiriam escapar disso. E a *Internet Society* dizia que não podia e que não tinha nada para ser discutido, as empresas americanas diziam que não podia, a ICC BASIS¹ dizia que não deveria... Até que um senhor respeitável chamado Vinton Cerf disse: “O que nós temos? Se estamos fazendo a coisa certa, por que temos colocar o que estamos fazendo em discussão? Vamos parar com isso”. E aí, como por milagre, as entidades foram mudando de posição e engoliram essa ideia de discutir a infraestrutura lógica da Internet no IGF.

FW: E ao longo dos anos, como é que tu enxergas a evolução dos temas no IGF? Como se deu a evolução dos temas e a evolução da participação dos diferentes setores da sociedade civil em particular?

CA: Olha, a sociedade civil sempre fez um esforço para estar presente nos workshops, porque não é só um workshop em si – uma reunião de uma hora ou uma hora e meia e acabou –, é uma oportunidade das pessoas se encontrarem e discutir um tema antes, durante e depois do espaço do IGF. E, obviamente, as Coalizões Dinâmicas eu também acho que foram muito relevantes. E os temas não mudaram muito, né Flávio? Se você for fazer uma exegese dos temas, acaba chegando aos mesmos em todo o período. Há uma ênfase nos últimos anos em desenvolvimento sustentável, por causa da adoção das metas do milênio, primeiro, e depois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E essa ênfase tende a continuar. Mas eu acho que o importante foi que o IGF ao longo dos anos disparou uma iniciativa de discussão nacional e regional sobre o tema da governança da Internet e da sociedade da informação. E o que era uma coisa muito primitiva, pequena no começo, de alguns países organizarem um IGF nacional, algumas regiões organizando um IGF regional, virou uma rede hoje. E há dezenas de IGFs nacionais, todas as regiões estão organizadas

1 Nota dos editores: para mais informações sobre ICC BASIS ver <<https://iccwbo.org/global-issues-trends/digital-growth/internet-governance/>> (em inglês). Acessado em 25 de setembro de 2017.

em IGFs regionais... E nesses espaços a ONU não manda. Então aí pode haver recomendações e podem se defender posições geradas nas discussões desses fóruns nacionais e regionais no IGF. E então essa rede não pode acabar, ela tem que continuar se desenvolvendo...

FW: É interessante imaginar um IGF, por exemplo, nos países árabes, acostumados com um viés mais autoritário e, de repente, a sociedade civil, a academia podendo discutir livremente assuntos de governança da Internet com o governo.

CA: E você tem representantes de entidades civis dessa região presentes no IGF, o que é uma conquista, é fantástico isso. Eu acho que essa é a grande relevância do IGF: ter mobilizado em termos planetários a ideia de que a governança é algo importante e de que precisamos seguir as políticas que os governos de nossos países estão propondo ou realizando e comparar com as de outros países. É um espaço precioso para comparar e trocar ideias, experiências, etc.

FW: Olhando essa trajetória de onze anos do IGF, tu dirias que hoje o IGF está consolidado e não corre risco nenhum?

CA: Tudo corre risco! [Risos] Mas mesmo que você mate o IGF hoje, essa movimentação [de IGFs nacionais e regionais] não morre e isso já é uma grande conquista.

FW: Que tipo de ameaças tu vêes aí? Por exemplo, a governança da Internet hoje é largamente aceita como um espaço de discussão multissetorial, mas vemos volta e meia ainda os governos ameaçando levar as coisas de volta para a UIT. Essa ameaça vemos em um cenário internacional e em alguns cenários nacionais também.

CA: Há um processo que é como eu digo: a Internet é como se fosse um Big Bang e nós estamos ainda vendo os fragmentos passarem. Tem muita coisa que vai acontecer ainda... A tecnologia tem avançado de uma maneira tão impressionante que está começando a ser difícil separar serviços na rede de telecomunicações, que eram tradicionais, desses mesmos serviços feitos sobre a Internet. A Internet está sobre a infraestrutura das telecomunicações e serviços que estavam nessas infraestruturas de telecomunicações passam a serem feitos aqui em cima. E isso introduz complicadores. Eu acredito que hoje grande parte da telefonia tradicional, na verdade, passa por fibras ópticas e TCP/IP, entendeu? E aí vem o 5G que vai ser total, o 4G... Tudo isso está levando a uma convergência que a legislação não acompanha

e esse é o grande desafio: não perdermos os direitos que nós temos, a horizontalidade e a transparência, a abertura e todos essas grandes conceitos que temos da Internet como um todo.

FW: São dois mundos: o mundo da Internet, acostumado a ser aberto, multissetorial e altamente flexível em termos de legislação; e o mundo das telecomunicações, com uma tradição de 150 anos de regulação.

CA: É. E eu tenho algumas preocupações que estão na fronteira entre o técnico e o político. E uma delas é que eu vejo grandes vulnerabilidades na rede. Nós agora temos essa discussão da Internet das Coisas. E quando essa discussão começa a ser levada a sério em termos de políticas e principalmente de segurança, proteção de dados e privacidade, se descobre que já há bilhões de dispositivos de IoT distribuídos e funcionando e com características de segurança que assustam a qualquer um!

FW: CA, nós acabamos passando por 25 ou 30 anos de história da governança da Internet. Olhando pra todo esse período de tempo, tu dirias que fizemos as coisas certas? Onde é que a gente pode ter errado, onde é que a gente acertou muito?

CA: Poxa, nós brasileiros somos muito privilegiados em poder dizer que nós fizemos as coisas certas. Podemos ter errado em uma coisa ou outra, mas poxa! Nós chegamos ao Marco Civil [da Internet]! É incrível isso! Eu acho uma conquista danada e respeitada mundialmente.

FW: Pois é, e não temos como não lembrar também do NETmundial, que foi um exemplo realmente extremo em relação ao modelo multissetorial. Qual é a tua experiência com o NETmundial?

CA: Não vamos aqui tentar descrever o NETmundial, até porque já há um material abundante sobre o encontro. O importante foi que esse evento conseguiu lançar a ideia de uma interação realmente horizontal entre os quatro setores: governo, acadêmicos, sociedade civil e empresários. E procuramos fazer isso acontecer na prática em vários sentidos – inclusive, existiam quatro microfones com filas iguais para cada um dos setores se manifestar. E o resultado foi muito bom. É importante notar que não há multissetorialismo perfeito. Você tem um processo pluralista, ou multissetorial, que tem várias etapas: uma etapa de diálogo sobre determinado tema, logo a tentativa de construção de consenso... E aí já começam as dificuldades, porque consensuar [entre os diferentes setores] não é muito fácil. No âmbito da ONU, por exemplo, o que acontece é que você tem um processo

de participação que vai até certo ponto e depois as decisões são feitas a portas fechadas pelos governos. Mas mesmo assim é importante. Agora, temos que reconhecer as imperfeições do multissetorialismo e sempre ter como um norte que os processos sejam o mais igualitários possível e essa é nossa grande batalha.

FW: O NETmundial nos mostrou muitas coisas positivas e até hoje é lembrado por esses belos exemplos que ele deu, mas existe uma história prévia ao NETmundial. Como surgiu o evento e como foi o teu envolvimento lá?

CA: Isso é interessante. Por isso é que eu gosto de dizer que não é um modelo multissetorial ou pluralista, mas um processo pluralista. Toda a preparação para o NETmundial foi feita nesse formato participativo. Nós fomos recebendo as contribuições e processando em uma participação aberta e isso resultou em um material preparatório que foi precioso para viabilizar aquele processo de decisão que teria que ocorrer em apenas três dias. Sem esse trabalho prévio seria impossível.

FW: Se a gente olha de novo tentando fazer uma perspectiva de longo prazo, o que todos nós aprendemos e tu, particularmente, como um representante notável da sociedade civil envolvida nesses processos todos? Tu dirias que a sociedade civil aprendeu, evoluiu nesse processo?

CA: Eu acho que aprendeu bastante. E em vários outros setores, sem dúvida. Agora fala-se em reinventar o NETmundial, em fazer um NETmundial+10, um NETmundial+5. Uma revisão do NETmundial seria necessária porque um dos documentos do encontro é o mapa do caminho. E ali há uma série de pistas para um possível futuro da sociedade da informação e seria interessante verificar o que aconteceu desde então e talvez revisar o caminho.

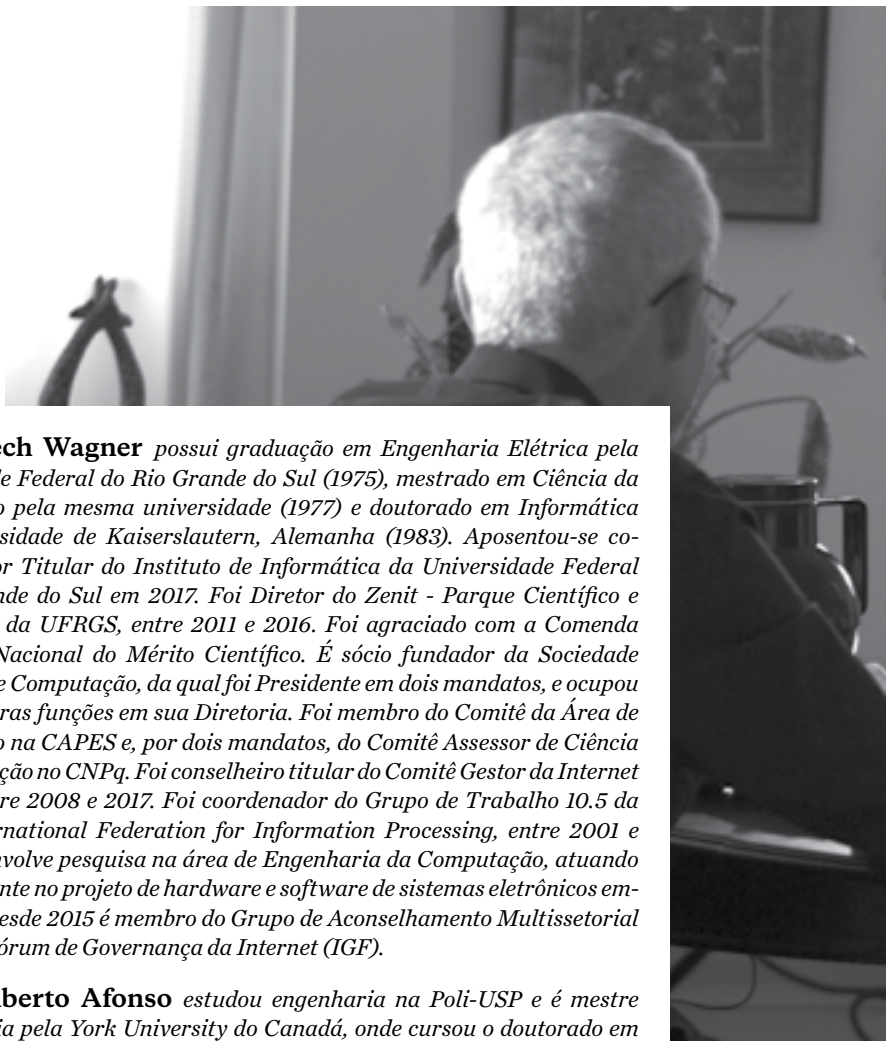
FW: Quando tu escreveres o teu livro de memórias, tu vais olhar essa tua trajetória e onde é que estão as coisas boas que vais guardar das contribuições e que te gratificaram nesse processo todo?

CA: Até 1997, que cobre uma boa parte da trajetória, inclusive a própria criação do CGI.br, da APC, o trabalho junto com o Betinho foi fundamental. E isso foi incrivelmente gratificante, porque a percepção dele dessas coisas, sem entender exatamente os detalhes tecnológicos, a visão estratégica dele, nos ajudou demais e o respeito que todas as comunidades tinham por ele também ajudava a abrir caminhos. Isso foi fundamental e, quando alguém fala sobre os pioneiros da Internet no Brasil, o Betinho

tem que ser citado, porque ele nos ajudou a sentar as bases desse multissetorialismo que nós exercitamos desde então na governança da Internet e em outros setores também. Trabalhar com ele foi a parte mais gratificante. É uma pena que ele foi antes do tempo, como sempre acontece com essas pessoas. Depois disso, trabalhar com o Tadao foi espetacular e com Demi nem se fala. São pessoas que sem elas seria muito difícil conseguir alguma coisa, elas foram fundamentais.

FW: E como um jovem que tu és ainda, cheio de ideias e energia para fazer tantas coisas, quais são as tuas lutas agora?

CA: Eu acho que é continuar batalhando para que a Internet efetivamente chegue a comunidades em que ela não é só uma necessidade, é quase um quesito de sobrevivência. Estamos agora trabalhando e montando redes comunitárias para as comunidades quilombolas no Maranhão. Essas comunidades são ameaçadas de morte pelos latifundiários, mineiros, etc. e estamos trabalhando com pessoas cujos filhos foram assassinados e que estão isoladas. Não existe telefonia celular na área e eles precisam comunicar-se em emergências. Então, essa é a grande prioridade. Poder fazer isso com 72 anos já é gratificante demais.



Flávio Rech Wagner possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), mestrado em Ciência da Computação pela mesma universidade (1977) e doutorado em Informática pela Universidade de Kaiserslautern, Alemanha (1983). Aposentou-se como Professor Titular do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2017. Foi Diretor do Zenit - Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, entre 2011 e 2016. Foi agraciado com a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico. É sócio fundador da Sociedade Brasileira de Computação, da qual foi Presidente em dois mandatos, e ocupou diversas outras funções em sua Diretoria. Foi membro do Comitê da Área de Computação na CAPES e, por dois mandatos, do Comitê Assessor de Ciência da Computação no CNPq. Foi conselheiro titular do Comitê Gestor da Internet - CGI.br entre 2008 e 2017. Foi coordenador do Grupo de Trabalho 10.5 da IFIP - International Federation for Information Processing, entre 2001 e 2007. Desenvolve pesquisa na área de Engenharia da Computação, atuando principalmente no projeto de hardware e software de sistemas eletrônicos embarcados. Desde 2015 é membro do Grupo de Aconselhamento Multissetorial (MAG) do Fórum de Governança da Internet (IGF).

Carlos Alberto Afonso estudou engenharia na Poli-USP e é mestre em Economia pela York University do Canadá, onde cursou o doutorado em Pensamento Social e Político. Foi diretor de tecnologia e planejamento da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) e é consultor do Instituto Nupef. Foi um dos pioneiros no desenvolvimento da Internet no Brasil, ao criar o Alternex em 1987 como um sistema de troca de mensagens experimental para entidades civis, que viria a evoluir para o primeiro provedor de serviços de Internet do país em 1989. Em 1995, enquanto era um dos diretores do IBASE, trabalhou para a criação do CGI.br, para o qual também foi indicado como membro. Em 2003, participou da proposta de reestruturação do Comitê, com a votação por um colégio eleitoral dos 11 representantes não-governamentais. Foi eleito Conselheiro do CGI.br em julho de 1995 e abril de 2003, eleito em junho de 2007, reeleito em fevereiro de 2011 e julho de 2014.







Anexo 1

Parágrafos da Agenda de Túnis diretamente relacionados ao IGF¹

72 Solicitamos ao Secretário-Geral da ONU que, em um processo aberto e inclusivo, convoque, no segundo trimestre de 2006, uma reunião do novo fórum para um diálogo multissetorial sobre políticas – o chamado Fórum de Governança da Internet (IGF). O mandato do Fórum é:

- a)** Discutir questões de políticas públicas relacionadas aos elementos-chave da governança da Internet, a fim de promover a sustentabilidade, robustez, segurança, estabilidade e desenvolvimento da Internet.
- b)** Facilitar o diálogo entre os órgãos que lidam com diversas políticas públicas internacionais transversais e relacionadas a Internet, bem como discutir questões que não se inserem no escopo de nenhum órgão já existente.
- c)** Interagir com as organizações intergovernamentais apropriadas e com outras instituições nos assuntos de sua competência.
- d)** Facilitar o intercâmbio de informações e de melhores práticas, e, nesse sentido, considerar a plena utilização dos conhecimentos da comunidade acadêmica, técnica e científica.
- e)** Aconselhar todos os grupos de interesse a propor formas e meios de acelerar a disponibilidade e acessibilidade da Internet no mundo em desenvolvimento.
- f)** Fortalecer e aprimorar o engajamento das partes interessadas nos mecanismos existentes e/ou futuros de governança da Internet, em especial nos de países em desenvolvimento.
- g)** Identificar as questões emergentes, chamando para elas a atenção dos órgãos competentes e do público em geral, e, quando necessário, fazendo recomendações.
- h)** Contribuir para a capacitação em governança da Internet nos países em desenvolvimento, inspirando-se plenamente em fontes locais de conhecimento e experiência.
- i)** Promover e avaliar, de forma permanente, a concretização dos princípios da CMSI nos processos de governança da Internet.
- j)** Discutir, entre outras, as questões relacionadas com os recursos críticos da Internet.

1 Nota dos editores: os trechos traduzidos foram extraídos do livro Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, disponível em <<http://cgi.br/publicacao/cadernos-cgi-br-documentos-cmsi/>>. Consultado em 27 de julho de 2017.

k) Ajudar a encontrar soluções para as questões decorrentes do uso e do mal uso da Internet, aquelas de particular interesse para os usuários do dia a dia.

l) Publicar suas atas.

73 O Fórum de Governança da Internet, em seu trabalho e função, será multilateral, multissetorial, democrático e transparente. Para esse fim, o IGF proposto poderia:

a) Complementar-se das estruturas existentes de governança da Internet, com especial ênfase na complementaridade entre todas as partes envolvidas nesse processo – governos, entidades empresariais, sociedade civil e organizações intergovernamentais.

b) Beneficiar-se de uma estrutura leve e descentralizada que esteja sujeita a revisão periódica.

c) Reunir-se periodicamente, conforme a necessidade. Reuniões do IGF, em princípio, podem ser realizadas em paralelo às principais conferências da ONU para, entre outras coisas, utilizar seu suporte logístico.

74 Encorajamos o Secretário-Geral da ONU a analisar uma série de opções para a convocatória do Fórum, tendo em consideração as competências comprovadas de todas as partes interessadas na governança da Internet e a necessidade de garantir a sua plena participação.

75 O Secretário-Geral deverá reportar periodicamente aos Estados-Membros da ONU sobre o funcionamento do Fórum.

76 Solicitamos ao Secretário-Geral da ONU que examine a conveniência da continuação do Fórum, em consulta formal aos participantes do mesmo, dentro do prazo de cinco anos da sua criação, e fazer recomendações aos membros das Nações Unidas a esse respeito.

77 O IGF não deverá ter nenhuma função de supervisão nem de substituição de acordos, mecanismos, instituições ou organizações existentes, mas deverá envolvê-los e aproveitar sua experiência. Seria constituído como um processo neutro, não duplicado e não vinculante. Não deveria ter implicação nas operações técnicas da Internet do dia-a-dia.

78 O Secretário-Geral deve estender convites a todas as partes interessadas e pertinentes, para que participem da reunião inaugural do IGF, levando em conta uma representação geográfica equilibrada. O Secretário-Geral deve também:

a) Basear-se nos recursos apropriados de todas as partes interessadas, incluindo a experiência comprovada da UIT, como ficou demonstrado durante o processo da CMSI, e

b) Estabelecer uma secretaria eficaz e eficiente em termos de custos para apoiar o IGF, assegurando a participação das partes interessadas.

Anexo 2

Lista das sessões principais realizadas nos dez primeiros IGFs¹

	Organizacionais:	Temáticas:
IGF 2006 <i>Atenas</i> ²	▪ Cerimônia de Abertura ▪ Definindo o Cenário ▪ Sessões de Resumo Caminho Adiante ▪ Cerimônia de Encerramento	▪ Abertura ▪ Segurança ▪ Diversidade ▪ Acesso ▪ Questões Emergentes
IGF 2007 <i>Rio de Janeiro</i> ³	▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Balanço e Caminho Adiante ▪ Sessões de Relato ▪ Cerimônia de Encerramento	▪ Recursos Críticos da Internet ▪ Acesso ▪ Diversidade ▪ Abertura ▪ Segurança ▪ Questões Emergentes
IGF 2008 <i>Hyderabad</i> ⁴	▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Balanço e Caminho Adiante ▪ Sessão de Encerramento	▪ Alcançando o Próximo Bilhão - Promovendo uma Internet Multilíngue - Acesso: alcançando os próximos bilhões ▪ Provendo a Cibersegurança e a Confiança - Dimensões da Cibersegurança e dos Cibercrimes - Promovendo a Segurança, Privacidade e Abertura ▪ Gerenciamento de Recursos Críticos da Internet - Transição do IPv4 para o IPv6 - Arranjos para a Governança da Internet: Globais, Regionais e Nacionais ▪ Questões Emergentes - A Internet de Amanhã: inovação e a evolução da Internet

1 Nota dos editores: lista construída a partir da sistematização das informações constantes dos “Sumários do Presidente” e das programações, quando disponíveis, dos dez primeiros IGFs.

2 Uma lista das sessões principais ocorridas no IGF 2006 Atenas e seus respectivos palestrantes e moderadores pode ser encontrada em <<http://igf.wgig.org/list%20of%20panellists.php>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

3 A programação completa do IGF 2007 Rio de Janeiro pode ser encontrada em <http://www.intgovforum.org/cms/Rio_Meeting/Timetable.pdf>. Consultado em 12 de julho de 2017.

4 Uma lista das sessões principais ocorridas no IGF 2008 Hyderabad pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/cms/index.php/2008-igf-hyderabad/hyderabadprogramme>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

	Organizacionais:	Temáticas:
IGF 2009 <i>Sharm El Sheik⁵</i>	▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Apresentação <i>Sessão de Orientações</i> <i>Perspectivas Regionais</i> ▪ Sessão Honorária do País-sede: Preparando as Novas Gerações para a Era Digital – Uma Responsabilidade Compartilhada ▪ Balanço e Caminho Adiante: sobre a pertinência da continuação do Fórum ▪ Sessão de Encerramento	▪ Gerenciamento de Recursos ▪ Críticos da Internet ▪ Segurança, Abertura e Privacidade ▪ Acesso e Diversidade ▪ Governança da Internet à Luz dos Princípios da CMSI ▪ Questões Emergentes: O Impacto das Redes Sociais
IGF 2010 <i>Vilnius⁶</i>	▪ Governança da Internet: Definindo o Cenário ▪ Perspectivas Regionais ▪ Cerimônia de Abertura ▪ Balanço da Governança da Internet e Caminho Adiante ▪ Sessão de Encerramento	▪ Gerenciando os Recursos Críticos da Internet ▪ Acesso e Diversidade ▪ Segurança, Abertura e Privacidade ▪ Governança da Internet para o Desenvolvimento ▪ Questões Emergentes: Computação na Nuvem

5 Uma lista das sessões principais ocorridas no IGF 2009 Sharm El Sheik e seus respectivos palestrantes e moderadores pode ser encontrada em <http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm_el_Sheikh/Programme.MainSessions.html>. Consultado em 12 de julho de 2017.

6 A programação completa do IGF 2010 Vilnius pode ser encontrada em <http://www.intgovforum.org/cms/2010/schedule/WorkshopSchedule_Vilnius201009.htm>. Consultado em 12 de julho de 2017.

	Organizacionais:	Temáticas:
IGF 2011 <i>Nairóbi</i> ⁷	▪ Sessão de Informações aos Novos Delegados ▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Diálogo Interregional ▪ Balanço e Caminho Adiante ▪ Sessão de Encerramento	Governança da Internet para o Desenvolvimento ▪ Questões Emergentes ▪ Gerenciando os Recursos Críticos da Internet ▪ Segurança, Abertura e Privacidade ▪ Acesso e Diversidade
IGF 2012 <i>Baku</i> ⁸	▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Balanço e Caminho Adiante ▪ Sessão de Encerramento	▪ Questões Emergentes ▪ Gerenciando os Recursos Críticos da Internet ▪ Governança da Internet para o Desenvolvimento ▪ Acesso e Diversidade ▪ Segurança, Abertura e Privacidade
IGF 2013 <i>Bali</i> ⁹	▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Sessões de Orientações ▪ Sessão de Microfone Aberto ▪ Balanço ▪ Cerimônia de Encerramento	▪ Construir Pontes: O Papel dos Governos na Cooperação Multissetorial ▪ Princípios de Governança da Internet ▪ Princípios da Cooperação Multissetorial ▪ Marco Legal e Outros Marcos: Spam, Hacking e Cibercrimes ▪ A Internet como Catalisadora do Crescimento e Desenvolvimento Sustentável ▪ Direitos Humanos, Liberdade de Expressão e Livre Fluxo de Informações na Internet ▪ Questões Emergentes: Vigilância na Internet

7 A programação completa do IGF 2011 Nairóbi pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/cms/2011-igf-nairobi/schedule-a-programme-2011>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

8 A programação completa do IGF 2012 Baku pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/cms/2012/IGF%20Schedule/IGF%202012schedule.pdf>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

	Organizacionais:	Temáticas:
IGF 2014 <i>Istambul¹⁰</i>	▪ Orientações ▪ Preparando o Cenário: - <i>Ideias e debates por tópico relacionados aos subtemas do IGF 2014</i> ▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Resumo dos Fóruns de Melhores Práticas ▪ Balanço ▪ Sessão de Microfone Aberto ▪ Sessão de Encerramento	▪ Políticas Facilitadoras de Acesso, Crescimento e Desenvolvimento na Internet ▪ Neutralidade de Rede: Rumo a uma Compreensão Comum de uma Questão Complexa ▪ Evolução do Ecossistema da Governança de Internet e o Papel do IGF ▪ Funções IANA: Processo de Transição da Supervisão da NTIA e o Processo de Tomada e Prestação de Contas da ICANN
IGF 2015 <i>João Pessoa¹¹</i>	▪ Orientação ▪ Preparando o Cenário: Desconstruindo o tema principal e os subtemas do IGF 2015 ▪ Cerimônia de Abertura ▪ Sessão de Abertura ▪ Microfone Aberto e Balanço ▪ Cerimônia de Encerramento	▪ Consultas CMSI+10 do IGF ▪ Economia da Internet e Desenvolvimento Sustentável ▪ Aperfeiçoando a Cibersegurança e Construindo Confiança Digital ▪ Diálogo sobre Zero Rating e Neutralidade de Rede ▪ Direitos Humanos na Internet ▪ Declaração NETmundial e a Evolução do Ecossistema de Governança da Internet

9 A programação completa do IGF 2013 Bali pode ser encontrada em <http://www.intgovforum.org/cms/wks2013/html/L_IGF2013Draft.Schedule.Headings.htm>. Consultado em 12 de julho de 2017.

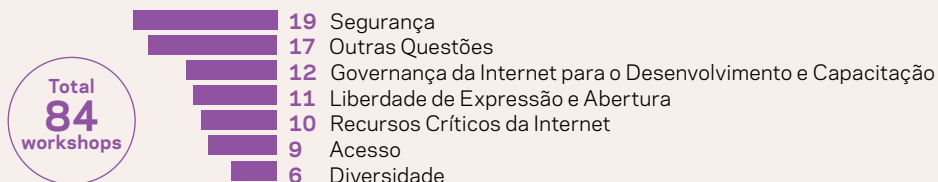
10 A lista de sessões principais realizadas no IGF 2014 Istambul pode ser encontrada em <<https://igf2014.sched.com/overview/type/Main+Session>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

11 A programação completa do IGF 2015 João Pessoa pode ser encontrada em <<https://www.intgovforum.org/cms/2015-igf-joao-pessoa/igf-2015-schedule>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

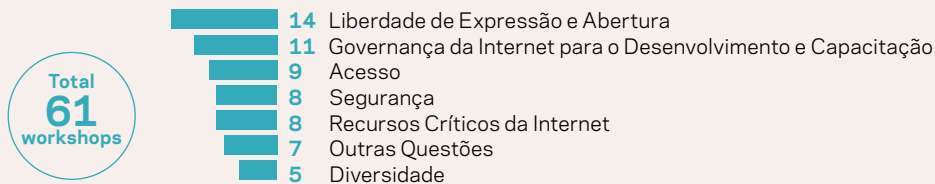
Anexo 3

Distribuição temática dos workshops realizados nos dez primeiros anos do IGF¹

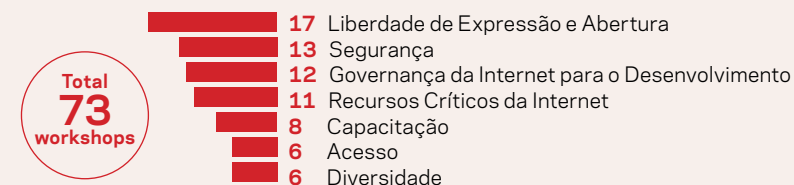
IGF 2007 *Rio de Janeiro*



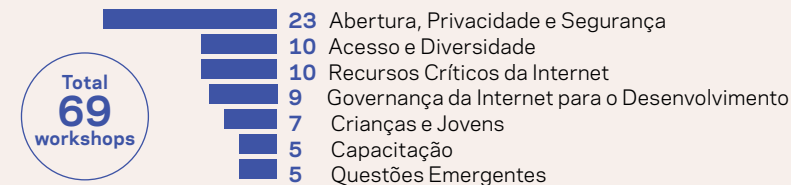
IGF 2008 *Hyderabad*



IGF 2009 *Sharm El Sheik*

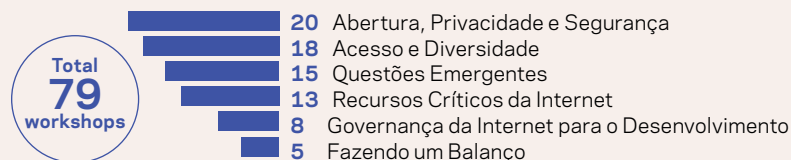


IGF 2010 *Vilnius*

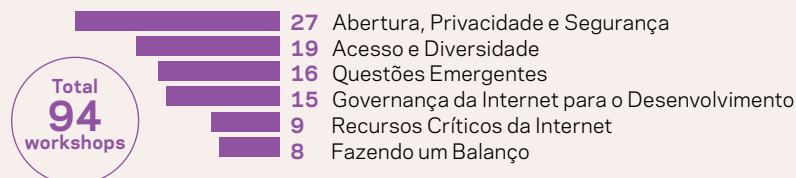


¹ Nota dos editores: os dados foram obtidos a partir da programação de cada IGF.

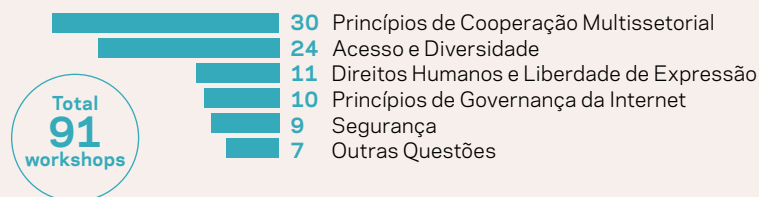
IGF 2011 *Nairóbi*



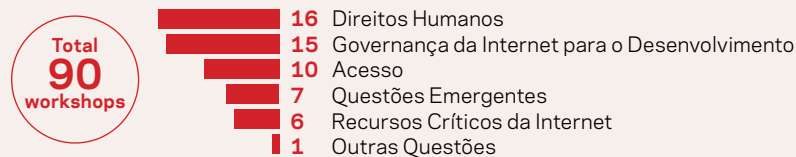
IGF 2012 *Baku*



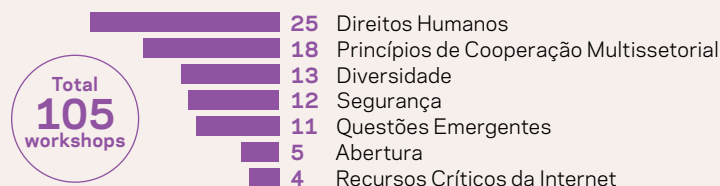
IGF 2013 *Bali*



IGF 2014 *Istambul*



IGF 2015 *João Pessoa*



Anexo 4

Relação de temas e subtemas dos dez primeiros anos do IGF ^{1 2}

IGF 2006 <i>Atenas</i>	Governança da Internet para o Desenvolvimento ▪ Abertura: Liberdade de expressão, livre fluxo de informações, ideias e conhecimento ▪ Segurança: Criando confiança por meio da colaboração ▪ Diversidade: Promovendo o multilinguismo e os conteúdos locais ▪ Acesso: Conectividade à Internet, políticas públicas e custos ▪ Questões Emergentes, com capacitação como prioridade transversal
IGF 2007 <i>Rio de Janeiro</i>	Governança da Internet para o Desenvolvimento ▪ Recursos Críticos da Internet ▪ Acesso ▪ Diversidade ▪ Abertura ▪ Segurança
IGF 2008 <i>Hyderabad</i>	Internet para Todos ▪ Alcançando o Próximo Bilhão ▪ Promovendo a Cibersegurança e a Confiança ▪ Gerenciando os Recursos Críticos da Internet ▪ Questões Emergentes: a Internet de Amanhã ▪ Balanço e Caminho Adiante
IGF 2009 <i>Sharm ElSheik</i>	Governança da Internet - Criando Oportunidades para Todos ▪ Recursos Críticos da Internet ▪ Acesso ▪ Diversidade ▪ Abertura ▪ Desenvolvimento

1 Nota dos editores: lista construída a partir da sistematização das informações constantes dos “Sumários do Presidente” e das programações, quando disponíveis, dos dez primeiros IGFs.

2 De acordo com o documento do IGF <<https://www.intgovforum.org/cms/documents/igf-meeting/igf-2016/magmeetings/715-themes-of-previous-igfs/file>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

IGF 2010 *Vilnius*

Desenvolvendo Juntos o Futuro

- Governança da Internet para o Desenvolvimento
- Questões Emergentes: computação na nuvem
- Gerenciando Recursos Críticos da Internet
- Segurança, Abertura e Privacidade
- Acesso e Diversidade
- Balanço da Governança da Internet e Caminho Adiante

IGF 2011 *Nairóbi*

A Internet como Catalisador de Mudanças: Acesso, Desenvolvimento, Liberdades e Inovação

- Governança da Internet para o Desenvolvimento
- Questões Emergentes
- Recursos Críticos da Internet
- Segurança, Abertura e Privacidade
- Acesso e Diversidade
- Balanço e Caminho Adiante

IGF 2012 *Baku*

Governança da Internet para o Desenvolvimento Sustentável Social, Econômico e Humano

- Governança da Internet para o Desenvolvimento
- Questões Emergentes
- Recursos Críticos da Internet
- Segurança, Abertura e Privacidade
- Acesso e Diversidade
- Balanço e Caminho Adiante

IGF 2013 *Bali*

Construindo Pontes: Reforçando a Cooperação Multissetorial em prol do Crescimento e do Desenvolvimento Sustentável

- Acesso e Diversidade – a Internet como motor para o crescimento e o desenvolvimento sustentável
- Abertura – Direitos humanos, liberdade de expressão e livre fluxo de informações na Internet
- Segurança – Marco legal e outros marcos: spam, hacking e cibercrimes
- Cooperação Aprimorada
- Princípios da Cooperação Multissetorial
- Princípios de Governança da Internet

IGF 2014 *Istambul*

Conectando Continentes em prol da Governança Multissetorial da Internet Aprimorada

- Políticas Habilitando o Acesso
- Criação, Disseminação e Uso de Conteúdos
- Internet como Motor do Crescimento e do Desenvolvimento
- IGF e o Futuro do Ecossistema da Internet
- Aprimorando a Confiança Digital
- Internet e Direitos Humanos
- Recursos Críticos da Internet
- Questões Emergentes

IGF 2015 *João Pessoa*

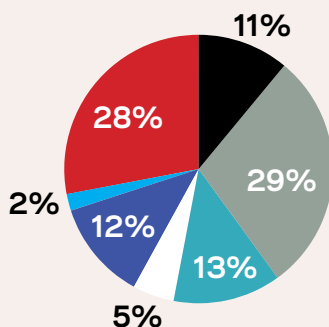
Evolução da Governança da Internet: Empoderando o Desenvolvimento Sustentável

- Cibersegurança e Confiança
- Economia da Internet
- Inclusão e Diversidade
- Abertura
- Aprimorando a Cooperação Multissetorial
- Internet e Direitos Humanos
- Recursos Críticos da Internet
- Questões Emergentes

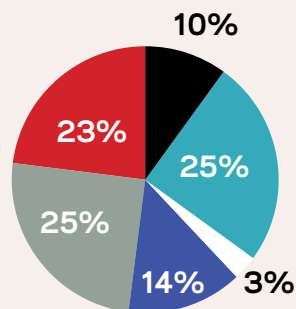
Anexo 5

Distribuição de participantes entre os setores nos dez primeiros anos do IGF¹

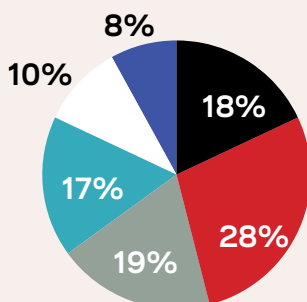
IGF 2006 *Atenas*²



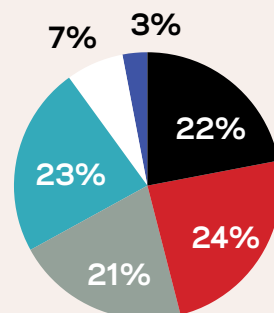
IGF 2008 *Hyderabad*³



IGF 2009 *Sharm El Sheik*⁴



IGF 2010 *Vilnius*⁵



1 Nota dos editores: os dados foram retirados das estatísticas oficiais publicadas na página do IGF dos anos em que estavam disponíveis. Não foram encontrados dados referentes às edições do Rio de Janeiro (2007) e Nairóbi (2011).

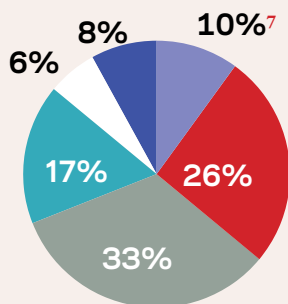
2 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/55-igf/2006-meetings/1852-igf-2006-stats>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

3 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf.wgig.org/cms/index.php/component/content/article/42-igf-meetings/414-attendance-breakdown-of-the-hyderabad-meeting>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

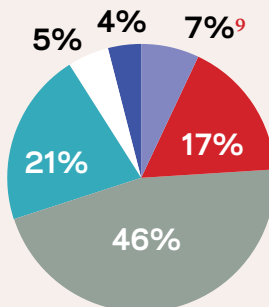
4 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/index.php/component/content/article/87-programme/484-igf-sharm-elsheikh-attendance-statistics>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

5 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2010/Stats.2010.pdf>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

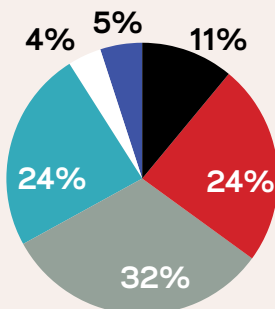
IGF 2012 Baku⁶



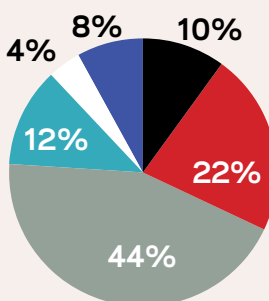
IGF 2013 Bali⁸



IGF 2014 Istambul¹⁰



IGF 2015 João Pessoa¹¹



6 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/component/content/article/114-preparatory-process/1280-igf-2012-baku-attendance-statistics>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

7 Em 2012 a classificação oficial não inclui a Comunidade técnica e acadêmica, mas o que se chamou de Comunidade da Internet.

8 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2013-bali/attendance-statistics>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

9 Em 2013 a classificação oficial não inclui a Comunidade técnica e acadêmica, mas o que se chamou de Comunidade da Internet.

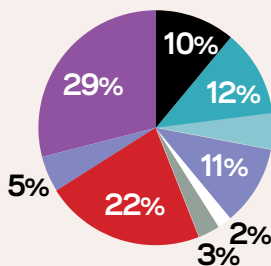
10 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/attendance-statistics>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

11 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2015-igf-joao-pessoa/igf-2015-attendance-statistics>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

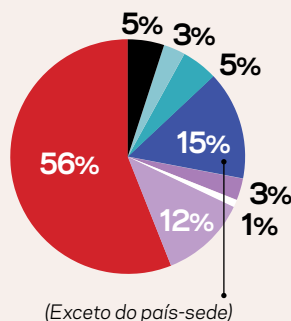
Anexo 6

Distribuição de participantes entre as regiões geográficas nos dez primeiros anos do IGF¹

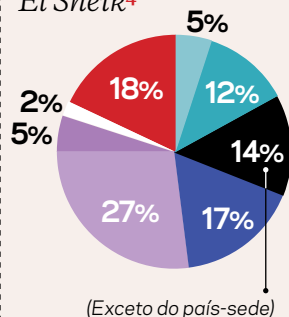
IGF 2006 *Atenas*²



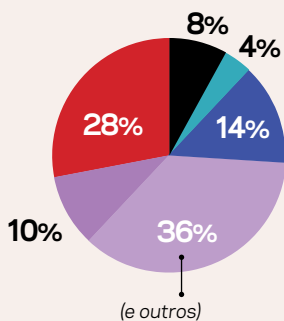
IGF 2008 *Hyderabad*³



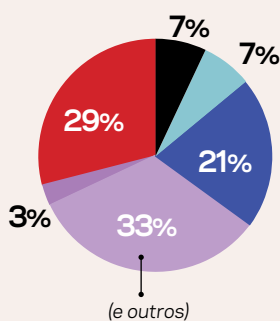
IGF 2009 *Sharm El Sheik*⁴



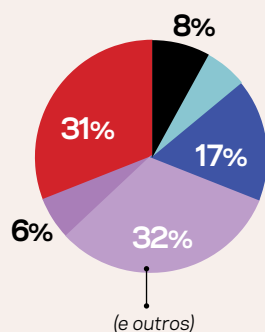
IGF 2012 *Baku*⁷



IGF 2013 *Bali*⁸



IGF 2014 *Istambul*⁹



1 Nota dos editores: os dados foram retirados das estatísticas oficiais publicadas na página do IGF e dos Sumários do Presidente dos anos em que estavam disponíveis. Não foram encontrados dados para 2007.

2 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/55-igf/2006-meetings/1852-igf-2006-stats>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

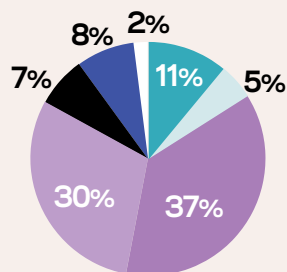
3 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf.wgig.org/cms/index.php/component/content/article/42-igf-meetings/414-attendance-breakdown-of-the-hyderabad-meeting>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

4 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/index.php/component/content/article/87-programme/484-igf-sharm-elsheikh-attendance-statistics>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

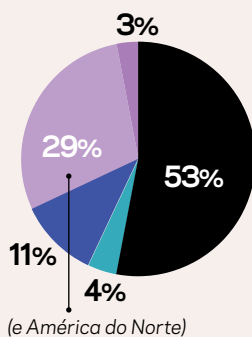
5 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2010Stats.2010.pdf>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

6 As estatísticas foram extraídas do Sumário do Presidente do IGF 2011.

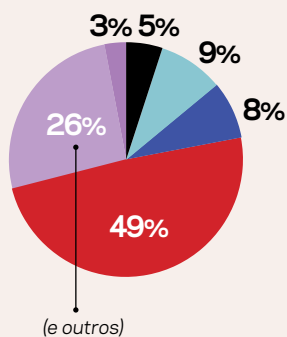
IGF 2010 Vilnius⁵



IGF 2011 Nairóbi⁶



IGF 2015 João Pessoa¹⁰



			
África	América do Norte	América Latina e Caribe	América do Sul
			
Ásia	Oceania	Oriente Médio	País-sede
			
Resto da Europa	União Europeia	Europa Ocidental	Europa Oriental

7 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2013-bali/attendance-statistics>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

8 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2013-bali/attendance-statistics>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

9 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014/attendance-statistics>>. Consultado em 20 de julho de 2017.

10 As estatísticas podem ser encontradas em <<http://www.intgovforum.org/cms/2015-igf-joao-pessoa/igf-2015-attendance-statistics>>. Consultado em 12 de julho de 2017.

Anexo 7

Relação dos Fóruns de Melhores Práticas desenvolvidos ao longo dos dez primeiros anos do IGF¹

IGF 2007 *Rio de Janeiro*²

- Topologia e Terminologia da Internet
- Participação Pública na Governança da Internet: Questões Emergentes, Boas Práticas e Propostas de Soluções
- Promovendo a Segurança da Rede e Construindo uma Internet Harmônica
- Boas Práticas do Reino Unido:
 - 1. *Lições a serem Aprendidas dos IGFs Locais*
 - 2. *Desenvolvendo Benefícios Econômicos da Auto-Regulação da Internet*
 - A Experiência do Reino Unido
- Programa de Capacitação em Governança da Internet: Um Modelo para Treinamento Regional
- Convenção de Cibercrimes
- Valor de Serviço Público da Internet
- Padrões Abertos de TIC para Maior Acesso da Cidadania: Boas Práticas nas Políticas e Compras Governamentais
- Para além da Conversa: Parcerias na Prática
- Sinalizações, Referências e o Interesse Público: Solucionando o Desafio de Manter Aberto um Meio Aberto
- Tunísia ▪ Sri Lanka ▪ Quênia ▪ Ilhas do Pacífico
- TICs e Desafios de Segurança: Uma Seleção de Estudos de Caso
- Proteção das Crianças Online
- Brasil
- Do Conhecimento ao Empreendedorismo: Capacitação num Ambiente em Mutação
- Troca de Tráfego na Internet em Mercados de Internet Menos Desenvolvidos e o Papel dos Pontos de Troca de Tráfego (IXPs)
- Proteção do Consumidor e Notificação de Incidentes de Segurança Envolvendo Dados
- Senegal ▪ Bulgária
- A Mesma Solução Não Serve para Tudo: O que pode ser aprendido da diversidade de exemplos de gerenciamento dos ccTLDs existentes
- Políticas Públicas Participativas de Sucesso
- Tajiquistão ▪ Chile

- 1 Nota dos Editores: informações retiradas dos programas e outros documentos publicados na página oficial do IGF referentes ao Fórum de cada ano. Nos IGFs de 2010 a 2013 não foram encontrados registros de Fóruns de Melhores Práticas nos programas. O relatório do IGF de 2010 menciona a realização de Fóruns de Melhores Práticas em paralelo às sessões principais, workshops e Coalizões Dinâmicas, no entanto não foram encontrados registros desses fóruns no programa <http://www.intgovforum.org/cms/2010/schedule/WorkshopSchedule_Vilnius201009.htm>. Consultado em 17 de julho de 2017. O documento chamado Programme Paper do IGF 2011 menciona “good practices forums”, porém não foram encontrados registros desses fóruns no programa. Ver <<http://www.intgovforum.org/cms/2011-igfnairobi/schedule-a-programme-2011>>. Consultado em 17 de julho de 2017.
- 2 Identificados na ordem em que foram realizados a partir da programação disponível em <http://www.intgovforum.org/cms/Rio_Meeting/Timetable.pdf>. Consultado em 17 de julho de 2017. Uma lista das propostas de Fóruns de Melhores Práticas do IGF de 2007 pode ser encontrada em <<http://www.intgovforum.org/BPP.php>>. Consultado em 17 de julho de 2017.

IGF 2008 *Hyderabad*³

- Proteção das Crianças Online
- Sessão de Boas Práticas do Reino Unido: Parcerias em Ação
- Fórum de Melhores Práticas da OCDE sobre Acesso e Uso Aprimorado das Informações do Setor Público pela Internet
- A Abordagem Europeia ao Empoderamento e Proteção das Crianças Online
- Abordagem Autorregulatória da Privacidade e Segurança de Dados na Índia
- Mundos Virtuais para a Entrega de Serviços e Inovações Públicas
- Acesso Igualitário & Oportunidades Igualitárias
- Capacitação em Governança da Internet
- Turquia: uma Nação Transformando-se em Sociedade da Informação

IGF 2009 *Sharm El Sheik*⁴

- O Uso da Internet na Região Árabe: Perspectivas e o Futuro
- CENTRE – Os Centros de Excelência, Treinamento, Pesquisa & Educação em Cibercrimes
- Ensinando Governança da Internet – A Experiência das Escolas de Verão de Governança da Internet
- Boas Práticas em Políticas de ccTLD e Operações de Gerenciamento de Recursos
- Incentivando Conteúdos de Qualidade na Internet – Utilizando Mecanismos de Competição para Demonstrar Boas Práticas na Internet
- A Internet na Suécia: Presente, Futuro, Pesquisa
- Acessibilidade na Web
- Acesso para Todos Inclui Pessoas que Vivem com Algum Tipo de Deficiência
- Diversidade Linguística Transformando a Tecnologia para o Desenvolvimento
- Desenvolvendo Legislações Amplas sobre Cibercrimes
- Pornografia Infantil em Países em Desenvolvimento: Estratégias para Avançar
- Educação Online: Maximizando a Eficiência
- Parcerias em Ação: Exemplos Internacionais de Boas Práticas
- Mundos Virtuais e Diplomacia Pública na Era Digital

3 Identificados na ordem em que foram realizados a partir da programação disponível em <http://www.intgovforum.org/cms/hyderabad_prog/Workshop_Schedule.htm>. Consultado em 17 de julho de 2017.

4 Identificados na ordem em que foram realizados a partir da programação disponível em <http://www.intgovforum.org/cms/2009/sharm_el_Sheikh/WorkshopSchedule.html>. Consultado em 17 de julho de 2017.

IGF 2014 *Istambul*⁵

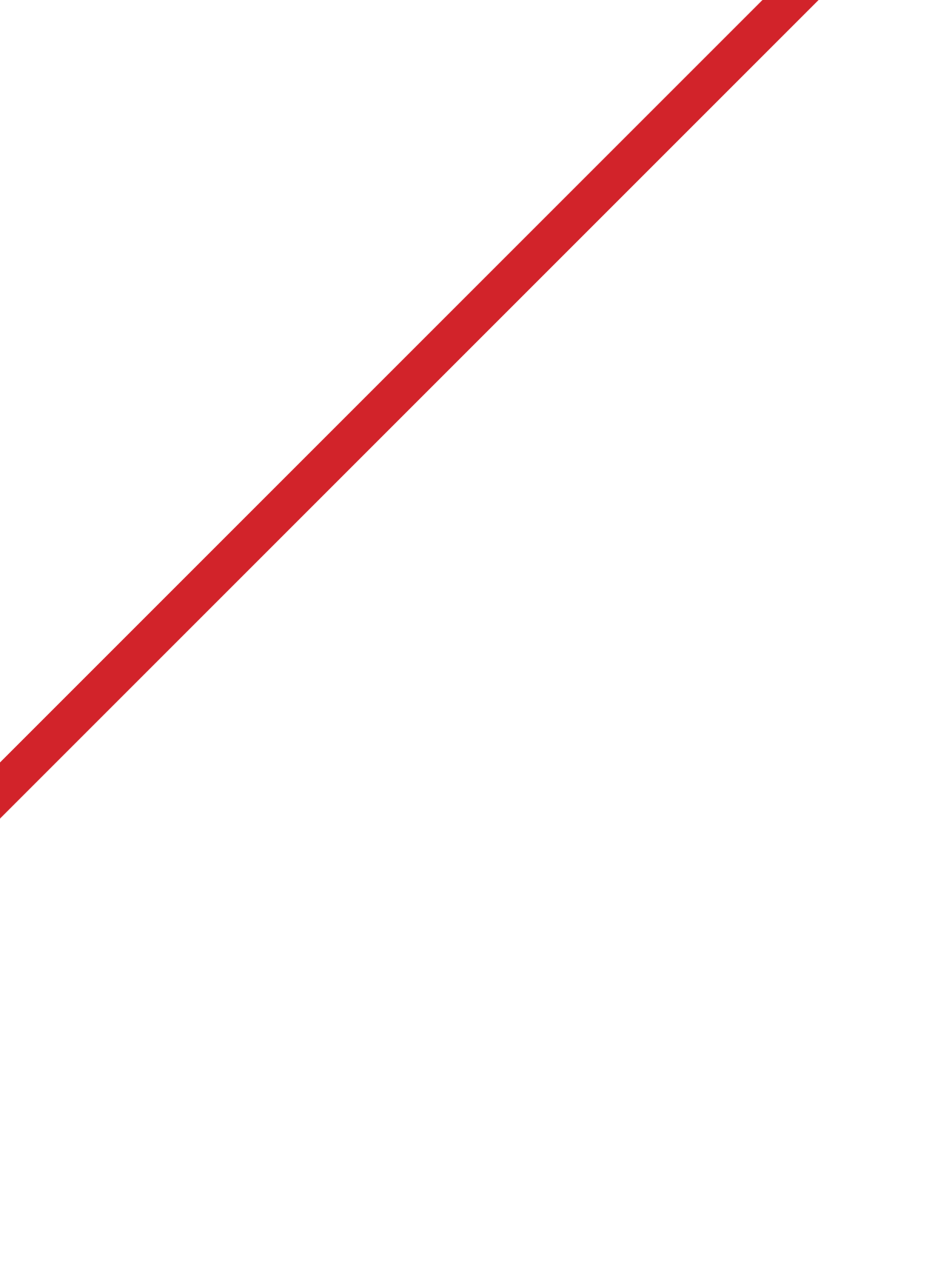
- Desenvolvimento de Mecanismos Multissetoriais Significativos
- Regulação e Mitigação de Comunicações Não Solicitadas (*spam*)
- Estabelecendo e Apoiando os Centros de Estudo, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança (CERTs) para a Segurança na Internet
- Criando e Viabilizando Ambientes para o Desenvolvimento de Conteúdos Locais
- Proteção e Segurança das Crianças Online

IGF 2015 *João Pessoa*⁶

- Fortalecendo Mecanismos para uma Participação Multissetorial Significativa
- Criando um Ambiente Favorável para a Adoção do IPv6
- Viabilizando Ambientes para a Criação de IXPs Bem Sucedidos
- Criando e Apoiando Grupos de Segurança e Resposta a Incidentes (CSIRTS) para a Segurança na Internet
- Regulação e Mitigação e Comunicações Não Solicitadas
- Abuso e Violência de Gênero Online contra as Mulheres

5 Identificados em <<http://www.intgovforum.org/cms/best-practice-forums/igf-2014-best-practices-forums>>. Consultado em 17 de julho de 2017.

6 Identificados em <<http://www.intgovforum.org/cms/best-practice-forums/2015-best-practice-forum-outputs>>. Consultado em 17 de julho de 2017.



Lista de abreviaturas e siglas

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
APC	Associação para o Progresso das Comunicações
AoC	Afirmação de Compromissos
BPF	Fórum de Melhores Práticas
ccNSO	Organização de Suporte a Nomes de Códigos de Países
ccTLD	Domínio de Primeiro Nível de Código de País
CCTD	Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento
CERT	Grupo de Tratamento de Incidentes Computacionais
CIR	Recursos Críticos da Internet
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
CSIRT	Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança
CSW	Comissão sobre a Situação da Mulher
DNS	Sistema de Nomes de Domínio
DNSSEC	Domain Name System Security Extensions
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
ETNO	Associação das Operadoras de Redes de Telecomunicação Europeias
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GAC	Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais
GAID	Aliança Global para TICs e Desenvolvimento
GNI	Global Network Initiative
gTLD	Domínio de Primeiro Nível Genérico
IAB	Conselho de Arquitetura da Internet
IANA	Autoridade para Atribuição de Números da Internet
ICANN	Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números
ICC	Câmara de Comércio Internacional
ICG	Grupo de Coordenação da Transição IANA
IDN	Nome de Domínio Internacionalizado
IEEE	Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos
IG4D	Governança da Internet para o Desenvolvimento
IETF	Força-Tarefa de Engenharia da Internet
IGF	Fórum de Governança da Internet
IGFSA	Associação de Apoio ao Fórum de Governança da Internet
ISOC	Internet Society
ISP	Provedores de Serviços de Internet
IP	Protocolo Internet
ITR	Regulamento Internacional de Telecomunicações
IXP	Ponto de Troca de Tráfego
JPA	Acordo de Projeto Conjunto
LAP	Plano de Ação de Londres
MAG	Grupo de Aconselhamento Multissetorial
MAAWG	Grupo de Trabalho Contra Abusos em Mensagens
MoU	Memorando de Entendimento
NRO	Organização dos Recursos Numéricos

NAT	Network Address Translation
NSA	Agência de Segurança Nacional
NTIA	Administração Nacional de Telecomunicações e Informação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OHCHR	Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RFC	Request for Comments
RIR	Registro Regional da Internet
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TLD	Domínio de Primeiro Nível
UCT	União Caribenha de Telecomunicações
UE	União Europeia
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNDESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URL	Uniform Resource Locators
W3C	World Wide Web Consortium
WBU	União Mundial de Radiodifusão
WCIT	Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais
WGIG	Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet
WTPF	Fórum Mundial de Políticas de Telecomunicações
ZR	Zero Rating



Núcleo de Informação
e Coordenação do
Ponto BR